



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 107ª SESSÃO À 109ª SESSÃO DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 31 Nº 35
6 DE JULHO A 10 DE JULHO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2007

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2007-2008)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ARTIGO DE IMPRENSA		<i>S. Paulo</i> , edição de 30 de maio de 2007. Senador Flexa Ribeiro.	141
Registro do artigo intitulado “O deboche dos privilegiados da USP”, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 30 de maio de 2007. Senador Flexa Ribeiro.....	35	Registro das matérias “Nações que mudam regras toda hora vivem crise”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 18 de abril de 2007; “Wagner e Dilma passearam em lancha emprestada por Zuleido”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 22 de maio de 2007 e “A volta do pop star Delúbio”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 23 de maio de 2007. Senador Papaléo Paes....	143
Registro das matérias “Com 34 assinaturas, oposição pede CPI do Apagão Aéreo no Senado” e “PMDB apresentará lista para estatais e segundo escalão” publicadas no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edições de 19 e 18 de abril de 2007, respectivamente. Senador Papaléo Paes.	37	Registro da matéria intitulada “Ambiente é desculpa para a ‘incapacidade’”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 11 de maio de 2007. Registro da matéria intitulada “Fomos traídos e greve é única saída”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 12 de maio de 2007. Registro da matéria intitulada “Ibama promete ir à greve hoje”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 14 de maio de 2007. Senador João Tenório.	146
Registro das matérias “O Brasil criou empregos na Índia” e “De bagre a bode”, publicadas na revista <i>Veja</i> , edição de 16 de maio de 2007. Senador João Tenório.	38	Registro da matéria intitulada “Consumo do governo avança em ritmo acelerado”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 14 de junho de 2007. Registro da matéria intitulada “País empaca no ranking mundial”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 14 de junho de 2007. Registro da matéria intitulada “Depoimento indica ligação com chefe do esquema”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 14 de junho de 2007. Senador Cícero Lucena.....	150
Registro das matérias “Irmão e compadre de Lula serão denunciados hoje” e “Lula manda cortar ponto de servidores que estão em greve”, publicadas no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edições de 18 e 15 de junho de 2007, respectivamente. Senador Cícero Lucena.	42	Registro do artigo intitulado “O ‘bagrão’ de Lula”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 23 de abril de 2007. Registro do artigo intitulado “De politização e manipulação”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 07 de abril de 2007. Senador Marconi Perillo.	152
Registro das matérias “Um exame para os professores” e “Uma euforia financeira”, publicadas no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edições de 22 e 12 de abril de 2007, respectivamente. Senador Marconi Perillo.....	43	Registro da matéria intitulada “Funcionários do Ibama protestam contra Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 09 de maio de 2007. Registro da matéria intitulada “Ex-deputado é o novo locutor oficial de eventos no Planalto”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 04 de junho de	
Registro das matérias “Lula evita imprensa para não falar de Vavá” e “Por que Waldomiro não está com Zuleido?”, publicadas no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edições de 7 de junho e 30 de maio de 2007, respectivamente. Senador Sérgio Guerra....	46		
Registro das matérias “Supremo ordena à Câmara que instale CPI do Apagão Aéreo já” e “O xeque-mate de Evo Morales”, publicadas no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edições de 26 de abril e 9 de maio de 2007, respectivamente. Senador Mario Couto.	47		
Registro do artigo intitulado “Universidade e transparência”, publicado no jornal <i>Folha de</i>			

	Pág.		Pág.
2007. Registro da matéria intitulada “Lula e o Ibama”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 04 de maio de 2007. Senador Sérgio Guerra.....	155	Leitura do Manifesto de Dom Aldo Pagotto, Arcebispo do Estado da Paraíba, feito na abertura do Comitê de apoio à Transposição das Águas do Rio São Francisco. Senador Cícero Lucena.....	138
Registro da matéria intitulada “MST invade área no Pontal e já anuncia ‘maio vermelho’”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 27 de abril de 2007. Senador Mario Couto.....	158	Apoio ao discurso proferido pelo Senador Cícero Lucena. Aparte ao Senador Cícero Lucena. Senadora Rosalba Ciarlini.....	140
Registro da matéria intitulada “CNA se queixa de violência no campo”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 27 de abril de 2007. Senador Mario Couto.....	362	Preocupação com descaso do governo em relação à Bahia e ao Nordeste. Senador César Borges.....	195
Registro da matéria intitulada “Agências ainda em risco”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de primeiro de maio de 2007. Registro da matéria intitulada “De volta, Alckmin diz que será soldado contra governo Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 4 de junho de 2007. Registro da matéria intitulada “Uma CPI chega à Infraero”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 3 de junho de 2007. Senador Sérgio Guerra.....	363	ECONOMIA	
Registro do artigo intitulado “Tarde demais”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 9 de maio de 2007. Senador Marconi Perillo....	366	Considerações referentes a votação de matérias discutidas na comissão de assuntos econômicos, em relação às mudanças na Lei nº 8.666, a lei de licitações públicas. Senador Aloizio Mercadante.	352
Registro da matéria intitulada “O embaraço do Presidente”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 14 de junho de 2007. Registro da matéria intitulada “Falta de licença ambiental trava obras do PAC na área de energia”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 8 de maio de 2007. Registro da matéria intitulada “Presidente adia inauguração de usina que já funciona há meses”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 9 de maio de 2007. Senador Cícero Lucena....	367	Apoio ao Senador Aloizio quanto as mudanças da lei 8.666 e emendas em pautas para a votação. Senador Heráclito Fortes.....	353
Registro das matérias intituladas “A pergunta que falta à Lula”, “Infraero demite quatro, em guerra de bastidores para evitar CPI” e, “Loteria ou Lavanteria?”, publicadas nos jornais <i>Folha de S.Paulo</i> , <i>O Estado de S.Paulo</i> e, revista <i>Veja</i> , edições de 29 de março, 10 de abril e 7 de março de 2007, respectivamente. Senador João Tenório.....	370	EDUCAÇÃO	
Registro das matérias intituladas “União investe mal, diz banco Mundial”, e, “Ala majoritária do PT é super-representada no ministério de Lula”, jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edições de 14 e 15 de abril de 2007, respectivamente. Senador Papaléo Paes....	373	Leitura de e-mail, recebido por S.Exa., do Professor Mauro César Rocha da Silva, da Universidade Federal do Acre. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	1
Registro do editorial intitulado “eles voltaram”, publicado na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 23 de maio de 2007. Senador Flexa Ribeiro.	376	ESPORTE	
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		Encaminhamento de requerimento de votos de aplausos, congratulações e êxito relacionados com a XV Edição dos Jogos Pan-Americanos, que, do dia 13 a 29 do corrente, se realizará na cidade do Rio de Janeiro. Senador Eduardo Suplicy.....	105
Defesa da transposição das águas do rio São Francisco. Senador Cícero Lucena.....	21	ESTADO DEMOCRÁTICO	
		Apelo ao bom senso diante do quadro de turbulências que envolve o país, e reiteração da profissão de fé de S.Exa. na liberdade, na justiça e na democracia. Senador Gilvam Borges.	115
		GOVERNO FEDERAL	
		Reflexão sobre a crise de confiança junto à população, em razão das constantes denúncias de corrupção em todo o país. A gravidade da corrupção nas prioridades sociais, como saúde e educação. Senador Cristovam Buarque.....	95

	Pág.		Pág.
Apoio ao discurso proferido pelo Senador Cristovam Buarque. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Papaléo Paes.....	98	Manifestação de pesar pelo falecimento do Pastor Edward Dood, que durante 21 anos, presidiu a Igreja Cristã Maranata no Brasil. Senador Magno Malta.....	179
Apoio ao discurso proferido pelo Senador Cristovam Buarque. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Eduardo Suplicy.....	100	JUDICIÁRIO	
GOVERNO MUNICIPAL		Questionamento sobre a violação da ordem jurídica no Município de Cassilândia, MS, patrocinada por juízes locais, e solicita a intervenção da Corte de Mato Grosso do Sul, para que ela entregue o poder ao titular da linha sucessória legal. Senador Valter Pereira.	119
Agradecimento ao título de cidadão mimosense que recebeu através da Câmara Municipal de Mimoso do Sul, no Espírito Santo. Senador Magno Malta.....	197	MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
HOMENAGEM		Mensagem nº 106, de 2007 (nº 441/2007, na origem), que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), no valor equivalente a até cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos constituirão o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade – Competitividade II.....	31
Justificativa pela apresentação de requerimento de voto de aplauso ao INCRA pela passagem de seu trigésimo sétimo aniversário de fundação, em 9 de julho. Senador João Pedro.....	167	Mensagem nº 107, de 2007 (nº 455/2007, na origem), que encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de maio de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	181
Homenagem ao jornalista Diogo Mainardi, processado pelo Procurador da República por discriminação. Senador Almeida Lima.	197	Mensagem nº 108, de 2007 (nº 466/2007 na origem), que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, no valor equivalente a até dezessete milhões e sessenta e um mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas do Córrego Imbirussu.	181
HOMENAGEM PÓSTUMA		Mensagem nº 109, de 2007 (nº 467/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.	280
Justificativa pela apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Ernesto Werna de Salvo. Senadora Kátia Abreu.....	169	Mensagem nº 110, de 2007 (nº 468/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.....	287
Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Gerson Camata.	170		
Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Adelmir Santana.....	171		
Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Gilvam Borges.....	172		
Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Flexa Ribeiro.....	174		
Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador César Borges.....	174		
Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Raimundo Colombo.....	175		
Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Osmar Dias.....	175		
Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Romeu Tuma.	175		

	Pág.		Pág.
Mensagem nº 111, de 2007 (nº 472/2007, na origem) que submete à consideração do Senado Federal o nome da Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.	330	çoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Senador Augusto Botelho.....	86
Mensagem nº 112, de 2007 (nº 473/2007, na origem) que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Marcos Barbosa Pinto, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga da Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana.....	331	Parecer nº 584, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2007 (nº 2.274/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Educativa e Cultural de Itabira – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais. Senador Eliseu Resende.....	210
Mensagem nº 113, de 2007 (nº 474/2007, na origem) que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Durval José Soledade Santos, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga do Senhor Pedro Oliva Marcílio de Sousa.....	334	Parecer nº 585, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2007 (nº 2.437/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tocantinópolis, Estado do Tocantins. Senador Leomar Quintanilha.....	213
MICROEMPRESA		Parecer nº 586, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2007 (nº 2.449/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Tapejara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapejara, Estado do Paraná. Senador Flávio Arns.	217
Saudações à sanção da denominada Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Senador Valdir Raupp.	128	Parecer nº 587, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2007 (nº 2.299/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Ambiental e Esportiva de Santo Antonio da Alegria para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antonio da Alegria, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma.....	221
PARECER		Parecer nº 588, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 92, do 2007 (nº 1.984/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância Dr. João Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Quitéria do Maranhão, Estado do Maranhão. Senador Gilvam Borges.....	225
Parecer nº 581, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre a Petição nº 2, de 2007, na qual o Juiz Federal Substituto no exercício da titularidade da Vara Federal de Angra dos Reis encaminha cópia de decisão liminar proferida na Ação Civil Pública nº 2006.51.11.000219-2, impetrada pelo Ministério Público Federal em face do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama, e da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – Feema, referente a licenciamento de empreendimento nuclear conhecido como Usina Angra III. Senador Demóstenes Torres.....	32	Parecer nº 589, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2007 (nº 2.333/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permis-	
Parecer nº 582, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências. Senador Francisco Dornelles.....	80		
Parecer nº 583, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, que altera o art. 6º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, para dispor sobre as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfei-			

Pág.		Pág.
	são à Jr Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	
228	Parecer nº 590, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2007 (nº 2.389/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Mundial S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Senador Francisco Dornelles.....	
232	Parecer nº 591, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2007 (nº 2.390/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ACVC – Associação Comunitária de Vespasiano Corrêa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vespasiano Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.	
235	Parecer nº 592, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2007 (nº 2.410/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Jesus, Maria e José para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viseu, Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro.	
238	Parecer nº 593, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2007 (nº 2.411/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Educacional de Comunicação e Radiodifusão de Canto do Buriti para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canto do Buriti, Estado do Piauí. Senador Mão Santa.	
242	Parecer nº 594, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2007 (nº 2.474/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de São Jorge D'Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná. Senador Flávio Arns.....	
245	Parecer nº 595, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2007 (nº 2.475/2006, na Câmara dos	
	Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma.....	249
	Parecer nº 596, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2007 (nº 2.400/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Esmeralda Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.....	253
	Parecer nº 597, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2007 (nº 1.923/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Crucilândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Crucilândia, Estado de Minas Gerais. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	257
	Parecer nº 598, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2007 (nº 1.682/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais. Senador Eduardo Azeredo.....	260
	Parecer nº 599, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 123 de 2007 (nº 2.422/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Senadora Maria do Carmo Alves.....	264
	Parecer nº 600, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 364, de 18 de abril de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$1.717.041.026,00, para os fins que especifica”. Senador Inácio Arruda.....	346
	Parecer nº 601, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007 na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e es-	

	Pág.		Pág.
tabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023. Senador Osmar Dias.	360	POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	
PESCA		Críticas à Medida Provisória 366, de 2007, que determina a divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	1
Discussão em defesa da votação com solução que atenda a expectativa das comunidades dos pescadores do Brasil. Senador José Agripino.	205	Apoio ao Senador Geraldo Mesquita Júnior pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Marco Maciel.	3
Considerações às reivindicações para a votação de matérias que favoreçam os direitos dos pescadores do Brasil. Senador José Agripino.	351	Apoio ao Senador Geraldo Mesquita Júnior pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Adelmir Santana.	3
Defesa da votação com soluções que atendam a expectativa das comunidades dos pescadores do Brasil. Senador Garibaldi Alves Filho.	353	Agradecimento ao convite formulado pelo Presidente da ASSIBAMA Nacional, Associação dos servidores do Ibama, para audiência a realizar-se amanhã, na Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, sobre a questão da Medida Provisória 366, de 2007, que trata da fragmentação do Ibama. Geraldo Mesquita Júnior.	123
POLÍTICA CIENTÍFICO TECNOLÓGICA		Apoio ao discurso proferido pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Valter Pereira.	124
Cumprimentos ao Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural pela contribuição para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo. Senador Gerson Camata.	166	Apoio ao discurso proferido pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Neuto de Conto.	125
POLÍTICA DE TRANSPORTES		Registro da realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, com os funcionários do Ibama, representados pela ASSIBAMA, a fim de debater a Medida Provisória 366, de 2007, que cria o Instituto Chico Mendes. Senador Sibá Machado.	201
Críticas à suposta intenção do Governo Federal de entregar à uma parceria público-privada (PPP) a construção do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, prevista no PAC. Senador José Agripino.	129	POLÍTICA ENERGÉTICA	
Apoio ao discurso proferido pelo Senador José Agripino. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Garibaldi Alves Filho.	131	Alerta para a possibilidade concreta de apagão energético. Senador Edison Lobão.	18
Apoio ao discurso proferido pelo Senador José Agripino. Aparte ao Senador José Agripino. Senadora Rosalba Ciarlini.	133	Apoio ao discurso proferido pelo Senador Edison Lobão. Aparte ao Senador Edison Lobão. Senador Cícero Lucena.	19
Apoio ao discurso proferido pelo Senador José Agripino. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Cícero Lucena.	134	Alerta para um eventual apagão elétrico em 2010. Senador José Agripino.	129
Cumprimentos ao Jornal do Senado por matéria sobre a crise dos portos brasileiros, tratada na Subcomissão Temporária de Regulamentação dos Marcos Regulatórios. Senador Garibaldi Alves Filho.	135	Apoio ao Senador José Agripino pelo discurso proferido. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Valdir Raupp.	132
Apoio ao Senador Garibaldi Alves Filho por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Romeu Tuma.	135	Registro da liberação da licença ambiental para a construção de duas usinas hidrelétricas no rio Madeira. Senador Valdir Raupp.	135
Apoio ao Senador Garibaldi Alves Filho por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senadora Rosalba Ciarlini.	136	Risco da falta de energia elétrica para o desenvolvimento do país. Senador Raimundo Colombo. ...	182
Apoio ao Senador Garibaldi Alves Filho por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador José Agripino.	137	Justificativa pelo encaminhamento de requerimento de criação de Comissão Temporária Externa do Senado Federal para visitar as instalações da empresa PAGRISA, no Pará. Senador Flexa Ribeiro.	185

	Pág.		VII Pág.
Apoio ao Senador Flexa Ribeiro por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senadora Kátia Abreu.....	187	cada sessão de exibição de filmes, em todos os cinemas do País.	60
Apoio ao Senador Flexa Ribeiro por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Mario Couto.	188	Projeto de Lei da Câmara nº 50, DE 2007 (nº 5.893/2005, na Casa Origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.	61
Satisfação com a concessão de licença prévia, pelo Ibama, para a construção das duas usinas hidrelétricas do Rio Madeira. Senador Valdir Raupp..	190	Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2007 (nº 1.333/1995, na Casa de Origem), que dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências.....	62
Considerações sobre a produção de etanol no Brasil. Senador Antonio Carlos Valadares.....	203		
Registro do licenciamento prévio da construção das hidrelétricas do rio Madeira, Jirau e Santo Antonio.Senador Sibá Machado.	353	PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL	
POLÍTICA INTERNACIONAL			
Anúncio de viagem de S.Exa. a Bangladesh, onde terá encontro com Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel da Paz por sua política de microfinanciamentos aos que desejam empreender pequenos negócios. Senador Eduardo Suplicy.	105	Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2007 (sobre a mensagem nº 91, de 2007, nº 442/2007, na origem), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$ 110.897.153,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária Vigente.....	69
Apoio ao Senador Eduardo Suplicy por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Valter Pereira.....	106	Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2007 (sobre a mensagem nº 92, de 2007, nº 443/2007, na origem), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministério da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor global de R\$ 65.425.000,00, para os fins que especifica.	74
PROJETO DE LEI DA CÂMARA		PROJETO DE LEI DO SENADO	
Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2007 (nº 271/2003, na Casa de Origem), que dá nova denominação à Reserva Federal que especifica (Parque Indígena do Xingu).	51	Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2007, que insere o art. 2º-D na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e acrescenta o inciso VIII ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para que parte dos recursos do FAT seja destinada às operações do Fies. Senador Wilson Matos.	268
Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2007 (nº 1.735/2003, na Casa de Origem), que acrescenta § 3º ao art. 79 da Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	56	Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2007, que institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (ENAMEB). Senador Wilson Matos.	270
Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2007 (nº 30/2007, na Casa de Origem), que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997.....	57	Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2007, que institui o Programa Permanente Biblioteca da Escola – PPBE, e dá outras providências. Senador Wilson Matos.	270
Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa Origem), que acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.	59	Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a escola Técnica Federal de Buritis, no Estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp.	271
Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2007 (nº 6.297/2002, na Casa de Origem), que torna obrigatória a exibição de filme publicitário que esclareça sobre as consequências do uso de drogas ilegais e do abuso de drogas lícitas, no início de		Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola	

	Pág.		Pág.
Técnica Federal de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp.....	272	Proposta de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva para tratar da reforma política. Senador Antonio Carlos Valadares.....	203
Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de São Miguel do Guaporé, no Estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp.....	272	REQUERIMENTO	
Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2007 que Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Cacoal, no Estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp.	272	Requerimento nº 798, de 2007, que requer a inserção em ata de voto de aplausos, congratulações e êxito para a XV edição dos jogos Pan-americanos que se realiza no Rio de Janeiro, de 13 a 29 de 2007. Senador Eduardo Suplicy.....	113
Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2007 que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ariquemes, no Estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp.....	273	Requerimento nº 799, de 2007, que requer seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pelo seu 37º aniversário de fundação, no dia 9 de julho de 2007. Senador João Pedro.	168
Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Vilhena, no Estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp.....	273	Requerimento nº 800, de 2007, que requer a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Ernesto de Salvo. Senadora Kátia Abreu.....	176
Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2007, que institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas. Senador Marcelo Crivella.....	274	Requerimento nº 801, de 2007, que requer a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento do Pastor Edward Hemming Dood, que ocorreu na última sexta, em Vila Velha. Requer, ainda, que o Voto de Pesar seja encaminhado à família do falecido. Senador Magno Malta.	181
Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Seridó Potiguar, por desmembramento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Senadora Rosalba Ciarlini.....	276	Requerimento nº 802, de 2007, que requer a criação de uma comissão temporária externa do Senado Federal, composta de pelo menos dois senadores das seguintes Comissões: CCJ; CDH; CRA; CAS, e CDHTE, e os senadores do Estado do Pará, com o objetivo de visitar as instalações da empresa Pará Pastoral e Agrícola S/A – PAGRISA, localizada no Município de Ulianópolis, Estado do Pará, para averiguar as condições da rescisão direta do contrato de trabalho de cerca de 1.180 empregados, resultante da fiscalização empreendida pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho. Senador Flexa Ribeiro.....	206
Projeto de Lei do Senado nº 413, de 2007, que acrescenta parágrafo ao art. 944 da Lei nº 10.406, de 2002, para incluir a previsão das funções compensatória, preventiva e punitiva da indenização. Senador Renato Casagrande.....	277	Requerimento nº 803, de 2007, que requer a realização de Sessão Especial do Senado, em data a ser oportunamente marcada, destinada a comemorar os 80 anos do escritor, dramaturgo e poeta Ariano Suassuna. Senador Sibá Machado.....	206
REFORMA POLÍTICA		Requerimento nº 804, de 2007 que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2005, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Senador Expedito Júnior.....	207
Apelo para que o Congresso Nacional aprove a reforma política até o final da 53ª legislatura. Senador Marco Maciel.....	6	Requerimento nº 805, de 2007 que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2005, além do despacho inicial, seja também apreciado	
Apoio ao Senador Marco Maciel pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Edison Lobão.	7		
Apoio ao Senador Marco Maciel pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Romeu Tuma.....	8		
Apoio ao Senador Marco Maciel pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Adelmir Santana.....	9		
Apoio ao Senador Marco Maciel pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Cícero Lucena.....	11		

	Pág.		Pág.
pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Senador Expedito Júnior.....	207	SENADO FEDERAL	
Requerimento nº 806, de 2007 que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2007 que, “Institui o Asilo Político Tecnológico e Editorial e dá outras providências”, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competên- cia. Senador Wellington Salgado.....	207	Considerações sobre a figura do Suplente de Senador. Senador Adelmir Santana.	24
Requerimento nº 807, de 2007 que solicita seja apresentado voto de congratulações ao Pro- curador-Geral da União, Luís Henrique Martins dos Anjos. Senador Renato Casagrande.	207	Apoio ao discurso proferido pelo Senador Adelmir Santana. Aparte ao Senador Adelmir Santana. Senador Mão Santa.....	25
Requerimento nº 808, de 2007, que requer voto de aplauso à Academia Brasileira de Letras, pelo transcurso, no dia 17 de julho de 2007, do seu 110º aniversário de criação. Senador Arthur Virgílio.....	209	Sugestão sobre a necessidade de transpa- rência nos gastos dos parlamentares. Senador Eduardo Suplicy.	127
SAÚDE		Reafirmação da posição do PSDB com re- lação ao afastamento do Senador Renan Calhei- ros da Presidência do Senado, até que se finalize o procedimento no Conselho de Ética. Senador Arthur Virgílio.....	191
Considerações sobre a distribuição de media- camento de uso continuado pelos Correios. Senador Cícero Lucena.	21	Opinião sobre a permanência do Senador Re- nan Calheiros na presidência do Senado. Senador Jefferson Péres.....	194
Considerações sobre matéria do <i>Blog do No- blat</i> , intitulada “Misericórdia para a Santa Casa do Rio de Janeiro”. Manifestação em defesa das San- tas Casas em todo o país. Senador Mão Santa. ...	91	Defesa do combate à corrupção como mecanismo dos direitos democráticos. Senador Almeida Lima.	197
Apoio ao Senador Mão Santa por seu pronun- ciamento. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Cristovam Buarque.	94	TRIBUTOS	
Defesa da instalação de estrutura básica nos postos de saúde para atendimento de emergên- cias e fornecimento de medicamentos. Senador Adelmir Santana.....	177	Justificativas à apresentação dos Projetos de Lei do Senado nº 337/2007 e 340/2007, para permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, de despesas com material escolar, e dos pagamentos efetuados a profissionais e esta- belecimentos de atividade física após recomendação médica. Senador Papaléo Paes.....	101
SEGURANÇA PÚBLICA		Apoio ao discurso proferido pelo Senador Papaléo Paes. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Cristovam Buarque.....	104
Agradecimentos ao Procurador-Geral do Distrito Federal, Dr. Leonardo Azeredo Bandarra, e ao Juiz da primeira Vara da Justiça do Distrito Federal, Dr. Roberval Casemiro Belinati, pela cola- boração com a Corregedoria do Senado. Senador Romeu Tuma.....	17	VOTAÇÃO	
Indignação com o assassinato da jovem Lílian Samara, advogada e enfermeira, na madrugada de 06 de julho de 2007, em Teresina-PI. Apelo ao Pre- sidente Lula para que tome providências urgentes contra a violência no País. Senador Mão Santa.....	28	Discussão a favor da realização do proces- samento de votações das medidas provisórias em pauta. Senadora Ideli Salvatti.	205
		Discussão a favor da votação dos projetos em tramitação na Casa. Senador Antonio Carlos Valadares.....	206
		Discussão a favor da votação dos projetos em tramitação na Casa. Senador Osmar Dias.	350
		Discussão a favor da votação dos projetos em tramitação na Casa. Senador Inácio Arruda....	350

Ata da 107ª Sessão Não Deliberativa, em 6 de julho de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Cícero Lucena

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 8 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– São nove horas e oito minutos de sexta-feira, 6 de julho de 2007.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão do Senado da República brasileira.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, sob a supervisão da Drª Cláudia Lyra, nossa Secretária-Geral da Mesa.

Há oradores inscritos.

Regimentalmente, cada orador inscrito nesta sessão não deliberativa poderá usar da tribuna por vinte minutos.

Presente, como primeiro orador inscrito, o Senador Marco Maciel, que permuta com o extraordinário Senador Geraldo Mesquita Júnior. Advirto o Plenário que ontem eu deixei por aqui um livro muito bom de S. Exª, sobre formação política.

Senador Geraldo Mesquita, regimentalmente V. Exª tem vinte minutos, mas eu jamais ousarei cortar sua palavra e a palavra do Acre.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, eminente companheiro, Senador Mão Santa.

Cumprimento os Srs. Senadores presentes na Casa hoje e também os servidores. Quero mandar um abraço fraterno ao povo brasileiro e, em especial, aos meus conterrâneos do Acre.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, assomo à tribuna para declinar algumas questões. A primeira delas diz respeito a uma situação que me preocupa muito e que já me trouxe a esta tribuna algumas vezes. Refiro-me à falta do compromisso sério do País, do Governo brasileiro com a pesquisa, com a capacitação de profissionais que tanto fazem falta neste nosso País continental.

Recebi na data de ontem, Senador Mão Santa, 5 de julho, um *e-mail* do Prof. Mauro César Rocha da Silva, da Universidade Federal do Acre. Ele é mais um profissional que pede a intervenção de um parlamentar em organismos que concedem bolsa de estudo, para que

as diligências sejam adotadas com celeridade no que diz respeito exatamente a essa situação específica.

No *e-mail*, ele diz:

Venho através deste solicitar de V. Exª interpelação junto à Capes, para que essa Instituição de Apoio à Pesquisa proceda à liberação das bolsas de pós-graduação para os docentes de qualificação do Programa de Capacitação Docente da UFAC [a universidade federal do meu Estado, o Acre].

Deixo V. Exª a par dos fatos [E aí ele pontua, Senador Mão Santa:]

1. A Capes (programa de apoio à pesquisa) é vinculada ao Ministério da Educação e disponibiliza uma cota para os programas de capacitação docente das universidades federais;

2. todo ano [segundo o professor Mauro] há renovação das bolsas e/ou concessão de novas, que passam a vigorar a partir de março do ano calendário, sendo que a liberação se dá de fato a partir de maio, principalmente, devido aos trâmites burocráticos;

3. os docentes que são liberados para a realização de pós-graduação fora do Estado dependem dessas bolsas (transporte, aluguel, despesas gerais de manutenção na cidade do curso) para suprir esses gastos;

4. ocorre que a CAPES ainda nem se pronunciou sobre as bolsas do ano de 2007 nem tem previsão para isso [segundo ele]. Alguns alunos já estão voltando para Rio Branco [para o Acre] e outros já pensando em desistir da realização dos cursos de qualificação; são muitos os professores que estão nessa condição;

5. as universidades periféricas dependem dessas formações para a qualificação dos seus quadros docentes. É a única forma de elevar o nível de nossa universidade, a UFAC. Nosso nível, apesar do anátema regional, tem demonstrado muita competência técnica de ensino e pesquisa. Muitos dos nossos representantes passaram pela UFAC.

É verdade, Senador Mão Santa. Quadros dirigentes, na administração em geral no Estado do Acre, são oriundos da UFAC, foram formados naquela universidade que, com tanta dificuldade, persiste na tarefa de educar e de formar os acreanos.

Continua ele:

Mas, para manter esse nível de qualidade, precisamos de aperfeiçoamento.

Nesse sentido, dirijo-me a V. Ex^a para solicitar apoio junto à CAPES para a liberação das bolsas dos professores que estão se qualificando fora do Estado. Sem elas não temos como prosseguir.

É uma situação dramática e diz respeito ao Acre. Senador Mão Santa, tenho a intuição que isso deve ocorrer com profissionais de universidades de outros Estados, o que é lamentável.

O que pode um parlamentar fazer em relação a uma questão tão aflitiva como essa? Cabe-me, seguindo o exemplo de V. Ex^a, que diz reiteradas vezes que esta tribuna é a nossa trincheira, reproduzir esse grito. Portanto, daqui da nossa trincheira, reverbero esse grito de socorro de um Professor da Universidade Federal do Acre que fala em nome de muitos deles, para que uma situação como essa seja equacionada, seja resolvida. É uma situação dramática, a que são submetidos profissionais sérios e competentes e que estão com o propósito de educar, de formar.

Senador Mão Santa, não se pode entender uma universidade, uma escola, de maneira geral, sem a formação, sem a reciclagem, sem a capacitação de seus profissionais. Do contrário, é a falência da educação em nosso País, é o atrofiamento do desenvolvimento do nosso País.

O nosso País pode até crescer, Senador Mão Santa, mas, de forma desordenada, não se desenvolve exatamente porque falta a base, a formação, a capacitação, a pesquisa, a ciência, que, em nosso País, lastimavelmente, em qualquer período, é algo secundário, colocado no escaninho para, quando sobrar algum trocado, se colocar ali para, sei lá, fazer até uma figuração indevida.

Portanto, está aqui. O que me cabe fazer? Dar publicidade a um clamor dessa natureza, de profissionais da Universidade Federal do Acre que, repito, desconfio que não diz respeito somente a eles, mas a outros profissionais de outras universidades, de outros Estados, o que é absolutamente lamentável no nosso País.

O que me traz hoje aqui também, Senador Mão Santa, é dizer do prazer que tive ontem em participar de um debate promovido pela Associação dos Con-

sultores Legislativos e Consultores de Orçamento do Senado Federal com os servidores do Ibama. Saímos do Auditório 19, da ala das comissões, no avançado de mais das dezenove horas. Foi um debate muito bom, muito interessante, de alto nível.

Aproveito a oportunidade para, mais uma vez, ressaltar a excelência do trabalho prestado pelo quadro de Consultores nesta Casa. Os Senadores Marco Maciel e Adelmir Santana também sabem como ninguém que poucas decisões nesta Casa são adotadas, principalmente aquelas que se revestem de aspectos técnicos, sem que recorramos a esse quadro de profissionais, um quadro silencioso, mas de uma eficiência a toda a prova. São profissionais altamente capacitados e competentes, que têm prestado um relevante serviço ao Senado e ao País.

Pois eles ontem realizaram um debate nesta Casa com os servidores do Ibama. E um dos assuntos em tela, a Medida Provisória nº 366, Senador Mão Santa, no meu entender, lastimavelmente, desmembra o Instituto, o Ibama, cria o Instituto Chico Mendes, fraciona as atividades do Instituto. Esse foi o tema, foi o foco do grande debate ocorrido ontem. Eu tive a sorte, o privilégio de estar presente, participar e ouvir atentamente.

Tenho um pré-posicionamento com relação a essa questão. Ele é intuitivo e político. Fiz questão de comparecer ao debate para ouvir questões técnicas relativas ao assunto e corroborar a minha impressão, a minha intuição e o meu parco conhecimento sobre o assunto. Saí de lá muito satisfeito, saí de lá mais ainda convencido de que é mais um grande equívoco cometido pelo Governo de nosso País o desmembramento, o fracionamento do Ibama.

Gosto muito de fazer comparações, Senador Mão Santa. Quando me defronto com um problema, costumo recorrer a fatos semelhantes e fazer comparações para melhor compreender o que se está passando. Imaginem, Senadores Mão Santa e Marco Maciel, uma instituição como a Polícia Federal. De repente, o Governo brasileiro resolve fracioná-la: "Olha, a parte de inteligência da Polícia Federal vai ser alvo e vai ser tratada agora pelo instituto tal; a parte do combate direto ao narcotráfico vai ficar com a Polícia Federal". Entendeu, Senador Mão Santa?

No início desta semana, recebi um convite de dois amigos do Acre que concluíram o curso de formação de policiais federais. Os dois se habilitaram ao concurso de perito da Polícia Federal, e, no início da semana, eu fui à Academia da Polícia Federal. Estavam lá o Ministro Tarso Genro; o Diretor da Polícia Federal, Dr. Lacerda; e mais de 700 formandos, homens e mulheres, do curso de formação de delegado, agente, perito e escrivão.

Eu trouxe essa comparação porque o que ouvi ali foram palavras de unidade, de reforço da Instituição, de abertura de concurso para contratação de novos policiais federais, e não o contrário. Não o que a gente tem acompanhado em relação ao Ibama.

Veja, Senador Mão Santa, que coisa interessante e inédita em nosso País: os servidores do Ibama estão em greve, estão paralisados não por estarem reivindicando aumento salarial, mas por quererem mostrar ao País a forma como foi colocada essa divisão para o próprio Instituto e para a Nação brasileira, por uma medida provisória, de cima para baixo, enfiada pela goela. Isso incomodou muito os técnicos e os profissionais do Ibama, porque eles gostariam de ter participado de uma discussão. Quem sabe até não se convencessem da necessidade ou do acerto de uma medida dessas. Mas o que tem incomodado sobretudo é a maneira como foi colocada a questão. Numa área em que se lida com técnicos e com profissionais de alta competência, de alta capacidade, de repente se adota uma medida arbitrária mesmo, de cima para baixo, sem consulta, de forma antidemocrática. Essa é uma das coisas que mais tem incomodado a comunidade do Ibama em todo o País, que está parada, mobilizada a fim de discutir internamente e de mostrar à sociedade que essa divisão é nociva aos interesses do Instituto e do próprio País.

Tenho um profundo respeito e admiração pela Ministra Marina Silva. Aliás, fui eleito fazendo par com ela. Tenho dito, Senador Mão Santa, que ninguém pode duvidar da honestidade e da boa-fé da Ministra. Duvido que um brasileiro tenha essa ousadia. Mas todos nós, humanos, somos passíveis de equívocos.

Eu disse um dia desses, no auditório Nereu Ramos, para os mesmos funcionários do Ibama que estavam ali reunidos discutindo a questão – lembrei-me disso –, que grandes personagens da história mundial até acertarem o foco da sua linha de atuação, mas cometeram equívocos. Gandhi cometeu equívocos até acertar o foco, até acertar a estrada, o leito principal que levou àquela grande luta encetada por ele e pelos indianos. Martin Luther King, até acertar o foco, também cometeu equívocos.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com muito prazer, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PMDB – AC. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior, desejo, em breves palavras, dizer do meu apoio à manifestação de V. Ex^a no que diz respeito ao desmembramento do Ibama. Penso que isso em nada concorre para melhorar o desempenho da instituição; pelo contrário,

a existência de dois institutos, naturalmente, ainda vai tornar mais complexo o processo decisório, e em detrimento de um ganho de operacionalidade da própria Instituição. Faço essas observações por entender que, por ter o Brasil uma grande biodiversidade e estar na ordem do dia do mundo inteiro a questão ambiental, deveríamos reforçar cada vez mais o papel do Ibama, criando condições, assim, para preservar adequadamente o rico e diversificado patrimônio ambiental do nosso País. Quero me solidarizar com V. Ex^a. e espero que o Congresso Nacional não apóie referida proposição. É a minha opinião.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel, também penso assim. Acho até que o assunto deveria ser aberto de forma mais democrática, para que a discussão seja travada. Essa questão da medida provisória inquieta e incomoda muito, Senador Mão Santa. Incomoda que decisões dessa envergadura e importância sejam adotadas por uma medida provisória.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Perdoe-me interrompê-lo, mais ainda, a meu ver, por não se caracterizar adequadamente a procedência de uma medida provisória, já que a Constituição estabelece que devem estar bem claros os pressupostos de urgência e relevância. E tal não vemos na referida proposição governamental. E mais: por ser a medida provisória um instrumento que tem uma tramitação ágil nas duas Casas do Congresso, sobrestando, inclusive, sua pauta, isso faz com que, como lembra V. Ex^a com propriedade, o debate da matéria fique coarctado, reduzido em função da urgência que lhe é concedida. Essa matéria, a ser adotada, deveria observar os preceitos estabelecidos na Constituição: envio do projeto de lei; apreciação pela Câmara e, depois, pelo Senado; se emendada no Senado, a matéria volta à Câmara para que se manifeste terminativamente. Esse é mais um motivo – como V. Ex^a vem a brandir com total pertinência – para que essa matéria não seja tratada em regime de urgência, com o uso do instituto da medida provisória, que só deve ser utilizado em casos extremos, como, aliás, prevê a própria Constituição.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – É verdade. Mais uma vez, V. Ex^a tem absoluta razão.

Concedo um aparte ao Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (PFL – DF) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, quero me congratular com o pronunciamento de V. Ex^a e, na mesma linha do aparte do Senador Marco Maciel, também dar minha opinião de que sou contrário a esse tipo de procedimento, porque

é mais um instrumento de Estado, é um aumento do Estado brasileiro: serão mais diretores, mais pessoas, mais cargos. Temos é que procurar mecanismos para diminuir o tamanho do Estado brasileiro. Aqui mesmo, no Distrito Federal, temos o exemplo do nosso Governador José Roberto Arruda, que, quando assumiu o Governo, uma das primeiras providências que tomou foi exatamente a redução da máquina administrativa: tínhamos aqui 36 secretarias, número que foi reduzido para vinte. Quando da instalação do Governo, nós participamos do governo de transição, e eu dizia que tinha dificuldade em encontrar vinte secretarias. Quando vejo o uso de medidas provisórias para ampliar o tamanho do Estado brasileiro, realmente me preocupo, acho que não é esse o caminho. Temos de buscar, sim, simplificações e a diminuição do Estado brasileiro. Congratulo-me com V. Ex^a e com o aparte do Senador Marco Maciel.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Adelmir Santana. V. Ex^a trouxe um exemplo recente. Temos acompanhado – não tão de perto como V. Ex^a – o início da gestão do Governador José Roberto Arruda e, de fato, houve uma redução do tamanho do Governo do Distrito Federal, e o que parece a todos é que isso não trouxe nenhum prejuízo. Ao contrário: as notícias são de que isso tem feito com que a gestão seja mais eficaz, mais eficiente.

Sem qualquer ofensa, Senador Adelmir Santana – não me cabe aqui fazer considerações dessa ordem –, o Estado brasileiro, com mais de trinta ministérios, não tem se mostrado mais eficiente.

A crítica que se faz hoje é a de que o inchaço da máquina pública federal, com a criação de inúmeros ministérios – não diria desnecessários, mas alguns poderiam estar conciliando atividades dentro de outras estruturas –, não se compadece com a situação do Tesouro Nacional, dos cofres públicos. É uma contradição, porque, ao mesmo tempo em que se lastima, em que se lamenta a escassez de recursos públicos, amplia-se a estrutura burocrática do País. Isso não se compadece com a situação real da economia brasileira, das finanças públicas brasileiras.

Portanto, quero aqui deixar, Senador Mão Santa, a minha preocupação e fazer um apelo. Estava falando de figuras mundialmente conhecidas, como Gandhi e Martin Luther King, que se equivocaram num determinado momento de sua luta, de sua trajetória, mas depois acertaram o foco. Estendo a mesma consideração à Ministra e Senadora Marina, uma grande brasileira cuja atuação já transcende as fronteiras do nosso País, uma figura mundialmente respeitada.

Creio que o primeiro equívoco cometido pelo ministério foi advogar a aprovação, neste Congresso Nacional, da Lei de Gestão de Florestas Públicas, Senador Mão Santa. Eu me bati aqui, valorosamente, contra a aprovação dessa lei –ela foi aprovada pelo Congresso, e me rendo agora. As responsabilidades foram delimitadas. A execução dessa lei poderá trazer consequências graves ao País. O futuro dirá, Senador Mão Santa, quem tinha razão.

Creio que a divisão do Ibama é mais um equívoco. Uma estrutura como aquela deve ser reforçada. Os seus profissionais devem receber capacitação e treinamento intenso. A estrutura do Ibama deve ser reforçada e não dividida. Na história da luta dos povos, quando se quer fragilizar – V. Ex^a, que cita Napoleão, que cita os clássicos da filosofia política, sabe disso –, quando se pretende enfraquecer uma força antagônica, divide-se. Quando se quer fortalecer, unifica-se, solidifica-se, une-se. E o passo que o Ministério do Meio Ambiente, que o Governo brasileiro está dando com relação ao Ibama é exatamente o inverso disso. Em vez de fortalecer uma estrutura como aquela, corrigir o que tem de ser corrigido, priorizar a atuação daqueles profissionais sérios e competentes que há ali, faz-se exatamente o contrário: divide-se para fragilizar, para tornar mais caótica ainda a gestão ambiental em nosso País.

Deixo aqui a minha preocupação, Senador Mão Santa. Gostaria que ela contagiasse esta Casa no sentido de trazermos este assunto para cá para o discutir com sobriedade, com profundidade. Não vejo o propósito de um assunto desse ser objeto de uma medida provisória. O Governo poderia ter estabelecido uma ampla discussão com a sociedade brasileira, com os trabalhadores do Ibama, com os setores que gerem a questão ambiental em nosso País; não deveriam ter agido dessa forma antidemocrática, de certa forma arbitrária, enfiando goela abaixo uma divisão que está causando um trauma tão grande: os funcionários do Ibama estão parados há cinquenta dias, preocupados com o destino, com a sorte, com o prosseguimento de suas atividades.

Acho que não é assim que se procede. Portanto, deixo aqui a minha preocupação, por sorte compartilhada com Senadores da envergadura do Senador Marco Maciel, do Senador Adelmir e creio que de V. Ex^a também.

Para finalizar, Senador Mão Santa, queria fazer um registro especial sobre algo ocorrido na semana passada, exatamente no momento em que nos encontrávamos no Acre eu e V. Ex^a.

No município acreano de Xapuri, é Prefeito Vanderley Viana, um cidadão de origem humilde, um homem que tem inúmeros defeitos, como todos nós temos,

mas que tem uma qualidade que não se pode negar: é um sujeito trabalhador. Prefeito pela segunda vez do município, ele tomou uma iniciativa muito feliz e interessante: recrutou pessoas carentes da comunidade e, num galpão que ele construiu em sua administração, instalou uma fabriqueta de vassouras aproveitando essas garrafas PET. Coisa linda, Senador Ademir!

Nós coadjuvamos esse projeto, colocamos à disposição do Prefeito, para uma consultoria técnica, pessoas de nossa equipe que tinham conhecimento nessa área, e ele instalou a fábrica. Ele está lá feliz da vida, a comunidade está feliz da vida: são mais de trinta famílias, Senador Mão Santa, que vão processar aquele material – já estão produzindo as vassouras, aproveitando material que poderia estar poluindo o meio ambiente. Eu queria mandar um abraço fraterno ao Prefeito Vanderley, dar-lhe os parabéns. Eu não pude estar presente na inauguração, porque estava em outro canto do Estado, estava lá em Feijó, em Tarauacá, mas minha mulher compareceu, meu filho foi lá me representar, falou por mim. Voltaram entusiasmados, felizes da vida diante de uma iniciativa tão singela, tão pequena, mas de enorme significado, Senador Edison Lobão, que nos prestigia nesta manhã.

Dessa forma, quero aqui parabenizar a comunidade de Xapuri, o Prefeito, as famílias que já estão atuando, já estão produzindo – soube de encomendas e demandas que já ultrapassam a capacidade inicial de produção da fabriqueta, o que nos deixa muito felizes. Portanto, a nossa satisfação com iniciativa tão importante como essa.

Por último – desculpem-me mais uma vez pelo excesso de entusiasmo; a alegria faz com que a gente extrapole um pouco os limites –, eu queria anunciar que amanhã haverá espetáculo em Brasília: amanhã o meu querido Botafogo, Senador Mão Santa, joga aqui no Mané Garrincha. O Botafogo vem empolgando a sua própria torcida, vem empolgando a imprensa esportiva do País com um futebol bonito, com um futebol magistral, Senador Edison Lobão.

Costumo dizer que, perdendo ou ganhando, nosso time, hoje, dá-nos imenso prazer em vê-lo jogar, porque joga um futebol de arte. O Botafogo está resgatando a arte do futebol, que, por tanto tempo, vem se perdendo no nosso País.

Parabenizo, aqui, a gestão do Bebeto de Freitas, que, quando assumiu o Botafogo, há alguns anos, planejou a recuperação desse Clube, desse time, que, hoje, dá exemplo para todo o País. Futebol no nosso País é esporte de multidão, e o Botafogo está fazendo jus a isso; o Botafogo está oferecendo sua própria torcida, a torcida brasileira, o entusiasmo que a torcida, por vezes, perde com o futebol medíocre.

Está aí: amanhã tem espetáculo no Distrito Federal, Senador Edison. Convido V. Ex^{as}, convido a população de Brasília para terem um momento de alegria. A equipe do Botafogo, comandada pelo Cuca, vem fazendo um excelente trabalho.

Convido V. Ex^{as} para assistirem ao espetáculo do futebol.

Bom-dia! Bom final de semana a V. Ex^{as} e a todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Homenageamos o Botafogo, recordando aquele time do Didi, Garrincha, Santos e Zagalo. Mas o melhor time, na história do Brasil, em 1950, foi o do Fluminense: Castilho, Píndaro Pinheiro, Jair, Édson, Bigode, Telê, Didi, Carlyle, Orlando e Quincas; e Veludo, de reserva.

Este é o melhor Senado da história da República em 183 anos. Sexta-feira. Em 183 anos, atentai bem, brasileiras e brasileiros, nunca houve sessões nas sextas-feiras; nem nas segundas. Neste Senado, no dia 6 de julho, nunca houve sessão. Era recesso. Atentai bem: nunca, na sua história de 183 anos, o Senado da República se aproximou tanto do povo, por meio de audiências públicas. Vi, aqui – um quadro vale por dez mil palavras –, um homem do povo, desesperado, apelar para os Senadores, tentando se jogar daquela galeria. Esta é a confiança.

Aqui estão os melhores homens da história deste Senado. Acabamos de ouvir o Senador Geraldo Mesquita, exemplo de amante do Direito, da lei e da justiça. Ô Marco Maciel, acompanhei ele!

Genética. Sou professor de Biologia, filho de um ex-Governador, amado. Eu senti.

Mas o mais importante era o que fazia o Senador da Grécia, que, lá, reunia-se com outros na praça. Ele, de camiseta e mochila; e eu, andando com ele no meio do povo, abraçado a ele carinhosamente, com sua encantadora esposa. Constituíam uma família exemplar.

Agora, atentai bem, brasileiras e brasileiros – aqui estão os melhores homens da Nação; somos nós mesmos, Marco Maciel! –, Senador Marco Maciel, V. Ex^a está sendo chamado para usar a tribuna, regimentalmente, por 20 minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra daquele que é um dos melhores homens da República deste País.

Sou do Nordeste, orgulhoso do desempenho do trabalho de V. Ex^a. Tive um Colega que participou do meu Governo e que serviu no seu Governo. E ele sempre salientava: “Ô homem trabalhador; não dorme”. E V. Ex^a, Senador Marco Maciel, governou este País, Adelmir Santana, várias vezes. Oitenta e...?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Cinco vezes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Assumi a Presidência desta República 85 vezes. Posso dizer: atire a primeira pedra quem conhecer, neste país, um homem de maior probidade do que o nosso ex-Presidente Marco Maciel.

Esta Casa é tão grandiosa que, se não fosse, saíam – há dois ex-Presidentes que querem conviver conosco. Aqui, revive D. Pedro II. Lá, no Rio de Janeiro, sentou-se e disse – ele era Imperador, o Rei – que, se não fosse Imperador, desejaria ser Senador da República. Essa é a inveja e a mágoa que se implantam no frustrado que ataca esta Casa. Erro, cometemos. *Errare humanum est*, foi a frase dita por Cícero, no Senado Romano.

Mas estamos aqui, e aqui está Marco Maciel, dando exemplo da nossa realidade. Vejam o Consultor dele: Antônio Araújo, homem do Piauí, de quem nos orgulhamos; advogado.

Não é esta Casa; não somos só nós, Senadores, não; são 183 anos de boa história, construída e inspirada em Rui Barbosa. Antônio Araújo, o Piauí conhece; ele era Consultor de Petrônio Portella. Em todos os passos acertados de Petrônio Portella, ele estava do lado. E Marco Maciel, sabido, inteligente, competente, quando foi para os céus Petrônio Portella, deixando aqui esta Casa, aliou-se a Antônio Araújo.

V. Ex^a – um quadro vale por dez mil palavras – simboliza a ética e a decência da República e do Senado.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Mão Santa, desejo iniciar minhas palavras agradecendo as desvanecedoras referências que V. Ex^a fez a respeito da minha vida pública e aproveito a ocasião para saudar as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores Edison Lobão, Geraldo Mesquita e Adelmir Santana.

Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados não conseguiu, ontem, chegar a um acordo a respeito da votação da chamada reforma política. É algo que lamento, mas, como diz o ditado popular, “a esperança é a última que morre”. Espero que as discussões sejam retomadas brevemente, como, aliás, assim expressou o Presidente da Câmara; e, se tal acontecer, que possamos realizar, se possível, nesta sessão legislativa, a chamada reforma política, que, a meu ver, deve ser a primeira preocupação da atual legislatura, porque diz respeito não somente à consolidação das nossas instituições e do seu aprimoramento, mas também à própria governabilidade. O País não cresce, na minha opinião, a taxas mais altas, ainda não realizou a reforma política, porque ainda não melhorou os níveis de governabilidade.

Portanto, Sr. Presidente, ao tempo em que lamento o ocorrido ontem, espero que a discussão seja retomada na Câmara e possamos avançar.

Eu gostaria de registrar que a agenda que a Câmara estava discutindo, sobre a questão da reforma política, foi enriquecida com a colocação de mais um item: o debate sobre a questão de suplente de Senador. Esse é um tema extremamente complexo, a respeito do qual ainda há muita discussão sobre a melhor solução a se adotar.

Devo aproveitar a ocasião para tentar colocar um pouco de luz no debate do tema. Há uma parêmia latina – V. Ex^a, Sr. Presidente, gosta de citar sempre os romanos –, que diz: “*historia magistra vitae est*”, ou seja, a história é mestra da vida, ela ensina. É sempre bom, se quisermos discutir essa questão do suplente de Senador, lembrar como o assunto vem sendo tratado no Brasil.

Vou começar lembrando a Constituição de março de 1824, que, aliás, foi uma constituição outorgada, a primeira Constituição brasileira. Sobre ela tecerei poucas considerações, visto tratar-se de uma constituição que, além de outorgada, ainda refletiu o Brasil pós-Independência, e, mais do que isso, não tínhamos ainda, o que só ocorreu com a República, uma federação. Havia províncias, mas ainda não havíamos nos transformado em República e, conseqüentemente, não havia os chamados Estados federais.

O que se estabelecia, na ocasião, era que o número de Senadores seria correspondente à metade dos Deputados de cada província, e os nomes eram submetidos em listas tríplexes encaminhadas ao Imperador. O Imperador escolhia da lista tríplex. E não havia – como não houve durante todo o Império – a figura do suplente.

Obviamente, se falecia alguém no exercício do mandato, nova lista era apresentada ao Imperador e ele fazia a devida substituição. Aliás, na ocasião, não se exigiam 35 anos de idade, exigia-se mais de 40 anos de vida, como rezava a Constituição de 1824.

Eu até trouxe o trecho, que diz assim: “Para ser Senador requer-se que seja cidadão brasileiro, esteja em gozo dos direitos políticos [é óbvio], tenha, de idade, 40 anos para cima”. E também se assegurava aos membros da Casa Imperial o direito de assento no Senado assim que atingisse a idade de 25 anos.

A questão da suplência de Senador só se torna mais importante com a primeira Carta Republicana, de 24 de fevereiro de 1891. Qual é a característica dessa Constituição? Foi a primeira Constituição após a Proclamação da República em 1889, por Decreto

do Marechal Deodoro da Fonseca, de 15 de novembro de 1889.

A Constituição de 1891 foi importantíssima para o País porque não somente buscou consolidar a República, mas a definiu como República Federativa, Presidencialista e Bicameral, com a característica bem diferente do bicameralismo durante o Império, porque o Senado passou a ser eletivo e integrado por três membros de cada unidade da federação.

O mandato de Senador, à época, era de nove anos e o de Deputado, três anos. A cada eleição para Deputado, renovava-se um terço do Senado Federal. Esse modelo funcionou até a Revolução de 1930, que conduziu Getúlio Vargas a ser Presidente da República, provisoriamente e o levou, em 1932, a fazer o primeiro Código Eleitoral, sob a influência de comissão de especialistas no assunto e, depois veio a Constituição de 1934, de vida efêmera, posto que, em 1937, Getúlio, autoritariamente, baixou a chamada Polaca, fechando o Congresso, Câmara e Senado e praticamente desconhecendo a existência da Federação.

Em 1934 foram feitas as eleições e criadas, além da representação pelo voto popular, também representações corporativas, uma experiência de que se tem pouco a dizer porque, em 1937, foi outorgada a Carta que simbolizou o espírito do Estado Novo. E assim foi até o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, em 1945.

Assim como houve o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália, no Brasil o modelo autoritário foi o período do Estado Novo, de 1937 a 1945. A Constituição de 1946 dá nova disciplina à matéria.

Na Constituição de 1946, estabelece-se que a representação continua sendo a de três Senadores por Estado e os mandatos passaram a ser não de nove, mas de oito anos, coincidindo assim também com uma alteração nos mandatos de Deputados Federais, que passaram de três para quatro anos. A cada quatro anos se renovava, sob a égide da Constituição de 1946, um terço ou dois terços dos Senadores.

Isso também nos faz lembrar que ficou estabelecido, sob a vigência da Constituição de 1946, que cada Senador teria um suplente, eleito com o titular na chapa. Esse sistema permaneceu por longo período, com exceção durante parte do regime militar, porque, na década de 70, foi adotado o instituto da sublegenda, que permitia, conseqüentemente, em função do bipartidarismo: Arena e MDB, nas eleições para o Senado, haver até três nomes de candidatos a Senador: o mais votado seria o titular; o segundo mais votado, o primeiro suplente e o terceiro mais votado, o segundo suplente.

O chamado “Pacote de Abril”, em 1977, fixou que um terço do Senado seria eleito de forma indireta pela Assembleia de cada Estado e que se denominou “Senador Biônico”. Essa experiência valeu apenas para uma única eleição. Ficava estabelecido, também, que o primeiro e o segundo suplente assumiriam em função da vacância do cargo de titular.

Novamente, com a Constituição de 1988, retornamos com a experiência de 1946, só com uma ligeira modificação, na minha opinião, porque se introduziu a possibilidade de o Senador ter, em lugar de apenas um suplente, dois suplentes, incorporando a experiência adotada ao tempo da sublegenda.

Ouçó com prazer, o nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Marco Maciel, é bom que V. Ex^a faça o resgate histórico desta situação que diz respeito aos Senadores e a seus suplentes. Virou moda no Brasil, nos dias atuais, espaldeirar o Senado da República. Até pela existência de suplente, o Senado é hoje criticado, como se isso não constituísse uma prática antiga, como relata V. Ex^a com os fatos históricos, e como se fosse diferente em relação à Presidência da República, aos governos estaduais e às prefeituras municipais. O Vice-Presidente da República é eleito em função do Presidente, o Vice-Governador é eleito em função do Governador e o Vice-Prefeito também se elege em razão do titular, que é o Prefeito. É rigorosamente igual, mas só se fala de suplente de Senador, como se isso fosse um delito, um crime. Isso é uma prática constitucional antiga. Houve, realmente, no período do regime militar, as sublegendas que funcionaram apenas para a eleição de 1986, no que diz respeito ao Senado. Eu próprio fui eleito por uma sublegenda, em 1986, disputando com o titular da vaga, à época, que era candidato nato, e eu tive de disputar no Partido o direito de concorrer em uma sublegenda. E venci as eleições. Assim tem sido. Portanto, não vejo nada de mais; se o que se quer é atualizar o sistema, mudar o sistema, que se mude! Mas condená-lo, pura e simplesmente, querendo-se com isso dizer que a suplência é ilegítima, não é exato. É assim que se procede desde o começo da República, desde antes da República, como aduz V. Ex^a para o conhecimento daqueles que ignoram esses fatos. É a mesma coisa que se diz hoje do foro privilegiado. Que foro privilegiado? É foro de função; não é privilégio. Foro de função. Mas se se quer dar o caráter de foro privilegiado ao Supremo e, com isso, tentar dizer-se que o Supremo é uma instância que não julga é uma injustiça calamitosa com o Supremo Tribunal Federal. Por outro lado, qualquer pessoa terá o mesmo foro. Aquele que é submetido a julgamento

por um juiz singular tem o direito de recurso ao seu tribunal; se perder ali, recorre-se ao STJ; perdendo-se nesse, recorre-se ao Supremo, ou seja, vai parar, de novo, no mesmo foro. No meu entendimento, aquelas autoridades que têm direito ao foro de função como, no caso, o Supremo e que são o Presidente da República, os Ministros de Estado, os Senadores e os Deputados Federais, estão sendo inferiorizados, perdendo oportunidades porque só têm aquele foro para serem julgados. As demais pessoas são julgadas com direito a recurso, repito, pelo Tribunal de Justiça, com direito a recurso ao STJ, com direito a recurso ao Supremo Tribunal Federal. Mas não. As pessoas procuram apresentar isso como se fosse uma demasia de prestígio concedido indevidamente aos políticos. Triste classe política nos dias de hoje.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Edison Lobão, agradeço o aparte de V. Ex^a que trouxe achegas novas ao debate do tema. Aproveito a ocasião para dizer, a respeito do Senado ao tempo do Império, que apesar de ser um Senado não eletivo, não quer dizer que não abrigasse grandes figuras da vida nacional. A respeito do assunto, como sabemos, há um livro de Machado de Assis chamado *O Velho Senado*. Machado tinha por hábito, nas horas vagas, visitar o Senado, ele que foi, se assim posso dizer, o escritor por excelência.

Aliás, comemoraremos no próximo ano o centenário da morte de Machado de Assis. Projeto de minha iniciativa, já aprovado na Câmara e no Senado que depende apenas de sanção presidencial, propõe que 2008 seja considerado o Ano Machado de Assis. Ele freqüentava muito o Senado Federal. Ficava nas galerias. Ele fez observações muito interessantes sobre o Senado, chamando a atenção para eminentes figuras que ali discutiam as grandes questões nacionais.

O Império foi marcado pela existência de dois grandes partidos, os liberais e os conservadores. Os conservadores, chamados saquaremas, os liberais, os luzias. Vimos ali grandes figuras: Paranhos, Eusébio, Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, que fez o chamado Gabinete da Conciliação, se não me engano, em 1853, que, aliás, foi, antes, Presidente da Província de Pernambuco, logo após a Revolução Praieira. Ele, lá, em Pernambuco, tentou fazer um grande entendimento à semelhança do que fez no plano nacional.

Posso citar Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco, e o próprio Joaquim Nabuco, que foi um grande abolicionista, figuras também que marcaram o Império e que estão vivas na nossa memória.

Recentemente, o Embaixador Rubens Ricupero igualmente se referiu a esse papel do Senado, quando, em artigo publicado na **Folha de S. Paulo** no dia 24 de junho, fez uma referência às figuras de Eusébio, Zacarias de Góes e Vasconcelos, Marquês de Olinda, Paranhos, que já mencionei, e outros tantos, para mostrar a grande significação do Senado no período Imperial.

Mas voltemos ao Senado nos nossos dias.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Romeu Tuma, digno representante de São Paulo no Senado Federal.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Obrigado, Senador. Depois do Senador Edison Lobão, que fez uma parcela da história sobre o Senado, sabe V. Ex^a a minha admiração pela sua pessoa...

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – ...pelo profundo estudo sobre os assuntos que traz à tribuna para discutir. Atravessamos agora um período de enorme hesitação dessa reforma política, e V. Ex^a recupera os fatores históricos, principalmente da organização política referente ao Senado da República. Sabemos que, durante o regime militar, algumas alterações foram feitas para garantir o sistema vigente naquele período, inclusive três Senadores por Estado, para evitar qualquer dificuldade na sucessão determinada pelos militares para poderem chegar aos objetivos que, àquele tempo, foram traçados pelo conjunto dos militares que assumiram o Poder. Esse é o meu ponto de vista, porque acompanhei alguma coisa e a sua evolução. Esse retrospecto histórico que V. Ex^a faz tem tanta importância que deveria ser impresso e distribuído às escolas porque os jovens, os estudantes desconhecem completamente os fatos referentes a essa exposição de V. Ex^a. E é muito fácil criticar. O Senado Federal hoje virou uma vidraça, infelizmente, por atos que estamos apurando e tentando julgar para evitar que se repitam. Mas uma coisa me chama a atenção – e o Senador Edison Lobão falou sobre isto: o foro especial; não é foro privilegiado. É claro que se perde todo o poder de recurso. Julgado no Supremo Tribunal Federal, acabou-se a história. Então, as críticas, Presidente Marco Maciel, não são àquele que exerce uma função ter foro especial, mas, sim, ao Supremo, que não julga e não condena. Essa é a visão das leituras que tenho feito. Tenho um pouco de cautela em falar no fórum especial no que diz respeito a crime comum, quem mata, quem pratica um assalto, um prejuízo. Outro dia eu estava discutindo com membros do Judiciário sobre criar varas especiais porque, às vezes, a autoridade recebe 200

processos por este Brasil afora e não tem condições de ficar respondendo em cada vara nem constituindo advogado, às vezes em cidades longínquas. Mas trata-se da concentração para crimes comuns. Agora, quanto ao Supremo, temos é de continuar a tentativa da reforma do Judiciário para dar velocidade ao processo e restringir a capacidade de recurso de alguns crimes até o Supremo. Então essa é a visão que tenho. Peço desculpas por ter ficado um pouco fora do tema que V. Ex^a está tratando.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Não, absolutamente. Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Mas fazemos democracia com um Judiciário rápido, objetivo; e que, por coisas pequenas, não se chegue ao Supremo Tribunal Federal.

Então, temos que começar a dominar essa profusão de recursos, como disse o Senador Edison Lobão. O processo começa na primeira instância, no juizado comum, e vai subindo, subindo; depois de 10 anos, quando chega ao Supremo, o crime já prescreveu ou existe um milhão de processos para julgar, e os Ministros não podem dar prioridade a nenhum deles, tendo que seguir a seqüência cronológica da entrada do processo. Agradeço a oportunidade e cumprimento V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Eu é que agradeço a V. Ex^a. Devo dizer que, quando V. Ex^a falou do Judiciário, recordou algo que considero muito importante. A idéia que V. Ex^a trouxe foi a de que precisamos fazer com que o Judiciário também discuta formas de agilizar o seu processo decisório.

Rui Barbosa, na sua Oração aos Moços, fala desse assunto quando diz, mais ou menos assim, que a justiça que tarda não é justiça. Isso significa dizer que há muito tempo essa não é apenas uma preocupação do Judiciário, mas também uma questão que diz respeito a todos nós legisladores.

Fizemos uma reforma do Judiciário, por meio da Emenda nº 45, o que foi um grande passo. Avancamos e continuamos a avançar, inclusive com a súmula vinculante, o que concorrerá para agilizar a tramitação dos feitos do Judiciário e também reduzir a impunidade.

Obviamente, se a Emenda nº 45 já foi um progresso significativo, precisamos continuar aperfeiçoando o processo decisório. Eu me recordo de que, quando da instalação desta Legislatura – a 53ª Legislatura –, no dia 1º de fevereiro deste ano, aqui estive a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, que fez referências a respeito de medidas que o Judiciário vem obtendo no sentido de agilizar a tramitação dos feitos. Daí por que acho que a questão suscitada por V.

Ex^a tem a ver com o aperfeiçoamento das instituições e, conseqüentemente, com as reformas institucionais, que alguns chamam também de reforma política, que precisamos realizar. Assim como lembrou o Senador Edison Lobão, devemos continuar avançando nesse campo, porque é essencial para que o país aperfeiçoe e consolide as suas instituições e melhore o processo de desenvolvimento do país, tornando nossas instituições mais ágeis e eficazes, de modo, conseqüentemente, a enfrentarem e resolverem as grandes questões nacionais.

Ouçõ agora o nosso Colega, representante do Distrito Federal, o Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (PFL – DF) – Senador Marco Maciel, eu queria me reportar ao resgate histórico que V. Ex^a faz, no início do seu discurso, das suplências de Senador. Assim que chegamos aqui e, nesta condição, substituindo o atual vice-governador, o nobre Senador Paulo Octávio, portanto na condição de suplente, era nossa intenção e chegamos até a anunciar que faríamos um projeto de lei propondo alterações nessa matéria. Ao pesquisar, verificamos que existe no Senado uma série de projetos tratando desse assunto. Também existia – ou existe – em andamento na Câmara, já aprovado pelo Senado, um projeto abordando a reforma política, no qual o assunto foi inserido. Portanto, não tomamos nenhuma iniciativa, esperando, naturalmente, que essa reforma política tratasse da matéria, que, com certeza, depois de tratada, voltaria ao Senado para a discussão das inclusões em relação ao suplente de Senador. Eu compreendo que os atuais Senadores – como bem disse V. Ex^a – que assumiram na condição de suplentes têm perfeita legitimidade, como bem disse também o Senador Edison Lobão. Essa legitimidade está assegurada na Constituição de 1988 e na legislação eleitoral, no Código Eleitoral, que, aliás, na eleição de 2002, começou a exigir que, em todo material de propaganda ou naquele em que se divulgasse o nome do candidato, fossem inseridos os nomes do primeiro e do segundo suplentes. Portanto, não me sinto ilegítimo por ter assumido na condição de suplente. É preciso que compreendamos isso. E o Senador Edison Lobão fez aqui algo que tenho evocado sempre: ninguém questiona a figura do vice-presidente, do vice-governador, do vice-prefeito. Por quê? Porque é uma eleição majoritária. Não se vota em vice; não se vota em vice-presidente, não se vota em vice-governador. Já se votou, no passado. É uma eleição majoritária. Vota-se em uma chapa tal qual se vota na chapa de Senador, que também é uma eleição majoritária. Vota-se em uma chapa que compreende um titular e dois suplentes. Talvez a terminologia de suplente de Senador não esteja correta. Sendo uma

eleição majoritária, essa questão da suplência é muito mais condizente com as eleições proporcionais: eleição para vereador, deputado estadual, deputado distrital e deputado federal. Acho, portanto, que essa matéria tem de ser inserida na reforma política, como bem disse V. Ex^a. Ao decidir excluir a figura de suplência ou de vice-senador, ou de segundo senador, ou de terceiro Senador, será preciso compreender que tem de ser levada em conta a extensão do mandato. Esse é um dos primeiros aspectos. O mandato, que já foi de nove anos inclusive, hoje é de oito anos. Daí, talvez, por que os legisladores na Constituição de 1988 tenham decidido, como o mandato é de oito anos e no Brasil há eleições a cada dois anos, criar as figuras do segundo e do terceiro Senador, isto é, do primeiro e do segundo suplentes. Agora, ao se discutir essa matéria, tem que se levar em conta inclusive a extensão desse mandato. Outro aspecto que se deve considerar também, como se trata de uma eleição majoritária, é a proibição de que esses eleitos disputem novas eleições renunciando ao mandato, porque, do contrário, não pode se extinguir a figura do suplente ou do vice-senador, ou do segundo Senador. Se se permitir que o Senador, eleito em pleito majoritário, dispute eleição para prefeito, governador ou presidente da República e ainda, até mesmo, ocupe cargos no Executivo, desaparecerá a equidade entre os Estados, isto é, a existência de três Senadores por Estado. Nos Estados Unidos, por exemplo, não existe a figura de suplente, mas os mandatos são mais curtos, de apenas seis anos, e, caso o Senador se afaste em virtude de falecimento ou renúncia após o cumprimento da metade do mandato, o Governador do Estado escolhe um novo Senador, porque a representação daquele Estado não pode ficar diferente da dos demais. Isso é muito pior do que a figura do suplente, pois é o governador que escolhe um Senador para complementar o mandato do que foi eleito. Se o Senador falecer antes de exercer a metade do mandato, faz-se uma eleição suplementar. Esses são pontos que temos que examinar. No Brasil, por exemplo, como eu disse, há eleições a cada dois anos. Ora, vamos acabar com a figura do suplente, mas vamos estabelecer mandatos mais curtos e proibir que o Senador eleito se afaste para exercer cargos executivos, ocasionando, assim, diferença de representação entre os Estados brasileiros, ou seja, um fica com três, outro fica com dois ou com um. Temos que discutir a matéria com clareza. Eu, por exemplo, mesmo tendo chegado aqui na condição de suplente, não me sinto desqualificado como Senador. Entretanto, acho que essa figura está mal colocada, e nós realmente temos de discuti-la, mas discutir sem tirar a legitimidade do suplente que está exercendo o mandato, que, como

afirmei, é assegurado pela Constituição de 1988 e pela própria legislação eleitoral vigente. Agradeço a V. Ex^a por ter focado essa matéria. V. Ex^a tem autoridade para isso, pois exerceu muito bem o cargo de Vice-Presidente da República, de Senador por mais de uma vez e de Deputado e compreende exatamente o que estou dizendo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Adelmir Santana, quero agradecer a V. Ex^a o aparte, que, se assim me permitir, vou responder em duas etapas.

Inicialmente vou me referir à parte histórica.

E, depois, concederei a palavra ao Senador Cícero Lucena, para, então, fazer outras considerações sobre o tema.

Quando se reportou à questão da figura do suplente, V. Ex^a me fez lembrar a história dos Estados Unidos da América do Norte. Isso nos faz, mais uma vez, retornar à Constituição de 1891, porque foi feita sob a inspiração do modelo norte-americano. Por quê? Porque os Estados Unidos estavam inovando, em pleno Século XVIII, no que diz respeito às instituições políticas, uma vez que, diferentemente do que ocorria na Europa, nos Estados Unidos, eles haviam proclamado uma República em 1776.

No período de 1776 a 1787, durante onze anos, portanto, eles elaboraram uma Constituição que foi objeto de muitas discussões, com um debate muito acalorado e marcado por muito espírito público, a tal ponto que, quando havia dificuldade de resolver algum tema mais relevante, eles paravam a sessão para uma reflexão, como demonstrado em um livro clássico: *O Federalista*, de Madison, Hamilton e Jay.

Naquela ocasião, os Estados Unidos se transformaram em república federativa presidencialista. E nós copiamos esse modelo integralmente, com a Constituição de 1891: república federativa, presidencialista e bicameral. E lá eles regularam a questão do Senado. Foi aí que surgiu o Senado, sob novo modelo, não aquele Senado que existia na antiguidade clássica, sobretudo em Roma; era um Senado diferente, posto que sob a égide de uma verdadeira República, seus membros eram eleitos pelos seus respectivos estados. Nos Estados Unidos, diferentemente do Brasil, são dois Senadores de cada Estado, com um mandato de seis anos. Isso, a meu ver, é um modelo bem sucedido por uma questão empírica. E a experiência já o demonstrou. Os Estados Unidos, desde a sua primeira Constituição, de 1787, continuam com a Carta em vigor com pouquíssimas alterações. A Constituição americana tem mais de 200 anos e apenas 26 emendas.

A Constituição de 1988 ainda não fez 20 anos e já têm em torno de 60 emendas. Trata-se de uma Constituição muito bem elaborada e que, de alguma forma, ainda hoje, consegue administrar bem o processo político norte-americano. Tanto isso é verdade que os Estados Unidos são hoje, ainda que ameaçados pela China, a maior economia do mundo. Logo, é um modelo extremamente bem sucedido.

Na Constituição americana, quando falecia um Senador, ou eles elegiam direta ou indiretamente, dependendo do Estado, pois a Federação americana é muito forte e há grande autonomia dos Estados para dispor sobre determinados assuntos. Mas, a partir de 1912, pela Emenda Constitucional nº 17, nos Estados Unidos da América do Norte eles passaram a fazer a eleição do Senador que eventualmente houvesse falecido ou renunciado o mandato. Agora, eles adotaram o processo de convocar as eleições para substituir. Consequentemente, eles não conhecem a figura do suplente.

Volto mais uma vez ao Brasil. Esse modelo adotado pelos Estados Unidos foi, em grande parte, seguido pelo Brasil na Constituição de 1891, que, aliás, foi uma Constituição muito bem tecida, pois era curta, concisa. Se não me engano, a Constituição de 1891 tinha apenas 91 disposições, havia 8 ou 9 disposições transitórias, mas o texto permanente possuía apenas 91 dispositivos. Essa Constituição conseguiu vigorar durante 39 anos, foi até a Revolução de 1930.

Naquela ocasião, nós estabelecemos a questão dos 3 Senadores, mandatos de 9 anos, Deputados com mandatos de 3 anos e assim foi até a Revolução de 30.

Na Constituição de 1891, há muitos comentaristas importantes – não vou citar todos –, mas eu gostaria de mencionar um que é meu conterrâneo, João Barbalho Uchoa Cavalcanti. João Barbalho faz uma análise muito adequada de como tecemos essas instituições republicanas, mirando o modelo dos Estados Unidos da América do Norte, que também teve grande influência no México. Ainda hoje, o México conserva a expressão “Estados Unidos Mexicanos”, como, no Brasil era “Estados Unidos do Brasil”. Tudo isso era influência ainda do constitucionalismo americano. À época, dizia-se que o Novo Mundo, que era a América, estava ensinando ao Velho Mundo, a Europa, porque eles, de fato, conceberam instituições novas, republicanas, com a precedência do cidadão, porque, nos Estados Unidos, não há monarquia e, portanto, a autoridade é eleita pelo voto. Esse modelo teve uma grande influência no Brasil e se expressa no constitucionalismo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Advirto-lhe de que V. Ex^a está na tribuna há quarenta minutos, mas esses foram os quarenta minutos mais ricos neste Senado.

Quero lembrar ao Senador Edison Lobão a importância que tenho. Eu era Governador do Estado do Piauí, e o Senador Marco Maciel, Vice-Presidente da República. V. Ex^a nos convidou para tomar um café da manhã no Jaburu. Peguei o primeiro avião de madrugada, Edison Lobão, para ir a esse café. Antes do café, houve uma missa lá. Pensando no café, não comi no avião. Houve a missa, e V. Ex^a se lembra de que a parte mais importante é o Pai Nosso. Em um minuto, foi transmitida a melhor mensagem da história da humanidade. Então, V. Ex^a terá esse minuto para a conclusão.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não. Eu vou concluir, mesmo porque o Senador Edison Lobão está inscrito e também vejo a presença do Senador Cícero Lucena, a quem quero conceder aparte, para concluir a minha manifestação.

Ouçó, com prazer, o nobre Senador Cícero Lucena.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel. Muitas vezes, as circunstâncias que estamos vivendo levam-nos a ter acalorados debates sobre determinados assuntos. E, sem dúvida, esse momento estamos vivendo no Senado. Entre outros temas a serem discutidos, de muita importância, está o da fórmula da eleição de suplentes de Senadores. E, ao trazer o tema para debate nesta Casa, V. Ex^a o faz com muita propriedade, como sempre, com muito equilíbrio, e até os Senadores que me antecederam fizeram suas ponderações.

(Interrupção do som.)

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – O Senador Mão Santa hoje está diferente. Mas que ele possa vir a ser debatido com equilíbrio, como deve ser debatido um tema tão importante. Até porque, Senador Marco Maciel, a possibilidade que tive de entrar na vida pública foi como convidado pelo então candidato ao Senado pelo meu Estado, Senador Antonio Mariz, em 1990. E, naquela oportunidade, convidado por ele, convidado pelo Senador Humberto Lucena e pelo então candidato a Governador Ronaldo Cunha Lima, não tive chance de ser suplente de Mariz, porque eu não tinha idade suficiente para ser candidato nem a suplente, que é a mesma exigida para Senador. Mas, por não ter tido idade...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a já completou?

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Já completei, Senador Romeu Tuma. Por não ter a idade para receber o convite, tive a chance logo em seguida, próximo da convenção, de ser convidado para ser vice-governador do então candidato Ronaldo Cunha Lima. Ou seja, estávamos tratando de suplente de senador e de vice-governador. Para mim, é uma honra muito grande ter sido vice-governador, embora nunca tenha sido candidato a nenhum cargo eletivo. Acredito que a campanha se constrói – quer seja de senador, de governador ou de presidente – não por uma pessoa apenas, mas por uma série de projetos, principalmente na eleição majoritária. Tive o prazer de governar, ao lado de Ronaldo Cunha Lima, durante três anos, o Estado da Paraíba. Ele saiu, então, candidato a senador – e foi eleito –, e eu fiquei no Governo do Estado. Então, concordo com os Senadores sobre a figura do vice, desde que bem escolhida e bem trabalhada, assim como a figura do suplente de senador. Temos exemplos aqui de suplentes que se fazem presentes. E não preciso fazer elogios ao Senador Adelmir Santana pela sua presença, pois Brasília e o Brasil como um todo conhecem o seu trabalho. Há exemplos de outros suplentes que, mesmo de passagem, dão a sua belíssima contribuição no debate, na discussão que esta Casa faz em nome deste País. Quero parabenizar V. Ex^a e dizer que estaremos prontos para o debate, para a discussão do tema com equilíbrio, com razão, com história e com preocupação em dar a nossa contribuição. Parabéns.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Cícero Lucena, quero agradecer a manifestação de V. Ex^a e dizer que o seu aparte enseja colocar a minha posição em relação ao tema, porque considero esse assunto agora integrando, como novo item, a pauta da chamada reforma política.

Cabe-me dizer neste momento que devemos fazer uma reflexão sobre o tema e também ter consciência de que havemos de olhar como funcionam instituições semelhantes à nossa no restante do mundo. Não podemos sair para uma solução que não repouse na experiência.

No campo institucional, são sempre perigosas medidas adotadas sob emoção, sem grande reflexão. Digo sempre – e isso não tem nada de original; quem me ensinou foi Noberto Bobbio, que, em um livro intitulado *Entre duas repúblicas*, se referia à Constituição italiana de 1946 – que os homens passam, com os seus defeitos e as suas virtudes, mas as instituições ficam, devem ficar.

Quando trabalhamos questões institucionais devemos ter mais do que a consciência, a certeza de estar trabalhando com algo que deve durar mais do que décadas, quem sabe séculos. Daí por que todo cuidado em qualquer mudança.

O que pode fertilizar o debate é justamente procurar ver experiências de outros países, que têm Senado com as características do Senado brasileiro, o que significa dizer que deve ser uma república igualmente federativa. Se possível também uma república federativa presidencialista. E olhar soluções que sejam compatíveis com os nossos costumes, com a nossa cultura.

A propósito do assunto, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, ao agradecer o tempo que V. Ex^a generosamente me concedeu, eu gostaria de lembrar que, no fim do ano passado, foi lançado aqui no Senado Federal um livro chamado *Reforma Política no Brasil*, trabalho feito com o Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Minas Gerais, conjuntamente com o Pnud, órgão da ONU. Esse livro foi coordenado por Leonardo Avritzer e Fátima Anastasia, Diretora do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Minas Gerais, se não estou equivocado. Nele há uma série de textos doutrinários e também alguns verbetes – acho que são vinte e tantos verbetes. Um deles diz respeito à questão das suplências de parlamentares. Aí não abarca somente a suplência de Senadores, mas suplências também de Deputados Federais.

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que autorizasse juntar ao discurso que proferi o texto relativo a suplências de Deputados e Senadores. É um texto curto – apenas quatro laudas – mas entendo que poderá enriquecer o debate do assunto.

Por fim, quero dizer que precisamos fazer uma análise comparativa, que temos de olhar nossa experiência e também ter em mira a necessidade de que essa é uma questão institucional a ser discutida de forma exaustiva para encontrarmos soluções compatíveis com o nosso desejo de construirmos uma sociedade não somente democrática, desenvolvida, justa, fundada em sólidas instituições capazes de responder às nossas demandas por governabilidade.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Suplentes de Parlamentares

Charles Pessanha

Ana Luiza Backes

(MOTUS)

A Constituição Federal — CF determina a substituição dos deputados ou senadores por suplentes nos casos de vacância definitiva do cargo (ocorrida por motivos de morte, renúncia ou perda de mandato) ou afastamento temporário do titular (licenciamento em caso de doença ou para tratar, sem remuneração, por no máximo cento e vinte dias, de interesses particulares, ou ainda para exercer cargos de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de capital ou chefe de missão diplomática temporária) (art. 56). Na hipótese de vacância, não havendo suplente, far-se-á eleição para o cargo se faltarem mais de 15 meses para o término do mandato (art. 56, parágrafo 2º). Cada uma das duas Casas Legislativas tem regras próprias para a escolha dos suplentes, refletindo as diferenças dos processos de recrutamento: os membros da Câmara dos Deputados, representantes do povo, são eleitos pelo sistema proporcional (art. 45); os do Senado Federal, representantes dos Estados e do Distrito Federal, pelo princípio majoritário (art. 46). A regra de preenchimento da suplência para deputado federal está definida no Código Eleitoral, juntamente com a fórmula da representação proporcional (Lei 4.737, de 15 de julho de 1965, arts. 105 a 113). Após a eleição, a lista partidária de cada partido ou coligação é ordenada de acordo com o resultado das urnas, na ordem da votação recebida por cada candidato (art. 108). Os mais votados, em número equivalente ao do quociente partidário, são eleitos, e os demais passam a constituir a lista de suplência, válida para o partido ou coligação durante todo aquele mandato (art. 112). A ordem de chamada é a definida pelo desempenho de cada candidato na eleição, mesmo que, nos casos de coligação, o suplente seja de outro partido coligado, e, não oriundo da mes-

ma legenda do deputado substituído. Vale lembrar que a regra se aplica também se o suplente convocado tiver trocado de partido após o pleito — o critério para o preenchimento das vagas é aquele resultante da eleição, consagrado na lista de suplentes. Já para o Senado Federal, a Constituição determina que cada senador será eleito com dois suplentes (art. 46, parágrafo 3º). O método adotado para essa eleição é o de "chapa única" — cada candidato ao Senado concorre com seus dois suplentes, implicando sua eleição, necessariamente, a eleição dos substitutos. O grande problema dessa fórmula é que ela acaba por ocultar os candidatos à suplência, cujos nomes não são divulgados durante a campanha, não são votados diretamente e permanecem assim quase sempre desconhecidos dos eleitores. O que se observa na prática é que para a indicação do cargo prevalecem escolhas de parentes, de financiadores de campanha e até acordos para divisão de mandato. Não raro, são eleitos suplentes que jamais exerceram cargos públicos e/ou que não teriam condições de disputar, perante o eleitorado, uma cadeira no Senado. A situação torna-se mais séria pelo fato de as vacâncias permanente e provisória não serem incomuns no Senado Federal. Desde a promulgação da Constituição de 1988, por exemplo, vários senadores renunciaram ao mandato para assumir cargo de Ministro do Tribunal de Contas (1/3 da composição do Tribunal é indicada pelo Senado Federal, que costuma optar por senadores ou ex-senadores); outros renunciaram por razões diversas ou tiveram os mandatos cassados, pela Justiça Eleitoral ou por seus pares. No mesmo período, vários senadores se afastaram para exercer cargos previstos na Constituição, principalmente de ministros de Estado, ou por licenças médicas ou ainda para tratar de interesses particulares. O mandato de senador nesses

Reforma Política no Brasil
 { Leonardo Azeiteiro / organizador
 { Fátima Amantim / organizadora
 S. A. L. / S. A. L.

casos foi exercido por substitutos que, na maior parte dos casos, não participaram das campanhas e, portanto, não assumiram compromissos com o eleitorado que os elegeu sem conhecê-los e nem a suas propostas.

Outras Constituições

O preenchimento de vacância em eleições majoritárias não é, realmente, tão simples quanto no caso das eleições proporcionais em que, como foi visto, as listas partidárias criam, automaticamente, uma lista de suplência (sejam as listas abertas, ordenadas pelo voto do eleitor, ou preordenadas). As fórmulas mais usadas para a substituição de representantes oriundos de eleições majoritárias são a convocação de um novo pleito ou a previsão de eleição conjunta de suplentes para os cargos. Nos Estados Unidos, cujos desenhos institucionais tiveram grande importância para os países sul-americanos, a Emenda Constitucional 17, de 1912 — que revogou as eleições indiretas para a Câmara Alta, pelas Assembléias Legislativas, e estabeleceu eleições diretas para o Senado — regulamentou o problema da suplência ao dispor que, “ocorrendo vagas na representação de um Estado no Senado, a autoridade executiva do Estado convocará eleições para o seu preenchimento. Todavia, a Assembléia Legislativa poderá autorizar a autoridade executiva a proceder a nomeações temporárias enquanto o povo não preencher a vaga por eleição, nos termos previstos pela Assembléia Legislativa. No Brasil, já foram experimentadas algumas fórmulas. A Constituição de 1891, um pouco antes dos Estados Unidos, usou a fórmula da nova eleição, para suprir as vacâncias, ao determinar que “o senador eleito em substituição de outro exercerá o mandato pelo tempo que restava ao substituído” (art. 31, parágrafo único). A Constituição de 1946 partidariza a eleição para o Senado ao criar a figura do suplente ligado ao candidato, determinando que “substituirá o Senador, ou suceder-lhe-á nos termos do artigo 52, o

suplente com ele eleito” (art. 60, parágrafo 4º). Na eventualidade da inexistência de suplente, cabia ao presidente da Casa solicitar ao “Tribunal Superior Eleitoral” para providenciar a eleição, salvo se faltarem menos de nove meses para o término do período”. Nesse caso, o eleito exerceria “o mandato pelo tempo restante” (art. 52). A Constituição de 1967 determinou que “cada Senador será eleito com seu suplente” (art. 43, parágrafo 2º). O pronome reforçou a ligação do suplente ao titular. Em 1977, no bojo do “pacote de abril”, foi incluída a fórmula de eleição do Senador “com dois suplentes” (art. 41, parágrafo 3º da Emenda Constitucional 1/69, com redação dada pela Emenda Constitucional 8/77). Ao mesmo tempo, foi estendido para as eleições do Senado o mecanismo da sublegenda partidária (a Lei 5.453, de 14 de junho de 1968 havia instituído o sistema de sublegendas nas eleições para Governador e Prefeito), através do Decreto-Lei 1.541/77, permitindo o lançamento de mais de um candidato por partido para cada vaga de senador. Segundo o método adotado, os candidatos não eleitos eram transformados em suplentes. O instituto da sublegenda facultava aos partidos políticos o lançamento de até três candidatos para o Senado e para as Prefeituras, sendo os votos de todos os candidatos do mesmo partido somados, destinando-se a cadeira ao mais votado dentre eles. O objetivo da fórmula, contudo, não era resolver o problema da suplência, mas dar aos partidos, durante a vigência do bipartidarismo, forçado, a possibilidade de expressar divergências.

Propostas em discussão no Congresso

a) *Reviver a sublegenda.* Uma alternativa em exame é a de reviver a sublegenda para a eleição de senador, por via de lei ordinária (ver PL 2.876/2004, do Deputado Costa Ferreira, em tramitação na Câmara). Segundo a proposta, à maneira do que fazia o Decreto-Lei 1.541/77, os partidos poderiam optar pelo sistema atual (indicando um can-

didato e seus dois suplentes) ou lançar até três candidatos (sendo eleito o mais votado, os outros dois convertendo-se em suplentes). No caso da opção pela sublegenda, teríamos a vantagem de obrigar os suplentes a disputarem eleições. Do ponto de vista formal, não há nada que impeça a criação de um instituto semelhante para a eleição de senadores hoje. Enquanto alternativa para os problemas da suplência dos senadores, contudo, a solução deixa a desejar, pois a superação do sistema atual seria facultativa, ou seja, dependeria da opção adotada pelo partido. Além disso, para que se concretizem as vantagens (que os candidatos a suplente sejam obrigados a buscar apoio junto ao eleitorado), torna-se necessária a existência de diversas candidaturas no interior do partido. Esse sistema estimularia divisões nas nossas já frágeis agremiações partidárias, transformando as eleições em uma disputa interna entre as legendas. Os inconvenientes gerados por essas disputas provavelmente superariam as vantagens associadas às mudanças que se pretendem na forma de escolher a suplência.

b) Tornar suplentes os candidatos mais votados. Uma alternativa frequentemente aventada como solução para o problema é a de transformar em suplentes os segundos e terceiros candidatos mais votados para o Senado, no respectivo estado. Essa fórmula, para ser implantada, exige a mudança da Constituição, já que contraria a letra do parágrafo 3º do artigo 46. Há várias Propostas de Emenda Constitucional em tramitação na Câmara, propondo justamente essa alteração (ver PECs 142/95, 541/97, 362/2001, 149/2003, 312/2004). Essa mudança seria de fácil implantação, pois aproveita o sistema de eleição nos moldes atuais, sem necessitar de muitas adaptações nos mecanismos eleitorais, o que talvez explique o grande número de propostas que visam instituí-la. Entretanto, não parece ser a melhor solução, pois significaria substituir o eleito pelo candidato derrotado, cuja proposta pode ter sido amplamente repudiada pelo eleitorado. Além disso, é rompida a afinidade partidária entre o substituto e o titular, podendo gerar todo tipo de atrito na hora da substituição, levando mesmo o Senador a evitar o afastamento,

para não alterar a participação de seu partido no Senado (impedindo, por exemplo, que se candidate a governador de seu estado, ou que participe de ministérios).

c) Criar a candidatura a suplente. Uma terceira alternativa em discussão no Congresso é a de permitir ao eleitor votar diretamente no suplente, escolhendo entre as alternativas apresentadas pelo partido. A idéia é que cada candidato ao Senado seria registrado com vários candidatos a suplente, e caberia ao eleitor escolher quais deles iriam efetivamente se credenciar a substituir o senador eleito. Vale esclarecer que as eleições do titular e de seus suplentes não seriam independentes entre si, pois o eleitor escolheria os substitutos dentre os oferecidos na chapa do partido, os suplentes concorreriam vinculados à candidatura principal. Essa nos parece ser a melhor fórmula para solucionar o problema da suplência, pois obriga os partidos a tornar públicos os nomes dos candidatos a suplente, entregando ao eleitor a sua escolha. E não tem os inconvenientes das duas anteriores: nem criará suplentes com antagonismos irreconciliáveis com os titulares, nem obrigará à divisão dos partidos em sublegendas. Já foram apresentadas no Congresso Nacional propostas contendo essa fórmula, uma implantando a mudança por via de emenda à Constituição, e a outra por legislação infraconstitucional. A PEC 67/2003, cujo primeiro signatário é o deputado Maurício Rands, propõe alterar a Constituição para adotar um sistema desse tipo, estabelecendo que o eleitor faça diretamente a escolha de um suplente, dentre as alternativas apresentadas pelo partido. Cumpre registrar que a proposta reduz o número de suplentes para um, pois altera também o mandato dos senadores, que seria reduzido a quatro anos (o número de dois suplentes, que está em vigor hoje, está relacionado ao longo mandato de oito anos, para o qual se considerou que apenas um suplente poderia ser muito pouco). No Senado, por sua vez, tramitou um Projeto de Lei visando instituir essa alteração por via de lei ordinária: o PL 29/1995, apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy, o qual foi arquivado. Era defendido no projeto que não seria necessário alterar a

Constituição, pois a redação dada ao parágrafo 3º do artigo 46 não impede que se proceda a uma escolha direta dos suplentes (ao contrário do que ocorre com a eleição dos vices para os cargos executivos, inseparáveis dos titulares, conforme o disposto no parágrafo 1º do artigo 77). Essa argumentação parece capaz de resistir ao exame de constitucionalidade requerido para a adoção da medida por legislação infraconstitucional. O projeto do Senador Suplicy afrontava a Carta Magna em outro ponto, porém, já que previa a escolha de apenas um suplente, ao invés dos dois expressamente determinados na Constituição.

d) Suplente assume apenas até nova eleição para senador. Vários projetos em tramitação no Senado criam novas regras de substituição: o suplente substituiria o titular apenas nos afastamentos temporários; nos casos de vaga, seria eleito novo senador com mandato-tampão nas próximas eleições

gerais subsequentes (ver PECs 11/2003 e 8/2004), ou seriam convocadas novas eleições (ver PECs 5/2001 e 24/2001). A proposta não resolve o problema de suplentes desconhecidos do eleitor, mas pelo menos evita que eles venham a exercer longos mandatos. É necessário considerar, contudo, que a realização de um novo pleito pode significar custos excessivos; a melhor alternativa, no caso, parece ser a de aguardar até a próxima eleição geral.

e) Impedir registro de parentes para suplência. Outra proposta de alteração às regras de suplência foi tentada pela Senadora Marina Silva (SF PLS 00190/99) propondo alterar a Lei Complementar 64 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro de suplentes que fossem parentes do candidato ao Senado, até o segundo grau. A proposta, contudo, foi rejeitada no Plenário do Senado (em 17/10/2001). Em 2003 foi apresentado projeto com idéia semelhante, dessa vez, como proposta de alteração constitucional (ver PEC 11/2003).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Deus escreve certo por linhas tortas. Foram usados 50 minutos para uma aula, porque o Brasil teve uma aula de política e de reforma política pelo nosso extraordinário Senador Marco Maciel, que dignifica a República e esta Casa.

Senador Edison Lobão, V. Ex^a, ontem, observou o livro que eu estava lendo. Guardou-o e trouxe-o a nossa assessoria, o Figueiredo, mostrando a eficiência do Senado. Ele já conseguiu outro, pensando que eu não tinha mais. Então, passo à mão de V. Ex^a o livro *A Política ao Alcance de Todos, Curso Completo*, do Senador Geraldo Mesquita Júnior. Ato como esse traduzem a grandeza deste Senado, que é o melhor Senado, pelas figuras que representamos, em 183 anos de Brasil.

Portanto, depois da palavra que o Brasil ouviu, o ensinamento sobre democracia de Marco Maciel e da sua vida, passamos a palavra a Romeu Tuma para uma comunicação inadiável. Ele que engrandece este Senado e que é o ícone dessa Polícia Federal que moraliza o País. Ele que a irrigou, que a plantou, que a semeou nos momentos mais difíceis da democracia, na transmissão democrática feita pelo hoje Senador José Sarney, traduzindo que este é o melhor Senado na História da República, em 180 anos.

Concedo a palavra a V. Ex^a para uma comunicação inadiável. Pelo Regimento, seriam cinco minutos, mas jamais iria cercear a palavra de V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Mas não vou abusar de V. Ex^a. Fico aqui quase que engasgado com a generosidade de V. Ex^a ao se referir a minha pessoa. Eu pedi licença ao Senador Edison Lobão, que é o próximo inscrito, mas eu não poderia deixar de agradecer a duas pessoas importantes da Justiça do Distrito Federal: o Procurador-Geral do Distrito Federal, Dr. Leonardo Azeredo Bandarra; e o Juiz da 1^a Vara da Justiça do Distrito Federal, Dr. Roberval Casemiro Belinati. Eles foram as razões, junto com a Polícia do Distrito Federal, do resultado positivo da Operação Aquarela, que, infelizmente, acabou desaguando em alguns fatos que foram trazidos a este Congresso. Imediatamente à nossa solicitação de alguns documentos para verificarmos algumas denúncias, o Dr. Bandarra me recebeu e se colocou à disposição para uma conversa com o setor de inteligência do Ministério Público. Ligou para o Dr. Belinati, o Juiz, que colocou à disposição os documentos referentes a pessoas ligadas ao Senado. Eu os recebi; realmente a informação dele coincidia com essa parte, havia alguma gravidade no assunto.

Hoje lá compareci para agradecer a gentileza dele e a confiança que mostrou ter no Senado Federal, através de sua Corregedoria, não hesitando em fornecer documentos importantes que, mesmo sob sigilo, tinham nexos com o problema que deveria ser apurado pelo Senado. Ele se pôs à disposição também para fazer uma nova triagem, para analisar documentos que tenham nexos para podermos formar o quadro geral e chegar ao documento do futuro.

Não poderia deixar de agradecer de público a gentileza do Dr. Belinati e do Dr. Bandarra e a confiança que depositaram neste Senado Federal, entregando a documentação necessária para que nenhum tipo de injustiça seja cometida.

Agradeço-lhe, Senador Mão Santa, por me conceder esse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Senado Federal e o País confiam em V. Ex^a, que foi Comandante da Polícia Federal no período mais difícil da transição democrática. Com serenidade, V. Ex^a passou por mais de oito mil greves sob o governo firme do ex-Presidente José Sarney, levando este País à paz, à ordem e ao progresso.

Demonstrando a grandeza deste Senado da República, com muito orgulho, chamo para usar da palavra o Senador Edison Lobão do Democratas do Maranhão.

Gostaria de dizer que S. Ex^a reflete a grandeza deste Senado da República, o melhor Senado em 183 anos de história, por seus homens, pelo respeito. Aí está: um quadro vale por dez mil palavras.

Eu sou vizinho de Edison Lobão, essa figura extraordinária que foi um Governador extraordinário. Madrugava mandando a sua mensagem ao povo; as suas obras e o seu exemplo estão aí.

O Senado pode ter falhas, mas aí está o homem que enfrentou o período mais tortuoso e tormentoso desta Casa, a maior crise: foi quando se digladiavam o ex-Presidente Jader Barbalho e o grande líder Antonio Carlos Magalhães. Ele assumiu naquele período tormentoso, navegou – “Navegar é preciso, viver não é preciso” –, e entregou este Senado às mãos honradas de Ramez Tebet, que está no céu.

Então, V. Ex^a merece o respeito não só do Maranhão. E tanto é verdade, que represento aqui, trago o convite de uma emissora de comunicação do Piauí, do Norte, a Rádio Igarassu, que vai homenageá-lo nesses dias com a comenda Homem Personalidade de Ação. V. Ex^a extrapolou o Maranhão. Não quero é que V. Ex^a transfira o título para o Piauí, porque V. Ex^a ganha o Governo do Estado, ganha o Senado da República.

Estamos na reflexão. Sou médico-cirurgião, desse negócio de ética eu entendo, no meu curso tinha deontologia médica. Edison Lobão, o Juramento de Hipócrates é uma aula de ética. Temos que refletir. Se houver qualquer tumulto, lanço aqui o candidato à presidência da Comissão de Ética. Por quê? Porque não acredito que possa ser assim. Sou professor de Biologia, de Genética, sou um médico-cirurgião. Então, de repente, não posso me transformar – adverti o Sibá quanto a isso – em juiz. É preciso ter preparo, dedicação, saber.

Realmente, ele representa isso, está associado ao direito e à justiça. Ele traduz essa grandeza do Senado da República, que nunca dantes – estudei toda a história – teve tantos homens dignos, de valor, como hoje.

Com a palavra Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, agradeço, desde logo, o encaminhamento a mim do exemplar do extraordinário livro *Política ao alcance de todos*, de autoria do nosso colega Geraldo Mesquita, uma gentileza de V. Ex^a. Vou lê-lo com toda alegria. Agradeço também os encômios de V. Ex^a a respeito de minha participação política nesta Casa.

Em verdade, naquele período mencionado pelo eminente Presidente, durante o qual foi Presidente o paraense Jader Barbalho, vivemos instantes dramáticos. Até diria, para resumir numa frase, que foi um período convulsivo e tempestuoso. Assumindo a Presidência desta Casa, como disse V. Ex^a, tive ajuda da Divina Providência e, com isso, re colocamos o Senado nos trilhos da normalidade.

Mas quero hoje, Sr. Presidente, falar sobre um assunto de fundamental importância para o Brasil. Estamos mergulhados numa crise política e esquecemos uma crise talvez muito maior, muito mais densa e muito mais ampla, que é a crise provável do apagão energético. Aqui está o Senador Cícero Lucena, que entende profundamente dessa matéria e que haverá de me dar razão no que diz respeito às minhas reflexões e preocupações com o futuro próximo.

Elaborei um estudo e resolvi escrever um discurso para que esses dados que hoje aqui trago ao conhecimento do Senado Federal fiquem registrados, fixados na memória dos Srs. Senadores e do País porque se trata de questões de fundamental importância para todos os brasileiros.

Volto a um tema que tenho abordado com alguma frequência: a oferta de energia em nosso País. E volto ao tema porque vem crescendo a ameaça de que nos

defrontemos, dentro de três ou quatro anos, com um novo apagão elétrico.

Ora, Sr. Presidente, se existe uma atitude imperdoável, para qualquer nação, é não aprender com os erros do passado. Por isso, não posso acreditar que, decorridos alguns anos do apagão que tantos transtornos ocasionou à sociedade brasileira, ainda não tenhamos adotado todas as providências que se fazem necessárias.

Temos bem nítida na memória a dura lição de 2001 e 2002. Naquela oportunidade, de uma hora para outra, nosso consumo de energia foi submetido a uma redução compulsória de quase sete mil megawatts médios. Os reflexos foram terríveis. Em termos econômicos, uma queda brutal da produtividade. Em termos sociais, um somatório de desconfortos impostos à população. Em termos políticos, enfim, o Governo humilhado, em posição quase vexatória.

De qualquer maneira, pode-se dizer que todo aquele sofrimento nos deixou, ao menos, alguns ensinamentos. Por conta da escassez de energia, os consumidores aprenderam a ser mais eficientes. Substituíram equipamentos obsoletos; racionalizaram os processos de produção; investiram em fontes de energia que se afiguravam menos dispendiosas ou mais confiáveis. A tal ponto que, durante alguns anos, o País experimentou certa folga no balanço entre a demanda e a oferta de energia.

Ocorre, Sr. Presidente, que o momento atual é de retomada do crescimento econômico. E se por um lado pedimos a Deus que, para o bem do nosso povo, tal expectativa não seja frustrada, por outro lado essa perspectiva de um novo surto de desenvolvimento só faz aumentar a nossa preocupação com a questão energética.

Um documento que retrata com bastante acuidade essa preocupação é o primeiro relatório do Programa Energia Transparente – Monitoramento Permanente dos Cenários de Oferta e do Risco de Racionamento, elaborado recentemente pelo Instituto Acende Brasil. É quase aterrador.

Depois de traçar um amplo diagnóstico da situação, discutindo as duas medidas de capacidade de suprimento normalmente utilizadas – conhecidas como balanço estrutural e risco de déficit –, o relatório chega a algumas conclusões que nos fazem temer pelo futuro. Uma delas é a discrepância de conceitos e critérios entre os diversos órgãos que atuam no setor.

O Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, por exemplo, divergem sobre a necessidade de aumentar a oferta no caso de um crescimento mais acelerado do PIB. De outra parte, o Ministério de

Minas e Energia e a Empresa de Pesquisa Energética contabilizam os riscos de déficit de energia de maneira diferente do Operador Nacional do Sistema e de outros agentes. Ninguém se entende nesta matéria.

Esse é um equívoco crucial. Se temos um inimigo comum – o risco de um apagão energético –, não podemos ter visões distintas do campo de batalha; não podemos, como bem aponta o relatório do Instituto Acende Brasil, utilizar “dois termômetros com escalas diferentes para medir a mesma febre”.

De qualquer forma, o trecho do relatório que mais assusta é aquele que apresenta a estimativa dos riscos de racionamento para quatro cenários de oferta e demanda de energia: primeiro, oferta de referência e crescimento de 4,8% ao ano; segundo, oferta com atrasos e o mesmo crescimento de 4,8% ao ano; terceiro, oferta de referência e crescimento de 5,4% ao ano; e quarto, oferta com atrasos e crescimento também de 5,4%. Ora, uma diferença de 30% entre uma avaliação e outra significa apenas o caos no fornecimento de energia.

É evidente que, como País, devemos ser previdentes, trabalhar a favor da segurança; ou seja, temos de estar preparados para aquele que, em termos de déficit de energia, é o pior cenário possível. Pensemos, portanto, nesse cenário – ou seja, o pior. Um cenário em que a oferta de energia é aquela considerada no Programa Mensal de Operação do ONS, de março de 2007, em que as térmicas a gás somente estarão disponíveis a partir de 2011; em que ocorrerá frustração de 40% do Proinfra; em que haverá atrasos nas obras das usinas com pendências ambientais – estou dizendo “haverá”, mas já está havendo. Inúmeras hidrelétricas estão atrasadas ou sequer começaram, por conta de problemas ambientais.

Um cenário, finalmente, em que o consumo de energia no Brasil crescerá a uma taxa de 5,4% ao ano.

Pois bem! Com esse cenário, Sr^{as} e Srs. Senadores, o risco de que o Brasil venha a decretar um racionamento na Região Sudeste, em 2010, é de 23,5% – em 2010, há o risco de um “apagão”. Já em 2011, no ano seguinte, passa a ser de 30%.

É um risco muito alto, um risco com o qual, evidentemente, não podemos conviver; afinal, 85% de nossa potência instalada provém de usinas hidrelétricas, e não podemos basear nossa política energética, unicamente, nas orações para São Pedro. A situação, hoje, já não é tão grave, porque os reservatórios estão repletos. São Pedro tem ajudado, mas não podemos contar com ele sempre. Ele, às vezes, se cansa.

De modo que só nos resta uma opção: enfrentar o desafio energético da maneira mais séria e competen-

te possível. Nesse sentido, um passo fundamental, de resto apontado no relatório do Instituto Acende Brasil, que é a padronização das informações.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, o Operador Nacional do Sistema Elétrico, a Empresa de Pesquisa Energética, todas as instâncias, enfim, que atuam no setor devem criar uma medida comum de segurança de suprimento, com base em simulações que reflitam adequadamente a operação real. Isso fará com que o diálogo entre agentes e consumidores se torne muito mais transparente do que hoje.

Outra medida urgente – e diversas vezes já me pronunciei sobre o assunto – é a construção de uma série de usinas hidrelétricas de fundamental importância para nosso País. São inacreditáveis, para não dizer revoltantes, os obstáculos que a todo momento tiram da manga para tentar inviabilizar obras como Estreito e Serra Quebrada, Jirau e Santo Antônio. Ora é o Ibama, ora é a Funai, ora é o Ministério Público; o fato é que sempre aparece um empecilho.

Não estou defendendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nenhum atropelo às normas. É lógico que a construção dessas usinas, e de tantas outras, devem respeitar todos os aspectos legais, éticos e ambientais envolvidos. O que não se pode, porém, é inventar um fato novo a cada dia, tirando do processo a transparência e a previsibilidade, tão necessárias à execução dos serviços.

Ouçó, com prazer, o eminente Senador Cícero Lucena.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a aborda também, nesta manhã de sexta-feira, nesta sessão, um assunto que, muitas vezes, não debatemos no tempo certo; e, quando vem à demanda, ocorre já de forma bastante grave. V. Ex^a acende não uma luz vermelha em relação à capacidade de energia produzida no Brasil, em relação à demanda para seu desenvolvimento, seu crescimento; V. Ex^a está acendendo um holofote vermelho, porque, pior do que discutir números diferentes, previsões diferentes, é a certeza de que o Governo tem a responsabilidade, o dever, a obrigação de fazer alguma coisa. Alguns técnicos do Governo se portam como se não estivesse acontecendo nada. Pior: como se estivesse tudo tranquilo, enquanto os operadores, os conhecedores profundos desse assunto têm alertado que o Brasil não terá capacidade de crescer nem na projeção desse programa tão anunciado pelo Governo, esse tal de PAC. Nem esse crescimento previsto, nossa geração de energia permitirá que haja. E V. Ex^a coloca o assunto com muita propriedade. Não está querendo atropelar normas,

não está querendo ferir princípios. Não. Quer que o Governo utilize sua capacidade, assuma sua responsabilidade, para que, depois, não precisemos conviver com o apagão elétrico, na mesma condição em que hoje estamos convivendo com o apagão aéreo. O Governo fica batendo cabeça, e não dá a solução de que a população tanto precisa. É muito grave, é muito sério esse alerta que V. Ex^a faz. Creio que esta Casa, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem de aprofundar os estudos, inclusive ler o relatório do Instituto Acende Brasil, que não está fazendo crítica, mas alertando para o tamanho do problema. E V. Ex^a o traz a esta Casa para que possamos nos aprofundar a respeito dele e o Governo ter a humildade de dizer que está errado e que tem de tomar providência. Parabéns, Senador, pelo tema tão importante.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço, Senador Cícero Lucena, a participação fundamental de V. Ex^a neste debate. Essa não é responsabilidade apenas minha ou de V. Ex^a, mas de todos. Estamos diante de uma situação grave para o Brasil, e ficamos neste cipoal da vida pública, atolados numa crise política, que haverá de ser passageira, com a graça de Deus, quando as questões realmente densas e fundamentais são negligenciadas, tratadas de maneira leniente por aqueles que têm a responsabilidade de encontrar solução. Estou dizendo aqui, com base em técnicos brasileiros respeitáveis, que temos a ameaça de um apagão elétrico de 30% em 2011, e não vejo preocupação por parte dos responsáveis pela vida pública na mesma medida.

Será que a consciência nacional está embotada? Será que só se pensa em mandar *e-mails* aos Senadores por conta de uma crise conjugal que afetou representante desta Casa? Será que o desemprego em massa, se ocorrer o apagão em 2011, que virá com certeza, não tem importância? No meu raciocínio, devemos valorizar aquilo que deve ser valorizado muito mais do que o que menor valor tem.

Senador Cícero Lucena, agradeço a participação fundamental, de V. Ex^a, nesse debate. Essa não é, apenas, minha responsabilidade, nem de V. Ex^a, é de todos. Estamos diante de uma situação grave, para o Brasil e ficamos neste cipoal da vida pública, atolados numa crise política que haverá de ser passageira, com a graça de Deus. As questões, realmente densas e fundamentais, são negligenciadas, tratadas de maneira leniente, por aqueles que têm responsabilidade de encontrar soluções. Estou dizendo, aqui, com base em técnicos brasileiros, respeitáveis, que temos a ameaça de um apagão elétrico de em 2011. Não vejo as preocupações dos responsáveis pela vida pública, na

mesma medida. Será, que a consciência nacional está embotada? Será, que só se pensa em mandar E-mail, aos senadores, por conta, de uma crise conjugal, que e afetou o representante desta Casa? Será, que o desemprego, em massa, se ocorrer o apagão, em 2011 que virá, com certeza, isto não tem importância? No meu raciocínio, devemos valorizar aquilo que deve ser valorizado, muito mais, do que o que menor valor tem.

Ainda, há pouco, o Presidente da República, corajosamente, tomou a decisão de realizar uma usina nuclear. Foi criticado por alguns, que não medem as consequências no futuro, mas estou eu aqui para dizer que Sua Excelência agiu com coragem. Embora seja uma energia muito mais cara, duas ou três vezes mais cara do que a energia da hidrelétrica. E se o Governo tomasse a iniciativa, assumisse uma responsabilidade e mandasse resolver essas hidrelétricas que estão pendentes de autorização do Ibama e da Funai? Porque são imposições inaceitáveis. A hidrelétrica de Serra Quebrada, por exemplo, que talvez seja a melhor do Brasil, não se constrói há 20 anos em razão da presença de cinco índios na periferia, apenas cinco índios. Ninguém quer fazer mal algum a eles, apenas retirá-los do ponto em que se encontram e levá-los para uma reserva mais próxima, ou então para uma outra posição, mas não se consegue. São obstáculos intransponíveis que eu não consigo entender.

Mas prossigo, Sr. Presidente, dizendo que especial atenção deve ser dada também à questão do gás natural. Como o contrato que firmamos com a Bolívia nos obriga a comprar uma quantidade fixa de gás, independentemente de seu uso efetivo, a indústria foi incentivada a substituir os combustíveis anteriormente utilizados.

O problema é que o crescimento da oferta não acompanhou o crescimento da demanda. Retardou-se a entrada em operação das bacias de Santos e do Espírito Santo, ao mesmo tempo em que a importação do produto da Bolívia passou a sofrer os atropelos que todos acompanhamos com tanta angústia. Já pelo lado da demanda, o que houve foi um crescimento de 12% ao ano, entre 2001 e 2006, agravado pelo fato de que a dependência externa do produto, nesse mesmo período, subiu de 45% para 53%.

O resultado de tudo isso foi o alerta feito, poucos dias atrás, pelo Presidente do Conselho de Infra-Estrutura da Confederação Nacional da Indústria: “Já está faltando gás natural para novos investimentos na indústria”. Pois é...

Outro tema recorrente em meus pronunciamentos – e disso dão testemunho as Sr^{as} e os Srs. Senadores

– é o das fontes alternativas de energia. Não podemos, de jeito nenhum, descuidar do assunto.

Daqui já saudei, com grande entusiasmo, a importância dada pelo Governo Federal ao programa do biodiesel. E me permito recordar uma observação que fiz no já distante 1º de setembro de 2000, ou seja, há sete anos, desta mesma tribuna: “Salta aos olhos que devíamos dar atenção prioritária às pesquisas sobre o aproveitamento econômico das energias alternativas, pois elas a nós se oferecem como dádivas não aproveitadas”. Humildemente, quero crer que a observação, excetuado o discurso atual em defesa do biodiesel, continua válida.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de apontar outra recomendação feita pelo relatório do Instituto Acende Brasil: a de que os procedimentos de rede referentes a um eventual racionamento sejam detalhados.

Como bem observa o relatório, “o maior conhecimento de como este racionamento seria implementado permite que os riscos de desabastecimento sejam calculados de maneira mais realista, contribuindo, portanto, para evitá-lo”. Trata-se, em outras palavras, da elaboração de um plano de contingência. Que eu saiba, nunca nenhum país, ou órgão de governo, ou empresa pública ou privada, arrependeu-se de ter elaborado, previamente, uma estratégia para enfrentar as surpresas da vida.

Esse, Sr^{as} e Srs. Senadores, o alerta que ousou fazer. Tratemos de reduzir ao mínimo possível, com toda a nossa arte, com toda a nossa engenhosidade, o risco de um novo apagão elétrico. Um apagão que, dadas as circunstâncias e as proporções, seria ainda mais humilhante que seu antecessor, e mais devastador do que o anterior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nós nos congratulamos com o Senador Edison Lobão pela advertência que faz ao País de perspectiva de falta de energia, e lembramos a ação firme e forte do Governo passado, de Fernando Henrique Cardoso. Para um problema desses, ele tomou a decisão de criar uma câmara, que foi dirigida pelo competente e extraordinário homem público Pedro Parente, que tinha a cooperação de vários Ministérios.

Até o Ministério de Minas e Energia, digamos assim, dependia das ações daquele que tinha todo apoio do Presidente da República para resolver a problemática.

V. Ex^a adverte o Governo brasileiro em boa hora.

Ainda temos dois oradores inscritos: Senadores Cícero Lucena e Adelmir Santana.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena, que traduz também a grandeza deste Senado da República. Ele, também muito jovem, enfrentou uma das maiores dificuldades da política brasileira. Assumiu o Governo da Paraíba em circunstâncias de grande dificuldade, de grandes adversários, de conflitos políticos muito graves. Com sua competência e serenidade, continuou a governá-la. De tal maneira que, depois, o seu nome foi lembrado, para ser Ministro da Integração, pelas bases políticas do Nordeste. Para o Piauí, foi o melhor Ministro da Integração.

Hoje, o Ministro da Integração Nacional, o nosso líder Geddel Vieira Lima, visita o Piauí.

Lembro-me de uma grande enchente que houve no rio Paranaíba e outros rios – o Piauí tem 19 rios, seis perenes, 100 lagoas. Estávamos desesperados em Teresina com o falecimento do maior líder: Wall Ferraz, e ele chega pronto, com rapidez e nos entrega um cheque de US\$5 milhões. Hoje, milhares de famílias estão abrigadas nos conjuntos Wall Ferraz e Mão Santa, pois transferimos esses recursos e, com Francisco Geraldo, do PSB, soerguemos esses conjuntos para abrigar os alagados e também em várias cidades do interior.

Depois o povo o elegeu por duas vezes Prefeito da encantadora João Pessoa. E ele enriquece e traduz essa grandeza do Senado nos dias de hoje.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa, pela sua eterna generosidade.

Gostaria de complementar a fala do Senador Edison Lobão, no sentido de chamar a atenção do Brasil sobre o alerta da possibilidade do apagão elétrico que foi feito há poucos instantes pelo Senador Edison Lobão. Estamos falando com antecedência de quase quatro anos. Portanto, o Governo e todos aqueles envolvidos no setor têm total responsabilidade sobre o assunto.

Sr. Presidente Mão Santa, ocupo esta tribuna para, entre outros assuntos, falar de algo que para mim é muito gratificante, porque foi uma experiência vivida como Prefeito na cidade de João Pessoa: da distribuição de medicamento de uso continuado pelos Correios.

Senador Mão Santa, o senhor, como médico, sabe muito bem que enfermidades como hipertensão e diabetes são doenças que o paciente, ao tê-las, nem sempre identifica de forma rápida para que possa tomar as providências ou fazer o tratamento o mais rápido possível antes que elas se agravem.

Ao assumir a Prefeitura de João Pessoa, nós comprávamos medicamentos para cerca de 6 mil a 7

mil pessoas cadastradas no sistema de atendimento a hipertensos e/ou diabéticos. Mas sempre havia queixas de que faltavam medicamentos; que as pessoas se deslocavam aos postos específicos ou aos postos de saúde do Município e não havia esses medicamentos.

Nós, então, adotamos um programa em que procuramos cuidar não somente dessas 6 mil a 7 mil pessoas; ampliamos o atendimento para quase 25 mil pessoas que precisavam tomar medicamento diariamente. Quem é médico sabe muito bem disso. Alguns pacientes precisam tomar até 5 ou 6 comprimidos por dia. E quem não tinha condição de comprar esse medicamento, simplesmente deixava de comprar e deixava de tomar, agravando sua doença. Todos nós sabemos que a hipertensão e o diabetes são responsáveis, muitas vezes, pelo infarto, pelo AVC, pela amputação de um membro e, conseqüentemente, a piora da qualidade de vida dessa pessoa.

Nós fizemos então uma campanha do Hiperdia: verificamos, identificamos pessoas que, eventualmente, fossem portadoras de hipertensão e/ou diabetes. Elevamos o atendimento, como eu disse, de 7 mil para quase 25 mil pessoas, Sr. Presidente Mão Santa e Senador Adelmir Santana.

Tivemos a felicidade de ser a primeira capital do Brasil com 100% de equipe de Saúde da Família para o público alvo – quando assumi, não havia equipe de saúde da família. Os médicos da equipe de saúde da família, ao identificar os pacientes que precisavam tomar essa medicação de uso continuado, prescreviam-na em duas vias: uma, Senador Mão Santa, entregavam ao paciente, e a outra via encaminhavam para a Secretaria de Saúde. Lá, no almoxarifado, com farmacêuticos formados, fazia-se a separação do medicamento prescrito naquela receita com a dosagem para trinta dias; o medicamento era colocado no envelope, e a pessoa o recebia pelos Correios, recebia em casa, Senador Mão Santa, numa demonstração de respeito, de cuidado, de carinho, de atenção ao cidadão, principalmente àqueles que mais precisavam.

Esse programa foi implantado sem o aumento de nossos custos, porque, quando passamos a ter mais controle sobre a destinação do medicamento a quem verdadeiramente precisava, eliminamos o desperdício. E o convênio que fizemos com a Empresa de Correios e Telégrafos cobrava cerca de R\$0,70 a R\$0,80 por entrega, ou seja, não houve acréscimo de despesa, mas, sim, mudança de conceito no tratamento e no respeito àqueles que precisam do medicamento.

Infelizmente, por questões políticas, nem sempre os adversários mantêm programa que seja bom para a população; se foi do Governo anterior, ele tira esse

programa da ação. E eu cansei! Como eu cansei de encontrar pessoas humildes, pobres, chorando, sofrendo porque não tinham mais como receber esses medicamentos.

Criou-se a farmácia popular, mas esse tipo de distribuição é bom, Mão Santa, para quem tem dinheiro para comprar. Por mais barato que seja. Mas a realidade no Brasil é que temos muitas e muitas famílias que não têm dinheiro para comprar o medicamento nem em farmácia popular.

Sr. Presidente, nos primeiros dias em que cheguei a este Senado – há cinco meses estou nesta Casa – apresentei um projeto que, graças a Deus e a colaboração, participação e sensibilidade de outros Senadores, a exemplo do Senador José Nery, que foi Relator, foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais. Esse projeto não se destina apenas aos medicamentos destinados à hipertensão e diabetes, mas para todos aqueles medicamentos que não tenham, como obrigação, serem aplicados ou fornecidos em hospitais. Não há acréscimo para as prefeituras, para os prefeitos, porque esses medicamentos já são financiados com os recursos da cesta básica dos medicamentos. Todos sabem que nessa cesta básica o Governo Federal entra com uma parte, o Governo dos Estados entra com outra e os Municípios entram complementando esses recursos. Então, não haverá justificativas de prefeitos para que não possam fornecer esses medicamentos a quem precisa. Daí a minha alegria.

Eu não poderia deixar de registrar o meu sincero agradecimento a todos os Senadores que participaram dessa votação, desse debate, aprimorando, como fez o Senador José Nery, o nosso projeto para, de forma muito clara, demonstrar que o Poder Público pode e deve ter sensibilidade, preocupação e atenção com quem mais precisa.

Senador Mão Santa, feito esse registro, não posso deixar de abordar outro assunto. O Brasil vem discutindo, há muito tempo, a transposição das águas do rio São Francisco, assunto polêmico, porque, infelizmente, pessoas emitem opinião sem conhecimento de causa. Fico muito à vontade para dizer isso.

Na saudação generosa que fez antes da minha fala, V. Ex^a falou das enchentes dos rios do Piauí e das lagoas que há no Estado. Com certeza, mesmo o Piauí tendo tanta riqueza em recursos hídricos, do mesmo tamanho dessa riqueza é a sensibilidade do coração do piauiense, que sabe que, no Nordeste, no Brasil e em canto algum do mundo não se pode negar um copo d'água a um irmão.

Querer proibir a transposição das águas do rio São Francisco é, em outras palavras, negar um copo d'água a um conterrâneo, a um nordestino, no caso específico do Estado da Paraíba, do Ceará e do Rio Grande do Norte.

V. Ex^a lembrou que ocupei o Ministério da Integração no Governo Fernando Henrique Cardoso, indicado pelo PMDB, que era o meu partido na época, e depois saí para o PSDB, pelas questões locais que V. Ex^a conhece muito bem.

Pois bem, tinha sido anunciada a transposição no Governo Itamar Franco, com o então Ministro da Integração Regional, Aluizio Alves, no início de 1995. Sr. Presidente Mão Santa, Senador Adelmir Santana, como Vice-Governador e como Governador do meu Estado, vivenciei, entre tantas outras, duas coisas que considero suficientes para o argumento da justiça em favor da transposição das águas do Rio São Francisco. Tive que transportar água de trem para abastecer uma cidade chamada Soledade, no Cariri da Paraíba, porque, na redondeza, não tinha água potável para ser transportada em carro-pipa, a exemplo dos outros cerca de cento e setenta municípios do Estado. De trem.

Como governo, fiz o projeto da adutora para abastecer essa cidade. Essa adutora ia captar água no Açude Epitácio Pessoa, um dos maiores do Nordeste, que é o açude que abastece a maior cidade do interior da Paraíba e uma das maiores do interior do Nordeste, pelo dinamismo do seu povo, pelas universidades que tem, pela indústria que lá cresce todo o dia, que é a nossa querida Campina Grande.

Naquela época, como Vice-Governador e Governador da Paraíba, Senador Mão Santa, Campina sofreu ameaça do racionamento de água. Campina Grande, que é famosa não apenas pela maior festa de São João do mundo, mas também pela capacidade e força de trabalho do seu povo, precisava de água para continuar crescendo e se desenvolvendo.

Outro item que justifica a transposição: já estive em uma casa, Senador Mão Santa, onde havia feijão cru, mas não havia água para cozinhá-lo. Por isso digo que negar a transposição é negar um copo d'água a um irmão. Já vivi isso. Ao assumir o Ministério, o projeto da transposição previa apenas uma alça que passava no Paraíba, no açude Engenheiro Ávidos, perto de Cajazeiras, e ia para o Rio Grande do Norte, para o reservatório de Açu. Criamos outra alça para garantir o abastecimento de Campina Grande, de Soledade, de todo o Cariri e, futuramente, da nossa querida e bela João Pessoa, a que V. Ex^a fez generosa referência, porque a transposição das águas do rio São Francisco vai abastecer João Pessoa, a capital do Estado da

Paraíba, no futuro, pela necessidade e demanda que está crescente. E aí é o caso de planejar, de cuidar. Não é evitar o apagão – o termo não cabe no caso da falta de água, como cabe no caso da energia –, mas diminuir a sede do povo da Paraíba e, em particular, levar a água do São Francisco até à nossa Capital.

Por isso a transposição das águas é tão importante. Além disso, os questionamentos não suportam um debate menos emocional. Estamos falando de uma transposição de 60m³/s, quando o rio São Francisco despeja no mar, em média, 2.300m³/s. Estou falando em média. E a transposição é de apenas 60m³/s, e não durante os 365 dias do ano, mas apenas quando os reservatórios reguladores, como Castanhão, Açu, Boqueirão e outros, não tiverem o volume de água necessário e suficiente para atender à demanda de abastecimento.

Dizer que a transposição não é ecologicamente correta não é verdade, até porque, na maior parte do Estado da Paraíba, as águas vão correr em leitos de rios secos na grande maioria do tempo em um ano. Portanto, vai devolver à região não só a flora, nas também a fauna daquela área. E mais do que isso: não é uma coisa nova no Brasil. O que seria hoje do Rio de Janeiro se não contasse com a transposição, feita nos anos passados, do rio Paraíba do Sul?

Pois bem, Brasil, o rio Paraíba do Sul hoje abastece o Rio de Janeiro. Deixe a Paraíba ser abastecida pelo rio São Francisco, até por que a recuperação do rio São Francisco será defendida pelos paraibanos, será defendida pelos cearenses e pelos rio-grandenses-do-norte. Não queremos a obra da transposição; queremos a água para matar a sede do nosso povo.

Na próxima segunda-feira, em João Pessoa, às 10 horas, estaremos criando um comitê em defesa da transposição do rio São Francisco. Recebi o convite do Governador Cássio e estarei presente, Senador Mão Santa, para que possamos proclamar ao Brasil que não se deixará de fazer a transposição devido a uma greve de fome feita por um equivocado no sentimento da solidariedade, até por que se fôssemos considerar greve de fome, deveríamos lembrar que os nordestinos, paraibanos, vêm passando fome há muito tempo e nada se fez por aquela região.

Muito obrigado, Senador.

Um bom final de semana e que Deus proteja todos!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Este é o Senado da República, que realiza sessão na sexta-feira, no mês de julho. Em 183 anos, esses Senadores foram os primeiros a trabalhar às

segundas e sextas-feiras de julho, que sempre foi o período de recesso ao longo de toda a história.

Já ouvimos aqui pronunciamentos e debates importantíssimos feitos pelos extraordinários Senadores da República do Brasil: Senador Marco Maciel, Senador Edison Lobão, Senador Mesquita Júnior, Senador Romeu Tuma e Senador Cícero Lucena.

Convidamos para usar da palavra o Senador Adelmir Santana, suplente recém-empossado, e que põe por terra todas as campanhas que estão lançando contra suplente. Ele é um suplente que engrandece esta Casa, como a engrandeceram Fernando Henrique Cardoso, que foi suplente, Alberto Silva, Rodolpho Tourinho, João Batista, Reginaldo Duarte, Paulo Duque, Eurípedes Camargo, Mauro Fecury, esse grande desenvolvimentista do ensino universitário brasileiro. Ele traduz o significado deste Senado da República, que é o melhor dos 183 anos de Senado. Aí está um homem que representa os empresários, heróis anônimos desta Pátria, que fazem riqueza e mostram a grandeza das instituições que todo o Brasil respeita, como o Sesc, o Senac e o Sebrae.

V. Ex^a, regimentalmente, tem direito de usar da tribuna por 20 minutos, mas jamais cortarei a palavra de V. Ex^a, que merece respeito, não só de Brasília, que V. Ex^a representa, mas de todos, porque, como Cícero Lucena que está ali, já recebeu a comenda de gratidão, a maior comenda do Estado do Piauí, a Grã Cruz Renascença. V. Ex^a foi convidado – e fui intimado a estar presente – a receber o título de cidadão piauiense. Isso mostra que V. Ex^a é querido e amado não só em Brasília, mas também lá no Piauí. Existe até uma disputa para decidir onde V. Ex^a vai receber essa comenda. O Prefeito de Uruçuí, porque a mãe de V. Ex^a lá nasceu, exige que seja lá. E os Deputados de Teresina querem. Mas o fato é que o Piauí vai se engrandecer, tornando – pelas leis atuais, dos homens – V. Ex como um irmão nosso.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, muito obrigado pelas palavras de elogios e engrandecimento. Fico honrado em recebê-las nesta manhã.

O que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é exatamente o assunto que foi enfocado, nesta manhã, nada menos do que pela figura de um homem respeitado por todos nós da República, o Senador Marco Maciel.

S. Ex^a veio à tribuna e fez um histórico, invocando as Constituições anteriores à de 1988, sobre a figura do suplente de Senador. Bem lembrou V. Ex^a de

alguns nomes que assumiram o Senado da República na condição de suplentes.

Foi citada aqui a figura de Fernando Henrique, que, ao assumir como suplente, pelo Estado de São Paulo, depois se transformou em Senador eleito, Ministro de Estado, Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Economia, Ministro da Fazenda e, posteriormente, Presidente da República, eleito e reeleito.

Passou por aqui, também, na condição de vice, o Senador Piva, também do Estado de São Paulo. Um Senador brilhante, que teve um destaque nesta Casa. Também Mauro Fecury, do Maranhão, que V. Ex^a citou. Do Estado de V. Ex^a o Senador Alberto Silva, que assumiu pela primeira vez na condição de suplente, bem como o Senador Eloi Portella, também do Estado de V. Ex^a. Fernando Bezerra, do Estado do Rio Grande do Norte, depois foi reeleito Senador por aquele Estado.

Portanto, Sr. Presidente, muitas figuras importantes passaram nesta Casa, assumindo na condição de suplentes. Esse debate eu tive oportunidade de iniciar no aparte ao Senador, em que fiz colocar o que penso sobre a figura do suplente. Quando aqui chegamos, anunciamos até, antes de assumir, que trataríamos dessa matéria, mas, ao pesquisar nos Anais do Senado e da Câmara, verificamos que existem vários projetos tratando da questão e, entre esses projetos, há o da reforma política, que colocou na discussão a questão das suplências.

É preciso que a gente compreenda que a suplência de Senador, na verdade, é um fato que compreende uma eleição majoritária. A chapa de Senador, tal qual a chapa de Governador, Prefeito, Presidente da República, é de uma eleição majoritária, assegurada pela Constituição de 1988 e pela legislação eleitoral vigente. Portanto, todos os Senadores que estão nesta Casa, parece-me que em número de onze ou doze, que assumiram na condição de suplentes, têm a legitimidade assegurada pela Constituição de 88 e pela legislação eleitoral vigente.

Eu me sinto extremamente honrado em substituir a figura do Senador Paulo Octávio, que hoje dirige a Vice-Governança do Distrito Federal, aliás, com muito bom desempenho. Então, Sr. Presidente, essa história de colocar em discussão esse assunto, neste momento, não inviabiliza aqueles que já assumiram baseados na eleição passada.

Acho que o tema merece, sim, uma discussão. Eu, particularmente, sou contrário à figura do suplente. Acho que, do ponto de vista terminológico, há algum erro, porque cabe muito bem a figura do suplente na questão das eleições proporcionais, para Vereador, Deputado Estadual, Distrital e até para Deputado Fe-

deral, mas para o Senado parece-me impróprio, porque, como eu disse, trata-se de uma eleição majoritária. Existem muitos propósitos, muitas discussões com relação a essa matéria, no caso de renúncia, de se colocar o mais votado. Não me parece ser a coisa correta, porque a eleição como é majoritária nós podemos correr o risco de a população ter feito uma opção por uma determinada corrente e assumir o Senado um Senador de outra corrente.

Apenas para facilitar o entendimento, suponhamos que tenhamos duas candidaturas: uma da esquerda e outra da direita; elege-se um Senador da direita, portanto, a vontade da população. Estou citando isso, Sr. Presidente, apenas para facilitar o raciocínio. Vamos supor que, depois, ou esse Senador renuncia ou vem a falecer, aí entra o segundo mais votado que é da esquerda, mas, na verdade, essa não foi a vontade da população – a eleição é majoritária. Portanto, precisamos buscar uma alternativa.

Sr. Presidente, existem muitas, dentre elas, que eu coloquei inclusive, há a supressão da figura do suplente. Mas, para isso, temos que pensar no tamanho do mandato. Se nós não tivermos a figura do suplente não poderemos ter mandatos de oito anos; se não tivermos a figura do suplente não é possível permitir, aos Senadores eleitos, a possibilidade de se disputar uma nova eleição quando do exercício do mandato de Senador, porque, Srs. Senadores, o mandato de oito anos, com eleições a cada dois anos e tendo a permissão do Senador ser Prefeito, Governador, Vice-Governador, Presidente da República e até mesmo o exercício de Ministro ou de cargos nos Estados, no Poder Executivo, tem de continuar a figura do suplente. Ou, então, que se modifique: que se chame de vice-Senador, de segundo Senador... Eu não sei, mas precisamos discutir essa matéria. Agora, o que é possível é questionar-se a credibilidade dos suplentes que assumiram esta casa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O momento quer lançar a opinião pública contra este Senado. Eu estudo história, eu gosto de história, eu sei história. E este é o melhor Senado da República em 183 anos. Estamos aqui julgados pelo povo. Atentai bem: nunca, na história do Brasil, esta Casa abriu às segundas e sextas-feiras. Em 183 anos, fomos nós. Efraim Morais, da Paraíba, que presidiu a Câmara, viu essa ociosi-

dade. Eu já presidi sessão talvez mais do que o Presidente Sarney. É só para registrar o fato, porque, no início, Paulo Paim era o vice do PT, e o PT era muito poderoso, e levou para a fogueira a Heloísa Helena, essa mulher extraordinária. Então, o Paulo Paim, o melhor quadro do PT, com sua sensibilidade, não queria afrontar; ele era o vice, mas ele estava – vamos dizer – também nessa luta de abrir o Senado às segundas e sextas-feiras. Então, o Senador Efraim, com o seu espírito de liderança da Paraíba, que tem na sua bandeira a inscrição “nego”... Ele chegava aqui e dizia... Então, estavam aqui para abrir: Efraim, Antero Paes de Barros, homem extraordinário que deixa saudade, esse guerreiro aqui que é Arthur Virgílio, Mão Santa e Paim, que não queria afrontar o Governo, que queria manter fechado o Senado segunda e sexta. Porque daqui podemos dizer o que o povo não pode dizer. Que o povo, não, que a imprensa não pode dizer! Oh! Boris Casoy, onde estás? “Isto é uma vergonha!” Tiraram-no, mas não nos tiram daqui. Então, nós começamos. Esta é a última chama da liberdade. Por isso que aqui ainda não é igual a Cuba, não é igual a Venezuela, não é igual a Colômbia, não é igual a Bolívia, não é igual a Nicarágua. Estamos aqui na vigilância. Vergonhoso? Não. Eu sei a história. Em 1978, no bipartidarismo, duas das maiores inteligências que passaram por aqui e foram ícones da redemocratização (o homem é o homem e as suas circunstâncias), foram FHC e Petrônio Portella. E Petrônio era um líder do Governo. O Governo não tinha nenhum candidato em São Paulo porque Franco Montoro, do MDB, era muito forte. Ulysses, Franco Montoro, Fernando Henrique e tudo. Então, Franco Montoro, aquele mestre da democracia, que foi Senador, seria imbatível. Ele teria 5 milhões de votos. Sabia-se disso, pois foi Governador, professor, puro, democrata, do MDB. Então, ninguém queria se candidatar para perder para Franco Montoro. Aí, naquele artifício de três candidatos, Petrônio Portella, gênio da política brasileira, convenceu o Lembo de que tinha estrutura, tinha apoio financeiro. Esse que foi o Governador. Ele disse: “Mas eu perco”. “Não tem nada, você perde, mas vai ser o segundo votado e nós vamos fazer esse artifício”. Foi para possibilitar sair um candidato da Arena, porque ninguém queria perder. Aí o Petrônio... E esse Franco Montoro era gente muito boa, homem de grande valor. Aí eu convidei os militares a botá-lo para Ministro, porque a democracia tem isso, e V. Ex^a vai ser Senador. Então nasceu esse modelo. Não foi perfeição não, foi a transição daquele

momento. E o beneficiado foi Alberto Silva. V. Ex^a sabia que o Dirceu era de um lado. Com pequena margem de votos, Alberto Silva, defendendo a Oposição, o PMDB. Por diferença pequena, Dirceu tomba no primeiro discurso aqui – daí eu discursar naquela tribuna, defendendo a saúde – e Alberto assume como suplente, e um extraordinário suplente. Franco Montoro... Aí deu zebra na eleição de lá. Fernando Henrique Cardoso estava chegando, apoiado pelo seu amigo, um gênio em divisão de dinheiro, Sérgio Motta. Ele disse: “Não, você não vai ser Deputado Federal não. O candidato a Deputado Federal ninguém vê, são 200, 300 na televisão, mais rápido do que o Enéas. Você vai ser é...” Aí deu aquela confusão, colocaram na última hora – o próprio Franco Montoro não sabia – o Sérgio Motta, “para você ter tempo de televisão e o País ver que você é diferente, preparado, culto, honrado, honesto”. Aí deu aquela zebra. E Fernando Henrique passou poucos votos à frente do Lembo. O jogo acontece como dizia Garrincha: “Combinou com o João?” Assim se deu a história. Mas os suplentes que nos orgulham estão aí. V. Ex^a traduz um deles. V. Ex^a enche de orgulho os empresários, Brasília e o Piauí. Tanto isso é verdade que V. Ex^a... Eu já fui convidado e instigado a comparecer. Se eu não comparecer, perco a metade dos meus votos, porque o Prefeito de Uruçuí, Chico Filho, e o Zé Nordeste, são apaixonados... Estou até com ciúmes. Não transfira o seu título para o Piauí, não, senão eles o candidatam e me abandonam. Essa é a verdadeira história. As coisas acontecem, e, em política, tudo acontece. Adalgisa é a minha suplente. Ela é muito melhor do que eu. Ela recebeu muito mais votos e é muito mais porreta. Mas uma coisa é certa: este é o melhor Senado da República em 183 anos.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e os elogios aos meus companheiros do Piauí. Brevemente, estarei lá recebendo não somente o título de Cidadão Honorário da cidade de Uruçuí, terra da minha mãe, mas também o título de Cidadão Piauiense na Assembléia Legislativa.

Sr. Presidente, eu dizia que essa figura do suplente tem de ser efetivamente debatida. Posicionei-me, nesta manhã, dizendo ser contrário à figura do suplente, mas eu queria também afirmar algo.

Como cheguei ao Senado? Certamente, tirei alguns votos do titular, porque aparecia, em todo o material de divulgação, o meu nome como primeiro suplente do Senador Paulo Octávio. Não sei se agreguei algum voto ou se, de fato, retirei alguns votos do Senador Paulo Octávio.

Mas, na verdade, a chegada ao Senado vem de longo tempo, da militância política que fizemos nesta cidade mesmo antes de haver aqui eleições. Eu já participava da vida política, participava da vida associativa. Fui dirigente sindical patronal por muitos anos, do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos. Isso me levou à condição de Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, eleito pelos vários sindicatos que constituem aquela Federação. Posteriormente, fui dirigente do Sebrae regional do Distrito Federal, Presidente do seu Conselho Regional. E, na condição de Presidente da Federação do Comércio, sou, ao mesmo tempo, Presidente do Sesc e do Senac regional do Distrito Federal.

Sou também, Sr. Presidente, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio, e isso me levou à condição de representante daquela instituição no Sebrae nacional. E lá fui eleito pelos meus Pares representante de todas as confederações, de organismos governamentais, organismos de pesquisas, organismos fomentadores do desenvolvimento nacional como Presidente do Conselho Nacional do Sebrae.

Portanto, sinto-me com representatividade para falar nesta tribuna. Mas isso não bastaria. Não estou aqui como representante dessas instituições. Sou representante da Federação e representante da Unidade Federativa do Distrito Federal. Não me sinto, portanto, menor. Sinto-me credenciado pela Constituição de 1988, e referendado pelos votos que recebeu o Senador Paulo Octávio.

Portanto, procurarei, no desempenho desta função, no exercício de Senador, representar bem o Distrito Federal, cidade que aprendi a amar e onde moro há mais de 40 anos, onde constituí família, onde tenho os meus filhos e os meus netos e, portanto, considero-me, efetivamente, um brasiliense, embora no meu coração tenha apreço especial pelo Estado do Piauí, onde fiz os meus primeiros anos de escola até o ginásio e onde nasceu minha mãe, que reside hoje em Brasília, mas que não esquece o seu Estado natal.

Então, hoje, eu tenho tríplice cidadania: a cidadania do Maranhão, onde nasci; a cidadania do Piauí, que aprendi a amar; e a cidadania de Brasília, onde vivo. Recebi, também, da Câmara Legislativa, há muitos anos, o título de Cidadão Honorário desta cidade.

Volto a repetir que a figura de suplente não nos deixa, de maneira nenhuma, em tamanho menor, porque acho que ela está consolidada pela Lei Eleitoral de 2002 e pela Constituição de 1988.

Quero dizer que não decepcionarei a representação do Distrito Federal. Aqui chegando nesses primei-

ros cinco meses, já adquiri a consideração e o respeito dos meus Pares, bem como a deferência da Liderança do meu Partido, que me conduziu à condição de titular em algumas comissões de grande importância nesta Casa, como, por exemplo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Infra-Estrutura; e de suplente em uma série de outras comissões, como a Comissão de Educação, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Defesa do Consumidor; e até mesmo, Sr. Presidente, à condição – uma coisa que não me engrandece, que me dificulta – de membro do Conselho de Ética desta Casa, constituído por 16 Srs. Senadores, que, na eleição, me conduziram à condição de Vice-Presidente do Conselho.

Portanto, não me sinto menor; sinto-me no nível de todos os demais Senadores. E quero, nesses quatro anos, representar bem a população do Distrito Federal ou a Unidade Federativa Distrito Federal, uma vez que esta é uma Casa federativa e, por isso, as eleições são majoritárias. É uma eleição para Senador, Vice-Senador, 2º Vice-Senador, para mudar um pouco essa terminologia de suplente de Senador.

Quero reafirmar o que disse nesta manhã: sou contrário a essa terminologia, acho que temos que buscar um caminho. O assunto está em pauta e deve ser incluído nas discussões da reforma política, mas nunca tirando o valor e a representatividade daqueles eleitos nas eleições de 2002 e de 2006.

Fiz aqui, Sr. Presidente, um comparativo inclusive com outros países em que existe o Senado, e o exemplo mais “lindante” é exatamente o do Senado americano. Lá os mandatos são curtos; lá não existe a figura do suplente; existem nos Estados Unidos eleições a cada dois anos. Quando há a vacância de um cargo de Senador, faz-se uma eleição complementar. E se porventura o mandato de Senador já tiver passado de mais da metade, cabe ao governo daquela unidade federativa indicar um Senador para complementar o mandato. É muito mais simples e muito menos representativo do que o caso brasileiro.

Sr. Presidente, não é desprestigiando os Senadores que assumiram na condição de suplentes que vamos engrandecer o processo político brasileiro. Temos que encontrar uma solução e, no processo que se discute neste momento, no processo de reforma política...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me novamente um aparte, Senador Adelmir Santana? (Assentimento do orador.) Eu fui recentemente representar

o nosso País no Chile. Estivemos, em Valparaíso, com Eduardo Frei, que foi Presidente da República – o pai dele também foi Presidente da República do Chile –, e essa pergunta também veio à tona. Soube que eles não têm o suplente. Mas o chileno morre também; lá, como aqui, pode-se morrer, pode-se desistir, pode-se adoecer. E como é que se resolve? O partido indica, a regional elege. Aqui, é semelhante. V. Ex^a, como minha Adalgisa e outros suplentes que engrandeceram esta Casa, foram fazer campanha. Em todos os cartazes havia o nome dos suplentes. A escolha foi aberta, e esses nomes foram consagrados, foram eleitos...

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF) – Foram indicados pelos partidos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – No meu caso particular, ela tem mais votos do que eu; eu sou mais fraco.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF) – E, no caso particular, foi indicada previamente pelo partido.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sim, pelo partido. No Chile, isso é depois que o titular morre.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF) – Sr. Presidente, quero concluir esse assunto dizendo o seguinte: que se tranquilize a população de Brasília, que se tranquilize a população brasileira, porque nós, pela vivência que temos na militância representativa das classes empresariais, na militância que temos como representante sindical nas várias funções que citei aqui, tentaremos trazer para esta Casa a nossa experiência, a nossa vivência e, é claro, tentaremos também aprender.

Aqui chegando, no meu discurso de posse e em outros momentos, disse que esta Casa para mim era uma universidade, com muitos doutores, doutores na arte política, doutores na Ciência Política, e que eu vinha aqui para aprender. Quero aprender e também transferir a meus Pares a minha experiência, se é que a possuo, com a simplicidade que tenho e com a grandeza que todos merecem.

Brasília conta comigo para representá-la bem, dentro da ética, da moral e do respeito à população e ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Eu é que agradeço, Senador Adelmir Santana, e faço o registro de que, desde que aqui cheguei, nesses cinco

meses, tem sido imenso o prazer de conviver com sua experiência, de perceber o seu sentimento público.

Quero dizer também que o meu suplente de Senador, pelos cálculos feitos anteriormente à eleição, seria um dos Deputados Federais reeleitos com mais votos no Estado da Paraíba. Portanto, com certeza, ele deu também uma grande contribuição para que aqui eu estivesse.

Passo a palavra ao último orador inscrito, o Senador Mão Santa, registrando com satisfação que, nas galerias desta Casa, um grupo de jovens aqui nos visita. Sejam bem-vindos. É um prazer tê-los aqui acompanhando os nossos debates.

Com a palavra o Senador Mão Santa como último orador inscrito desta sessão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Lucena, que preside esta sessão de sexta-feira, 6 de julho, Senadoras e Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes ou que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, quis Deus que estivesse presente a mocidade. Lembro Bilac, Lucena, que disse: “Criança, não verás país nenhum como este!”.

Talvez ele não dissesse isso hoje. Mas eu posso dizer para a juventude que está aí – há poucos dias estava a UNE aqui –: este Senado é a melhor instituição do Brasil e tem 183 anos. O Senado, os senhores que estão aqui, escreve a mais bela página deste Brasil. Cuba existe; Venezuela, vocês estão vendo; o Equador está ali; Bolívia está ali; a Nicarágua bem aí. A democracia que nós vivemos somos nós que sustentamos.

A imprensa é um poder, mas não como este. Um discurso feito aqui fez um Presidente da República tomar uma triste atitude. Refiro-me ao que disse aqui Afonso Arinos: “Será mentira a viúva? Será mentira o órfão? Será mentira o sangue? Será mentira o mar de lama?” Foi aqui. A imprensa dizia que não tinha havido nada, e Afonso Arinos... Getúlio, um dos melhores brasileiros que tivemos – não podemos julgá-lo por um instante, mas por sua vida –, retirou-se da vida para entrar na história.

É este Senado que garante... Para tirar Getúlio da ditadura, um líder militar – estão aí humilhados os militares – disse que o preço da democracia é a eterna vigilância. Nós estamos vigiando.

Este Senado nunca funcionou às segundas e às sextas-feiras. Todos são testemunhas disso. Mas hoje, desde as nove horas da manhã, temos ouvido os pronunciamentos de homens os mais importantes:

Marco Maciel, símbolo da pureza democrática; Romeu Tuma, ícone da Polícia Federal que aqui se manifestou; Edison Lobão, que dirigiu esta Casa em um de seus momentos mais difíceis, quando se digladiavam dois líderes, o Presidente Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães. Edison Lobão passou por isso – isso passa – e entregou a Presidência, ele que era Vice, a Ramez Tebet, que hoje está no céu, como todo o Brasil sabe, por sua pureza. Por aqui passou o Senador Geraldo Mesquita, filho de ex-Governador, autor de livros sobre decência política.

Aqui passou Cícero Lucena, engenheiro que falou sobre um dos temas mais importantes do momento – é engenheiro esse daí. Antes de governar o Piauí, eu acredito em Deus, no estudo e no trabalho. Fui estudar como governar um Estado, e ele era Governador – Íris Rezende do outro; Tasso. Ele falou da transposição não como um qualquer, trouxe para cá a experiência do rio São Francisco. Ele falou que o Rio de Janeiro ganha água e o povo bebe às custas da transposição do rio Paraíba.

Eu citaria aqui um exemplo muito mais antigo: na Itália, Leonardo da Vinci, o maior gênio da humanidade, fez a transposição do Arno – em 1500, quando o Brasil estava sendo descoberto. Leonardo da Vinci não é só aquele pintor, aquele artista não, era engenheiro militar.

Lá nos Estados Unidos, no Colorado, eu fui discutir no Bird – era nosso Ministro Fernando Bezerra –, e eu incluí na transposição a parte arenosa do Piauí, que não tem água – hoje o projeto é outro. E ele, com a competência de engenheiro, com a competência de Prefeito vitorioso, de Governador vitorioso, melhor Ministro da Integração Regional – tanto é que o agraciei com a comenda maior do Piauí, que traduz a gratidão do nosso povo, a Grã-Cruz Renascença...

Mas, hoje, este é o País em que vivemos. É aqui; é por isso que estamos aqui.

Boris Casoy, vocês viram: o admirável. Eu o levei ao Piauí, andamos no Delta. Ele dizia: “Isto é uma vergonha!” Onde está o Boris? Onde ele pode dizer essas coisas?

Mas eu posso. Isto aqui é uma instituição que tem 183 anos. Esta é segura, é o Senado.

Vocês, estudantes, pensam que iam repousar esta democracia? Aqui, já saiu discurso assim também, solitário, fugindo da gente, no sentido de que o Presidente da República podia fazer um plebiscito. Já saíram uns três da Câmara. Ele não tem esse direito. É aqui o Senado. Um plebiscito foi o que o Chávez fez, foi o que o Equador fez em seis meses, para vocês verem como é a política

mundial. Se o Presidente Luiz Inácio fizer um plebiscito... O Hitler fez, Napoleão Bonaparte fez; e disse: "Quero ser rei", e o bispo colocou a coroa na cabeça dele.

O Poder Executivo tem a chave do cofre, é o que manda na mídia.

Ele não manda aqui. Tiraram o Boris Casoy!

Está aí o Fidel. Conheço Cuba. Meus jovens, fui lá. Fui verificar a Ata da eleição do Fidel: trezentos votos. Imaginem uma Casa assim! Trezentos votos recebeu Fidel. O irmão dele – eu olhei: trezentos votos. Essa é a democracia. Aqui, não.

O Presidente não tem a certeza que tem aqui. Não tem. Ele não tem direito de fazer plebiscito. O Chávez fez; o Chávez vai ser Presidente até morrer, como Fidel Castro.

Fechou o congresso, diluiu, bem ali, na Colômbia.

Se este Senado não fosse importante, não haveria ex-Presidentes – aqui, há dois –, eles não estariam aqui, nós não estaríamos.

Bem ali, na Colômbia, segue a mesma linha. Esse é que é poderoso, porque o Chávez está no poder há 6 anos; Fidel, há 50; este está há seis meses, o do Equador. Elegeram um congresso; ele cassou o Presidente da República e 19 parlamentares. O Luiz Inácio não pode dizer: "Mão Santa, tira". Não tira, não. Não tira! Essa é a diferença do nosso País, da força do Senado, da história.

O do Equador, do mesmo time. Acho que ele é o Camisa 10 desse time que está aí, botando a ditadura. Em seis meses, ele cassou 19 parlamentares. Foram, então, para a Justiça. Um juiz, entre aqueles que ouviu o discurso de Cristo – "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça" – mandou os deputados voltarem. Sabem o que houve? O Presidente desse time que está aí mandou prender. Eram 18; prendeu oito, e os outros fugiram para a Colômbia, para não serem presos. E mandou prender os juízes, que acharam que eles mereciam voltar.

Se este Brasil não está assim é porque Luiz Inácio não tem certeza daqui. Está tumultuado? Está. *Errare humanum est*. Existem erros? Existem; e já existiram também. Este Senado já foi fechado na época da Ditadura, e era Presidente um homem do Piauí. Ele só disse uma frase – eu estava do lado dele: "Este é o dia mais triste da minha vida". Os militares se envergonharam e mandaram reabrir.

Aqui, tem história, tem moral.

Sabem vocês como começou o Senado, que é a única vanguarda que garante a democracia? Cícero Lucena, Deus pediu a Moisés, o maior líder da hu-

manidade, ungido por Ele, que libertasse seu povo. E Moisés foi – não quis saber se havia Mar Vermelho, faraó, exército, 40 anos de confusão –, e Deus deu a ele as leis. Temos de obedecer às leis de Deus; o Senado e o Brasil. Somos cristãos.

Bezerro de ouro e falcatruas sempre existiram. E ele, desesperado, quebrou as leis, bezerro de ouro, e quis desistir. Mas ouviu uma voz, que lhe disse: "Busque os mais velhos, os mais experimentados, e eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo". Assim, nasceu a idéia do Senado. Aqui, estão os mais experimentados.

Que tem confusão, tem. À mesa de Cristo eram só 13, e teve confusão; aqui, com 81, não vai ter?

Atentai bem, mas, aqui, há resistência. É isso o que garante essa democracia. Sabemos buscar a solução.

Agora, encantado com a mídia e com o que dizem – estamos ouvindo. Está aí a mídia, que não vou contestar. O Presidente Luiz Inácio tem popularidade nunca antes vista. Não vou analisar como conseguiu isso, mas também, nessa pesquisa, é abordado outro ponto. Vocês já leram o Pequeno Príncipe; quem não leu vá ler. Antoine de Saint-Exupéry: "O essencial é invisível aos olhos, quem vê bem vê com o coração". Essa mesma pesquisa, que diz que Luiz Inácio é o mais querido – e é verdade – diz ainda: "Nunca antes houve tanta corrupção neste País".

Luiz Inácio, estou advertindo. Eu me lembro, quando visitei o México, já como Senador, de uma frase do General Oregon – o Luiz Inácio, que viaja tanto, eu gostaria até de sugerir a ele que lesse. Diz assim, Cícero Lucena: "Eu prefiro o adversário que me diz a verdade do que o aliado que me leva à falsidade, que me engana". Estou dizendo a verdade ao Luiz Inácio.

Nas mesma pesquisa, em que Sua Excelência está voando, está nas alturas – tem mais voto do que nós, ganhou as eleições; votei no outro –, lê-se também, que nunca antes houve tanta corrupção.

Ulysses Guimarães, de quem vocês ouvem falar, disse esta frase: "A corrupção é o cupim que corrói a democracia". Então, não é seguro.

A mesma pesquisa mostra que a violência nunca esteve tão grande – isso é uma guerra civil. Fui ver – o essencial é invisível aos olhos –, e sabem o que diz a pesquisa? Está ali Cristo. O Apóstolo Paulo viveu mais do que ele: fé, esperança e caridade. Caridade o Governo faz. Existe a Bolsa, não sei quê, gestante do interior. Faz. Não vou dizer que não faz. Mas a fé, a esperança... A pesquisa mostra o seguinte: o brasileiro não acredita que vai diminuir a violência. Então, o Governo que mata a esperança, deixa todo mundo morto!

Eu dizia no Piauí algo que vou ler. Fiquem aí, não saiam, não, porque é importante. Vocês vão ouvir a coisa mais linda escrita por uma mulher: “Violência desenfreada”. Teresina cristã. Eu andava a pé nas ruas, como Governador.

“Advogada morre a tiros ao sair de festa em Teresina”.

Vejam que carta linda dessa mulher! Isto reflete nosso País: a violência. E há o Orkut dela; uma bela moça, parece que com 25 anos. Vou ler. Sai e é assassinada; sim, pela violência.

“Advogada morre a tiros ao sair de festa em Teresina”.

“Tragédia: tinha 25 anos – como vocês aí – e foi executada durante um ‘arrastão’”. [Teresina. *Pares cum paribus facillime congregantur* – Cícero no Senado romano: “Violência atrai violência”.]

“A pergunta que a população piauiense faz é: ‘Até quando?!’ Ninguém aguenta mais tanta violência!” – Eu estou lendo o portal 180graus.com, que me chegou agora: “Na madrugada desta sexta-feira (06/07) uma jovem advogada, de apenas 25 anos, foi vítima desta violência desenfreada.

O nome dela era Lilian Samara Nunes Barros [Nunes Barros: teve o Senador Nunes..., Barros, Prefeito, família... 25 anos!]. Formada em advocacia e em enfermagem”.

Atentai bem para este quadro: 25 anos, advogada e enfermeira... Mulher! Outro dia, uns pilantras que traduzem a nossa pátria agrediram uma mulher, empregada, que estava de madrugada, para conseguir uma consulta. Este é o País, é o retrato: uma mulher! E, na defesa, pensavam que era uma prostituta.

“Sociedade” é sócio da cidade. Esta é a sociedade barbárie que o PT nos oferece. “Ela saía de uma festa que estava sendo realizada na casa de uma amiga, no Bairro Marquês” [é no centro, ali, de Teresina antiga, onde se faziam no passado os grandes comícios, os grandes Presidentes da República.]

A primeira vez que falei foi no Bairro Marquês, para o povo de Teresina, Zona Norte de Teresina.

Ela entrou em seu veículo, um Fiat Uno, e não percebeu uma movimentação. Eram bandidos que faziam arrastão dentro de uma casa próxima à residência onde estava sendo realizada a festa. Eles abordaram Lilian Samara e pediram que parasse o carro. Ela, amedrontada, não obedeceu e tentou fugir. Os bandidos, então, atiraram e acertaram nas costas dela. Os

bandidos fugiram. A advogada ainda chegou a ser socorrida pelas amigas, que saíram da festa desesperadas, e foi levada para o hospital HTI, que fica perto do local da tragédia, mas não resistiu. O corpo está sendo velado na capela da Pax União, Avenida Miguel Rosa, Centro de Teresina.

Importante a mensagem. Lembro-me de quando eu era pequeno, minha mãe terceira escrevia teatro, e tinha a Santa Maria Goretti, a de Fátima, que foi assassinada e aquilo mudou o mundo. E ela tinha no Orkut, esse Orkut que vocês entendem, uma mensagem – moça de 25 anos, enfermeira e advogada; 25 anos, mulher: “Tenha sempre um sonho”.

Lilian Samara era uma jovem dócil, e, como dizia em depoimento na sua página no Orkut, cheia de sonhos, como Martin Luther King. Veja abaixo o depoimento emocionante deixado por ela, nesse Orkut:

Tenha sempre um sonho,
e tente esquecer os dias nublados e som-
brios,
mas não se esqueça nunca das horas
de sol,
nem das tuas noites de estrelas...
Esqueça os momentos em que houve
derrotas,
mas nunca se esqueça da batalhas que
já tenha ganho.
Esqueça os erros que não pode evitar,
mas não se esqueça das lições que te-
nha
aprendido com eles,
e nem o que eles possam ter-lhe ensi-
nado...
Esqueça os dias em que a tristeza lhe
tenha batido em sua porta,
mas nunca se esqueça dos sorrisos que
tenha encontrado,
e nem daqueles que ainda encontra-
rá...
Esqueça os planos que lhe falharam,
porém
jamais deixe de sonhar.
Lilian Samara.
Ela morreu, vítima dessa violência.

Eu ouvi o discurso do Senador Edison Lobão. O Governo passado enfrentou um apagão e teve a coragem de fazer uma câmara para esse apagão. Foi dirigido pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, Pedro Parente, e envolvia todos os Ministérios. Então, era hora...

Eu tenho um sonho: o de que o Presidente Luiz Inácio acorde e construa, a exemplo do Governo passado, que enfrentou o apagão e criou uma câmara especial com todo o Governo, eu era Governador e fui, ele presidindo, Pedro Parente, e os Ministros todos, para resolver o apagão. Que isso acorde o Presidente Luiz Inácio, que está dormindo nos ares, e veja essa violência, a falta de esperança. Que esta seja, como a Santa Maria Goretti, que foi assassinada, uma mulher que mudou o mundo. Digo isso porque participei de uma peça, quando era menino, e aparecia lá, como irmão de Santa Maria Goretti, um tal de Alexandre, que a apunhalava, e mudou o mundo cristão a sua morte, o assassinato de Santa Maria Goretti. Esta a revive e deixa uma mensagem, um sonho.

Então, Luiz Inácio, hoje todos nós temos este sonho: que Vossa Excelência se dedique a acabar com a violência. Que este Brasil tire essa bandeira vermelha e vamos ler todos na nossa bandeira: "Ordem e Progresso".

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Obrigado, Senador Mão Santa. Somo a V. Ex^a a solidariedade à família dessa jovem infelizmente assassinada, bem como a todo o povo do Piauí. Agradeço também a solidariedade de V. Ex^a para com a nossa luta pela transposição das águas do nosso rio São Francisco.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 334 /07/PS-GSE

Brasília, 4 de julho de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Nesta

Assunto: comunica envio de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovada nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.410, de 2006, do Senado Federal (PLS 88/06), o qual "Altera o § 40 do art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos – PROUNI, para dispor sobre a desvinculação dos cursos com desempenho insuficiente no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, **Osmar Sarraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)

– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 35, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *altera o art. 23 da Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB

– PB) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, os seguintes **Avisos**:

- **nº 20, de 2007**, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.572/2007-TCU-2ª Câmara, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente aos autos do ato de aposentadoria do Sr. Tereso de Jesus Torres (TC 017.082/2003-6);
- **nº 21, de 2007**, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.257/2007-TCU-Plenário, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente ao Acórdão nº 214/2007-Plenário, que julgou irregulares as contas do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA (TC 004.486/2004-4); e
- **nº 22, de 2007**, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.275/2007-TCU-Plenário, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre monitoramento da implementação das recomendações contidas no Acórdão nº 654/2005-TCU-Plenário, ao apreciar relatório de auditoria nas Ações da Atenção à Saúde Mental – Programa Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos (TC 001.862/2006-0).

As matérias vão à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB

– PB) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 106, de 2007** (nº 441/2007, na origem), de 3 do

corrente, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), no valor equivalente a até cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos constituirão o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade – Competitividade II.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – A Presidência recebeu manifestações sobre a **Proposta de Emenda a Constituição nº 20, de 1999**, das seguintes entidades:

- **Ofício nº 467-P/2007**, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás; e
- **Ofício nº 162/2007**, do Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo.

Os expedientes serão juntados ao Processo Especial da referida matéria, que será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – A Presidência recebeu manifestações sobre a **Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2004**, das seguintes entidades:

- **Ofício Circular nº 02/2007**, da Câmara Municipal de Bilac/SP; e
- **Ofício nº 1.261/2007**, da Câmara Municipal de Joinville/SC.

Os expedientes serão juntados ao processado da referida matéria, que aguardará inclusão em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – A Presidência comunica que recebeu manifestações sobre a **Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003**, a seguir discriminadas:

- expediente do advogado Carlos José Perizzolo, de Bento Gonçalves/RS, datado de 18 de junho do corrente ano.
- **Ofício Circular nº 193/2005**, da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Os expedientes serão juntados ao processado da referida matéria, que aguardará sua inclusão em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 202/2007 – CI

Brasília, 4 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que em reunião realizada no dia de hoje, 4 de julho deste, foi aprovado em Decisão Terminativa o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2006, de autoria do Senador Rodolfo Tourinho, que “Determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências”, nos termos da Emenda nº 01-CI (SUBSTITUTIVO).

A matéria irá a Turno Suplementar na próxima reunião da Comissão, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente, Senador **Marconi Perillo**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2006**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)

– Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 581, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre a Petição nº 2, de 2007, na qual o Juiz Federal Substituto no exercício da titularidade da Vara Federal de Angra dos Reis encaminha cópia de decisão liminar proferida na Ação Civil Pública no 2006.51.11.000219-2, impetrada pelo Ministério Público Federal em face do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama, e da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – Feema, referente a licenciamento de empreendimento nuclear conhecido como Usina Angra III.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão a Petição (PET) nº 2, de 2007, cuja ementa é transcrita na epígrafe.

Esclarece o ilustre magistrado autor do ofício que deu origem à Petição sob exame que a decisão constante dos autos, *determinando que os réus abstendam-se de praticar qualquer ato tendente a conceder o licenciamento ambiental para a construção da usina nuclear de Angra III, tem como razão de ser a necessidade de edição de lei federal definindo a localização da referida usina, nos termos do art. 225 § 6º, da Constituição Federal* e que o seu envio a esta Casa decorreu de pedido formulado pelo Ministério Público Federal na ação civil pública supra indicada, sendo o presente ofício encaminhado (...) [ao Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal], ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e ao Presidente da República, em razão de suas iniciativas para a produção de leis.

II – Análise

Verifica-se que o objetivo da Petição é o de registrar, no tocante à Usina Nuclear de Angra III, a omissão do Congresso Nacional, na edição da lei prevista no § 6º do art. 225 da Carta Magna, que estabelece que as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Feita essa constatação, parece-me que o instrumento utilizado é totalmente inadequado.

Certo é que a Constituição, em seu art. 58, § 2º, IV, prevê que às comissões do Congresso Nacional cabe *receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas*. Esse dispositivo, no entanto, está intimamente relacionado com a competência do Poder Legislativo, especificado no art. 49, X, da Lei Maior, de *fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta*.

Ou seja, trata-se, aqui, da capacidade do Congresso Nacional de ser acionado pela sociedade civil, que representa. Essas normas não podem ser utilizadas, como no caso em tela, por um magistrado de primeira instância para registrar a omissão do Poder Legislativo na edição de ato normativo de sua competência e se dirigir a ele para reclamar a sua produção.

Permitir isso seria ferir a separação dos Poderes.

Efetivamente, estabelece a Carta Magna, já em seu art. 2º, que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes.

Conforme José Afonso da Silva, na p. 114 da 16ª edição de seu clássico “Curso de Direito Constitucional Positivo”:

A independência dos poderes significa: (...) que, no exercício das atribuições que lhe sejam próprias, não precisam os titulares consultar os outros nem necessitam de sua autorização (...)

Dissertando sobre o tema, ensina o mesmo mestre, na p. 112 dessa obra:

A função legislativa consiste na edição de normas gerais, abstratas, impessoais e inovadoras da ordem jurídica, denominadas leis. A função executiva resolve os problemas concretos e individualizados, de acordo com as leis; não se limita à simples execução das leis, como às vezes se diz; comporta prerrogativas, e nela entram todos os atos e fatos jurídicos que não tenham caráter geral e impessoal (...) A função jurisdicional tem por objeto aplicar o direito aos casos concretos a fim de dirimir conflitos de interesses.

Assim, não é atribuição institucional do Poder Judiciário, ao proferir as suas decisões jurisdicionais, instar o Poder Legislativo a editar leis em um ou outro sentido. A única exceção é o caso expressamente previsto do § 2º do art. 103 da Constituição que permite ao Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, dando ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias.

Essa faculdade excepcionalíssima não é, entretanto, deferida aos magistrados de primeira instância, que não podem se dirigir a esta Casa toda vez que o fundamento de decisão por eles proferida for a ausência de lei exigida para a regulamentação da matéria sob julgamento.

III – Voto

À vista do exposto, opino pelo não conhecimento da Petição nº 2, de 2007, e pelo seu conseqüente arquivamento.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2007.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ASSINAM O PET Nº 002 DE 2007 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

SÉRGIO ZAMBIASI

4. FRANCISCO DORNELLES

IDELI SALVATTI

5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GARIBALDI ALVES FILHO

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

JOSÉ AGRIPINO

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO

1- VAGO

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 581, de 2007**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, concluindo contrariamente à **Petição nº 2, de 2007**, na qual o Juiz Federal Substituto no exercício da titularidade da Vara Federal de Angra dos Reis *encaminha cópia de decisão liminar proferida na Ação Civil Pública nº 2006.51.11.000219-2, impetrada pelo Ministério Público Federal em face do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA, referente a licenciamento de empreendimento nuclear conhecido como Usina Angra III.*

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 310/2007 — CRE

Brasília, 5 de julho de 2007

Assunto: Instalação e Eleição da Subcomissão.

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada no dia 5 de julho de 2007, foram designados para compor a Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, os seguintes Senadores como membros titulares: Fernando Collor, Paulo Duque, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Jefferson Péres, e como membros suplentes: Marcelo Crivella, Pedro Simon, Marco Maciel e Flexa Ribeiro.

2. Informo, ainda, que foram eleitos os Senadores Romeu Tuma, para Presidente e Eduardo Azeredo, para Vice-Presidente.

3. Certo de sua atenção, renovo protestos de estima e consideração. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, João Tenório, Cícero Lucena, Marconi Perillo, Sérgio Guerra e Mário Couto enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado, “O deboche dos privilegiados da USP”, publicado na revista *Veja* em sua edição de 30 de maio do corrente.

O artigo do economista Gustavo Ioschpe faz uma crítica a invasão da reitoria da USP por um grupo de estudantes, que já dura vinte dias. Para o economista, essa “ação” é um dos retratos mais acabados das várias mazelas que continuam a condenar o país ao atraso. Segundo Ioschpe os invasores estudam gratuitamente na melhor universidade do país e são oriundos de famílias abastadas em condições de pagar por seus estudos. Ao invés de atenderem aos interesses da população, que mantém a universidade com seus impostos, agem como “o braço livresco do MST, com o agravante de que não servem nem para capinar uma roça. Se os estudantes uspianos não estão satisfeitos com as medidas implementadas pelos legítimos defensores do poder público, que dialoguem ou peçam transferência para escolas privadas”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O deboche dos privilegiados da USP

*“Se os
estudantes
uspianos
não estão
satisfeitos com
as medidas
implementadas
pelos legítimos
defensores do
poder público,
que dialoguem
ou peçam
transferência
para escolas
privadas”*

A invasão da reitoria da USP por um grupo de estudantes, que já dura mais de vinte dias, é um dos retratos mais acabados das várias mazelas que continuam a condenar o nosso país ao atraso.

Começa pela rendição dos interesses de estado às demandas privadas. Os alunos da Universidade de São Paulo (USP) são os mais afortunados do país. Estudam gratuitamente naquela que provavelmente é a melhor universidade brasileira, mesmo quando oriundos de famílias dotadas de amplíssimas condições de pagar por seus estudos — nos cursos concorridos, como medicina, direito, arquitetura, administração e engenharia, a média de renda familiar do alunado que adentrou a USP em 2007 é de mais de 6 000 reais mensais, ou quatro vezes maior do que a média da população brasileira. Não bastasse esse subsídio direto, ainda contarão com as benesses oriundas da posse de um diploma de ensino superior em um país de iletrados: a taxa de retorno a um ano de estudo universitário no Brasil está entre 18% e 20%. Cada ano que uma pessoa cursa de universidade aumenta seu salário por essa magnitude, e aqueles que frequentam uma boa universidade provavelmente obtêm retornos maiores ainda. Além disso, os alunos da USP contam com todo tipo de facilidade para que sua estada na torre de marfim, financiada pelos impostos desembolsados por todos aqueles que pagam o ICMS paulista (o que provavelmente quer dizer toda a população brasileira), seja o mais amena possível: contam com subsídios para moradia, alimentação, estacionamento e até xerox. Ademais, só precisam dividir cada professor com quinze colegas, havendo também um funcionário técnico-administrativo para servir a cada cinco alunos (nas universidades particulares, para se ter idéia do desperdício, a relação de funcionários é de um para 23 alunos).

Seria de esperar que os recipientes de tantos benefícios se sentissem compungidos a procurar maneiras de retribuir à sociedade pela gene-

rosidade dispensada em sua formação intelectual. Ocorre o oposto. Abastecidos há tanto tempo de tantas mordomias, os alunos da USP finalmente se sentem donos da instituição, a ponto de invadir sua reitoria, como forma de protestar a busca de maior transparência do governo de São Paulo, mantenedor da instituição. Investimos tanto na formação de doutores, esperando que pudessem usar suas ferramentas dialéticas para convencer-nos da justeza de sua causa pela via da argumentação e do debate, e colhemos como resultado uma manifestação de brucutus, que recorrem à força física e ao desrespeito às leis para se fazer ouvir. Trata-se do braço livresco do MST, com a agravante de que não servem nem para capinar uma roça e precisam que a mãe lhes traga abrigos para evitar o frio. Alguém deveria lembrar aos nossos bacharéis que a USP não é propriedade dos alunos, nem dos professores, nem dos funcionários: é do povo de São Paulo. Povo esse que elege democraticamente seus representantes para fazer cumprir a sua vontade. Em um regime democrático, apenas esses representantes é que têm a soberania para ditar os rumos da universidade.

Confundiu-se autonomia administrativa com autarquização, como se a USP fosse isenta de prestar contas à comunidade que a mantém e de agir na defesa dos interesses dessa coletividade. Imaginar que os estudantes possam ditar os rumos de uma universidade pública é como aceitar que a política carcerária seja ditada para atender aos interesses dos presos, que a política fiscal seja conduzida por empresários ou que o planejamento urbano seja ditado por motoristas. O compromisso da USP não é para com seus alunos, mas para com o bem público. Se os estudantes uspianos não estão satisfeitos com as medidas implementadas pelos legítimos defensores desse poder público, que dialoguem com ele. Se não ficarem satisfeitos com o resultado desse diálogo, que transfiram sua matrícula para uma universidade privada, em que os clientes do serviço prestado são apenas os alunos, e não a sociedade.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Com 34 assinaturas, oposição pede CPI do Apagão Aéreo no Senado”, publicada no **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 19 de abril do corrente.

A matéria destaca que Democratas e Tucanos, com o apoio do governador de São Paulo, José Serra, apresentaram à Mesa Diretora do Senado o requerimento que pede a instalação da CPI do Apagão Aéreo na Casa. Trinta e quatro, dos 81 senadores, assinaram o requerimento.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “PMDB apresentará lista para estatais e 2º escalão”, publicada no **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 18 de abril do corrente.

Com 34 assinaturas, oposição pede CPI do Apagão Aéreo no Senado

DEM e PSDB avaliam que senadores terão mais sucesso do que deputados e decidem se antecipar ao Supremo

Christiane Samaroo
BRASILIA

Com o sinal verde do PSDB e o

apoio do governador de São Paulo, José Serra, o líder do DEM, senador José Agripino (RN), apresentou ontem, à Mesa Diretora do Senado, requerimento assinado por 34 dos 81 senadores para abertura da CPI do Apagão Aéreo na Casa. O objetivo da comissão é investigar “as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do País, evidenciados a partir do acidente aéreo ocorrido em 29 de setembro de 2006, e que tiveram seu ápice na paralisação dos controladores de voo em 30 de março”. Composto por 13 senadores (7 indicados por partidos governistas e 6 da oposição), a CPI terá 180 dias para trabalhar.

O cenário se complica para o Palácio do Planalto. Depois de tentar barrar a investigação do apagão aéreo, a Câmara, está agora na iminência de ter de enfrentar duas CPIs para investigar o caos nos aeroportos, uma em cada Casa do Congresso.

A operação para tornar a CPI no Senado um fato consumado foi conduzida pelo DEM. Os expetelistas convenceram os tucanos

to contundente”, contou um dos dirigentes do DEM. “Na Câmara, o peso da oposição no plenário da CPI será certamente menor.”

Os dirigentes do DEM também estão convencidos de que, no Senado, a independência da bancada oposicionista é maior do que na Câmara. Ponderam que cinco governadores do PSDB, sempre preocupados em manter boas relações com o governo, têm muito mais influência sobre as bancadas da Câmara do que do Senado. “No Senado, governador não manda em ninguém”, resumiu um líder do DEM.

O problema é que o PSDB da Câmara, que teve a iniciativa de pedir à CPI, não se conformava em ver o Senado sair na frente e, muito menos, em ficar fora da investigação, como sugeriam alguns dirigentes do DEM. “Tem de ver como é que é isso. Por que não se cria uma CPI mista?”, indagou o governador José Serra em almoço com a cúpula tucana no Senado. “Na mista, a correlação de forças é desfavorável a nós”, ponderou o líder Arthur Virgílio Neto (AM), segundo relato de um dos presentes. “Pois, então, que se faça nas duas Casas”, concluiu Serra.

Foi a senha para que Virgílio telefonasse imediatamente para o líder do PSDB na Câmara, Antonio Carlos Pannunzio (SP), que concordou com a apresentação imediata do requerimento. “Foi consenso de que a situação é muito grave e a opinião pública exige uma CPI imediata, nas duas Casas se necessário”, resumiu o presidente nacional do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE) no fim da tarde.

A única ponderação de Pannunzio foi de que a CPI não fosse instalada antes da manifestação do Supremo na semana que vem. Não será.

Até lá, corre-se o prazo para que a Mesa do Senado confira as assinaturas de apoio à CPI. Por outro lado, o Planalto também ganha tempo para tentar impedir a abertura do inquérito e reverter o apoio de senadores da base aliada. Até ontem, quatro peemedebistas haviam assinado o requerimento – Jarbas Vasconcelos (PE), Mão Santa (PI), Geraldo Mesquita (AC) e Pedro Simon (RS), além do pedetista Christovam Buarque (DF). e

estadao.com.br
Leia especial sobre a crise
www.estadao.com.br/2764

DISPUTA POLÍTICA

Outra comissão

1 A CPI na Câmara
Deputados da oposição colheram assinaturas necessárias para criar uma CPI do Apagão, mas o governo agiu para impedir sua instalação na Câmara. Após votação em que houve troca de acusações entre o governo e opositores, a comissão foi enterrada na Casa.

4 Mudança na apuração
Outra tentativa de base para a CPI, pelo PT, de novo modelo de investigação, que limita em 3 horas os depoimentos e transfere ao Ministério Público a denúncia de corrupção. A proposta foi rejeitada com a oposição que em troca recebia cargos na comissão.

7 Avanço dos senadores
Enquanto isso, no Senado, oposição acelerou e colheu 34 assinaturas para pedir a instalação da CPI – 2 a mais que o necessário. O próximo passo é indicar os integrantes da comissão, o que deve ser feito já na semana que vem. Se definitivamente instalada, a CPI terá 180 dias para trabalhar.

A matéria destaca que o PMDB deve entregar hoje ao Ministro das Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia, a relação dos quase 30 nomes de candidatos a cargos em estatais e de segundo escalão, muitos ocupados pelo PT.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

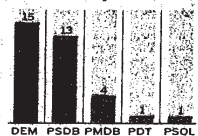
DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senadores entraram com pedido ontem para criar a CPI do Apagão Aéreo na Casa. 34 assinaturas foram obtidas

- 3 A base sem saída**
Certo, de que não impediu a instalação da CPI na Câmara, governistas, ao movimento para fazer relatos e depoimentos, que lhes daria poder para barrar quebras de sigilo, por exemplo, que a comissão teria de lidar com os dois corpos legislativos que propõem a investigação.
- 2 O caso no STF**
Lideres da oposição entraram com requerimento pedindo que, antes de se determinar se a CPI deve ser criada, o STF delegasse a investigação a uma comissão. O caso foi encaminhado para o STF, que deve decidir em poucos dias.
- 5 CPI no Senado**
Enquanto o caso na Câmara seguia indefinido, a oposição no Senado sugeria criar CPI na Casa que apurasse irregularidades na Infraero e em outros órgãos da área. Havia um impasse, porém: o DEM defendia a ideia, mas o PSDB não (preferia que a CPI corresse na Câmara).
- 6 Parecer do procurador**
O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, posicionou-se favoravelmente à instalação da CPI na Câmara – o que aumenta chance de ela se concretizar. O plenário do STF dependa desse parecer para dar decisão definitiva sobre o caso, o que deve ocorrer no dia 25.

Senadores que assinaram o requerimento de criação da CPI do Apagão Aéreo



Antonio C. Magalhães (DEM-BA)
Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM)
César Borges (DEM-SA)
Cícero Lucena (PSDB-PB)
Cristovam Buarque (PDT-DF)
Demóstenes Torres (DEM-GO)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
Efraim Moraes (DEM-PB)
Eliuseu Resende (DEM-MG)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Geraldo Mesquita (PMDB-AC)
Herculito Fortes (DEM-PI)

Jaimé Campos (DEM-MT)
Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
João Tenório (PSDB-AL)
Jonas Pinheiro (DEM-MT)
José Agripino Maia (DEM-RN)
José Nery (PSOL-PA)
Kátia Abreu (DEM-TO)
Lucia Vânia (PSDB-GO)
Mão Santa (PMDB-PI)
Marco Maciel (DEM-PE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)
Mário do Carmo Alves (DEM-SE)

Mário Couto (PSDB-PA)
Marisa Serrano (PSDB-MS)
Papaléo Paes (PSDB-AP)
Pedro Simon (PMDB-RS)
Raimundo Colombo (DEM-SC)
Romeu Tuma (DEM-SP)
Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)
Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Wilson Mattos (PSDB-PR)

PMDB apresentará lista para estatais e 2º escalão

Documento a ser entregue a Mares Guia reivindica comando de DNOCS, DNIT e várias empresas e postos-chave no governo, muitos ocupados pelo PT

João Domingos
BRASÍLIA

O PMDB deve entregar hoje ao ministro das Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia, a relação dos quase 30 nomes de candidatos a cargos em estatais e de segundo escalão. Como o PT temia, o parceiro de coalizão de governo avançou sobre seus cargos. Indicou o ex-deputado estadual Elias Fernandes (RN) para diretor-geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), dirigido por Eudoro Santana, do PT do Ceará. Quem banca Fernandes é o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN). O DNOCS tem R\$ 135 milhões para investir este ano.

Outro ataque a cargos de petistas deve ocorrer no Ibama. Depois de se convencer de que a presidência da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) ficará mesmo com Danilo Forte, indicado pela bancada do PMDB na Câmara, o deputado Jader Barbalho (PA) busca um novo lugar para o ex-deputado José Priante (PA), seu sobrinho. Falava-se ontem que Priante, com vaga garantida em algum lugar do governo federal por causa dos serviços prestados à eleição da petista Ana Júlia Carepa para o governo do Pará, pode ocupar a presidência do Ibama. Para isso, terá de tirar o petista Marcus Barros do cargo.

Mesmo com os seguidos recados de que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, tenderia a rejeitar as indicações do ex-vice-governador do Rio Luiz Paulo Conde para presidir Furnas e do ex-deputado Moreira Franco para comandar a BR Distribuidora ou a Diretoria de Exploração da Petrobrás, o PMDB decidiu bancar os nomes dos dois. BR Distribuidora, Diretoria de

Explorações da Petrobrás e Furnas dispõem de quase R\$ 12 bilhões para investir em 2007.

"Se conseguirmos fechar a lista, vamos entregá-la amanhã (hoje) ao ministro Mares Guia", disse o líder do governo no Senado, Romero Jucá (RR). Ele é um dos que estão cuidando de depurar a lista de candidatos, que no início tinha mais de 200 nomes. Trabalha em conjunto com Henrique Eduardo Alves e a líder do governo no Congresso, senadora Roseana Sarney (MA).

Já o ex-senador Maguito Vilela (GO) viu seu nome vagar por todos os lados nos últimos dias. Ontem, finalmente, o PMDB encontrou lugar para ele: a diretoria que cuida de projetos agropecuários do Banco do Brasil. No caso de não dar certo, dirá a

Lula deve manter Sérgio Machado na Transpetro e petista na Embrapa

Mares Guia e Dilma que Maguito pode tocar a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A direção do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), que tem maioria do PR, deve abrigar o ex-governador de Mato Grosso do Sul Marcelo Miranda (PMDB), bancado pelo governador André Puccinelli.

O ex-presidente José Sarney (AP) tem garantida a presidência da Eletrobrás para o PMDB. Indica Carlos Nascimento, seu apadrinhado, que hoje dirige a Eletrobrás. O mais cotado para substituí-lo na Eletrobrás é o ex-senador Luiz Otávio (PA), indicado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (AL).

Nesse festival de nomes de

candidatos a cargos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se livrou da ex-deputada Ann Fontes (PA), que Jader lutava para colocar. Ela foi chamada por Ana Júlia Carepa para ocupar a presidência da Empresa Paraense de Turismo (Paratur).

O ex-senador Sérgio Machado (CE) deve continuar na presidência da Transpetro. Renan conseguiu convencer Lula a não tirá-lo de lá, apesar da pressão nesse sentido feita pelo presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP). Este não perdoa Machado por ter atuado intensamente em favor de seu adversário na eleição da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP).

A bancada do PMDB de Mato Grosso indicou Antonio Parente para a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste – que cuida do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, com mais de R\$ 2 bilhões anuais. Já a Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura deve ficar com o ex-deputado Silas Brasileiro, indicado pela bancada de Minas. O PT continuará no comando da Embrapa. O próprio Lula disse ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que pretende manter Sílvio Crestana à frente da Embrapa.

Para a presidência da Eletrosul, o PMDB indicou o ex-governador de Santa Catarina Paulo Afonso. O PT não gostou. Uma força-tarefa, com a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), à frente, tenta evitar a nomeação. Os petistas defendem a volta do ex-presidente Milton Mendes ou uma solução que poderia incluir o ex-secretário da Pesca José Fritsch ou o ex-deputado Jorge Boeira (SC). Por fim, o PMDB decidiu ainda pedir uma diretoria da Caixa Econômica Federal para o ex-senador e ex-ministro Amir Lando (RO). •

O QUE O PMDB DESEJA

Os indicados para os cargos milionários do segundo escalão do governo

1 ELETROBRÁS

Carlos Nascimento, atual presidente da Eletrobrás, indicado pelo senador José Sarney (PMDB-AP)

2 BR DISTRIBUIDORA ou Diretoria de Exploração da PETROBRÁS

Ex-deputado Moreira Franco, indicado pela bancada do Rio de Janeiro

3 FURNAS

Luiz Paulo Conde, indicado pelo governador Sérgio Cabral

4 Diretoria de Agronegócios do BANCO DO BRASIL ou CONAB

Ex-senador Maguito Vilela, indicado pela bancada goiana

5 IBAMA

Ex-deputado José Priante, indicado pelo deputado Jader Barbalho

6 FUNASA

Danilo Forte, indicado pelo PMDB da Câmara

7 DNOCS

Ex-deputado estadual potiguar Elias Fernandes, indicado pelo líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves

8 TRANSPETRO

Ex-senador Sérgio Machado, indicado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros

9 ELETRONORTE

Ex-senador Luiz Otávio, indicado por Renan Calheiros

10 ELETROSUL

Ex-governador Paulo Afonso, indicado pelo senador Nento do Couto

11 Diretoria do DNIT

Ex-governador Marcelo Miranda (Mato Grosso do Sul), indicado pelo governador André Puccinelli

12 Secretaria de Desenvolvimento do CENTRO-OESTE

Antonio Parente, indicado pela bancada de Mato Grosso

13 Secretaria-Executiva ou Secretaria Agrícola do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Ex-deputado Silas Brasileiro, indicado pela bancada de Minas Gerais

14 Diretoria da CAIXA

Ex-senador Amir Lando, indicado pelo PMDB do Rio de Janeiro

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apadrinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O Brasil Criou Empregos Na Índia”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 16 de maio de 2007.

A matéria destaca que o presidente da Merck diz que o licenciamento compulsório da patente de um remédio anti-aidas foi um tiro no pé do governo e poderia ter sido evitado. Segundo Tadeu Alves, presidente da divisão latino-americana do laboratório, a Merck pretendia não só baixar o custo do remédio Efavirenz,

como também passar a produzi-lo no Brasil. "O governo preferiu criar empregos na Índia".

Sr. Presidente, como segundo assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada "De bagre a bode", publicada pela revista *Veja* em sua edição de 16 de maio de 2007.

A matéria destaca que o governo Lula esconde sua própria morosidade ao acusar o Ibama de atrasar as hidrelétricas do Rio Madeira já que nada fez em três anos para cumprir as exigências ambientais necessárias para a liberação do projeto.

"O BRASIL CRIOU EMPREGOS NA ÍNDIA"

O presidente da Merck diz que o licenciamento compulsório da patente de um remédio antiaids foi um tiro no pé do governo e poderia ter sido evitado

Cíntia Borsato

O laboratório farmacêutico americano Merck Sharp & Dohme transformou-se na primeira companhia a ter a patente de um produto quebrada no Brasil. Trata-se do anti-retroviral Efavirenz, o principal medicamento do coquetel antiaids distribuído gratuitamente pelo governo brasileiro a 75 000 dos 210 000 portadores da doença no país. A medida permitirá ao governo importar um genérico fabricado na Índia, economizando cerca de 30 milhões de dólares por ano. De acordo com o ministro José Gomes Temporão, a medida foi adotada depois que o governo esgotou todas as possibilidades de negociação com a Merck e está em absoluta conformidade com as exigências internacionais e com a legislação brasileira. "A empresa detentora da patente do Efavirenz estabelece uma política de preços praticada no mercado internacional que não considera a realidade brasileira." A versão da Merck é outra. "Foi uma decisão abrupta, inesperada e lamentável", disse o físico brasileiro Tadeu Alves, presidente da divisão latino-americana do laboratório, em sua primeira entrevista após o episódio.

O GOVERNO DIZ TER ESGOTADO TODAS AS POSSIBILIDADES DE NEGOCIAÇÃO ANTES DE QUEBRAR A PATENTE DO EFAVIRENZ... Não houve negociações propriamente di-

tas. Sempre tivemos um bom relacionamento com o Brasil. Mas dessa vez foi diferente. Fomos tachados de "inflexíveis", mas quem agiu assim foi o governo. O Ministério da Saúde limitou-se a exigir uma redução no preço do medicamento de 1,57 dólar o comprimido para 0,65 dólar. Não houve espaço para diálogo. Foi uma decisão abrupta, inesperada e lamentável.

A MERCK COBRA 0,65 DÓLAR DO GOVERNO DA TAILÂNDIA. POR QUE NÃO ESTENDER O MESMO PREÇO AO BRASIL? A Merck se pauta por dois pilares para definir o preço de medicamentos em cada país. Um deles é o IDH (*índice de desenvolvimento humano*), calculado pelas Nações Unidas. O outro é a proporção de pessoas infectadas. Brasil e Tailândia têm IDH parecido. Mas, enquanto 0,5% da população adulta brasileira tem aids, na Tailândia a relação é três vezes maior. Também há uma lógica econômica: se todos resolvessem pedir equivalência ao menor preço, a Merck seria obrigada a restringir o acesso de remédios aos países africanos.

MAS O BRASIL TEM MAIS INFECTADOS DO QUE A TAILÂNDIA: SÃO 210 000 CONTRA 130 000... Esse argumento é frágil. A taxa de incidência da doença pesa muito mais no Orçamento do governo do que o número absoluto de doentes. Mesmo assim, respeitamos a preocupação do governo brasileiro e nos dobramos para formular alternativas.

QUE ALTERNATIVAS FORAM ESSAS? Propusemos reduzir 30% o preço do medicamento e ainda oferecemos um pa-

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que as referidas matérias passem a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

cote de incentivos. Estávamos dispostos a fabricar o Efavirenz no Brasil a partir de 2008. Além disso, sugerimos transferir a tecnologia de produção do Efavirenz para o laboratório federal Farmanguinhos (*da Fundação Oswaldo Cruz*) em 2010, dois anos antes do fim da patente. Isso daria ao estado uma economia muito maior que a dos supostos 30 milhões de dólares calculados pelo governo com a quebra da patente.

POR QUE SUPOSTOS? O governo vai poupar só 17 milhões de dólares, considerando nossa oferta de redução de 30% no preço do remédio. Esse valor é ínfimo se comparado aos benefícios incalculáveis que o país teria com a produção local do Efavirenz. O governo preferiu criar empregos na Índia.

EM 2001, O ENTÃO MINISTRO JOSÉ SERRA TAMBÉM AMEAÇOU A LICENÇA DO EFAVIRENZ. QUAL FOI A DIFERENÇA? O licenciamento compulsório é previsto pela legislação brasileira e por acordos internacionais. Faz parte do jogo usado como meio de negociação. Em 2001, houve uma ameaça velada, mas chegamos a um acordo favorável às duas partes.

POR QUE O SENHOR ACHA QUE O GOVERNO LULA RECUSOU A PROPOSTA DA MERCK? Não sei ao certo. O presidente mundial da Merck, Richard Clark, conversou com o ministro Temporão e ouviu palavras conciliatórias. Em uma semana tudo mudou e os canais de diálogos foram fechados. Um dia antes

do anúncio do governo, e sem saber dele, propus ao Gerson Penna (*secretário de Vigilância do Ministério da Saúde*) melhorar nossa primeira proposta, mas o governo não nos ouviu.

O QUE DISSE PENNA? A seguinte frase: “Vocês podem mandar uma proposta a qualquer hora, porque a decisão já está tomada e o prazo acabou ontem”. Depois veio o anúncio bombástico do licenciamento compulsório, com a presença de caravanas e discursos previamente escritos. Isso não se arranja em quatro ou cinco horas. Ou seja, a quebra de patente fora prevista havia mais tempo. Fi-

**Tadeu
Alves,
da Merck:
a percepção
sobre o
Brasil não
será a mesma**

**ONGs apóiam a medida:
a “economia” será de 30
milhões de dólares por ano**

ca a impressão de que o governo não queria negociar.

O PROGRAMA ANTIAIDS BRASILEIRO É REFERÊNCIA MUNDIAL. NÃO É UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA? O programa é muito bom, mas não existiria sem as inovações da indústria farmacêutica. O governo alega interesse público para quebrar a patente, mas o interesse foi comercial.

COMO A EMPRESA VAI REAGIR?

Não é uma boa hora para grandes decisões. Estamos analisando o plano de investimento para o Brasil. O momento era muito favorável. Pela primeira vez na história da Merck, o escritório matriz para a América Latina ficará sediado fora dos Estados Unidos. A inauguração em São Paulo ocorre nos próximos dias e é uma prova da importância do Brasil para os negócios da empresa. Nossa fábrica em Campinas vem recebendo investimentos crescentes há cinco anos. A idéia era fazer com que o Brasil se tornasse uma plataforma de exportação para a América Latina e para a Europa.

COMO ERA O RELACIONAMENTO DA MERCK COM O PRESIDENTE LULA?

Muito bom. Em janeiro, o presidente ouviu os planos para o Brasil diretamente de Clark em Davos, na Suíça. Quando Clark o informou da intenção de criar no Brasil uma plataforma mundial de exportação, recebeu esta resposta de Lula: “Você tem um parceiro no Brasil, pode contar conosco”. É óbvio que nossa percepção não será a mesma. A minha, em especial, tende a mudar. Durante décadas defendi investimentos da Merck no Brasil. Fiz mais por este país do que muitos ministros de Relações Exteriores.

COMO FICARÁ A RELAÇÃO DA MERCK COM O GOVERNO?

Espero que o governo tenha chance de repensar suas atitudes. Da mesma forma que declarou a licença, ele pode retorná-la a seu detentor. O governo tudo pode. ■

veja 16 de maio, 2007 **59**

De bagre a bode

O governo esconde sua própria morosidade ao acusar o Ibama de atrasar as hidrelétricas

Alexandre Oltramari

O debate sobre a mais polêmica questão ambiental do momento foi reduzido aos bagres. Há um mês, ao ser informado de que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) vinha protelando a autorização para a construção de duas hidrelétricas no Rio Madeira, o presidente Lula disparou contra os peixes. "Agora não pode por causa do bagre. Jogaram o bagre no colo do presidente. O que eu tenho com isso?", disse Lula a uma roda de interlocutores, aos quais deixou claro que, "se fosse possível, fechava o Ibama". Os bagres irritaram Lula porque são uma das razões para que o instituto não tenha dado a licença ambiental às hidrelétricas (veja quadro abaixo). Elas produzirão metade da energia gerada por Itaipu e são a principal aposta do governo para evitar o risco de um racionamento de energia nos próximos anos. Na semana passada, ao fazer um balanço das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, informou que metade das obras está atrasada ou tem grande probabilidade de atrasar. O governo responsabilizou o Ibama pela morosidade, principalmente nas obras de hidrelétricas.

Se a licença não sair até o fim deste mês, disse a ministra Dilma Rousseff, o país não poderá contar com as usinas em 2012, como ela previa, e terá de comprar energia. Examinando-se a questão mais de perto, constata-se que o Ibama, em vez de bagre, virou o bode — o bode ex-

piatório da incompetência do governo. Um levantamento feito pela Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib) mostra que o instituto demora em média vinte meses para dar uma licença ambiental — e, no caso das duas usinas do Rio Madeira, o Ibama analisa a questão há dezesseis meses. Para reduzir o prazo de concessão de licenças ambientais à metade, a Abdib entregou ao governo um conjunto de sugestões. Isso foi há três anos. De lá para cá, quase nada foi feito. Naquele tempo, com a economia patinando, a geração de energia não fazia parte das preocupações de Brasília. Agora, diante da possibilidade real de um ciclo sustentável de crescimento, o governo descobriu que tem de gerar mais energia — e decidiu culpar o Ibama. "O Ibama é moroso, sim. Mas não sei se a burocracia ali é maior do que a que existe no serviço público em geral", diz Paulo Godoy, presidente da Abdib. "É preciso cuidado para não creditar ao órgão uma culpa que ele talvez não tenha."

Além disso, a questão ambiental das usinas no Madeira não se resume aos bagres. Hospedando 463 espécies de peixes, o rio cumpre um papel fundamental no equilíbrio hídrico de toda a Amazônia. Mexer ali, portanto, não é simples. O Ibama teme que três espécies de bagre — dourada, piramutaba e piratiba — sejam extintas e receia o impacto que sofrerão as outras 460 espécies. Tudo indica, no entanto, que o órgão vai acabar acatando as propostas das empreitei-

ras para amenizar os danos ambientais e autorizar a obra. A pressão do governo, em vez de acelerar os processos, pode atrasá-los ainda mais. Funcionários do Ibama fizeram uma paralisação na semana passada, sem nenhuma reivindicação pecuniária. Eles protestam contra a recente divisão do órgão, medida que o governo encontrou para tentar tornar o Ibama mais eficiente. Os funcionários também são contra as pressões que envolvem a concessão das licenças ambientais. O protesto pode virar greve nesta semana. Quanto mais rápido se resolverem as questões pendentes, melhor. O país precisa de energia para crescer e o projeto do Madeira parece ser o que menos agride o ambiente. ■

Lula, ao lado de um bagre pescado no Pantanal: cabe no colo do presidente?

SEDIMENTOS NO RIO

No Rio Madeira corre metade dos sedimentos — galhos, pedras, argila — dos rios da Amazônia. O Ibama teme que os sedimentos esbarrem na represa e aumentem a área que a hidrelétrica alagaria, comprometendo o ecossistema.

Com o sistema de turbinas horizontais, a queda-d'água seria de apenas 15 metros, contra 120 da usina de Itaipu. Com isso, a quantidade de sedimentos alojada na represa seria menor, o que reduziria o tamanho da área alagada.

USINA DE DIVERGÊNCIAS

Há dezesseis meses, o Ibama e um consórcio formado pela empreiteira Odebrecht e pela estatal Furnas divergem sobre a instalação de duas hidrelétricas no Rio Madeira, em Rondônia. A seguir, o que cada um diz sobre os dois principais pontos de discordância.

O que diz o Ibama

O que diz o consórcio

EXTINÇÃO DE PEIXES

O Ibama teme a extinção de parte das 463 espécies de peixe do Rio Madeira, a maior diversidade do mundo num só rio. Os peixes podem não conseguir ultrapassar as represas para a desova e a fecundação. A extinção das espécies causaria desequilíbrio na região. O Ibama também receia que as turbinas das hidrelétricas prejudiquem ovos e larvas.

Um canal seria feito para que os peixes transpusessem as represas. O consórcio se propõe a instalar turbinas horizontais, que usam a força do rio para movimentar as pás e não exigem grandes quedas-d'água; o que diminuiria o risco de dano às ovas e larvas.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Irmão e compadre de Lula serão denunciados hoje”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 18 de junho de 2007.

A matéria destaca que o Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul apresenta hoje denúncia criminal contra os 27 acusados de integrar a máfia dos caça-níqueis, que explorava o jogo de azar em 4 Estados (MS, SP, PR, e RO), entre eles o irmão mais velho de Lula, Vavá e o compadre do presidente, Dario Morelli Filho.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Lula manda cortar pon-

to de servidores que estão em greve”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 15 de junho de 2007.

A matéria destaca que o Presidente Lula mandou endurecer o tratamento dispensado aos servidores federais em greve e descontar os dias parados.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que as referidas matérias passem a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Irmão e compadre de Lula serão denunciados hoje

Vavá e Morelli estão entre os 27 citados pelo Ministério Público por participação na máfia dos caça-níqueis

Ricardo Brandt
ENVIADO ESPECIAL
CAMPO GRANDE

O Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul apresenta hoje denúncia criminal contra os 27 acusados de integrar a máfia dos caça-níqueis que explorava o jogo de azar em quatro Estados (MS, SP, PR e RO), entre eles o irmão mais velho de Lula, Genival Inácio da Silva, o Vavá, e o compadre do presidente, Dario Morelli Filho.

Vavá, que será denunciado por tráfico de influência e exploração de prestígio, pode ter seu processo desmembrado e remetido à Justiça de São Paulo. O relatório da Polícia Federal sobre a Operação Xequê-Mate aponta que Vavá tentava “vender facilidades” dentro do governo, usando o nome de Lula, em troca de dinheiro. Mas a PF ressalta que o nome de Lula era usado à sua revelia.

Morelli deve ser denunciado por formação de quadrilha, exploração do jogo de azar, contrabando, falsidade ideológica e sonegação fiscal. O compadre do presidente é listado como sócio do chefe da máfia dos caça-níqueis, Nilton Servo, na exploração de máquinas caça-níqueis em Ilhabela (SP). Os grampos mostram que eles planejavam expandir os negócios para São Sebastião (SP) e Manaus (AM). “Dario Morelli Filho gerencia pessoalmente a sala de jogos De-

ck Vídeo Bingo, ficando claro nos áudios que ele e Servo também possuem máquinas instaladas em outros estabelecimentos comerciais daquela cidade (Ilhabela)”, afirma o relatório feito pela PF.

Morelli é acusado também de “fazer o pagamento de propinas aos policiais corruptos que, em contrapartida, não reprimem a atividade ilícita de exploração do jogo de azar”. Segundo a PF, “um dos policiais civis que recebia propina de Morelli é o investigador conhecido apenas pela alcunha de Beto, lota-

PF ressalta que o nome do presidente era usado à sua revelia

do na delegacia de Ilhabela”. Devido com outras 80 pessoas no dia 4, quando a operação foi deflagrada, o compadre de Lula não teve o pedido de prisão preventiva renovado e foi solto na semana passada.

‘PODEROSA ORGANIZAÇÃO’
O irmão e o compadre do presidente Lula serão incluídos na denúncia do MPF como envolvidos numa “poderosa organização criminosa” composta por cinco grupos. O MPF vai sustentar que ficou comprovada uma atuação integrada, com divisão

de tarefa definidas, visando ao lucro e de forma continuada para a exploração de jogos de azar. O grupo foi enquadrado também por contravenção e corrupção ativa e passiva.

O relatório da PF diz que “a característica mais marcante dos grupos criminosos investigados é, sem dúvida, a continuidade delitiva.” E prossegue: “Embora tenham sido realizadas no decorrer das investigações diversas apreensões de máquinas caça-níqueis, o fato é que em nenhum momento essas operações policiais foram capazes de inibir as ações dessas organizações criminosas, que continuaram operando normalmente, não interromperam suas atividades delituosas.”

Segundo a PF, a ação do grupo só foi bloqueada após a decretação da prisão temporária dos investigados. Nas investigações, ficou comprovado que os envolvidos cavavam ou compravam máquinas caça-níqueis contrabandeadas por uma empresa paulista, a Multiplay.

A denúncia seguirá para o juiz da 5ª Vara Federal de Campo Grande, Dalton Conrado, que decidirá se a acata. Se julgado pelos crimes tipificados, os acusados estarão sujeitos a penas que vão de três a 28 anos de reclusão. ■

Aquarela: Coaf auxilia PF

Relatórios mostram movimento de R\$ 120 milhões

Sônia Filgueiras
BRASÍLIA

Relatórios do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) repassados ao Ministério Público do Distrito Federal mostram que 299 pessoas ligadas direta ou indiretamente aos fatos apurados na Operação Aquarela movimentaram R\$ 120 milhões. A maior parte da movimentação ocorreu entre e julho de 2004 e maio deste ano. Nesse grupo estão pelo menos 8 dos 19 presos na operação, que desbaratou um esquema de desvio de recursos do Banco de Brasília (BRB) com a suposta participação de ex-dirigentes da instituição e de associações e organizações não governamentais.

Ao todo, o Coaf produziu sete

relatórios. Seis deles – considerados os mais importantes, pois identificaram a maior parte das transações financeiras – foram elaborados em colaboração direta com o Ministério Público do DF, a Receita Federal e a Polícia Civil de Brasília. As movimentações incluem saques, depósitos e transferências bancárias suspeitas e aquelas realizadas em dinheiro vivo acima de R\$ 100 mil.

Conforme as investigações, o BRB firmou contratos sem licitação com a Associação Nacional dos Bancos Estaduais (Asbace) e duas empresas de tecnologia, que por sua vez subcontrataram as O2 Gas. Embora se identifiquem como “sem fins lucrativos”, as organizações atuavam como entidades de fachada para lavagem de dinheiro do grupo. Os re-

ursos repassados às entidades, segundo as autoridades, eram desviados. Estima-se que o BRB tenha sido lesado em R\$ 50 milhões.

O rastreamento constatou que essas organizações vendiam notas fiscais correspondentes a projetos e serviços não executados. O valor, em seguida, seria direcionado para os beneficiários do esquema, por meio de saques feitos com cartões corporativos pré-pagos ao portador. Entre os detidos estão o ex-presidente do BRB Tarcísio Franklin Moura e o presidente da Asbace, Juárez Cançado. Foram cumpridos 40 mandados de busca e apreensão e interditados seis andares da sede do banco durante a operação. ■

Lula manda cortar ponto de servidores que estão em greve

Maior parte das paralisações já atinge um mês e presidente decide endurecer tratamento com grevistas

Vera Rosa
Lu Alito Otta
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva mandou endurecer o tratamento dispensado aos servidores federais em greve e descontinuar os dias parados. No início da semana, Lula chamou o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e disse que o governo não negociará enquanto não houver retorno ao trabalho. "Ele me perguntou se estávamos cortando o ponto do pessoal do Itamar", afirmou Bernardo ao Estado. "Eu disse que vamos cortar, sim, e ele falou: 'Óh, lá, vou cobrar depois'."

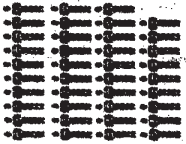
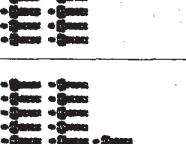
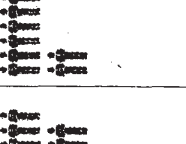
O governo já avisou aos dirigentes sindicais que a partir de hoje começará a cortar o ponto não apenas dos grevistas do Itamar, mas também do Inara. Mesmo assim, eles continuam de braços cruzados, ao lado de funcionários do Ministério da Cultura, Datasus, Comissão Nacional de Energia Nuclear, além de servidores administrativos de 43 universidades federais. A paralisação foi encerrada ontem somente no Banco Central, após 43 dias. Pelas contas da Confederação dos Trabalhadores em Serviços Federais, filiada à CUT, o número de grevistas está agora na casa de 95 mil.

"Se o governo descontar nosso ponto, estará fechando a porta de negociação e entraremos na Justiça", reagiu João Corrêa, presidente da Associação Nacional dos Servidores do Itamar.

Paulo Bernardo comentou que, em algumas situações, o go-

SERVIDORES PARADOS

O que reivindicam os grevistas de 6 áreas do governo federal. No Banco Central, a paralisação acabou

	Comissão Nacional de Energia Nuclear	Itamar	Ministério da Cultura	Inara	Universidades Federais	Datasus
						
DIAS PARADOS	39	33	32	26	19	12
TOTAL DE SERVIDORES NA GREVE	1.500	3.400	2.000	6.200	105.000	1.000
SERVIDORES	1.000	3.060	2.000	5.000	84.000	900
REIVINDICAÇÕES	• Melhorar salários (já o Rio está em greve)	• Distribuição de medalha provisória 50% que dividirá a estrutura do Instituto	• Plano de carreira da categoria	• Aumento salarial	• Melhorar salários	• Manutenção dos salários atuais

Regulamentação é debatida

O projeto de lei regulamentar a greve dos servidores só deverá seguir para o Congresso no segundo semestre. O governo quer, primeiro, discutir o texto com as centrais sindicais, e para isso foi criado um grupo de trabalho com membros do Ministério do Planejamento e representantes dos sindicatos. "Vamos discutir nos próximos dois meses", disse o presidente da CUT, Altair Henrique.

Ele considera que "uma parte do governo" tem propostas muito radicais, como é o caso do disposto em assembleia por dois terços de categoria. "É uma loucura". A estratégia do governo é iniciar as negociações a partir de um modelo rigoroso. A regulamentação terá dois pontos principais: o desconto do salário nas dias paradas e a dedução sobre o que é serviço básico. O TCU e o TCE.

verno não consegue nem mesmo saber quais são as reais reivindicações dos grevistas. Focando no Inara, que teria iniciado a paralisação no dia 21 de maio sem ter entregue a pauta ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. "Fizemos uma plenária em dezembro e aprovamos documento que foi entregue ao presidente do Inara, mas de uma vez", relatou engenheiro agrônomo Ramon Curves, do comitê de greve do Inara. "Aparição das coisas são as mesmas desde 2004: reestruturação do plano de carreira, melhorias salariais, aumento de gratificação."

A exemplo de outros sindicalistas, Chaves não se conforma com a iniciativa de Lula de frear as paralisações no serviço público. "Acho uma atitude muito triste de uma pessoa que se tornou nas greves", lamentou.

MAL-ESTAR
O endurecimento do governo do do Campo de 1976 a 1980, e a paralisação dos servidores de diversas categorias não é mais greve, mas, sim, férias.

estado.com.br
Participar de fórum e opinar
www.estado.com.br/44

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "Um exame para os professores", publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 22 de abril de 2007.

O artigo do Deputado Federal Paulo Renato Souza destaca que a emenda proposta por ele, a lei que cria o piso nacional salarial para os professores da educação básica, tem a finalidade de fixar parâmetros

de formação de qualidade no País. A emenda do ex-ministro da Educação no governo FHC cria um exame nacional de avaliação dos professores cujo resultado ajudará a impor critérios nacionais para os cursos de formação de professores, que ocorrem em milhares de faculdades públicas e privadas que apresentam enorme heterogeneidade em sua qualidade.

Como segundo assunto, gostaria de registrar o artigo intitulado "Uma euforia financeira", publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 12 de abril de 2007.

O artigo do economista Roberto Macedo, destaca a seqüência de notícias que vem contribuindo para gerar um clima de euforia quanto a situação da economia brasileira mas que essa situação beneficia uns poucos, ilude muitos e faz a festa dos enganadores.

Sr. Presidente, solicito que os artigos citados sejam considerados parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Um exame para os professores

Paulo Renato Souza

O governo acaba de enviar ao Congresso Nacional o projeto de lei que cria o piso nacional salarial para os profissionais do magistério público da educação básica. Trata-se de iniciativa meritória e que atende a uma antiga reivindicação dos professores. A proposta fixa o piso em R\$ 850, que, diga-se de passagem, não agrada às entidades de representação sindical. Entretanto, esse valor se constituirá em expressiva melhoria salarial para a maioria dos professores, especialmente os que atuam nas regiões mais carentes de nosso país. Em contrapartida, significará um aumento muito importante no gasto público com educação.

Estudos internacionais, bem como alguns recentemente realizados para o nosso país, mostram claramente que o valor do salário do professor isoladamente não tem nenhum impacto na aprendizagem dos alunos. Corremos, portanto, o risco de ampliar significativamente o gasto

impactada pela recente divulgação de resultados de processos avaliativos de alunos, que mostram resultados desastrosos em relação aos níveis de aprendizagem que são considerados adequados para as diversas séries da educação básica. Um dos problemas mais freqüentemente apontado em todos os diagnósticos sobre as causas de tão deplorável situação é justamente a qualidade da formação dos professores. Muitos deles carecem até mesmo dos conhecimentos básicos nas disciplinas em que atuam, por causa da qualidade de muitas escolas de formação de professores e também da orientação que muitas seguem de privilegiar os aspectos meramente pedagógicos, em detrimento do ensino do conteúdo das respectivas disciplinas em que o professor irá atuar. Por outro lado, os programas de aperfeiçoamento de professores também se preocupam com os conteúdos das disciplinas.

Na verdade, esse diagnóstico é conhecido, mas o Ministério da Educação tem dificuldade para impor critérios nacionais para os cursos de formação de professores, que ocorrem em milhares de faculdades públicas e privadas e que apresentam enorme heterogeneidade em sua qualidade. A emenda que ofereci se constitui em um atalho para equacionar esse importante problema. Há pelo menos cinco benefícios que se derivarão desta proposta. Em primeiro lugar, o Ministério da Educação, por meio dos exames que forem anualmente realizados nas várias áreas das licenciaturas, fixará parâmetros nacionais de qualidade que passarão a ser adotados e seguidos por todas as escolas de formação de professores do país. Em segundo lugar, garante que o estabelecimento do piso nacional de salários não se constituirá apenas num aumento do gasto público em educação, mas terá uma contrapartida real e imediata na melhoria da qualidade dos professores, o que trará resultados nos índices de aprendizagem dos alunos de nossas escolas públicas. Em terceiro, a vin-

culação do piso nacional de salários a padrões nacionais de qualificação de nossos profissionais do magistério haverá de constituir-se em notável estímulo para que todos eles busquem aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos. Em quarto lugar, a partir do próprio enunciado dos exames do

Ministério, a sociedade brasileira conhecerá claramente o que se exige de nossos professores da educação básica. Finalmente, se estabelecerá o equilíbrio entre benefícios, responsabilidades e resultados educacionais para nossas crianças e jovens, associados à consecução dessa antiga e justa aspiração de nossos professores. Em outras palavras, aumentará a eficácia do gasto público com educação em nosso país.

Há outra lacuna importante no referido projeto de lei. Na verdade, tal como formulado, ele é flagrantemente inconstitucional, pois a União não pode fixar obrigações para os Estados e os municípios sem assegurar a suficiência de recursos para honrá-las. Para sanar essa dificuldade, apresentei outra emenda pela qual a União se obriga a complementar os recursos dos demais entes federativos, nos casos em que as despesas com a instituição do piso salarial nacional dos professores não possam ser cobertas a partir dos seus recursos próprios constitucionalmente vinculados à educação.

Paulo Renato Souza, deputado federal por São Paulo, foi ministro da Educação no governo FHC, reitor da Unicamp e secretário de Educação no governo Montoro. E-mail: dep.paulorenatosouza@camara.gov.br

Com a finalidade de fixar parâmetros de formação de qualidade no País

com educação e aumentar a remuneração dos professores, sem conseguir fazer com que isso melhore a qualidade de nossa educação básica. Na minha visão, o País deve aproveitar essa oportunidade única em sua história para, em contrapartida, promover e exigir melhoria na qualidade desses profissionais.

O projeto do governo nada contém nesse aspecto, limitando-se a tratar da melhoria salarial. Para sanar tão importante lacuna, ofereci emenda ao projeto, determinando a criação de um Exame Nacional de Conhecimentos para os Professores. A aprovação nesse exame seria uma condição para que o professor de qualquer das instâncias federais passasse a obter os benefícios do novo piso salarial. Essa prova seria oferecida anualmente pelo Ministério da Educação e seria realizada pelos professores em caráter voluntário, como opção para ser enquadrado nas carreiras que contemplem o pagamento do piso nacionalmente definido. O exame seria específico para cada área das licenciaturas e para os diversos níveis da educação básica e deveria avaliar os conhecimentos pedagógicos e de conteúdo dos profissionais do magistério público nas respectivas áreas temáticas.

A sociedade brasileira está

Uma euforia financeira

Estado S. Paulo

Roberto Macedo

Uma sequência de notícias vem contribuindo para gerar um clima de euforia quanto à situação da economia brasileira. Não há como negar que algumas são boas, mas na sua essência se referem mais ao lado financeiro da economia e a alguns segmentos isolados do setor produtivo. Ademais, contribuem para colocar em segundo plano gravíssimos e crônicos problemas, sem cuja solução o Brasil não irá acelerar com vigor o crescimento da sua produção de bens e serviços, expressa no seu produto interno bruto (PIB). É isso o que de fato interessa, pois só uma produção bem maior que a atual será capaz de elevar sensivelmente o bem-estar de sua população.

Comecemos pelas notícias financeiras. Juros em queda? A taxa básica fixada pelo Banco Central (BC) continua caindo, mas com a parcimônia de que fala em seus comunicados, mal sustentada cientificamente por uma visão que exagera o impacto de sua política de juros sobre a inflação. O BC não explica nem o contraditório dessa polí-

quadro, há gente muito contente olhando para o espelho retrovisor de um carro que anda devagar porque seu motor bate os pinos por falta de investimentos adequados. E, ainda, come poeira dos muitos outros países que estão à sua frente.

Esses novos dados também trazem um risco. Há uma dívida pública e uma carga tributária cujos valores absolutos não se alteraram, mas que, como porcentagem de um PIB maior, revelam números menos absurdamente altos do que os alcançados com os dados antigos. O risco está em o governo entender que os números são confortavelmente mais baixos e partir para aumentar a carga tributária e/ou a dívida pública.

No caso desta última, seus mesmos números relativamente ao "novo PIB" também aproximaram o Brasil do status financeiro conhecido como "Grau de Investimento" (GI), medido por avaliadores internacionais de risco. Isto colocaria o país na lista fora da qual investidores financeiros externos, como alguns fundos de pensão americanos, não podem investir. Mas serão aplicações financeiras, como na Bolsa, e não há garantia de que chegarão ao País, nem que se traduzirão em investimentos em atividade produtiva. Há países que tem o GI e mesmo assim crescem pouco.

A Bovespa também bate recordes, alimentando a euforia financeira. Suas cotações são turbinadas sobretudo por investidores estrangeiros que não têm o GI como limitação. Em caso de turbulência, podem sair e a Bolsa cair. Também contribui para sua valorização o desempenho de grandes empresas brasileiras. Mas ainda ontem, neste jornal, foi noticiado que a Fiesp contestou afirmação do presidente Lula de que, ao se encontrar com empresários, eles dizem que seus negócios estão "bombando". Segundo a Fiesp, essa visão só corresponde à dos empresários das grandes empresas, que têm acesso privilegiado ao presidente. Nas pequenas e médias empresas, a situação é outra, pois não alcançam dinheiro barato lá fora e têm de enfrentar a concorrência dos importados, alimentada pelo dólar barato.

Esse dólar é outro problema que os eufóricos não querem ver, mas que está trazendo sensíveis danos à economia brasileira. O presidente deveria procurar, entre outros, os pequenos e médios empresários das indústrias têxtil, de confecções e de calçados. Quem sabe vestiria e calçaria os problemas dessas indústrias, em lugar de só dar ouvidos aos que estão "bombando".

Dado esse quadro, ele é claramente bom para quem tem dinheiro na papelada financeira, e para os bancos e outros inter-

mediários que regem a festa, mas só excepcionalmente para quem produz e vende bens e serviços não-financeiros. De tabela, o consumidor também foi estimulado, com programas como o crédito consignado, a tomar dinheiro menos absurdamente caro para expandir suas compras a uma velocidade maior que a do crescimento da sua renda. Mas essa expansão se esgotará quando inevitáveis limites ao endividamento forem percebidos pelo devedor e/ou seus credores, além de ser também um movimento que, com o dólar barato, beneficia muito, via importações, o PIB de outros países.

Essa euforia financeira não lembra as risadas estridentes das hienas porque economias não morrem. A nossa economia é um caso de marasmo, por falta de nutrição adequada sob a forma de investimentos.

Esse já é um enorme desastre que deveria levar à comoção, e não a essa euforia que beneficia uns poucos, ilude muitos e também faz a festa de enganadores de todo tipo. e

Que beneficia uns poucos, ilude muitos e faz a festa dos enganadores

tica, pois culpa o superávit da balança comercial pela queda do câmbio, mas dá pouca importância à grande relevância dessa queda na redução da inflação, a qual divulga como resultado de seus juros. E, mesmo em queda, estes continuam lá em cima, no espaço dos maiores do mundo.

Caiu o risco Brasil? Quem dera se fosse o risco de viver no Brasil. Trocado em miúdos, esse risco é um indicador financeiro que mede o diferencial de juros de papéis da dívida brasileira relativamente aos cobrados do Tesouro dos EUA. Sua queda significa que se pode tomar dinheiro mais barato lá fora, inclusive para o nosso Tesouro rolar a dívida pública, com a qual o País se enrolou. E para que empresas brasileiras tomem dinheiro também para investir em outros países. Não se traduz necessariamente naquilo que é relevante para o que de fato interessa: expandir investimentos públicos e privados no Brasil para acelerar o crescimento da economia.

Soube-se recentemente que o PIB brasileiro é maior do que se pensava - cerca de 10% a mais - e que de 2000 para cá também cresceu mais do mostravam os números antigos. Mas, no que de fato interessa, os dados continuaram revelando um crescimento muito fraco. E, também, que o Brasil investe menos do que imaginava. Nesse

Roberto Macedo, economista (USP), com doutorado pela Universidade Harvard (EUA), pesquisador da Fipe-USP e professor associado à Faap, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Lula evita imprensa para não falar de Vavá”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 7 de junho de 2007.

A matéria destaca que na Alemanha, o Presidente Lula evitou como pode a imprensa ontem e até deixou um grupo de executivos da Mercedes-Benz à sua espera, para não ser questionado pelos jornalistas sobre o envolvimento do irmão dele, Vavá, no esquema desmembrado pela operação Xequê-Mate, da Polícia Federal.

Como segundo assunto, gostaria de comentar o artigo intitulado, “Por que Waldomiro não está com Zuleido”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 30 de maio do corrente.

OPERAÇÃO XEQUE-MATE

Lula evita imprensa para não falar de Vavá

Na Alemanha, presidente falta a apresentação de caminhão movido a biodiesel e frustra empresários; ele negou ter se irritado com acusações contra irmão

Jamil Chade
ENVIADO ESPECIAL
BERLIM

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva evitou como pôde a imprensa ontem, em Berlim, e até deixou um grupo de executivos da Mercedes-Benz à sua espera. Lula vem sendo questionado pelos jornalistas sobre o envolvimento de seu irmão mais velho, Genival Inácio da Silva, o Vavá, no esquema desmembrado pela Operação Xequê-Mate.

Interessados em lançar um caminhão a biodiesel, os alemães levaram ao prédio da Embaixada do Brasil, na capital da Alemanha, um de seus modelos. Deixaram tudo preparado para que Lula entrasse no veículo para a promoção do uso de combustível alternativo – um dos assuntos preferidos do pre-

sidente, no Brasil e no exterior.

Depois de tudo preparado – os funcionários da montadora lustraram cuidadosamente o veículo –, Lula desistiu da idéia e não participou do evento. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Miguel Jorge, explicou que a saída foi cancelada por causa de seus compromissos.

“Ele resolveu não descer por causa da agenda”, alegou o ministro, enquanto os executivos entravam no caminhão e deixavam a embaixada, visivelmente frustrados com o presidente.

Os diretores da empresa haviam acabado de anunciar que contratariam 500 empregados no Brasil para as suas fábricas e aumentariam em 20% a produção de caminhões no País até o fim do ano. Além disso, mostraram as novas tecnologias de mo-

O artigo do jornalista José Nêumanne lamenta que as ações espetaculares da Polícia Federal não tenham sido tão espetaculares no caso Waldomiro Diniz, ex-assessor da presidência flagrado pedindo propina a um empresário de jogos de azar o que desencadeou o escândalo do mensalão.

Sr. Presidente, solicito que os artigos acima citados sejam considerados parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

tadores a biodiesel que esperam adotar no Brasil em 2008. Nem isso fez Lula sair da embaixada.

ISOLAMENTO

Durante toda a manhã, Lula adotou a tática de não sair do prédio da embaixada. Seguran-

Miguel Jorge diz que problemas de agenda impediram saída da embaixada

ças se preparavam para acompanhá-lo em uma caminhada, quando, minutos depois, foram avisados de que não sairiam.

O assessor da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, informou que Lula aproveitara para

dormir até tarde – levantou-se às 9 horas. Mesmo assim, Jorge garantiu que o presidente está “de bom humor” ou “pelo menos não parecia que estava irritado”. “Fiquei surpreso com notícias de jornais de que estava irritado”, ressaltou.

Marco Aurélio chamou de “mentirosas” as fontes do governo que disseram à imprensa em Nova Délhi, por onde a comitiva passou, que o presidente se irritara ao tomar conhecimento da operação de busca e apreensão da Polícia Federal na casa de Vavá, em São Bernardo do Campo (SP). “Fomos surpreendidos com uma irritação que nunca existiu”, comentou. “Ele estava hoje assim como ontem, anteontem e trasantem. Não houve irritação nem cutânea”, declarou. ●

COLABOROU DENISE CRISPIM

Por que Waldomiro não está com Zuleido?

Estado S. Paulo 30/05/07
José Nêumanne

De repente, não mais que de repente, como versejou Vinicius de Moraes, foi-se avolumando uma onda de pressões sobre o presidente da República a respeito da ação truculenta e da suspeição de ilicitude dos policiais federais que investigam a corrupção de agentes públicos pela empreiteira baiana Gautama. Em resposta a essas pressões, Luiz Inácio Lula da Silva não deixou dúvidas, em seu pronunciamento no programa de rádio *Café com o Presidente*, anteontem de manhã, de que o Departamento de Polícia Federal (DPF) continuará a investigar e a prender mesmo quando esta apuração apontar para poderosos da República. "Duelo a quem duela", teria dito, se tivesse aprendido portunhol com seu ex-desafeto e atual aliado Fernando Collor.

A questão suscita problemas graves concernentes às liberdades individuais. O exemplo mais óbvio é o do sigilo telefônico. Sem a quebra do sigilo telefônico do empreiteiro Zuleido Veras, o DPF não teria puxado o fio da meada do esquema

Então, a quebra do sigilo telefônico se tornou moeda de altíssimo valor. Não importa. Neste Estado de Direito, em teoria vigente no Brasil, continua, acima de tudo, sendo um direito fundamental de cidadania, garantido pelo Poder Judiciário. A quebra do sigilo não é prerrogativa do agente da polícia, mas do juiz. O policial pode ser repreendido pela chefia por exagerar no pedido ao meritíssimo, mas a este caberia ter mais cuidado tanto ao conceder quanto ao acompanhar o uso da autorização dada, seja no curso do inquérito policial, seja na abusiva divulgação dela. É justo exigir menos volúpia do DPF nos pedidos de devassa de telefonemas, mas quem tem genuíno interesse em preservar direitos básicos do cidadão não se pode esquecer da participação do Judiciário no abuso da violação destes.

Há, porém, outros problemas nas atividades dos federais, mais graves do ponto de vista do cidadão e dos quais os advogados, burocratas e parlamentares que deles tanto se queixam não se dão ao trabalho de reclamar. Nenhum dos queixosos, por exemplo, se deu conta de que essas operações contra criminosos do colarinho branco são mais espetaculares e menos arriscadas que confrontos com traficantes e contrabandistas, contra os quais nossos bravos agentes não têm ultimamente vencido muitas batalhas. Seriam guerras de maior risco e mais cruentas que esta caça aos ratos de escritórios refrigerados, quase sempre sediados em regiões remotas do País. Não deixa de chamar a atenção do mais curioso o fato de o DPF ter comprovado a notória má fama de empreiteiros como corruptores flagrando um deles sobre o qual se diz que é avesso a fotografias, omitindo-se a evidência de que os fotografos também não tinham por que se interessar por ele.

Só que não vai ser este escriba aqui quem vai reclamar de uma armadilha ter pilhado um rato, só porque a ratoeira deixou escapar outros mais gordos. A Operação Navalha pode ser um tento da cidadania contra a roubalheira se algum de

seus acusados realmente cumprir pena no inferno presidiário brasileiro, servindo de exemplo para que outros corruptos considerem a possibilidade de punição como um impedimento a suas pretensões. Ou mais um show de exibicionismo policiaisco sem utilidade se tudo continuar como antes no quartel de Abrantes: os réus serem inocentados pela Justiça e ainda nos esfregarem na cara seus atestados de boa conduta. Mas, aconteça uma ou outra hipótese, os policiais federais não podem, por causa do êxito ou do insucesso de um inquérito como este, sentir-se imunes a prestar contas à cidadania, à qual teoricamente servem, de suas funções rotineiras. E o presidente da República poderia usar o crédito que está acumulando com seus subordinados ao prestigiá-los, mesmo negando favores a amigos, para lhes cobrar a execução das atividades funcionais de que eles não se vêm desincumbindo com idênticas desenvoltura e eficácia.

O racionamento dos passaportes e a truculência com que nossos bravos combatentes contra a corrupção maltratam os pretendentes a esse documento nos postos de recepção e entrega (a cargo do DPF), por exemplo, deveriam chamar a atenção de seu superior hierárquico máximo e dos defensores dos direitos humanos que os criticam. O constrangimento a que os agentes submetem passageiros em aeroportos para pressionar a autoridade a lhes conceder aumentos é outro abuso que teria de ser corrigido com rigor por quem de direito. Em nome da isonomia, palavra muito usada pelos servidores públicos, armados ou não, quando reivindicam reajustes, também é o caso de perguntar por que não se dá a Waldomiro Diniz e aos responsáveis pela quebra criminosa do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, tratamento, no mínimo, similar ao dado aos corruptores da Gautama e àqueles que por eles foram corrompidos.

Para ser a "polícia republicana", da qual Lula se orgulha, o DPF precisa ser a "polícia cidadã" da qual a Nação não tenha queixas a fazer. ■

José Nêumanne, jornalista e escritor, é editorialista do *Jornal da Tarde*

Antes de ser 'repblicana', a Polícia Federal deve ser 'cidadã'

de corrupção montado por ele. Foi-se o tempo em que políticos e gestores públicos manhosos fugiam do telefone como o diabo da cruz. Lembro-me de Tancredo Neves reclamando de Franco Montoro porque seu aliado na transição do governo militar para o civil falava mais que as horas e banalidades sociais no aparelho que Graham Bell inventou, para surpresa e deleite de nosso imperador dom Pedro II. Se Veras e os burocratas e parlamentares que comprava não fossem tão loquazes ao telefone, faltaria substância à Operação Navalha. Navalha na própria carne, teria dito Lula, se se houvesse lembrado de Plínio Marcos, ao se referir ao desembarque de Silas Rondon de Minas e Energia. Na República da Impunidade, fala-se muito com o interlocutor ao telefone e nada ao juiz.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Supremo ordena à Câmara que instale CPI do Apagão Aéreo já"; **O Estado de S. Paulo** de 26 de abril de 2007.

A matéria destaca que todos os 11 ministros concluíram que a decisão de não criar a CPI do Apagão Aéreo desrespeitou o direito da minoria parlamentar.

Como segundo assunto, gostaria de registrar a matéria intitulada "O xeque-mate de Evo Morales", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 9 de maio de 2007.

A matéria destaca a manobra política do presidente boliviano, Evo Morales, ao assinar um Decreto Supremo que outorga à estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia (YPFB) o monopólio da exportação do petróleo que é produzido nas duas refinarias que a Petrobras possui no país. Segundo a reportagem a manobra praticamente obriga a estatal brasileira a vender as refinarias para a Bolívia por um preço muito abaixo do mercado, já que com o monopólio boliviano o governo daquele país fixou o barril de petróleo produzido pela Petrobras em US\$30,35 enquanto o preço internacional do barril é de US\$55. Com isso a estatal brasileira passa a operar com prejuízos estimados de

US\$9 milhões por mês. O Decreto Supremo na prática é o confisco do fluxo de caixa da empresa brasileira.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias acima citadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Supremo ordena à Câmara que instale CPI do Apagão Aéreo já

Todos os 11 ministros concluíram que decisão de não criar a comissão desrespeitou direito da minoria parlamentar

Mariângela Gallucci
BRASILIA

A operação abafa comandada pelos governistas na Câmara dos Deputados para evitar a investigação sobre as causas do caos aéreo naufragou na Justiça. O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou ontem por unanimidade que o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), instale imediatamente a CPI do Apagão Aéreo. Será a primeira CPI do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os 11 ministros do STF concluíram que a não-criação da CPI desrespeitou o direito da minoria parlamentar de investigar o caos aéreo no País, que se tornou público após o acidente entre um Boeing da Gol e um Legacy da empresa americana ExcelAire, em setembro, no qual morreram 154 pessoas.

Acompanhado por vários deputados de oposição, o julgamento foi aplaudido no final. A presidente do Supremo, Ellen Gracie, chamou a atenção: "A casa não permite manifestações." Ministros do Supremo disseram durante o julgamento que o voto do relator, Celso de Mello, foi antológico e histórico.

"Para efeito de instituição de CPI, os grupos minoritários prescindem, não precisam da vontade aquiescente da maioria", afirmou o relator. Segundo ele, os requisitos para a abertura da CPI do Apagão Aéreo foram preenchidos, tais como número mínimo de assinaturas, existência de fato determinado e fixação da duração dos trabalhos da comissão - embora, com base em um recurso apresentado pelo PT, a maioria governista da Câmara tenha decidido que ela não deveria ser criada. Assim, o Supremo concluiu que ocorreu uma violação ao direito da minoria, que é garantido pela Constituição. "Os direitos da minoria à investigação parlamentar foram transgredidos e desrespeitados", afirmou Celso de Mello.

FATO DETERMINADO

O ministro fez questão de ressaltar o fato determinado apontado pelos parlamentares para criação da CPI. "O terrível evento (acidente entre o Boeing e o Legacy) foi expressamente indicado no requerimento da minoria", observou. Para concluir o reco-

nhcimento de que todos os pré-requisitos para a abertura de investigação foram cumpridos, Celso de Mello ressaltou que o requerimento também prevê duração de 120 dias para a CPI.

Vice-presidente do STF, Gilmar Mendes disse que o tribunal teve ontem mais uma possibilidade de reafirmar a jurisprudência que reconhece o direito das minorias parlamentares à investigação. "Hoje, não temos nenhuma dúvida de reconhecer aqui que, em se tratando desse tipo de requerimento, há um direito subjetivo da minoria", argumentou.

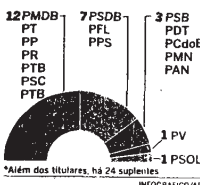
O ministro Marco Aurélio Mello afirmou que "o verdadeiro equilíbrio decorre do somatório de forças distintas". "A Constituição Federal não dá, no caso, com uma das mãos e

COMPOSIÇÃO

24 titulares*

16 SÃO DA BASE

Titulares



Base do governo quer controlar a apuração

... Os governistas decidiram lutar pelo controle da CPI do Apagão Aéreo: querem a presidência e a relatoria e só aceitar investigações sobre a colisão do avião da Gol com o Legacy, em setembro, e o movimento dos controladores aéreos, que causou caos nos aeroportos nos últimos seis meses. Das 24 vagas, 16 são dos governistas. Pela proporcionalidade, ficarão com o PMDB e o PT.

A oposição, ao contrário, quer ampliar as investigações. "Não

faremos acordo com o governo", disse o presidente do DEM, deputado Rodrigo Maia (RJ). "Vamos investigar não só os controladores de voo, mas as causas do acidente com o avião da Gol, os Cindactas e a Infraero."

O líder do governo, José Múcio Monteiro (PTB-PE), estava tranquilo com a maioria da base. "Vamos instalar e acabar logo com isso. Mas as denúncias precisam ter fundamentação. Espero que a CPI não seja palanque." O presi-

dente do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP), concordou: "Vamos nos ater ao foco do fato determinado na sentença do STF."

Para o líder do PSDB, Antonio Carlos Pannunzio (SP), a decisão do STF é um recado claro: "A maioria pode muito, mas não pode tudo. Só o que a lei permite." Ele se que se os blocos forem levados em conta, o PSDB quer um cargo da direção da CPI. e DENISE MAI... EUSÉBIA LOPES, JOÃO DOMINGOS... LUCIANA NUNES LEAL.

retira com a outra", ponderou. "Atendidos os requisitos dela constantes, não cabe criar incidente para, à mercê desse incidente, esvaziar-se o próprio instituto consagrado constitucionalmente."

Decano do STF, o ministro Sepúlveda Pertence disse que não é possível entregar à maioria o que é uma "prerrogativa absoluta da minoria qualificada".

A decisão do STF será encaminhada pela presidente do tribunal a Chinaglia. Após a notificação oficial da decisão, o presidente da Câmara terá de publicar o ato de instalação da CPI. Em seguida, os líderes dos partidos indicarão os integrantes da comissão. ●

O xeque-mate de Evo Morales

O governo boliviano, como se esperava, deixou a Petrobrás – e, com ela, o governo brasileiro – sem saída. Um Decreto Supremo assinado no domingo outorgou à estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia (YPFB) o monopólio da exportação do petróleo reconstituído que é produzido nas duas refinarias que a Petrobrás possui naquele país. E fixou em US\$ 30,35 o preço do barril do produto, que é vendido no mercado internacional por US\$ 55. Era da venda desse produto que as duas refinarias da Petrobrás retiravam sua rentabilidade, uma vez que os preços dos derivados estão congelados em níveis que não remuneram a operação.

Essa foi a maneira pouco sutil que Evo Morales encontrou para pressionar a Petrobrás a aceitar o preço irrisório que quer pagar pelas refinarias. Com isso, as autoridades bolivianas alegam que não decretaram o confisco do fluxo de caixa da empresa, um ato unilateral que o governo brasileiro deixara claro que não aceitaria sem reagir – mas foi isso mesmo o que fizeram, na prática. Sem aquela receita, as refinarias só podem funcionar com prejuízos, estimados extra-oficialmente em US\$ 9 milhões mensais.

Desta vez, a Petrobrás não ficou impassível diante do esbulho. Enviou à direção da YPFB e ao Ministério de Hidrocarbonetos uma proposta que, na verdade, é um ultimato. Colocou à venda 100% das ações das refinarias por um preço não revelado – que se imagina ser de cerca de US\$ 160 mi-

lhões – e deu ao governo boliviano um prazo de 48 horas para aceitar a proposta. Se ela for rejeitada, a Petrobrás levará o caso aos tribunais, na Bolívia e na Holanda, onde está sediada a subsidiária que controla as operações na Bolívia.

O governo Evo Morales, como se sabe, quer pagar pelas instalações algo entre US\$ 60 milhões e US\$ 75 milhões. A Petrobrás quer o valor de mercado das refinarias – o que pagou por elas mais os investimentos na modernização dos equipamentos. O ex-ministro de Hidrocarbonetos Carlos Miranda explicou ao Estado por

Uma reação tardia da Petrobrás ao esbulho continuado que vem tolerando

que essas posições são inconciliáveis: “A Petrobrás evoca preços de mercado para as refinarias. Mas a Bolívia não vive mais uma economia de mercado. Quem arbitra valores é o Estado. A Bolívia não é mais uma economia livre.”

Mas o problema não é apenas esse. Evo Morales escolheu o Brasil e a Petrobrás como adversários preferenciais, para tentar desviar a atenção dos movimentos sociais da impossibilidade de cumprir suas promessas de redenção econômica e social. O Brasil, assim, passou a ser visto como um gigante imperialista, que explora indevidamente as riquezas nacionais da Bolívia e empobrece o seu povo.

Nesse quadro, a reação da Petrobrás em defesa de seus interesses e dos interesses de

seus acionistas e clientes foi correta. Anunciou, também, a suspensão de todos os investimentos que não sejam relacionados com a expansão do abastecimento de gás ao Brasil. Já a reação do Itamaraty foi, como sempre, mais branda do que a situação exige. Em nota, a Chancelaria afirmou que, “independentemente das ações legais que a Petrobrás venha a tomar em defesa de seus interesses legítimos, o governo brasileiro não pode deixar de salientar o impacto negativo que este ou qualquer outro gesto unilateral possa ter sobre a cooperação entre os dois países”. O que se fez de mais concreto foi cancelar reuniões em que se discutiria a concessão de benefícios tarifários para a importação de produtos bolivianos e créditos para o fornecimento de tratores à Bolívia.

A expropriação das refinarias é fato consumado. Caberia ao governo brasileiro – diante da sequência de atos inamistosos que têm marcado o governo Evo Morales, desde o início – cancelar definitivamente toda a ajuda que tem sido dada à Bolívia – que inclui desde o perdão de dívida até assistência técnica nas áreas legal e fiscal – e denunciar os acordos de cooperação vigentes.

O governo Evo Morales tem dado seguidas mostras de que não respeita contratos e de que não considera o Brasil um parceiro capaz de contribuir para seu desenvolvimento. O presidente Lula, por sua vez, acha que é obrigação do Brasil ajudar a Bolívia. Pois que o faça, deixando que Evo Morales lá reconstrua em pleno século 21, sozinho ou com a ajuda de Hugo Chávez, a grandeza do império aimará.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, pedindo a Deus para proteger a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 18 minutos.)

Ata da 108ª Sessão Não Deliberativa, em 9 de julho de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

Sobre a mesa, projetos de lei da Câmara que
passo a ler.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos
trabalhos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2007 (nº 271/2003, na Casa origem)

Dá nova denominação à Reserva Federal que
especifica (Parque Indígena do Xingu).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Passa a denominar-se Parque Indígena do
Xingu Orlando Villas Bôas o Parque Indígena do Xingu, criado
pelo Decreto nº 50.455, de 14 de abril de 1961.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 271, DE 2003

Dá nova denominação à Reserva Federal que especifica;

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º - Passa a denominar-se “Parque Indígena do Xingu
Orlando Villas Bôas” o Parque Indígena do Xingu, criado pelo Decreto n.º 50 455, de
14/04/1961.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

ORLANDO VILLAS BOAS, sertanista e indigenista, nasceu em
Santa Cruz do Rio Pardo – São Paulo, em doze de janeiro de 1914. Realizou seus
estudos primários, secundários e preparatórios em Campinas, no Colégio Atheneu
Paulista e no Colégio Paulista em São Paulo.

Com seus irmãos Claudio e Leonardo tomou parte desde as
primeiras atividades da vanguarda da EXPEDIÇÃO RONCADOR XINGU, criada pelo
Governo Federal no início de 1943 com o objetivo de conhecer e desbravar as áreas
mostradas em branco nas nossas cartas geográficas. Posteriormente foi designado
Chefe da Expedição.

Com sua valiosa contribuição foram acelerados todos os trabalhos
em andamento, possibilitando assim que fosse vencida a grande e difícil etapa Rio
das Mortes – Alto Xingu. Na 2ª etapa, que foi ainda mais longa Xingu-Serra do
Cachimbo-Tapajós, foram deixando no roteiro uma dezena de campos de pouso.
Alguns desses campos – Aragarças, Xavantina, Xingu, Cachimbo e Jacaréacanga,

foram mais tarde transformados em Bases Militares e em importantes pontos de apoio de rotas aéreas nacionais e transcontinentais pelo Ministério da Aeronáutica. Outros campos intermediários como Kuluene, Xingu, Posto Leonardo Villas Boas, Diauarum, Telles Pires e Krachacarône, tomaram-se postos de assistência aos índios.

Assim sendo, juntamente, com seu irmão Claudio, participaram de grupo formado por ilustres patrícios: Mal. Rondon, Dra. Heloísa Alberto Torres – Diretora do Museu Nacional, Dr. Café Filho – Vice-Presidente da República, Brig. Raimundo Vasconcelos de Aboin, Dr. Darcy Ribeiro e José Maria da Gama Malcher

– Diretor dos Serviços de Proteção aos Índios que, junto ao Presidente da República, pleiteou a criação do Parque Nacional do Xingu.

A criação desse PARQUE visava preservar a fauna e a flora ainda intocada da região, assim como, principalmente, resguardar as culturas indígenas da área.

No aspecto da fauna e da flora, a reserva procuraria guardar para o Brasil futuro, um testemunho do Brasil do descobrimento.

Considerando a descaracterização violenta porque vem atualmente passando a nossa natureza, este empreendimento mostrou-se mais do que louvável, uma vez que também, representava a única possível solução para a necessidade de se proporcionar o acolhimento das comunidades indígenas, contextualizando-as no seio da Nação Brasileira, que na época esforçava-se para realizar o projeto de integração nacional com a pacificação dos povos indígenas.

Ali a reserva mostraria ao Sul os últimos descampados e cerrados do Brasil Central – para através de uma transição brusca, mostrar ao Norte, com toda a exuberância, a Hiléia Amazônica, caracterizada pelas seringueiras, caucheiros, castanheiras e as gigantescas samaumeiras.

No aspecto do índio, em face da política tradicional brasileira, que era e é de sua integração à Sociedade Nacional, os irmãos Villas Boas, implantaram uma nova política indigenista que, basicamente, consiste na defesa dos valores culturais do índio, como meio de evitar a marginalização e o desaparecimento dos grupos tribais. “O índio só vive na sua própria cultura”, vem sendo desde então, o lema difundido. Esta nova política vem agora sendo esposada por etnólogos e entidades científicas, não só nacionais como estrangeiras. Os irmãos têm defendido essa política, através de conferências, artigos, entrevistas aos jornais, rádio e televisão.

Criado o Parque Nacional do Xingu, em 1961, Orlando Villas Boas, foi nomeado Administrador Geral. No exercício dessa função pôde melhorar a

assistência ao índio, garantir a preservação da fauna e flora da região e reaparelhar os Postos de Assistência.

Ainda como administrador do Parque favoreceu a realização de estudos e pesquisas antropológicas e etnológicas, não só nacionais como de universidades estrangeiras. Autorizando, ainda, a filmagem documentária da vida dos índios, deu margem a um acervo valioso para o conhecimento de sua vida, da sua organização social e, principalmente, dos seus cerimoniais.

O Parque Nacional do Xingu, que teve sua denominação alterada pelo Decreto n.º 82 263, de 13 de Setembro de 1978, para Parque Indígena do Xingu, contava à época de sua criação com uma área total de 2.642.003 ha. Com a incorporação de duas novas áreas (Suyá e Batovi) passou a contar com a área total de cerca de 2,8 milhões de hectares.

Sua criação favoreceu a realização de estudos de etnologia, etnografia, linguística a pesquisadores nacionais e estrangeiros.

O PARQUE INDIGENA DO XINGU, situa-se ao Norte do Estado de Mato-Grosso, numa zona de transição florística entre o planalto central e a Amazônia. A região toda é plana, onde predominam as matas altas, entremeadas de cerrados e campos, é cortada pelos formadores do Xingu e pelos seus primeiros afluentes da direita e da esquerda. Os cursos formadores são os Rios Kuluene, Ronuro e Batovi. Os afluentes, os rios Suia Missú, Maritsauá, Auaiá Missú, Uaiá Missú e o Jarina, próximo da cachoeira de Von Martius.

Vivem na área do Alto Xingu, aproximadamente, 4.500 índios falando 8 (oito) línguas diferentes. Dessas línguas, quatro (4) estão ligadas às quatro grandes famílias lingüísticas indígenas do Brasil e as outras são isoladas. Centros de estudo, inclusive a UNESCO, consideram essa área como sendo o mais belo mosaico lingüístico puro do país. As tribos que vivem na região são: KUICURO, KALAPÁLO, NAUKUÁ, MATIPÚ, MEINÁKU, AUETÍ, WAUHÁ, IUALAPITÍ, KAMAIURÁ, TRUMÁI, TXIKÃO, SUIÁ, JURUNA, KAIABÍ, METOTHE, MENGRÄGNONTÍ e KRANHACÃRONE. E, ainda, desconhecidas sem contato, mas que não estão se mostrando hostis: Uaicú, Agavotoguenro e Maritsauá.

Nos anos que se seguiram, os Villas Boas organizaram expedições que enfrentavam inúmeros perigos e desconfortos para chegarem até aos indígenas com o fim de trazê-los à sociedade xinguan. No primeiro contato com uma tribo, os seus componentes precisam ser vacinados, rigorosamente examinados, para que nenhum mal possa ser levado aos demais índios residentes no parque.

Os índios antes de saberem que as Expedições tinham intenção amigável, quase sempre hostilizavam os sertanistas, provocando sérios incidentes,

tais como: as escaramuças Xavante na Serra do Roncador; o ataque Juruna na proximidade da aldeia; as flechas Suiá e por ocasião da mais recente expedição no território TXUKARRAMÃE (Jê Botucudo), nos seus trabalhos de atração, a prisão dos Villas Bôas (Claudio e Orlando), juntamente com dois índios Juruna-Pausidê e Dudiga.

A tribo Txikão ofereceu séria resistência ao contato. A única maneira foi descer com um pequeno avião (3 lugares) numa várzea nas proximidades da aldeia, o que facilitou então a confraternização.

Por solicitação do Marechal Rondon e dispondo de informação aerofotométrica, fornecida pelo Serviço Cartográfico do Exército, os Villas Bôas posicionaram às margens do Rio Xingu (17.800 metros para o interior), o centro geográfico do Brasil.

O estabelecimento de campos de apoio e pontos de segurança do voo, na rota do Brasil Central, proporcionou à Aeronáutica Civil, substancial economia em horas de voo, principalmente nos cursos internacionais. E foram esses, sem dúvida, os objetivos que levaram à instalação hoje com aparelhagem moderna, dos núcleos de proteção ao voo de Aragarças, Xavantina, Xingu, Cachimbo e Jacareacanga.

Esse trabalho foi responsabilidade dos Irmãos Villas Bôas que a partir de Xavantina foram os realizadores de admirável marcha desbravadora, evidenciando também a locação dos pontos e dos campos pioneiros.

Todo esse trabalho foi feito mediante o pagamento de um posado tributo, cobrado pelo sertão e suas áreas insalubres, resultado de muita renúncia pessoal e numa centena de malária registrada no corpo do sertanista.

Ao longo de sua profícua existência, teve a satisfação de ver seu trabalho no Parque Indígena do Xingu como importante ponto de referência para o resto do mundo, extrapolando as fronteiras do país e sendo honrado com o reconhecimento como um cidadão internacional, o que inclusive resultou na sua indicação para o Prêmio Nobel da Paz.

Em vista do exposto, e por estarmos preocupados em estabelecer medida à altura da necessidade de se impedir a desconstrução, ou efetuar o desmembramento e anexações de partes do atual Parque Indígena do Xingu, conclui-se que a presente propositura de fato, resulta em um desafio!

O desafio de fazermos o trabalho heróico que ele fez no passado e que nós temos que perseverar tanto no presente como no futuro: defendermos este legado tão fundamental, travarmos a luta em defesa das Comunidades e das Culturas Indígenas, que são o que há de puro, essencial e grandioso, o espírito vivo mesmo, de nossa Sagrada Nação!

Por isso, sinto-me muito honrado em propor a presente homenagem, acreditando na necessidade premente da adoção de um nome que é respeitado por todas as Nações Indígenas (Orlando era saudado pelos indígenas como "Pai dos Índios"), como emblema dessa luta, capaz de gerar uma grande aliança nacional contra esta grave e ilegal ameaça de anexação de partes do parque.

Portanto, tratando-se de se prestar uma justa e merecida homenagem a este grande brasileiro que realizou tão imenso trabalho à Pátria, apresento o presente projeto de lei e, antecipadamente, conto com a irrestrita aprovação dos nobres pares.

Sala das Sessões, em 11 de março de 2003

Deputado LOBBE NETO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Situação:	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Chefe de Governo:	JÂNIO QUADROS
Origem:	EXECUTIVO
Fonte:	DOFC 14 04 1961 003492 3
Link:	Texto integral não disponível
Ementa:	CRIA O PARQUE NACIONAL DO XINGU.
Referência:	MINISTERIO DA JUSTICA - MJ. AREA INDIGENA.
Alteração:	DEC 51084 - 31/07/1961: REGULAMENTA. DEC 63082 - 06/08/1968: ALTERA LIMITES. DEC 68909 - 13/07/1971: ALTERA LIMITES. DEC 82263 - 13/09/1978: ALTERA DENOMINACAO DOS PARQUES.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2007

(Nº 1.735/2003, na Casa de Origem)

Acrescenta § 3º ao art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. O art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 79.....

.....

§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta do ensino e de assistência estudantil. Assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais. “(NR)

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.735-C, DE 2003**Acrescenta § 3º ao artigo 79 da Lei nº 9.394, de 20-12-1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao Artigo 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional acrescente-se o § 3º:

§ 3º No que se refere à educação superior, o atendimento dos povos indígenas poderá efetivar-se mediante oferta de ensino em entidades públicas ou privadas, ou pela instituição de universidade indígena multicultural, sob encargo da União.

Justificação

A oferta de educação superior aos povos originais, ou povos indígenas, mediante oferta de ensino em entidades públicas, ou privadas e mesmo a instituição de universidade indígena multicultural, sob encargo da União, constitui iniciativa que reconhece, por justiça, a relevância desses povos na origem e na construção da nação brasileira; valoriza o estudo dos temas indígenas nacionais, de especial significado não só para o País, como também para todas as nações do continente americano, porque história e povos originais de todas.

Essa providência atualiza, ainda, o Regime de Colaboração, fortalece a garantia de educação escolar multicultural e fomenta a perspectiva de sustentabilidade das terras e das comunidades indígenas. Além disso, aumenta a consciência desses povos quanto à necessidade de proteção à biodiversidade, sendo importante contribuição à garantia de soberania nacional.

Fundamental, também, observar que tal providência garantirá formação aos professores indígenas para que assegurem, às suas comunidades, a utilização de línguas maternas, visando à sua preservação, usando, para tanto, métodos próprios de aprendizagem.

Finalmente, institucionalizar o ensino superior indígena e o reconhecimento da necessidade da formação de magistério específico contribuirá, sobremaneira, para bem informar à sociedade brasileira sobre as diversas nações indígenas, sobre seus hábitos e culturas. Combatendo a discriminação e o desrespeito a essas populações e a seus direitos.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2003. – Deputado **Carlos Abicalil**.

LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996****Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.****TÍTULO VIII****Das Disposições Gerais**

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I – fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Art. 79-A. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais e à de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2007

(Nº 30/2007, na Casa de Origem)

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 9º-A:

“Art. 9º-A É garantido a toda mulher o acesso a informações sobre as possibilidades e os benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário durante o período de consultas pré-natais e no momento da realização do parto.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 30, DE 2007

Altera a Lei nº 9.434, de 4 fevereiro do 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 9-A:

“Art. 9-A É garantido a toda mulher o acesso a informações sobre as possibilidades e os benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário durante o período de consultas pré-natal e no momento da realização do parto.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição foi originariamente apresentada pela nobre Deputada Jandira Feghali durante a 52ª Legislatura e, não tendo sido apreciada por todas as Comissões desta Casa, a matéria foi arquivada.

De mérito inquestionável este projeto de lei contribui para aprimorar a legislação em vigor, motivo pelo qual o reapresento.

O sangue do cordão umbilical e placentário apresenta grande quantidade de células tronco que, apesar de apresentarem características adultas, são ainda imaturas e pouco estimuladas. Dessa forma, ele se configura como tecido de grande importância para transplantes, em especial nos casos de doenças hematopoiéticas.

Por essa razão, existem no mundo mais de 100 bancos de sangue de cordão umbilical e placentário (BSCUP), que visam a armazenar esse material. Também o Brasil possui alguns bancos em centros de referência, a exemplo do Instituto Nacional do Câncer (INCA), no Rio de Janeiro, e do Hospital Albert Einstein, em São Paulo. O sangue coletado é processado e as células-tronco são criopreservadas por anos, podendo ser disponibilizadas para transplante tanto no território nacional quanto internacionalmente.

Da mesma forma, um receptor brasileiro pode receber material vindo de outro país. No entanto, de acordo com o INCA, “a chance de um brasileiro localizar um doador em território nacional é trinta vezes maior que a chance de encontrar o mesmo doador no exterior, segundo pesquisa realizada pelo Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME). Isso ocorre devido às características genéticas comuns à população brasileira”.

Ocorre, porém, que para a doação de qualquer tecido humano, é necessário consentimento por escrito do doador ou seu responsável legal. Tal preceito é bastante definido na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que “dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências”:

“Art. 9º É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticas ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, inclusive, na forma do § 4º deste artigo, ou em qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea. (Redação dada pela Lei nº 10.211, de 23-3-2001)

.....
§ 4º O doador deverá autorizar, preferencialmente por escrito e diante de testemunhas, especificamente o tecido, órgão ou parte do corpo objeto da retirada.”

Salientamos que o art. 4º desta mesma lei, que originalmente considerava como potencial doador todo cidadão que não se manifestasse contrariamente de forma expressa, foi posteriormente alterado pela Lei nº 10.211/2001:

“Art. 4º A retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou outra finalidade terapêutica, dependerá da autorização do cônjuge ou parente, maior de idade, obedecida a linha sucessória, reta ou colateral, até o segundo grau inclusive, firmada em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte. (Redação dada pela Lei nº 10.211, de 23-3-2001)”

No Brasil, a Portaria nº 2.381/GM, de 29 de setembro de 2004, do Ministério da Saúde, criou a Rede Nacional de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplantes de Células-Tronco Hematopoiéticas (BrasilCord), para regulamentar o acesso, a disponibilização e a utilização de células tronco Hematopoiéticas (CTH) e Sangue de Cordão Umbilical e Placentário (SCUP). Também essa norma define o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Doação de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário, obrigatório em todos os casos de doação.

As células-tronco conseguem se transformar em vários tecidos do organismo motivo pelo qual apresentam tanto potencial de cura. Cerca de três mil brasileiros se somam à fila para um transplante de medula para tratar a leucemia, a cada ano. Muitos não chegam a encontrar um doador.

A rede pública, que começou a funcionar em 2004 coletou apenas 1,5 mil amostras nos dois primeiros anos e espera atingir o número ideal daqui a quatro anos. A garantia do acesso a informações sobre a possibilidade e benefícios da doação certamente ampliará o volume de doações, além de colaborar para a divulgação de sua importância. Poucas pessoas têm conhecimento de que a doação é possível, basta a autorização. O procedimento é simples e implica na coleta do material do cordão umbilical após o parto, cordão este que será descartado se a família não autorizar a doação.

Considero fundamental que o acesso a tais intonações estejam disponíveis a todos para que diante delas possam decidir sobre a doação. A falta de acesso hoje representa a impossibilidade de elevar os níveis de estoque dos bancos públicos aos desejáveis para o atendimento daqueles que se encontram na fila para um transplante de medula óssea, por exemplo.

Pela relevância do tema estou certa de contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste importante projeto de lei e agradeço a ex-deputada Jandira Feghali ter me confiado a tarefa de reapresentá-lo.

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2007. – Deputada **Rita Camata**, PMDB/ES.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.434. DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997

Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.

.....

CAPÍTULO III
Da Disposição de Tecidos, Órgãos e Partes do Corpo Humano Vivo para Fins de Transplante ou Tratamento

Art. 9º É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, inclusive, na forma do § 4º deste artigo, ou em qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea. (Redação dada pela Lei nº 10.211, de 23-2-2001)

§ 1º (Vetado)

§ 2º (Vetado)

§ 3º Só é permitida a doação referida neste artigo quando se tratar de órgãos duplos, de partes de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano cuja retirada não impeça o organismo do doador de continuar vivendo sem risco para a sua integridade e não represente grave comprometimento de suas aptidões vitais e saúde mental e não cause mutilação ou deformação inaceitável, e corresponda a uma necessidade terapêutica comprovadamente indispensável à pessoa receptora.

§ 4º O doador deverá autorizar, preferencialmente por escrito e diante de testemunhas, especificamente o tecido, órgão ou parte do corpo objeto da retirada.

§ 5º A doação poderá ser revogada pelo doador ou pelos responsáveis legais a qualquer momento antes de sua concretização.

§ 6º O indivíduo juridicamente incapaz, com compatibilidade imunológica comprovada, poderá fazer doação nos casos de transplante de medula óssea, desde que haja consentimento de ambos os pais ou seus responsáveis legais e autorização judicial e o ato não oferecer risco para a sua saúde.

§ 7º É vedado a gestante dispor de tecidos, órgãos ou partes de seu corpo vivo, exceto quando se tratar de doação de tecido para ser utilizado em transplante de medula óssea e o ato não oferecer risco à sua saúde ou ao feto.

§ 8º O auto-transplante depende apenas do consentimento do próprio indivíduo, registrado em seu prontuário médico ou, se ele foi juridicamente incapaz, de um de seus pais ou responsáveis legais.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Complementares

(Á Comissão de Assuntos Sociais)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007

(Nº 6.048/2002, na Casa origem)

Acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11, de julho de 1994 – Lei de Execução Penal.

Art. 2º O art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte do seguinte § 3º:

“Art. 83.

§ 3º Os estabelecimentos de que trata o § 2º deste artigo deverão possuir, exclusivamente, agentes do sexo feminino na segurança de suas dependências internas,” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.048, DE 2002

Acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal.

Art. 2º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, passa a vigorar acrescida do seguinte § 3º ao seu artigo 83:

Art. 83.

§ 3º Os estabelecimentos de que trata o § anterior deverão possuir, exclusivamente, agentes do sexo feminino na segurança de suas dependências internas, sendo admitido, em casos excepcionais e temporários, plenamente fundamentados pela autoridade responsável, a utilização dos serviços de agentes do sexo masculino.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Apesar de a Lei de Execução Penal determinar que os estabelecimentos penais destinados às presas, condenadas ou provisórias, devam ser condizentes com a natureza da mulher, verifica-se que muitos desses órgãos não atendem esse requisito.

A condição da mulher inclui a segurança interna a ser feita por agentes do sexo feminino, pois garante a devida privacidade da presa, além de ser feita por alguém que conhece bem as necessidades femininas.

Isso, porém, não tem ocorrido, provocando distorções lamentáveis e situações embaraçosas, tanto para a presa quanto à administração do presídio. Muitos, por exemplo, são os casos de denúncias por abuso sexual e favorecimentos das mais diversas ordens.

Assim, torna-se necessário que seja previsto na lei a obrigatoriedade de que a guarda interna seja feita por efetivo feminino, sendo admitido, somente excepcionalmente, a presença de agentes do sexo masculino.

Por ser medida necessária para a garantia de uma melhor segurança nos presídios femininos e, também,

cumprimento do respeito à condição da mulher, é que solicito aos colegas parlamentares o aperfeiçoamento e a aprovação do presente projeto de lei.

Brasília, 18 de janeiro de 2002. – Deputado **Alberto Fraga**, PMDB-DF

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

.....
Art. 83. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.

§ 1º Haverá instalação destinada a estágio de estudantes universitários. (Renumerado pela Lei nº 9.046, de 18-5-95)

§ 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam amamentar seus filhos. (Incluído pela Lei nº 9.046, de 18-5-95)
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2007

(Nº 6.297/2002, na Casa de Origem)

Torna obrigatória a exibição de filme publicitário que esclareça sobre as consequências do uso de drogas ilegais e do abuso de drogas lícitas, no início de cada sessão de exibição de filmes, em todos os cinemas do País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatória a exibição de filme publicitário que esclareça sobre as consequências do uso de drogas ilegais e do abuso de drogas lícitas, no início de cada sessão de exibição de filmes, em todos os cinemas do País.

Art. 2º Os custos de produção, distribuição e exibição do material publicitário serão cobertos pelo Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, nos termos do inciso II do art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, e do art. 13 da Medida Provisória nº 2.143-32, de 2 de maio de 2001.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará as disposições desta Lei, definindo os órgãos responsáveis pela supervisão técnica da produção e pela fiscalização da exibição do filme publicitário de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.297, DE 2002

Torna obrigatória a exibição de filme publicitário, esclarecendo as consequências do uso de drogas, antes das sessões principais em todos os cinemas do País.

Art. 1º Torna obrigatória a exibição de filme publicitário, esclarecendo as consequências do uso de drogas, antes das sessões principais, em todos os cinemas do País.

Art. 2º O filme publicitário deverá ser elaborado sob a supervisão técnica de uma equipe multidisciplinar formada pelo Ministério da Saúde.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Como sub-relator da CPI do Narcotráfico, pude constatar de perto que o crescimento do consumo de drogas é assunto que preocupa a todas as camadas da sociedade brasileira, extrapolando a família e os setores do Estado voltados para o problema. O perigo do uso de drogas e suas consequências rondam a todos nós. O problema das drogas atinge principalmente os adolescentes menos experientes – presas mais fáceis desse verdadeiro flagelo moderno. É por isso que, mais do que nunca, é fundamental travar a batalha da informação e do esclarecimento sobre o uso de drogas. Preocupado com formas preventivas, visando à não-proliferação do uso de drogas e considerando o cinema um meio de comunicação que, por abranger pessoas de diversas idades e camadas sociais, deve ser aproveitado como instrumento de campanhas educativas, apresento esta proposição. Tenho certeza, será aprovada por esta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, 12 de março de 2002. – **Pompeu de Mattos**, Deputado Federal – PDT/RS.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.560, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986

Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.

.....
Art. 5º Os recursos do FUNCAB serão destinados:

.....
II – aos programas de educação preventiva sobre o uso de droga de abuso;

.....
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.143-32,
DE 2 DE MAIO DE 2001

Reeditada pela MPV nº 2.143-33, de 2001

Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

.....
Art. 13. Fica alterada para Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD a denominação do Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate ao Abuso de Drogas – FUNCAB, instituído pela Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pela Lei nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993, e ratificado pela Lei nº 9.240, de 22 de dezembro de 1995, bem como transferida a sua gestão do âmbito do Ministério da Justiça para a Secretaria Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

.....
(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 50, DE 2007

(Nº 5.893/2005, na Casa origem)

Institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Agente Marítimo, a ser comemorado em todo o território nacional no dia 23 de junho de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.893, DE 2005

Institui o Dia Nacional do Agente Marítimo:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Agente Marítimo, a ser comemorado em todo o território nacional no dia 23 de junho de cada ano.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Agenciamento Marítimo é uma atividade que existe em todo o mundo e, no Brasil, já contamos com empresas centenárias atuando neste ramo.

A FENAMAR – Federação Nacional dos Agentes de Navegação Marítima, congrega doze (12) Sindicatos Estaduais, que juntos representam aproximadamente 350 Empresas que atuam no ramo do Agenciamento Marítimo.

O Agente Marítimo está presente em cada escala de Navio que ocorre em qualquer porto nacional ou internacional, tratando de todos os detalhes existentes na relação do Navio com todas as Autoridades que atuam no Porto. O Agente Marítimo, ainda, lidera boa parte da relação entre os demais **players** comerciais e prestadores de serviço atuantes no comércio internacional que optaram pelo modal aquaviário para Exportação ou Importação de mercadorias.

Vale ressaltar que 95% do Comércio Exterior Brasileiro é realizado por via marítima.

Homenagear os trabalhadores em Agenciamento Marítimo é um ato de reconhecimento da relevância e dos serviços prestados por esses profissionais ao desenvolvimento do nosso Comércio Internacional de forma decisiva, neste sentido indicamos o dia 23 de junho como o “Dia do Agente Marítimo”, acreditando ser uma justa e devida homenagem à Categoria dos Agentes de Navegação Marítima, como já ocorre para outras categorias de profissionais do País.

Conto com o apoio dos meus ilustres pares nesta Casa para a aprovação deste Projeto de Lei que ora submeto à Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2005.
– Deputado **Leonardo Picciani**.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 51, DE 2007

(nº 1.333/1995, na Casa origem)

Dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os bilhetes de passagens adquiridos no transporte coletivo rodoviário de passageiros intermunicipal, interestadual e internacional terão validade de 1 (um) ano, a partir da data de sua emissão, independentemente de estarem com data e horários marcados.

Parágrafo único. Os bilhetes com data e horário marcados poderão, dentro do prazo de validade, ser remarcados.

Art. 2º Antes de configurado o embarque, o passageiro terá direito ao reembolso do valor pago do bilhete, bastando para tanto a sua simples declaração de vontade.

Parágrafo único. Nos casos de solicitação de reembolso do valor pago do bilhete por desistência do usuário, a transportadora disporá de até 30 (trinta) dias, a partir da data do pedido, para efetivar a devolução.

Art. 3º Independentemente das penalidades administrativas determinadas pela autoridade rodoviária impostas à empresa autorizada, permissionária ou concessionária, em caso de atraso da partida do ponto inicial ou em uma das paradas previstas durante o percurso por mais de 1 (uma) hora, o transportador providenciará o embarque do passageiro em outra empresa que ofereça serviços equivalentes para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, se assim o passageiro optar, o valor do bilhete de passagem.

Art. 4º A empresa transportadora deverá organizar o sistema operacional de forma que, em caso de defeito, falha ou outro motivo de sua responsabilidade que interrompa ou atrase

a viagem durante o seu curso, assegure continuidade à viagem num período máximo de 3 (três) horas após a interrupção.

Parágrafo único. Na impossibilidade de se cumprir o disposto no caput deste artigo, fica assegurada ao passageiro a devolução do valor do bilhete de passagem.

Art. 5º Durante a interrupção ou retardamento da viagem, a alimentação e a hospedagem, esta quando for o caso, dos passageiros correrão a expensas da transportadora.

Art. 6º Se, em qualquer das paradas previstas, a viagem for interrompida por iniciativa do passageiro, nenhum reembolso será devido pelo transportador.

Art. 7º Os bilhetes de passagens adquiridos com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data da viagem poderão não ter horário de embarque definido.

Art. 8º As empresas de transporte coletivo rodoviário de passageiros deverão operar com um sistema de proteção à viagem, visando à regularidade, segurança e eficiência de tráfego, abrangendo as seguintes alternativas:

I - de controle de tráfego, devendo o motorista ser informado antes da partida das condições de trânsito nas estradas;

II - de telecomunicações rodoviárias;

III - de supervisão, reparo, distribuição de peças e equipamentos e da manutenção dos ônibus.

Art. 9º Os serviços de telecomunicações rodoviárias poderão ser operados pela empresa de transporte coletivo rodoviário de passageiros, mediante autorização da Polícia Rodoviária Federal.

Parágrafo único. Os veículos só poderão circular com sistema de radiotransmissor-receptor padronizado e em perfeito estado de funcionamento.

Art. 10. A transportadora afixará, em lugar visível e de fácil acesso aos usuários, no local de venda de passagens, nos terminais de embarque e desembarque e nos ônibus, as disposições dos arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º desta Lei.

Art. 11. As empresas que operam com linhas urbanas e de características semi-urbanas estão isentas de cumprir as disposições desta Lei.

Art. 12. Quando, por eventual indisponibilidade de veículo de categoria em que o transporte foi contratado, tanto no ponto de partida como nos pontos de paradas intermediárias da viagem, houver mudança de classe de serviço inferior para superior, nenhuma diferença de preço será devida pelo passageiro.

§ 1º No caso inverso, é devida ao adquirente da passagem a restituição da diferença de preço, sendo facultado ao transportador proceder ao reembolso devido após a realização da viagem.

§ 2º Quando a modificação na classe do serviço ocorrer por solicitação do passageiro, o transportador deverá promover a substituição do respectivo bilhete de passagem, ajustando-o à tarifa vigente e registrando nole as diferenças havidas para mais ou para menos, bem como se a diferença foi restituída, conforme o caso.

Art. 13. É vedado ao transportador, direta ou indiretamente, reter o valor do bilhete de passagem comprado a vista decorridos 30 (trinta) dias do pedido de reembolso feito pelo usuário.

§ 1º O bilhete de passagem manterá como crédito de passageiro, durante sua validade, o valor atualizado da tarifa do trecho emitido.

§ 2º O montante do reembolso será igual ao valor da tarifa respectiva no dia da restituição, descontada a comissão de venda.

§ 3º No caso de bilhete internacional, o reembolso terá o valor equivalente em moeda estrangeira convertida no câmbio do dia.

Art. 14. O prazo máximo de reembolso do valor de passagens rodoviárias é de 30 (trinta) dias para as transportadoras nacionais e internacionais.

Art. 15. Se o bilhete houver sido comprado a crédito, o reembolso, por qualquer motivo, somente será efetuado após a quitação do débito.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.333, DE 1995

Dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências;

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1º Os bilhetes de passagens adquiridos no transporte coletivo rodoviário de passageiros Intermunicipal, Interestadual e Internacional, terão validade de um ano, a partir da data de sua emissão.

Art. 2º O passageiro tem direito ao reembolso do valor já pago do bilhete se o transportador vier a cancelar a viagem.

Art. 3º Em caso de atraso da partida por mais de duas horas, o transportador providenciará o embarque do passageiro, em outra empresa que ofereça serviços equivalentes para o mesmo destino se houver, ou restituirá, de imediato se o passageiro preferir, o valor do bilhete de passagem.

Art. 4º Quando o transporte sofrer atraso, ou interrupção por falta de adequada manutenção do veículo ou por outros fatos imputados à transportadora por período superior a quatro horas, o passageiro poderá optar pelo endosso da passagem, ou pela imediata devolução do valor pago pelo bilhete.

PARÁGRAFO ÚNICO. Durante a interrupção ou retardamento da viagem, a alimentação dos passageiros correrá as expensas da transportadora.

Art. 5º Os bilhetes de passagens adquiridos com antecedência mínima de sete dias à data da viagem, não terão horários de embarques definidos.

PARÁGRAFO ÚNICO. Fica a critério dos passageiros fixar o horário do embarque, dentro das opções existentes.

Art. 6º As empresas de transporte coletivo rodoviário de passageiros deverão operar com um sistema de proteção à viagem, visando à regularidade, segurança e eficiência de tráfego abrangendo as seguintes atividades:

I - de controle de tráfego, devendo o motorista ser informado antes da partida das condições de trânsito nas estradas;

II - de telecomunicações rodoviárias;

III - de supervisão, reparo, distribuição de peças e equipamentos, e da manutenção dos ônibus.

Art. 7º Os serviços de telecomunicações rodoviárias classificam-se em :

- I - Fixo rodoviário;
- II - Móvel rodoviário ;
- III - De radiodifusão rodoviário .

PARÁGRAFO ÚNICO . Os serviços de telecomunicações rodoviários poderão ser operados pela empresa de transporte coletivo rodoviário de passageiros , mediante autorização da Polícia Rodoviária Federal .

Art. 8º Os veículos de transporte coletivo rodoviário de passageiros só poderão circular com sistema de rádio transmissor-receptor , padronizado e em perfeito estado de funcionamento , autorizados pela Polícia Rodoviária Federal .

Art. 9º A transportadora afixará , em lugar visível e de fácil acesso aos usuários , no local de venda de passagens , nos terminais de embarque e desembarque de passageiros e nos ônibus , as disposições dos Arts. 1º , 2º , 3º , 4º e 5º desta Lei .

Art. 10 As empresas que operam com linhas urbanas, e de características semi-urbanas estão isentas de cumprir as disposições desta Lei .

Art. 11 Esta Lei entra em vigor no prazo de 180 dias a contar da data de sua publicação .

Art. 12 Revogam-se todas as disposições em contrário .

JUSTIFICAÇÃO

No longo das últimas décadas houve uma expansão da malha rodoviária brasileira , e com ela , o processo de integração pelos transportes rodoviários .

Os transportes vistos na sua infra-estrutura , têm historicamente exercido a função de organizar as sociedades e seu inter-relacionamento .

Na década de 50 houve a implantação da indústria automobilística no país , incentivada pelo Governo Federal , responsável por uma verdadeira revolução no transporte nacional .

O transporte de passageiros , medidos em passageiros/KM, cresceu explosivamente nos anos 60 e 70 . A elasticidade-renda do crescimento dos transportes de passageiros é muito elevada , sendo de 1,8 entre 1960 a 1990 .

No Brasil de hoje temos o transporte de passageiros predominantemente rodoviário .

Em razão desta evolução faz-se necessário o aperfeiçoamento da legislação vigente .

Na area de transporte coletivo rodoviário de passageiros intermunicipal , interestadual e até internacional é necessário a garantia de valor pago pelo bilhete de passagem estendendo a validade deste por um ano .

Ocorre com muita frequência , por fatores diversos , que o passageiro chegando atrasado no ponto de embarque , perde o ônibus e perde o dinheiro pago para adquirir seu bilhete . Não bastando os prejuizos sofridos com a perda de viagem , ainda tem o prejuizo financeiro .

Visando garantir ao cidadão utilizar o seu bilhete adquirido o já pago , é que proponho no artigo primeiro desta propositura , a validade do bilhete a partir da data de sua emissão pelo prazo de um ano .

Verificamos frequentemente que empresas que atuam no transporte rodoviário de passageiros não fazem os reparos e a manutenção adequada dos seus veículos , pondo em risco a segurança dos passageiros , e levando os veículos a defeitos mecânicos , que interrompem a viagem por horas , atrasando o horário da chegada e proporcionando um desconforto muito grande e desgaste físico e emocional .

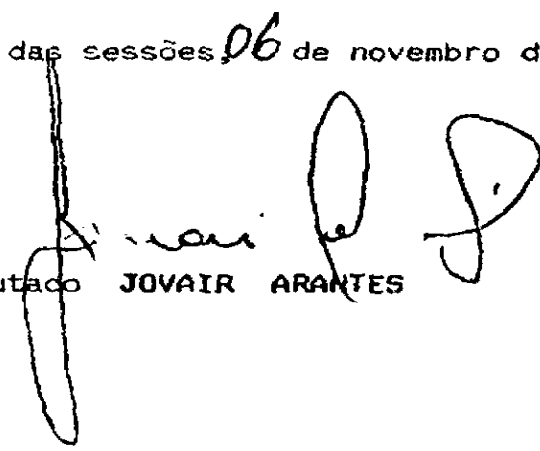
Outra questão que tratamos neste Projeto é que tendo em vista a expansão do transporte rodoviário , e a deterioração da infra estrutura básica e até o declínio da qualidade e segurança dos serviços , sentimos a urgente necessidade de equiparar os veículos com sistemas de rádio para transmissão e recepção , para maior segurança do motorista e dos passageiros .

No subsetor rodoviário Federal há cerca de 67 mil quilômetros de rodovias que são administradas pelo DNER , sendo necessário que haja contacto através de equipamentos de rádio entre os motoristas e o ponto de apoio . Num país continental como o nosso torna-se absolutamente necessário a utilização deste equipamento .

O elevado número de acidentes nas rodovias federais e estaduais nos leva a buscar alternativas de maior segurança .

Portanto submeto esta minha proposição a superior avaliação dos meus colegas parlamentares , esperando contar com o apoio necessário a sua aprovação .

Sala das sessões, 06 de novembro de 1995


Deputado JOVAIR ARANTES

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 3, de 2007**, de autoria do Senador Osmar Dias, que *acrescenta parágrafo ao art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, para determinar o momento do início do processo de cassação de Senador, para os efeitos do art. 55, § 4º, da Constituição Federal*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 381, de 2007**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$6.334.721.758,00 (seis bilhões, trezentos e trinta e quatro milhões, setecentos e vinte e um mil, setecentos e cinquenta e oito reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 381

Publicação no DO	6-7-2007
Emendas	até 12-7-2007 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	6-7-2007 a 2-8-2007 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	2-8-2007
Prazo na CD	De 3-8-2007 a 16-8-2007 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	16-8-2007
Prazo no SF	17-8-2007 a 30-8-2007 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	30-8-2007
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	31-8-2007 a 2-9-2007 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, observando a pauta a partir de	3-9-2007 (46º dia)
Prazo final no Congresso	17-9-2007 (60 dias)

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência determina o desentranhamento do **Requerimento nº 874, de 2004**, do processado do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2004, a fim de ser autuado em autos próprios e retifica o despacho inicial apostado ao referido requerimento para encaminhá-lo à decisão da Mesa.

O Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2004, com cópia do mencionado requerimento, retorna ao exame da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 1.232 /07/SGM-P

Brasília, 4 de julho de 2007

Assunto: Retifica autógrafos

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi verificado erro manifesto no texto dos autógrafos referentes à Medida Provisória 359, de 2007, transformada no Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2007, que “altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 10.855, de 1º de abril de 2004, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 11.457, de 16 de março de 2007, 10.910, de 15 de julho de 2004, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nºs 11.302, de 10 de maio de 2006, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, 11.080, de 30 de dezembro de 2004; e dá outras providências”, encaminhado à consideração dessa Casa em 16-5-2007, por meio do Ofício nº 142/07/PS-GSE.

2. Encaminho autógrafos com as seguintes retificações e solicito que delas se dê ciência à Presidência da República para que se adotem as providências cabíveis:

ONDE SE LÊ:

“Art. 2º Os arts. 5º, 7º, 8º, 9º 11, 15 e 16 da Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º Os cargos de provimento efetivo de nível auxiliar e intermediário integrantes da Carreira do Seguro Social do Quadro de Pessoal do INSS cujas atribuições, requisitos de qualificação, escolaridade, habilitação profissional ou especialização exigidos para ingresso sejam idênticos ou essencialmente iguais ficam agrupados em cargos de mesma denominação e atribuições gerais, conforme

estabelecido no Anexo V desta Lei, passando a denominar-se:

I – os cargos de nível auxiliar: Auxiliar de Serviços Diversos; e

II – os cargos de nível intermediário:

a) Agente de Serviços Diversos;

b) Técnico de Serviços Diversos; ou

c) Técnico do Seguro Social;

.....'(NR)

“Art. 16. Para fins de incorporação da GDASS aos proventos de aposentadoria ou às pensões relativos a servidores da Carreira do Seguro Social, serão adotados os seguintes critérios:

I – para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a 30 (trinta) pontos do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão;

II – para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando o servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão enquadrar-se no disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o valor de pontos constante do inciso I do **caput** deste artigo;

b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

.....'(NR)”

LEIA-SE:

“Art. 2º Os arts. 5º, 7º 80, 9º, 11, 15 e 16 da Lei nº 10.855, de 10 de abril de 2004, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 5º Os cargos de provimento efetivo de nível auxiliar e intermediário integrantes da Carreira do Seguro Social do Quadro de Pessoal do INSS cujas atribuições, requisitos de qualificação, escolaridade, habilitação profissional ou especialização exigidos para ingresso sejam idênticos ou essencialmente iguais ficam agrupados em cargos de mesma denominação e atribuições gerais, conforme estabelecido no Anexo V desta Lei, passando a denominar-se:

I – os cargos de nível auxiliar Auxiliar de Serviços Diversos; e

II – os cargos de nível intermediário:

a) Agente de Serviços Diversos;

b) Técnico de Serviços Diversos; ou

c) Técnico do Seguro Social;

III – (revogado).'(NR)

‘Art. 16. Para fins de incorporação da GDASS aos proventos de aposentadoria ou às pensões relativos a servidores da Carreira do Seguro Social, serão adotados os seguintes critérios:

I – para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a 30 (trinta) pontos do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão;

II – para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando o servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão enquadrar-se no disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o valor de pontos constante do inciso I do **caput** deste artigo;

b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).'(NR)”

Arlindo Chinaglia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com referência ao expediente lido, a Presidência esclarece ao Plenário que o **Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2007**, objeto do expediente lido, foi aprovado na íntegra pelo Senado Federal na sessão do dia 21 de junho último e encaminhado à sanção no dia 22 do referido mês.

Nos termos do disposto no inciso III do art. 325 do Regimento Interno, a Presidência determina a confecção de novos autógrafos, incorporando as retificações enviadas pela Câmara dos Deputados, e oficiará a Presidência da República para dar ciência do fato.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 18, DE 2007-CN

MENSAGEM Nº 91, DE 2007-CN

(Nº 442/2007, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito

suplementar no valor de R\$110.897.153,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$110.897.153,00 (cento e dez milhões, oitocentos

e noventa e sete mil, cento e cinquenta e três reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28293 - SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR																
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00																
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	C	N	D	R	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
0392 POLO INDUSTRIAL DE MANAUS																			25.777.888

MENSAGEM Nº 442

EM Nº 143/2007-MP

Brasília, 26 de junho de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$110.897.153,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 3 de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$110.897.153,00 (cento e dez milhões, oitocentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e três reais).

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente daquele órgão às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

Órgão/Unidade	Suplementação	R\$ 1,00
		Origem dos Recursos
Ministério da Fazenda Receita Federal do Brasil	20.000.000 20.000.000	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	45.425.000 45.425.000	
Excesso de Arrecadação		65.425.000
Excesso de Arrecadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional		65.425.000
Total	65.425.000	65.425.000

3. A suplementação proposta tem por objetivo o atendimento de despesas administrativas relacionadas a contratos de prestação de serviços de informática e de operacionalização, acompanhamento e prestação de contas de projetos, bem como à realização de obras de manutenção da estrutura da Suframa e dos distritos industrial e agropecuário. Adicionalmente, o crédito permitirá a contratação de serviços de capacitação pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA e o apoio a projetos de desenvolvimento de infra-estrutura econômica e social na área de atuação da Suframa.

4. Os recursos necessários à abertura deste crédito decorrem de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional.

5. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 – LDO-2007, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário

para o corrente exercício, tendo em vista que o valor proposto refere-se a suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

6. É demonstrado no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, o excesso de arrecadação utilizado parcialmente neste crédito, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 2006.

7. O presente crédito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, Inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Fonte 00 - Recursos Ordinários do Tesouro Nacional

R\$ 1,00

NATUREZA		2007		EXCESSO /
		LEI (A)	Restimado (B)	FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
11100000	Impostos	96.952.986.205	91.533.730.013	-5.419.256.192
12100000	Contribuições Sociais	38.658.078.339	37.831.260.568	-826.817.771
12200000	Contribuições Econômicas	2.415.792.527	2.459.105.434	43.312.907
13100000	Receitas Imobiliárias	256.218.448	223.103.380	-33.115.068
13900000	Outras Receitas Patrimoniais	19.457.496	30.264.600	10.807.104
17300000	Transferências de Instituições Privadas	0	0	0
17400000	Transferências do Exterior	35	615.572	615.537
17500000	Transferências de Pessoas	30.680	66.158	35.478
19100000	Multas e Juros de Mora	2.326.932.663	2.519.017.273	192.084.610
19200000	Indenizações e Restituições	57.755.314	406.844.386	349.089.072
19300000	Receita da Dívida Ativa	265.366.276	321.549.482	56.183.206
19900000	Receitas Diversas	730.147.627	1.785.444.529	1.055.296.902
22100000	Alienação de Bens Móveis	894.717	5.160.994	4.266.277
24600000	Transferências de Outras Instituições Públicas	0	148.794	148.794
25900000	Outras Receitas	1.537.586	1.243.509	-294.077
Total		141.685.197.913	137.117.554.692	-4.567.643.221
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)				0
Créditos Extraordinários abertos (E)				1.310.030.131
Créditos Suplementares e Especiais (F)				175.647.153
- Abertos				-675.000
- Em tramitação (1)				176.322.153
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)				-6.546.803.331
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)				493.482.826

(1) Inclui o valor do presente crédito em 25.06.2007

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007

**Estima a receita e fixa a despesa da
União para o exercício financeiro de 2007.**

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas

supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no **caput** deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – serviço da dívida; ou
- III – precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea **a**, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III – valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no **caput** deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do **caput** deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal.~~

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

.....
DECRETO Nº 6.046, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, **caput**, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos arts. 76 e 77 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006,

Decreta:

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto:

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I – aos grupos de despesa:

- a) “1 – Pessoal e Encargos Sociais”;
- b) “2 – Juros e Encargos da Dívida”;
- c) “6 – Amortização da Dívida”;

II – às despesas financeiras, relacionadas no Anexo VI deste Decreto;

III – aos recursos de doações e de convênios; e

IV – às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, não constantes do Anexo VII deste Decreto.

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos – PPI somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.

§ 3º Aplica-se às programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de despesa “3 – Outras Despesas Correntes”, “4 – Investimentos” e “5 – Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados de acordo com este artigo.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO. 5-5-1964)

PROJETO DE LEI Nº 19, DE 2007-CN

MENSAGEM Nº 92, DE 2007-CN

(Nº 443/2007, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor global de R\$65.425.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor global de R\$65.425.000,00 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25103 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ANEXO

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
		0770 ADMINISTRACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA							20.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
04 212	0770 09LF	COOPERACAO TECNICA PARA MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA NO AMBITO DO MERCOSUL							20.000.000
04 212	0770 09LF 0001	COOPERACAO TECNICA PARA MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA NO AMBITO DO MERCOSUL - NACIONAL							20 000 000
			F	3	2	90	0	100	20 000 000
		TOTAL - FISCAL							20.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							20 000 000

ORGÃO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28233 - SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

ANEXO

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1020 INTERIORIZACAO DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA OCIDENTAL									45.425.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
22 846	1020 0506	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP							45.425.000
22 846	1020 0506 0010	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP - NA REGIAO NORTE							23.000.000
			F 3	2	30	0	100		16 100.000
			F 4	2	30	0	100		6.900.000
22 846	1020 0506 0013	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP - NO ESTADO DO AMAZONAS							22.425.000
			F 3	2	30	0	100		1.006 250
			F 3	2	40	0	100		1.236 250
			F 4	2	30	0	100		9.056 250
			F 4	2	40	0	100		11.126 250
TOTAL - FISCAL									45.425.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									45.425.000

MENSAGEM Nº 443

EM Nº 144/2007-MP

Brasília, 26 de junho de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor global de R\$65.425.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 3, de julho de 2007. **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor global de R\$65.425.000,00 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais).

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente daqueles órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

Órgão/Unidade	Suplementação	R\$ 1,00
		Origem dos Recursos
Ministério da Fazenda	20.000.000	
Receita Federal do Brasil	20.000.000	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	45.425.000	
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	45.425.000	
Excesso de Arrecadação		65.425.000
Excesso de Arrecadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional		65.425.000
Total	65.425.000	65.425.000

3. Quanto ao Ministério da Fazenda, os recursos serão utilizados pela Secretaria Receita Federal do Brasil para realização de cooperação técnica e financeira com o Paraguai, visando à efetivação de ações para a modernização da administração tributária paraguaia, fortalecendo, assim, o pretendido processo de integração no âmbito do Mercosul.

4. Os recursos propostos, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, destinam-se à Suframa para aplicação em projetos de infra-estrutura social e econômica, em sua área de atuação, que possibilitarão o aproveitamento das potencialidades da região amazônica e o estímulo à implantação de novos pólos de geração de emprego e renda.

5. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 – LDO-2007, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário para o corrente exercício, tendo em vista que o valor proposto refere-se a suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, conforme demonstrado no quadro anexo, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

6. Cabe informar que os recursos necessários à abertura deste crédito decorrem de excesso de arre-

cadação de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional, demonstrado no quadro anexo à Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 2006.

7. O presente crédito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Cabe destacar, finalmente, que as programações contempladas no crédito em questão não implicam

alteração do Plano Plurianual 2004-2007, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, uma vez que a execução não ultrapassará o exercício vigente ou que se trata de inclusão de subtítulo de ação constante do referido Plano.

9. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Fonte 00 - Recursos Ordinários do Tesouro Nacional

R\$ 1,00

NATUREZA		2007		EXCESSO /
		LEI (A)	Restimado (B)	FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
11100000	Impostos	96.952.986.205	91.533.730.013	-5.419.256.192
12100000	Contribuições Sociais	38.658.078.339	37.831.260.568	-826.817.771
12200000	Contribuições Econômicas	2.415.792.527	2.459.105.434	43.312.907
13100000	Receitas Imobiliárias	256.218.448	223.103.380	-33.115.068
13900000	Outras Receitas Patrimoniais	19.457.496	30.264.600	10.807.104
17300000	Transferências de Instituições Privadas	0	0	0
17400000	Transferências do Exterior	35	615.572	615.537
17500000	Transferências de Pessoas	30.680	66.158	35.478
19100000	Multas e Juros de Mora	2.326.932.663	2.519.017.273	192.084.610
19200000	Indenizações e Restituições	57.755.314	406.844.386	349.089.072
19300000	Receita da Dívida Ativa	265.366.276	321.549.482	56.183.206
19900000	Receitas Diversas	730.147.627	1.785.444.529	1.055.296.902
22100000	Alienação de Bens Móveis	894.717	5.160.994	4.266.277
24600000	Transferências de Outras Instituições Públicas	0	148.794	148.794
25900000	Outras Receitas	1.537.586	1.243.509	-294.077
Total		141.685.197.913	137.117.554.692	-4.567.643.221
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)				0
Créditos Extraordinários abertos (E)				1.310.030.131
Créditos Suplementares e Especiais (F)				175.647.153
- Abertos				-675.000
- Em tramitação (1)				176.322.153
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)				-6.546.803.331
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)				493.482.826

(1) Inclui o valor do presente crédito em 25.06.2007

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, 7 DE FEVEREIRO DE 2007

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no **caput** deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida; ou

III – precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já uti-

lizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III – valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no **caput** deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do **caput** deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.~~

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

.....

DECRETO Nº 6.046, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, **caput**, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos arts. 76 e 77 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006,

Decreta:

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I – aos grupos de despesa:

- a) “1 – Pessoal e Encargos Sociais
- b) “2 – Juros e Encargos da Dívida”; e
- c) “6 – Amortização da Dívida”;

II – às despesas financeiras, relacionadas no Anexo VI deste Decreto;

III – aos recursos de doações e de convênios; e

IV – às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, não constantes do Anexo VII deste Decreto.

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos – PPI somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.

§ 3º Aplica-se às programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de despesa “3 – Outras Despesas Correntes”, “4 – Investimentos” e “5 – Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados de acordo com este artigo.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Leitura: 9-7-2007

até 14/7 publicação e distribuição de avulsos;

até 5/8 prazo final para apresentação de emendas;

até 10/8 publicação e distribuição de avulsos das emendas; e

até 25/8 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 582, DE 2007

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências”.

Relator: Senador **Francisco Dornelles**

I – Relatório

O projeto de lei referenciado na ementa, de autoria do ilustre Senador Paulo Paim, sobre o qual esta Comissão de Assuntos Econômicos deve deliberar em caráter terminativo, tem o objetivo de permitir que as pessoas físicas façam o abatimento da base de cálculo do imposto de renda, na declaração anual de ajuste, da despesa com empregados domésticos.

De acordo com a alínea **h** que se propõe acrescentar ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, a despesa com empregados domésticos que poderá ser abatida é definida como aquela incorrida com salários e seus respectivos encargos trabalhistas e previdenciários.

O § 4º que também se propõe acrescentar ao mesmo artigo, limita o abatimento ao valor correspondente a dois salários mínimos mensais por empregado, e a até dois empregados. É, ainda, acrescentada a condição de que os empregados sejam registrados em carteira.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

Forçoso é reconhecer que o projeto é oportuno e relevante do ponto de vista econômico e social, tangenciando aspectos que, na verdade, sobrelevam a simples consideração de seus efeitos no campo das finanças públicas.

De acordo com dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e compilados pelo Ministério do Trabalho e Emprego com base no PNAD/2003, a População Economicamente Ativa (PEA) totalizava 87.787.660 pessoas, constatando-se um contingente de PEA

Desocupada na ordem de 8.537.033.

Na população economicamente ativa ocupada de 79.250.627 pessoas, nada menos que 6.081.879 são trabalhadores domésticos, sendo a maioria esmagadora (5.683.988) constituída de mulheres. Ou seja, os trabalhadores domésticos representavam, em 2003, 3,5% da população total (173.966.052), 6,9% da PEA e 7,7% da PEA Ocupada.

Essa é, potencialmente, a magnitude da população que seria diretamente afetada pela aprovação do projeto, o que de imediato revela seu alto impacto social.

Além de atingir as pessoas já empregadas, não se deve desprezar a eventual possibilidade de que a nova lei pudesse vir a incentivar a contratação de mais pessoas, colaborando, inclusive, para reduzir o índice de desemprego. Isso acontecendo, ter-se-ia não apenas o impacto social, mas também o econômico, na medida em que esses trabalhadores viriam integrar com mais plenitude o mercado consumidor, afetando favoravelmente a produção e a circulação de riquezas.

O Anuário Estatístico da Previdência Social, no capítulo 32, Tabela 32.1, fornece os dados segundo os quais em 2003, mesmo ano do PNAD, apenas 1.681.741 trabalhadores domésticos, ou seja, 27,6% do total de 6.081.879, estavam formalizados perante a Previdência Social e, provavelmente, perante a legislação trabalhista.

Aliás, interessante notar que o grau de formalização é bem maior entre os empregados do sexo masculino, o que traz à tona, inclusive, questão de discriminação por gênero que perpassa a sociedade brasileira.

Dos 397.891 trabalhadores domésticos do sexo masculino constatados pelo PNAD, 179.311, ou 45%, eram contribuintes da Previdência Social. Em contraste, a mesma comparação para o sexo feminino revela que o percentual cai para 26,12%.

Todo esse contingente de trabalhadores informais se constitui de futuros candidatos ao benefício assistencial por idade, que independe de contribuição. Portanto, de qualquer maneira esses trabalhadores representam custos para a seguridade social, à proporção que atinjam a idade para fruição do serviço assistencial. Melhor que se estimule agora sua contribuição, para que possam se aposentar em base previdenciária e ajudem na busca do equilíbrio do sistema.

Portanto, é inegável que, do ponto de vista econômico e social, assim como da sustentabilidade do regime previdenciário, o projeto é meritório.

Entretanto, ele perdeu a oportunidade e foi prejudicado pela superveniência da Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006, que instituiu a dedutibilidade, diretamente do imposto de renda a pagar, da contribuição patronal incidente sobre um salário mínimo relativo a um empregado doméstico devidamente formalizado.

O art. 334 do Regimento Interno assim dispõe sobre a declaração de prejudicialidade:

Art. 334. O Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado:

I – por haver perdido a oportunidade;

II – em virtude de seu prejulgamento pelo
Plenário em outra deliberação.

Portanto, ainda que reconhecendo os inegáveis
méritos da proposição, não há como prosseguir no
seu exame.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela declaração
de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº
177, de 2003.

Sala da Comissão, 29 de maio de 2007.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 2003
TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/05/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT)

FRANCISCO DORNELLES (PP)

DELCÍDIO AMARAL (PT)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)

FERNANDO COLLOR (PTB)

RENATO CASAGRANDE (PSB)

EXPEDITO JÚNIOR (PR)

SERYS SLHESSARENKO (PT)

JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)

1-FLÁVIO ARNS (PT)

2-PAULO PAIM (PT)

3-IDELI SALVATTI (PT)

4-SIBÁ MACHADO (PT)

5-MARCELO CRIVELLA (PRB)

6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)

7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)

8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

9-JOÃO RIBEIRO (PR)

PMDB

ROMERO JUCÁ

VALDIR RAUPP

PEDRO SIMON

MÃO SANTA

GILVAM BORGES

NEUTO DE CONTO

GARIBALDI ALVES FILHO

1-VALTER PEREIRA

2-ROSEANA SARNEY

3-WELLINGTON SALGADO

4-LEOMAR QUINTANILHA

5-JOAQUIM RORIZ

6-PAULO DUQUE

7-JARBAS VASCONCELOS

PFL

ADELMIR SANTANA

EDISON LOBÃO

ELISEU RESENDE

JAYME CAMPOS

KÁTIA ABREU

RAIMUNDO COLOMBO

1-JONAS PINHEIRO

2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

3-DEMÓSTENES TORRES

4-ROSALBA CIARLINI

5-MARCO MACIEL

6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA

FLEXA RIBEIRO

SÉRGIO GUERRA

TASSO JEREISSATI

1-ARTHUR VIRGÍLIO

2-EDUARDO AZEREDO

3-MARCONI PERILLO

4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMAR DIAS

1-JEFFERSON PÉRES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Declaração de Prejudicialidade ao PLS nº 177, de 2003

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PedaB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PedaB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLEY (PT)	X				1-FLAVIO ARNS (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				2-PAULO PAIM (PT) (AUTOR)				
DELÍCIO AMARAL (PT)					3-IDELI SALVATTI (PT)				
ALOÍZIO MERCADANTE (PT)					4-SIBA MACHADO (PT)	X			
FERNANDO COLLOR (PTB)					5-MARCELO CRIVÉLIA (PRB)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				6-ÍNACIO ARRUDA (PCdoB)				
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	X				7-PATRICIA SAROYA GOMES (PSB)	X			
SÉRY SLEHARENKO (PT)	X				8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	X				9-JOÃO RIBEIRO (PR)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA	X				1-VALTER PEREIRA				
VALDIR RAUPP					2-ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					3-WELLINGTON SALGADO				
MÃO SANTA	X				4-LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					5-JOAQUIM RORIZ				
NEUTO DE CONTO	X				6-PAULO DUQUE				
GARIBALDI ALVES FILHO	X				7-JARBAS VASCONCELOS				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA	X				1-JONAS PINHEIRO				
EDISON LOBÃO	X				2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES				
ELISEU RESENDE					3-DEMÓSTENES TORRES				
JAYME CAMPOS	X				4-ROSALBA CIARLINI				
KATIA ABREU					5-MARCO MACIEL				
RAIMUNDO COLOMBO	X				6-ROMEU TUMA				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CICERO LUCENA					1-ARTHUR VIRGÍLIO				
FLEXA RIBEIRO					2-EDUARDO AZEREDO				
SERGIO GUERRA					3-MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI					4-JOÃO TENÓRIO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				1-JEFFERSON PÉRES				

TOTAL 17 SIM 16 NÃO — PREJ — AUTOR — ABS — PRESIDENTE 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 29/07/07.

Senador Aloizio Mercadante
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

Atualizada em 30/04/07

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 11.324, DE 19 DE JULHO DE 2006

Altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

DOCUMENTOS ANEXADOS, NOSTERMOS DO ART. 250 PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

RELATÓRIO

Relator: Senador **Geraldo Mesquita Júnior**

I – Relatório

A proposição, ementada à epígrafe, tem o escopo, em resumo, de permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, das despesas com até dois empregados, desde que registrados em carteira, com remuneração não superior a dois salários mínimos, para cada empregado, além dos respectivos encargos trabalhistas e previdenciários.

Para tanto, preconiza o acréscimo de alínea **h** ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, bem como de § 4º a esse mesmo artigo.

O ilustre autor aponta como fatores justificadores do projeto a diferença de tratamento dispensado, no particular, pela legislação fiscal, conforme se trate de pessoas físicas ou jurídicas, e a redução de utilização de mão-de-obra doméstica em face do aumento do desemprego e da queda do nível de renda dos empregadores, forçando igualmente a compressão salarial e a dispensa de empregados domésticos.

Pretende ele, ainda, incentivar a formalização das relações de trabalho no âmbito doméstico, beneficiando a numerosa categoria envolvida e aumentando a arrecadação previdenciária.

No prazo regulamentar, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

O projeto atende aos requisitos de iniciativa e de competência legiferante. Portanto, não enfrenta obstáculos quanto à constitucionalidade, assim como está coerente com os princípios de juridicidade **lato senso**.

Não obstante, mostra pequena falha, facilmente sanável, quanto à técnica legislativa, por não conter cláusula de vigência.

Bem mais grave, entretanto, é o problema de juridicidade estrito senso que apresenta e que, sem prejuízo de seu indiscutível mérito, determina preliminarmente sua rejeição, como se expõe a seguir.

Sucedendo que, lamentavelmente, o projeto não se conforma às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 10.524, de 2002). E inegável que ele trata de uma renúncia fiscal e, a propósito, é necessário observar o que prescrevem esses diplomas legais.

Diz o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Por sua vez, a Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, que dispôs sobre as diretrizes para o orçamento a ser executado no corrente exercício, determina taxativamente:

Art. 84. O projeto de lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Aplica-se à lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no **caput**, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Mesmo que o projeto pudesse ultrapassar os obstáculos antepostos pelas duas leis mencionadas, suplantando a restrição de juridicidade estrita, há de se convir que seu efeito sobre a arrecadação do imposto de renda contraria todo o esforço de ajuste fiscal que vem sendo perseguido pelo Tesouro Nacional. Não se discute a justeza dos argumentos com que o ilustre autor fundamentou sua proposta. Contudo, o potencial de prejudicialidade do projeto ao esforço de ajuste fiscal determina a inoportunidade de sua aprovação.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela rejeição e arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003.

Sala da Comissão, – **Geraldo Mesquita Júnior**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Sérgio Cabral**

I – Relatório

Trata-se de projeto de lei que visa a possibilitar que a quantia paga a título de encargos trabalhistas e previdenciários com empregados domésticos seja abatida da base de cálculo do imposto devido pelo contribuinte pessoa física. O projeto limita o abatimento a dois salários mínimos por empregado e a até dois empregados, exigindo o registro em carteira de trabalho.

O autor do Projeto justifica a sua iniciativa salientando que o tratamento que a União dá ao contribuinte pessoa física é muito mais severo que o da pessoa jurídica.

A aprovação do Projeto, segundo o seu autor, irá diminuir a carga tributária do contribuinte pessoa física, possibilitando o aumento da absorção de mais pessoas no mercado de trabalho e contribuindo para a diminuição do nível de informalidade.

O Projeto foi distribuído ao Senador Geraldo Mesquita e depois redistribuído a mim para parecer. Não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Justificação

O Projeto sob exame trata de matéria de competência da União Federal, que não se inclui dentre as de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Não há, portanto, óbice de natureza constitucional à sua aprovação.

No mérito o Projeto merece todos os aplausos. A proposta tem a virtude de, ao mesmo tempo em que desonera o contribuinte pessoa física, favorece a entrada do empregado doméstico no mercado formal de trabalho.

Não há risco de impacto desmesurado sob o ponto de vista orçamentário. Em primeiro lugar, porque o projeto autoriza que o desconto seja efetivado sobre a base de cálculo do imposto e não sobre o imposto a pagar, o que resulta em que o valor a ser descontado é muito menor do que o efetivamente pago a título de encargos trabalhistas e previdenciários pelo contribuinte. Em segundo lugar, porque o Projeto limita o desconto a dois salários mínimos por empregado até um máximo de dois empregados.

Além disso, deve ser levado em consideração que o Projeto estimula a formalização do empregado doméstico, o que contribui para a arrecadação do Sistema de Seguridade Social. Indiretamente, portanto, a União acaba sendo favorecida com a melhoria das contas do INSS, diminuindo a necessidade de aportes orçamentários para a cobertura do rombo existente no sistema.

Por outro lado, o Projeto tem enorme alcance social, já que favorece a entrada do empregado doméstico no mercado formal de trabalho, dando a ele a garantia de uma aposentadoria que lhe garanta um mínimo de renda na idade mais avançada.

Sob o ponto de vista formal há apenas uma omissão, tendo em vista que não foi inserido no Projeto regra sobre o início da sua vigência. O início da vigência do Projeto deve, por motivos de ordem prática, coincidir com o início do ano civil.

III – Voto

Diante do exposto, o parecer é no sentido da aprovação do Projeto, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1, DE 2005

Fica acrescentado um art. 2º ao Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua aprovação.”

Sala da Comissão, 11 de maio de 2005. – **Sérgio Cabral**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Sérgio Cabral**

I – Relatório

Serão examinados neste Parecer o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim e o Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que tratam da mesma matéria e foram apensados por força de deferimento de requerimento formulado com fundamento no art. 258 do Regimento Interno.

Ambos os Projetos de Lei visam a possibilitar que a quantia paga a título de encargos trabalhistas e previdenciários com empregados domésticos seja abatida da base de cálculo do imposto devido pelo contribuinte pessoa física.

O Projeto nº 177/03 limita o abatimento a dois salários mínimos por empregado e a até dois empregados, exigindo o registro em carteira de trabalho. O Projeto nº 149, de 2005, limita o abatimento a um salário-mínimo percebido por apenas um empregado.

Os autores dos Projetos justificam as suas iniciativas salientando que o tratamento que a União dá ao contribuinte pessoa física é muito mais severo que o da pessoa jurídica.

A aprovação dos Projetos, segundo os seus autores, irá diminuir a carga tributária do contribuinte pessoa física, possibilitando o aumento da absorção de mais pessoas no mercado de trabalho e contribuindo para a diminuição do nível de informalidade.

Os Projetos foram apensados, por força de decisão proferida no Requerimento nº 591, de 2005. Não foram apresentadas emendas.

E o relatório.

II – Justificação

O Parecer sobre os dois Projetos está sendo efetivado conjuntamente por força do que dispõe o art. 268 do Regimento Interno.

Os Projetos sob exame tratam de matéria de competência da União Federal, que não se inclui dentre as de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Não há, portanto, óbice de natureza constitucional à sua aprovação.

No mérito, ambos os Projetos, muito similares, merecem todos os aplausos. As propostas têm a virtude de, ao mesmo tempo em que desoneram o contribuinte pessoa física, favorecem a entrada do empregado doméstico no mercado formal de trabalho.

Não há risco de impacto desmesurado sob o ponto de vista orçamentário. Em primeiro lugar, porque os projetos autorizam que o desconto seja efetivado sobre a base de cálculo do imposto e não sobre o imposto a pagar, o que resulta em que o valor a ser descontado é muito menor do que o efetivamente pago a título de encargos trabalhistas e previdenciários pelo contribuinte. Em segundo lugar, porque os Projetos limitam o desconto a dois salários mínimos por empregado até um máximo de dois empregados.

Além disso, deve ser levado em consideração que os Projetos estimulam a formalização do empregado doméstico, o que contribui para a arrecadação do Sistema de Seguridade Social. Indiretamente, portanto, a União acaba sendo favorecida com a melhoria das contas do INSS, diminuindo a necessidade de aportes orçamentários para a cobertura do rombo existente no sistema.

Por outro lado, os Projetos têm enorme alcance social, já que favorecem a entrada do empregado doméstico no mercado formal de trabalho, dando a ele a garantia de uma aposentadoria que lhe garanta um mínimo de renda na idade mais avançada.

Tendo em vista ter sido o PLS nº 177, de 2003, sido apresentado em momento anterior ao PLS nº 149, de 2005, deve aquele ter precedência sobre este, nos termos do que dispõe o art. 260, II, **b**, do Regimento Interno.

Além disso, o PLS nº 177, de 2003, é mais abrangente que o PLS nº 149, de 2005, tendo em vista que permite um desconto para salários de quantia equivalente a até 2 (dois) salários-mínimos para dois empregados.

Sob o ponto de vista formal há apenas uma omissão no PLS nº 177, de 2003, tendo em vista que não foi inserido no Projeto regra sobre o início da sua vigência. O início da vigência do Projeto deve, por motivos de ordem prática, coincidir com o início do ano civil.

III – Voto

Diante do exposto, o parecer é no sentido da prejudicialidade do PLS nº 149, de 2005 e da aprovação do PLS nº 177, de 2003, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº , DE 2005

Fica acrescentado um art. 2º ao Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua aprovação.”

Sala da Comissão, 11 de maio de 2005. – **Sérgio Cabral**, Relator.

PARECER Nº 583, DE 2007

(Da Comissão de Educação)

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, (que altera o art. 6º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, para dispor sobre as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Relator: Senador **Augusto Botelho**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 146, de 2005, de iniciativa do Senador Hélio Costa, tem por fim determinar que as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sejam abertas ao público.

Desse modo, altera a Lei nº 8.405, de 1992, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Capes como fundação pública e dispõe sobre a sua nova organização.

O início da vigência da lei proposta pelo projeto é marcado para a data de sua publicação.

À proposição, que tem decisão terminativa desta Comissão, não foram oferecidas emendas.

Inicialmente, o projeto em tela foi enviado para a relatoria do Senador Marcelo Crivella, que não é mais componente desta Comissão. Acolhemos, todavia, os termos de sua minuta de parecer, anexada ao processado da matéria.

II – Análise

A Capes, constituída como fundação pública desde 1992, foi criada há mais de cinquenta anos com o objetivo de formar pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender as necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam ao desenvolvimento brasileiro. Atualmente, a instituição tem por finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a pós-graduação, avaliar os cursos desse nível e estimular, mediante a concessão de bolsas e de outros mecanismos, a formação de recursos humanos de alto nível para a docência de nível superior, para a pesquisa e para as necessidades de pessoal de elevada qualificação dos setores público e privado.

De acordo, com a Lei nº 8.405, de 1992, a Capes possui dois órgãos colegiados de direção: o Conselho Superior e o Conselho Técnico-Científico. Esses órgãos exercem papel de destaque no seio da fundação, desempenhando funções relevantes nas ações voltadas para o desenvolvimento da pós-graduação.

Conforme bem argumenta a justificativa do PLS em exame, os dois conselhos tomam decisões que afetam de forma direta os interesses e os direitos de estudantes, docentes, cientistas e instituições de ensino, tomando-se natural que suas reuniões sejam abertas ao público, com o fim de conferir transparência às suas discussões e decisões.

Manifestamos nossa concordância com essa avaliação sobre a necessidade de tomar públicos os processos decisórios da administração federal. No caso específico, avaliamos que a medida sugerida pelo projeto tomaria mais democrática a formulação das políticas de pós-graduação no País.

Entretanto, cabe lembrar que regulamentação da matéria em análise constou do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007, que trata da reestruturação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. O projeto de lei da câmara foi aprovado nesta Casa após tramitar na Comissão de Educação, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania recebeu, nas três comissões, parecer favorável, encontrando-se, hoje, na Câmara dos Deputados para deliberação final. Diante desse fato, opinamos pela prejudicialidade do projeto em pauta.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela prejudicialidade do projeto em pauta.

Sala da Comissão, 12 de junho de 2007.

OF. 86/2007/CAE

Brasília, 29 de maio de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, a Declaração de Prejudicialidade ao Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que “altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências.” Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 146/05 NA REUNIÃO DE 12/06/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
RELATOR:	
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- (VAGO)

PMDB

WELLINGTON SALGADO	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- JOAQUIM RORIZ
(VAGO)	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- WILSON MATOS
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE DA MATÉRIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 416 / 2005

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO				
FATIMA CLEIDE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES				
INACIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA	X			
RENATO CASAGRANDE					MAGNO MALTA				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO VICENTE CLAUDINO				
JOÃO RIBEIRO					(VAGO)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	X				ROMERO JUCA				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA					PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP					VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X				JOAQUIM RORIZ				
(VAGO)					NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO					ADELMIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JONAS PINHEIRO				
MARCO MACIEL					JOSÉ AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA	X			
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO				
PAPALÉO PAES					WILSON MATOS				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PERES				

TOTAL: 15 SIM: 15 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

* OBSERVAÇÃO: APROVADO O PARECER PELA PREJUDICIALIDADE DO PROJETO.

SALA DAS REUNIÕES, EM 12 / 07 / 2007

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFOS ÚNICOS, DO REGIMENTO INTERNO

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 146, de 2005, de iniciativa do Senador Hélio Costa, tem por fim determinar que as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sejam abertas ao público.

Desse modo, altera a Lei nº 8.405, de 1992, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Capes como fundação pública e dispõe sobre a sua nova organização.

O início da vigência da lei proposta pelo projeto é marcado para a data de sua publicação.

À proposição, que tem decisão terminativa desta Comissão, não foram oferecidas emendas.

II – Análise

A Capes, constituída como fundação pública desde 1992, foi criada há mais de cinquenta anos com o objetivo de formar pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam ao desenvolvimento brasileiro. Atualmente, a instituição tem por finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a pós-graduação, avaliar os cursos desse nível e estimular, mediante a concessão de bolsas e de outros mecanismos, a formação de recursos humanos de alto nível para a docência de nível superior, para a pesquisa e para as necessidades de pessoal de elevada qualificação dos setores público e privado.

De acordo, com a Lei nº 8.405, de 1992, a Capes possui dois órgãos colegiados de direção: o Conselho Superior e o Conselho Técnico-Científico. Esses órgãos exercem papel de destaque no seio da fundação, desempenhando funções relevantes nas ações voltadas para o desenvolvimento da pós-graduação.

Conforme bem argumenta a justificativa do PLS em tela, os dois conselhos tomam decisões que afetam de forma direta os interesses e os direitos de estudantes, docentes, cientistas e instituições de ensino, tornando-se natural que suas reuniões sejam abertas ao público, com o fim de conferir transparência às suas discussões e decisões.

Concordamos com essa avaliação sobre a necessidade de tornar público os processos decisórios da administração federal. No caso específico, a me-

tida sugerida pelo projeto tornaria mais democrática a formulação das políticas de pós-graduação no País, pelo acompanhamento dos interessados ainda na fase de discussões. Contudo, a proposição padece de vício de inconstitucionalidade, pois adentra na competência privativa do Presidente da República, de disciplinar, por decreto, sobre o funcionamento dos órgãos da administração pública federal, se não vejamos:

SEÇÃO II

Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

Vale registrar, que as fundações públicas passaram a ser consideradas com integrantes da Administração Pública Federal Indireta pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987 (art. 4º, inciso II, alínea d))

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005.

Sala da Comissão, – **Marcelo Crivella**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Augusto Botelho**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 146, de 2005, de iniciativa do Senador Hélio Costa, tem por fim determinar que as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sejam abertas ao público:

Desse modo, altera a Lei nº 8.405, de 1992, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Capes como fundação pública e dispõe sobre a sua nova organização.

O início da vigência da lei proposta pelo projeto é marcado para a data de sua publicação.

À proposição, que tem decisão terminativa desta Comissão, não foram oferecidas emendas.

Inicialmente, o projeto em tela foi enviado para a relatoria do Senador Marcelo Crivella, que não é mais componente desta Comissão. Acolhemos, todavia, os termos de sua minuta de parecer, anexada ao processo da matéria.

II – Análise

A Capes, constituída como fundação pública desde 1992, foi criada há mais de cinquenta anos com o objetivo de formar pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam ao desenvolvimento brasileiro. Atualmente, a instituição tem por finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a pós-graduação, avaliar os cursos desse nível e estimular, mediante a concessão de bolsas e de outros mecanismos, a formação de recursos humanos de alto nível para a docência de nível superior, para a pesquisa e para as necessidades de pessoal de elevada qualificação dos setores público e privado.

De acordo, com a Lei nº 8.405, de 1992, a Capes possui dois órgãos colegiados de direção: o Conselho Superior e o Conselho Técnico-Científico. Esses órgãos exercem papel de destaque no seio da fundação, desempenhando funções relevantes nas ações voltadas para o desenvolvimento da pós-graduação.

Conforme bem argumenta a justificação do PLS em exame, os dois conselhos tomam decisões que afetam de forma direta os interesses e os direitos de estudantes, docentes, cientistas e instituições de ensino, tornando-se natural que suas reuniões sejam abertas ao público, com o fim de conferir transparência às suas discussões e decisões.

Manifestamos nossa concordância com essa avaliação sobre a necessidade de tornar público os processos decisórios da administração federal. No caso específico, avaliamos que a medida sugerida pelo projeto tornará mais democrática a formulação das políticas de pós-graduação no País.

Contudo, a proposição incorre em vício de inconstitucionalidade, pois seu texto dispõe sobre matéria de competência privativa do Presidente da República, a saber, a de disciplinar, por decreto, sobre o funcionamento dos órgãos da Administração Pública Federal – da esfera do Poder Executivo –, não observando, assim, o que estabelece o art. 84, VI, **a**, da Constituição Federal, **in verbis**:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VI – dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

.....

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005.

Sala da Comissão, – **Augusto Botelho**, Relator.

Of. nº CE/69/2007

Brasília, 12 de junho de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Hélio Costa que, “Altera o art. 6º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, para dispor sobre as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).”

Atenciosamente, – **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. 86/2007/CAE

Brasília, 29 de maio de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, a Declaração de Prejudicialidade ao Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que ‘altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências’”

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº CE/ 69 /2007

Brasília, 12 de junho de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data,

pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Hélio Costa que, “Altera o art. 60 da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, para dispor sobre as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os ofícios lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com referência aos **Pareceres nºs 582 e 583, de 2007**, das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, que concluíram pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 177, de 2003; e 146, de 2005, a Presidência comunica que, tendo em vista ser de competência do Plenário, em qualquer caso, a declaração de prejudicialidade de proposição, as matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente, a fim de serem declaradas prejudicadas, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, sem prejuízo na ordem das inscrições. V. Exª dispõe de no máximo vinte minutos para seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão de 9 de julho, segunda-feira. Atentai bem, Professor Cristovam, em 183 anos, nunca tinha havido sessão aqui às segundas-feiras e sextas-feiras; fomos nós que avançamos. Este é o melhor Senado da República em 183 anos. É necessário lembrar, ó Papaléo, que o grupo de Cristo tinha só 13, e ali deu um rolo doido. Aqui são 81.

Srªs e Srs. Senadores presentes na Casa, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, quis Deus que Papaléo Paes presidisse esta reunião. Papaléo Paes é médico, cardiologista, formado em Belém, e com muita coragem foi lá desbravar o Amapá. Ele e sua esposa dedicam-se à medicina.

Senador Papaléo Paes, lá no Amapá não tem Santa Casa, mas em Belém tem.

Professor Cristovam Buarque, venho advertindo o Presidente Luiz Inácio. Realmente, as pesquisas indicam que ele está com muita popularidade. Mas essa popularidade é moveidiga, ô Presidente Luiz Inácio.

Existem os fundamentos de uma sociedade e, sem dúvida nenhuma, o mais importante é a segurança. E a segurança não existe quando há violência.

E essa mesma pesquisa, Presidente Luiz Inácio, diz que nunca antes houve tanta violência neste País.

Professor Cristovam, V. Exª que é um sábio, atentai bem: o grave da pesquisa – eu estudei a pesquisa – é que o povo brasileiro disse que não tem mais esperança de que a violência diminua. Aí é que eu entendo... Peço ao Professor Cristovam que preste atenção, porque eu mudo. Petrônio Portella ensinou-me: “Só não muda quem abdica do direito de pensar. René Descartes já havia dito: penso, logo existo. Mas, se o povo diz na pesquisa que não tem mais esperança, Luiz Inácio, está morto. Gosto muito de ouvir o povo, os provérbios. Até na Bíblia tem os provérbios. O povo diz: a esperança é a última que morre. O apóstolo Paulo, em homenagem a Cristo: fé, esperança e caridade. Caridade, não vou dizer que o Governo não tem. Tem, Luiz Inácio. Caridade tem, no seu programa, que o Cristovam Buarque fez nascer: o Bolsa Escola, que se deturpou para “Bolsa Esmola”. Mas é caridade, não vou contestar. É bonito fazer uma caridade. Mas, o apóstolo disse: fé, esperança e caridade.

Cristovam, o essencial é invisível aos olhos. Veja o número: Lula, sessenta e tanto. Aumentou, depois das eleições, com a mídia. O essencial é invisível aos olhos. Vê bem quem vê coração. E vi esse dado: violência. Pior, o povo brasileiro não tem esperança de a violência acabar. Na sexta-feira, li aqui, um Orkut, comovente, Papaléo: uma advogada, 25 anos, e enfermeira, saiu de uma festinha, foi pegar o carro e saiu dirigindo. Estava havendo um assalto na casa da vizinha, mandaram ela parar e ela não parou; encheram de bala. Teresina, cidade cristã há pouco tempo, Cristovam. Eu fazia tudo – V. Exª foi governador – para o fim de semana passar na praia do Piauí, numa casa no Coqueiro que tenho. Por quê? Para manter a forma física, para não ficar só na atividade sedentária do gabinete. Nessa praia, eu andava da minha casa no Coqueiro para a praia popular, cerca de 10 km. Fazia tudo para domingo de madrugada chegar lá. Eu ia me aproximando do norte, trabalhando, e de madrugada estava lá. Por quê? Porque o governador tem aquele aparato, ajudante de ordens, segurança, e andar com homem não é bom não. Então, na praia, eu andava todo o domingo. Quando acordava, a Adalgisa nos acompanhava; caso contrário, eu saía sozinho. Ô Cristovam, fiz isso durante todo o período em que governei – seis anos e dez meses. Muitas vezes perguntavam se eu era o governador mesmo, porque estava chegando à praia popular. Quando não podia fazer isso, Professor Cristovam, eu saía à noite do Palácio, aproximadamente às 11 horas da noite, porque Teresina é muito quente. Então, quando eu não podia fazer o *cooper* lá no meu litoral, durante a semana, Papaléo,

eu chamava só o ajudante de ordens e um amigo para bater papo e andava dez a doze quilômetros. E o povo passava e gritava: “Governador!” As meninas: “Titio!” Outro dia. Estou falando e toda Teresina está ouvindo. Quando não dava para eu fazer meu *cooper* no domingo, eu saía às 11 horas da noite, acompanhado por um amigo, o Carlos Augusto, a quem chamo até de *paparazzi*. E cerveja é um negócio importante. Não sei por que o Ministro da Saúde se preocupa, porque é interessante. Esse rapaz toma uma cerveja doida, Papaléo, e eu nunca consegui nem um ajudante de ordem para chegar na frente. Ele fazia questão. Aquilo é altamente energético! É só ver o Carnaval. E, só lembrando, fazíamos isso à noite. Um dia, sabem o que fiz? Eu disse: agarrem esse Carlos Augusto para eu poder chegar uma vez na frente. Mas isso é só para dizer que se andava, outro dia.

E isso tudo foi o PT. O mal da corrupção está nas pesquisas. Corrupção, Luiz Inácio! V. Ex^a está ganhando e não vou alterar os números, sessenta e tanto. Aumentou do que ele teve. Mas também diz a pesquisa, Senador Papaléo Paes, que nunca se viu tanta corrupção. É uma pesquisa! Então, Luiz Inácio, V. Ex^a está tendo uma advertência.

Professor Cristovam Buarque, existe uma frase do General Obregón, no México, que se pode ler ao entrar no Palácio: “Eu prefiro um adversário que me leve à verdade a um aliado puxa-saco, falso”. É isso que estão dizendo, Luiz Inácio. A situação está ruim: um mar de corrupção; violência, e o povo sem esperança. E ainda não vou chegar à educação, Senador Cristovam Buarque. Vou deixá-la para V. Ex^a. Mas que a segurança é importante é.

Teresina é uma cidade... Mercês, um bairro, professora... Professora, não; advogada, 25 anos. Hoje existe, nesses computadores, o Orkut, não é, Papaléo? V. Ex^a é atualizado. E eu li o dela. A coisa mais linda, Cristovam, a poesia dela. O sonho, a amizade, a felicidade. Fiquei arrepiado.

E hoje de manhã, cheguei ao meu escritório político, tiraram computador, tiraram tudo. Este é o país. E sou Senador. Tiraram tudo, agora, neste fim de semana. Assalto a tudo. Quer dizer, essa é a violência e a razão por que o povo diz que não tem mais esperança.

Senador Papaléo Paes, V. Ex^a sonhou com a saúde, gastou os melhores anos de sua mocidade, de sua juventude, debruçando-se para melhorar a saúde, e eu também. Tenho 40 anos de médico.

Luiz Inácio, a saúde está pior do que a violência. Nunca dantes a saúde esteve tão ruim neste País. A mídia está boa, o Governo paga pouco.

Professor Cristovam Buarque, atentai bem! Em 1582 fundou-se, Senador Papaléo Paes, a primeira

Santa Casa do Brasil, no Rio de Janeiro. Acesse o Blog do Noblat, que é hoje o mais famoso do Brasil. Está lá: *Misericórdia para a Santa Casa do Rio de Janeiro*.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a foi Governador, eu também. O Senador Papaléo Paes foi Prefeito como eu. A gente ganhou muita comenda, muita medalha. Ganhei quando a Santa Casa da minha cidade fez 100 anos, em Parnaíba, Piauí. Papaléo, quando ando com minha pasta, ela está lá, orgulhosa. Tenho, como todos nós, muitas comendas, muitos títulos. Mas essa eu ganhei porque ajudei 30 anos em uma Santa Casa.

Conheço a Santa Casa do Rio de Janeiro. Fiz uma pós-graduação no Hospital do Servidor do Estado, com o professor Mariano de Andrade, que tinha uma enfermaria lá. Ivo Pitanguy, toda sexta-feira – e é por isso que, com 80 anos, ele continua bonito, simpático –, operava de graça na Santa Casa. Sei o que é isso; e sei como ela funciona.

Quero alertar o nosso Ministro da Saúde, que é um rapaz novo. Ele é todo bonitinho, parece um artista da Globo. E fica falando da Zeca-feira, da quarta-feira... A dengue está aí. É o mosquitinho que Oswaldo Cruz venceu. Oswaldo Cruz venceu o mesmo mosquitinho. Por isso estamos dizendo o nome dele. O mosquito causava apenas febre amarela, mas agora, o mesmo mosquitinho causa a dengue. Alastrou-se. Está morrendo muita gente. Olhe a gravidade, Papaléo: a dengue hemorrágica matava 4,5% dos infectados, agora mata 13,5%. Ou o agente epidemiológico ficou mais virulento ou os hospedeiros estão mais fracos.

A doença está atacando mais as crianças. Ela está aí, arrasando o Piauí, o Mato Grosso do Sul, o Rio de Janeiro, o Pará e não sei se também o Amapá, embora em 1950 não houvesse mais dengue. Precisamos combater duas pragas: a dengue e o PT. Professor Cristovam, não sei com qual delas devemos acabar primeiro. Porque esta é a verdade: a dengue não existia mais.

E as santas casas estão acabando. É o que diz o *blog* mais disputado, mais visitado. As santas casas começaram em 1582. Veio D. João VI, passou D. Pedro I, D. Pedro II e sua mulher, Isabel, os presidentes militares, dezoito anos de governo Vargas e as santas casas viveram. Eu conheço. E a Santa Casa do Rio está fechando. A da minha cidade. E eu sei. Eu quero ensinar.

Ralph Waldo Emerson, filósofo americano, diz o seguinte, Professor Cristovam... V. Ex^a vê que eu nem falei sobre educação, nem discuto o que o Professor Cristovam diz. Então, vou votar com ele. Aprendi com esse filósofo o seguinte: toda pessoa que vejo, Papaléo, é superior a mim em determinado assunto. E procuro

aprender. Então, quero dizer que sou superior, nesse assunto, ao Luiz Inácio – ele tem mais votos do que eu – e também ao Secretário de Saúde porque tenho 40 anos de médico em Santa Casa.

Primeiro conselho que dou a ele. Ele parece um galã de televisão, simpático, agradável. Na novela, ele fica aí, parece bem, é uma figura. Acho que, faltando qualquer um, pode trocar, que ele dá um bom artista de televisão. Mas ele devia buscar logo um conselheiro: Adib Jatene, do Acre, da sua Amazônia.

E eu quero dizer que sei de Santa Casa porque na minha cidade tem. E essa Santa Casa, antes de chegar o SUS, como se manteve? Mantinha-se por doações. Por que falo assim? Quero ensinar aos Ministros. Porque meu avô já dera o primeiro aparelho de raios X da Santa Casa, que um tio meu, Prefeito, cuidou. Meu pai, Joaz Rabelo de Souza, era tesoureiro da Santa Casa. Senador Cristovam Buarque, como funcionava antigamente? Naquele tempo... Sou do tempo em que almoçávamos ao meio-dia. O pai, a mãe e os irmãos, todos estavam à mesa ao meio-dia. Nessa hora, na rua Getúlio Vargas, alguém chamava meu pai. Ele interrompia o almoço e voltava dizendo que alguém fora dar dinheiro para a Santa Casa. As pessoas iam dar dinheiro para a Santa Casa, Cristovam. Era assim.

Temporão, era assim: doação. Mas havia pouco imposto. O povo de outrora, da época do meu pai, não era melhor do que eu não, Papaléo. Havia pouco imposto; hoje são 76 impostos. Eu já contei. Um dia eu fiz um discurso. O trabalhador brasileiro, a brasileira e o brasileiro, trabalha cinco meses do ano para pagar impostos e um mês para pagar juros de banco, CPMF.

Essas Santas Casas viveram assim. Mais ainda, Temporão. Não sou mão santa, mas sou filho de mãe santa. Essa simpatia que o Pedro Simon tem por mim é porque minha mãe era terceira franciscana, como ele. Foi autora do livro *A Vida, um Hino de Amor*. Seu pai era um homem muito rico. Tinha dois navios. Pegou uma indústria, botou no rio e venceu.

Então, eu me lembro que ela escreveu uma carta para Emília Corrêa Lima, Miss Brasil. Nunca me esqueço da Emília Correa Lima, Miss Brasil, belíssima. Minha mãe arrumou doação para pagar a passagem de avião, para ela desfilar no cassino e arrecadar dinheiro para a Santa Casa. Vejam o que é o destino: ela largou seu noivo e passou a namorar um Major chamado Wilson que estava na minha cidade. Eu era menino e vivia passando na frente da casa dela, Senador Papaléo, para vê-la, bonita, agitando as plantas. É o destino: a Miss foi fazer uma caridade e ganhou uma família. Eu passei muito na frente do jardim, porque, pela manhã, ela agitava as plantas de sua casa.

Eram feitas quermesses, vendiam-se bois, fazíamos bingos. E havia pessoas que arrematavam o garrote e o devolviam para o meu pai, que era o tesoureiro da Santa Casa, vender.

Mas o mundo mudou. Esses hospitais viviam à custa do SUS. Eu operava na Santa Casa. Levava os meus doentes particulares. Fui médico famoso, tinha uma clínica extraordinária. Eu me lembro quando a freira chegava, Senador Papaléo, e dizia: “Mão Santa, são cinco”. Eram pobres, coitados, indigentes. Daí veio meu apelido de Mão Santa. Eu dizia que iria atendê-los. Não iria ganhar dinheiro, mas ganharia experiência, e ganhei muito voto, tanto que estou aqui. Essa é a verdade!

As Santas Casas passaram a viver de médicos como eu, que abdicaram de ter clínicas privadas, dedicando-se a elas. Com a administração, eram operados os pobres e indigentes que não tinham recursos. Mas o que entrava da Previdência dava para manter e ajudar os pobres. Pintaguy está fazendo isso. Mas acontece que agora uma consulta é R\$2,50, uma anestesia é R\$9,00, uma diária da Santa Casa paga pelo SUS é mais barata do que dormir debaixo da ponte, porque é preciso solicitar vaga. Então, decaiu tudo. As Santas Casas estão indo à falência. Está aqui *Misericórdia para a Santa Casa*, do *Blog do Noblat*, que vou ler.

Ele se refere à do Rio de Janeiro, mas isso acontece com todas as Santas Casas. Ó Luiz Inácio, essa é a verdade. E como se gasta dinheiro! Se dá dinheiro para os companheiros da Bolívia – outro dia nós assinamos –, se dá dinheiro para o Chávez, se dá dinheiro, que sai aí, dê um pouquinho para essas Santas Casas, que fizeram tanto bem e são padrão.

O que diz Noblat?

Misericórdia para a Santa Casa

A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro foi fundada por ninguém menos que o Padre Anchieta! O Beato José de Anchieta, que breve será canonizado, grande figura humana, padre que se dedicou com zelo e amor aos desvalidos e aos índios que aqui encontrou, fundador da cidade de São Paulo. Natural das Ilhas Canárias, esse padre jesuíta a quem o Brasil tanto deve, iria criar, em 1582, a Santa Casa, fazendo levantar choças, arrumando galhos no chão, produzindo remédios tirados da nossa flora.

Inspirando-se na Santa Casa de Lisboa, ele montou um hospital para tratar os vitimados pela “peste”, que sofriam nas naus de uma esquadra que aportou na baía de Guanabara, em 25 de março de 1582. Anchieta, homem piedoso, generoso, verdadeiro apóstolo, convidou-os a

descerem à terra, abrigou-os, e ele mesmo os tratou e recuperou com recursos locais – infusões de ervas, frutas cítricas, raízes e outras plantas trazidas pelos índios. Assim nasceu a Santa Casa de Misericórdia, o mais expressivo monumento à grandeza desse homem.

O hospital teve sempre papel importantíssimo na vida da cidade do Rio de Janeiro. Durante os séculos seguintes, foi abrigo para todo tipo de doença e recebeu dos governos que se sucederam, assim como de particulares, generosas doações, o que possibilitou tornar-se um centro de atendimento aos pobres e, igualmente importante, um centro de estudos e pesquisas médicas.

D. João VI fez dela a primeira instituição de ensino médico no País. Em 1829, nela foi criada a Academia Nacional de Medicina. Por mais de cem anos, a partir de 1869, ali funcionou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi também ali que funcionou o primeiro consultório homeopático. Em sua farmácia, fabricaram-se, durante centenas de anos, muitos dos remédios que salvaram vidas brasileiras. Também foi, durante muitos anos, o Hospital Escola da UERJ.

V. Ex^a fez estágio no Rio, Senador Papaléo Paes, conhece a Santa Casa do Rio de Janeiro.

Continuo a leitura.

dezenas de enfermarias, institutos e ambulatórios em quase todas as especialidades médicas, o Hospital é um centro de referência para a população da Com cidade. Suas enfermarias foram chefiadas por nomes importantíssimos da medicina brasileira, como Fernando Paulino, Paulo Niemeyer, Ivo Pitanguy, Sylvio Fraga, Jorge de Rezende.

Meu professor Mariano de Andrade também chefiou a enfermaria.

A enfermagem foi entregue às devotadas Irmãs de São Vicente de Paula.

Infelizmente, hoje a situação da Santa Casa está aquém de sua história, enfrentando vários problemas financeiros, muitas vezes agravados devido à crise da saúde pública da cidade do Rio de Janeiro, o que vem ampliar o desespero e o abandono de nossa população mais humilde. Não se pode culpa apenas o Estado. A administração desse tesouro deixa a desejar, para dizer o mínimo. Está em vias de ser desativado esse hospital essencial para uma cidade tão carente de bons hospitais públicos.

A Santa Casa também administra agências de serviços funerários e dois dos mais importantes cemitérios do Rio(...).

Além de tudo isso, precisamos levar em conta que a Santa Casa da Misericórdia é um monumento nacional. O prédio histórico, que abriga o Museu da Farmácia e também a belíssima Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, uma das mais belas igrejas do Rio de Janeiro, é tombado e não merece ser abandonado. Será possível que o Brasil vai se dedicar a ser sempre o país do futuro, sem dar importância ao seu passado? Assim, será sempre o país do nada.

Isso acontece com todas as Santas Casas, com todos os hospitais filantrópicos. E aí está o Governo. O Presidente Luiz Inácio voa nos altos números das pesquisas, voa no seu Aerolula, esquecendo o drama do povo. E o povo? O povo está sofrendo pela corrupção, pela violência e pela falta de saúde.

Agora, também ouçamos o homem que é o símbolo da Educação neste País e no Senado Federal: Professor e Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Mão Santa, quero chamar a atenção de todos que estão nos escutando para este dado que V. Ex^a apresentou aqui: por uma consulta, o médico recebe R\$2,50...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Hoje, em Teresina, um engraxate me cobrou R\$5,00 e eu lhe paguei R\$ 10,00, para ajudar o “bichinho”.

Essa consulta é anestesia. Hoje, na tabela do SUS, são R\$9,00. Isso é ilusão. Estão enganando o povo do Brasil. Ó, Lula!

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Para ganhar um salário mínimo, então, um médico deveria fazer 160 consultas no mês. Isso significa que, trabalhando vinte dias em um mês, se ele atender oito consultas por dia, ganhará somente um salário mínimo. Se um médico viver apenas do serviço público, trabalhando oito horas, dando uma hora por consulta... V. Ex^{as} são médicos, mas eu acho que uma consulta de uma hora, na média, está boa, embora haja consulta com mais de uma hora e consulta com menos de uma hora...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Tem consulta que leva uma semana e, ainda assim, não se descobre o problema!

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – É verdade. No entanto, desse modo, ele ganha apenas um salário mínimo. Isso mostra que tem alguma coisa errada, até porque, no Brasil, o salário mínimo é baixo! Se o salário mínimo daqui fosse alto...Agora,

tem algo pior ainda, Senador Mão Santa e Senador Papaléo Paes: quando comparamos isso com...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a entende como estão as santas casas?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Claro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, eu não estou aqui porque eu não sou bom, não. As tabelas! Ó, Temporão, acaba com esse negócio de cerveja, não sei o quê! A renda era boa, eu eduquei minha família, eu fui feliz com Adalgisa. Eram boas as tabelas, que me possibilitavam ganhar o suficiente e operar a desgraça, os pobres que eram acudidos na Santa Casa. Como é que vão operar de graça – como esse Pitanguy, que fez muito e não fez mais do que eu, não; fiz muito –, se eles não estão ganhando nem para subsistir com essa tabela?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Voltando, então, Senador. Isso é uma tragédia em si. Agora, o grave, que, às vezes, não percebemos, é que os salários, em outras categorias, são altos, e nossos médicos estão indo embora, mudando de profissão, em busca de rendas maiores que são pagas em outros setores. Além disso, como fica a cabeça de um médico desse, quando abre o jornal e vê a quantidade de roubo, corrupção, desperdício? Como fica quando ele vê que outros, sem trabalhar, ganham milhões? Todos os dias, falam em milhões nos jornais, na televisão, na rádio – milhões e milhões, como se fosse pouco dinheiro! Então, é um País, que, além de pagar uma miséria, um salário mínimo ao médico, pois paga ao médico um salário mínimo igual a esse que os pobres brasileiros ganham, é um Brasil onde, fora da área médica, esses mesmos médicos são candidatos em concursos públicos para outros setores, ou vão trabalhar no setor privado, com condições de ganhar muito mais. Isso, para mim, Senador Mão Santa, é a pior de todas as corrupções. Estamos vendo muita corrupção que aparece na superfície e não estamos vendo uma corrupção na engrenagem da sociedade brasileira, que é esse desprezo ao trabalho dos médicos e, portanto, desprezo aos brasileiros que precisam ir ao sistema público de saúde para ter atendimento em suas doenças. Por isso, parabeno V. Ex^a por falar. Acredito que V. Ex^a está falando, sim, da pior das corrupções brasileiras: a corrupção que está no funcionamento maldito do nosso sistema social.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A saúde está boa para nós, Papaléo. Todo dia chega alguém do Senado aqui e diz: ah, você não quer ir para São Paulo? Paga tudinho, para quem tem uma instituição como essa, para quem tem esses serviços de saúde privada, particular, para quem tem o dinheiro para pagar os planos de saúde. Mas, para o povo que precisava da Santa Casa, para o estudante ter aprendizado...

Olha, vou citar um fato. Um quadro vale por dez mil palavras. O Papaléo está atento. Em Parnaíba, cidade mais importante do Piauí, que tem uma Santa Casa há mais de 100 anos, eu recebi uma medalha quando ela fez 100 anos, e eu governava o Piauí, eu encontrei Dr. Luiz Sampaio, mais novo que eu, urologista: “Oi, como é que vai? Tem operado muita próstata?” Ele disse: “Não, já deixei, porque não dá para viver, sendo médico de família”. Não estou contra o médico de família, mas altos cirurgiões estão deixando.

Eu desafio aqui, e é bom a ética gravar. Cristovam, eu desafio aqui o nosso Luiz Inácio, a quem estão enganando. Ele não tem culpa, está sendo enganado. Ele não leu a frase do general mexicano: eu prefiro o adversário que me leve a verdade ao aliado puxa-saco que me ilude, que mente. Eu só faria uma pergunta ao Papaléo, que é médico, e para todo o Brasil, e está aí o Conselho de Ética: mostre-me, hoje, segunda-feira, 9 de julho, quem foi operado, neste País, de próstata pelo SUS. Quem foi operado de duodeno, de pancreatetectomia, de tireóide, que eu fiz milhares.

Então, estão enganando. Agora, para quem tem plano de saúde, para quem tem dinheiro, para quem tem como nós temos, a saúde está muito boa. Mas os pobres, que dependem de instituições como as santas casas, os hospitais filantrópicos, estão abandonados.

Eu pediria a intervenção até da D. Marisa, mulher dele, porque eu acho que é verdade. D. Marisa, o que eu estou dizendo é verdade, acho a senhora encantadora. A mulher aconselha. Isso tudo é verdade.

Mas não é só essa. O Noblat traz e disserta tão bem, com a sua capacidade de escrever: todas as santas casas e todos os hospitais filantrópicos que fazem caridade estão desaparecendo.

Essas são as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, sem prejuízo da ordem de inscrições.

V. Ex^a terá 20 minutos para o seu pronunciamento, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Papaléo Paes, Presidente desta sessão. Sr. Senador Mão Santa, a quem vou me referir algumas vezes nesta minha fala, hoje, continuando a sua – eu não imaginava que ia dar continuidade –, tenho recebido centenas de *e-mails*, mensagens, telefonemas, nestas últimas semanas, com um mesmo, um único tema, que é o problema que nos aflige a todos nesta Casa sob o nome de corrupção. Todos os dias. E dessas centenas,

algumas dezenas, eu diria, é uma cobrança em cima de cada um de nós e em cima de mim também, por não estar aqui o tempo todo falando desse assunto. Eu não vou cair na tentação, por conta desses *e-mails*, de vir aqui falar sobre esse assunto da crise de confiança que temos por conta de fatos recentes.

Evitei mesmo, durante todo o processo do Senador Roriz, dizer qualquer coisa, Senador Mão Santa, relacionada com as denúncias que terminaram levando-o à renúncia. Até porque eu acho que, no caso do ex-Governador e ex-Senador Roriz, poderia parecer que eu estava politizando o assunto, uma vez que temos tido embates políticos nestes últimos anos no Distrito Federal.

Volto a insistir que há uma corrupção pior do que a que aparece, e o Senador Mão Santa está tocando nessa corrupção pior, que é a corrupção nas prioridades, Senador Mão Santa. Existe uma corrupção no comportamento de políticos; existe uma corrupção nas prioridades das políticas.

Não há dúvida, e eu tenho me manifestado aqui em relação à situação do Presidente Renan Calheiros, a quem ajudei a ser eleito Presidente. Fazendo aparte, manifestei a conveniência de ele se afastar da Presidência durante todo esse período. Escrevi artigos sobre a nossa crise de confiança, mas hoje eu quero falar de uma corrupção que está escondida na outra. Essa talvez seja a pior de todas as corrupções: a corrupção de esconder a corrupção nas prioridades.

Pagar R\$2,50 por uma consulta no Sistema Único de Saúde é corrupção pior do que R\$2,5 milhões num cheque sem explicação. Não quero – longe de mim – justificar esses 2,5 milhões. Por esse tipo de corrupção, colocamos na cadeia; isso resolve a situação. Mas os R\$2,50 de uma consulta não vamos resolver se não fizermos uma revolução neste País da maneira como se define às prioridades.

Aqui no caso do Distrito Federal, por exemplo. Para mim, muito mais grave que a corrupção que envolve dinheiro foi o fato – aí discuto politicamente, me sinto à vontade com o Governador Roriz, Senador Mão Santa – repito, foi o fato de ele, no segundo dia de Governo, em 1999, ter encerrado o Programa Saúde em Casa. Um programa que atendia um milhão de pessoas no Distrito Federal, com médicos a uma distância não maior do que um quilômetro. E o Senador Eurípedes Camargo, que está aqui, foi testemunha como parte integrante do governo que coordenei, que dirigi, do Partido dos Trabalhadores e mais seis partidos conosco.

Essa é a corrupção nas prioridades, o que é muito mais nocivo ao Brasil do que até mesmo a vergonha que sentimos da corrupção no comportamen-

to de alguns políticos. Fechar o Programa Saúde em Casa com uma penada, demitir médicos, enfermeiros, psicólogos, dentistas que trabalhavam em casas que alugávamos perto de onde o povo estava. Essa é uma corrupção política maior do que a corrupção, simplesmente, da ética.

Parar o Programa Bolsa-Escola, que aqui pagava um salário mínimo e transformá-lo em um programa assistencial, pagando muito menos que isso e sem a exigência da frequência às aulas, essa é a corrupção nas prioridades que não estamos vendo, que está escondida. Porque vemos a podridão da superfície. No verbo usado pelo Senador Jarbas Vasconcelos, sentimos o odor, o fedor, como ele disse, da podridão da superfície. Mas, lá embaixo, há uma estrutura carcomida, viciada, corrupta, que esquecemos de denunciar, como acaba de fazer o Senador Mão Santa, com a consulta médica de R\$2,50.

Essa engrenagem podre, o odor dela não chega a nós; mas afeta os pobres, esquecidos, excluídos, porque raramente se publica em jornal com a força da denúncia do roubo de dinheiro público, quando passa das mãos do setor público para as mãos do setor privado. Mas o dinheiro que sai também das mãos do setor público para o setor privado sem, diretamente, prestar um serviço ou outro, a esse fechamos os olhos e não o denunciávamos.

Não se denuncia aqui, por exemplo, que o Governador Roriz, depois de tomar posse, fechou o Projeto Orla, em que o Governo havia gasto recursos para transformar a orla do lago em um setor que pudesse gerar emprego, lazer para os jovens. Essa é uma corrupção ainda maior.

Não se falou sobre o fim do Programa Poupança-Escola, pelo qual se depositavam R\$100,00 em uma caderneta de poupança se a criança fosse aprovada; e esse dinheiro só poderia ser retirado quando ela terminasse o segundo grau. Isso foi paralisado de um dia para o outro. Isso é uma forma de corrupção nas prioridades que não podemos, de maneira alguma, esquecer, deixar de lado, porque estamos vendo apenas a corrupção no comportamento dos políticos e não na prioridade das políticas, uma corrupção muito mais nociva porque mais duradoura e porque o Ministério Público não olha – não tem como olhar –; porque a Polícia Federal não tem como ir atrás e saber disso, e se descobrir não vai dizer que é corrupção e sim mudança de prioridade.

Pagar R\$2,50 por uma consulta é uma corrupção nas prioridades, pelo abandono da saúde pública; ou, pior ainda, pela ilusão de que há saúde pública. Engana-se a população. É corrupção sim termos parado no Distrito Federal um projeto como o Bolsa-Alfa,

pela qual se pagava ao analfabeto para aprender a ler. No dia em que ele aprendia a ler e escrevia a sua primeira carta, ele recebia o valor de R\$100,00, como se estivéssemos comprando a carta que ele escrevia. Aprender a ler depois de adulto, Senador Mão Santa – e V. Ex^a tem sensibilidade –, é muito difícil.

Dá-se uma bolsa de US\$2mil para um doutor estudar na França, fazer um pós-doutorado ou um doutorado; mas muita gente se recusa a pagar R\$100,00 para um adulto aprender a ler. É muito mais fácil um engenheiro fazer um doutorado do que um analfabeto aprender a ler depois dos 30 anos de idade. O esforço mental, a persistência necessária é muito maior para aprender a ler do que fazer pós-graduação. Pagávamos R\$100,00 apenas. Mas o programa foi parado, o que é uma forma de corrupção que ninguém denuncia. Ninguém é cassado pela corrupção nas prioridades.

Felizmente, já tem gente sendo cassada ou obrigada a renunciar por causa da corrupção no comportamento. Às vezes, até pela suspeita; antes mesmo de se comprovar, as pessoas já renunciavam. Quero lembrar que, desde 2005, há um projeto de lei, a que dei entrada, proibindo que quem renuncia a um mandato possa candidatar-se na eleição seguinte. Lamento que já esteja na Casa há dois anos, mas paralisado. Mesmo assim, insistimos em olhar apenas a corrupção que aparece na superfície.

Hoje, no Brasil, temos esta tragédia da corrupção que tem de ser enfrentada, denunciada, combatida. O Senado está desabando junto à opinião pública por falta de credibilidade. Na hora em que resolvermos esse aspecto da corrupção no comportamento dos políticos, a sociedade brasileira e a política brasileira estarão ainda muito longe da ética. Para uma política ser ética não basta parar de roubar o dinheiro, é preciso aplicá-lo corretamente. É como fazíamos aqui com o orçamento participativo. O ex-Senador Eurípedes foi um dos que mais nos ajudaram a levá-lo adiante. Isso foi paralisado. Paralisar aquele projeto é uma forma de corrupção. Deixou-se de dar consciência à população brasileira. É como a mudança do nome Bolsa-Escola para Bolsa-Família. Insisto que é uma forma de corrupção. Não porque signifique roubar dinheiro, mas porque significa roubar a consciência do povo. Antes, ao receber o dinheiro sob o nome de Bolsa-Escola o povo pensava em educação, ao recebê-lo agora como Bolsa-Família pensa apenas na pobreza. Não pensam que estão se educando, mas que estão recebendo um dinheiro de ajuda. Essa é uma corrupção, Senador Papaléo Paes, na consciência da opinião pública, na maneira como o povo pobre pensa – e sabemos que o povo pobre não acredita que tem o direito de ter uma escola tão

boa para seus filhos quanto a dos ricos. Talvez essa seja a maior das tragédias para a consciência pública do povo brasileiro.

Os escravos tinham vontade de ser livres, mas os nossos pobres não têm vontade de educar seus filhos porque acham que não é direito deles. Pensam que a educação de qualidade é um direito divino para os ricos, como se nós, que temos dinheiro para pagar a escola dos filhos, fôssemos nobres e eles pobres, servos, excluídos.

Ao mudar de Bolsa-Escola para Bolsa-Família, fez-se um retrocesso na consciência política e social do povo brasileiro, e essa é uma forma de corrupção, não no sentido de roubo do dinheiro, mas de roubo da consciência.

Quando abandonamos os projetos que deveríamos fazer para melhorar o País, estamos fazendo política corrupta, ainda que não roubando dinheiro. Quando, no Distrito Federal, o programa Projeto Saber, que ensinava um ofício aos jovens e permitia que recebessem financiamento junto ao BRB para montar seu negócio, foi paralisado, houve uma forma de corrupção não do comportamento, mas da política.

E quero chamar a atenção... E vim com intenção de falar nisso, Senador Mão Santa, que agora preside a sessão, mas sua fala me deu mais argumentos. Vim para falar da corrupção nas prioridades das políticas, mais do que da corrupção no comportamento dos políticos. Dessa parte, já há gente demais falando. E não deixei de falar. Não estou sendo omissivo, mas não vou concentrar meus discursos, todos eles, na questão da ética do comportamento. Quero falar também da ética nas prioridades. Prioridade na saúde, porque pagar R\$2,50 a um médico para uma consulta é uma política corrupta.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Excelência, o que vale é o espírito da lei. V. Ex^a manifestou o mesmo raciocínio que eu. V. Ex^a falou na escola ideal para o pobre, e eu defendi as Santas Casas – falei da Santa Casa do Rio de Janeiro para aproveitar a queixa do Noblat –, que são os hospitais para os pobres do Brasil, com todo aparato, com toda decência. Quero dizer aqui, debaixo de Cristo, que, sempre, eu como todos os médicos que operam em Santa Casa tínhamos com os pobres a mesma dedicação, a mesma ciência com que operávamos os ricos que podiam pagar. Então, como essa escola que V. Ex^a imaginou, para nós, os hospitais Santas Casas cumpriam sua finalidade, chegavam ao pobre em igualdade de condições.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – E parar o apoio às Santas Casas é uma forma de corrupção. É para isso que quero chamar a atenção da

opinião pública, que manda inúmeros *e-mails*, achando que a corrupção é apenas aquela do comportamento imoral de alguns. Tem de ser combatido isso. E volto a insistir: não tenho estado omissos, mas oriento meu discurso indo além dessa corrupção no comportamento, tentando trazer para o debate a idéia da corrupção e da ética, portanto, nas prioridades. Um Governo que não dá apoio às Santas Casas, mesmo que ninguém nesse Governo roube, não está sendo ético. Quando aquele prédio do TRT de São Paulo foi construído, e um Senador aqui foi cassado porque se apropriou do dinheiro que deveria ir para aquela construção por um ato de corrupção no comportamento, ninguém viu que o simples fato de fazer um prédio de luxo num País sem água e esgoto é uma corrupção, mesmo que ninguém roubasse dinheiro do orçamento daquele prédio. Tirar dinheiro daquele prédio para uma pessoa é corrupção no comportamento, mas colocar dinheiro público naquele prédio de luxo, numa sociedade pobre é uma corrupção nas prioridades. E essa é tão grave e de consequências mais graves ainda do que a corrupção no comportamento dos políticos que se apropriam do dinheiro público.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu dou, com muito prazer, um aparte ao Senador Papaléo.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Cristovam Buarque, é com muita honra que recebo sua concessão para que eu possa fazer um comentário sobre o seu discurso. Primeiramente, quero parabenizar V. Ex^a pelo comportamento ético, correto. Diante do fato de um companheiro seu, representante do Distrito Federal, estar sendo acusado de algumas irregularidades, avaliado e julgado nesta Casa V. Ex^a se manteve de forma admirável. Isso faz com que V. Ex^a, cada vez mais, tenha o nosso respeito nesta Casa.

Depois, quero fazer referência a diversos programas que V. Ex^a conseguiu viabilizar em seu Governo, que serviram como laboratório, por meio de uma experiência bem-feita aqui no Distrito Federal, e foram aproveitados em outros Estados como programas do Governo Federal. Parabenizo V. Ex^a e faço aqui uma referência especial ao programa Saúde em Casa. V. Ex^a disse que no primeiro mês após o seu Governo esse programa foi extinto sem qualquer explicação a não ser a idéia de se economizar esse dinheiro, que havia sido muito bem aplicado, para construir obras de fachada, obras não condizentes com a realidade econômica e social da maioria da população brasileira. Quanto à Bolsa-Escola, programa que V. Ex^a criou, pôs em prática e fez com que todos nós passássemos

a ver nele a salvação do nosso povo por meio da educação, atingindo a família mais carente, gostaria de dizer que com esse nome, como V. Ex^a frisou muito bem, a família tinha o compromisso de responder na escola pela bolsa que recebia. Hoje, com o nome de Bolsa-Família, e acredito que isso se deveu a questões políticas, para descaracterizar a origem desse belo programa, hoje, como V. Ex^a disse – estou sendo repetitivo –, pensa na família; deixou de pensar na escola e até as cobranças sobre a questão da escola diminuíram. Esse programa não apresenta a eficiência que tinha no tempo em que V. Ex^a o instituiu e no início da execução dele programa pelo Governo Federal. Então, faço uma referência muito firme à corrupção. V. Ex^a aborda, com muita propriedade, a corrupção que vai, diretamente, lidar com desvio de verba pública, com falcaturas, com roubalheiras e a corrupção intencional de desviar no sentido sem roubar dinheiro, mas que rouba esperança da população, destruindo aquilo que ela mais poderia esperar em termos de um caminho que levasse ao bem-estar da própria sociedade. Parabenizo V. Ex^a. Reconheço que sua presença engrandece todos nós e nos deixa sempre numa boa expectativa, quando V. Ex^a discute um assunto que foi tema de sua campanha a Presidente da República e, com certeza, reconhecido por todos como o tema mais importante das campanhas eleitorais do último ano. Ficamos sempre esperançosos de que homens como V. Ex^a possam, cada vez, mais lutar, ser perseverantes, persistentes e determinados para que nós tenhamos um país muito melhor, infinitamente melhor mediante a educação. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu é que agradeço.

Acho que V. Ex^a não repetiu; agregou. No que diz respeito a certos aspectos, vamos precisar repetir muito. Não é fácil convencer as pessoas das coisas que não são vistas a olhos nus. É muito difícil, quando está tão visível a corrupção no comportamento dos políticos, mostrarmos que existe corrupção na própria prioridade da política. Repito: mostrar isso é muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Dei 10, não minutos, mas a nota. Jamais vou cortar a palavra de V. Ex^a porque V. Ex^a, em 183 anos de Senado, está entre aqueles que mais defenderam a educação: Pedro Calmon e Darcy Ribeiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O importante é mostrar à opinião pública, sobretudo à população mais pobre, o que existe debaixo dessa corrupção que vemos. Apodrecendo na superfície da política existe uma corrupção intrínseca, latente, por

baixo que, às vezes, não vemos, mas que é a que gera piores consequências para o futuro do País.

Quando um governo muda uma política que vinha dando certo por outra só por razões de locupletar-se, só por razões de ter mais prestígio, só por ter mais votos, quando sacrifica uma geração futura em nome de uma eleição próxima está fazendo corrupção sim. Vamos lutar para que não haja comportamento corrupto entre os políticos, mas lutemos também para que não haja prioridade corrupta na política. E, com essa, o Brasil está tão acostumado que aconteça que parece natural. Parece absolutamente natural não pôr dinheiro em água e esgoto, para colocar em um prédio de luxo, como aquele do TRT, desde que nenhum Senador ou juiz se aproprie de uma parte do dinheiro, como se só fosse corrupção, pegar o dinheiro público e colocar no próprio bolso; como se, pegar dinheiro, que deveria ir para os pobres, e jogá-lo para a elite beneficiar-se, não fosse um tipo de corrupção também. É corrupção também, e é corrupção do maior tipo; e é a corrupção que gera mais problemas, permanentemente.

Falo isso, como comecei dizendo, Senador Papa-léo, Senador Eurípedes, por conta da quantidade de *e-mails* que eu recebo. E fico feliz que o povo brasileiro esteja com essa indignação diante do comportamento de alguns políticos, ou até mesmo da suspeita de comportamento de alguns políticos. Mas, o que me preocupa é que não chegam *e-mails* sobre a corrupção nas prioridades, não chegam telefonemas sobre a corrupção nas prioridades; não chegam bilhetes sobre o fato de que vamos elaborar agora o Orçamento, que vai ser cheio de corrupção; não corrupção de comportamento apenas, pois só vamos descobrir depois, mas corrupção de prioridades que vamos saber no dia em que aprovamos, e, mesmo assim, vamos aprovar, porque não vê e porque não cheira, como diz o Senador Jarbas Vasconcelos.

Vamos despertar para a corrupção nas prioridades; mas, sobretudo, não deixemos que aconteça a pior de todas as corrupções, que é a do comportamento dos políticos em se fechar, e impedir que nós vejamos a corrupção

nas prioridades das políticas que, ao longo de toda a história da República brasileira, tem se repetido, ano depois de ano, quando fazemos os Orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios.

Atenção, vocês todos que estão preocupados com a corrupção no comportamento dos políticos! Acordem para a corrupção também nas prioridades das políticas! Definamos e cumpramos as políticas que vão servir para construir um país melhor.

Para concluir, Senador Mão Santa, não quero deixar de falar algo que V. Ex^a considerou comigo an-

tes de começarmos a sessão. Está na hora de construirmos o “nosso Partido”. Porém, para mim, hoje, o “nosso Partido” não tem nada a ver com as nossas siglas. Que cada um fique na sigla do seu Partido, no sentido da organização política. Vamos construir um Partido no sentido da causa que defendemos.

V. Ex^a, que lê tanto e que gosta tanto de história, lembra que o Partido Abolicionista não era um Partido do ponto de vista da organização? Não. Os Abolicionistas, os que compunham o Partido Abolicionista, estavam nos três Partidos de então: os Liberais, os Republicanos e os Conservadores. É certo que quase todo Republicano era Abolicionista; é certo que a maioria dos Liberais era Abolicionista; mas é certo também que havia muitos Abolicionistas entre os Conservadores. Era um Partido Transversal.

Sabemos que o processo eleitoral atrapalha a questão de se sair de um Partido para outro, do ponto de vista do Partido organizacional, do ponto de vista da sigla. No entanto, está na hora de constituirmos nesta Casa o Partido daqueles que querem cumprir com a ética no comportamento e nas prioridades: o “nosso Partido”, nosso no sentido de um grupo de pessoas, cada um filiado à sua respectiva sigla, até porque V. Ex^a sabe muito bem que a sigla depende mais das razões locais e eleitorais do que razão nacional de comportamento, de comprometimento de causa, mas criarmos um partido de causa, e não somente de organização.

Uma das coisas que está destruindo a credibilidade hoje da nossa Casa, do Senado, não é o comportamento de políticos; é a falta de causas em discussão aqui dentro, de bandeiras diferenciadas, de debates entre propostas alternativas. Não há mais isso. O Presidente Lula adotou as políticas do Governo anterior. Quando vemos a Oposição subir à tribuna é para fazer críticas, e não para fazer debates com as propostas do Governo Lula, porque são as mesmas.

Está na hora de voltarmos a debater causas. Está na hora de criar um partido daqueles que defendem as éticas, as duas éticas, a ética no comportamento e a ética nas prioridades.

Essa é a maneira como eu gostaria de concluir meu pronunciamento, a partir de uma provocação de V. Ex^a, Senador Mão Santa, conversando anteriormente. Comecei com a provocação sobre os R\$2,50, o valor de uma consulta médica, para mostrar que isso é algo corrupto, do ponto de vista das prioridades e concluo falando da necessidade, como V. Ex^a mesmo falou, de termos um partido nosso, um partido das éticas e não apenas um partido da ética, como muita gente, hoje, sugere e que, acredito, não vale fazer um partido

da ética, porque, senão, todos temos que ser dele ou teremos que expulsar os que não entrarem nele.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Eduardo Suplicy, com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro quero cumprimentá-lo por trazer esses temas ao debate do Senado. V. Ex^a aqui quer, com as suas palavras e reflexões, sobretudo fazer com que o Senado Federal melhore muito naquilo que constitui o nosso dever, a responsabilidade como representantes do povo, legisladores e fiscalizadores dos atos do Executivo. E quando V. Ex^a menciona a importância de aqui abraçarmos causas, e sendo V. Ex^a um dos exemplos de quem abraça uma causa como a da universalização da educação de boa qualidade para todos os brasileiros, a causa da erradicação do analfabetismo o quanto antes, de que possamos ter boas escolas em todo e qualquer município, que possamos assegurar o bom ensino fundamental até o universitário e para todos, V. Ex^a transmite um entusiasmo importante para todos nós, Senadores. Não estou tão pessimista quanto V. Ex^a há pouco, transmitindo que aqui não estamos tanto discutindo as causas importantes para o povo brasileiro, porque V. Ex^a é um exemplo vivo de quem discute e aqui coloca diariamente tudo aquilo em que tanto acredita. Então, V. Ex^a é um exemplo vivo de que a situação não está tão ruim assim. Por outro lado, V. Ex^a cita a questão da ética. Acho que isso não deve ser objeto de atenção de um partido; constitui obrigação de todos nós, dos 81 Senadores. Se, porventura, surgir uma situação em que qualquer um de nós tenha cometido falhas, erros, tenha agido de maneira que possa ser qualificada como atentando contra o decoro parlamentar, contra a ética, temos instituições no Senado Federal, na Constituição, no nosso Regimento Interno, a forma de lidar com isso. Por mais difícil que seja, para nós, avaliar o procedimento de colega nosso, de amigos nossos, de pessoas com quem aprendemos a conviver no dia-a-dia aqui, é nosso dever fazê-lo. Precisamos, sim, agir com toda isenção, responsabilidade e equilíbrio, solicitando as informações necessárias para tomar decisões por vezes graves. Mas isso constitui nosso dever e temos de fazê-lo.

Por outro lado, V. Ex^a sabe tão bem, por todas as funções que assumiu ao longo de toda a sua vida, como intelectual, como professor, como reitor da Universidade de Brasília, como Governador do Distrito Federal, como Senador que tão brilhantemente tem sido aqui, como Ministro de Estado da Educação, que as responsabilidades de cada um têm de ser assumidas. Conseguimos fazer as coisas andarem muito bem

sobretudo quando o procedimento de retidão é o que caracteriza a vida de cada um de nós. O importante é que possamos agir no dia-a-dia de forma reta. Como V. Ex^a sabe, quando uma pessoa, na chefia de qualquer organização, inclusive na chefia do Poder Executivo, age com retidão, as pessoas que trabalham em torno dela e que gostam de agir com retidão procuram se aproximar e se sentem bem em trabalhar daquela maneira. As pessoas que porventura imaginem que naquela organização poderiam tirar proveito de oportunidades para vantagens pessoais ou para quaisquer grupos acabam se inibindo, e vice-versa.

Isso está em *Desenvolvimento como Liberdade*, de Amartya Sen, quando ele relembra que, na China Antiga, 120 anos antes de Cristo, havia uma inscrição na pedra dizendo que, quando o instrumento da construção é reto, a madeira sai reta; da mesma maneira, quando o chefe da organização age com retidão, as coisas tendem a andar com correção, porque os que imaginavam tirar proveito acabam se inibindo e os que agem corretamente é que se entusiasma com o procedimento adequado. Por outro lado, se quem está à frente da organização começa a ser leniente, com procedimentos indevidos, então aqueles que agem com retidão tendem a se inibir e se afastar, e as ratzanas que se aproximam. É um lição importante do Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen nesse livro tão proveitoso para todos nós: *Desenvolvimento como Liberdade*. Senador Cristovam, continue abraçando e defendendo as causas nas quais acredita, porque dessa maneira eu também me sentirei estimulado a defender as causas em que, V. Ex^a sabe, tanto acredito. Não quero de maneira nenhuma deixar de fazê-lo; vou prosseguir.

Quero até lhe dar uma informação. Na próxima semana, farei uma visita, em Bangladesh, a uma pessoa com a qual convivi por alguns dias, recentemente...

(interrupção do som)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a já esgotou os cinco minutos a mais do professor Cristovam Buarque.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas é que as palavras do Senador Cristovam foram muito estimulantes. Mas quero dar o exemplo de uma pessoa que abraçou uma causa extraordinária. Eu o conheci de perto e quis conhecê-lo ainda melhor. Vou fazer uma visita ao professor Muhammad Yunus, o Prêmio Nobel da Paz, em Bangladesh, por três dias. Terei alguns diálogos com ele. Vou conhecer a experiência do microcrédito e também conhecer mais uma pessoa que típica ou exemplarmente abraçou uma causa na qual tanto acredita. Que haja muitas pessoas no Senado

Federal abraçando causas dentro de cada partido, promovendo um debate mais frutífero para o interesse do bem-estar, da paz e da justiça do povo brasileiro. Meus cumprimentos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Em primeiro lugar, quero dizer que fiquei sete dias em Bangladesh com o professor Yunus, na sede do Grameen Bank. Sou um dos entusiastas da política que ele exerce.

Mas ele mostra como, neste mundo, às vezes, a gente consegue abraçar melhor uma causa fora do que dentro da política, e melhor fora do que dentro da academia. Quando ele voltou dos Estados Unidos a Bangladesh para ser professor, a idéia dele era defender a criação do novo país. Bangladesh tinha dois ou três anos ainda de existência como nação, porque antes era parte do Paquistão. Ele ficou como professor, até que um dia descobriu uma causa lá embaixo, em uma favela pela qual ele passava todos os dias, quando ia de sua casa à faculdade para ensinar economia, sem perceber que o problema estava ali. Até que ele despertou para isso e mudou o rumo da vida dele.

O senhor e eu saímos da academia para a política, mas ainda não conseguimos contaminar com essa causa. Quando o senhor diz, no início do seu aparte, que há causas aqui, acho que talvez o problema seja este: existem 81 causas; cada Senador tem a sua. Não temos o nosso partido, como falava Mão Santa um pouco antes. Então, não há debate. O senhor tem uma causa. Mas, quando o senhor e eu dizemos que temos uma causa, falamos sozinhos, não tem quem fique contra nem a favor. A gente não encontra, formando uma causa única, a causa das duas éticas: a causa da ética no comportamento e a causa da ética nas prioridades. A renda mínima é uma causa que ainda não contaminou do ponto de vista de fazer de cada um de nós um soldado ao seu lado. E é claro que a revolução pela educação é uma causa que não contaminou; todo mundo é a favor. Talvez até o defeito seja este: não tem inimigos. Em política, quando não se tem adversários, a causa não existe, está precisando encontrar.

Acho que não existem inimigos para a causa da revolução na educação porque as pessoas ainda não acreditam que ela vá acontecer. No dia em que as classes médias e altas deste País souberem que, para entrar numa faculdade, seus filhos terão que disputar, em condições de igualdade, com os filhos dos pobres, aí vai começar a ter gente contra. Isso ocorrerá quando a gente mostrar que vai acontecer com as faculdades o que já acontece no futebol: a população pobre é que termina entre os da Seleção, porque há igualdade na educação para o futebol. Bola é igual

uma a outra, mas lápis é diferente de computador, Senador Eurípedes Camargo. E existem as escolas do lápis e as escolas do computador, uma dos pobres e a outra dos ricos. Bola é a mesma para os ricos e para os pobres, por isso os pobres chegam à Seleção mas não chegam à universidade pública, gratuita, de qualidade, neste País.

Então, faltam causas que unifiquem blocos aqui dentro que se oponham a outros blocos, que disputem, que briguem, como foi no debate pela democracia, como foi no debate na época das grandes reformas de base. E isso não estamos tendo hoje.

Por isso, Senador Mão Santa, comecei e conclui com sua conversa e com seu discurso. Vamos fazer nosso Partido, o partido das duas éticas: a ética no comportamento dos políticos e a ética nas prioridades das políticas.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a acabou de completar 45 minutos e isso, cada vez mais, lhe caracteriza como professor. É uma aula na didática e na pedagogia, com a qual todos nós aprendemos muito.

Mas, queria dizer a V. Ex^a que o último livro que li foi a entrevista de V. Ex^a com Celso Furtado. Aprendi muito com o debate entre estas duas personalidades, aquele que criou a Sudene e foi Ministro da Cultura e V. Ex^a.

Convido para usar a palavra o Senador Papaléo Paes, do PSDB do Estado do Amapá.

Senador Papaléo, V. Ex^a, regimentalmente, tem direito a 20 minutos, mas jamais ousarei cortar-lhe a palavra, pois V. Ex^a simboliza o melhor que há na ciência médica. Como médico, foi um grande benfeitor da humanidade; e, como pessoa, enriquece este Senado, tornando-o um dos melhores de sua história de 180 anos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, antes de iniciar o meu pronunciamento, fazer uma referência ao discurso de V. Ex^a, em que tratou da questão da saúde pública no País. Realmente, a nossa saúde pública está cada vez mais debilitada. A realidade que se vê na grande mídia não é a realidade que o povo enxerga quando necessita ser atendido nos centros de saúde, nos postos de saúde, nos hospitais públicos. Por isso, V. Ex^a faz muito bem em trazer o tema para cá, citando a Santa Casa

como uma instituição que jamais poderá ser extinta. Essa instituição tem centenas de anos neste País – no caso, a Santa Casa do Estado do Rio de Janeiro, que foi um símbolo para todas as outras. Não pode jamais o Governo Federal, o Governo Estadual, o Governo Municipal, o próprio povo deixar fecharem essas instituições fundamentais para o atendimento da população mais pobre, mais carente e para a formação de profissionais. Não há um profissional dos bons tempos da formação da Medicina que não tenha passado por uma Santa Casa de Misericórdia. No meu caso, passei pela Santa Casa do Estado do Pará, que fica em frente à Faculdade de Medicina, é um hospital-escola; e V. Ex^a, Senador Mão Santa, passou pela Santa Casa do Estado do Rio de Janeiro.

V. Ex^a foi muito feliz ao trazer esse tema que nos preocupa muito, porque a solução não é a extinção, mas, sim, a manutenção e a melhoria, a recuperação dessas instituições que fazem saúde de uma forma séria, competente, e que seria, ou ainda é, a grande salvação do povo mais necessitado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito ser pacífico o entendimento de que os tributos representam o meio de que dispõem os Estados modernos para se financiarem, chamando os cidadãos que têm capacidade contributiva a participar do rateio das despesas inerentes à manutenção da máquina estatal, à prestação dos serviços públicos essenciais e ao custeio dos investimentos em infra-estrutura.

Encarado dessa forma, o pagamento de impostos, taxas e contribuições, mais do que um mal necessário, deve ser interpretado como um ato de cidadania consciente, de participação dos indivíduos e das empresas na gestão dos interesses da coletividade.

Acatada essa premissa, compete às sociedades, em contrapartida, buscar o progressivo aperfeiçoamento de seus sistemas tributários, perseverando no esforço de aproximarem-nos, cada vez mais, de um ideal de justiça.

Igualmente incontroversos parecem ser alguns dos preceitos fundamentais a alicerçarem essa noção de justiça tributária. Ela deverá estar consubstanciada em normas que, tanto quanto possível, assegurem, entre outras coisas: a distribuição dos encargos de forma proporcional à capacidade contributiva de cada um; a simplicidade do sistema – de modo que atender a suas exigências formais não passe a representar um ônus adicional para o cidadão –; e a imposição de maiores gravames sobre bens, gastos e atividades reputados inconvenientes desde o ponto de vista dos interesses coletivos, desonerando-se ao máximo os produtos, as despesas e as ações relevantes para o bem-estar dos indivíduos e da coletividade.

É exatamente com base no último preceito – de onerar o que é prejudicial e desonerar aquilo que é conveniente para a sociedade – que o Sistema Tributário Brasileiro, a exemplo do que se observa em outros Países, taxa pesadamente os produtos elaborados com tabaco ou permite deduções na base de cálculo do imposto de renda da pessoa física para as despesas com saúde e educação.

Sr. Presidente, foi no espírito de buscar o aperfeiçoamento de nosso sistema tributário, de garantir parâmetros mais justos para a participação dos cidadãos no rateio dos gastos do Estado brasileiro, que apresentei à consideração da Casa, dias atrás, os Projetos de Lei nºs 337 e 340, de 2007.

O PLS nº 337 objetiva permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, de despesas com material escolar. O PLS nº 340, por seu turno, pretende tornar dedutíveis, da base de cálculo do mesmo imposto, os pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica.

Estou convicto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que os comandos legais contidos nas proposições legislativas em comento apresentam nítido conteúdo de justiça tributária, ao desonerar despesas de fundamental importância para a educação e para a manutenção ou recuperação da saúde dos contribuintes do imposto de renda e de seus dependentes.

No que concerne ao material escolar, é importante ressaltar a pesada carga fiscal que já incide sobre esse gênero de produtos. Como tive a oportunidade de mencionar na Justificação que acompanha o PLS nº 337, o jornal *Folha de S. Paulo*, em edição eletrônica do dia 5 de fevereiro do corrente ano, reportou-se a estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), segundo o qual o material escolar, no Brasil, suporta carga fiscal média da ordem de 39,6%.

Investigando, em 23 dos itens mais procurados pelos estudantes, o preço médio, a carga tributária e o preço pelo qual seriam vendidos, caso sobre eles não incidissem tributos, a pesquisa do IBPT chegou a dados que chamam atenção.

Verificou-se, por exemplo, que a caneta é o produto mais onerado, pois, vendida a 60 centavos, em média, teria seu preço reduzido para apenas 31 centavos, caso não fosse tributada. Isso significa que quase 49% do preço final desse produto consistem em impostos. A régua ocupa o segundo lugar desse *ranking*, suportando quase 46% de taxa. Em seguida, aparece a agenda escolar, o apontador e a borracha, todos onerados em mais de 44%. A cola carrega quase 44% de impostos; o estojo, mais de 41%; e o fichário, mais de 40%. Ao comprar um caderno universitário ou

um lápis, mais de 36% do preço pago pelo estudante destina-se, na verdade, ao fisco. No caso das mochilas, são quase 41%.

Ao lançar mão dessas comparações entre os preços que os estudantes atualmente pagam pelo material escolar e aqueles que pagariam caso esses produtos fossem isentos de impostos, não estou, evidentemente, sugerindo a supressão de toda a carga fiscal incidente sobre material escolar. Sei bem que uma proposta com esse conteúdo seria demagógica e impraticável, pois não se pode, de modo leviano, privar o Estado de suas fontes de arrecadação. Há que se convir, contudo, que são índices de taxação excessivamente elevados em se tratando de itens indispensáveis a uma atividade de tão relevante interesse social quanto o é a educação.

Foi a partir dessa percepção que elaborei o PLS nº 337, objetivando oferecer uma compensação pecuniária, principalmente aos pais dos estudantes, que vêm a ser, em última análise, os contribuintes de fato dos impostos embutidos no preço do material escolar.

Assim, o Projeto de Lei prevê a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, do pagamento de despesas com material escolar do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual equivalente à metade do previsto com as despesas de instrução. Aprovado o Projeto, os contribuintes do imposto de renda poderão deduzir de sua base de cálculo as despesas com material escolar até o valor de R\$1.240,33 no ano-calendário de 2007, R\$1.296,15 no ano-calendário de 2008, R\$1.354,47 no ano-calendário de 2009 e R\$1.415,42 a partir do ano-calendário de 2010.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não me nos justa me parece a dedução prevista no Projeto de Lei nº 340, que beneficia os pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica.

Tal como acontece nos demais ramos da atividade científica, as ciências da saúde experimentam, nos dias que correm, uma evolução que não pode ser qualificada senão como vertiginosa. Evolui a compreensão da fisiologia humana e dos processos patológicos. Evoluem, na mesma proporção, as formas de terapia disponíveis para enfrentar os distúrbios e as moléstias que nos acometem. Cresce, também, a integração entre os diversos ramos das ciências da saúde.

Nesse contexto, as atividades físicas orientadas pelo profissional competente vêm-se firmando, ao lado da fisioterapia, como complemento e, em muitos casos, como a principal terapia para a prevenção e a erradicação de moléstias de diversas índoles e etiologias. Diversas áreas da Medicina especializada – entre as

quais a ortopedia, a cardiologia, a angiologia, a psiquiatria – vêem as atividades físicas bem orientadas como importante fator curativo, muitas vezes até em substituição a tratamentos invasivos ou radicais, como os atos cirúrgicos. Cabe salientar, ademais, na prática de atividades físicas adequadas ao perfil de cada indivíduo, a inexistência de efeitos colaterais indesejáveis, diferentemente do que ocorre com as drogas medicamentosas.

Sr. Presidente, o trabalho do profissional de educação física promove a capacidade de movimento e previne a intercorrência de processos patológicos, concorrendo, outrossim, para a reabilitação orgânico-funcional.

Ora, se é unânime o reconhecimento de que as possibilidades de terapia assumem, na modernidade, um amplo espectro de alternativas, não há justificativa para não estender a permissão para deduzir da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física as despesas com tratamento fisiológico, tal como hoje se permite fazer com os pagamentos efetuados a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais.

A crescente aceitação de que a idéia de que diferentes formas de terapia devem ser utilizadas na busca pela saúde integral do indivíduo está refletida, por exemplo, nas acaloradas discussões que, nos últimos tempos, vinham sendo travadas a respeito da definição do “ato médico”.

É fundamental deixar bem claro que o Projeto submetido à consideração de V. Ex^{as} não pretende criar benefício fiscal para a simples prática de exercício físico, embora se possa tranqüilamente afirmar que ele sempre terá efeito preventivo das doenças. O objetivo visado pelo PLS nº 340 é – isto sim, e muito claramente – o exercício físico ministrado sob orientação profissional por expressa recomendação médica, como terapia integrante de um tratamento claramente definido em laudo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a elevação do nível educacional e a promoção da saúde são, indiscutivelmente, dois dos propósitos que devem ser perseguidos com maior tenacidade por qualquer Nação. Portanto, a desoneração do material escolar e dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica constitui medida de cristalina justiça tributária.

Esse é o objeto dos Projetos de Lei nºs 337 e 340, que tenho a honra de trazer à discussão deste colendo Plenário. Confio, portanto, no apoio de meus ilustres Pares para o aperfeiçoamento e a aprovação dos projetos que apresentei nesta Casa.

Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Papaléo Paes, fico muito feliz pelo tema da sua fala e pela sua proposta. Eu somente queria chamar atenção para dois pontos. O primeiro ponto é que creio que educação e saúde são fundamentais, mas faço uma pequena distinção: sem saúde, ninguém estuda. A saúde é a base, mas não é transformadora da sociedade. Ela é uma necessidade em si da sociedade, como a economia. Ela é uma base necessária, um ponto sem o qual não temos como caminhar, embora quem faça caminhar seja a educação. A saúde é o solo, o alicerce, e a educação é o que faz florescer. O segundo ponto é com relação a sua fala sobre isenção de impostos, que acho muito positiva. O que me preocupa é que a parte do imposto de renda beneficiará apenas 18% da população, aqueles que possuem renda para declarar; 82% nem declaram e ficarão fora disso. Se reduzirmos o ICMS dos produtos educacionais, beneficiaremos um número bem maior, mesmo assim em quantidades muito diferentes. Para se ter idéia, a quantia de R\$1,3 mil, que seria o máximo de isenção... É verdade que para mais de um filho. É o total, não é isso?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – É o total.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – É o total. Mas só para se ter uma idéia, o total para cada família é mais do que se gasta, durante um ano inteiro na educação básica de qualquer criança. Nós estamos gastando R\$1,1 mil por criança, incluindo salário, prédio, escola... Tudo dá R\$1,1 mil. Então, esse é um bom projeto, sobretudo para este momento, mas ele ainda não aponta para a revolução da escola igual para ricos e pobres, para todos, o que – penso que V. Ex^a está de acordo com isso – deve ser o objetivo final de cada um de nós. Trata-se de um projeto positivo, mas é um projeto que não traz a dimensão que precisamos da igualdade educacional para todas as crianças brasileiras.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Concorde com V. Ex^a. Nossa ansiedade faz com que procuremos algum apoio no sentido de tentar equilibrar parte das injustiças que ocorrem nesse desconto no imposto de renda, que seria uma forma de contemplar aqueles que fazem seu investimento familiar na educação, aqueles que ainda têm condições financeiras para fazer isso.

Basicamente, este projeto, como V. Ex^a falou muito bem, não alcança o baixo poder aquisitivo. Ele

alcança aquela família que tem um poder aquisitivo que proporcione a compra de material escolar, que é um percentual da sociedade que incluímos principalmente na classe média. Essa classe média, que, a cada dia, está deteriorando seus salários, sua condição de viver com dignidade como vivia há 20, 30 anos. Então, atinge frontalmente a necessidade da classe média e vem fazer justiça àqueles que fazem investimento na educação, mas não são reconhecidos pelo gestor, pelo Governo Federal, por fazerem aplicação de seus salários, de seus recursos na educação.

Portanto, esses valores propostos aqui isentariam, aquele contribuinte que investe na educação para seus filhos, da tributação, da ferrenha, da injusta, na maioria das vezes, tributação que o Governo faz em cima do seu salário. A intenção seria justamente essa. Concorde plenamente com V. Ex^a e digo que a educação é fundamental para prevenirmos doenças. Quando se busca a saúde, quando se busca corrigir, por meio de tratamento médico, o estado de um paciente, já é consequência de uma doença. Mas, se tivermos uma boa educação, com certeza absoluta, teremos menos doença, teremos menos necessidade de gastar na Medicina curativa. Então, a educação é até muito mais importante na Medicina preventiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Papaléo Paes, que trouxe ao debate tributo à educação e saúde, convidamos para usar da palavra o orador inscrito, Senador pelo Estado de São Paulo, Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se o Senador Gilvam Borges preferir falar antes, eu concederia... (Pausa.)

Agradeço se V. Ex^a puder, porque estou...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós estamos diante de dois gentis Senadores, um trocando gentileza com o outro.

Então, o Senador Suplicy vai ter de desligar o telefone celular e falar para o País.

Antes, queria recomendar a V. Ex^a a leitura do livro do Professor Yunus, o Banco do Povo, o Grameen Bank. Também há um videocassete. Ele deu uma conferência aqui que foi gravada. Ele se submeteu a um debate com os jornalistas. E é minha experiência, que criei um banco do povo no Estado do Piauí, e do Governo de Mário Covas.

Esse é um sistema tão fundamental que, de repente, ele estava diante de Hillary Clinton, esposa

de Bill Clinton. Chegou a idéia, e Bill Clinton não quis encampá-la, pelas pressões que receberia dos bancos norte-americanos. Mas a pobreza existe até nos Estados Unidos. Ele orientou que Hillary Clinton o encaminhasse a todos os secretários, para que aquele projeto/programa do Grameen Bank fosse também incluído nas zonas pobres dos Estados Unidos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Tal como V. Ex^a, também recomendo a todos os Senadores *O Banqueiro dos Pobres*, sobre o Banco do Vilarejo, o Grameen Bank. Conheço o livro, já o li. Está na bibliografia do meu curso. V. Ex^a sabe que, às sextas-feiras à tarde, dou aula na Fundação Getúlio Vargas, no seminário denominado: “Os instrumentos de política econômica para construirmos uma sociedade civilizada e justa”.

Tive a oportunidade de conhecer o professor Muhammad Yunus quando, no ano 2000, convidado que foi pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e pela Sr^a Ruth Cardoso, eu estive presente às palestras dele no BNDES sobre o microcrédito. No mês passado, fui convidado pelo Professor Götz Werner, da Alemanha, da Universidade de Karlsruhe, e estive, juntamente com o professor Muhammad Yunus, em duas palestras: a primeira, no Prêmio Visão de 2007, em que o professor Götz Werner, que escreveu o livro *Uma Renda para Todos* – também uma pessoa que acredita que se possa estabelecer uma renda universal para os 80 milhões de habitantes da Alemanha -, convidou tanto a mim quanto ao Professor Muhammad Yunus para que ali fizéssemos um debate sobre o microcrédito e a renda básica como direito à cidadania para todos os povos e países. Foi nessa ocasião que interagi com o Professor Muhammad Yunus e disse a ele que gostaria de conhecer pessoalmente a experiência lá em Bangladesh.

Em decorrência desse diálogo, recebi o convite – aliás, três convites...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Posso interrompê-lo?

V. Ex^a já me convidou para ir ao Haiti. V. Ex^a já me convidou para ir ao Iraque. Para esse país, eu gostaria que V. Ex^a me convidasse, porque estudei o Professor Yunus. Não sou mestre da Fundação Getúlio Vargas como V. Ex^a, mas quero dizer que fui aluno. Quando dirigi o Estado do Piauí, fiz um desenvolvimento extraordinário da Uespi e convidei a Fundação Getúlio Vargas para supervisionar. Eles deram um curso de Gestão Pública, e eu me inscrevi. Então, sou aluno da Funda-

ção que V. Ex^a citou. Eu o acompanharia. V. Ex^a já me convidou uma vez para o Haiti, na guerra, e também para o Iraque; mas, para esse aí, se V. Ex^a, com o seu prestígio, me convidar, eu o acompanharei.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a quiser me acompanhar, eu devo ir na quinta-feira à tarde para obter o visto de ingresso em Bangladesh. Como aqui ainda não temos a embaixada e o serviço consular, na sexta-feira passarei em Londres, para ali, na Embaixada de Bangladesh, obter o visto e, no sábado, prosseguir a viagem para Bangladesh, onde, por três a quatro dias, dialogarei com o Prêmio Nobel da Paz, Muhammad Yunus, indo ao Grameen Bank conhecê-lo de perto, como o fez o Senador Cristovam Buarque.

Em seguida, atenderei ao convite do Embaixador e do Parlamento da Coreia do Sul, para dialogar com os membros daquela Casa em Seul, também por três ou quatro dias.

Depois, atendendo ao convite da Rede Parlamentar do Banco Mundial, estarei em Maputo e Moçambique, visitando diversos lugares de Moçambique para acompanhar quais são os programas de combate à pobreza.

Considerarei também, Senador Mão Santa, que preside esta sessão, atender ao convite que me foi feito reiteradamente agora pelo Parlamento Nacional do Iraque, para expor sobre a renda básica de cidadania aos iraquianos. Entretanto, recebi um telefonema, uma mensagem do Ministro Celso Amorim, que se encontrava no exterior, e uma carta escrita pelo Ministro de Relações Exteriores interino, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, recomendando fortemente que eu não fosse agora, devido ao estado de guerra civil em que se encontra o Iraque e as ruas de Bagdá. Até na denominada área verde, onde se encontra o Parlamento, houve explosões de bombas e foguetes nas últimas semanas e dias. Ontem houve notícia de mais de 150 mortes no Iraque, e o embaixador me recomendou fortemente para não ir agora.

Inclusive gostaria de ressaltar que tenho a convicção profunda de que a instituição de uma renda básica de cidadania seria um instrumento formidável para que o Iraque criasse as condições para sua efetiva democratização e pacificação. Por isso, quero muito ir até lá, mas também não posso deixar de atender à recomendação do Ministro de Relações Exteriores. O Embaixador brasileiro me acompanharia na viagem, assim como um dos dirigentes da Câmara de Comércio Brasil-Iraque, mas não desejo desobedecer

a recomendação tão forte, porque o Ministro Celso Amorim e o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães me disseram que, se porventura ocorrer um acidente ou incidente comigo lá, isso poderia representar um problema não apenas para mim, mas para o Governo brasileiro. Então, vou atender à recomendação de ir numa oportunidade mais adequada.

Sr. Presidente, nesta tarde, encaminharei à Mesa do Senado Federal um requerimento em que peço licença para visitar esses países.

A propósito do Iraque, Sr. Presidente, gostaria de ressaltar que foi publicado ontem, no jornal *The New York Times*, um editorial de grande importância, pois se trata do principal órgão de imprensa norte-americana, conclamando os Estados Unidos da América, conclamando o Governo americano a sair do Iraque, a deixar aquele país, a programar a saída do Iraque, uma vez que nitidamente está comprovado que houve erro por parte das autoridades norte-americanas quando resolveram utilizar de meios bélicos, com base numa hipótese que depois não se viu como verdadeira, de que haveriam armazenadas ali, naquele país, armas de destruição em massa. Comprovou-se depois que isso não era verdade, mas o Governo dos Estados Unidos, ainda assim, resolveu usar de meios bélicos para derrubar o Presidente Saddam Hussein.

Nós, brasileiros, que soubemos, por meios não bélicos, mas por manifestações do povo saindo às ruas,... E ainda mais, Sr. Presidente, levando-se em conta que, no início de 2003, em todas as cidades importantes do mundo, milhões de pessoas – se somarmos todas – saíram às ruas conclamando George Walter Bush a não usar meios bélicos. Toda aquela energia poderia chegar às ruas de Bagdá, transmitindo-se ao povo – como nós fizemos aqui no Brasil – um pedido para acabar com a ditadura por meios pacíficos. Por que não seguiram nosso próprio exemplo? Seria possível. Era uma questão de mais ou menos tempo.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a sempre discutiu os problemas mais graves que afetam a humanidade. Às vezes, V. Ex^a vem em socorro dos pobres, dos oprimidos; às vezes, como agora, vem em defesa da liberdade, do respeito à dignidade do ser humano. Quero aqui – ao intervir no pronunciamento de V. Ex^a – dizer-lhe de minha estranheza; acredito que também da estranheza

de todos os parlamentares que acompanham o cenário internacional. Refiro-me ao fato de as Nações Unidas não tomarem uma posição para coibir a carnificina que essa intervenção americana está produzindo no Iraque. Infelizmente, ilustre Senador, as maiores vítimas hoje no Iraque são crianças inocentes e mulheres indefesas. É lamentável que a ONU ainda não tenha acordado para pôr fim nisso, para chamar seu filiado, os Estados Unidos, cujo governo, devemos reconhecer, embora comande uma nação democrática, tem caráter extremamente autoritário e perverso, comandado pelo Presidente Bush. Esse pronunciamento de V. Ex^a deve efetivamente ser feito aqui. Deve todo país civilizado levantar sua voz em socorro das vítimas de uma guerra cuja justificativa, como bem V. Ex^a está pontuando, foi lastreada na farsa e na mentira.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senador Valter Pereira, queria recordar alguns episódios até para que possamos ser justos com respeito à ONU.

Ao final de 2002, início de 2003, antes das primeiras ações bélicas dos Estados Unidos para a derubada do Presidente Saddam Hussein ou daquele ditador, naquela ocasião, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, realizou, sim, esforços, tentando persuadir os Estados Unidos, que então agiram unilateralmente; eles não agiram com o apoio da Organização das Nações Unidas para fazer aquela ação bélica. E muito se procurou fazer. V. Ex^a há de recordar que havia a missão da ONU que então estava procurando as armas de destruição em massa. E o relatório daquela missão apontou que elas não existiam. Mas, sim, V. Ex^a tem razão no sentido de que pode a ONU redobrar seus esforços para que haja um fim na guerra civil, que não pára, no Iraque.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – E há um problema. V. Ex^a tem razão quando diz que a ONU se posicionou. Formalmente, tomou a posição que deveria ter tomado e interpretou ali o pensamento e as aspirações da comunidade internacional. Todavia, é preciso reconhecer que a guerra está adquirindo outros contornos. Há hoje um contingente ampliado. Os Estados Unidos estão reforçando suas tropas naquele país como se, por meio dessa intervenção, fossem conseguir restabelecer a paz. Na verdade, não buscam a paz; o que a América busca ali é preservar os seus interesses, meramente. E, nesse momento em que ganham maior intensidade os combates, em que multiplicam as vítimas que nada têm a ver com a deflagração desses combates, é preciso que a ONU

não interrompa, porque, na verdade, a ONU tomou a posição que todos esperavam, ou seja: condenou a guerra, fez a investigação e depois cruzou os braços; mas essa atitude é que precisa ser cobrada. Eu acho que é hora de a ONU voltar a discutir uma intervenção política, não uma intervenção militar. É preciso enfrentar essa obstinação bélica do Presidente Bush.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Gostaria também de observar, Senador Valter Pereira, que, ainda há poucos dias, uma das autoridades do Governo australiano observou que uma das razões pelas quais a Austrália acabou partilhando da ação bélica, junto com os Estados Unidos da América e a Espanha, que depois deixou de fazê-lo, bem como o Reino Unido e a Itália, que também deixaram de fazê-lo, foi assegurar o fornecimento de petróleo ao seu país, portanto, mostrando interesse que não seria propriamente o de democratizar o Iraque.

Desejo também ressaltar que algumas pessoas nos Estados Unidos, inclusive candidatos à Presidência, estão sugerindo que o Iraque siga o exemplo tão bom de um dos Estados norte-americanos, o Alaska, onde também há a riqueza do petróleo. Sugerem que o Iraque crie um fundo como o Fundo Permanente do Alaska, que paga a todas as pessoas, há mais de 25 anos, um dividendo, uma espécie de renda básica de cidadania, que iria beneficiar a todos os iraquianos, o que contribuiria enormemente para que houvesse justiça e paz efetiva, democratização econômica efetiva naquele país. Espero que isso ainda possa acontecer.

Achei muito positivo o editorial do *The New York Times*, cujos trechos principais foram publicados pelo jornal Folha de S. Paulo. Requeiro a transcrição desse editorial que propõe o fim da presença bélica, a presença militar, dos Estados Unidos naquele país.

Sr. Presidente, apresento também um requerimento que visa a paz para uma das áreas do Brasil que, ultimamente, vem sofrendo problemas sérios de violência. Encaminho a V. Ex^a um requerimento, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, para inserir em Ata Voto de Aplauso, congratulações e êxito relacionados com a 15^a Edição dos Jogos Pan-Americanos, que, do dia 13 a 29 do corrente, se realizará na cidade do Rio de Janeiro.

Esses votos vão para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o Ministro dos Esportes, Orlando Silva de Jesus Júnior; o Comitê Organizador dos Jogos, na pessoa de seu Presidente, Carlos Arthur Nuzman; os atletas, obviamente, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa de seu Governador, Sérgio Cabral;

e a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, na pessoa do Prefeito, César Maia, porque todos temos sido testemunhas do empenho de todas essas autoridades e daqueles que com elas estão colaborando para o sucesso dos Jogos Pan-Americanos.

De 13 a 29 deste mês, os olhos do mundo se voltarão para a cidade do Rio de Janeiro, onde mais de 5.600 atletas, representando 42 países e 34 modalidades esportivas, unem-se em uma só nacionalidade: a do esporte. Durante 16 dias, esses atletas estarão em busca de seus melhores resultados nas quadras, pistas, campos, piscinas do Rio 2007. Esses jogos serão marcantes para a história do esporte brasileiro. Cerca de 50% dos custos de obras e dos investimentos envolvidos no Pan foram financiados pelo Governo Federal.

Ao longo de mais de 50 anos, os Jogos Pan-Americanos jamais deixaram de ser disputados e passaram por cidades de todos os cantos do continente, desde o extremo Norte como Winnipeg, no Canadá, sede de duas edições do evento – 1967 e 1999 –, até o Sul, como Mar Del Plata, na Argentina, que sediou os jogos em 1995.

A competição já foi também realizada duas vezes na cidade do México; em Chicago, nos Estados Unidos; em São Paulo, Brasil; em Cali, na Colômbia; em San Juan, Porto Rico; em Caracas, na Venezuela; em Indianópolis, nos Estados Unidos; Havana, em Cuba; e Santo Domingo, na República Dominicana.

O Brasil sedia a competição pela segunda vez, como já ocorreu com Argentina, Canadá, Estados Unidos e México. A primeira edição brasileira foi a dos IV Jogos Pan-americanos, em 1963, na capital paulista, dos quais participaram 1.665 atletas de 22 países. O evento foi um sucesso, mobilizando a cidade a ponto de reunir cerca de 40 mil pessoas na cerimônia de abertura no Estádio do Pacaembu.

Receber uma edição dos Jogos Pan-Americanos é muito mais do que realizar uma megacompetição esportiva. Para a cidade, o estado e o país que a organizam, e mesmo para o continente americano, significa realizar um evento que promove mudanças socioeconômicas profundas que ficarão para sempre. Os jogos mudam definitivamente a cidade que o sedia. Basta ver o que aconteceu com a capital sul-coreana Seul e a cidade espanhola Barcelona, revitalizadas em diversos aspectos após os Jogos Olímpicos de 1988 e 1992. Com o Rio 2007 é possível ver mudanças no cenário mesmo antes do início das competições.

Recentemente, em janeiro último, estive em Pequim e pude ver o entusiasmo das pessoas com a preparação dos jogos olímpicos que lá se realizarão em 2008. Estádios, quadras, ginásios, lugares para as competições esportivas e a Vila Olímpica, que vai receber mais de 20 mil atletas em Pequim, mobilizam energias de maneira muito positiva, como estamos vendo no Rio de Janeiro.

Os Jogos irão estreitar os laços do Rio de Janeiro e do Brasil com os países da América, além de dar experiência à cidade na condição de sede de acontecimentos desse porte. O Rio será exibido mundialmente como uma cidade com capacidade de organização e dona de uma riqueza esportiva, artística, cultural e natural. Acima de tudo, ficará a memória de um momento especial, quando forem reunidos atletas de todas as Américas para uma confraternização histórica em torno dos valores do esporte.

Quero aqui conclamar todos os brasileiros para juntos vivermos o *slogan* dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007 – Viva essa energia! –, inspirado no primeiro dos quatro valores olímpicos: “Alegria em participar”, “Esperança”, “Sonhos e inspiração”, e “Amizade e *fair play*”.

Nossos atletas, como Daiane dos Santos, na ginástica; Átila Augusto Prado, no futebol; Flávia Delaroli e Kara Joyce, na natação; Fernando Firmino, no ciclismo; Marquinhos, Alex e Marcelino, entre outros, no basquete; Flávio Saretta, no tênis; Washington Silva e James Dean, no boxe; Waleska, Mari, Jaqueline e Sheila no vôlei feminino, e tantos outros, podem ter a certeza de que nós, Senadores, assim como todos os brasileiros, estaremos torcendo para que todos tenham o melhor desempenho na conquista do ouro para o Brasil.

Será muito importante também, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, que o povo do Rio de Janeiro acolha os atletas e os torcedores de todos os países das Américas de forma amistosa e cordial, colaborando com as autoridades responsáveis pela segurança, considerando que os Jogos Pan-Americanos proporcionarão melhores oportunidades econômicas para toda a população da cidade. Que possam todos viver dias de tranquilidade, regozijo, paz e fraternidade, que tipicamente constituem os ideais olímpicos de paz e amizade.

Quero dizer uma palavra especial ao Governador Sérgio Cabral, ao seu secretariado, ao Prefeito César Maia, ao Ministro Orlando Silva, ao Presidente Lula e ao Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos

Arthur Nuzman: quão é importante que eles possam levar adiante esses objetivos que todos nós estamos acompanhando.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo uma palavra de como todos nós, Senadores, estamos acompanhando as negociações de diversas categorias de servidores federais, como, por exemplo, os servidores do CNPq, que hoje nos visitam nos nossos gabinetes e que estão nas galerias; os servidores do Incra; os servidores do Ministério da Cultura; os servidores do Ministério da Agricultura; os servidores da Infraero, aqueles todos que trabalham nos aeroportos brasileiros, uma vez que, sobretudo o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, é responsável pela secretaria, pelas relações com as mais diversas categorias. Há categorias que foram contempladas com ajustes e outras que, há oito anos, não têm ajustes nos seus rendimentos. Isso acabou provocando problemas. Acredito que possa haver, da parte do Ministro Paulo Bernardo, com a orientação do Presidente Lula, um esforço de entendimento para que as diversas categorias de servidores concluam a paralisação de trabalho em cada um dos órgãos em que trabalham.

Assim, Sr. Presidente, quero transmitir uma energia positiva para que as reuniões que se realizarão nesta semana possam dar bons frutos. Também quero assinalar a importância da audiência pública que a Ministra Marina Silva terá amanhã na Comissão do Meio Ambiente, quando virá aqui nos falar com grande preocupação da parte dos servidores do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, do Instituto dos Servidores do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, do Instituto Chico Mendes; e vamos ouvir com atenção os argumentos, as observações da Ministra Marina Silva, bem como dos responsáveis pelo seu Ministério, do Ibama e do Instituto Chico Mendes para que cheguemos a uma conclusão positiva sobre como organizar melhor aquele Ministério e os institutos responsáveis pela preservação do meio ambiente e das florestas brasileiras.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MULTIMÍDIA**The New York Times****Manter ocupação
é uma traição dos
EUA ao mundo**

Leia a seguir trecho do editorial do "New York Times" de domingo, intitulado "O caminho para casa":

É hora de os Estados Unidos deixarem o Iraque sem mais demora, a não ser o tempo de que o Pentágono precisa para organizar uma partida ordeira.

Como muitos americanos, adiamos essa conclusão, aguardando um sinal de que o presidente Bush estivesse tentando seriamente tirar os Estados Unidos do desastre que criou ao invadir o Iraque sem motivo suficiente, diante de oposição global e sem um plano para estabilizar o país.

Num primeiro momento, acreditamos que, após destruir o governo, Exército, polícia e estruturas econômicas do Iraque, os EUA tinham a obrigação de tentar alcançar algumas das metas que Bush afirmava buscar, sobretudo a de construir um Iraque estável e unificado. Quando ficou claro que ele não possuía nem a visão e nem os meios para isso, argumentamos contra marcar uma data para a retirada americana enquanto ainda havia alguma chance de mitigar o caos que quase certamente a seguiria.

Causa perdida

Enquanto despreza prazos finais, Bush não parou de prometer avanços — após as eleições,

após a Constituição, após enviar milhares de soldados a mais. Mas esses marcos ficaram para trás sem que fosse feito qualquer avanço em direção a um Iraque estável ou a uma retirada. Está assustadoramente claro que o plano de Bush é levar a situação enquanto for presidente e depois despejar a confusão nas costas de seu sucessor. Seja qual fosse sua causa, ela está perdida.

Os líderes que Washington apoiou são incapazes de colocar os interesses nacionais acima do acerto de contas sectárias. As forças de segurança que Washington treinou se comportam como milícias sectárias. As forças militares adicionais enviadas à região de Bagdá não conseguiram mudar nada.

Continuar a sacrificar as vidas de soldados americanos é errado. A guerra está solapando a força das alianças e das forças militares do país. Ela é um perigoso desvio de atenção da luta de vida ou morte contra o terror. É um ônus sobre os contribuintes americanos e uma traição ao mundo, que precisa da aplicação sábia do poderio e dos princípios americanos.

A maioria dos americanos chegou a essas conclusões meses atrás. Mesmo na polarizada Washington, as posições em relação à guerra já não se dividem por linhas partidárias. Quando o Congresso voltar a se reunir, nesta semana, a questão de como tirar as tropas americanas da guerra deve figurar em primeiro lugar em sua pauta. [...]

Este país está diante de uma escolha. Podemos permitir que Bush continue a arrastar esta guerra sem final e sem objetivo. Ou podemos insistir que as tropas americanas sejam retiradas no menor prazo e com a maior segurança que pudermos assegurar — com o maior esforço possível para impedir que o caos se alastre.

National Assembly of the Republic of Korea

May 1, 2007

The Honorable
Eduardo Suplicy
Senator ..
Federative Republic of Brazil

Dear Mr. Senator,

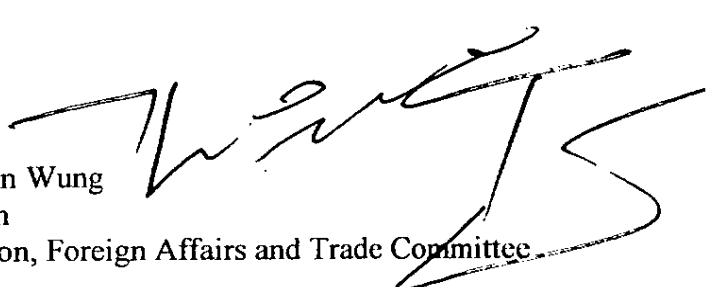
First of all, allow me to pay my respects to you for your keen interest in promoting friendly ties between the parliaments of Korea and Brazil. On behalf of the National Assembly of the Republic of Korea, I would like to extend an official invitation for you to visit the Republic of Korea at a mutually convenient time.

I am confident that your visit to Korea will greatly contribute to further consolidating the strong bilateral friendship and cooperation that have existed between our two nations.

Should you accept our invitation, I would like to suggest that the details of your visit be worked out through our diplomatic channels.

Looking forward to welcoming you soon in Seoul, I offer you, Mr. Senator, the assurances of my highest regards.

Sincerely,


KIM Won Wung
Chairman
Unification, Foreign Affairs and Trade Committee

SENADO FEDERAL**Gab. Senador Eduardo Suplicy**

Dear Senator Suplicy

The preparation for your visit to Bangladesh has begun. From our end, Ms Nurjahan Begum, General Manager of Grameen Bank and the Head of International Programs will be the person responsible for your stay in Bangladesh including visits to the field sites, and will work with you on your program in Bangladesh. The email addresses for Ms Nurjahan Begum are nurjahan-gs@grameen.com and g_iprog@grameen.com. Her cellular phone number is + 880 171 1 539964 . She is copied on this mail, and is fully briefed about your visit.

She will be in touch with you regarding the proposed program. I will let you know about the times of your meeting with Professor Yunus.

Look forward to hearing back.

Regards.

Lamiya

At 04:22 AM 6/30/2007, Sen. Eduardo Suplicy wrote:

Dear Professor Muhammad Yunus and Ms. Lamiya Morshed,
Thank you for your message. I confirm my intention of visiting Bangladesh from July 15th to 18th. I'd appreciate if you may tell me about what would be the best form to know the microcredit experience in Bangladesh; perhaps visiting different places, but not too many, in those few days. I would like to have the opportunity of visiting the university where Professor Yunus belongs and in which he developed his experience. If you consider proper, I will be ready to have a conversation with the professors and students about Brazil, our microcredit experience, as well as about the Citizen's Basic Income.
My best regards,
Senator Eduardo Matarazzo Suplicy

De: lamiya@grameen.org [<mailto:lamiya@grameen.org>] **Em nome de** Lamiya Morshed
Enviada em: sexta-feira, 29 de junho de 2007 14:45
Para: Sen. Eduardo Suplicy
Cc: Flavia Rolim de Andrade
Assunto: Re: URGENT - Your phone Number

Dear Sen Suplicy and Ms Dobbin,

I wanted to confirm that we would welcome a visit from Senator Suplicy to Grameen Bank from 15-18 July 2007. The contact person for organizing your visit would be Ms Nurjahan Begum who is the General Manager of Grameen Bank and the Head of the International Programs Department of Grameen Bank and is copied on this mail. She is already aware of your proposed visit and will be in touch with your office about the program. I will be the contact person for the meeting with Professor Muhammad Yunus.

I look forward to being in touch in advance of this visit. My cell number is provided below.

Best regards.

Sincerely,

Lamiya Morshed
Cell: 00 88 0171 345 4488

On 6/29/07, Sen. Eduardo Suplicy <esuplicy@senado.gov.br> wrote:

Dear Ms. Lamiya Morshed,
Please send us your phone number as soon as possible (including cell phone, if possible). Senator Eduardo Suplicy needs to speak to you. Or, if you prefer, please call him at 55-61-9975 3612.
Regards,
Neisse V. Dobbin

SENADO FEDERAL

Gab. Senador Eduardo Suplicy

**Parliamentarian Visit to Mozambique
Proposed Program
July 22 – 26, 2007**

Sunday, July 22

6:00 Evening informal dinner / briefing

Monday, July 23

6:15 Transfer from hotel to airport
7:00 Fly from Maputo for Beira
8:30 Arrive Beira; land transfer to Port Facility
9:00 See Beira Port Facility
10:30 Land transfer to Beira airport
11:00 Fly from Beira to Songo (in Tete Province)
12:00 Arrive Songo; land transfer to office of Cahorra Bassa
12:30 Luncheon Meeting and tour of Cahorra Bassa
3:00 Land transfer to Songo airport
3:30 Fly from Songo to Chimoio
4:00 Arrive Chimoio; land transfer to Gorongosa Park
5:30 Arrive Gorongosa Park
Dinner; spend night

Tuesday, July 24

6:30 Drive through Gorongosa game reserve; breakfast
10:00 Depart Gorongosa; land transfer to Nhamatanda
11:00 Arrive Nhamatanda -- see district planning and HIV projects
12:30 Depart Nhamatanda; land transfer to Dondo
1:00 Arrive Dondo -- see rail project (w/ lunch)
3:00 Depart Dondo; land transfer to Beira airport
3:30 Fly from Beira to Bazaruto
4:15 Arrive in Bazaruto

Dinner; spend night (rate include breakfast, lunch and dinner)

Wednesday, July 25

10:00	Land transfer from hotel to Bazaruto airport
11:00	Fly from Bazaruto to Villankulos
11:30	Arrive Villankulos; land transfer to Mayor's home
12:00	Visit Mayor – discuss/see cyclone damage and IDA support (lunch)
2:30	Land transfer to Villankulos airport
3:00	Fly from Villankulos to Maputo
4:00	Arrive Maputo; land transfer to hotel
4:45	Arrive at hotel

Thursday, July 26 (Maputo)

9:00	Meeting with Mozambican Parliament members
12:00	Lunch – <i>to be determined</i>
2:00	Meeting with ODA partners
4:00	Meeting with Civil Society Group
7:00	Final Reception (Tentative)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– V. Ex^a será atendido, e agradecemos, porque V. Ex^a usou apenas 30 minutos, mas todos nós aprendemos muito com V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 798, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata

de voto de aplausos, congratulações e êxito para a XV edição dos Jogos Pan-americanos que se realiza no Rio de Janeiro, de 13 a 29 do corrente. Esses votos vão para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o Ministro dos Esportes, Orlando Silva de Jesus Júnior; o Comitê organizador dos Jogos, na pessoa de seu presidente, Carlos Arthur Nuzman; para os atletas; para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa de seu governador, Sérgio Cabral; e para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, na pessoa do prefeito Cesar Maia.

Justificação

De 13 a 29 deste mês os olhos do mundo se voltam para a cidade do Rio de Janeiro, onde mais de cinco mil e seiscentos atletas representando 42 países e 34 modalidades esportivas se unem em uma só nacionalidade, a do esporte. Durante 16 dias esses atletas estarão em busca de seus melhores resultados nas quadras, pistas, campos e piscinas do RIO 2007. Serão momentos marcantes para a história do esporte brasileiro. Cerca de 50% dos custos de obras e dos investimentos envolvidos no Pan foram financiados pelo Governo Federal.

Ao longo de mais de 50 anos, os Jogos Pan-americanos jamais deixaram de ser disputados e passaram por cidades de todos os cantos do continente. Desde o extremo Norte, como Winnipeg (Canadá), sede de duas edições do evento, em 1967 e 1999; até o Sul, como Mar Del Plata (Argentina), que recebeu os Jogos de 1995. A competição também já foi realizada na Cidade do México – duas vezes – (México), Chicago (Estados Unidos), São Paulo (Brasil), Cáli (Colômbia), San Juan (Porto Rico), Caracas (Venezuela), Indianápolis (Estados Unidos), Havana (Cuba) e Santo Domingo (República Dominicana).

O Brasil sedia a competição pela segunda vez, como já ocorreu com Argentina, Canadá, Estados Unidos e México. A primeira edição brasileira foi a dos IV Jogos Pan-Americanos, disputada em 1963 na capital paulista, por 1.665 atletas de 22 países. O evento foi um sucesso, mobilizando a cidade a ponto de reunir cerca de 40 mil pessoas na Cerimônia de Abertura, realizada no Estádio do Pacaembu.

Receber uma edição dos Jogos Pan-americanos é muito mais do que realizar uma megacompetição esportiva. Para a cidade, o estado e o país que a organizam, e mesmo para o continente americano, é realizar um evento que promove mudanças socioeconômicas profundas que ficarão para sempre. Os jogos mudam definitivamente a cidade que os sedia. Basta ver o que aconteceu com a capital sul-coreana Seul e a cidade espanhola de Barcelona, revitalizadas em diversos aspectos após os Jogos Olímpicos de 1988 e 1992. Com o RIO 2007, é possível ver mudanças no cenário mesmo antes do início das competições.

Os Jogos irão estreitar os laços do Rio de Janeiro e do Brasil com os países da América, além de dar experiência à cidade na condução de acontecimentos desse porte. O Rio será exibido mundialmente como uma cidade com capacidade de organização e dona de uma riqueza esportiva, artística, cultural e natural. Acima de tudo, ficará a memória de um momento especial, quando foram

reunidos atletas de todas as Américas para uma confraternização histórica em torno dos valores do esporte.

Quero aqui conclamar a todos os brasileiros para juntos vivermos o **slogan** dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007 “Viva Essa Energia!”, inspirado no primeiro dos quatro valores olímpicos: “Alegria em Participar”, “Esperança”, “Sonhos e Inspiração” e “Amizade e Fair Play”.

Nossos atletas conno Daine dos Santos, na ginástica; Átila Augusto Prado no futebol; Flávia Dettroli e Kara Joyce, na natação; Fernando Firmino, no ciclismo; Marquinhos, Alex e Marcelino, no basquete; Flávio Saretta, no tênis; Washington Silva e James Dean, no boxe; Waleska, Mari, Jaqueline e Sheila, do vôlei feminino; e tantos outros, podem ter a certeza de que nós senadores, assim como todos os brasileiros, estaremos torcendo para que todos tenham o melhor desempenho na conquista do ouro para o Brasil.

Será muito importante também que o povo do Rio de Janeiro acolha os atletas e torcedores de todos os países das Américas de forma amistosa e cordial, colaborando com as autoridades responsáveis pela segurança, considerando inclusive que os jogos pan-americanos proporcionarão melhores oportunidades econômicas para toda a população da cidade. Que possam todos viver dias de tranquilidade, regozijo e fraternidade que tipicamente constituem os ideais olímpicos de paz e amizade.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2007. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu só tenho a lamentar que, embora eu admire muito o Supla, ele não é mais o rei. Sei que o rei era o Roberto Carlos, o rei da jovem guarda, agora é um rapaz do Piauí, a quem quero apresentar. Infelizmente, dou a medalha de prata para o Supla, seu filho, com todo o respeito, figura agradável, mas a medalha de ouro hoje em *rock* é o Piauí, esse parnaibano Teófilo. Arrasou com os sucessos “Pedra do Sal”, “Uma Menina”, “Beijos e Cacos”. Teófilo, atualmente erradicado em São Paulo, é uma das maiores referências musicais do Estado, pelos vários anos de carreira e criatividade, com a qual desenvolve suas canções. Lembro-me de quando surgiu.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Como é o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Teófilo. É o príncipe. Não tem o rei Roberto Carlos? Esse é o príncipe. O Supla não foi lá, mas foi até bom, porque ele perderia. O campeão é o Teófilo, do Piauí. Do jeito que eu conheci o Roberto Carlos há 40 anos, na minha lua-de-mel com a Adalgisa – eu só tinha dois discos, naquele tempo –, eu sinto a mesma empolgação com esse jovem, Teófilo. Foi lá em Teresina.

Havia vários de fora, foi uma apoteose. Eu gostaria que ele se entendesse com o Supla. Sem dúvida alguma, iria haver um duelo. Aqui eu perco para V. Ex^a, mas, na música, o Teófilo vai ganhar do Supla.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP. Fora do microfone.) – Sem som não posso falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a já falou muito.

Convidamos para usar da palavra o Senador Gilvam Borges. Ele é do PMDB do Estado do Amapá.

V. Ex^a, regimentalmente, tem direito de usar a tribuna por 20 minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra de V. Ex^a.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a democracia é uma das grandes conquistas da civilização contemporânea. Suas bases foram lançadas entre fins do século XVIII e princípios do XIX.

A denominada Era Revolucionária, de que a Independência dos Estados Unidos da América e a Revolução de 1789 foram símbolos maiores, deu-lhe a oportunidade de começar a existir.

Não se tratava mais de repetir a experiência da Grécia Clássica. Lá por volta do quinto século antes de Cristo, com seu regime democrático restrito excluyente. O que vinha à tona agora, em um mundo que se transformava rapidamente com a Revolução Industrial e seus múltiplos efeitos, era uma democracia compatível com a inovadora realidade social.

Nada aconteceu abruptamente, muito menos por acaso. A construção da moderna democracia foi e é um processo que se manifesta ao longo do tempo, enfrentando e superando percalços de várias naturezas.

O Brasil não ficou ao largo desse processo, após mais de três séculos de colonização, em que naturalmente se submeteu e se subordinou aos mecanismos de denominação metropolitana, logrou obter a independência.

Na configuração do nascente Estado nacional, optou-se pelo regime monárquico. Apesar de todas as limitações próprias da época, o País foi capaz de instituir uma ordem constitucional. Bem ou mal, a primeira Constituição Brasileira em vigor, a partir de 1824, re-

sistiu a crises e a embates distintos, sendo substituída tão somente quando da implantação da República.

Difícil e complexa, como bem o sabemos, foi a trajetória republicana. A Constituição de 1891 consagrou duas características definidoras da República brasileira, suprimidas ou reduzidas apenas em situações excepcionais: o federalismo, a expressar uma bem-vinda decisão de se conferir relativa autonomia às unidades estaduais, e o presidencialismo, seguindo a vitoriosa experiência norte-americana.

Foi preciso que algumas décadas se passassem para que a República inaugurasse uma nova etapa, na tentativa de livrar-se das imperfeições e das estruturas “carcomidas” de que fazia uso.

A Revolução de 1930, com Vargas à frente, buscou inserir o Brasil na modernidade. Contudo, os 15 anos de Getúlio no comando da Nação corresponderam a uma conjuntura de crise que, sendo mundial, não poupou o País.

A demora em convocar uma Assembléia Constituinte levou à sublevação paulista, em 1932. Infelizmente, a Carta de 1934, que recolocaria o Brasil nos trilhos da normalidade institucional, não conseguiu sobreviver à radicalizada polarização ideológica, no campo interno, bem como ao clima de enfrentamento que redundaria na Segunda Guerra. O golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, mergulhava o País no terrível cenário de exceção, com a ordem autoritária – tingida por inegáveis tons de totalitarismo – se impondo à nacionalidade.

Derrubada a ditadura, o Brasil inicia o caminho de reencontro consigo mesmo, fazendo da construção da moderna democracia um exercício de inegável sentido pedagógico. Nós, brasileiros, fomos aprendendo, na luta diária, nos embates recorrentes, o sentido, o significado e o valor da democracia. O epílogo desse processo foi, infelizmente, a ruptura institucional de 1964.

Passaram-se 20 anos de exceção, de prevalência do arbítrio. Mas, por fim, a força da sociedade, majoritariamente comprometida com o Estado de direito e com as liberdades democráticas, impôs-se.

Pacífica e ordeiramente, o povo brasileiro, que ocupara as ruas na exigência da anistia e do retorno das eleições diretas, reconquista a cidadania política. Em meio ao mar revolto da profunda crise econômica, decorrente de equívocos cometidos pelo regime militar e da instabilidade internacional, o Presidente Sarney soube, com a maestria que lhe é peculiar, conduzir o barco na difícil travessia para a plenitude da democracia. Enfrentou, no mínimo, mais de três mil greves. A sociedade, então, manifestava-se de um extremo ao outro, já no exercício de liberdade e de plenas reivindicações.

Nessa perspectiva, Sr. Presidente, a Constituição de 1988 é o grande marco do novo Brasil, que compreende o valor intransferível da democracia. Mesmo entre os que vêem nela graves defeitos não há quem não reconheça nela o compromisso prioritário com o mais completo e generoso conceito de cidadania. Por isso, justamente por isso, a Carta de 1988 se distingue de todas as que a precederam. Com ela, o Estado se submete à Nação, o poder se legitima exclusivamente pela vontade popular e se explicitam, com sabedoria e grandeza de espírito, as noções essenciais de direitos e de deveres.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há uma razão fundamental para que eu faça esses comentários em uma pequena retrospectiva histórica da nossa jovem Nação. Não há como negar a existência de um quadro de turbulência política a nos envolver neste momento. Em situações assim, sobretudo por enredar o Senado da República, que é a síntese do espírito federativo que sustenta o Estado brasileiro, torna-se necessário o apelo ao bom senso. Nos dias de hoje, muito mais do que em tempos de total normalidade, é preciso parar e refletir. Se bem intencionada, essa reflexão fatalmente nos fará rememorar momentos e lições da História.

Preservar o Estado de direito é o compromisso primeiro a ser assumido por todos os que têm responsabilidades políticas.

Nada e ninguém – repito: nada e ninguém – poderá estar acima da Lei Maior! Se justa e natural é a disputa pelo poder, mais justo e indispensável é o respeito às regras consensualmente estabelecidas, a partir e em razão das quais se movem a vida e as instituições. Reside aí a marca indelével do Estado democrático: as normas existem para serem seguidas.

Se em um determinado momento essas regras forem consideradas más ou inadequadas, que sejam democraticamente modificadas, jamais violadas em sua vigência. Rasgar a Constituição ou criar subterfúgios para o não-cumprimento de suas determinações é ato de vilania a ser repudiado pelos cidadãos de bem.

A História está repleta de exemplos de situações de extrema gravidade, quando, pelas mais diversas razões e pelos mais desbaratados pretextos, as normas deixaram de existir ou de serem seguidas. Em geral, conjunturas revolucionárias prestam-se a manifestações dessa natureza. Precisamente por isso, são momentos de radicalismos absolutos, de excessos ilimitados e não raro de desprezo à própria dignidade humana.

Momentos assim tendem a banalizar a vida. Não por outra razão, ao longo dos séculos, multiplicam-se os casos em que a luta desenfreada pelo poder pretensamente justifica o assalto às instituições, a suspen-

são das garantias individuais e a supressão da mais elementar noção de liberdade. Veja-se o ocorrido no transcurso da Revolução Francesa, iniciada em 1789. Ante a ausência de autêntica ordem constitucional, lideranças se engalfinham, seus partidários extrapolam a luta no campo das idéias e a violência se generaliza. Assassínatos como o de Marat, uma das mais lúcidas personagens daquele contexto tão convulsionado, assim como a sucessão de condenações à guilhotina, no que se convencionou chamar de período do terror, confirmam a marcha da insensatez.

Mais recentemente, já no século XX, movimentos revolucionários deram à luz ações e atitudes incompreensíveis e inaceitáveis sob regular ordem constitucional. Quando a luta pelo poder, inebriada de paixão e de desassombro, comanda o espetáculo, tornam-se comuns atos de exceção, quando não de violência explícita.

Foi assim, entre tantos outros exemplos, que Trotsky tombou, assassinado pela fúria totalitária de Stalin; que Hitler e Mussolini eliminaram supostos adversários; que Mao Tse-Tung livrou-se de eventuais oponentes; que, em Cuba, no início dos anos 60, instituiu-se a prática rotineira de execuções. Sem falar em Pol Pot. Foi assim, certamente, em todas as ditaduras, não importa se de direita ou de esquerda.

Nesses, e em muitos outros casos que não preciso aqui mencionar, toda vez que os princípios sagrados da segurança jurídica e social do Estado democrático de direito foram abandonados, implanta-se uma espécie de terror oficial. Ainda que de forma incomparavelmente mais atenuada do que nos exemplos citados, a atual realidade vivida por algumas repúblicas sul-americanas, nos dias atuais, suscita preocupações. A instabilidade política, normalmente advinda de atos contrários à ordem constitucional estabelecida, pode trazer resultados inquietantes.

Faço tais afirmações, Sr. Presidente, a partir da mais absoluta convicção de que fora da lei não pode haver saída, não pode haver solução para os problemas, por mais graves que eles sejam. O que o Brasil mais necessita, neste momento, é de respeito às instituições democráticas que com tanto sacrifício conseguimos erigir. A democracia é conquista da qual não se pode abrir mão. Mas ela somente poderá ser plena se for por todos praticada. Assim, não basta que os agentes públicos a exercitem.

É também fundamental que os agentes sociais, as entidades criadas pela sociedade, disso também se compenetrem. De outra forma, como defender, por exemplo, a liberdade de imprensa como um dos esteios de uma Nação democrática se essa liberdade não for usada de modo responsável e inteligente?

Finalizo, Sr. Presidente, ou me preparo para finalizar, reiterando minha profissão de fé na liberdade, na justiça e na democracia.

Não posso sequer imaginar um Estado digno do nome sem a obediência ao equilíbrio entre os poderes. Acima de tudo, não posso aceitar que paire a mínima mancha – por ínfima que seja – de suspeição sobre o Congresso Nacional. Não há Estado de direito sem democracia. Não pode haver democracia sem um Legislativo forte, soberano, independente, senhor de seus atos, cômico de suas prerrogativas e de seus deveres para com a Nação.

Não há, não pode haver crise que seja maior que o Poder Legislativo! É disso que decorre nossa existência como Nação de homens e mulheres livres, respeitados em sua dignidade. É dessa verdade, Sr. Presidente, que nasce nossa possibilidade de um futuro promissor!

Sr. Presidente, meus queridos e nobres Senadores que fazem esta augusta Casa, falo da desmoralização e da destruição de instituições que são os pilares da Nação, como os Poderes que a constituem.

O Judiciário é o pilar dos pilares; o Poder Legislativo é a representação soberana de qualquer nação democrática; o Poder Executivo é também formado para as efetivas ações, que são empreendidas administrativamente pelo Presidente, por governadores e prefeitos.

Sr. Presidente, de Norte a Sul deste País, há um clima criado, um clima de uma voracidade tão grande que hoje um percentual responsável e sóbrio da Nação é que se mantém atento e vigilante, como verdadeiros cidadãos da democracia. É preciso estar muito atento porque, quando se destroem esses pilares, a situação fica muito difícil.

Hoje cheguei de viagem do meu Estado e, graças a Deus, temos a credibilidade, o respeito, a consideração e o carinho da população. Recebi muitos cumprimentos pela atuação aqui no Senado. Sou um homem que caminha pelas ruas. Mas, atualmente, dizer que se é um parlamentar é estar condenado, porque colocam todos na vala comum. Quando não estão todos na vala comum, estão sob suspeição.

E a pior condenação são essas sanções sociais em que se é olhado, visto, e no olhar já existe condenação.

Este País tem uma trajetória, Sr. Presidente, que precisa ser assegurada, porque foi de muita luta e sangue. Temos apenas 500 anos de história. Somos jovens. Mas este é um país abençoado, um país forte. São lamentáveis os espetáculos irresponsáveis que se promovem sem ressaltar os lados positivos, as idéias, os compromissos dos homens de bem que

compõem o Congresso Nacional, o Poder Judiciário e o Poder Executivo. Estão aí, aqui pertinho, logo ali, os exemplos.

Se for criada uma situação de descrédito generalizado em todas as instituições, podemos ter certeza – não há como pôr debaixo do tapete – de que podemos estar às vésperas de um Golpe de Estado. E o que cai aqui cai na imprensa. E o que cai aqui, de um jeito ou de outro, cai lá no Palácio do Planalto, cai nos palácios governamentais, nas prefeituras, em todos os cantos. Por quê? Perdeu-se a confiança, Sr. Presidente.

Não se tem credibilidade, não se tem caminhos, e quando não se tem caminhos, grupos se insurgem e buscam alternativas para poder criar caminhos.

Hugo Chávez está aqui, bem pertinho. O Presidente do Equador está aqui, bem pertinho. A Bolívia está bem aqui, pertinho. O retrocesso. Como a história é cíclica...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nicarágua.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – V. Ex^a quer água?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nicarágua.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Ah, Nicarágua. A Nicarágua está aí.

Então, quero fazer um apelo à Nação, um apelo aos homens responsáveis deste País. Quando alguns de nossos membros estiverem sob suspeição, eles devem ser julgados, sim, e devem responder dentro da lei e do Regimento. Quando se generaliza, é um crime, um crime contra as instituições.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi muita luta para reabrir este Congresso, foi muita luta para chegar a anistia, foi muita luta para chegar o reordenamento e o estado de direito, e nós estamos aí brincando, brincando com coisa séria. Já estamos com quatro no continente. Aí, não havendo jeito, temos que arranjar um jeito, mas tem que se ter cuidado com esse jeito que vão arranjar.

Por isso, sempre louvo esses carpetes azuis, pisados também por homens de bem e pelos quais a Nação circula. Sempre louvo e exalto os carpetes verdes da Câmara dos Deputados. Eu me delicio quando posso ver homens com idéias diferentes assumirem a tribuna desta Casa e criticarem, construírem conceitos. Aprecio muito isso, porque, em outros tempos, se alguém se referisse ao Presidente da República com desrespeito ou com uma posição contrárias à sua, a descida dessa tribuna era seguida de uma sorte de perseguições, de cadeia e de cassações.

Quando alguns exageram nas críticas exacerbadas, duras, eu também compreendo, porque a democracia é tão salutar e pujante que permite isso.

Portanto, Sr. Presidente, venho a esta tribuna para fazer uma grande homenagem à Nação brasileira. Eu estou vindo do Oiapoque, do Extremo-Norte, do Amapá, e sinto-me muito honrado em ser um dos representantes daquela região. Venho lá da Floresta Amazônica, uma imensidão verde, praticamente um outro País dentro desta grande Nação brasileira. Honra-me muito. E me honra muito poder ter a oportunidade de fazer uma pequena retrospectiva histórica para que todos possam rememorar as lutas empreendidas pelas gerações que nos antecederam.

Que Deus abençoe sempre esta grande Nação e que sempre nos fortaleça para que vejamos as situações sempre pela ótica positiva! O País tem muitas coisas positivas. Nós estamos crescendo, estamos nos preparando para isso, mas se, na televisão, no rádio e nos jornais escritos, escuta-se e lê-se que o desastre é iminente, o reflexo negativo toma conta da alma desta Nação. Parece que, quando um homem cai, todos já estão caídos. Parece que, quando um homem é condenado, todos estão condenados. Isso não é verdade, meu caro Sr. Presidente, Senador Mão Santa!

Vou encerrar meu pronunciamento brindando à Nação com um abraço forte do Estado do Amapá, aquele abraço molhado do grande rio Amazonas, que deságua no Oceano Atlântico. Nós estamos lá na cabeceira do rio, na foz, jogando aquele “mundão” de água no oceano.

Antes, quero pedir desculpas a V. Ex^a, Senador Mão Santa. Quando V. Ex^a disse Nicarágua, eu pensei que V. Ex^a quisesse água. Peço desculpas.

Então, vamos saudar esta grande democracia que vivenciamos. Que possamos ser a âncora, o mourão, a fortaleza neste continente sul-americano, que começa a entrar num retrocesso, pelos caminhos do autoritarismo! Que Deus proteja a Bolívia e os seus homens! Que Deus abençoe os venezuelanos, que hoje estão sob a tutela de um ditador já assumido!

Que Deus ilumine o Presidente do Equador, da Nicarágua e dos outros países, para que possam manter e aperfeiçoar suas democracias!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A linguagem é uma fonte de desentendimento. V. Ex^a achou que eu quisesse água, mas foi bom porque o Zezinho trouxe água.

V. Ex^a fez um dos pronunciamentos mais importantes em um dos momentos mais importantes. Primeiramente, apresento-me orgulhosamente...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, eu ia esquecendo um assunto igualmente importante. Falarei rapidamente, pois não quero cansar os colegas que aqui estão e outros que irão assomar a tribuna. Com a gentileza de V. Ex^a, Sr. Presidente, precisarei de três minutos.

É tão importante para nós como um pronunciamento de uma retrospectiva histórica e da vivência e vitalidade democrática da Nação. Para mim, é muito importante, porque são pequenas coisas, mas que chegam aos nossos rincões, às nossas vilas, aos nossos igarapés, às nossas comunidades. É muito importante. Pode até ser mais importante do que alguns assuntos tão relevantes como aqueles de que tratei nesta tarde.

Quero anunciar ao Município de Calçoene.
Ordem bancária nº 2007OB907612.

Dinheiro já no Banco do Brasil. Estamos enviando telegrama aos Vereadores da comunidade de Calçoene, comunicando ao Prefeito e às Lideranças, para que possam fiscalizar.

Recursos: R\$360.000,00

Objeto: Sistema de esgotamento sanitário. Fundamental.

Uma obra de saneamento. Já na conta, para o Prefeito de Calçoene.

Também para Calçoene. Quero parabenizar o Prefeito, porque já está saindo bastante recurso, e nós acompanhamos *pari passu*.

Ordem Bancária nº 2007OB907616. Banco do Brasil. Valor: R\$48.000,00. Sistema de abastecimento de água. Para aquelas pequenas comunidades que ficam às margens do rio, dos igarapés, o tratamento da água é fundamental para a saúde.

E também para a Prefeitura de Calçoene mais R\$120.000,00. São recursos que vão para melhorias sanitárias domiciliares. Projeto também na área de saneamento básico. Ordem Bancária nº 2007OB907629. Banco do Brasil. Dinheiro na conta.

Para finalizar, também para o Município de Calçoene mais R\$100.000,00.

Sabe quanto um município desse recebe de FPM por mês, Sr. Presidente? Não recebe R\$60 mil, o que mal dá para pagar a folha, e são mais de cinco mil prefeituras no país todo. São recursos muito fracos. Recursos da área federal para educação, saúde e segurança pública são decisivos ao desenvolvimento. Por isso, digo da importância e, sempre que assumo a tribuna, faço questão de anunciar esse recurso.

Agradeço a gentileza de V. Ex^a.

Viva o Amapá e viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a usou por 32 minutos a tribuna, mas fez um

dos pronunciamentos mais importantes. V. Ex^a, com o seu pronunciamento, avivou, na mente das brasileiras e brasileiros, que este é um dos Senados mais importantes nos seus 183 anos: está aberto; aqui está a democracia. Fez o povo refletir sobre os regimes totalitários que nos cercam: Cuba, Venezuela, Equador, Bolívia e Nicarágua.

E, Senador Gilvam Borges, eu me permitiria buscar, pois a reflexão de V. Ex^a me fez avivar, o tempo em que li Plutarco. Foi ele que escreveu aquela frase que entrou na História: “À mulher de César não lhe basta ser honesta, tem também de parecê-lo”.

Conta Plutarco que um jovem artista de Roma tocava lira. Houve uns flertes e admiração, talvez pela arte. Esse jovem freqüentou um ambiente onde só podia entrar o sexo feminino. Lá estava Pompéia, e eles tinham essa empatia. Surgiram os rumores. Aí César disse essa frase, que ficou. A mulher dele era Pompéia. Então, Plutarco, o historiador, escreve que, para se justificar perante o povo de Roma, ele disse: “À mulher de César não lhe basta ser honesta, tem também de parecê-lo”. Ela tem de estar acima de todas as suspeitas. E o mundo que nos educou e ensina que todos nós temos de estar acima de qualquer suspeita.

V. Ex^a foi muito firme e mostrou alto nível cultural. Rui Barbosa – está aí o nosso jurista Valter Pereira – sintetizou o que V. Ex^a ensinou ao Brasil, que só há um caminho e uma salvação: a lei e a justiça.

Eduardo Gomes, combatendo uma ditadura civil que foi relativamente boa, porque o ditador era um homem bom, Getúlio Vargas, disse: “O preço da democracia é a eterna vigilância”.

Nós estamos aqui vigilantes. Este Senado nunca abriu às segundas-feiras. Nós abrimos. Este Senado nunca abriu em julho sem os Senadores ganharem dinheiro. Estamos na eterna vigilância. Esta democracia que ainda está aqui repousa; a última instância somos nós. Nunca abriu em julho sem Senadores ganharem jetom. Nós, não. Estamos abertos e vigilantes. É julho, 9 de julho, e, na tribuna, este homem que simboliza a grandeza, este homem que simboliza uma figura do Senado de que querem falar: a figura do suplente.

Ele é suplente de um homem que Deus levou para o céu: Ramez Tebet. Mas aí está, representando a firmeza, o direito, o povo do Mato Grosso do Sul.

O povo sabe a admiração que temos por Ramez Tebet, mas vocês se lembram de quando saiu Pelé da Copa, perdendo, e entrou Amarildo, que fez gol. É como V. Ex^a, Senador Valter Pereira, que entrou e apresentou um comportamento que tem engrandecido este Senado, como Amarildo na Copa.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado. Sei que a amizade de V. Ex^a justifica todo o conceito que tem com o seu amigo.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na quinta-feira passada, ocupei a tribuna do Senado Federal para dar conhecimento da violação do Estado de direito por parte de dois magistrados na comarca de Cassilândia, no Mato Grosso do Sul.

O ato que questionei foi a auto-investidura, na Prefeitura daquele Município, do Juiz Silvio César Prado, determinado por sua colega da mesma instância, a Juíza Jeane de Souza Ximenes.

Cassilândia, Sr. Presidente, está sendo castigada por uma crise política que se arrasta há meses. Tudo começou quando a Polícia Civil do Estado e o Ministério Público desencadearam uma operação conjunta que denominaram de “Operação Judas”.

Nas investigações, detectaram várias irregularidades na Administração Municipal, e isso levou o Judiciário da comarca a determinar a prisão de numerosos agentes públicos, como o prefeito, o vice-prefeito, vereadores, etc.. Hoje estão afastados, por ordem do Judiciário da comarca, além do Prefeito, José Donizete, e do Vice, Sebastião Pereira da Silva, seis Vereadores, de um total de nove. Todas essas autoridades foram afastadas porque respondem por crimes de fraude, desvio de dinheiro público e agiotagem, crimes esses denunciados por aquela força-tarefa.

Não quero colocar em dúvida as ações desenvolvidas por essa chamada força-tarefa. Afinal, combater a corrupção é mais do que um direito. É um dever de todos – da polícia, do Ministério Público, do Judiciário, da Imprensa e de todo cidadão, todo homem e mulher de bem.

O que não se pode tolerar, Sr. Presidente, é a violação da ordem jurídica, é a transgressão da lei, é a usurpação do poder. E o derradeiro ato da Juíza Jeane de Souza Barbosa nesse processo, avalizado por seu colega, o Juiz Silvio César Prado, foi exatamente isso. A magistrada designou uma figura estranha à linha sucessória, aquela que é prescrita na lei, para ocupar a Prefeitura Municipal. Designou o Juiz de Direito Dr. Silvio César Prado.

Hoje, tenho aqui jornais que mostram que S. Ex^a está tão confortavelmente instalado na Prefeitura e dividindo suas tarefas como Prefeito e Juiz de Direito e está se sentindo tão bem que faz os seus despachos com a maior naturalidade. Aqui traz o *Correio do Estado* a seguinte notícia:

Juiz muda sistema para recolher tributos.

O Juiz Silvio César Prado, que assumiu interinamente a Prefeitura de Cassilândia, quinta-feira, já assinou dois decretos que mudam

um pouco o perfil da administração municipal na cidade. O primeiro altera o horário de funcionamento da prefeitura, que irá atender das 7 às 11 horas e das 13 às 17 horas. O outro decreto suspende o recebimento de impostos, taxas e contribuições no caixa da prefeitura.

Mais adiante, diz:

Enquanto isso, o Prefeito em exercício determinou que não haverá cobrança de juros e multas das contribuições com vencimento nestes dias.

Lá na frente, diz ainda a matéria:

Conforme a decisão da Justiça, o Juiz deve permanecer na Prefeitura de Cassilândia por 30 dias, período para que a Câmara conclua os trabalhos da Comissão Processante que investiga o Prefeito José Donizete. O prazo de 30 dias pode ser prorrogado.

Quem é que prorroga? O próprio juiz, que vai arbitrar o tempo que ele deve permanecer na Prefeitura Municipal. Essa está sendo a lei em Cassilândia.

Veja, Sr. Presidente, que lá existe uma lei que regula a ordem sucessória. É a Lei Orgânica do Município, que prevê que, na ausência do prefeito, do vice-prefeito e ainda do presidente da Câmara, quem deve assumir é o procurador da Prefeitura. Mas a Juíza Jeane de Souza Ximenes, que afastou os vereadores, considerou que esse item da lei é inconstitucional e, por isso, nomeou o magistrado.

A inconstitucionalidade de qualquer lei, Sr. Presidente, tem que ser reconhecida pela instância competente. Não é o juiz que vai arbitrar, a seu talante, se a lei deve ou não ser cumprida. A lei é para ser cumprida; e, se não se reconhecer a validade dela, que se argua, no fórum competente, a sua inconstitucionalidade.

Por mais respeito, Sr. Presidente, que sempre devotei ao extraordinário papel dos magistrados, não posso compadecer com tamanho abuso de autoridade, mesmo quando essas autoridades combatem de peito aberto a corrupção, que tanto corrói a vida nacional.

Vivemos numa República federativa, Sr. Presidente, que é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e também do Distrito Federal. É o preceito do art. 1º da Constituição Federal. Por conseguinte, os princípios erigidos à instância constitucional são de observância obrigatória para todos os níveis de Poder: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Logo, deve prevalecer para todas as esferas da Federação o princípio inserido no art. 2º, que reza que os Poderes são independentes e harmônicos. Portanto, Sr. Presidente, não existe subordinação entre o Legislativo, o

Executivo e o Judiciário. Todos estão subordinados aos ditames da lei. Sendo Cassilândia uma célula do Brasil, uma célula de toda essa unidade democrática, não pode ser diferente. Essa independência dos Poderes é a maior garantia do Estado de direito democrático, que exigiu tanta luta para ser conquistado e reconquistado. V. Ex^a sabe muito bem do que estou falando.

A ação do Ministério Público e do Judiciário não pode romper os limites da Constituição e da lei. Não há um só dispositivo na Lei Maior e na lei infra-constitucional que autorize a estranha investidura do magistrado no comando daquela Prefeitura Municipal.

O Judiciário da Comarca proclamou que descumpriu a Lei Orgânica por entender que ela é inconstitucional. Ora, Sr. Presidente, não há nenhuma declaração de inconstitucionalidade proclamada por quem de direito. Ninguém foi ao Tribunal de Justiça argüir a inconstitucionalidade da Lei Orgânica; portanto, é arbitrário o ato da juíza e também de seu colega. Não havendo declaração formal de inconstitucionalidade, essa lei tem de ser cumprida sim. Tem de ser cumprida por todos os munícipes, mas tem que ser cumprida pelos magistrados também, até que o tribunal competente declare sua inconstitucionalidade.

Mesmo com o afastamento dos vereadores acusados, a Câmara está funcionando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Permita-me participar de seu pronunciamento, porque fui prefeito nessa época.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu dizia para o País que este é o melhor Senado da República em 183 anos. Este Senado nunca funcionou às segundas-feiras. Este Senado nunca funcionou em julho, sem que os Senadores recebessem *jetom*. E nós estamos aqui.

E V. Ex^a faz uma advertência de alta gravidade. Rui Barbosa disse que só há um caminho, uma salvação: a lei e a Justiça. Disse também que quem não luta por seus direitos não merece viver. Nós estamos representando essa história e Rui Barbosa. Fui prefeito nessa época. Não há nada disso. Deve haver harmonia e respeito. Isso se chama corrupção: usurpar direito alheio. Estamos aqui representando Rui Barbosa para este País. E isso sai da Constituição promulgada em 5 de outubro, beijada por Ulysses Guimarães. Ele disse: “Desobedecer a esta Constituição é rasgar a Bandeira do Brasil”. Ele viu isto, o sofrimento de um País sem Constituição. Aí ele possibilitou – eu era prefeito – que todos os governos municipais fizessem a Lei Orgânica do Município. Esse Município nasceu em que ano?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – O Município é antigo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então já tem.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Tem sua Lei Orgânica.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Como a lei federal, fez-se a Lei Orgânica. Só se fosse criado depois de 1988.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Devidamente discutida e aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foi nacional. Eu sei porque eu fiz, eu era prefeito. A Câmara fez a Lei Orgânica do Município. Então ali...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – E o que é Lei Orgânica, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...temos a hierarquia. Por que se discute tanto aqui o problema do Presidente do Senado Federal? Porque ele é a terceira solução da Pátria. Atentai bem. As leis orgânicas dos Municípios são todas iguais! Eu fiz, eu era prefeito, os vereadores fizeram! As leis vieram do País, a ordem...

Está ali um jurista igual a Rui Barbosa, Geraldo Mesquita. Temos a hierarquia: o prefeito, o vice, o presidente da Câmara de Vereadores. É como no Estado: o governador, o vice, o presidente da Assembléia. No impedimento desses, entrará o Poder Judiciário, o Desembargador Presidente.

Mas, como disse V. Ex^a, foi usurpado o direito. Por isso esta Casa é importante. Aqui se faz a manutenção da democracia. É como diz Eduardo Gomes: “O preço da liberdade democrática é a eterna vigilância”. E V. Ex^a está fazendo, assim como o Senado da República, essa vigilância.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Veja, nobre Presidente: V. Ex^a foca muito bem essa questão da lei orgânica. V. Ex^a sabe o que significa para o Município a Lei Orgânica? É a Constituição!

Hoje nós temos, na hierarquia das leis, na esfera federal, a Constituição Federal, as leis complementares e as leis ordinárias. Na esfera estadual, nós temos a Constituição Estadual, que é a lei magna do Estado. E temos no Município a Constituição do Município, que é a Lei Orgânica. Enquanto o Judiciário, formalmente acionado para isso, não derrubar a Lei Orgânica ou algum dispositivo dela, ela continua vigendo, sim; ela continua produzindo os seus efeitos, sim. E qualquer transgressão a ela é uma transgressão ao Estado de direito. Infelizmente, é o que tem acontecido.

Sr. Presidente, os fundamentos expendidos é que lá existiria um estado de perplexidade, já que o

presidente da Câmara também fora cassado, que outros vereadores foram cassados. Mas acontece que remanescem outros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convoca os suplentes e sempre terá. É como aqui, são cassados alguns...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – E já estão convocados. E já há novo presidente. Mesmo assim, persiste o juiz de direito comandando uma Comuna Municipal e tomando gosto por ela, como eu li aqui, como a imprensa noticiou aqui.

Nas palavras do promotor...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esse Estado não tem Governador?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Tem Governador e bom!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Por que eu fui Governador de Estado, e, em caso semelhante, quem nomeia um interventor é o Governador do Estado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu espero...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É por isso que nós temos de ser os pais desta Pátria.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu acredito que não é o caso de intervenção, o que seria outro ato de ilegalidade. Na verdade, o que se impõe ali é que o Tribunal de Justiça restabeleça o processo à ordem, porque está havendo, sim, uma transgressão às normas legais!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está havendo uma omissão de S. Ex^a o Governador do Estado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – A omissão não é dele. Existe também no Judiciário uma hierarquia. A minha finalidade aqui hoje é exatamente instar o Judiciário do meu Estado, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, a restabelecer a ordem, que está quebrada no Município de Cassilândia.

É um Município pequeno, Sr. Presidente. É um Município antigo, de gente modesta e trabalhadora. No entanto...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu fui Governador. É o Governador quem indica o interventor se houve quebra da legislação, do Estado de direito.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – O que não se pode admitir é essa transgressão. É um Município de gente ordeira e trabalhadora. E aqui não quero nem discutir – e não estou discutindo – o mérito. Não estou discutindo as operações. Eu acho que o Juiz do Direito tem de apenar, sim. Ele tem de cumprir o seu papel, que é de julgar. Se houve uma investigação,

uma operação da Polícia que convenceu o Ministério Público, tem de haver julgamento. Se vereadores foram afastados, outros têm de ser convocados. A verdade é que existe um Poder Executivo que tem de ser representado pelo Presidente da Câmara. Essa é a hierarquia.

Nas palavras do Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco, Sr. Presidente – preste atenção ao que vou dizer –, Cassilândia encontra-se “em estado de exceção” – palavras dele –, e estado de exceção por alegado vício entre os Poderes Legislativo e Executivo.

Então, veja o raciocínio que foi desenvolvido lá: o estado de exceção, na avaliação do Promotor, é porque houve atos que estão sendo questionados na Justiça, com cumplicidade entre Executivo e Legislativo. E, se existe essa cumplicidade, o Judiciário diz: “Aqui ninguém mais serve, e vou eu assumir o poder municipal.” É uma transgressão violenta!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a é formado em Direito, mas Deus me permitiu ter sido Prefeito e Governador. Nesse caso, é o Governador que tem de indicar. Eu, por exemplo, indiquei dois. Não porque eu quis, mas por exigência da governabilidade. Duas vezes fui obrigado, por casos piores – crime, suspeição de que o vice matara o prefeito –, a indicar interventor.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Respeito o raciocínio de V. Ex^a, mas prefiro ainda recorrer ao Tribunal de Justiça do meu Estado, por intermédio de um grande Desembargador, de uma grande autoridade judiciária: Dr. João Carlos Brandes Garcia. Tenho certeza de que ele está acompanhando com atenção o que está acontecendo em Cassilândia.

É observável hoje que, em alguns pontos distantes do nosso território, especialmente municípios de pequeno porte, para onde são designados juízes às vezes muito jovens, sem maturidade suficiente, sem tempo de exercício profissional que abalize os atos profissionais deles, eles acabam se submetendo a esse tipo de experiências lastimáveis para o regime democrático.

O meu receio é que a moda pegue. Se a moda pegar e começar juiz a destituir prefeito daqui, prefeito dali, tomando-lhes os seus lugares, o que será do princípio federativo que está esculpido na Constituição Federal?

Quero deixar claro que não...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a é jurista, mas quero lembrar o conceito da tripartição, de Montesquieu, a harmonia... Mitterrand morreu e deixou um livro escrito, com o qual ganhou o Prêmio Nobel, em que disse que o importante é fortalecer os

três poderes. Indiquei o interventor em plena harmonia com o Desembargador Presidente do Tribunal, Augusto Falcão. Tem de haver o entendimento dos Poderes. Fiz aquilo em entendimento com o Poder Judiciário, que achava o ato correto. Eles é que deram.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – A solução está na lei. É só respeitar a lei.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não foi em desarmonia não; pelo contrário, foi o maior exemplo de harmonia. O Desembargador do Tribunal, Augusto Falcão, chegou ao Governador e disse que, em tais dificuldades, o interventor devia ser indicado pelo Governador do Estado. Aquilo foi feito em harmonia, respeitando o Presidente do Tribunal de Justiça do meu Estado, na época, Desembargador Augusto Falcão, que aplaudiu as duas indicações, em casos muito mais graves, porque se tratava de homicídio, e V. Ex^a sabe que isso provoca mais uma emoção negativa no Município.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – É verdade. Mas, Sr. Presidente, eu quero deixar muito claro aqui que não pretendo proteger quem quer que seja. Não estou aqui para dar guarida a ninguém. Também não quero prejudicar as investigações, que, entendo, devem prosseguir, devem seguir o curso normal. Todavia, Sr. Presidente, para fazer a investigação, para instruir o processo, não há necessidade de transgredir a lei, não há necessidade de usurpar o poder, como está acontecendo lá.

Então, vejam o que disse o juiz prefeito, que está desenvolvendo as duas atividades – diga-se de passagem. Ele disse que poderá ficar trinta dias, poderá ficar sessenta, ficar noventa. Está ao alvitre dele. Ele é o dono da lei. Ele é o dono do Município. Ele é o titular de todos os poderes do Município, inclusive está acima da Câmara, porque está funcionando a Câmara, que tem um presidente, mas ele não assume, porque o juiz entende que as apurações devem continuar antes, para, depois, saber se aquele que é o presidente deve ou não assumir. O que significa isso?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Valter Pereira, respeitando e me curvando à sapiência jurídica de V. Ex^a, quero lembrar aquele filósofo americano Ralph Waldo Emerson, que disse que “toda pessoa que eu encontro é superior a mim em determinado assunto”. Quero lembrar que eu tive esse problema envolvendo o vice-prefeito e homicídio. Já pensou na confusão? Na véspera da eleição. Eu fui à cidade. Isso é atribuição do Governador do Estado, logicamente havendo o entendimento com o Presidente do Tribunal – no meu caso, na época, era o Desembargador Augusto Falcão. Eu nomeei um ex-prefeito

da Capital, um Major do Exército, o Major Joel. A comunidade aceitou. Era um ex-prefeito extraordinário, um homem de grande lisura.

Em outro caso, fui obrigado a nomear o padre, que também foi aceito. Depois, eles entraram na hierarquia normal, com a Câmara indicando, etc., fazendo o que previa a Lei Orgânica, a Constituição do Município.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Veja, Sr. Presidente: o Supremo Tribunal Federal recentemente tomou uma decisão reconhecendo que o foro competente para julgar o prefeito é o Tribunal de Justiça do Estado. Portanto, se alguma alteração tivesse de ser introduzida em razão de tais processos, não poderia ser o juiz de direito da comarca a tomá-la; teria que ser o Tribunal de Justiça, que seria o foro competente, a jurisdição adequada para se tomar decisão de tamanha monta.

O que busco aqui hoje, Sr. Presidente, é levar esta palavra especialmente ao Tribunal de Justiça do Estado. Ele tem que acompanhar o que está acontecendo em Cassilândia e, ao mesmo tempo, adotar as decisões necessárias para resguardar a legalidade democrática.

Mais uma vez, repito a V. Ex^a: não estou aqui para criar nenhuma dificuldade às investigações. Todas as investigações para apurar quaisquer desvios de conduta precisam ser garantidas, precisam ser adotadas. No entanto, para se fazer uma investigação, para se instruir um processo, para se punir quem quer que seja, não é preciso arredar das normas jurídicas, principalmente em um caso como esse, quando o que se coloca em dúvida é exatamente o princípio federativo.

Sr. Presidente, é preciso atentar para outro fato. V. Ex^a sabe muito bem que os Municípios de todo o Brasil – e assim também acontece com os Municípios de Mato Grosso do Sul e com o Município de Cassilândia – não têm uma autonomia financeira completa; dependem de ajuda externa. E agora, nessa situação de perplexidade em que se encontra, quem vai querer fazer um convênio? Quem vai querer celebrar um contrato com a prefeitura? Quem vai se arriscar num Município onde prevalece a insegurança jurídica? Ninguém sabe se os atos hoje praticados pelo juiz prefeito terão validade amanhã, ou se alguém que reconhecer essa validade amanhã não vai sofrer as sanções da lei.

Portanto, Sr. Presidente, o Município de Cassilândia precisa ter uma solução. E essa solução, sem dúvida alguma, requer a decisão do Tribunal de Justiça, embora eu aceite aqui hoje, como um bom conselho, discutir essa questão com o Governador de Estado. E vou fazer isso com a maior satisfação, porque essa perturbação afeta também o Estado de Mato Grosso do Sul.

Feita essa advertência, espero que logo o Município de Cassilândia possa restaurar a sua estabilidade, a sua legalidade, que possa a população respirar um pouco mais de tranquilidade, porque hoje o comércio daquela cidade, os serviços estão todos praticamente paralisados, exatamente em função dessa insegurança jurídica que se instalou. E com mais gravidade se instalou, nesses últimos dias, com a ação de uma juíza que deveria estar cuidando exatamente da absoluta observância da lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador do Estado do Acre Geraldo Mesquita Júnior.

V. Ex^a, regimentalmente, terá direito a 20 minutos, mas jamais vou cortar a palavra de V. Ex^a, porque ela é acompanhada do saber jurídico. V. Ex^a revive a firmeza no direito, na lei e na justiça de Rui Barbosa, nosso patrono.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro amigo Senador Mão Santa, Srs. Senadores, não vou usar os 20 minutos, vou usar bem menos, pois outros colegas desejam fazer uso da palavra e da tribuna.

O que me traz hoje aqui, Sr. Presidente, é agradecer o convite a mim formulado pelo Presidente da Assibama nacional, Associação dos Servidores do Ibama, Jonas Moraes Correia, para uma audiência a ser realizada amanhã, às 11 e 30 da manhã, no plenário 2 da Ala das Comissões desta Casa, na Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, audiência que se debruçará sobre a MP 366, editada este ano, que trata da fragmentação do Ibama.

O Senador Agripino estava aqui há pouco e eu lembrava, quando da tramitação do projeto de gestão de florestas públicas nesta Casa, Senador, por inspiração do próprio Senador Agripino para a aprovação daquela matéria, contra a qual lutei e votei contra, inclusive, pelas razões que expus na ocasião – não é o caso de fazê-lo mais uma vez. Naquela oportunidade, Senador Mão Santa, por inspiração do Senador Agripino e outros Parlamentares desta Casa, foram introduzidos alguns mecanismos de controle do que se propunha naquele dispositivo legal.

Como V. Ex^a lembra, Senador, a Lei de Gestão de Florestas Públicas prevê, como instituiu, o Congresso Nacional aprovou a lei, está em vigor hoje, a entrega de grandes áreas de florestas deste País, a título de concessão pública, por 40 anos renováveis, a grupos nacionais e internacionais. Como disse, lutei contra a aprovação dessa lei, porque acho que ela envolve riscos até da soberania nacional, riscos de toda a sorte,

de uma ação predatória da nossa principal floresta, que é a Amazônica. Pois bem, para a garantia, para a obtenção da garantia de aprovação daquela matéria no Senado Federal, o próprio Ministério do Meio Ambiente avalizou aqui um acordo feito no Gabinete da Liderança do Governo nesta Casa, Senador Valter, da proposição que fazia o Senador Agripino, trazendo para esta Casa o controle de concessões que excedessem dois mil hectares. Esse era o mecanismo de trava colocado por emenda. O Ministério do Meio Ambiente avalizou esse acordo no qual, para áreas acima de dois mil hectares, a concessão teria que receber a anuência do Senado Federal. A matéria foi aprovada dessa forma, Senador Mão Santa. E o dispositivo foi vetado. Repito: esse dispositivo que colocava uma trava e um controle submetendo o Senado Federal à concessão de áreas acima de dois mil hectares, esse dispositivo, essa emenda foi vetada quando da sanção da lei.

Lembro que, na época, Senador Valter, o que se ofereceu ao Senado Federal, o que se prometeu ao Senado Federal foi que, para o cumprimento da lei, o Ibama seria objeto de reforço. Lembro com muita precisão desse detalhe porque a preocupação era muito grande. Como controlar concessões de áreas de floresta neste País? E a resposta que o Senado Federal recebeu é de que o Ibama seria reforçado para fazer jus às exigências do cumprimento de uma legislação como essa.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com muito prazer, Senador.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador, V. Ex^a traz a lume uma discussão da mais alta importância para o País, afinal de contas V. Ex^a está falando da maior floresta, acredito que esteja falando da metade do nosso território brasileiro, representada pela região amazônica, sobre a qual recai a cobiça internacional, que está à vista de todos. Sabemos que o maior problema da devastação que tem ocorrido não só na Amazônia, mas em outras áreas que exigiriam uma vigilância maior é exatamente a deficiência da fiscalização. E até agora, V. Ex^a tem razão, não se vislumbrou nenhum projeto objetivando melhorar e aprimorar efetivamente a fiscalização. Então, essa lei de proteção das florestas a que V. Ex^a está se reportando poderia até ser uma extraordinária ferramenta, desde que estivesse sendo garantida por um arsenal de fiscalização eficiente, comprometido, etc. Então, não sei se nessa reforma que está ocorrendo no Ministério do Meio Ambiente, com essas alterações no Ibama, está-se buscando efetivamente essa eficiência.

Até agora não me convenci disso. Pode ser que amanhã me convença. Mas até agora nada me fora mostrado capaz de me convencer. Então, aí V. Ex^a tem razão. Sem fiscalização, o risco de depredação, de confisco de toda uma biodiversidade, que é um verdadeiro patrimônio, que é uma riqueza que temos em nosso território, é muito grande, principalmente levando-se em conta os olhos gordos, os grandes olhos que estão voltados para essa região.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço o aparte, Senador Valter Pereira. Estou apenas historiando e lembrando aqui que o Governo Federal assumiu dois compromissos para aprovação daquela lei, Senador Mão Santa. O primeiro, como já relatei, foi de iniciativa e de inspiração do Senador José Agripino. O Senado Federal introduziu naquela proposta um mecanismo de controle, pelo próprio Senado Federal, de concessões acima de dois mil hectares. Para que o instrumento tivesse aprovação do Senado Federal, também foi garantida a esta Casa o reforço do órgão que trata da fiscalização, do licenciamento etc.

Na verdade, Senador Valter, não se trata apenas de fiscalização. O organismo como um todo tem que ser alvo de um processo de fortalecimento global, completo.

Portanto, estou aqui lembrando dois compromissos do Governo Federal que não foram honrados. Para dizer, simplesmente, Senador Valter Pereira, que, pelo contrário, além de não promover o reforço do Ibama, o Governo Federal ultimamente decidiu fracioná-lo, fragilizá-lo. Olha o contra-senso, Senador Valter Pereira: ao invés de reforçar o organismo, objeto de um compromisso formal, o Governo Federal resolve, agora, por meio da MP nº 366, fracionar o Ibama, criando um outro instituto, deixando o conjunto de servidores e profissionais atônitos, até pela forma como foi feito, por medida provisória, sem discussão, de cima para baixo, enfiado na goela, de forma antidemocrática. Imagino a aflição dos servidores do Ibama, que, vira e mexe, são acusados daquilo por que não têm, de fato, responsabilidade.

Fico pensando, Senador Valter Pereira, e lamentando que isso tudo esteja ocorrendo. O ideal era que uma formulação dessas fosse objeto de um projeto de lei, fosse objeto de uma ampla discussão com setores que gerem a questão ambiental em nosso País, fosse objeto de discussão com a própria sociedade brasileira. Mas, não, a medida foi instituída por medida provisória, sem discussão com as peças principais de uma formulação dessas, que são os servidores do principal organismo que gere a questão do meio ambiente em nosso País.

Gostaria que essa audiência de amanhã tivesse uma grande participação dos Senadores. O tema precisa chamar a atenção desta Casa, precisa ganhar sua simpatia e sensibilidade. Caso contrário, será mais uma medida que, em princípio, vejo como nociva, negativa, aos interesses do País e que poderá passar nesta Casa sem maiores discussões. Não podemos permitir que isso aconteça.

Creio que essa audiência de amanhã na Comissão de Meio Ambiente será uma oportunidade para que o Senado Federal discuta com mais profundidade algo grave que está acontecendo e posicione-se de forma segura, com conhecimento de causa.

O reflexo dessa medida até arbitrária, Senador Mão Santa, pode ser observado em um ato normativo do Presidente em exercício do Ibama. Lastimo a existência de uma portaria dessa. Refiro-me à Portaria nº 755, de 15 de junho deste ano. Trata-se de uma medida, Senador Mão Santa – e com todo o respeito o afirmo –, que o País só presenciou no auge da ditadura militar. A portaria ameaça, simplesmente, Senador Valter Pereira, os servidores que estão em período de estágio probatório, dizendo o seguinte:

As ausências ao serviço, ocorridas em função da greve dos servidores do Ibama, serão consideradas, para efeito de pontuação no que se refere ao critério assiduidade e pontualidade na avaliação de desempenho individual, em conformidade com a portaria tal...

Penso até que, em relação a esse ponto, não há o que discutir. Mas o art. 2º é lamentável. Diz que, em relação aos servidores em período de estágio probatório, tal quesito será considerado fator determinante para fins de efetivação no serviço público.

Há muito tempo não vejo ato de força, ato arbitrário, ato tão violento quanto esse. Diria até que ele comete absurdos e, quiçá, ilegalidades. Abuso de poder está configurado; assédio moral, igualmente; e controle ideológico, Senador, algo que, há muito tempo, não se vê neste País.

Senador Mão Santa, só tenho a lamentar essa medida provisória que vem fragmentar um organismo, debilitá-lo. Na sexta-feira, falei sobre o mesmo assunto. Quando se quer reforçar um organismo, Senador, não se faz a divisão, mas se criam condições para que ele funcione cada vez melhor. Quando se divide, quando se fraciona, está-se fragilizando aquele organismo, impedindo que ele cumpra com excelência as suas funções. E uma medida como essa traz a reboque um ato truculento como esse, um ato de força, um ato que deve ser repellido por esta Casa, por este País. Não é mais admissível que uma autoridade, neste País, possa constranger um contingente de servidores em estágio probatório, ameaçando... Isso aqui

não é nem ameaça! Isso aqui é uma clara declaração de que atos serão realizados no sentido de expurgar, de tirar do serviço público esses servidores, que, de forma legítima, exercitam seu direito de opinião neste País, que é sagrado!

Senador Neuto de Conto, V. Exª deseja um aparte?

O Sr. Neuto de Conto (PMDB – SC) – Eminentíssimo Senador, a análise que V. Exª está a fazer é de uma medida provisória que nos parece que vem a debate e a votação no dia de amanhã. Ela chega a esta Casa sem um aprofundamento na discussão com a sociedade e também com os senhores servidores. Mas o País não é igual. Há muitas amarras que podem servir para o Amazonas, podem servir para Roraima, podem servir para vários Estados, mas não servem para outros, principalmente para o Sul do País, onde as terras foram todas divididas em pequenas propriedades rurais. E é muito difícil entender que se faça, através de portarias, a criação de parques. São necessários, úteis e bons, mas é preciso saber onde e como, porque nesses parques vivem pessoas, vivem seres humanos, que adquiriram suas terras há mais de cem anos e que, por decisão de uma portaria, passam a perder a propriedade, cuja indenização nunca chega. E desalojam-se inúmeras famílias. Cito alguns exemplos, como os quilombolas em Santa Catarina, que foram criados há pouco tempo. Santa Catarina nunca teve escravidão, conseqüentemente, não deve haver quilombolas, mas estão criando uma área de terra produtiva, com pequenas propriedades rurais, e os atuais ocupantes serão desalojados. Nós estamos apresentando uma emenda para que, quando da desapropriação, as pessoas só saiam da propriedade no momento do pagamento, para que elas tenham segurança, porque são seres humanos, são pessoas que precisam ser defendidas. Nós estamos apresentando uma emenda para que essas unidades sejam feitas por lei, para que elas venham para o debate, para o conhecimento público, porque delas precisamos, mas temos que debater com a sociedade, inclusive sobre os entornos dos parques. São dez quilômetros de entorno. Aqueles que vivem há dez quilômetros perto das áreas desapropriadas não podem exercer suas atividades em suas propriedades porque a lei diz que, a até dez quilômetros de distância, não se pode fazê-lo. É praticamente uma desapropriação indireta. E nós defendemos que essa área tem de ser reduzida para uma faixa de talvez quinhentos metros, para que ali se possam desenvolver atividades. Por isso, quero cumprimentá-lo. Penso que nós precisaríamos debater muito essa proposta para que o País tenha uma proposta segura, clara, aberta e para que tenhamos

conhecimento da necessidade, da utilidade e da valorização do meio-ambiente, mas, essencialmente, do ser humano que lá vive. Meus cumprimentos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Neuto. O seu aparte, inclusive, corrobora o que eu estava dizendo e vem ao encontro da minha preocupação. V. Ex^a, que deve inclusive ter uma visão diferente da minha em determinados aspectos, prega a necessidade de uma maior discussão. E é isso o que se quer, Senador. Por que medida provisória em um assunto tão candente e importante como esse? É isso o que o conjunto dos servidores do Ibama se pergunta, se questiona, assim como parte da sociedade também. É esse o aspecto que mais incomoda e cria embaraços a um entendimento. É exatamente o que V. Ex^a prega: uma maior discussão. Por que esse açodamento? Por que essa pressa em assunto de tamanha relevância em nosso País?

Passamos, para aprovar matérias de relevante interesse no Congresso Nacional, bastante tempo discutindo. Posso desfiar aqui dezenas de matérias importantes que foram aprovadas nesta Casa, que sofreram emendas e foram amplamente discutidas.

É exatamente isso que se quer, e não que uma matéria dessas seja veiculada por medida provisória e, dessa forma, empurrada garganta abaixo, talvez gerando inúmeros problemas lá na frente. E o que fazer depois?

Para concluir, Senador Mão Santa, lembro, com a presença do Senador José Agripino no plenário, essa lógica, esses compromissos que não foram honrados pelo Governo Federal, infelizmente. Ressaltei aqui que, para aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, por inspiração do Senador José Agripino, introduziu-se naquele dispositivo a necessidade de o Senado Federal avaliar concessões acima de dois mil hectares. A lei foi aprovada com esse compromisso. O dispositivo foi vetado pelo Presidente da República. Também para a aprovação da lei, foi oferecida à Nação, à Casa, ao Senado Federal a possibilidade de vir o principal organismo envolvido nessa questão, o Ibama, a sofrer reforço na sua composição, na sua estrutura e no seu funcionamento. E o que se vê hoje é exatamente a contramão disso: o organismo está sendo fracionado, fragilizado; e os servidores estão atônitos com uma medida dessas, uma atitude dessas, ansiosos por ver nesta Casa um amplo debate sobre a questão.

O ideal seria que essa medida provisória fosse transformada em projeto de lei, para que sua tramitação não fosse movida pelo açodamento, pela pressa, em assunto de tamanha relevância.

Concluindo, Sr. Presidente, lamento, mais uma vez, que, no bojo, no rastro de uma medida como essa

que foi adotada, voltemos a presenciar, no nosso País, atos de extrema gravidade, atos de força, atos de violência contra um conjunto de servidores, como essa infeliz portaria, assinada em má hora pelo presidente interino do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Sr. Bazileu Alves Margarido Neto.

Devo dizer que, em geral, sempre afirmamos respeitar as decisões. Mas eu não respeito uma decisão dessas. Não posso respeitar o teor de uma portaria dessas, Senador Mão Santa; algo de tamanha violência que deve constranger o País inteiro. Não se pode admitir que um conjunto de servidores em estágio probatório seja ameaçado de demissão – a ameaça está clara na portaria – por exercer o direito de expressar opinião neste País. Chega de atos violentos dessa natureza. Não podemos mais admiti-los.

Portanto, espero que o debate em torno da Medida Provisória nº 366 seja o mais amplo possível nesta Casa. Se possível, que o Senado Federal resolva rejeitá-la ou, se não, que a transforme num projeto de lei. Que o Governo tome tento e tome essa iniciativa – ainda há tempo, Senador Mão Santa – de transformar essa medida provisória num projeto de lei para que possamos ter o tempo necessário para uma discussão nesta Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após contundente e brilhante pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita Júnior, chamamos os demais oradores. Há dois Líderes inscritos. O que chegou primeiro foi o Senador José Agripino, que tem, portanto, prioridade. Depois, falará o Líder do meu Partido, Senador Valdir Raupp. Há ainda, como inscrito, o Senador Garibaldi Alves, com inscrição normal. Os dois Líderes, José Agripino e Valdir Raupp, estão trocando gentilezas, demonstrando o namoro do PMDB e do DEM.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador José Agripino, que chegou anteriormente, cede a palavra ao Líder do meu Partido, Senador Valdir Raupp.

Pelo Regimento, V. Ex^a dispõe de cinco minutos, mas jamais cortarei a palavra do Líder do meu Partido.

Pela ordem, ouço o Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me falar brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será breve, não é?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Enquanto o Senador Valdir Raupp se prepara para um brilhante pronunciamento...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – S. Ex^a já nasceu preparado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – ..., eu gostaria de fazer uma sugestão à Mesa, inclusive em razão de matérias que têm sido publicadas sobre o Senado Federal, como, por exemplo, a publicada hoje pelo Jornal *O Globo*, com respeito à questão de transparência daquilo que ocorre nesta Casa. Eu gostaria de trocar idéias com meus companheiros Senadores e Senadoras e propor à Mesa, se possível conjuntamente, que possamos dar maior publicidade aos diversos tipos de gastos que são realizados por nós, Senadores.

Por exemplo, podemos fazer um projeto de resolução segundo o qual todos os ressarcimentos de possíveis despesas, tais como despesas médicas e de dentistas, sejam objeto de transparência total. Pode-se estabelecer a publicidade daquilo que é denominado verba indenizatória, do direito que temos de gastar até R\$15.000,00 por mês. Alguns de nós gastam 20% ou 30% dessa verba indenizatória, outros gastam mais, dependendo das necessidades. Por que não darmos, então, transparência a esses gastos?

Quanto à publicidade sobre diárias de viagem, normalmente já há publicidade sobre essas viagens. Eu, hoje, por exemplo, entreguei à Mesa, com V. Ex^a presidindo a sessão, requerimento de viagem a Bangladesh, à Coréia do Sul e a Moçambique. É uma viagem de trabalho, a convite, sem ônus para o Senado Federal. Quando a missão é oficial e com ônus para o Senado, isso é assinalado; quando a viagem é sem ônus para o Senado, isso também é assinalado. Então, que tenhamos um procedimento de, organizadamente, sempre dar transparência a esses gastos.

Avalio, Sr. Presidente, que a transparência em tempo real é sempre a melhor forma de prevenir problemas. O Senado Federal estará avançando se todos, Senadoras, Senadores e Mesa Diretora, concordarem em termos como diretrizes de transparência tudo aquilo que despendemos como representantes do povo que somos, no sentido de fortalecermos a nossa instituição.

É esta a sugestão que faço a V. Ex^a, que hoje preside a sessão, como também à Mesa Diretora e a todos os Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a vai se limitar a essa sugestão oral ou vai enviar algum documento à Mesa?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, minha intenção é elaborar um projeto de resolução nessa direção. Mas aqui exponho o pensamento porque poderei recolher, nos próximos dias, sugestões de V. Ex^a, de todos os colegas para aperfeiçoar a proposta. Na medida do possível, faremos em consenso, mas quero registrar que estou preparando, com a minha assessoria e a do Senado Federal, um projeto de resolução para que a Mesa examine nesse sentido de dar maior transparência a tudo que fazemos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa vai recolher as notas taquigráficas e o assunto será discutido. V. Ex^a dá um passo adiante na transparência e moralidade da coisa pública, pelo que agradecemos.

Entendemos que este é um dos melhores Senados em 183 anos. V. Ex^a está aí desde cedo. Nunca se trabalhou em julho sem remuneração, mas nós estamos aqui. Podemos estar vivendo uma crise, mas entendo, pelos nomes que fazem este Senado, que ele é um dos mais transparentes, um dos melhores Senados da República.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estamos trabalhando com remuneração, mas sem salário extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Claro que é com remuneração. Isso é óbvio e ululante. Se não fosse, iríamos ter mensalão, que é imoral. Mas eu ajo como todos na declaração do Imposto de Renda. A minha é exposta às autoridades federais. Não pensem que não somos vasculhados. Sou um homem vivido e prático.

Quero apresentar dois fatos que contribuem para o quadro deste Senado. Quem faz o meu Imposto de Renda é José Aragão, o irmão do Renato Aragão, esse que V. Ex^a conhece. Ele chegou e me disse: “Mão Santa, você está mais pobre do que quando entrou?” Esta é a situação dos Senadores aqui. Quero lhe dizer que somos vasculhados, José Agripino. Outro dia eu fui chamado por causa de um dinheiro, Raupp, que eu tinha doado a uma Santa Casa a que me dediquei, através do Rotary, para fazer uma rampa. O engenheiro fez a rampa.

Então somos todos nós vasculhados na declaração de Imposto de Renda. Isso não existe.

Entendo que este é um dos melhores Senados em 183 anos de existência desta Casa.

Com a palavra o Líder do meu Partido, Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, eu gostaria de agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Se V. Ex^a me permite um aparte, Senador Suplicy, pelo contrário. Esse negócio de falar em prerrogativa, em júri privilegiado, não tem isso não. Pelo contrário, nós somos é castrados.

Vou dar um exemplo. O cidadão comum é julgado no seu Município pelo juiz, recorre ao tribunal de instância do seu Estado, recorre ao STJ e recorre ainda ao STF. Qualquer pessoa pode. Não tem esses privilégios, não.

A nossa vida é transparente, somos julgados a cada período eleitoral.

Com a palavra o Líder do meu Partido, Senador Valdir Raupp, que foi um extraordinário Governador de Rondônia. Fomos Governadores na mesma época.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer, inicialmente, ao nobre Líder dos Democratas, Senador José Agripino, pela concessão de preferência no tempo a que ele tinha direito. Muito obrigado.

Sr. Presidente, as empresas brasileiras de pequeno porte adquiriram, desde dezembro último, fôlego excepcional para tocar seus negócios no País. Mais especificamente, devemos saudar a sanção da denominada Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, cujo texto estabelece regras comerciais e tributárias mais justas, para uma operacionalização mais lucrativa do setor.

Conhecida pela instalação do sistema Supersimples, a nova lei estabelece um regime tributário diferenciado para as micro e pequenas empresas que faturam até R\$2,4 milhões por ano. Calcula-se, hoje, que dos 16 milhões de empreendimentos na categoria dos micro e pequenos negócios, nada menos do que 11 milhões estão imersos no circuito da informalidade.

Premiados com tributos mais modestos, tais empreendimentos ganharão, daqui para frente, alíquotas que variam de acordo com o faturamento, indo de 4% a 11,61% no comércio.

Mais que isso, a Lei Geral garantirá desburocratização, possibilitando maior rapidez na abertura de empresas.

A partir de sua vigência, os documentos necessários à constituição de uma empresa passarão a ser entregues em um único órgão, que repassará os dados aos demais órgãos envolvidos.

O registro da empresa também será único e servirá para todas as esferas de Governo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vale recordar que aqui, no Senado, a Lei Geral foi aprovada por

unanimidade, com a ressalva de que sua implementação fosse adiada para o segundo semestre de 2007.

Na verdade, nós, Senadores, atendemos aos justos apelos da Receita Federal, segundo os quais seria necessário mais tempo para desenvolver o sistema de arrecadação.

Cumpramos registrar ainda que, na votação no Senado, sob o novo regime do Supersimples, ficaram asseguradas, às pequenas empresas, vantagens em licitações públicas e a criação de um novo programa de parcelamento de dívidas de empresas com a Previdência Social.

Decisão prudente, decisão acertada. Não por acaso, a Lei Geral foi logo invocada quando da discussão preliminar, em janeiro último, sobre o alcance das medidas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

À época, o Ministério da Fazenda chegou a acenar com um pacote de desoneração na casa dos R\$12 bilhões. No entanto, logo se verificou que tal cifra jamais seria obtida sem a inexorável inclusão das isenções fiscais previstas na Lei Geral. Mais concretamente, somadas tais renúncias com aquelas determinadas pela nova correção da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, a contabilidade final apontaria para cifras em torno de R\$4 bilhões.

Cabe assinalar que a Lei Geral não é integralmente perfeita. Alguns analistas ponderam que, com sua entrada em vigor, haveria uma possível perda de arrecadação das entidades do chamado Sistema “S”. Tal fato decorreria da dispensa das empresas enquadradas em suas normas do recolhimento de contribuição a esse Sistema.

Isso, absolutamente, não é verdade. Abusos e distorções foram erradicados ao máximo. Prova disso é que, ainda em 2006, a Receita Federal conseguiu impedir que as “empresas de uma pessoa só” fossem incluídas entre os beneficiárias da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

De modo sensato, prevaleceu o argumento de que a medida poderia provocar uma fuga de assalariados rumo à condição de pessoas jurídicas, com prejuízos, em especial, para a arrecadação da Previdência Social.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Lei Geral é resultado de um longo processo de lutas de um grande número de entidades na defesa de normas específicas e favoráveis para os empreendimentos de menor porte. Tal movimento se instaurou nos idos de 1979, em São Paulo, por ocasião do I Congresso Brasileiro da Micro e Pequena Empresa. No entanto, a idéia só amadureceu quando da aprovação do Estatuto da Microempresa, em 1984.

Em 1988, a Carta Magna consagrou, em seu art. 179, dispositivo prevendo que União, Estados e Municípios “dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio da lei”.

Em 1996, a partir desse mandamento constitucional, a Receita Federal elaborou o Simples, que reduziu a carga tributária e simplificou a burocracia para as pequenas e microempresas de alguns setores. Contudo, sua abrangência ainda ficava limitada à esfera federal e, pior, nem sequer cobria a área trabalhista.

Apesar de tais limitações, o Simples proporcionou, desde sua implantação, a formalização de um número significativo de empreendimentos e a criação de novos negócios. Embora, durante um longo período de alta inflação, tivesse seu resultado prejudicado pela não correção dos valores para enquadramento, tal defasagem de limites não chegou a comprometer sua eficácia funcional de estimular a produção.

Em 2003, a aprovação da PEC 42 adicionou mais um dispositivo ao inciso III do art. 146 da Constituição, possibilitando a unificação da tributação da União, Estados e Municípios. Isso foi devidamente providenciado pela Lei Geral, que estabeleceu, na prática, o “imposto único” para os empreendimentos de menor porte.

Tal evolução, Sr. Presidente, gradativa do tratamento diferenciado às pequenas e microempresas não comporta retrocessos. Sem dúvida, não trará perdas ao Sistema “S”, cujos trabalhos relevantes não foram afetados pelo Simples e não serão afetados pela entrada em vigor da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Nesse sentido, em que pesem algumas limitações, representa um passo da maior relevância, fortalecendo a estrutura empresarial brasileira, cuja base se assenta nos empreendimentos de menor porte.

Sr. Presidente, entendo eu – e acredito que todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores assim entendem – que esta lei, aprovada no Congresso Nacional, ainda não totalmente implementada, será de grande relevância para o crescimento e amadurecimento das micro e pequenas empresas, podendo gerar mais renda e mais emprego para a nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, do nosso Estado de Rondônia, chamaremos, como orador inscrito, o Líder que representa o Rio Grande do Norte e o DEM, José Agripino, e representa, na História deste Senado, a grandeza da oposição que Rui Barbosa sempre soube fazer, Jo-

aquim Nabuco, Afonso Arinos e Mário Covas. V. Ex^a é um fato importante pelo qual posso afirmar que este é um dos melhores Senados da história da República em 183 anos.

V. Ex^a iguala-se aos grandes oposicionistas que fizeram crescer a democracia neste País.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, pela sua permanente boa-vontade com o orador que vos fala.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Neuto de Conto, cheguei hoje aqui, plenário tranquilo, segunda-feira *relaxing*, parece que tudo vai bem. O noticiário da imprensa está dominado pela perspectiva de abertura dos Jogos Pan-americanos. Amanhã é jogo do Brasil. Parece que está tudo muito bem. Não está nada bem. Na minha opinião, não está nada bem, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Temos uma crise no Senado. Estou vindo do meu Estado com uma preocupação. Hoje existe uma outra grande preocupação adicional, de âmbito nacional, e é sobre isso que quero falar. Quero repartir minhas preocupações com o Senado.

Presidente Mão Santa, votamos, há poucos dias, projeto de lei que modifica critérios de instalação das Zonas de Processamento de Exportação. Um projeto que se arrastou por mais de dez anos, bem mais de dez anos, e que foi aprovado mediante entendimento. Alguns pontos serão vetados; haverá um projeto de lei novo que disciplinará pontos que ficaram vagos, mas, já ficou acertado, Senador Garibaldi, que as ZPEs serão institucionalizadas. Em alguns locais do Brasil será possível instalar zonas de processamento de exportação onde serão produzidas coisas para o mercado externo, a partir de importações, com alíquota de importação zero. Com um detalhe, pode-se importar o que quiser e exportar até 80%. Só se pode jogar no mercado interno 20%. O que for jogado no mercado interno será subordinado à legislação tributária para os pobres mortais; tudo aquilo que as ZPEs produzirem e não for destinado ao mercado externo, 80%, será subordinado à legislação tributária vigente e pagará todos os impostos.

Muito bem, então às ZPEs, como novidade, reserva-se a possibilidade de importar matéria-prima para, com mão-de-obra local, com qualificação local, montarem-se produtos para que tenham um valor agregado e sejam exportados.

Não tenho nenhuma dúvida, Senador Mão Santa, de que as ZPEs, depois de mais de 10 anos de evolução, hoje não significarão grande coisa se não tivermos um trunfo local onde for instalada. Se compararmos nossa mão-de-obra com a da China tornam-se piadas as ZPEs no Brasil.

Se compararmos a legislação tributária, a legislação trabalhista, as condições que o Brasil exige, nem pensar em instalar a ZPE para ter como trunfo mão-de-obra qualificada e barata. Não é barata. Qualquer coisa que viéssemos a importar para produzir alguma coisa e reexportar, na competição com a China, nos arrasaria.

Esse assunto nos remete a um trunfo do meu Estado. O Senador Garibaldi Alves é testemunha de que, no meu Estado, um velho projeto começa a ser desenvolvido, o aeroporto de São Gonçalo.

Senador Neuto de Conto, Natal é uma espécie de esquina do continente. São Gonçalo do Amarante é um Município da grande Natal cujo espaço físico ocupado é muito menor do que o da capital. Lá foi possível encontrar uma área que, desapropriada, cedeu espaço para a construção de um moderníssimo aeroporto – pretende-se que seja assim –, com uma pista de pouso bastante longa, projetada para receber aeronaves de hoje e do futuro que transportariam carga em grande quantidade. Como a situação geográfica do Rio Grande do Norte é favorável às importações dos Estados Unidos e da Europa, previu-se esse aeroporto como um aeroporto de carga pesada transportada em aviões modernos de grande tonelagem para se ganhar na escala do frete. Aí há trunfo: o Rio Grande do Norte começa a ambicionar uma zona de processamento de exportação, porque tudo aquilo que viermos a importar, produtos nobres, terá um frete muito mais barato porque pouca gente no mundo disporá de um aeroporto com aquele tamanho de pista para receber cargueiros lotados de produtos importados que serão agregados a outras coisas na ZPE de São Gonçalo e reexportados para o mundo, aí sim, gerando emprego e renda para milhares de potiguares. Aí a ZPE hoje tem competitividade.

Acabamos de aprovar o projeto das ZPEs, e entendendo que as ZPEs, no meu Estado, só têm viabilidade agregadas ao aeroporto de São Gonçalo. Eu me bati muito por esse trunfo. Eu me bato muito por todos os trunfos da economia do meu Estado, que, aliás, vêm sendo relegados a segundo, terceiro e quarto plano. Tínhamos direito a uma refinaria de petróleo; levaram embora. Tínhamos direito a um pólo de PVC, pelo gás que temos, pelo sal que temos e pela energia elétrica que está em vias de ser gerada na Termosul. O pólo de PVC já foi embora, provavelmente para ser gerado na fronteira do Mato Grosso com o gás prisioneiro da Bolívia. Estão levando nossos trunfos todos, só faltava levar o trunfo de São Gonçalo do Amarante.

Procurei ver em que pé andam as obras de São Gonçalo. Presidente Mão Santa, vão devagar, devagar-

zinho, quase parando, como tudo no Governo de Sua Excelência o Presidente Lula. Lamentavelmente.

Tive a oportunidade de conversar agora há pouco com o Senador Garibaldi Alves Filho, vou conversar com a Senadora Rosalba Ciarlini, vou conversar com todos os Deputados Federais – somos apenas oito – e vou tomar a iniciativa de procurar a Governadora do Estado para que nos unamos para que as obras do Aeroporto de São Gonçalo tenham consequência. Os recursos alocados no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) são mínimos.

Já está se falando agora numa coisa que era objeto de investimento do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, e eu não faço fé no PAC –, já está se falando em PPP, em Parceria Público-Privada, em concessão, ou seja, em sair fora da responsabilidade que a União tem de fazer o aeroporto de São Gonçalo, que é um projeto de mais de dez anos, antiquíssimo, que é um trunfo da economia potiguar e só nós temos aquela situação geográfica.

Eu vou procurar a bancada inteira, os Senadores, os Deputados Federais, a Assembléia Legislativa e a Governadora do Estado, com quem já conversei sobre esse assunto, para que possa reativá-lo. A preocupação que eu recolhi, eu passei quinta, sexta, sábado e domingo no meu Estado, conversando na rua e ouvi coisas do arco da velha com relação à nossa questão Senado, em relação àquilo que eu digo, em relação à condição do Presidente Renan. Mas essa é outra história. O que eu depreendi na minha passagem pelo meu Estado é que as obras do meu Estado estão devagar, devagarinho, quase parando, e que nós temos que agitar.

Trago, portanto, esta enorme preocupação porque eu imaginava que, como a obra está no PAC, ela já estaria em andamento normal. Não está e vai ter que ser objeto de uma sacudida geral por parte da bancada, e eu tomarei a iniciativa de conversar com os meus colegas e dividir responsabilidades, somando as nossas forças às forças do Governo do Estado para que possamos não frustrar, Senador Garibaldi, mais uma vez, uma expectativa da economia potiguar, como foi frustrada a refinaria de petróleo e o pólo de PVC. Nós não agüentamos a terceira lapada. Já está se falando por lá em Parceria Público-Privada, já se fala em concessão, quando a obra do aeroporto de São Gonçalo está prevista no PAC. Então, o PAC é peça de ficção? É peça de enganação? Ou nós vamos cobrar energicamente de quem se comprometeu conosco a levar a efeito o aeroporto de São Gonçalo, porque só nessa circunstância a ZPE, projeto pelo qual nos batemos tanto, terá sentido. Do contrário, ZPE no Rio Grande do Norte para competir com ZPE da China é

piada, Senador Neuto de Conto. Piada! Eu não perco energia com coisa não pragmática, não conseqüente. Agora, uma ZPE ao lado, anexa ao aeroporto de São Gonçalo, recebendo aeronaves de grande porte, com carga pesada, transportando componentes de valores expressivos para serem, em território potiguar, anexados a valor para reexportação, nisso eu faço fé.

Ouç o Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador José Agripino, V. Ex^a tem inteira razão. Nós tivemos a inclusão do aeroporto de São Gonçalo – e V. Ex^a já disse muito bem o que ele representa – no PAC. Depois nós tivemos a inclusão desse investimento federal, com o compromisso do Governo do Estado de complementá-lo no que fosse necessário no PAC estadual, além das promessas de campanha.

Mas vamos deixar essas promessas de lado. Além das promessas de campanha, há compromissos fixados em documentos oficiais, tanto em âmbito federal como em âmbito estadual, assegurando que nós teremos os recursos suficientes para a construção do aeroporto de São Gonçalo. O que queremos é fazer daquele aeroporto justamente esse complexo de que V. Ex^a está falando e então, sim, é que nós poderemos pensar em uma negociação com empresas multinacionais, para transformar a área do aeroporto num grande complexo de exportação, por meio das ZPEs. Mas o que estamos sentindo é que uma coisa é a Parceria Público-Privada, outra coisa é o Poder Público fugindo das suas obrigações e dos seus compromissos. Está havendo uma fuga clara ao querer inserir o aeroporto de São Gonçalo num contexto inteiramente diferente, como V. Ex^a está denunciando, do que nós pensávamos que seria estabelecido. Esse é o meu pensamento e estamos, nesse aspecto, absolutamente sintonizados – creio eu.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Garibaldi...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, interrompo V. Ex^a um instante para abrir o livro de inscrição dos oradores e prorrogar a sessão por meia hora, a fim de que V. Ex^a e o Rio Grande do Norte ouçam o outro Líder, Senador Garibaldi Alves Filho, que está inscrito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Garibaldi Alves Filho, estamos inteiramente de acordo. V. Ex^a deve se lembrar da reunião feita na sede da Federação das Indústrias, se não me engano, há algum tempo, com a presença de autoridades do Governo Federal. O atual Presidente da Infraero estava lá tomando compromisso, deitando falação, o Governo do Estado, igualmente. O tempo passou, e o que aconteceu em São Gonçalo foi um pouquinho de desmatamento, um

pouquinho de terraplanagem e mais nada. A frustração agora é com a história da concessão ou Parceria Público-Privada. Acredito em privatização. Acredito que o aeroporto de Natal seja viável para a privatização ou concessão. Acredito que o aeroporto de São Paulo, o aeroporto do Rio de Janeiro, o aeroporto de Campinas, o aeroporto de Florianópolis, aeroporto de Campina Grande, acredito que esses aeroportos maduros, com o fluxo de passageiro estabelecido, sejam viáveis para a concessão ou para a privatização.

Um projeto novo deve ser entregue à privatização ou à Parceria Público-Privada, dependendo de um projeto de Zona de Processamento de Exportação ao lado... Ou o Governo estimula com a provisão dessa infra-estrutura ou assume a responsabilidade de impulsionar o desenvolvimento e faz os investimentos, ou não vai para lá investidor que vá se interessar por lucratividade nunca. É um negócio de maturação longa com investimento pesado. No mundo inteiro, quando há o modelo de investimento pesado, o Governo faz o investimento ou, pelo menos, faz o grosso do investimento para, em seguida, evoluir para uma Parceria Público-Privada num complemento do projeto.

Essa é a preocupação que tenho, Senador Mão Santa, com relação a um problema do meu Estado, que é a expectativa de frustração das ZPEs casadas com o aeroporto de São Gonçalo. ZPEs, para mim, só têm sentido se houver uma vocação ou um trunfo local que estabeleça condições de competitividade com o mundo que já se adiantou e que já pratica a produção industrial mediante Zonas de Processamento de Exportação.

A segunda preocupação que tenho há algum tempo, e quero ressaltar nesta segunda-feira, é relativa à perspectiva de um apagão elétrico. Hoje, abrindo os jornais do Rio de Janeiro, *O Globo*, vi uma declaração do Senador Mercadante, em que S. Ex^a concordava com a perspectiva de um apagão elétrico em 2010.

Venho falando nisso há muito tempo, Presidente Mão Santa, e é o que de pior pode acontecer – e já está acontecendo com a Argentina.

A Argentina esboça uma recuperação econômica, mas já enfrenta problemas por falta de energia elétrica por não terem sido feitos investimentos. Por isso, está agora procurando o Brasil para fornecer-lhe energia elétrica. Ora, é abraço de enforcado. Um está na iminência de ter restrição do fornecimento de energia elétrica, e o outro já está com a restrição. E um prometendo ao outro ajuda? Isso é, na minha opinião, um gesto de inconseqüência e de irresponsabilidade.

Lembro-me de que, no gabinete do Senador Mercadante, quando S. Ex^a era o Líder do Governo, nós fizemos uma reunião com a Ministra Dilma Rousseff,

que ainda era Ministra de Minas e Energia, para discutir o marco regulatório. Fui voz vencida, mas ainda consegui algumas poucas e modestas conquistas para o marco regulatório da energia elétrica. Mas o que se queria era o destroço, era a completa estatização, a volta à estatização do setor.

O que se definiu, ao final, é que a tarifa da energia velha, ou seja, a tarifa que se concederia às geradoras de energia elétrica, tipo Chesf, Itaipu etc, era uma tarifa compensatória como forma de se estimular que o setor estatal se capitalizasse com o lucro gerado por uma boa tarifa e produzisse investimentos para gerar a energia elétrica que o Brasil iria precisar.

Com relação ao novo capital, ao capital privado que haveria de vir, a tarifa oferecida era modesta. Resultado: por causa da tarifa modesta, o Presidente da Vale do Rio Doce declarou que vai fazer investimentos para produção de níquel fora do Brasil, porque aqui não há energia elétrica!

Eu não quero discutir se vai haver apagão ou não; eu quero destacar a declaração pragmática do presidente de uma das maiores empresas do Brasil – uma empresa que foi privatizada e que está passando a Petrobras –, de que não vai investir mais na produção de níquel no Brasil, porque não há energia elétrica. Ele não vai investir no Brasil; vai investir no exterior! Isso é um fato concreto, pragmático e claro. Por conta de quê? Porque ao capital privado se negou a oportunidade do estímulo por uma tarifa que, naquela época, seria convidativa e que já teria gerado investimentos, que não foram feitos e, se feitos hoje, vão demorar pelo menos seis anos para produzirem a maturidade da energia elétrica. Além do mais, eles podem vir tarde e, quando vierem, podem vir obrigados a um tarifaço, uma tarifa de energia elétrica muito alta.

O que está acontecendo hoje? Sr. Presidente, Senador Mão Santa, além do marco regulatório defeituoso que nunca foi reajustado ou refeito – e ele tem de ser reajustado –, das 25 hidrelétricas que o PAC contempla, 9 estão com 16 meses de atraso, por problemas ambientais, por problemas de gestão, por problemas de licitação, por razões diversas de competência de Governo.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Coincidentemente, neste momento em que V. Ex^a faz esse pronunciamento muito importante sobre a problemática energética brasileira, acabo de receber a notícia de que o licenciamento das usinas do rio Madeira acabou de sair, com algumas condicionantes, mas saiu. Isso é o que é importante. Com algumas ressalvas, mas acabou de sair a licença ambiental para a construção de duas grandes usinas em Rondônia, meu Estado. Trata-se das usinas de Santo Antônio e Jirau, com uma soma

de 6.500 MW. Espero que, depois da licença ambiental, as condições para o leilão, para a venda dessa energia sejam favoráveis, visto que V. Ex^a está falando das dificuldades que as empresas estão tendo. Eu já soube de alguns empresários que estão interessados em entrar no leilão das usinas do Madeira e que poderão ter dificuldades na hora do leilão. Então é uma burocracia atrás da outra. O mais importante é que desejo dar essa notícia aqui, aproveitando e agradecendo o aparte ao pronunciamento de V. Ex^a. Essa licença ambiental estava sendo esperada há muito tempo. O próprio Presidente da República estava empenhado diante das dificuldades com o Ibama, greves e tudo mais, mas os técnicos empenharam-se e conseguiram liberar essa licença, que será muito importante para a sustentação e o crescimento econômico do País. Se o Brasil crescer mesmo à taxa de 4% ou 5% ao ano, vai precisar, daqui a três ou quatro anos, de muita energia, e não serão somente as usinas do rio Madeira que irão resolver todo o problema. Já foi um avanço importante esse licenciamento ambiental. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (PFL – RN) – Quero cumprimentar o Senador Valdir Raupp, como rondoniense, porque essa hidrelétrica do rio Madeira, que é um sonho de Rondônia, um sonho da Região Norte, vence agora o primeiro obstáculo, que estava colocado há vários anos: a questão ambiental. Supõe-se que esteja, pelo menos em princípio, resolvido. Como V. Ex^a mesmo diz, não se sabe se os entraves de ordem ambiental estão todos, por inteiro, resolvidos. Qualquer casquinha de banana a mais pode interromper o processo do leilão, que é o segundo problema. Aí é onde, Senador Valdir Raupp, me preocupa, porque o leilão vai ser feito e o marco regulatório impõe restrições de tarifa. E pode não haver interessado; e pode haver interessado de qualidade defeituosa, que não garanta a implantação da hidrelétrica, que é o que me preocupa. Aquele que vem está em busca de um lucro razoável, daí o leilão. Agora, não se pode impor um modelo estatizante, como o privilegiado. Cadê que Itaipu, cadê que Chesf, cadê que as estatais, pelo marco regulatório que foi aprovado, geraram lucro suficiente à geração de energia elétrica para suprir o Brasil? Coisa nenhuma! E cadê que o marco regulatório atraiu investidores em tempo certo, e que o Governo foi ágil na questão ambiental? Nada. Então é preciso que estejamos aqui denunciando, fiscalizando, criticando, aplaudindo, quando for o caso, para evitar o pior. E o pior é o tarifaço que pode vir na hora em que a escassez de energia elétrica acontecer, e nós seremos obrigados a importar petróleo ou a comprar gás caríssimo boliviano, ou de onde quer que seja, para produzir a energia elétrica da qual não poderemos abrir mão.

Então esta é a preocupação candente que temos que ter neste momento. Há duas questões: uma, a idiossincrasia do Ibama com relação às questões ambientais para a liberação de áreas para instalação ou construção de hidrelétricas; segundo, a revisão do marco regulatório, para possibilitar que o capital privado nacional ou internacional se mova para fazer os investimentos antes que seja tarde demais – porque tarde já é.

Ouçó, com prazer, a Senadora Rosalba, que deve estar chegando do nosso Estado agora. Nós assistimos à manifestação – talvez tenha ouvido pelo rádio – sobre as ZPEs, sobre o aeroporto de São Gonçalo, que nos diz respeito muito de perto.

A Srª Rosalba Ciarlini (PFL – RN) – Exatamente, Senador Agripino. Eu estava ouvindo V. Exª, acompanhando pelo rádio, enquanto vinha do aeroporto para o plenário. E V. Exª falava de assuntos da mais alta relevância para o nosso Estado e para o nosso Brasil. O aeroporto não foi uma escolha do Rio Grande do Norte isoladamente; foi uma escolha do Brasil. A localização geográfica do aeroporto é exatamente porque, no Rio Grande do Norte, temos condição de melhor servir o Brasil, com a proximidade com o mercado exterior. Já no final de março, fiz um pronunciamento – V. Exª fez um aparte – sobre o aeroporto de São Gonçalo, e levantávamos uma série de interrogações com relação à continuidade das obras, à operacionalização e às condições para que realmente houvesse sustentabilidade. Depois, fui surpreendida, e fiquei indignada, quando, na primeira prestação de contas do PAC, constatei que nenhum centavo fora liberado para as obras do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, enquanto outros aeroportos já estavam recebendo recursos regularmente para a ampliação das novas obras. Sabemos da importância do aeroporto de São Gonçalo para viabilizar, ampliar, apoiar o nosso País na questão de importação e exportação, mas também é de vital importância hoje para o Rio Grande do Norte e Estados vizinhos nordestinos o turismo. O nosso aeroporto Augusto Severo já se encontra com as condições superadas para dar um bom atendimento ao fluxo de passageiros. Então, o aeroporto de São Gonçalo é vital ao nosso Estado e aos Estados vizinhos, porque quem vai ao Rio Grande do Norte, na maioria das vezes, visita os Estados vizinhos, principalmente os passageiros que vêm do exterior. Gostaria aqui também de relembrar, Senador, as ZPEs. Existe a expectativa de que elas levem a dar sustentabilidade de mão e contramão. São as ZPEs e o aeroporto, o aeroporto e as ZPEs. Elas têm de ficar ali; eu lembrava inclusive da importância da sua localização na cidade de Macaíba, até por ser vizinho

a São Gonçalo, assim estaríamos realmente tendo a oportunidade de gerar muitos empregos e renda, dando uma sustentabilidade vital ao aeroporto. Isso era o que eu queria colocar. V. Exª, mais uma vez, mostra muita inteligência, com muita competência e preocupação com o nosso Estado, quando complementa o seu pronunciamento de hoje lembrando da questão energética. Nenhum País no mundo poderá ter realmente desenvolvimento com sustentabilidade se não tiver o que é vital para impulsionar as máquinas, que é a energia. E o nosso País passa por essa dificuldade. Estava lendo, não lembro agora quem escreveu – sei que foi no jornal *O Globo* –, o artigo dizendo que tivemos um racionamento de energia com um percentual no qual a expectativa hoje para termos um novo apagão, um racionamento maior, é ainda mais preocupante. O Governo, portanto, precisa alertar, agilizar, impulsionar, superar as barreiras, as dificuldades que tiver para que possamos ter mais energia. Parabéns pela sua preocupação, que é pertinente e da mais alta importância para o nosso País.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senadora Rosalba, eu me lembro bem de que V. Exª fez um pronunciamento – acho até que tive oportunidade de apartear-la –, citando os números com que o aeroporto de São Gonçalo é contemplado no PAC. Dava informações sobre a liberação que já era muito pequenininha, coisa de dois meses atrás. Resolvi colher informações agora, pois, como se acabou de aprovar o projeto das ZPEs, procurei saber como andavam as obras. Fiquei alarmado. Foi essa a razão pela qual vim logo na segunda-feira falar sobre isso, porque temos que nos juntar. O Senador Garibaldi, V. Exª, eu, os nossos oito Deputados Federais temos que arregimentar a Assembleia Legislativa, temos que chamar a Governadora do Estado. Aliás, conversei com ela, viajamos de Natal para cá e, ao chegarmos ao aeroporto daqui, troquei idéias com ela sobre essa preocupação que tem que ser da classe política toda do Estado, para que possamos aproveitar o trunfo da ZPE e não deixar morrer a idéia. Estou convencido, Senadora Rosalba, de que, se deixarmos entregue à condução do Governo Lula, não vai haver nem concessão, nem PPP, nem investimento...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Agripino, V. Exª completou 30 minutos, e foram os melhores 30 minutos deste Senado, mas, assim, vocês reivindicam tudo para o Rio Grande do Norte e acaba a Federação. E ainda falta o Senador Garibaldi...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Não acontecerá nem investimento por Parceria Público-Privada, nem por concessão, muito menos por PAC. Então, antes que seja tarde, mais uma vez, temos que nos antecipar e bater forte nessa história, porque senão vai pelo ralo o último trunfo que nos resta.

Se V. Ex^a permitir, Sr. Presidente, ouviria com muita alegria o Senador Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cícero Lucena, V. Ex^a está inscrito. E só para aplaudir o Senador José Agripino, vou-lhe conceder um minuto em agradecimento ao almoço que você me ofereceu, com Adalgisa, na sexta-feira.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Você é muito generoso, Presidente. Agradeço o aparte do Senador José Agripino. Eu vinha ouvindo V. Ex^a pela Rádio Senado, deslocando-me do aeroporto até aqui. V. Ex^a tocou basicamente em três pontos de suma importância. A questão das ZPEs, o que ela representa, a história, a luta, esse tempo todo, os avanços que estamos conquistando, mas ela precisa ser instrumento – e será instrumento – de desenvolvimento para as nossas regiões, a exemplo do Rio Grande do Norte e da Paraíba, que foram criadas há vários anos e que, sem dúvida, precisam ser implantadas o mais urgente possível. V. Ex^a chamou também a atenção para a questão das concessões. Não adianta querer, por meio da mídia, por meio de decreto, dizer que a concessão vai resolver todos os problemas dos aeroportos brasileiros, quer seja de passageiros, quer seja de carga. Eles têm que ter viabilidade econômica para poder ter a participação da empresa. E é papel do Poder Público, do Governo, dar a sua contribuição, fazer a alavancagem para o desenvolvimento, para que no futuro isso possa ser conseguido. Acabo de embarcar no Aeroporto de João Pessoa, e só o chamo de aeroporto porque o Português não me permite chamá-lo de rodoviária. Assim o fez o Presidente Lula quando foi visitar a Paraíba. Não quis nem visitar a obra do aeroporto, porque disse que ela estava mais para rodoviária do que para aeroporto. E nada foi contemplado no PAC para que esse aeroporto viesse a atender a demanda do crescimento turístico e do desenvolvimento que o Estado da Paraíba está tendo. Então, é por demais justa a sua cobrança do aeroporto de carga de São Gonçalo, no Rio Grande do Norte. Felizmente, o Rio Grande do Norte saiu na frente em relação a isso, por mérito daqueles que planejaram, cobraram, estão cobrando – e deve ser cobrado – do Presidente Lula para que isso ocorra. Em João Pessoa, estamos reivindicando uma melhor condição de terminal de passageiros. Outro alerta que o senhor fez, com muita propriedade, é quanto à questão energética. Não fazemos oposição com a desgraça do Brasil. Não queremos aqui reclamar quando chegar o apagão e dizer

que ele está existindo. Estamos prevenindo que isso vai ocorrer, se não forem adotadas medidas responsáveis e sérias, em 2010. Isso está previsto para quem entende, para quem trabalha, para quem vive no setor de energia neste País. V. Ex^a deu o testemunho de um empresário, de forma pragmática, que disse não se sentir estimulado. Pelo contrário, vai deixar de investir no Brasil porque não tem segurança do fornecimento de energia. O que o Governo precisa é ouvir a Oposição, ouvir os técnicos, e não achar que está tudo às mil maravilhas. Ainda há tempo, embora pareça ser tarde.

(Interrupção do som.)

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – O Senador Mão Santa hoje está bastante econômico no tempo. Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que estamos fazendo um alerta ao Governo para que não ocorra no futuro o mesmo diz-que-diz do apagão aéreo que hoje estamos vivendo. Há tempo para tomar providências. É preciso ter gerenciamento, competência e decisão. Parabéns, Senador José Agripino, pelos itens que aqui foram levantados neste final de tarde de segunda-feira.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Cícero Lucena, o último apagão a que o Brasil assistiu ocorreu por baixo nível na capacidade hídrica dos reservatórios, foi produto de estiagem. Não choveu, os reservatórios caíram, a capacidade hídrica foi amenizada e a resultante produção de energia hidrelétrica caiu.

O Governo Lula é um governo “sortudíssimo”, “sortudérrimo”, com um mundo comprador, os reservatórios todos cheios. Agora, estamos perdendo o bonde da história, porque estamos ficando a reboque de um marco regulatório que não estimula o capital privado a investir. Senador Cícero Lucena, quem está investindo em energia elétrica, quem tem alguns investimentos, é quem está produzindo energia elétrica para seu próprio consumo, é quem produz níquel e vende a energia no níquel que está pondo para fora. É quem está embutido. Seja quanto for a tarifa está tendo lucro com o que está vendendo. Os investimentos que enxerguem o futuro do País não estão sendo feitos por questões ambientais, por questões de marco regulatório.

A questão, Senador Romeu Tuma, do gás, que é onde entra o viés da termelétricidade ou da energia nuclear, para nós, é uma grande incógnita. Somos prisioneiros de um sujeito chamado Evo Morales ou, pior, de um outro chamado Hugo Chávez. Para nós, o marco regulatório é a solução; para nós, a solução da questão ambiental deve ocorrer. O Brasil tem, graças a Deus, potencial hídrico para se auto-sustentar por muitos anos mais. O que falta é Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Agradeço seu brilhante pronunciamento, muito mais pela qualidade do que pela quantidade.

V. Ex^a está pedindo a palavra pela ordem, Senador Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a está com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou inspirar-me no Senador Eduardo Suplicy. Peço a palavra pela ordem enquanto o Senador Garibaldi dirige-se à tribuna. Quero fazer um breve comentário.

Agora fui realmente certificado de que foram liberadas as licenças ambientais das usinas do rio Madeira. Ligou-me a Ministra Maria Silva, o Secretário do Presidente Lula, Gilberto Carvalho, e o Presidente do Ibama, Dr. Bazileu Alves. Acabam de assinar, de liberar a licença ambiental para a construção de duas usinas no rio Madeira: Jirau e Santo Antônio, obras essas que, com certeza, daqui a três ou quatro anos, garantirão a geração de energia para os empreendimentos, como disse o Senador José Agripino, da Vale do Rio Doce e tantos outros, gerando com isso emprego em Rondônia, no meu Estado, no Norte do Brasil e, por que não dizer, em todo o País. Essas obras são essenciais não só para o meu Estado, mas para toda a população brasileira, porque sustentarão o crescimento econômico do Brasil.

Agradeço imensamente ao Presidente da República, que, depois de um grande esforço, conseguiu que o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e o Ibama fizessem o licenciamento dessas usinas tão importantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Garibaldi Alves Filho, agora V. Ex^a tem a licença para usar da palavra.

Lembro que esta sessão deveria ter-se encerrado às 18h30min.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Às 18 horas e 30 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sim, mas V. Ex^a representa o grandioso Estado do Rio Grande do Norte, cuja equipe está toda aqui. Então, convido a estar presente também o Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois do tema “aeroportos”, falarei sobre os portos.

O Brasil está acompanhando o que está acontecendo nos seus aeroportos e vendo que não fizemos os investimentos necessários, nem fizemos a concessão de condições de trabalho e condições salariais mais dignas aos controladores de voo. E, a partir daí, ocorreu aquilo que vimos e estamos vendo todos os dias.

Com relação aos portos, quero primeiro parabenizar o *Jornal do Senado* por uma matéria que fez hoje a respeito da situação dos portos. O *Jornal do Senado* retratou muito bem, de maneira muito objetiva, o que ocorreu na Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, da qual sou Relator, na última segunda-feira, quando se falou exatamente sobre a crise dos portos. E disseram aqueles que compareceram à audiência, Sr. Presidente, que o setor está estagnado desde a reforma do Estado, em 1990. Segundo o Sr. Marco Guarita, representante da Confederação Nacional dos Transportes, o Estado se afastou da produção e parou de investir nos portos, Senador Romeu Tuma. Assim, segundo Guarita, os investimentos só virão se a regulamentação – ou regulação – do setor for baseada na estabilidade das regras, na segurança jurídica, visando atrair o investidor privado e proteger os usuários dos portos. Ele lembrou inclusive que já tramita no Senado uma proposta de emenda à Constituição do Senador Tasso Jereissati sobre o assunto.

Há que se implantar uma proposta regulatória que permita maior fluxo de navios nos portos. Segundo ele, a fila de navios fretados pelos exportadores de soja, parados em decorrência da falta de infra-estrutura nos portos, gera prejuízo diário em torno de 40 mil dólares por navio. Senador Mão Santa, 40 mil dólares por navio é o prejuízo que se tem por cada navio parado, fora o prejuízo dos caminhões. Esse é só o prejuízo dos navios. Quarenta mil dólares por navio.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma, com toda satisfação.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador, primeiro quero cumprimentar o Senador José Agripino pelo discurso sobre a possibilidade do apagão elétrico, que o assusta. Agora, o apagão dos portos já é antigo, Senador. Fui freqüentador, por várias vezes, de operações, principalmente nos Portos de Santos e Paranaguá. O Porto de Santos, onde a pirataria imperava há alguns anos, obrigava a permanência da Polícia Federal em operações para evitar a ação dessas piratarias. Algumas áreas foram leiloadas para servirem para terminais e contêineres, e algumas empresas conseguiram satisfazer o seu desejo de ter a parte privada

para a exportação mais rápida dos seus produtos ou o recebimento, quando importados. Mas veja, Senador, eu passo por aquela estrada que vai de São Paulo ao Guarujá, entrando por Cubatão. Em época de exportação de grãos, é absurda a fila dos caminhões que por lá passam. E vê-se o desespero dos caminhoneiros, que às vezes não conseguem cobrir os seus prejuízos, porque o que se cobra no transporte não cobre a paralisação, as despesas que eles têm no local, comendo embaixo do caminhão, para tentar vencer aquele período de espera. E não se investe em nada, é tudo muito antigo. A Codesp assumiu para gerenciar uma modificação, há algum tempo, com a exploração direta do Governo, mas pouco conseguiu resolver pela falta de investimentos. Creio que a Comissão Especial de que V. Ex^a é o relator tem vários casos. Inclusive, para o que o Senador José Agripino levantou, sobre o marco regulatório, tem importância vital aquela Comissão. O Senador José Agripino chama os seus conterrâneos do Rio Grande do Norte, mas não esqueçamos que o Brasil inteiro tem a expectativa de participar, para que realmente se consiga se buscar as ZPEs e a infraestrutura de que elas vão precisar. Se não houver infraestrutura e se não estiverem o Senador José Agripino e V. Ex^a comandando, poderemos ficar perdidos. Cumprimento V. Ex^a, Senador Garibaldi, e afirmo que sou testemunha dessa situação que V. Ex^a denuncia da tribuna.

(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Senador Romeu Tuma, a Lei de Modernização dos Portos, de 1993, acabou com a Portobrás e permitiu que o Governo repassasse ao setor privado a tarefa de gerir as instalações portuárias. O Porto de Santos, por exemplo, continua a ser administrado por uma empresa pública, a Companhia Docas do Estado de São Paulo, mas teve terminais arrendados à iniciativa privada. Com isso, ainda tem batido recordes de movimentação de carga. Em 2002 e 2005, o volume de carga no porto pulou de 50 milhões para 72 milhões de toneladas.

Contudo, os investidores privados sofreram um abalo, Sr. Presidente, em 2005, quando a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a chamada Antaq, baixou duas resoluções mudando as regras para que as empresas arrendem, explorem e ampliem terminais portuários. O prazo de concessão caiu de 25 anos, renováveis por mais 25, para uma autorização anual, que pode ser renovada ou revogada a qualquer tempo pela Antaq.

Outro problema é a falta de investimentos. Esse é o maior problema. Não é outro o problema. Este é o

problema: a falta de investimentos. Entre 1997 e 2005, a iniciativa privada injetou dois bilhões em obras de infra-estrutura portuária, mas falta o Governo fazer a sua parte.

Por isso, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, venho fazer aqui – não vou me alongar muito – um apelo ao Ministro Pedro Brito para que ele, que assumiu agora uma secretaria...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Eu lhe concedi dez minutos porque é a nota que V. Ex^a merece. Apenas para lembrá-lo. Mas fique à vontade.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Obrigado, Senador Mão Santa.

Inclusive, quero dizer que o Ministro que assumiu agora prevê um investimento de 2,7 bilhões em infraestrutura, mas apenas nos 12 principais portos do País, Senadora Rosalba e Senador Mão Santa, Presidente desta Casa. E os outros portos? E os nossos portos? E o porto-ilha do Rio Grande do Norte? E o porto de Natal? E o porto da Paraíba?

Vamos ter de reclamar investimentos também nesses portos.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Eu lhe concedo mais cinco minutos. Eram 10, com mais 5, são 15, o número do nosso partido, o PMDB.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Teremos, então, de lutar para que os nossos portos possam ter investimentos. É verdade que o problema não é só de investimento. O problema é também de gestão. Precisamos melhorar a gestão dos portos. E é isso que se espera dessa Secretaria recém-criada, que tem à frente o Sr. Pedro Brito, que foi Ministro da Integração Nacional.

Concedo um aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (PFL – RN)

– Sr. Presidente, Senador Mão Santa, farei o aparte com a sua permissão. Sei que nós já passamos muito do horário de finalizar a sessão, mas eu não poderia deixar de fazer um aparte ao Senador Garibaldi quanto à questão dos portos, com relação ao nosso Estado. No Plano de Aceleração do Crescimento, Senador Garibaldi, eu não vi nada de investimento que vá beneficiar os portos do Rio Grande do Norte. Pode ser que eu esteja enganada, mas não vi. Ora, estamos sentindo que para todas as ações do Governo Federal, do Presidente Lula, está sempre sendo dito que, se está no PAC, então vai ser feito; se não está no PAC, não vai ser feito. Assim, vem essa grande preocupação com relação aos portos do Brasil, que são de um valor es-

pecial, de uma importância maior para a exportação dos grãos e de tantos outros produtos. No nosso Estado, nós temos o porto-ilha, que exporta o nosso sal, e nós sabemos – V. Ex^a foi Governador, e eu, por ser daquela região, da região salineira – que aquele porto precisa de reparos urgentes, de uma manutenção maior e de uma ampliação, porque, quando foi feito, ele foi dimensionado para uma quantidade de sal que hoje é insuficiente. O que aconteceu? A produção aumentou, o porto não pode escoar tudo e o escoamento, então, é feito por fretes rodoviários, o que encarece o produto. Esse é um dos fatores que faz com que tenhamos a grande preocupação de que, em função dos fretes altos, percamos negócios. Nosso Estado produz 97% do sal consumido no Brasil, mas existe um permanente receio de que o sal do Chile venha a tomar esse espaço de renda e de trabalho do nosso povo. De uma maneira geral, para importar, para exportar, para escoar nossa produção, que vem crescendo – a cada ano, comemoram-se recordes na produção de soja e de vários outros produtos agrícolas –, precisamos dos portos e precisamos que os portos funcionem. Produto agrícola não pode ficar esperando dia após dia, porque ele é perecível. Temos o exemplo das nossas frutas tropicais no Nordeste. Senador Mão Santa, seu Estado também é produtor, assim como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Essas frutas têm prazo para chegar ao mercado exterior e o transporte delas tem de ser por meio dos portos, para que elas cheguem ao porto de Rotterdam, na Holanda, de Hamburgo, na Alemanha, de Barcelona, na Espanha. Todas têm um prazo. Não se pode esperar indefinidamente, porque, nesse caso, há um prejuízo maior.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A Sr^a Rosalba Ciarlini (PFL – RN) – Então, quero me somar à sua preocupação, que é a de todos nós, do Rio Grande do Norte, dos três Senadores. A preocupação também existe nas questões abordadas pelo Senador José Agripino. Senador Mão Santa, digo a este Plenário, a esta Casa e a todo o Brasil, que sei que está nos vendo e nos escutando, que, nós, Senadores do Rio Grande do Norte, independentemente de questões partidárias, pois a convocação é de todos nós, que toda a Bancada do Rio Grande do Norte, Deputados, Senadores e a Sr^a Governadora, que tem a obrigação de ser a condutora nas questões do Estado, estamos aqui de mãos dadas e estendidas, pedindo que todos apertem as nossas mãos porque o partido maior é o Rio Grande do Norte e o Brasil.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Rosalba Ciarlini, que conhece tão de perto o problema do nosso porto-ilha, que

é o exemplo de um porto que precisa receber investimentos, não apenas esses doze listados aqui pela Secretaria dos Portos.

Concedo um aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Garibaldi Alves, parece que hoje a sessão é RN, Rio Grande do Norte. É a nossa ZPE, o nosso aeroporto de São Gonçalo, já falamos aqui sobre a refinaria, que se foi, sobre o pólo de PVC, em relação ao qual não tenho mais esperança. Agora, V. Ex^a aborda, com muita propriedade, a questão do porto-ilha, que é uma preocupação. Senador Garibaldi Alves, quando criaram a Secretaria de Portos, eu pensei que, talvez, agora, eu, que sou contra essa criação exagerada de ministérios e secretarias, essa Secretaria trouxesse um benefício, o de focar especificamente nos problemas, nos calcanhares-de-aquiles, Estado por Estado, um órgão que tivesse a responsabilidade e os meios para resolvê-los. Parece-me que não é o caso, porque o nosso porto-ilha, que é... Já imaginou V. Ex^a o porto-ilha entrar em colapso? Já imaginou a economia do Rio Grande do Norte, os milhares de empregos, a atividade salineira em colapso de uma hora para outra? Isso pode acontecer e é um fantasma que nós todos carregamos. E há quanto tempo pedimos investimentos para o porto-ilha? Pedimos investimento para dragagem e modernização do porto de Natal, e para o porto-ilha. É sempre uma cantilena só: porto-ilha e porto de Natal. Para o porto de Natal sai alguma coisa e para o porto-ilha não sai nada nunca. Então V. Ex^a está colocando na agenda de reivindicações do nosso Rio Grande do Norte essa questão com muita propriedade. Quero deixar aqui o meu absoluto endosso a sua lembrança, a sua iniciativa e à bandeira que V. Ex^a impunha em nome dos três Senadores do Rio Grande do Norte, que estão, permanentemente, de plantão para defender os interesses do nosso Estado. Muito obrigado, Presidente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Agripino.

Como o Senador Mão Santa hoje está muito impaciente, só tenho que encerrar mesmo este meu pronunciamento, que ainda teria um certo desdobramento. Mas atendendo à determinação de S. Ex^a, vou encerrá-lo dizendo que, quando o Piauí quiser manifestar aqui o seu clamor, contará com o nosso total e irrestrito apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois é justamente o que nós queremos fazer, representando o Piauí e entrando no pronunciamento de V. Ex^a. Eu estava aguardando pacientemente.

O Piauí tem um litoral de 66 quilômetros, Senadora Rosalba Ciarlini. É o menor litoral do Brasil, mas

é como o perfume francês: o mais valioso. Ele tem um porto. Em homenagem ao representante da Paraíba... Eptácio Pessoa foi presidente quando? Pois o porto de Luís Correia... Eu estava pacientemente aguardando, porque Luís Correia, que é meu tio-avô, veio do Rio Grande do Norte. Mas o porto de Luís Correia, no litoral do Piauí, foi iniciado por Eptácio Pessoa. Garibaldi Alves Filho, o porto do Piauí foi iniciado por Eptácio Pessoa.

João Paulo dos Reis Velloso, esse extraordinário ministro do Brasil, quase concluiu o porto. Aí houve o assoreamento. Aí está o engenheiro. Enfim, o rio Paraíba traz areia e terra. É o assoreamento. Não terminou.

Faltam US\$10 milhões. O Presidente Luiz Inácio foi lá, tomou banho, viu as ferrovias paradas, iludiu Alberto Silva, nosso engenheiro, hoje Deputado pelo PMDB, e disse que ia concluir o porto.

Garibaldi, Cristo disse: "De verdade em verdade eu vos falo". E Luiz Inácio, de mentira em mentira, vai ganhando. Ele foi ao Piauí e disse ao engenheiro Alberto Silva, que estava aí, sentado aí, que iria terminar a ferrovia. Alberto Silva, idealista, engenheiro ferroviário, acreditou. E Luiz Inácio e o PT levaram quase todos os votos dele lá. Mas, de mentira em mentira, eles não colocaram um dormente na ferrovia, e o porto está lá.

Então, nós queríamos apenas complementar o apelo de Garibaldi com o do Piauí, pois faltam US\$10 milhões. Foi prometido. Que seja transformando em porto pesqueiro, uma marina, um terminal de petróleo, porque o nosso petróleo vem de São Luís do Maranhão. Enfim, ele levou Alberto Silva, mas qualquer um iria, porque Alberto Silva é um idealista, engenheiro ferroviário, foi como começou sua carreira brilhante. Foram lá e prometeram. Olha, eu ouvia o apito do trem e do navio, mas, infelizmente, nenhum dormente foi trocado. É aquilo: de mentira em mentira, eles vão governando.

Chamamos para falar o orador da Paraíba, para relembrar a Luiz Inácio que o Porto do Piauí foi iniciado pelo Presidente paraibano Eptácio Pessoa.

Garibaldi, junte o clamor do Piauí ao clamor de todos os portos.

A Srª Rosalba Ciarlini (PFL – RN) – Senador, só um minuto. Sei que ninguém pode apartear o Presidente, mas é só uma complementação. Veja como o Piauí é esse Estado tão querido por todos nós nordestinos. Eptácio Pessoa começou o porto, e eu tenho como minha referência primeira do Piauí o meu avô, que esteve exatamente como engenheiro, como arquiteto, na época do Dnocs, lá na sua terra, na sua querida Paraíba. Na sua querida Paranaíba, o velho Pedro Ciarlini trabalhou também em obras hídricas de contenção

do rio, já nessa questão – não sei se do porto, mas foi uma contenção para enchentes. Então, sempre tenho essa lembrança muito feliz e grata de familiares que tenho em sua querida cidade de Paranaíba.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois Paranaíba é grandiosa. Além de ser a terra berço do único jurista que se iguala a Rui Barbosa, Evandro Lins e Silva, e de João Paulo dos Reis Velloso, tem familiares de V. Exª lá, Ciarlini, o que nos enriquece e nos torna uma cidade maravilhosa.

Concedo a palavra a esse extraordinário Líder da Paraíba, Prefeito extraordinário, melhor Ministro da Integração que este País já teve, Governador extraordinário. Estamos aqui para ouvi-lo, lembrando apenas que confiamos em sua capacidade sintética.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Já que V. Exª deu ao Senador Garibaldi mais de 15 minutos, número do partido, não se preocupe que não usarei os 45 minutos do PSDB.

Sr. Presidente, nós nos somamos também ao Senador Garibaldi e aos que me antecederam em todas as preocupações, inclusive a do porto. João Pessoa, onde temos na Paraíba o porto de Cabedelo, no PAC tem zero de recursos. Por iniciativa da Bancada, conseguimos incluir agora, na LDO, ações de reforma, de ampliação e também para ampliar o calado daquele porto, na Comissão Mista de Orçamento, aprovadas na semana passada.

Mas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na sexta-feira passada, fiz um discurso sobre a transposição das águas do rio São Francisco. Dava-me por satisfeito sobre o assunto, aguardando outra oportunidade. Mas, segunda-feira, há oito dias, em uma reunião, em Recife, dos quatro Governadores – de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará –, ficou definido que precisávamos criar comitês em cada Estado pró-transposição do rio São Francisco. E aqui faço o registro da abertura do comitê no meu Estado, na Paraíba, na cidade de João Pessoa.

Presidente Mão Santa, fizeram-se presentes a classe política, as organizações não-governamentais, os sindicatos, os representantes das Igrejas – quer católica, quer evangélica, quer espírita –, associações comunitárias, CUT, federação dos trabalhadores, federação da agricultura, todos os Deputados Estaduais, a Bancada Federal, o Senado, o Governador, para dizer que quem tem sede defende a transposição.

Eu poderia relatar todos os discursos ou tentar resumir, Senador Garibaldi Alves, V. Exª que tem pleno interesse – ao lado da Senadora Rosalba e do Senador José Agripino – por essa luta, que é a transposição. Mas, para simbolizar – já que quem hoje simboliza os

contrários a matar a sede de um irmão é um bispo, que chegou a ameaçar a fazer greve, isso porque ele nunca viveu no interior da Paraíba, porque senão ele tinha passado sede sem precisar fazer greve -, trago o manifesto de Dom Aldo Pagotto, Arcebispo do Estado da Paraíba. Ele fez a leitura desse manifesto hoje, nessa inauguração, na abertura do Comitê, que tem como marca maior o lema de que quem tem sede é a favor e apóia a transposição.

Eis o Manifesto de Dom Aldo:

A integração das Bacias do rio São Francisco é uma obra estrutural que favorecerá a 12 milhões de nordestinos. O projeto, amplamente discutido e planejado, é tecnicamente seguro, economicamente viável e administrativamente sustentável.

O rio São Francisco é um patrimônio nacional. Os quatro Estados do Nordeste Setentrional, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, postulam a água do rio cujo curso corre para o mar após ter sido servido à reserva de Sobradinho. Da vazão de 1.850 m³/s, postulamos [para matar a sede] a captação [apenas] de 26,4 m³/s, equivalendo a 1,4% [desse volume]: “um fio de espaguete tirado de um farto maço”.

O projeto prevê a construção de dois canais. O Eixo Norte levará água para os sertões da PB, PB, CE e RN. O Eixo Leste beneficiará parte do Sertão e as Regiões do Agreste da PB e de PB, incluindo, pois, a população urbana de 390 Municípios, equivalendo a 70% da população regional a ser atendida.

O processo de elaboração técnica levou em consideração as reações e as sugestões de vários segmentos da sociedade, trazidas em audiências públicas democraticamente realizadas nos Estados nos quais correm as águas do rio e nos Estados a serem beneficiados pelos recursos hídricos. Entre outras reivindicações, está a revitalização do rio, já atendida pelo Governo Federal. Lamentavelmente, certas ONGs e grupos de pressão, contrariados com o projeto, continuam a protestar e a tumultuar o início das obras licitadas e aviadas.

Com o fluxo de apenas 26,4 m³/s de água, será possível otimizar os nossos recursos hídricos; alimentar os nossos açudes; resolver o problema da escassez e da qualificação da água indispensável para o consumo humano e animal; e garantir a agricultura familiar para pequenos produtores, favorecendo o desenvolvimento socioeconômico das regiões com

redes produtivas. O período de cheias no São Francisco coincide com a época em que os quatro Estados mais precisam de água, como aconteceu recentemente em fevereiro e março de 2007.

Os que negam a viabilidade do projeto radicalizam três posições. Dizem:

1º) o rio está morrendo, está sendo destruído ao longo do seu curso pela incúria das indústrias e pelo assoreamento das margens ciliares;

2º) serão aliçados pescadores, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, atingidos por barragens e pequenos agricultores. Não vão sobreviver porque a água será privatizada e seu uso regulamentado por empresas, interessadas em auferir lucros.

3º) o projeto é oneroso, R\$4,5 bilhões [é o que dizem os radicais, segundo Dom Aldo]. Ademais, os Estados pleiteantes acumulam água em seus açudes e não a distribuem. Com menos dinheiro, constroem-se cisternas e adutoras. [Essa é a proposta dos radicais, segundo Dom Aldo.]

Aprovamos a revitalização e integração do São Francisco, afirmando: 1º. É preciso revitalizar o Rio. Isso já está sendo feito com verbas especiais, liberadas pelo Governo Federal. Em nome da revitalização do Rio, certos grupos de MG, BA, parte de PE e SE sentem-se contrariados. Estariam interessados apenas em seus projetos, impedindo o desenvolvimento de 12 milhões de irmãos nordestinos? Omitem dizer que, há tempo, o agronegócio de grandes grupos explora as águas e polui os rios. Como na fábula do lobo e do cordeiro, nos culpam pelo “roubo” da água que por eles já foi usada. 2º. O projeto estrutural enfrenta a inclemência causticante de estiagens prolongadas, pois essa é a condição do habitat do semi-árido. PB, CE, RN e PE precisam de água para interligar os açudes, pois que, sem a retroalimentação, evaporam. De onde tiraríamos água? O solo do semi-árido não retém a água das chuvas atípicas, não regulares. 3º. A contrapartida do envolvimento da população é indispensável, devendo conhecer o mérito do projeto em seus aspectos antropológicos, técnicos e administrativo-financeiros, incluindo a regulamentação do uso da água não privatizada.

A mobilização provocada por grupos de pressão e movimentos sociais (alguns vincula-

dos aos setores da Igreja) dão a entender que a CNBB é “contra” o projeto. Em detrimento da obra, “diabolizam” usando a causa dos pobres na mistificação de sua resistência ao projeto.

Ora, não cabe à Igreja imiscuir-se nas soluções técnicas. Os Bispos dos Estados da PB, CE, RN e PE pronunciaram-se a favor da revitalização e da integração das bacias do rio São Francisco(exceto um ou dois bispos, com dúvidas).

Na visita ao Governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima (no dia 26 de fevereiro deste ano), os Bispos do Estado apresentaram a carta resultante do encontro de Campina Grande (novembro de 2006), auspiciando o aviamento da obra de integração das Bacias do São Francisco.

Particularmente, empenho-me e peço a interação dos Parlamentares da PB e dos gestores públicos, a união de forças pelo reinício da obra, retificada com a aprovação do Presidente Lula, mas bloqueada pela ação intransigente de grupos que conseguem liminares de retenção, de embargo ou de invasões.

Deus nos ajude nesta hora de envolvimento efetivo na execução da obra, corajosamente endossada pelos Governadores em oportuno encontro, realizado no dia 2 de julho próximo passado em Recife, cuja repercussão exitosa foi divulgada pela mídia.

Não permitamos que intimidações peregrinas façam-nos perder mais tempo e terreno. As polêmicas que hoje defendem interesses indefinidos, adiando o progresso, verão em breve a solidariedade fraterna abrigando o interesse da coletividade, confirmando a inclusão social com justiça e equidade, conservando a tranquilidade na ordem.

Por isso está aberto o comitê em favor da transposição das águas do rio São Francisco, com os dizeres: “Quem tem sede apóia a transposição”.

E nós temos sede de água e de justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Muito oportuno o pronunciamento do engenheiro Senador Cícero Lucena.

A grande vitória política da humanidade foi a separação entre Igreja e Governo, na época medieval, de muito atraso. Foi justamente quando caiu Roma até o Renascimento. Aí houve essa conquista. E, já no Renascimento, Leonardo da Vinci, um engenheiro militar, fazia a transposição do rio Arno.

Nós, eu e o Garibaldi, fomos a Washington, ao Bird, e vimos a transposição do Colorado, tornando hoje a região de Denver uma das mais enriquecidas do mundo.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, queria pedir desculpas porque não tinha visto o microfone levantado da Senadora Rosalba, para que ela possa fazer uso da palavra, Presidente, com a sua permissão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas é lógico. Jamais iria negar a uma brilhante Senadora, mulher, de Mossoró, cidade símbolo, e do Rio Grande do Norte.

A Srª Rosalba Ciarlini (PFL – RN) – É exatamente isso, Senador, por ser de Mossoró, da região do semi-árido, por saber o que significa a fome provocada pela falta de água, para fazer com que os nossos sertões se transformem num verdadeiro celeiro para o nosso País. Porque ali a terra é boa; o que falta é água, e não é somente água para produzir, mas também água para matar a sede, principalmente. Então, não tem preço uma obra dessa. Eu, como todo nordestino, sonho com a transposição, nós acreditamos nela. Em nosso Estado, ela teve defesa, desde o primeiro momento, quando o ex-Ministro Aluísio Alves retomou o assunto da transposição. Foi em Mossoró, nossa cidade, o escritório de apoio para os estudos da transposição. Senador Cícero Lucena, eu gostaria aqui de me solidarizar com o povo paraibano, povo tão querido que me recebeu tão bem durante quatro anos da minha vida, quando iniciei o curso de medicina. Eu gostaria de dizer que o seu Bispo D. Aldo está levantando a sua voz do bom pastor em defesa dos que sofrem a falta de água, dos que realmente passam as maiores dificuldades por falta de água. Na sexta-feira estive visitando o Arcebispo de Natal, que, em nome dos bispos do Rio Grande do Norte, também está se mobilizando. Eu dizia a D. Matias do quanto estamos aqui no Senado, nós Senadores do Rio Grande do Norte, somados a V. Ex^a, que é da Paraíba, na defesa de não se perder mais um minuto na transposição do rio São Francisco. Mas há um detalhe que eu gostaria de denunciar. Na realidade, Presidente Mão Santa, eu estou realmente preocupada porque, no nosso Rio Grande do Norte, o projeto inicial da transposição passa por dois rios: Apodi/Mossoró e Piranhas/Açu. Nessa licitação, na concorrência lançada desde o mês de março, está incluído no eixo norte o trecho do Piranhas, que beneficia a Paraíba e também o Rio Grande do Norte; mas o trecho mais importante, de 120 quilômetros, que traria dois terços da água que o Rio Grande do Norte poderia receber, cortando o Estado desde o alto oeste até o litoral – esse trecho é o mais importante porque traria dois terços da água; aliás, todos são importantes, mas esse iria trazer mais

volume de água, beneficiando muito mais cidades –, pois bem, não sei por que, inexplicavelmente, não está contido nessa licitação. Já externei aqui neste plenário a minha preocupação. Portanto, eu quero saber o motivo. Que me digam os técnicos do Ministério: por que não entrou nessa concorrência, nesse edital? Para que eu tivesse a certeza disso, adquirir, mandei comprar para saber se realmente as notícias de que tomei conhecimento eram verdadeiras, pois eu queria ver, como São Tomé, para crer e fiquei realmente muito preocupada. Não podemos perder essa oportunidade porque faz tantos anos, séculos que esperamos a transposição do rio São Francisco. Esperamos que seja licitada por completo. Sabemos que não pode ser feita de uma só vez. De acordo com o PAC, que vá até 2010, até 2012, mas que ela esteja segura, garantida de que não se voltará atrás. Os problemas que estamos enfrentando contra esses grupos que tentam de todas as formas impedir, tenho certeza de que, com a força do povo, com a bênção de Deus, haveremos de vencê-los rapidamente, Senador, porque o Nordeste não pode ficar sem a transposição do rio. Ela é vital, ela é vida para o nosso povo.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Agradeço o aparte da Senadora Ciarlini.

Quero registrar a minha alegria e tenho certeza de que não só a Bancada do Senado, mas toda a classe política do Rio Grande do Norte está somada a isso. Tive a oportunidade, quando assumi o Ministério da Integração, de receber o projeto do então Presidente Itamar Franco, tendo como Ministro Aluizio Alves. Conheço o projeto. Na Paraíba, só passava pelo Açude Engenheiro Ávidos, que recebe água do rio Piranhas, no Município em que nasci. Entrava na Paraíba pelo meu Município e iria servir ao Rio Grande do Norte. Então criamos, também, a alça leste para garantir o abastecimento do rio Paraíba, da Grande Campina Grande, de parte da várzea do rio Paraíba e, futuramente, a cidade de João Pessoa. Com certeza, estaremos juntos para cobrar do Governo o projeto como um todo.

Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadores e Senadoras, hoje é dia 9 de julho – é uma reflexão para a nossa história. Nesse dia comemoramos a Revolução Constitucionalista de São Paulo, mostrando a necessidade de uma Constituição. Brasileiros já foram à guerra e este Senado é que resguarda isso. Ali está Rui Barbosa que disse: “Só tem um caminho e uma salvação: a lei e a justiça, simbolizados pela Constituição”.

Estamos aqui representando o Piauí, que não pode sair inferiorizado perante o Estado do Rio Grande do

Norte nem perante a Paraíba, de que gostamos muito. Neste fim de semana, em Teresina, houve o Piauí Pop, e o roque se despediu. Mas, em três dias com artistas, surgiu o príncipe da música pop. Entre todos os artistas apresentados, do Brasil e do exterior, quem mais se destacou foi Teófilo, cantor piauiense. Eu vejo nele o que eu vi em Roberto Carlos há quarenta anos.

Então, o parnaibano Teófilo foi o maior destaque. Ele arrasou com os sucessos “Pedra do Sal”, “Uma Menina”, e “Beijos e Cacos”. Teófilo, atualmente radicado em São Paulo, é uma das maiores referências musicais do Estado pelos vários anos de carreira e a criatividade com a qual desenvolve suas canções.

E aqui está o Teófilo, a alegria de hoje. O príncipe da música popular é piauiense.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, João Tenório, Cícero Lucena, Marconi Perillo, Sérgio Guerra e Mário Couto enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado, “Universidade e transparência”, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 30 de maio do corrente.

O artigo do advogado e secretário-chefe da Casa Civil do governo do Estado de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira Filho, critica a invasão do prédio da reitoria da Universidade de São Paulo, USP, por estudantes que no fundo, nada reivindicam porque não há do que protestar. O chefe da Casa Civil paulista esclarece que o decreto do governo de São Paulo que os estudantes alegam tirar a autonomia da universidade, na verdade determina o registro dos gastos das universidades no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios, o Siafem-SP. “Sua única novidade é cobrar mais transparência nos gastos da universidade e de todo o governo. Qual o sentido de uma mobilização que não tem reivindicações explícitas que façam sentido?”

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tendências | Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Universidade e transparência

ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO

DEBATE sobre a invasão da reitoria da USP está carente de dados da vida real. Embora seja um movimento de reivindicações mutantes, que são substituídas, acrescentadas ou subtraídas ao sabor das conveniências do momento, um dado é permanente — a denúncia dos “decretos” do governo do Estado. Ora se pede a revogação dos “decretos”. Ora se cobram mudanças no texto.

Na verdade, os “decretos” são o moinho de vento da provocação que está por trás da invasão e da violência: poucos se deram ao trabalho de estudá-los cuidadosamente ou de explicar de modo racional o que neles há de errado. A denúncia é uma crítica vazia.

Desde logo, o decreto que nomeava o secretário de Ensino Superior para a presidência do Cruesp (o conselho de reitores) já sofreu modificação em 31/1 de 2007 — há mais de três meses e meio, quando as aulas nem tinham começado. Deveria ter saído da pauta das conversas depois que a presidência do Cruesp voltou a ser exercida pelos reitores, em sistema de rodízio.

Mas o chamado decreto-vilão leva o número 51.636 e foi assinado em 9/3 de 2007. Na argumentação dos invasores, é ali que se encontra a maior ameaça à autonomia universitária. Na prática, seu texto determina o registro dos gastos das universidades no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios, o Siafem-SP. E sua única novidade é cobrar mais transparência — da universidade e de todo o governo.

Acontece que há vários anos o governo do Estado de São Paulo assina decretos de teor idêntico ao de número 51.636, inclusive no que diz respeito à aplicação das regras do Siafem às universidades. Assim, o decreto 47.586, de 10/1 de 2003, definiu que a execução financeira, orçamentária,

patrimonial e contábil do Estado deveria ser realizada em conformidade com o Siafem. No artigo 2º, é explicado que as normas do decreto se aplicam não só aos órgãos da administração direta mas também envolvem autarquias, fundações, “inclusive as universidades”. Isso em 2003.

No ano seguinte, em 15/1 de 2004, o decreto 48.444 repete a determinação do ano anterior, dizendo de modo explícito que as mesmas regras do Siafem seriam aplicadas “inclusive às universidades”. Em 2005, o decreto 49.337, também no artigo 2º, reiterava que as normas do Siafem incluíam as universidades. No ano passado, o decreto 50.589, de 16/3, reflete novos conceitos de administração, mas o conteúdo não é alterado.

Ali se explica que, a exemplo do que ocorre com “fundações, autarquias, sociedades de economia mista”, a partir de 2006, as universidades passaram a exercer funções de unidade gestora financeira e de unidade gestora orçamentária. Esse decreto também tocou num ponto que iria provocar mais uma falsa polêmica em 2007, aquele que define regras para remanejamento nas despesas orçamentárias. Muitos estudantes dizem que houve uma mudança e que ela foi proposta pelo governo Serra. Essa inverdade tem sido repetida por professores e até “juristas” desinformados e jornalistas que não se deram ao trabalho de conferir o que iam escrever,

Na verdade, o artigo 7º do decreto de 2006 diz que “as solicitações de alterações orçamentárias e de alteração das quotas” deverão observar as “normas estabelecidas pelas secretarias de Economia e de Planejamento e da Fazenda”. Essa definição, que gerou tantas acusações fantasmagóricas, apenas foi repetida um ano depois.

Ao lado de seus antecessores, o decreto de 9/3 de 2007 não apresenta mudanças de substância. No artigo 1º, três palavras são acrescentadas para dizer que os gastos de toda a administração do Estado — o que inclui as universidades, mas não só — serão registrados “em tempo real”. Na prática, era uma forma de usar um recurso da internet para ampliar a transparência na administração — não só da universidade mas do conjunto do governo. E os reitores mais de uma vez manifestaram seu apoio à medida, justamente por entender que as universidades públicas não têm receio de submeter a execução de seus orçamentos ao mais amplo escrutínio público.

O leitor pode julgar, por si só, qual o sentido de uma mobilização que não tem reivindicações explícitas que façam sentido. Na obra-prima que descrevia um cavaleiro errante que enfrentava moinhos de vento convencido de que se tratavam de gigantes ameaçadores, dom Quixote era um personagem que frequentava a fronteira do ridículo, mas jamais deixava de ser sublime. Em 2007, numa provocação à qual falta uma ambição generosa para ser definida como quixotesca, temos uma aventura que seria apenas triste — caso não fosse paga pelo esforço de cada trabalhador que gera a produção e o dinheiro de cada contribuinte que paga imposto.

ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO, 62, advogado, é secretário-chefe da Casa Civil do governo do Estado de São Paulo. Foi ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e ministro da Justiça (gestão FHC) e secretário de Governo da Prefeitura de SP (2005-06).

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Nações que mudam regras toda hora vivem crise”, publicada no **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 18 de abril do corrente.

A matéria destaca a entrevista do jornalista Gabriel Manzano Filho, com o professor de teoria política da UFRJ, Charles Pessanha. Na entrevista o cientista político diz que acabar com a reeleição é uma idéia ‘prejudicial’, porque as instituições precisam de tempo para amadurecer.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Wagner e Dilma passearam em lancha emprestada por Zuleido”, publicada no **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 22 de maio do corrente.

A matéria destaca que o governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), admitiu ontem ter usado a lancha de Zuleido Soares Veras, sócio-majoritário da Gautama, empresa acusada pela Polícia Federal de liderar um esquema de suborno e desvio de verbas públicas

em obras, durante um passeio com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, em novembro.

Por último, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “A VOLTA DO POP STAR DELÚBIO”, publicada na revista *Veja* em sua edição de 23 de maio do corrente.

A matéria destaca que o ex-tesoureiro do PT, apontado como um dos chefes do mensalão, sai da clausura, participa de eventos políticos e sociais e planeja se tornar o deputado federal mais votado em Goiás.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que as matérias acima citadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos, do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Nações que mudam regras toda hora vivem em crise’

Cientista político diz que acabar com reeleição é idéia ‘prejudicial’, porque instituições precisam de tempo para amadurecer

• Gabriel Manzano Filho

Discutir agora o fim da reeleição é uma péssima idéia. É a vitória do casuismo, dos acertos entre interesses políticos do momento. O que o País precisa é de um Estado sólido, que só será alcançado com instituições permanentes e impessoais – e isso leva tempo para amadurecer e assentar. A avaliação é do cientista político Charles Pessanha, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. “Nações que mudam as regras a toda hora não criam instituições e vivem mergulhadas em crises”, diz ele. Leia entrevista a seguir:

Acabar com a reeleição presidencial é uma boa idéia?
É uma péssima idéia. Casuísti-

Quem é:

Charles Pessanha

• **É professor de Ciência Política** na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Fez doutorado na USP e pós-doutorado na University of London

• **É editor da revista Dados**, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio (IUPERJ)

ca, prejudicial, fora de hora.

Por quê?

Porque um dos princípios fundamentais de um Estado é o desenvolvimento de instituições permanentes e impessoais, e isso leva tempo. Essas instituições são a base sobre a qual tudo o mais se assenta. Elas precisam ser testadas em situações diversas. Por isso há povos que têm Estados e outros que não. Os Estados Uni-

dos fizeram uma Constituição em 1788 e a mudaram pouquíssimo desde então. França e Inglaterra formaram seus Estados de maneira sólida, na Idade Moderna, porque souberam respeitar as leis que criaram. Nações que mudam as regras a toda hora vivem mergulhadas em crises políticas.

Por que o Brasil muda tanto essas regras?
É uma característica histórica.

Vamos fazer uma conta só de 1946 para cá, depois da queda da ditadura Vargas. A Constituição de 46 estabeleceu cinco anos de mandato. Isso valeu até o governo Geisel, já no regime militar. Af Geisel, deu seis anos ao sucessor, João Figueiredo. Foi terrível. Figueiredo vivia entediado com o poder. Dizia sempre que ia “chamar o (general) Pires”, ou seja, recorrer aos militares, para resolver qualquer coisa. Em seguida, a Constituição de 1988 estabeleceu quatro anos sem reeleição. O presidente José Sarney queria aumentar para seis e ficaramos com cinco.

É isso durou só alguns anos. Sim, pois no final de maio de 1994, temendo-se que Lula ganhasse a presidência, o Congresso aprovou quatro anos sem reeleição. Mas como Fernando Henrique Cardoso virou o jogo e venceu, os mes-

mos líderes que haviam aprovado os quatro anos sem reeleição passaram a pedir reeleição em 1997. E criaram uma conturbação geral, estendendo a medida a governos estaduais e prefeituras.

E agora o ministro Tarso Genro quer mudar de novo... É lamentável que a Constituição de 88 esteja sendo tratada dessa maneira e é uma pena que um ministro da Justiça esteja metido nisso. Ele deveria zelar pela seriedade das regras. Seria preciso esperar que as regras em vigor decantassem, mostrassem suas virtudes e limitações. Mas o que vemos de novo são acertos entre grupos políticos movidos por interesses do momento.

Qual o problema com o mandato de cinco anos?

A parte essa constante alteração das regras, vamos criar de novo as eleições solteiras, nas quais a escolha de presidentes ou governadores e prefeitos ocorrem em anos diferentes. Já se comprovou que isso abre caminho para aventureiros, para incertezas políticas. A eleição solteira abre espaço para o personalismo. Em 1989, ela nos deu Fernando Collor. As eleições casadas priorizam programas, estimulam acordos entre grandes forças políticas. Nelas, as instituições ficam acima dos atores políticos. ■

Wagner e Dilma passearam em lancha emprestada por Zuleido

Governador disse desconhecer que embarcação, arranjada pelo ex-marido de sua mulher, pertencia ao empreiteiro

Tiago Décimo

SALVADOR

O governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), admitiu ontem ter usado a lancha de Zuleido Soares Veras, sócio-majoritário da Gautama – empresa acusada pela Polícia Federal de delinear esquema de suborno e desvio de verbas públicas em obras –, durante passeio com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, em novembro.

“A ministra veio aqui no final do ano passado para me ajudar na transição de governo e eu tinha prometido a ela que iríamos passear”, contou. “Como eu não tenho lancha, pedi a um amigo para conseguir uma e ele disse que teria como alugar.”

O amigo é Guilherme Sodré, publicitário e ex-marido da atual mulher do governador, Fátima Mendonça. “Sou amigo dele há 20 anos, mas só ontem (*domingo*), quando voltei da Argentina, ele veio me dizer que não foi um aluguel, que pediu a lancha emprestada para um amigo e, infelizmente, o amigo era esse cidadão. Ele devia ter me contado antes.” Sodré não foi localizado para falar sobre o caso.

Apesar disso, o governador negou envolvimento com Zulei-

do. “Eu o conheço, já o conhecia antes, já o vi em avião, no parlamento. Mas não tenho nenhuma intimidade com ele”, comentou. “O que eu acho que deve ser investigado é: qual é o benefício? Eu estou no governo há cinco meses e não há nenhum negócio com esse senhor”, afirmou. “Se alguém acha que eu vou fa-

zer benefício para alguém por causa de um passeio de lancha, eu acho uma bobagem. Sinceramente, nem lembro da lancha.”

Durante a Operação Navealha, a Polícia Federal apreendeu uma lancha de Zuleido.

Amigo do prefeito de Camaçari (BA), Luiz Caetano (PT), preso na operação, Wagner de-

fendeu o aliado. “Soube que o ex-prefeito Tude está comemorando o fato de que o adversário político dele, momentaneamente, está tendo um problema”, afirmou, em referência a José Reis Tude (DEM), prefeito de Camaçari na época da assinatura do contrato entre a prefeitura e a Gautama, em 1999.

“Pode ser que a alegria de alguns dure pouco, porque sei de obras feitas por essa empresa que não foram realizadas no tempo dos governos dos meus aliados. Acho que logo vai ter muita coisa aparecendo aí”, emendou.

ACM

“Se as investigações evoluírem um pouco, certamente vão chegar aos carlistas, é só uma questão de tempo”, disse o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima (PMDB), alfinetando o senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA). “Ao que parece, o deputado Paulo Magalhães (*sobrinho de ACM*) já foi envolvido e, se forem confirmadas as acusações, ele terá sérios problemas.”

“Desafio o Jaques Wagner a apontar qualquer coisa na minha vida, como eu posso apontar na vida dele. No caso de Camaçari, inclusive, ele está envolvido. Ele só entende de coisas etélicas”, reagiu ACM. O senador não quis comentar o suposto envolvimento de Paulo Magalhães com a máfia das obras. O parlamentar teria sido flagrado, em escuta telefônica, admitindo recebimento de R\$ 20 mil da Gautama. ●

le distribui autógrafos por onde passa, virou presença fácil em eventos – das comemorações de 1º de Maio a jogos de futebol, não deixa um convite passar em branco – e não teme mais ser reconhecido. Nem se esconde. O goiano Delúbio Soares, o homem do caixa, o rosto maior do mensalão, vive uma fase de *pop star*, numa reconstrução de imagem capaz de matar de inveja os melhores marqueteiros. Fato surpreendente para um homem que foi apontado como um dos chefes da quadrilha denunciada pelo procurador-geral da República. O que explica esse fenômeno? O professor de matemática Delúbio pode carregar todos os pecados do mundo, mas é ainda visto por muitos como um homem que não entregou ninguém e foi leal ao presidente Lula no momento mais grave da crise política. Isso lhe garante prestígio nas hostes petistas, respeito entre os empresários que fizeram doações “não declaradas” e inspira até um certo temor no Palácio do Planalto. Afinal, o ex-tesoureiro é a memória viva do maior escândalo da história do partido do presidente.

Delúbio aposta que, em 2010, será um dos deputados mais votados em Goiás, seu Estado natal. Para atingir esse objetivo, ainda mantém um esquema político próprio. Em Goiás estão sob sua batuta órgãos como a superintendência dos Correios e a delegacia do Trabalho. Mas ele quer mais. Delúbio batalha para emplacar a companheira e ex-deputada Neyde Aparecida no

O NOVO POP STAR

**O ex-tesoureiro do PT, apontado como um dos ,
sai da clausura, participa
de e sociais
e planeja se tornar o
mais votado em Goiás**

Colocado no ostracismo, ele agora não hesita em mostrar o rosto

comando do FNDE, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, autarquia que só neste ano pretende gastar R\$ 11,4 bilhões. Neyde é tão ligada a Delúbio que, durante a crise, ficou chamuscada ao mandar um motorista buscar com o amigo, em São Paulo, um pacote com US\$ 200 mil.

Foi também em Goiás que Delúbio fez sua primeira aparição num evento empresarial de peso, ao participar da inauguração da fábrica de caminhões do grupo Caa/Hyundai, em Anápolis. Lula estava lá. Mas pediu aos organizadores da festa que retirassem Delúbio do local. No entanto, o *staff* presidencial fez uma ressalva. **O ex-tesoureiro não poderia ser “magoado” ou “melindrado” com a situação, num sinal de respeito.** Delúbio ficou numa sala reservada, onde os principais políticos locais, como Íris Rezende e Maguito Vilela, fizeram fila para abraçá-lo. Alguns cobraram do ex-tesoureiro que perdesse o pudor e falasse à imprensa. “Aprendi a respeitar o tempo”, disse Delúbio. À noite, em clima de festa, Delúbio reuniu amigos petistas em sua casa em Goiânia.

O que mais impressiona é a vida de celebridade que ele tem levado. Apareceu sorridente na festa do 1º de Maio da CUT. No aniversário de José Dirceu, só faltou dar autógrafos. No campeonato goiano de futebol, entrou em campo com a equipe do Itumbiara, cidade vizinha à sua. Cabelos agora compridos e bem tratados, aparelho nos den-

tes, barba aparada, sempre bem vestido, Delúbio mantém as relações estreitas de sempre com os estrelados do PT. Quem acompanha a rotina do prédio de classe média onde ele vive com a mulher, a também petista Mônica Valente, conta que são frequentes as visitas de conhecidos petistas ao apartamento do ex-tesoureiro, entre eles Marta Suplicy e José Dirceu, além do presidente do Ibope, Carlos Augusto Montenegro. Delúbio não tem nada registrado em seu nome. Nem carro. O apartamento onde mora, no bairro paulista no da Consolação, está no nome da sogra, Diva Valente, e foi comprado em outubro de 2005, por R\$ 190 mil.

Em Goiás, Delúbio tem feito segundas reuniões com partidos nanicos. Como quer ser candidato a deputado federal e foi expulso do PT, ele articula uma aliança que lhe permita interessadas em abrigá-lo. O presidente regional do PHS, Walter Souto, garante: “Se o Delúbio quiser, eu dou legenda, sim. Ele será um puxador de votos.” O ex-tesoureiro do PT mantém excelente relação com o prefeito de Goiânia, Íris Rezende, a quem prometeu liberar verbas para a construção de casas populares. Seu irmão, Carlos Soares (PT), que investiu pesado na última eleição para eleger-se vereador, ficou como suplente e finalmente assumiu uma vaga, com Delúbio na posse. Pelas mãos do irmão fa-

moso, Carlos é um dos homens de confiança do prefeito na Câmara.

Fora da política, nos tribunais a situação de Delúbio não é tão confortável. Além do inquérito do mensalão e do primeiro processo aberto no STF a partir do escândalo, Delúbio responde a outras ações na Justiça

Federal de Brasília e na Justiça goiana. Uma delas por ter continuado a receber salário de professor mesmo sem aparecer na sala de aula. A sentença sai nos próximos dias. Ele, no entanto, está mais confiante. A investigação da PF sobre o caso Visanet apontou que o dinheiro é privado — isso eliminaria crimes como corrupção e tráfico de influência. No caso dos empréstimos dos bancos Rural e BMG ao PT, haveria erros processuais. E isso hoje dá a Delúbio quase a certeza de que ele não será preso. Principalmente se, além de *pop star*, conseguir se eleger deputado. ■

INFLUÊNCIA

Mantém alguns afilhados no poder. Em Goiás, controla os Correios e a DRT. Quer emplacar Neyde Aparecida no FNDE

CELEBRIDADE

Delúbio foi à festa de aniversário de José Dirceu, à inauguração de uma fábrica da Hyundai em Anápolis e no 1º de Maio

COMPANHEIROS

Com a mulher, Mônica, ele recebe em seu apartamento em São Paulo visitas de petistas como José Dirceu e Marta Suplicy

DISCRICÃO

Delúbio não tem nada em seu nome. O apartamento onde mora em São Paulo está no nome da sogra e foi comprado por R\$ 190 mil

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Ambiente é desculpa para a incapacidade”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 11 de maio de 2007.

A matéria destaca que o governo Lula usa a questão ambiental para justificar a sua incapacidade de dar andamento a projetos importantes de infraestrutura do País e para encobrir a falta de estrutura de órgãos como o Ibama.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Fomos traídos e greve é única saída”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 12 de maio de 2007.

A matéria destaca que para forçar o governo a revogar a Medida Provisória nº 366, que divide em dois o Ibama, os funcionários do órgão pretendem iniciar na segunda-feira greve nacional por tempo indeterminado. Segundo o líder dos servidores do Ibama, Jonas Corrêa, “a divisão foi uma medida autoritária e arbitrária, que traz embutida a intenção de extinguir o órgão”.

Por fim, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada "Ibama promete ir à greve hoje", publicada no *Jornal do Brasil* em sua edição de 14 de maio de 2007.

A matéria destaca que os servidores do Ibama são contrários à medida provisória que tirou da instituição a prerrogativa de cuidar de áreas de proteção.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que as referidas matérias passem a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Ambiente é desculpa para a incapacidade’

Para o geógrafo, questões ambientais não são entrave para obras porque nunca foram levadas em conta

Ricardo Brandt

O governo federal usa a questão ambiental para justificar a sua incapacidade de dar andamento a projetos importantes de infra-estrutura do País e para encobrir a falta de estrutura de órgãos como o Ibama. A opinião é do ambientalista Mário Mantovani, diretor do SOS Mata Atlântica.

Leia abaixo trechos de entrevista concedida ao Estado:

A questão ambiental tem sido um entrave para o desenvolvimento do País, como fazem crer alguns setores do governo?

O meio ambiente nunca foi um entrave para nada no Brasil. Se fosse, nós diríamos que seríamos muito bons. Nunca se valorizou o meio ambiente em nenhum governo e o governo Lula foi o pior de todos. O governo Lula se apoiou no capital ético e moral da ministra Marina Silva. O espaço que estão dando para o meio ambiente, como se ele tivesse poder para barrar alguma coisa no País, mostra uma face que a gente não conhecia, porque sempre achamos que era uma questão absolutamente periférica para o governo. Nós ganhámos um status tão grande, que é impressionante.

O problema então é a falta de estrutura do Ibama?

Não tem estrutura. Atribuir o problema ao Ibama, mostra a má-fé do governo. É má-fé porque nunca foi dada estrutura ao órgão. O Ibama nunca funcionou, nunca teve estrutura. Existem técnicos muito bons, mas é uma estrutura viciada.

São exageradas as pressões feitas pelo governo para conseguir aprovar as licenças?

Não vejo como exageradas, para mim é chutar cachorro morto. As obras não saem não é por causa de problemas ambientais e sim por falta de capacidade do governo. O problema é que sempre contingenciaram verbas do meio ambiente, nunca se estruturou o órgão para atuar de forma eficiente.

Estão superdimensionando o poder do Ibama hoje no País? Não existe e nunca existiu grande obra que parou por conta de licenciamento ambiental

Quem é:
Mário Mantovani

• É formado em geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde também foi professor

• O ambientalista é fundador e secretário da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente

no País. O governo viu a fragilidade e está jogando nisso. O pior é que o pessoal do Ibama está acobertando. É jogo de cena.

Mas não há as obras do PAC paradas por conta de licenças?

O que precisamos é aperfeiçoar o sistema. Agora, a empresa entregou um papel qualquer, não cuidou, entrou naquela de que podia fazer porque ia passar batida. Mas dizer que o PAC está parado é um absurdo. O PAC ressuscitou problemas esquecidos. Volto a dizer: nenhuma obra vai ter problema de licença no País. O problema é que vocês têm um órgão que cabe um papel e você coloca 20. Não dá mesmo. É um jogo de cena para justificar a incompetência do governo. Se o governo quisesse fazer um PAC sério, já faria na linha de que era preciso corrigir o gargalo do licenciamento, como eles chamam. Não tem gargalo. Existe uma estrutura em que era para entrar tantos projetos e, de um dia para outro, o governo despoja um monte de intenções. Não será a questão ambiental que vai pegar e sim a incapacidade, a escolha errada do projeto, projetos inexecutáveis.

A divisão do Ibama é necessária?

É. O Ibama se tornou um problema com a parte de fiscalização, de licenciamento. Mas que sempre teve pressão política, que vem mudando, mas não mudou o suficiente. A divisão vem de outro momento. Ficou parecendo que foi uma moeda de troca. Tinha que fazer o rompimento. O processo do Ibama é um processo viciado. Carrega uma carga negativa de problemas de indicações. Lamento que isso esteja acontecendo agora.

E a greve anunciada ontem? A greve vai passar mesmo para o governo, que vai adotá-la. Vai dizer que o Ibama era o problema.

'Fomos traídos e greve é única saída'

Líder dos servidores do Ibama, Jonas Corrêa diz que divisão do órgão é retrocesso e vai aumentar burocracia

Vanildo Mendes
BRASÍLIA

Para forçar o governo a revogar a Medida Provisória 886, que divide em dois o Ibama, os funcionários do órgão pretendem iniciar na segunda-feira greve nacional por tempo indeterminado. O presidente da Associação Nacional dos Servidores do Ibama, Jonas Corrêa, disse ao Estado que a MP foi uma traição do governo Lula, por ter sido editada sem discussão e votação no Senado pela ministra Marina Silva.

"Foi uma medida autoritária e arbitrária, que traz embutida a intenção de extinguir o órgão", acusou Corrêa. "A única alternativa, diante do fato consumado, foi a greve nacional para forçar o governo a retirar a MP e negociar a reestruturação da gestão ambiental."

Ele também considerou a criação do Instituto Chico Mendes, que ficará encarregado do manejo de reservas, um retrocesso ambiental e "um tiro no pé". Argumentou que, em vez de reduzir, ela vai aumentar a burocracia e os gastos públicos, além de causar ineficiência. "A gente não está entendendo bem o discurso de que a MP dará celeridade aos processos de licen-

Jonas Corrêa
Presidente da
Associação Nacional
dos Servidores do Ibama

"Foi uma medida autoritária que traz embutida a intenção de extinguir o órgão"

"A única alternativa foi a greve para forçar o governo a retirar a MP e negociar a reestruturação"

"Um governo que pretende ser democrático não pode encaminhar uma medida dessa". "Hoje, você tem 8 procedimentos para um licenciamento. Isso vai quadruplicar, subindo para 36 procedimentos, percorrendo três órgãos diferentes. Como dar celeridade assim?"

"Vamos acompanhar a agenda do presidente, faremos protestos e entregaremos documento onde dire a ministra Marina Forem"

ciamento dentro do Ibama. Nós vemos exatamente o contrário. Com a criação do Instituto Chico Mendes e a passagem de dois centros de pesquisa para o Serviço Florestal, você vai ter que ouvir três minutos", explicou.

"Hoje, você tem 8 procedimentos para um licenciamento. Isso vai quadruplicar, subindo para 36 procedimentos, não só mais dentro do Ibama, mas percorrendo três órgãos diferentes. Como dar celeridade assim?"

O sentimento dos servidores do Ibama, segundo ele, é que foram traídos. "Um governo que pretende ser democrático e popular não pode encaminhar uma medida dessa, mexendo com a vida de todo o povo, sem ampla discussão da sociedade. Nós nos sentimos traídos e indignados. Por isso não tivemos alternativa se não fazer greve."

A greve será o único movimento. "Estaremos todo dia no Congresso. Nos Estados, vamos procurar os parlamenta-

Para estudo, MP amplia lentidão

A informação de que a divisão do Ibama na prática deve tornar mais lenta a tramitação de processos de licenciamento ambiental, apresentada pelo presidente da Associação Nacional dos Servidores do Ibama, se baseia em um estudo feito por técnicos do órgão. Os funcionários têm divulgado tabela mostrando que devem subir de 8 para 36 as etapas por que um pedido deve passar.

No exemplo, os técnicos usaram o processo de licenciamento de uma mina de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em Carajás, no Pará. Por se en-

contrar numa área de conservação, que com a nova legislação passa para a esfera de controle do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - jocosamente apelidado de Chiblo pelos servidores do órgão -, o projeto, que já estava prestes a ser liberado, terá que voltar à estaca zero.

Na tramitação, vai percorrer um longo caminho interno e entre os dois novos órgãos. A própria presidência de cada um deles estará envolvida no processo, já que caberá a essa instância administrativa remeter os autos ao outro instituto. **VANILDO MENDES**

res. Vamos à rua explicar à sociedade o prejuízo que ela terá com o projeto", disse. "Vamos acompanhar a agenda do presidente, faremos protestos e entregaremos documento onde ele e a ministra Marina Forem."

Corrêa negou que a decisão de parar permita que o Ibama fique paralisado como entrave de fato ao desenvolvimento. "É justamente o contrário. O que acontece é que os empreendedores não dispõem a legislação ambiental. Em nenhum momento, os processos ficam retidos por culpa do Ibama", disse.

Para o dirigente, o que o governo quer é enfraquecer o Ibama. A ideia seria mudar o formato do licenciamento ambiental. "O governo Lula, no afã de impor seus projetos por cima da legislação ambiental, decidiu enfraquecer o Ibama, pois assim poderá adiante criar uma agência de licenciamento", avaliou. No raciocínio do representante dos funcionários, se o governo simplesmente criasse a agência, passaria para o mundo a ideia de que optou pelo desenvolvimento a qualquer custo.

O problema dentro do Ibama, para Corrêa, é que faltam estrutura, orçamento, pessoal e salários. "O que não funciona é porque o Ibama não dispõe de orçamento e condições. No ano passado, o servidor tinha que trazer de casa até produtos de higiene e limpeza, porque o órgão não tinha sequer papel higiênico. Sem falar em carro, combustível..." Ele avalia que seria necessário dobrar o número de funcionários, hoje em 6,5 mil.

É isso que, na avaliação do sindicalista, faz o Ibama "trabalhar de forma mais lenta". "O pouco que sai é porque os servidores vestem a camisa, mesmo sem condições." ■

Ibama promete ir à greve hoje

Servidores são contrários à medida provisória que tirou da instituição a prerrogativa de cuidar de áreas de proteção

Alexandre Inacio

BRASÍLIA

Os 6.400 servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) entram hoje em greve por tempo indeterminado, nos 26 Estados e no Distrito Federal, numa tentativa de forçar o governo a revogar a Medida Provisória 366, que dividiu o órgão em dois. O movimento deve atingir todos os departamentos do Ibama, inclusive o setor responsável pelo licenciamento ambiental, o que deverá trazer mais dor de cabeça para o governo, empenhado em fazer deslanchar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A paralisação também preocupa investidores e lideranças da indústria de base. "É lamentável a mobilização da greve. Isso não é uma ameaça ao governo, mas sim ao desenvolvimento do País", afirma Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib). Para ele, algumas obras do PAC que já estão descumprindo o cronograma poderão sofrer um atraso ainda maior.

AMP 366 é vista pelos funcionários do Ibama como um retrocesso do ponto de vista ambiental. O objetivo da divisão do órgão, segundo o governo, é reduzir a burocracia nos processos de liberação de licenças, mas a Associação Nacional dos Servidores do Ibama considera que,

com a mudança, os procedimentos para obtenção de toda a documentação passariam de 8 para 36 etapas.

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva já reclamou da demora na emissão das licenças, o que está "emperrando" as obras do PAC, o carro-chefe do petista em seu segundo mandato. Entre os empreendimentos prejudicados pelo atraso na concessão de licenciamento ambiental estão as usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau. Elas devem ser construídas no Rio Madeira, em Rondônia.

A geração de energia, aliás, é o principal setor a ser prejudicado pelas incertezas existentes no cenário institucional do meio ambiente. Conforme simulações feitas com base em condições normais de oferta e demanda de energia, o Brasil não sofre risco de racionamento em 2007 e 2008. Para 2009, no entanto, essa possibilidade chega a 5%, sobe para 8% em 2010 e alcança 14% em 2011. Levando em consideração um cenário de consumo acima do esperado e atrasos na construção de usinas, o risco de novo apagão será de 23,5% em 2010 e de 30% em 2011.

Na avaliação de Godoy, os contratos de fornecimento de energia estão prestes a vencer e serão renovados em outras bases. "Se não tivermos uma oferta maior de energia vamos caminhar para um encarecimento desse insumo. Talvez não tenhamos um novo racionamento, mas teremos um custo muito maior e sofreremos todos os impactos dessa situação", afirma.

Para o presidente da Abdib, contudo, os entraves para a construção de usinas são maiores que a crise no Ibama. Ele aponta ainda o número de intervenções nos processos de liberação de licença ambiental, como as feitas pelo Ministério Público, por organizações não-governamentais (ONGs), institutos e fundações ligados à proteção indígena e políticos. "Vamos ver quem assumirá a responsabilidade por dizer que uma licença não será liberada e quais argumentos técnicos serão utilizados", critica Godoy.

Segundo análise da Abdib, o Brasil tem buscado impacto ambiental nulo para o licenciamento das obras do PAC, o que simplesmente nega o crescimento econômico. Sua avaliação é de que o objetivo deveria ser buscar impacto ambiental mínimo, uma vez que não existe ação humana que não resulte em alteração ou qualquer impacto do meio ambiente. ●

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Consumo do governo avança em ritmo acelerado”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de junho de 2007.

A matéria destaca que a expansão dos gastos públicos pode gerar pressão inflacionária.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “País empaca no *ranking* mundial”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de junho de 2007.

A matéria destaca que o Brasil continua na lanterna do grupo Bric e na 10^a posição entre as maiores economias do mundo, segundo o FMI.

Como último assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Depoimento indica ligação com

chefe do esquema”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de junho de 2007.

A matéria destaca que os depoimentos de Andrey Galileu Cunha, ex-homem de confiança de Nilton Servo, ajudaram a Polícia Federal a concluir que o irmão do presidente Lula, Genival Inácio da Silva, o Vavá, cobrava dinheiro da máfia dos caça-níqueis para fazer lobby dentro do governo.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que as referidas matérias passem a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

B6 | ECONOMIA | QUINTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2007
O ESTADO DE S. PAULO

CONTAS NACIONAIS

Consumo do governo avança em ritmo acelerado

Expansão dos gastos públicos pode gerar pressão inflacionária, alerta economista

Wilson Brandão Junior
RIO

A velocidade de crescimento do consumo do governo está aumentando, com base nos dados do Produto Interno Bruto (PIB). Nos 12 meses encerrados em março do ano passado, a taxa de crescimento era de 2%. Esse patamar subiu para 3,4% no mesmo período encerrado no último mês de março. Os dados foram levantados pela consultoria MB Associados.

Pela metodologia das contas

nacionais do IBGE, o consumo do governo compreende as informações não apenas do governo federal, mas também das administrações estaduais e municipais, que, segundo o instituto, têm maior peso nesse item do PIB. “O consumo do governo tem crescido num ritmo intenso há bastante tempo”, comenta o economista da MB Associados, Sergio Valle.

Os dados do PIB divulgados ontem mostram que, ainda assim, esses gastos crescem pouco abaixo da economia, que, nos

12 meses encerrados em março, avançou 3,8%. No primeiro trimestre deste ano, comparado ao mesmo período do ano passado, o consumo do governo subiu 4%, ante um PIB 4,3% maior. Já na comparação com o último trimestre do ano passado, quando a economia avançou 0,8%, o consumo do governo cresceu bem mais: 3,5%.

Pelolado da demanda, os gastos do governo equivalem a 19% do PIB, fatia inferior ao consumo das famílias, que representam dois terços da economia.

NÚMEROS

3,4%

foi o aumento no consumo do governo nos últimos doze meses, até março deste ano

2%

foi a alta registrada no mesmo período do ano anterior

19% é a fatia

desses gastos no PIB brasileiro, inferior ao consumo das famílias

Ainda segundo o IBGE, o consumo do governo, simplificado, é o conjunto de serviços individuais ou coletivos prestados pelos governos à população, como por exemplo, de saúde e educação pública, defesa, judiciário, órgãos e autarquias públicas.

Esse item não inclui, dentre outros, despesas de investimento e transferências correntes.

PRESSÃO

Dados do Tesouro indicam, por exemplo, que o gasto público fe-

deral vem crescendo. “Há uma política de expansão do gasto público e a ideia é que tem de botar o pé no freio, sob o risco de mais cedo ou mais tarde isso gerar pressão inflacionária”, diz Fábio Giambiagi, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ele diz que esse risco pode não ser para este ano ou 2008, mas no médio prazo é incompatível com uma inflação entre 3% e 4%.

O economista explica que os dados do Tesouro mostram que no primeiro quadrimestre do ano os gastos do governo federal cresceram 9,9%, divididos, basicamente, desta forma: transferências para Estados e municípios (10,8%), folha de pessoal (8,6%), INSS (10,3%) e outras (9,7%).

QUINTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2007 | ECONOMIA | B3
O ESTADO DE S. PAULO

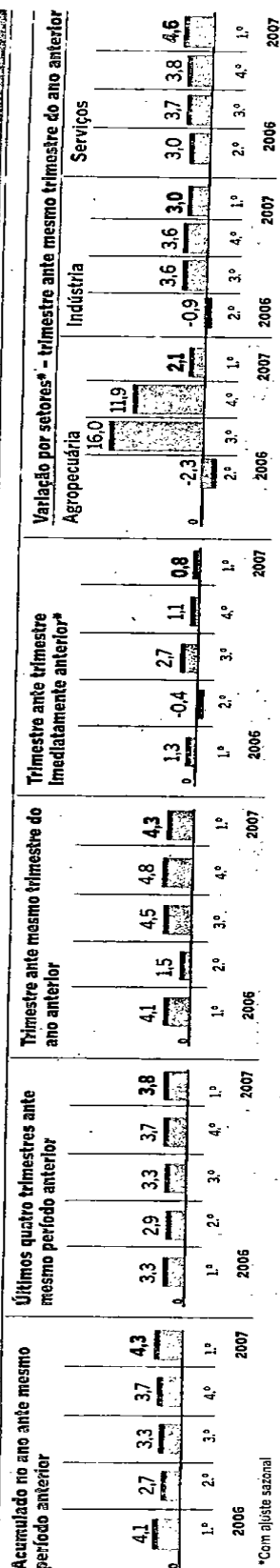
CONTAS NACIONAIS

País empaca no ranking mundial

Brasil continua na lanterna do grupo Bric e na 10.^a posição entre as maiores economias do mundo, segundo FMI

RESULTADOS DO PIB A PREÇOS DE MERCADO

EM PORCENTAGEM



Depoimento indica ligação com chefe do esquema

Segundo Cunha, irmão mais velho de Lula era amigo de Servo e recebia dinheiro e favores

CAMPO GRANDE

Os depoimentos de Andrey Galiu Cunha, ex-homem de confiança de Nilton Servo, ajudaram a Polícia Federal a concluir que Genival Inácio da Silva, o Vavá, cobrava dinheiro da máfia dos caça-níqueis para fazer lobby dentro do governo. Cunha disse que Vavá recebia dinheiro e favores de Servo e o último pagamento teria sido feito em janeiro deste ano: R\$ 3 mil.

No depoimento, Cunha afirmou que "Vavá é amigo de Nilton e pedia favores a ele" e "tem conhecimento de que Nilton chegou a dar R\$ 3 mil para Vavá em janeiro de 2007". Na seqüência ele diz saber que "Vavá solicitou

dinheiro a Nilton outras vezes".

Numa conversa entre Servo e uma pessoa identificada como Serra, no dia 14 de março, às 15h57, o suposto chefe do grupo relata que "de picado em picado arrumou para o Vavá uns 14, 15 paus". O interlocutor aconselha Servo a não arrumar mais dinheiro para o irmão de Lula, porque este "tem que mexer como o doce". Na mesma conversa, que dura 10 minutos, Servo comenta sobre um industrial de Manaus (AM) que está tentando um empréstimo de R\$ 100 milhões no BNDES e "não está conseguindo resolver". Diz que vão tentar fazer lobby por meio de Vavá para conseguir a liberação.

O Estado conversou com uma pessoa diretamente ligada à família de Cunha, que terá o nome preservado. Ela disse que Servo dava dinheiro periodicamente a Vavá, como forma de buscar contatos no governo e também para se aproximar do presidente Lula. Durante o depoimento da pessoa ligada a Cunha, foram mostradas fotos em que Servo aparece ao lado do presidente em um churrasco. O encontro teria ocorrido em 2002, logo após Lula vencer as eleições. As fotos fazem parte de um álbum da família Servo. A imagem foi usada por Servo durante a campanha à Prefeitura de Bonito (MS), em 2004.



Nelson Alfonso
Advogado de Vavá

"Muita coisa foi dita, mas não há como provar. Vavá está sofrendo acusação, está sendo condenado como se fosse ilícito ser irmão do presidente da República"

"Eles não têm negócios. Vavá não recebeu nada do Nilton"

O Estado apurou que os R\$ 3 mil que Servo teria dado a Vavá em janeiro foram entregues num café, em São Bernardo do Campo. O encontro foi presenciado por um motorista que re-

cebeu a incumbência de entregar para Vavá um envelope - como o dinheiro - levado por Servo. No local, havia câmeras de segurança.

O advogado de Vavá, Nelson Alfonso, afirmou ontem que ele não recebeu dinheiro de Servo. Para Alfonso, não há provas contra seu cliente. "Muita coisa foi dita, mas não há como provar. Vavá está sofrendo acusação, está sendo condenado como se fosse ilícito ser irmão do presidente da República."

Ele confirmou que Vavá é amigo de Nilton Servo. "Vavá já reconheceu isso, que o Nilton é um amigo um pouco distante. Amizade não é pecado, até onde se sabe. Mas eles não têm

negócios. Vavá não recebeu nada do Nilton. Nunca existiu lobby. Ele vai a Brasília, já foi, mas não tem trânsito, não visita ministérios. Não tem prova nenhuma de que ele recebeu dinheiro nem de que oferecia facilidades em órgãos públicos. A Polícia Federal também não encontrou nenhum processo no Superior Tribunal de Justiça envolvendo Vavá em suposta exploração de prestígio."

Sobre o grampo da PF que flagrou o irmão de Lula pedindo R\$ 2 mil para Servo, o advogado foi taxativo: "As gravações não provam nada, são meros indícios. Não houve crime nenhum. São 8 meses de gravação, tem gravação de todo mundo. Nesses 8 meses vou ter material para a defesa. A PF pegou trechos das gravações e requereu à Justiça prisão cautelar e mandado de busca. A PF editou as interceptações, os trechos que eles entregaram à Justiça."

• R.B. e F.M.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "O 'bagrão' de Lula", publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 23 de abril de 2007.

O artigo do jornalista Carlos Alberto Sardenberg destaca que a legislação, a cultura e a estrutura dos órgãos ambientais bloqueiam soluções a ponto impedir qualquer tipo de projeto que se apresente já que a tendência dominante nesse órgão é a de negar licença para qualquer projeto que tenha algum impacto ambiental.

Como segundo assunto, gostaria de registrar o artigo intitulado "De politização e manipulação", publi-

cado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 7 de abril de 2007.

O artigo da jornalista Dora Kramer destaca que o consenso que a CPI do apagão aéreo sai mesmo é tão firme que surpresa agora será por algum motivo ela não se instalar.

Sr. Presidente, solicito que os artigos citados sejam considerados parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O 'bagrão' de Lula

Então os bagres caíram no colo do presidente Lula. Não os que ele cria na Granja do Torto, mas os que vivem naturalmente, digamos assim, nos rios do Xingu e que estão impedindo a concessão de licenças ambientais para hidrelétricas incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

"Um bagrão" – assim o presidente qualificou o problema que foi parar no seu gabinete, durante reunião do Conselho Político, na última quinta-feira. Trata-se de um caso antigo. Esta coluna, aliás, tratou do assunto em 4 de dezembro, sob o título *Quanto custa um bagre?*

Escrevíamos: há seis hidrelétricas planejadas para os rios que correm para o Parque do Xingu e que são contestadas pelos índios. Um dos argumentos dos índios sustenta que um dos projetos pode ameaçar os bagres, o que, para eles, inviabiliza a obra. Estão no seu direito.

Mas a decisão não interessa só a eles. Há toda uma outra população cujo progresso e bem-estar dependem da oferta de energia. Sem as hidrelétricas, a energia será escassa, impedindo muitas atividades econômicas, e mais cara. É essa conta que não se faz. Se a pergunta é "os índios têm direito a seus bagres?", a resposta é obviamente positiva. Mas a pergunta não é essa. É outra: para a região toda, vale a pena trocar os bagres por energia

escassa e cara? Ou ainda: quanto custará cada bagre?

Na reunião do Conselho Político, o presidente Lula disse que não era possível não existir uma solução para os bagres. Acrescentou: "Eu crio bagres aqui."

Pois é. Fica mais barato criar os bagres no palácio presidencial e despachá-los para os índios no avião presidencial do que abandonar o projeto da hidrelétrica.

Mas por que as soluções não saem? As licenças para as duas usinas do Rio Madeira – cruciais para o fornecimento de energia a partir de 2010 – foram prometidas há vários meses, mas o Ibama não parece ter pressa. Comenta-se mesmo que o pessoal não mostrou a menor preocupação com as queixas de Lula.

Ocorre que a legislação, a cultura e a estrutura dos órgãos ambientais bloqueiam as soluções. Do jeito que estão as coisas, a tendência dominante é a de se negar licença para qualquer projeto que tenha algum impacto ambiental, quer seja para a vegetação, quer para os bagres.

Não se faz a conta custo/benefício. Todo projeto terá impacto ambiental. A questão é medir esse impacto e comparar com os benefícios econômicos e sociais do projeto. O valor dos benefícios pode perfeitamente justificar a perda ambiental, caso em que os prejudicados têm que ser indenizados e/ou compensados de alguma forma razoável.

Mas os órgãos ambientais, responsáveis pelas licenças, não foram constituídos para fazer a conta custo/benefício. Concentram-se no impacto ambiental e aí as coisas não passam.

Em resumo, o presidente Lula pode reclamar do "bagrão", mas no sistema atual vai continuar reclamando.

Proposta Kelman – Daí a importância do anteprojeto de lei apresentado pelo diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Jerson Kelman, modificando o sistema de licenciamento para projetos de energia elétrica.

Resumindo, a idéia é atribuir ao Conselho de Defesa Nacional, órgão que assessora o presidente da República, a definição dos projetos considerados de interesse estratégico nacional. Esses projetos teriam estudos de impacto ambiental feitos só pelo Ibama (excluindo-se os ór-

centam informações a respeito da coluna da semana passada, *Aeroportos privados, qual o problema?*

Frank Sarnighausen, de São Carlos (SP), informa que o Aeroporto de Lima (Jorge Chávez), no Peru, foi privatizado, totalmente reformado, aumentando e modernizado, sendo hoje um dos melhores terminais da região. E será construído outro aeroporto. Vencedora da licitação: a alemã Frankfurt Airport.

Roberto da Rocha Azevedo e Julian White lembram que Londres tem cinco, e não três, aeroportos. Os cinco dividem vôos locais e internacionais, com companhias de tarifas mais baratas operando fora de Heathrow.

White observa que Heathrow, alvo de tantas reclamações de ingleses, não é assim tão ruim. Diz que um novo terminal vai acrescentar 10 milhões de passageiros por ano (pouco menos do que o total de Cumbica) e, aparentemente, será ultramoderno. O prédio, visto a distância, parece enorme. A maioria dos passageiros ainda prefere Heathrow, que pode não ser maravilhoso, mas é muitíssimo melhor do que Cumbica, por exemplo.

Na opinião de White, "aeroporto ruim mesmo, dos piores do mundo, é o Charles de Gaulle, de Paris, estatal. Entre muitos problemas, para ir de um terminal a outro é necessário tomar o ônibus (navette) por fora, o que pode levar até 40 minutos".

Mas muitos viajantes dizem que nenhum supera os aeroportos da Rússia em ruindade. São estatais. ●

*Carlos Alberto Sardenberg é jornalista. Site: www.sardenberg.com.br

A legislação e a estrutura dos órgãos ambientais bloqueiam soluções

gãos estaduais e municipais) e, assim instruídos, subiriam à decisão do presidente da República. Ele, então, poderia baixar decreto incluindo projetos no programa nacional e dispensando-os de licença ambiental, entendendo-se que os estudos do Ibama serviriam para orientar eventuais compensações.

A idéia básica, diz Kelman, é "evitar que projetos que tragam benefícios para a maioria da população possam ser bloqueados pela ação de minorias" – como é exatamente o caso dos bagres dos índios do Xingu.

Isso sim pode ser uma solução para o "bagrão".

Aeroportos privados – Leitores corrigem, esclarecem e acres-

NACIONAL | SÁBADO, 7 DE ABRIL DE 2007
O ESTADO DE S. PAULO

De politização e manipulação

O consenso de que a CPI do apagão aéreo sai mesmo é tão firme que surpresa agora será se por algum motivo ela não se instalar. Ou por decisão do Supremo Tribunal Federal ou por desistência da oposição de fazer o inquérito parlamentar por meio do Senado.

Diante do praticamente inevitável, nesta semana os líderes governistas radicalizaram no desespero de causa: como último recurso para evitar a investigação, tentaram aplicar o velho truque do perigo dos rancos da reação militar.

Procuraram a oposição e ponderaram que a instalação da CPI poderia dar margem a uma nova crise militar. As investigações talvez revelassem "fragilidades" da Aeronáutica que as Forças Armadas não gostariam de ver expostas em público.

A base governista está perdida. Dispõe de força numérica, mas, pela qualidade da estratégia agora adotada, parece que só tem tamanho. Se tivesse cérebro, perceberia a inadequação do argumento: falar em risco de crise porque a Aeronáutica não resistiria a uma investigação parlamentar significa pôr as Forças Armadas sob suspeição.

Quando o governo diz à oposição que a CPI poderia provocar revolta nos quartéis porque revelaria fatos desabonadores para uma das Forças, está automaticamente insinuando que os militares têm algo a esconder.

Fazem deles um escudo de proteção num embate de natureza político-partidária e atribuem a eles um receio que na verdade é do governo.

Quem não quer CPI é o Palácio do Planalto. Rememorar crises do passado para transferir essa posição às Forças Armadas é um erro de análise

O risco não é a CPI politizar a crise, mas os políticos manipularem a CPI

se da realidade presente ou um sofisma eivado de má-fé.

Não há politização no trato da crise por parte dos militares. Não contestam o papel institucional nem a autoridade do presidente da República. Querem simplesmente ter os seus preceitos preservados.

Por ora, porque a depender do encaminhamento das coisas, realmente o bate-cabeça governista pode acabar provocando problemas de ordem institucional. Como ocorreu

com o acréscimo de uma crise de relação Poder Executivo-poder militar à crise do setor aéreo.

A alegação de que a CPI politiza a crise é uma obviedade, pois a investigação é parlamentar. O problema não é CPI politizar a crise, mas os políticos quererem manipular a CPI.

Isso vale para o governo e sua mais recente manobra de jogar com o risco de reação militar, mas vale também para a oposição, que depois de brigar tanto pela comissão está no mínimo obrigada a não dar espetáculo de quinta.

Insegurança no ar

Se o apagão total da sexta-feira 30 rendeu algum benefício foi a abertura da discussão sobre a segurança dos vãos, assunto até então tratado com certa inibição.

O Sindicato dos Aeronautas e da Federação Internacional de Associações de Controladores de Tráfego Aéreo abordaram questões importantes nesta semana.

A presidente dos aeronautas, Graziela Baggio, apontou a existência de um grave embate entre pilotos e controladores, assim detalhado pelo vice-presidente do sindicato, Gelson Fochesato: "O controlador não quer que o piloto se aproxime da pista e o piloto fala que tem que se aproximar porque o controlador está mentindo para ele. Os pilotos estão revoltados ao ponto de quererem ir direto para um conflito e passar a não obedecer mais aos controladores. Isso já não é mais segurança de voo, é uma mentira".

Sobre o plano de emergência da FAB, diz Marc Baumgartner, da Federação Internacional dos Controladores: "As armadilhas do sistema, problemas de radar e de rádio, ainda estão lá. A Aeronáutica não fez nada além de aquartelar e investigar os controladores. Usar militares da defesa aérea é a mesma coisa que colocar um carregador de bagagens ou uma atendente do check-in para pilotar um avião, eles não têm a menor idéia do que fazer, não foram treinados para isso. Já vimos essa história antes na França. Acabou em uma colisão aérea".

Se os presidentes das entidades não foram irresponsáveis ao ponto de dizer o que disseram em função dos interesses das respectivas categorias profissionais, seus alertas são dignos de registro.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Funcionários do Ibama protestam contra Lula”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 09 de maio de 2007.

A matéria destaca que os funcionários do órgão rejeitam a divisão do instituto, pararam por 24 horas e hoje vão promover um ato na Esplanada dos Ministérios.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Ex-deputado é o novo locutor oficial de eventos no Planalto”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 04 de junho de 2007.

A matéria destaca que o locutor oficial da presidência desde a redemocratização, Lademir Filippin, foi substituído pelo ex-deputado federal acusado de envolvimento na máfia dos sanguessugas, Maurício Rabelo.

Gostaria, por último, de fazer o registro da matéria intitulada “Lula e o Ibama”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 04 de maio de 2007.

A matéria destaca que o impasse sobre a construção de usinas do rio Madeira indica urgência de criar regras mais claras para tornar previsível o licenciamento ambiental

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que as referidas matérias passem a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Funcionários do Ibama protestam contra Lula

Eles rejeitam divisão do instituto, param por 24 horas e hoje vão promover ato na Esplanada dos Ministérios

SÃO JOSÉ

Faixas de protesto levantadas por cerca de 50 funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), contra a divisão do órgão, receberam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Santa Catarina. “Lula, você foi enganado, as licenças ambientais vão demorar mais ainda”, dizia uma delas, entre as muitas espalhadas junto à saída do Centro Operacional e Administrativo dos Correios e Telégrafos, na cidade São José (SC), inaugurado ontem pelo presidente.

Enquanto isso, em Brasília, representantes do Ibama de todo o País decidiam por uma paralisação de advertência por 24 horas, pelo mesmo motivo: o re-

púdio à medida provisória que dividiu o Ibama em dois, criou a Fundação Chico Mendes e tirou do instituto a tarefa de fiscalizar as entidades ligadas ao setor. Segundo dados da Associação Nacional dos Funcionários do Ibama, a adesão chegou perto dos 100%.

“A divisão do Ibama vai enfraquecer um órgão que tem história. É um retrocesso essa mudança para a política ambiental do País”, afirmou o presidente da entidade sindical, Jonas Corrêa.

Em São José, a manifestação vista por Lula foi pacífica. O presidente passou ao lado dela, mas não parou. Os funcionários distribuíram panfletos repudiando a medida provisória do governo, nos quais avisavam: “Não será com a divisão

do Ibama que teremos o fortalecimento de que precisamos.” Segundo o presidente da Associação dos Servidores do Ibama de Santa Catarina, Jorge Almeida Albuquerque, “divi-

Associação estima que adesão à greve chegou perto de 100%

dindo os órgãos, a situação ficará ainda mais complicada e reduzirá a possibilidade de fiscalização”.

Os protestos devem continuar hoje, com um ato na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, que se estenderá, segundo os organizadores, até o Palácio

do Planalto. Amanhã, os servidores do Ibama realizam plenária nacional, também em Brasília, para decidir por uma greve nacional. Em alguns Estados, como o Amazonas, a greve já foi iniciada na semana passada. Hoje, a questão da concessão de licenças ambientais será discutida em audiência pública na Câmara. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que deveria comparecer, informou ontem, por sua assessoria, que terá de fazer uma viagem.

Em Minas, os servidores do Ibama decidiram paralisar as atividades hoje e amanhã. De acordo com a associação local, a divisão do instituto “aumentará os custos e a burocracia do licenciamento ambiental, que passará a depender de pareceres de dois órgãos”.

Os servidores alegam também que a MP levará ao fechamento de sete escritórios no interior do Estado – em Uberlândia, Lavras, Pouso Alegre, Juiz de Fora, Pirapora, Montes Claros e Governador Valadares. Na sexta-feira nova reunião decidirá sobre transformar o movimento em greve por tempo indeterminado. ● TÂNIA MONTEIRO, ENVIADA ESPECIAL, ANA PAULA SCINOCÇA e EDUARDO KATTAN

 **PRESIDÊNCIA**

folha de São Paulo

04/06/07

Ex-deputado é o novo locutor oficial de eventos no Planalto

DASUCURSAL DE BRASÍLIA

Por quase 20 anos, a voz que conduziu milhares de eventos de todos os presidentes da República desde a redemocratização foi a de Lademir Filippin, o locutor oficial da Presidência. Desde março, é a de Maurício Rabelo, ex-deputado federal acusado de envolvimento na máfia dos sanguessugas.

No dia 9 de março, Filippin disse pela última vez: “Está encerrada esta cerimônia”. Desde então, Rabelo tem sido o locutor de eventos de Lula no Planalto.

Filippin não fala de sua

saída, apenas a atribui a “motivos particulares”.

Funcionários do Planalto dizem que a mudança foi resultado de um desgaste na relação com o cerimonial.

Filippin, que era conhecido como “gogó de ouro” e “barítono”, diz que o presidente é “exigente”. “O bom do Lula é que, com uma piscadela de olho, você entende o que ele quer.”

Rabelo tenta se livrar da pecha de sanguessuga. “Nunca fui chamado para nada, não existe nada. Fui incluído nesse escândalo aí [dos sanguessugas] porque pensei muito na saúde”, diz. 

Lula e o Ibama

**Impasse sobre usinas no
Madeira indica urgência
de criar regras mais claras
para tornar previsível o
licenciamento ambiental**

A EXONERAÇÃO do diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Luiz Felipe Kunz Júnior, ainda sem substituto, só em aparência põe fim ao travamento da licença prévia para as hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira. Para retomar a expressão do presidente Lula, o bagre que caiu em seu colo lá continua.

O referido bagre é a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), tão explorada naquela região amazônica que os espécimes capturados são cada vez menores. Existe o temor de que as usinas, ao alterar o regime do rio, amplifiquem a ameaça à espécie. Embora encarne apenas um dos impactos previsíveis, o peixe se tornou emblema de um impasse mais amplo e preocupante.

O processo para obter a licença prévia começou há três anos. Após muitas idas e vindas, o Ibama definiu em parecer de 21 de março não ter condições de atestar a viabilidade ambiental do projeto e pediu novo estudo de impacto. Antes da exoneração, Kunz Júnior recusou o parecer da equipe técnica; para ele, caberia somente complementar informações, não recomeçar tudo do zero.

Santo Antônio e Jirau, com 6.450 megawatts de potência, são peças-chave no PAC de Lula. Seu aborrecimento com a procrastinação precipitou mudan-

ças anteriormente em gestação no Ministério do Meio Ambiente (MMA), que controla o Ibama.

A alteração mais visível foi o desmembramento do instituto. Marina Silva separou a agência encarregada de emitir licenças (que prossegue sendo o Ibama) de outra criada para cuidar de parques e reservas (batizada Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ou Chibio). A dissociação teve boa acolhida fora da instituição, pois concentra o foco das atividades e cria a expectativa de limites a excessos preservacionistas.

Não tem cabimento, decerto, subordinar o licenciamento ambiental apenas a imperativos de ordem econômica. A falsa dicotomia, que parecia ter sido superada, não deve ser revivida. Por outro lado, é crucial que o licenciamento se torne mais célere e previsível.

Não basta trocar diretores do Ibama ou secretários do MMA. É preciso detalhar normas e procedimentos que impeçam técnicos de terceiro e quarto escalão de prolongar de maneira indevida os processos, escorados numa visão maximalista do princípio da precaução. Governos estaduais, como o de Minas Gerais, têm conseguido avançar nessa forma de desburocratização.

Todo empreendimento do porte de Santo Antônio e Jirau comporta riscos. A própria ministria já se posicionou a favor de obras tão impactantes quanto a transposição do São Francisco e o asfaltamento da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). Não há razão à vista para que deixe de fazê-lo quanto ao Madeira, mas, para isso, Marina Silva e a Presidência da República devem empenhar-se mais em aperfeiçoar o quadro de referência do licenciamento ambiental no Brasil.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “MST invade área no Pontal e já anuncia ‘maio vermelho’”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* de 27 de abril de 2007.

A matéria destaca que em mais uma ação do “abril vermelho”, a jornada de lutas do Movimento dos Sem Terra (MST), cerca de 120 militantes invadiram, na madrugada de ontem, a Fazenda Santa Cruz, no município de Mirante do Paranapanema, extremo oeste do Estado. Segundo a matéria, o coordenador estadual do MST, Valmir Rodrigues Chaves, avisou que as ações não vão acabar agora. “Vamos continuar as

ocupações até terminar o mês. Depois, vamos começar o ‘maio vermelho’”, anunciou.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PAÍSO NACIONAL | SEXTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2007
O ESTADO DE S. PAULO

TERRA SEM LEI

MST invade área no Pontal e já anuncia ‘maio vermelho’

120 sem-terra ocupam Fazenda Santa Cruz após despejados de outra área

José Maria Tomazela
SOROCABA

Em mais uma ação do “abril vermelho”, a jornada de lutas do Movimento dos Sem-Terra (MST), cerca de 120 militantes invadiram, na madrugada de ontem, a Fazenda Santa Cruz, no município de Mirante do Paranapanema, extremo oeste do Estado. O

coordenador estadual do MST Valmir Rodrigues Chaves avisou que as ações não vão acabar agora. “Vamos continuar as ocupações até terminar o mês. Depois, vamos começar o ‘maio vermelho’”, anunciou.

O mesmo grupo que ocupou a Fazenda Santa Cruz ontem já tinha invadido, na segunda-feira, a Fazenda São Francisco, no

mesmo município, e foi obrigado a sair da área por determinação da Justiça. Parte dos sem-terra foi direto da fazenda desocupada para a nova área invadida. Na semana anterior, o grupo tinha invadido a Fazenda São Luiz, em Presidente Bernardes. Durante a desocupação, os sem-terra foram acusados de matar bois, depredar e furtar equipamentos.

Ao anunciar um “maio vermelho”, Chaves afirmou que o MST está cobrando antiga promessa do governo estadual de assentar 1.400 famílias no Pontal do Paranapanema. “É uma promessa que veio do governo Mário Covas, passou todo o governo Geraldo Alckmin e até agora não foi cumprida nem em parte.”

O líder argumentou que o nú-

mero de famílias acampadas no Pontal cresceu – já são mais de 2 mil – e o total de assentados nos últimos anos “foi tão insignificante que dá para dizer que é igual a zero”. Para Chaves, falta vontade política do Estado para arrecadar as terras devolutas da região. “Os processos avançam até um ponto e depois emperram e ficam enrolados.”

Ele garantiu que as propriedades invadidas estão em áreas de terras já consideradas devolutas. Parte da Fazenda Santa Cruz, segundo ele, já foi transformada em assentamento. O movimento reivindica os 600 hectares remanescentes. “Se são terras devolutas, devem ser da reforma agrária, mas estão nas mãos de outras pessoas. Está certo isso?”

O diretor-executivo do Instituto de Terras do Estado de São

Paulo (Itesp), Gustavo Ungaro, disse que a Santa Cruz é objeto de reivindicação pelo Estado, mas há não há decisão final da Justiça. “Estamos acompanhando essas ações e tomando todas as providências cabíveis”, disse. Ele contestou a afirmação do líder de que o governo não tem assentado famílias no Pontal. “São mais de 10 mil famílias assentadas no Estado, a maioria naquela região.”

ACAMPADOS

Em Itapetininga, no sudoeste do Estado, as 80 famílias do MST que no dia 17 haviam invadido a Fazenda Reunidas Boi Gordo deixaram a área ontem, cumprindo mandado de reintegração de posse dado pela Justiça. Os sem-terra acamparam na margem da Rodovia Raposo Tavares (SP-270). ●

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta segunda-feira, dia 9 de julho, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 364, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 364, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quarenta e um mil e vinte e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 3-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 30-8-2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 365, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 365, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de cinco bilhões e duzentos milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 8-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 4-9-2007

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que *dispõe*

sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 7-9-2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica*, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 16-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 12-9-2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 21-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 17-9-2007

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 21-9-2007

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 18, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que *altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal* (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 21-9-2007

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 211, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.*

9

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Comple-

mentar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua].*

11

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

12

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América* (financiamento parcial do Premar).

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta,

com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade*.

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico*.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior*.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem),

de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que es-pecifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias*.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*.

23**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

24**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº

1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 43 minutos.)

**ATA DA 100ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 27 DE JUNHO DE 2007
(Publicada no Diário do Senado Federal nº 98, de 28 de junho de 2007)**

RETIFICAÇÕES

No Sumário da Ata, na página nº 20953, 2ª coluna, no **Item 2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**,

Onde se lê:

(Republicação)

Leia-se:

(Republicação para inclusão de tradução de matérias com texto em inglês)

Na Ata, na página nº 21105, 1ª coluna, imediatamente após o horário de encerramento da sessão, inclua-se, por omissão, o seguinte:

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. MOZARILDO CAVALCANTI NA SESSÃO
DO DIA 20 DE JUNHO DE 2007, QUE ORA SE REPUBLICA PARA INCLUIR
TRADUÇÃO DE MATÉRIAS COM TEXTO EM INGLÊS**

Ata da 109ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de julho de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Magno Malta, Papaléo Paes e Adelmir Santana

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/7/2007 07:34:33 até 10/7/2007 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
Bloco-PT	SP	ALOZIO MERCADANTE	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X		PSDB	PR	WILSON MATOS	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PFL	MG	ELISEU RESENDE	X						
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PFL	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PFL	TO	KÁTIA ABREU	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
PFL	SP	ROMEU TUMA	X						
PFL	RN	ROSALBA CIARLINI	X						
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X						
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X						
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						

Compareceram: 68 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que, nos termos regimentais, me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a é o primeiro inscrito, Senador Gerson Camata.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com o mesmo objetivo, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – ES)

– V. Ex^a é o segundo inscrito, Senador João Pedro.

Então, iniciamos os nossos trabalhos, chamando o Senador Gerson Camata para uma comunicação inadiável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante mais de meio século, o Incaper, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, tem prestado uma inestimável contribuição para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo, com as ações no âmbito da pesquisa, assistência técnica e extensão rural. Seus pesquisadores e técnicos realizam um trabalho elogiável que vem resultando na geração de tecnologia de ponta na área do agronegócio.

Na semana passada, o Instituto firmou um contrato, que confirma a excelência de suas pesquisas científicas, com o grupo holandês SBW International, para a multiplicação de variedades de plantas geneticamente melhoradas que o Incaper desenvolveu nos últimos anos.

É o primeiro contrato assinado com uma empresa internacional, e permitirá a reprodução em laboratório de variedades como as bananas Japira e Vitória, o abacaxi Vitória e o café conilon Vitória.

A primeira variedade a ser multiplicada será o abacaxi, resistente a fusariose, doença que é o principal problema da cultura no País, causando, em mé-

dia, 30% a 40% de perdas na produção de frutos. O abacaxi desenvolvido pelo Incaper resulta de dez anos de pesquisas, não é um produto transgênico, mas dispensa o uso de fungicidas, permitindo a redução do impacto ambiental e dos custos de produção por hectare. Além disso, há um aumento de no mínimo 30% de produtividade.

Nos últimos anos, além do abacaxi, o Incaper desenvolveu duas variedades de bananas resistentes à sigatoka, uma praga que ataca lavouras de bananas em todo o mundo, e uma variedade de café conilon resistente à ferrugem, com alta tolerância para a seca e de produtividade elevada.

Com sede na Holanda e laboratórios na Europa, na África e no Brasil, o grupo holandês já tem demanda para a produção de 400 mil mudas do abacaxi Vitória, que serão vendidas para vários países em vários continentes. As bananas geneticamente aperfeiçoadas também serão comercializadas em todo o mundo.

Com os *royalties* que receberá pelas operações comerciais, o Incaper poderá aperfeiçoar ainda mais as suas pesquisas para a geração e transferência de tecnologias nas principais áreas do agronegócio capixaba, além de ampliar acordos de cooperação técnica internacional.

Desde 2003, o Instituto vem passando por uma reestruturação que inclui maior ênfase em projetos de pesquisa, e hoje está presente em todos os Municípios do Espírito Santo, por meio de 96 escritórios técnicos, 12 fazendas experimentais e nove laboratórios. Sua competência em melhoramento genético, hoje um fator crítico para o crescimento da produção agrícola, ganha agora o merecido reconhecimento internacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é interessante frisar também – e aproveito o tempo que me resta – que o Incaper, esse instituto capixaba de pesquisa, desenvolveu, há algum tempo, o chamado feijão capixaba precoce. É um feijão que se desenvolve e fica pronto para a colheita em setenta dias, enquanto o feijão normal demora noventa dias. Essa diferença de vinte dias parece representar pouco economicamente, mas ela é muito importante porque o feijão – os técnicos agrícolas e aqueles que lutam no campo sabem disso – só pode levar três águas: uma na planta, uma na flor e uma na panela. Como esse feijão tem um ciclo de apenas setenta dias, ele pode livrar-se de uma chuva, por exemplo, na hora da colheita, que vai fazer, como dizem os agricultores, com que ele “mele” e a colheita seja perdida.

Há outra vantagem: um produtor normalmente planta dois eitos de feijão, o feijão de noventa dias e o capixaba precoce de setenta dias. Assim, a mesma mão-de-obra que colhe o feijão setenta dias depois de

plantado, quando terminar, colherá o feijão normal cuja colheita é feita noventa dias após a plantação. Houve um incremento substancial da produção de feijão no Espírito Santo com essa variedade.

Estive em Cuba e, numa certa noite, jantando com o Presidente Fidel Castro, contei-lhe sobre essa pesquisa. Ele ficou tão interessado que mandei sessenta quilos de sementes desse feijão, que também em Cuba está se desenvolvendo com muita valia para a economia da região. O feijão preto faz parte dos hábitos alimentares praticamente diários dos latinos, sejam brasileiros, cubanos ou mexicanos.

Portanto, cumprimento a direção e os técnicos do Incaper do Espírito Santo pelos avanços tecnológicos que têm desenvolvido, repartindo-os com institutos de todo o Brasil, com a Embrapa e com organismos internacionais, principalmente de países subdesenvolvidos.

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a pelo tempo que me foi oferecido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Pedro.

V. Ex^a tem cinco minutos para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, §7º, combinado com o art. 158, §2º, do Regimento Interno, intercalando o uso da palavra com um orador inscrito.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, apresento um requerimento, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, para que seja consignado nos *Anais* do Senado voto de aplauso ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária pelo seu 37º aniversário de fundação na data de ontem, 9 de julho de 2007.

O Incra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o Território Nacional por meio de trinta superintendências regionais.

Nos últimos anos, o Incra incorporou entre suas prioridades a implantação de um modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial, desenvolvimento sustentável. O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e os biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo

ambiental existente, a recuperação da infra-estrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de cinco mil assentamentos existentes em nosso País.

Sr. Presidente, a partir deste parágrafo darei prosseguimento ao meu registro de improviso, mas considero lido o requerimento por entender que o Incra, autarquia de âmbito nacional, tem um papel estratégico e fundamental na execução de políticas públicas que possam reverter, que possam melhorar, que possam construir cidadania no campo brasileiro.

Quero dizer que, no Incra, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, tive o meu primeiro emprego após terminar o Ensino Médio – Segundo Grau à época. Como técnico agrícola, ingressei no Incra do Amazonas.

Assim, quero saudar todos os servidores do Incra, do Rio Grande do Sul a Roraima, em nome dos servidores do Incra do Amazonas, do Incra de suas unidades, do Incra dos rincões mais distantes de nosso País, do Incra das fronteiras, do Incra dos beiradões dos rios da Amazônia, do Incra das BRs.

Quero saudar os servidores do Incra, pois sei de sua luta. Por sinal, nos dias que correm, esses servidores estão em greve, paralisados desde o início do mês de maio. Torço para que essa greve encontre pontos de concordância entre a Direção Nacional do Incra, dirigentes de nosso Governo, no sentido de resolver, de dar uma perspectiva para os servidores.

É fato que um dos pontos da greve, um dos pontos de sua pauta de reivindicação é justamente a diferença salarial que existe nas várias autarquias que compõem a máquina estatal brasileira, o Estado brasileiro. Os servidores reclamam da diferença salarial, e o Incra tem, verdadeiramente, se não o pior, um dos piores salários entre as autarquias existentes. Então, a minha solidariedade, o meu desejo de compreensão para que os dirigentes de nosso Governo possam sinalizar com uma saída para os servidores, porque se a situação é conflituosa, difícil para os servidores, pior ainda é a situação dos trabalhadores e das trabalhadoras que estão lá na ponta do Brasil, mais difícil, que são os trabalhadores rurais e as trabalhadoras rurais.

É preciso que a greve termine para que haja normalidade na execução das políticas públicas do Incra, que desempenha um papel fundamental no que diz respeito a construir justiça social, principalmente na Amazônia, no norte do País, aonde as políticas públicas chegam depois. O Governo central sempre deixou as questões da Amazônia para depois. O papel do Incra é fundamental.

O Incra de hoje mudou sua estratégia e sua forma de execução. Deixou de ser, como nos anos 70, época de sua criação, o órgão que faz a colonização e a

reforma agrária para ser aquele que executa políticas públicas compatibilizando a questão ambiental, a vida, o trabalho e a produção das populações ribeirinhas da Amazônia. Mudou, portanto, o eixo da colonização, da ocupação de acordo com uma estratégia geopolítica dos anos 70, imprimida pelo governo militar, para, nos dias de hoje, a promoção de políticas tão necessárias, de geração de renda, de qualidade de vida, mas levando em consideração as potencialidades da Amazônia, compatibilizando os projetos atuais que o Incra vem criando com o componente ambiental.

Estão de parabéns os servidores do Incra, que estão fazendo a reforma agrária. Está de parabéns a direção do Incra atual, porque tem uma grande capacidade de dialogar, de fazer uma reforma agrária diferenciada, com qualidade.

Penso que o Estado brasileiro deve aos brasileiros a reforma agrária. O Governo Lula tem dado passos importantes na execução de políticas agrícolas, mas está longe ainda de corrigir erros seculares cometidos contra os trabalhadores e as trabalhadoras rurais de nosso País.

Muito foi feito nesses últimos anos – é preciso destacar isso –, principalmente no que diz respeito ao crédito, ao Pronaf, ao crédito concedido às famílias assentadas, ao conjunto dos trabalhadores que vivem fora dos projetos do Incra. É importante destacar aqui que a educação no campo tem melhorado bastante; que há a preocupação de construir políticas agrícolas levando em consideração as populações, os trabalhadores e as trabalhadoras que vivem nos projetos de assentamento do Incra; ainda mais, que concursos foram feitos no Incra nesses últimos dois anos.

Mas é preciso avançar mais, porque há injustiça social, falta a democratização da terra no Brasil. O Brasil já nasce com sesmarias; o Brasil já nasce com capitâneas hereditárias. A Amazônia já nasce com o Tratado de Tordesilhas. São tratados que sempre excluíram o pequeno trabalhador, o pequeno proprietário, o posseiro.

É preciso entender que o Estado brasileiro concentrou terras, as chamadas terras da União. É preciso agora que a essas terras se dê uma destinação democrática, é preciso que sejam concedidas aos trabalhadores rurais sem terra de nosso País. São muitos ainda os acampamentos no Brasil, principalmente no Brasil do Sudeste, do Centro-Oeste e do Sul, de trabalhadoras e trabalhadores que não tiveram acesso à terra. Daí a importância do Incra, de fortalecermos o Incra.

Quero, então, mais uma vez, cumprimentar todos os servidores do Incra, prestar aqui a minha solidariedade à greve dos servidores, registrar aqui a minha compreensão de que é importante estabelecer um di-

álogo. Que os nossos Ministros possam sinalizar com uma agenda na qual a greve seja suspensa e o Incra volte à normalidade. Mais do que os servidores, quem precisa do Incra, verdadeiramente, são as trabalhadoras e os trabalhadores rurais do nosso País.

Parabéns ao Incra, parabéns a seus servidores, parabéns pelos projetos de assentamento, principalmente na Amazônia, que têm ganhado uma feição que leva em consideração a questão ambiental, as nossas florestas e os povos que moram e trabalham naquela região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador João Pedro.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 799, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pelo seu 37º aniversário de fundação, na data de ontem, 9 de julho de 2007.

Justificação

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais.

Nos últimos anos, o Incra incorporou entre suas prioridades a implantação de um modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial. O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infra-estrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de cinco mil assentamentos existentes no País.

Reforma agrária é o conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento de produção. A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra. Na prática, a reforma agrária proporciona:

- A desconcentração e democratização da estrutura fundiária
- A produção de alimentos básicos
- A geração de ocupação e renda
- O combate à fome e à miséria
- A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural
- A interiorização dos serviços públicos básicos
- A redução da migração campo-cidade
- A democratização das estruturas de poder
- A promoção da Cidadania e da Justiça Social.

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se não só pela importância da data, mas muito mais, pela importância do Incra e pelo trabalho que vem desenvolvendo ao longo destes seus 37 anos de fundação.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. – Senador **João Pedro**, PT/AM.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento lido vai à publicação e será remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sem prejuízo da ordem de inscrições, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

Consulto se a Senadora Kátia Abreu fará uso da palavra, porque o Senador Flexa Ribeiro pretendia fazer a inversão da ordem. (Pausa.)

O Senador Flexa Ribeiro presta homenagem às Senadoras e cede o lugar à tribuna à Senadora Kátia Abreu.

A Senadora Kátia Abreu fará uso da palavra, em homenagem à memória de Antonio Ernesto de Salvo, ex-Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, morto no dia 29 de junho de 2007. A Senadora fará uso da palavra em tempo destinado à Liderança do Democratas.

Tenho a honra de registrar a presença dos seguintes Presidentes de Federações de Agricultura: Assuero Doca Veronez, do Acre; Álvaro de Almeida, de Alagoas; Luiz Colares, do meu Amapá; Eurípedes Ferreira Lins, do Amazonas; João Martins da Silva Júnior, da Bahia; José Ramos Torres de Melo Filho, do Ceará; Renato Simplício Lopes, do Distrito Federal; Júlio da Silva Rocha Júnior, do Espírito Santo; José Hilton Coelho de Sousa, do Maranhão; Normando Corral, do Mato Grosso; Ademar Silva Júnior, do Mato Grosso do Sul; Carlos Fernandes Xavier, do Pará; Mário Antonio Pereira Borba, da Paraíba; Ágide Meneguette, do Paraná;

Pio Guerra Júnior, de Pernambuco; Rodolfo Tavares, do Rio de Janeiro; Carlos Rivaci Sperotto, do Rio Grande do Sul; Francisco Ferreira Cabral, de Rondônia; Almir Sá, de Roraima; Nelton Rogério de Souza, de Santa Catarina; Elizário Silveira Sobral, de Sergipe; Ângelo Crema Marzola Júnior, do Tocantins; Antenor de Amorim Nogueira, de Goiás; Daniel Carrara, Superintendente do Senar.

Então, com muita honra, registramos a presença dos Presidentes das Federações de Agricultura, para que façam parte da homenagem que a Senadora Kátia Abreu prestará em memória de Antonio Ernesto de Salvo.

Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Deus, tão generoso em me oferecer oportunidades de vida, das quais certamente uma das maiores é minha presença no Senado Federal, eleita pelo voto do povo de Tocantins, não me poupou a experiência com o trágico. Muito jovem experimentei a desolação da viuvez, cuja dor atingiu níveis ainda mais pungentes pela contemplação da orfandade dos nossos filhos, ainda bem crianças.

Recolhida ao meu sofrimento, buscando inspiração para reagir, aprendi que os urros de dor dos protagonistas das tragédias gregas – que marcam as *performances* dos grandes atores e atrizes de todos os tempos – nada têm de afetação. Lágrimas e soluços, imprecisões e protestos inconformados diante da morte irreversível e da ausência insubstituível daqueles que amamos não representam exagero. Não são meras demonstrações de histrionismo, são as mais realistas imitações da vida.

Se as perdas pessoais causam tão terríveis sofrimentos, imagine a angústia coletiva pela morte de personagens cujo carisma, obras e liderança nos fazem, a todos e a cada um, órfãos da sua presença física!

Quem alega que, por se tratar de teatro, as expressões de desespero das tragédias não passam de criação artística jamais sentiu a perda desses entes singulares que, superando os padrões da condição humana, transformaram o que seriam simples afetos em profunda e irresistível devoção.

Mas, quando o morto, seja um guerreiro heróico ou um estrategista da paz, é alguém que se impõe como líder e que estabeleceu rumos ou mudou trajetórias de sua classe, aí, a dor transborda, reclama manifestações coletivas, e só grandes coros conseguem expressá-la. Também é assim nas tragédias gregas. Os indivíduos gritam sua dor, mas os coros refletem e tiram consequências desse sofrimento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não apenas eu, solista de uma dor pessoal, mas um grande coral de testemunhas da notável existência de Antônio Ernesto Werna de Salvo entoa comigo, neste momento, lamentações por sua morte. Pela minha voz, tenho certeza, expressam-se centenas, milhares, milhões de ruralistas, especialmente sua querida classe média rural brasileira, à qual ele se orgulhava de pertencer e que sempre citava como principal referência dos padrões de produção e de produtividade da agropecuária deste País.

Por favor, não me peçam – não nos peçam, pois somos um coro, interpretamos uma dor plural – contenção. Só quem jamais sofreu a morte – o equivalente à perda sem reposição de uma peça essencial da sua existência – de um líder, comandante-em-chefe, profeta e amigo, pode aconselhar serenidade e contenção aos que choram e se lamentam.

Mais forte que a imitação da vida é a compreensão da perda dos que transcenderam o cotidiano, viram mais longe, migraram o futuro.

Os que pareciam conjugar o presente indicativo dos verbos – nós sonhamos, nós desejamos, nós fazemos! – com que expunham suas visões da realidade, de fato, traçavam as rotas que, mesmo sem tê-los a nos conduzir, devemos trilhar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados que aqui se encontram, diante da morte de Antônio Ernesto Werna de Salvo, o grande líder da agricultura e da pecuária brasileiras, mas, principalmente, o amigo, o conselheiro, que sabia nos envolver com carinho e devoção paternos, lágrimas é pouco, soluções são fracas. Louvores à sua memória não bastam. A evocação da sua bravura moral é insuficiente, e a reconstituição das suas expressões de rusticidade não o revivem.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite-me um aparte, Senadora?

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Pois não, Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Aguardo o momento oportuno.

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – É um prazer conceder-lhe o aparte.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Dizem que o segundo mais bonito discurso da humanidade foi o discurso de Gettysburg, pronunciado pelo Presidente Abraham Lincoln, dos Estados Unidos, no encerramento da Guerra da Secessão. O mais bonito, dizem, é o Sermão das Bem-Aventuranças, feito por Jesus, na montanha, sobre as virtudes do ser humano. Em seu discurso, Lincoln diz o seguinte: muito mais importante do que o que vocês irão ouvir aqui é o que

vocês irão ver aqui. O discurso de V. Ex^a, tocado pela emoção, quando perdemos um homem como Antonio Ernesto, uma vida inteira dedicada à agricultura brasileira, emociona-me. Mais importante do que aquilo que V. Ex^a disse ou do que nós todos dissermos é o que estamos vendo aqui: a presença de todos os Presidentes de Federação de Agricultura do Brasil. Talvez, essa tribuna de honra nunca tenha estado tão honrada como agora para ouvir o discurso de V. Ex^a, numa homenagem que o Brasil presta a essa grande figura, cuja perda nos emociona a todos. Parabéns a V. Ex^a pela lembrança dessa homenagem que não podia faltar, do Brasil inteiro, a esse grande brasileiro!

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Muito obrigada, Senador Gerson Camata.

Há mortos cujas vidas sufocam qualquer esforço para rememorá-los com a simplicidade de lápides e de epitáfios. Exigem imaginação, muito além dos urros de dor. Eis a lição das tragédias, que por isso se tornaram monumentos poéticos eternos.

Este é o mínimo tributo que devemos ao nosso amado morto, que queremos consagrar com a eternidade dos mitos, dando seu nome a um monumento imaterial, aparentemente imaterial, porque não corresponde ao conceito convencional dos monumentos feitos de pedra e de cal. O que propomos são princípios profundamente conseqüentes, em termos objetivos, de política, de economia, de ciência e de tecnologia. Propomos que se elabore e se adote – finalmente, pois ela faz imensa falta – uma política agrícola nacional e que ela seja conhecida como Política Agrícola Antônio Ernesto Werna de Salvo. Cumprir-se-á, então, seu grande projeto: o estabelecimento de um conjunto de definições permanentes, estáveis, que garantam ao agricultor – dos muito grandes aos pequenos, mas, principalmente, à classe média rural, que tanto o preocupava – orientação e segurança para plantar e colher, para criar e multiplicar rebanhos, reconhecendo, finalmente, que a atividade rural no País não é um acidente econômico, espasmódico, mas um segmento vivo e permanente da sociedade brasileira.

E que seja a Política Agrícola Antônio Ernesto de Salvo, assim mesmo, nominal, como se fosse um tributo, imperturbável, definitiva, substituindo o vexativo caráter sazonal da sobrevivência da atividade rural no País! A Política Agrícola Antônio Ernesto de Salvo estabelecerá, de uma vez por todas, como fazem os povos desenvolvidos e as democracias saudáveis o “seguro de renda” como garantia mínima aos que produzem no campo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a morte de Antonio Ernesto Werna de Salvo, ocorrida no dia 29 de junho de 2007, em Belo Horizonte, é uma tragédia

brasileira e, como tal, exige que sigamos além de lágrimas e de lamentações. Não sei como farei, mas me propus superar minhas próprias lágrimas e reviver as idéias e lutas desse mineiro encantador, simples nos gestos, rústico no comportamento, de uma bravura rara e desafiadora, que jamais escolheu ou temeu adversários e que perseguiu, indomado, os objetivos dos agricultores brasileiros.

Tomemos os tributos das refregas que comandou, como os incríveis tratorações e caminhonações que abalaram o Brasil! Foram notáveis batalhas campais em que, no lugar de armas de morte, expôs as máquinas de trabalho dos agricultores brasileiros para demonstrar aos burocratas teimosos e aos políticos desajuizados que eles não prejudicam marginais ou aventureiros, mas exércitos de produtores rurais.

O Sr. Adelmir Santana (PFL – DF) – Senadora Kátia Abreu, permita-me um aparte?

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Pois não, Senador Adelmir Santana, por favor.

O Sr. Adelmir Santana (PFL – DF) – Senadora Kátia Abreu, quero me associar ao seu discurso emocionado em homenagem ao nosso Antônio Salvo e dizer que tive a oportunidade de conviver com essa figura amável, querida de todos nós, e que, muitas vezes, vi seu posicionamento quando formávamos a Frente Empresarial em Defesa dos Pequenos – sempre tinha posicionamentos extremamente firmes em defesa desses. Também tive a oportunidade de conviver com Ernesto de Salvo quando se discutia a Rodada de Doha e quando se tratava da questão da exportação e da liberação de alimentos e da questão do protecionismo à agricultura em países desenvolvidos. Quero me associar a V. Ex^a e dizer da minha tristeza quando tomamos conhecimento do seu falecimento. Falo isso em nome pessoal e também quero externar, em nome da Confederação Nacional do Comércio, nossa solidariedade à dor dos companheiros da agricultura e dizer que, juntamente com V. Ex^a, lamentamos profundamente a perda desse brasileiro, que tão bem se posicionava em defesa da agricultura, notadamente do pequeno agricultor. Parabéns a V. Ex^a por essa lembrança! Associamo-nos a essa homenagem que, efetivamente, devemos fazer a esse bravo brasileiro. Muito obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Muito obrigada, Senador.

Eram tratores, colheitadeiras, semeadores, cultivadores de todo o tipo, máquinas de trabalho adquiridas com audácia, que deveriam ser pagas com resultados de colheitas, subitamente frustradas pela queda de preços, pelos custos de produção, pela seca, pelo frio, por chuvas, por pragas, por alterações do câmbio.

Os Poderes da República sempre se mostram insensíveis com a agropecuária, por mais que ela detenha, como acontece atualmente, a vanguarda da economia nacional. As elites brasileiras renegaram preconceitos históricos com a atividade rural.

A inteligência dominante só reconhece o que é urbano, cosmopolita, poliglota e alijou do inventário cultural nacional a ideologia, os sentimentos, as manifestações e tradições do interior do Brasil. Também não descobriu ainda que as atividades empresariais, sejam elas de serviços, sejam industriais ou agropecuárias, confundem-se.

Por essa razão, tornaram-se indispensáveis os tratorações e os caminhonações, demonstrações tão vexaminosas quanto onerosas para os agricultores do Brasil. Mas o que fazer se a agricultura sufocada enfrentava, todos os dias, o dilema de reagir ou de sucumbir? Nada menos que cinco tratorações e caminhonações pararam Brasília, chegaram à Praça dos Três Poderes, congestionaram os largos espaços da Esplanada dos Ministérios e forçaram o Governo a discutir e reconhecer direitos da agropecuária que haviam sido postergados.

De nada adiantavam os 53 anos de ação ininterrupta e exemplar da nossa Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, em cujo comando, por dezesseis anos, Antônio Ernesto, dia a dia, procurava fazer com que fossem ouvidas as propostas e as reclamações do setor. Com prudência, mas também com extrema agressividade – se não valia a persuasão, usava as demonstrações de força –, ele conduzia as escaramuças anuais dos planos de safra.

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço-lhe, por favor, mais um tempo.

Governos temerários tentam arbitrariamente fixar tetos e condições de crédito que, se praticados, massacram e produzem o retrocesso da atividade agropecuária, uma política fundiária que nos obriga a produzir prejuízos. O caráter autoritário, mesquinho, hipócrita, falsamente austero com que são elaborados os planos de safra, como acaba de acontecer com o Plano Safra 2007/2008, evita incorporar não apenas a opinião, mas as informações dos agricultores brasileiros.

Finalmente, não se fazem planos de safra para um setor indefinido, mas se faz plano de safra para os agricultores do Brasil. Não somos uma abstração; nossos problemas existem concretamente, expostos em moeda, como toda atividade econômica.

Este ano, por exemplo, o Sr. Ministro da Agricultura, ao me convidar gentilmente a comparecer ao lançamento do Plano de Safra, no Palácio do Planalto,

recusou-se a revelar a previsão de juros do referido Plano. Disse-me que se tratava de segredo, como se detivesse uma informação cujo conhecimento prévio pudesse gerar especulações! O ponto essencial do Plano de Safra era secreto. O Sr. Ministro da Agricultura não me diria, seja como Senadora da República, seja como líder ruralista, seja como Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, quais eram os critérios e as cifras adotados para o financiamento da agricultura. Como guardar segredos para o setor rural de um plano para o setor rural? Francamente!

Antônio Ernesto costumava registrar ironicamente e rechaçar com energia esse tipo de comportamento dos governos que apenas confirma a falta essencial de uma política agrícola para o Brasil.

Que diferença em relação ao tratamento que o Governo dos Estados Unidos dispensa à agricultura americana, acintosamente subsidiada – aliás, necessariamente subsidiada –, pelo menos nos setores em que a eficiência e a produtividade atingem níveis de excelência e não podem estar sujeitos a fenômenos aleatórios, incontrolláveis, que provocariam injusta penalização de seus produtores, vitimados por acidentes climáticos ou da economia internacional!

A respeitabilidade e a audiência da Farm Bureau – o grande instrumento de *lobby* dos agricultores dos Estados Unidos – sempre impressionaram Antônio Ernesto de Salvo, que gostava de citá-lo pela falta que nos faz o reconhecimento de um ente com a mesma força da instituição americana.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senadora Kátia, V. Ex^a me concede um segundo?

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Pois não, Senador.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Quero fazer um apelo ao Presidente que ora dirige esta sessão, para que, pela importância do tema, garanta a conclusão do pronunciamento da Senadora Kátia Abreu, pois podemos aguardar dez minutos a mais. Portanto, faço esse apelo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Gilvam Borges, em nenhum momento, a palavra de S. Ex^a foi cerceada. Pelo contrário, já concedi a S. Ex^a todo o tempo necessário.

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sei que necrológios convencionais se fazem com elogios biográficos e com exaltações comovidas, mas estou transgredindo a regra. Tenho plena consciência disso. Para registrar a morte do fazendeiro Antônio Ernesto Werna de Salvo, não devo traí-lo, solenizando sua evocação, quando ele era um cidadão essencialmente informal. Tendo-o como um conselheiro, ouvindo-o filialmente – orgulhava-me que me dispensasse

um tratamento paternal, com a autoridade e a confiança de um verdadeiro pai –, sei perfeitamente como o desapontaria, se o elogiasse com adjetivos vazios ou com fórmulas fúnebres. Não, Antônio Ernesto de Salvo não é um morto a cuja memória se remetam manifestações de pesar – ele as recusaria pela inocuidade –, mas um nome que devemos repetir ligado às idéias pelas quais lutou com firmeza, sem escolher expressões polidas, nem convenientes.

A idéia de que estabelecamos no Brasil as bases de uma política agrícola Antônio Ernesto de Salvo e de que essa política seja uma expressão não apenas legal, mas prática; permanente, não acidental; coerente, não arbitrária, é o clamor de uma vida que resiste à morte, até mesmo porque ele foi freqüentemente profético.

Está aí a questão da reforma agrária, a qual jamais, em tempo algum, admitiu discutir. Ele não era contra. Simplesmente, negava-lhe qualquer virtude, seja prática, seja teórica, seja de justiça social, seja de distribuição de renda, e não por reacionarismo ou fanatismo patrimonialista. Antônio Ernesto de Salvo considerava a reforma agrária uma proposta anacrônica, “ahistórica”, meramente revolucionária, economicamente incapaz de oferecer resposta às exigências de produção e produtividade da atividade rural. Não a reconhecia nem ao menos como promoção social e solidariedade humana, invocada por seus arautos.

Até mesmo quando eventuais provocadores lembravam o ruralismo norte-americano de Thomas Jefferson, mandava conferir as datas: “Thomas Jefferson viveu no Século XIX e estamos no Século XXI.”

Criou até uma das mais célebres provocações para quando ouvia alguém dizer que todos os países do mundo fizeram reforma agrária: “Se um dia viajavasse de caravelas, por que haveremos, hoje, de construir caravelas?”

O certo é que, enquanto agonizava, nos últimos dias da doença insidiosa, Antônio Ernesto de Salvo viveu para registrar a patética confissão do Sr. Stédile, criador do MST. Esse insidioso promotor das ações violentas de invasões de propriedade declarou, para frustração e vergonha dos incautos e inocentes úteis que o apoiavam, que a reforma agrária não apenas fracassou no Brasil, mas foi usada como etapa da luta revolucionária que seu grupo empreende para a tomada do poder e a instauração de um Estado comunista.

Era a confirmação do que Antônio Ernesto de Salvo sempre disse, profeticamente: a reforma agrária não é um fim para seus promotores, mas apenas um meio de agitação e propaganda, e, naturalmente, para fazer caixa – drenando recursos públicos para as suas organizações de fachada – visando a uma ação política

revolucionária, que, agora, o Sr. Stédile anuncia, não como penitência pelo erro, mas como escárnio, gozando na cara uma Nação que, se não o apoiou, aceitou-o como protagonista da questão social brasileira.

Corrijo: o Sr. Stédile não enganou Antônio Ernesto de Salvo.

Desde que o conheci, em 1996, recém eleita Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Tocantins, quando iniciamos uma relação respeitosa que se estreitaria a partir de 1998, data em que assumi meu primeiro mandato como Deputada Federal, passei a registrar, em cadernos, argumentos e números, todo tipo de dados que surgiam nas nossas conversas ou em reuniões de que participávamos. Tornei-me sua discípula e cresci, como dirigente ruralista e como Parlamentar, graças aos seus conselhos e estímulos.

Embora parecesse rústico, Antônio Ernesto de Salvo era um homem culto, fluente em inglês e francês, leitor voraz, embora jamais citasse seus autores. Sua lógica irrepreensível, sua correção de linguagem e, principalmente, sua informação histórica estavam por trás das suas propostas e desabafos. Longe de ser um capiau, cultivava com encanto os pequenos fazendeiros e sitiantes vizinhos à sua propriedade em Curvelo, Minas Gerais, a quem visitava e orientava, e cujas pequenas lembranças, de comes e bebes da roça, recebia e festejava como os presentes mais estimados.

Nos últimos dias, sob a emoção da sua morte, revi as notas das nossas conversações e seus papéis inéditos. Confesso que me entretive, como se ele ainda vivesse. Eu registrava até suas idiossincrasias e admirações, como seu encanto pela Embrapa, para ele a mais extraordinária instituição da agropecuária brasileira, e de que recebeu o último prêmio, já doente, representado pelo filho. Era o reconhecimento por uma das suas grandes realizações pessoais como fazendeiro, criador de gado guzerá, que muito fez pela disseminação e adaptação da raça no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nosso coro grego de lamentações pela morte de Antônio Ernesto de Salvo transforma-se em campanha pró-monumento à sua memória, um monumento vivo e que será a fixação de uma política agrícola brasileira.

A política agrícola Antônio Ernesto de Salvo, como esperamos que entre para a rotina das políticas públicas deste País, sempre que forem consideradas as atividades rurais, tem o seu roteiro já pronto, anotado de próprio punho por Antônio Ernesto e encontrado entre seus papéis, na sua mesa de Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Com a intimidade com quem decupava em itens singulares sua visão geral e panorâmica da agricultura brasileira, foi anotando e classificando o que considerava, por exemplo, o quinteto de “questões permanentes” para a agropecuária: ambiental, fundiária, indígena, trabalhista e seguro de renda, ao invés de seguro de produção.

Noutro papel, mostrando extrema sensibilidade e isenção, registrou – como peças de um diálogo – as posições de grupos que discordam da nossa posição como ruralistas.

Um diálogo. Eles, os que discordam de nós, e nós, os ruralistas.

A lista está assim:

Eles:

- 1 – chegaram ao poder e querem ficar;
- 2 – acreditam na produção da pequena propriedade;
- 3 – não se incomodam com a erosão da agricultura empresarial;
- 4 – pretendem abrir a discussão sobre índices de produtividade rural.

Já as nossas posições, que, obviamente, resumiam a estratégia das suas ações, ele também reduziu a quatro pontos, a saber:

- 1 – temos de mostrar caminhos;
- 2 – sabemos que não há mágicas capazes de nos manter competitivos;
- 3 – sabemos que o crescimento do agro-negócio empobreceu a maioria dos agricultores;
- 4 – sindicatos rurais precisam ser mais amplos e mais representativos. Como mudar?

Reconheçamos o realismo corajoso de Antônio Ernesto de Salvo, bem diferente do pragmatismo covarde de muitos. Ele sempre foi um interlocutor interessado e compreensivo, capaz de vencer a incongruência dos conceitos preconceituosos sobre a realidade da agricultura brasileira.

Detive-me, porém, entre seus papéis, numa página de anotação que registra, ao mesmo tempo, o desespero – já estava irreversivelmente desenganado – e o sentido de missão que deu à sua vida.

Vou ler o manuscrito:

Hoje, 09 de novembro de 2006, às 7:30 da noite, a bordo do avião da TAM A-320, des-de Brasília para BH.

Resolvi, e deve durar pouco, que, de hoje em diante, vou escrever pelo menos três páginas de tamanho médio por dia.

Assunto – qualquer um, mas de preferência aqueles ligados às coisas que sempre fiz na vida: ser fazendeiro, ser político de classe (não no sentido de classe igual a elegância, mas de classe igual a grupo diferenciado.)

Razão – nenhuma visível, mas talvez o medo de morrer, ir embora sem deixar bagagem. Não que pense merecer legar pensamentos e idéias. Procuro disciplinar esta vaidade, nem sempre com sucesso. Talvez mais para afirmar uma lógica de raciocínio e de ações que acompanharam minha vida. Traduzindo: pelo menos viver uma idéia organizada.

Há testamentos formais que passam à História, mas essas poucas folhas de papel com os manuscritos sumários de Antônio Ernesto de Salvo exprimem, singelamente, a sabedoria, a profundidade e a extensão do legado de toda a sua vida de líder ruralista.

Por isso, ao registrar a sua morte – e fazer isso com a solenidade que merecem os registros recolhidos pelos Anais do Senado Federal – quero jurar fidelidade à sua memória. Digo melhor; queremos jurar, pois aqui me sinto apenas uma voz do coro da classe rural brasileira. Queremos jurar fidelidade à sua memória e prometer que construiremos um monumento ao seu testemunho humano, que será a fixação de uma política agrícola do Brasil, a política agrícola Antônio Ernesto de Salvo.

Antônio Ernesto de Salvo está morto. Viva Antônio Ernesto. Contra a sua memória, nada prevalecerá.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Kátia Abreu, fiz questão de não interromper o pronunciamento de V. Ex^a por causa da maneira emocionada como o fez. Sei das ligações afetivas que V. Ex^a teve com o nosso amigo Antônio Ernesto de Salvo, na Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, como vice-presidente, e também na Federação da Agricultura do Estado do Tocantins, como presidente. Convivi com Antônio Ernesto e quero dar o meu testemunho desse brasileiro destemido, como V. Ex^a o qualificou, que não escolhia adversários porque não os temia, em defesa não do setor produtivo da agricultura, mas em defesa do Brasil. Tenho a certeza absoluta de que ele nos deixou um exemplo a seguir. V. Ex^a, ao fazer este discurso com as presenças dos presidentes de todas as Federações de Agricultura do Brasil, aos quais saúdo em nome de Carlos Xavier, nosso amigo da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará, disse ser um exemplo de liderança esse nosso amigo Antô-

nio Ernesto de Salvo. Existem pessoas – já diziam os poetas – que não morrem; ficam encantadas. Ernesto de Salvo, com certeza, é uma dessas pessoas. E, certamente, ele vai continuar orientando a todos nós, que lutamos por um Brasil melhor, por melhores condições de desenvolvimento econômico e social para todos os brasileiros. Parabéns a V. Ex^a que faz, na sessão de hoje, esta homenagem à memória de Antônio Ernesto de Salvo, um grande brasileiro, que este País não perdeu pois tem o seu exemplo a seguir.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senadora Kátia Abreu, permita-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Obrigada, Senador Flexa Ribeiro.

Pois não, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senadora Kátia Abreu, também não quis interromper o brilhante discurso que V. Ex^a faz desta tribuna, discurso que emocionou a todos nós. Sinceramente, só tomei conhecimento de que Antônio Ernesto de Salvo não estava mais entre nós ao adentrar neste plenário. V. Ex^a, realmente, pontua o seu discurso de forma magnífica. Em primeiro lugar, ao trazer à tona toda essa emoção, que também é a de todos nós, ao homenagear esse brasileiro e homem público, ligado a um setor tão importante para a Nação brasileira, que emprega tantos brasileiros, e que, na maioria das vezes, é tão incompreendido. Tive a alegria de conhecer pessoalmente Antônio Ernesto de Salvo no decorrer de minha vida pública. Como Governador da Bahia o via, à época ele era presidente da Confederação Nacional da Agricultura, sempre em defesa da agricultura, de forma calorosa, determinada, corajosa, falando, em alto e bom som, da necessidade de os governos brasileiros olharem para a agricultura e para o campo, pois não o fazem como deveriam. Associe-me a V. Ex^a nesta homenagem. Estou ainda tomado de emoção, porque não sabia do passamento do nosso querido Antônio Ernesto. Não sabia. Realmente, soube da notícia agora, com o pronunciamento que V. Ex^a faz. Aliás, o discurso proferido por V. Ex^a, além de fazer justiça a esse homem público, marca um outro ponto, que deve deixá-lo homenageado e feliz, esteja ele no plano que estiver, ao haver mesclado sua homenagem ao tema agricultura e às necessidades do campo brasileiro. V. Ex^a o fez muito bem. Associe-me inteiramente ao pronunciamento que faz V. Ex^a. Falo também em nome da Bahia e todos os agricultores e pecuaristas da Bahia. Falo também em nome do prezado amigo aqui presente, o Presidente da Federação da Agricultura da Bahia, João Martins, que também foi amigo de Antônio Ernesto. A Bahia, nesse momento, se associa a homenagem prestada por V. Ex^a pela perda irreversível para todos nós. Só

a determinação dos que ficam poderá homenagear e fazer justiça à memória de Antônio Ernesto. Muito obrigado a V. Ex^a

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Muito obrigada, Senador César Borges.

Concedo o aparte ao Senador Raimundo Colombo, de Santa Catarina.

O Sr. Raimundo Colombo (PFL – SC) – Senadora Kátia Abreu, cumprimento V. Ex^a pelo discurso que faz, bem como a todos os presidentes de Federação do meu Estado, Santa Catarina; cumprimento os Deputados Federais que aqui vieram para também se associarem a essa homenagem que V. Ex^a faz a Antônio Ernesto, reconhecendo seus méritos e mostrando para todos nós e para o Brasil a força de uma personalidade, de um trabalho e de um ideal, no momento em que o Brasil coloca em xeque todos esses princípios e valores, e que as lideranças se desgastam, surge uma figura maiúscula, forte, que mostra um exemplo, um rumo. De forma tão correta, tão amiga e tão próxima, V. Ex^a relata isso para todos nós e dá conhecimento ao Brasil. Penso que Antônio Ernesto, hoje, fica mais feliz ao ver a lealdade dos companheiros, ao ver que o esforço dele e o seu exemplo está presente em nosso meio, vivo entre nós, e que ficará, permanentemente, como exemplo para todos nós. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Muito obrigada, Senador Raimundo.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, ouço o Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senadora Kátia, ouvia o pronunciamento de V. Ex^a pelo rádio – estava em um outro compromisso – e me apressei em aqui chegar para poder apartear-la nesse pronunciamento que faz, demonstrando a tristeza de V. Ex^a. Sei da relação de carinho que tinha Antônio Ernesto por V. Ex^a, assim como tinha carinho pelos agricultores e pela agricultura brasileira que defendeu com muito vigor durante muitos anos de sua vida. Na verdade, ele dedicou grande parte de sua vida na defesa dos interesses dos agricultores brasileiros. O desaparecimento de Antônio Ernesto deixa, sem dúvida alguma, os agricultores brasileiros sem um de seus maiores defensores. Penso que a homenagem que podemos prestar a ele é continuar com a sua luta, com a sua determinação e, sobretudo, com a clareza que ele tinha na defesa de seus pontos de vista, de suas convicções. Antônio Ernesto nos ensinou muito e ajudou muito este Senado Federal, quando, muitas vezes, pessoalmente, aqui vinha para discutirmos leis, emendas à Constituição, reforma tributária. Tive a honra de conviver com Antônio Ernesto por estes doze anos e meio em que sou Senador. Portanto, nestes doze anos e meio, ele sempre

foi um companheiro, um parceiro dos Senadores que defendem a agricultura e, muito mais do que isso, foi um mestre, um professor para nós que, muitas vezes, tivemos que recorrer a Antônio Ernesto para votar, para discursar, não apenas para isso, mas para decidirmos assuntos de extrema importância para a agricultura brasileira. A Agricultura tem uma grande dívida com Antônio Ernesto. Mas vamos homenageá-lo ao continuarmos sua luta e o seu trabalho.

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Obrigada, Senador Osmar Dias.

Antônio Ernesto tinha uma gratidão pelo Senado Federal por tudo aquilo que já fez em prol dos produtores rurais do País e, especialmente, por V. Ex^a, por quem nutria amizade pessoal e íntima.

Muito obrigada.

Ouç o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Kátia Abreu, estava a caminho – fui fazer uma palestra no Estado Maior das Forças Armadas sobre reaparelhamento – e no carro ouvia o discurso de V. Ex^a. E, acredite, emocionei-me ao perceber a forte emoção de V. Ex^a ao usar esta tribuna para prestar uma justa homenagem a Antônio Ernesto. Infelizmente, não o conheci, mas conheço a Senadora Kátia Abreu. Portanto, o seu testemunho nos envaidece neste Plenário. Por quê? Porque V. Ex^a fala com convicção sobre um dos setores mais importantes da economia brasileira, que tantos sofrimentos tem passado, e V. Ex^a sempre o está defendendo, seja no Tocantins ou na Câmara, e hoje, para o nosso orgulho, no Senado Federal. Então, V. Ex^a nos passou toda essa emoção, relatada pelos Senadores César Borges e Osmar Dias, que conheceram Antônio Ernesto. Acredito, sinceramente, que, espiritualmente, ele está aqui entre nós, pelo grito de V. Ex^a chamando-o para homenageá-lo. Parabéns, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Muito obrigada, Senador.

Sr. Presidente, para finalizar, gostaria de agradecer aos apartes dos nossos colegas Senadores. Estou bastante emocionada e agradecida ao Brasil inteiro. O Brasil rural agradece a menção de V. Ex^as.

Sr. Presidente, muito obrigada pelo tempo, pela compreensão de V. Ex^a.

Quero agradecer aos Deputados que também aqui compareceram para prestigiar Antônio Ernesto de Salvo. Cumprimento a todos, em nome do Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Marcos Montes, do Partido dos Democratas; também agradeço ao Presidente do Partido dos Democratas, Deputado Federal Rodrigo Maia, enfim, agradeço aos meus colegas que vieram de longe: do Amapá ao Rio Grande, do Acre ao Rio de Janeiro, ao Presidente da ABCZ José Olavo

Borges Mendes, a todos vocês, companheiros, muito obrigada por estarem aqui. Sei que o nosso sentimento é o mesmo, assim como a nossa luta é a mesma.

Muito obrigada. (Palmas.)

Durante o discurso da Sra. Kátia Abreu, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senadora Kátia Abreu, a Mesa agradece a V. Ex^a, aos Deputados Federais da Bancada da Agricultura, nossos colegas. Somos testemunhas, na época em que pertencíamos à Câmara Federal, da luta desses companheiros pela agricultura do Brasil, a luta travada pela Comissão de Agricultura, pelo Deputado Ronaldo Caiado e pelos demais componentes da Comissão. Meus cumprimentos ao nosso querido Lupião e aos presidentes de Federação, inclusive a do Espírito Santo, que acredito aqui estar, neste momento tão sublime para a agricultura brasileira, em que o Plenário do Congresso Nacional, representado pela Senadora Kátia Abreu, faz esta reverência a esse lutador, campeão da agricultura brasileira, que teve seu passamento.

Coisa difícil é falar com o coração, lendo! Foi a primeira vez que vi na minha vida. E S. Ex^a falou com o coração o que estava escrito, de maneira profunda, de quem tem conhecimento.

Abraçamos, portanto, a família enlutada e desejamos que Deus os conforte e console a nação da agricultura brasileira enlutada. A Mesa do Senado Federal abraça a família da agricultura brasileira, desejando-lhe melhores dias. E que as reivindicações da Senadora Kátia Abreu em seu pronunciamento, referindo-se ao seu amigo, ao seu líder, ao seu orientador, com quem ela conviveu, colocadas de forma tão emocionada, que o grito da Senadora seja ouvido pelo Governo Federal, no sentido de que a agricultura brasileira ganhe, de fato, o caminho que já deveria ter ganho há muito tempo, pela potencialidade do País que temos, nossa querida Nação brasileira.

A Presidência da Casa encaminhará o voto de pesar solicitado, assinado pela Senadora Kátia Abreu, e que deve estar sobre a mesa... Não sei se a Senadora Kátia Abreu permite que outros Senadores assinem o voto.

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Sim, com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Portanto, está aberto aos Srs. Senadores, Senador Romeu Tuma, o voto de pesar à família.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 800, DE 2007

Requeiro, nos termos dos art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições desta Casa, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Ernesto de Salvo.

Justificação

O setor agropecuário brasileiro perde um de seus maiores representantes com o falecimento do presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o engenheiro agrônomo Antônio Ernesto Wena de Salvo, ocorrido no último dia 29 de junho, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Nascido aos seis de julho de 1933, Antônio Ernesto formou-se pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil, em 1955, no Rio de Janeiro.

Fazendeiro em Curvelo, Minas Gerais, cidade onde nasceu, administrava a Fazenda Canoas, onde era criador reconhecido pela excelência do rebanho da raça Guzerá.

Começou a atuar na área de representação sindical como presidente e fundador do Sindicato Rural de Curvelo. Também foi presidente e fundador da Associação Mineira de Criadores de Zebu, em sua cidade natal. Posteriormente, assumiu por dois mandatos a vice-presidência da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e, em 1984, foi eleito presidente da entidade.

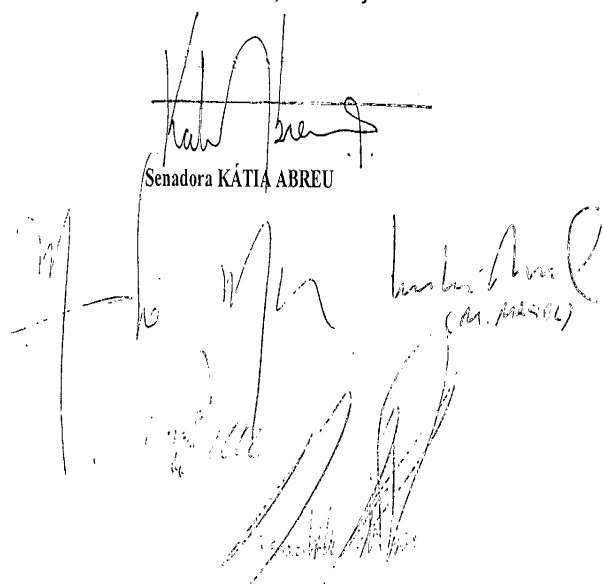
Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) por cinco mandatos, Antônio Ernesto de Salvo foi reeleito em outubro de 2005 para mais um triênio à frente da entidade que representa os produtores rurais brasileiros. Presidia também o Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil – Rural Brasil, que reúne nove entidades do setor primário que respondem majoritariamente pela renda, produção, exportação e geração de empregos do setor rural.

Antônio Ernesto de Salvo elaborou vários trabalhos técnicos na área de zootecnia, publicados pela Escola Veterinária da Universidade de Minas Gerais. Entre eles, o livro Guzerá 50 Anos – Fazenda Canoas – Curvelo – MG. Por sua atuação na liderança do setor agropecuário, Antônio Ernesto foi condecorado com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário, do TST, e a Comenda da Ordem do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

Antônio Ernesto de Salvo deixa uma lacuna no setor agropecuário brasileiro. Pelo que representou para o desenvolvimento do setor produtivo do país é que requeiro que o Senado Federal preste a presente

homenagem e encaminhe à família do homenageado votos de pesar, extensivos à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e ao setor produtivo agropecuário do Brasil.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007.



Senadora KÁTIA ABREU

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Concedo a palavra ao eminente Senador Adelmir Santana, próximo orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, e mais algum tempo, com a minha benevolência.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, todos nós assistimos, estarrecidos, via satélite, no horário nobre da televisão, a uma morte anunciada. Um trabalhador brasileiro, homem com 55 anos, deu entrada no principal hospital público de Belém, no Pará, com um infarto. Não foi atendido e morreu horas depois, sem nenhum tipo de atendimento. Essa cena, somada a muitas outras que são vividas diariamente por brasileiros de todos os rincões, representa a falência do nosso sistema público de saúde.

Sobre esse assunto, tive a oportunidade de visitar, no último dia 28 de junho, a Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, onde conversei longamente com seu Presidente e ex-Secretário de Estado de Saúde, Dr. Antônio Luiz Medina. Falamos sobre o que vem ocorrendo nas regiões metropolitanas, onde

apenas um pequeno número de Municípios detém os equipamentos médico-hospitalares básicos, materiais e medicamentos que assegurem um razoável atendimento ambulatorial e hospitalar.

Aliás, essa é uma questão que já foi percebida pela população. Tanto que cresce continuamente o fluxo migratório de pacientes residentes em Municípios de baixa arrecadação, sem infra-estrutura médica, para os Municípios onde há capacidade instalada.

A imprensa tem apontado a sobrecarga imposta aos hospitais da rede pública nas principais cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Brasília, dentre outras. Mas o ponto central a ser observado, como assinala o Dr. Medina, é o agravamento do quadro clínico durante essa peregrinação em busca de assistência médica nas unidades de saúde. Há, inclusive, grandes reflexos econômicos, na medida em que o custo do tratamento é significativamente menor em sua fase inicial.

Sr. Presidente, cabe perguntar: o que vem determinando esse contexto em que um número tão elevado de Municípios não é capaz de oferecer atendimento mínimo de saúde aos seus moradores? Podem os legisladores contribuir para melhorar esse quadro?

É para responder em parte a essas questões que ocupo esta tribuna. Penso que alguns aspectos vinculados à gestão do Sistema Único de Saúde – SUS são determinantes para explicar o contexto atual.

O primeiro deles é que o SUS remunera o atendimento hospitalar e ambulatorial sobre a produção realizada, o que implica, convenhamos, em existência prévia de infra-estrutura para o atendimento médico.

O segundo aspecto está relacionado à remuneração que é paga pelo SUS referente aos procedimentos médicos realizados, aquém daquela necessária à implantação e manutenção de unidades públicas de saúde. Nos últimos 12 anos, a tabela do SUS foi corrigida em 37,30%, enquanto o IGP-M, que atualiza tarifas públicas, como energia, aumentou em 401,7%.

O terceiro aspecto está associado à desigualdade no perfil de arrecadação dos Municípios que compõem nossas regiões metropolitanas. Esse fenômeno ocorre com maior ou menor intensidade, mas é praticamente uma constante em todo o País.

Aliás, é interessante observar como as desigualdades naturalmente vão se consolidando. Na região do Entorno de Brasília, a desigualdade é ainda maior. De um lado, o Distrito Federal, onde residem dois terços de toda a população metropolitana. Do outro lado, estão 1,5 milhão de brasileiros que integram os demais 21 Municípios do Entorno. Para esses, são destinados apenas 8% do total arrecadado pelo DF.

Evidentemente que as Prefeituras do Entorno, fragilizadas em suas finanças, não irão dispor de recursos próprios para financiar a construção e manutenção da infra-estrutura necessária ao atendimento médico. E o pior: pouco podem esperar do Sistema Único de Saúde, que remunera por produção, agravando as desigualdades.

Em 2005, esses 21 Municípios foram contemplados com 13% do total repassado pelo SUS, cabendo a Brasília a parte do leão – 87%. Isso, da região metropolitana.

Em menor intensidade, o mesmo fenômeno se apresenta nas regiões metropolitanas de Natal, Macaíó, Recife e Belo Horizonte. Também em Itabuna, na Bahia, conforme notícia divulgada pela prefeitura: “O sistema municipal de saúde atende pacientes de quase 100 municípios, com uma população de quase três milhões de habitantes. O que chama a atenção é que 60% do atendimento de urgência, de emergência e de cirurgias do Hospital são para pacientes de outros municípios”.

Os exemplos se multiplicam pelo Brasil afora.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, a defasagem da tabela do SUS, onde os valores apresentados são muito inferiores ao custo efetivo do procedimento médico, determina aumento real da responsabilidade econômica de Estados e Municípios na cobertura da assistência médica. E mais: a desigualdade do perfil de arrecadação dos Municípios que compõem as regiões metropolitanas explica a concentração de equipamentos nos Municípios pólos e os fluxos migratórios de pacientes que para eles convergem.

É preciso construir propostas para esse Brasil real, composto por centenas de Municípios sem acesso aos avanços tecnológicos do mundo globalizado, avanços que hoje asseguram melhoria da qualidade e aumento da expectativa de vida de seus cidadãos.

Creio que nossas políticas públicas de saúde devam buscar a capilaridade que possibilite um melhor viver também aos brasileiros residentes nos Municípios de menor renda *per capita*, quer no fortalecimento da economia regional quer em ações sociais que possibilitem a ampliação do acesso à saúde e à educação.

Retorno à conversa que tive com o Dr. Medina, Presidente da Academia Nacional de Medicina. Defendeu ele com entusiasmo a proposta do Ministro Temporão de incorporar a determinados postos de saúde equipamentos que possibilitem o atendimento de urgência. Contou-me que estava bem familiarizado com o tema, porque havia orientado o grupo de trabalho na formulação de projeto de criação de unidades de saúde capazes de realizar atendimento de urgência nos Municípios da Baixada Fluminense, em

2005. Segundo relatou, a idéia principal do projeto é socorrer as pessoas que hoje entram na emergência dos hospitais dos grandes centros e que são encaminhadas para o Serviço de Pronto Atendimento – SPA. Esse serviço responde por cerca de 90% do atendimento da emergência hospitalar. Assim, postos dotados de equipamentos para atendimento de casos de urgência responderão a grande parte da demanda da população por assistência médica imediata, com um custo muito menor do que aquele observado em unidade hospitalar.

Disse ainda que o Ministro Temporão certamente poderá assegurar, em cada unidade criada, o fornecimento gratuito de medicação prescrita, ponto que considera fundamental ante a exclusão de mais de 50% de nossa população do mercado de medicamentos.

Saí do encontro com o eminente Presidente da Academia Nacional de Medicina, pensando em qual é a “resolutividade” das consultas médicas dos SUS se metade de nossa população não tem acesso a medicamentos. Pedi à minha assessoria que levantasse as informações sobre o tema.

No documento *Propostas do Ministério da Saúde para Assistência Farmacêutica na Atenção Básica*, apresentado na reunião dos Conselhos Regionais de Farmácia, em março de 2006, constam os seguintes dados sobre o acesso da população a medicamentos:

- gastos com saúde aparecem em terceiro lugar entre os gastos familiares, segundo o IBGE;
- os medicamentos representam 61% desses gastos para as famílias de baixa renda, segundo a Fiocruz;
- 51,7% das pessoas que necessitam de tratamento têm dificuldades para obter os medicamentos, segundo a Conass;
- cerca de 55% delas não podem pagar os medicamentos de que necessitam, segundo o IBGE.

Integra o mesmo documento quadro que revela o gasto do Ministério da Saúde com medicamentos em 2005 e a expectativa de gastos para 2006. Em 2005, de um gasto total de 3,257 bilhões, foram destinados apenas 281 milhões para o Programa Farmácia Básica.

Em 2006, de um gasto estimado de 4,144 bilhões, projetava-se para o Programa Farmácia Básica apenas 290 milhões.

Dessa forma, vem destinando o Ministério da Saúde uma pequena parcela de seus recursos para a aquisição dos medicamentos necessários ao atendimento ambulatorial realizado pelo SUS.

Embora bem-intencionada, a política nacional de medicamentos não tem sido suficiente para reverter esse quadro.

Para que se tenha idéia da magnitude dessa queda no patamar de consumo anual – queda correspondente a 454 milhões de caixas de medicamentos –, registro que o Programa Farmácia Popular do Governo Federal comercializou, em seus dois primeiros anos de operação, apenas 30 milhões de caixas.

Não é tarefa de difícil realização. Municípios como São Paulo e Rio de Janeiro, que empreendem programas de gratuidade de medicamentos em seus postos de saúde, esse último desde 1991, já demonstraram sua viabilidade por meio do sistema de registro de preços com entregas programadas diretamente nas unidades médicas.

Certamente, a rede privada de distribuição existente no Brasil será capaz de realizar o suprimento continuado nos ambulatorios de todos os Municípios.

Quanto à viabilidade econômica da proposta, deve-se considerar o trabalho realizado pelo Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, que estimou a ordem de grandeza do custo, no Brasil, da cobertura de 400 milhões de consultas médicas do SUS, por meio da gratuidade de 114 medicamentos, em número próximo a R\$1,5 bilhão por ano – incluído o custo da distribuição.

Um programa dessa envergadura, ao ser implementado na rede ambulatorial do SUS (pública e privada) é um “sim” ao cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos – “do direito à vida, do direito de participar dos benefícios do progresso científico e do acesso aos serviços públicos de seu país”. É um “não” efetivo ao país que se divide entre os que podem e os que não podem ter acesso a medicamentos.

Precisamos persistir com a discussão nesta Casa quanto à extensão do princípio da universalidade do atendimento à saúde, previsto na Constituição.

Não é aceitável que mais de 90 milhões de brasileiros estejam excluídos do mercado de medicamentos. Não devemos, mais uma vez, escorar-nos no velho discurso de que o País aplica pouco em saúde. Aliás, sobre essa questão, o Professor Gilson Carvalho, da USP, estima que o setor público e o setor privado aplicaram, em 2006, cerca de R\$167 bilhões no setor de saúde.

Que se implante, progressivamente, em cada Município deste País, pelo menos um posto de saúde dotado de equipamentos para atender a casos de urgência e que se forneça a medicação prescrita nas consultas médicas do SUS. Esse é o nosso desafio, e, para isso, não é necessária a ampliação do Estado brasileiro, nem a criação de outros mecanismos; po-

dem-se aproveitar todos os equipamentos privados já existentes, porque não existe rincão neste País que não disponha de pelo menos duas drogarias.

Que se avance, ainda, assegurando a gratuidade da “cesta básica” de medicamentos, para que a população mais carente do País tenha acesso a esse tipo de tratamento.

Assim, Sr. Presidente, concluo, convocando as Lideranças do Congresso Nacional a romper o imobilismo do Estado, fazendo tramitar, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 3.171, de 2000, que hoje tramita na Câmara dos Deputados, mas que é uma proposição oriunda desta Casa, de autoria do saudoso e nobre Senador Arlindo Porto.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Adelmir Santana, vou-lhe dar mais um minuto – já lhe dei sete a mais. V. Ex^a encerra com mais um minuto?

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF) – Estou concluindo, Sr. Presidente. Encerro com mais um minuto.

Com a aprovação do Projeto de Lei do Senador Arlindo Porto e com a sanção pelo Excelentíssimo Presidente da República, o Ministério da Saúde passará a ter a obrigação de assegurar a medicação prescrita nas consultas ambulatoriais realizadas pelo SUS em todo o território nacional, usando para isso, Sr. Presidente, não mecanismos novos, não a inclusão de equipamentos novos no Estado, mas o exemplo das farmácias populares: credenciando as pequenas drogarias em pequenos Municípios brasileiros e criando mecanismos entre essas e os postos de atendimento, para que a população deixe de migrar para os grandes centros, deixe de procurar hospitais maiores, e evitemos a gravidade de questões como a que aconteceu recentemente no Pará.

Era essa a minha colocação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Convido o Senador Adelmir Santana a assumir a Presidência, para que eu possa usar da palavra como Líder do meu Partido. Em seguida, reassumirei a Mesa.

O Sr. Magno Malta, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Com a palavra o Senador Magno Malta, pela Liderança do seu Partido.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Srs. Senadores, gostaria de registrar, nesta tarde, o passamento do pastor Edward Dood, que durante 21 anos presidiu a Igreja Cristã Maranata no Brasil.

A Igreja Cristã Maranata, fundada pelo Dr. Gedelti Gueiros em Vila Velha, minha cidade de residência no Estado do Espírito Santo, ganhou o mundo. E o pastor Dodd, seu presidente, um homem de Deus, relevantes serviços prestou ao País e às comunidades mais simples pelo viés mais significativo da vida, que é a pregação do Evangelho.

Por isso, minhas condolências, minha solidariedade e meu abraço à comunidade cristã Maranata, aos milhares de irmãos no Brasil e no mundo. É uma igreja que cresce e que tem um líder como o pastor Gedelti, um profissional liberal, um homem dos mais decentes e honrados deste País. Essa igreja vem prestando às comunidades deste País o mais relevante de todos os serviços, o alcance do homem pela pregação do Evangelho de Cristo Jesus.

Portanto, abraço a família enlutada do pastor Dodd, que, durante 21 anos de sua vida, presidiu o presbitério da Igreja Cristã Maranata no Brasil.

Sr. Presidente, registro ainda os milhares de *e-mails*, com manifestações de todas as formas, que tenho recebido do Brasil em função de uma audiência pública que faremos para tratar da questão da adoção no Brasil. Aliás, Sr. Presidente, a adoção é a única chance que o homem tem de dar à luz pelo coração. Existem milhões de homens querendo dar à luz pelo coração no País, casais em busca de adoção. No entanto, Senador Cristovam Buarque, esse direito lhes é tirado pelas dificuldades burocráticas impostas. Algumas pessoas correm dessa fila e dessa burocracia; alguns enfrentam a burocracia e têm o dissabor de, ao final burocracia, ainda perder o direito de adotar a criança.

Vamos discutir a facilidade com que nossas crianças são mandadas para o exterior e algumas mandadas para a morte. Elas são adotadas para, lá do outro lado do mundo, tirarem-lhe o rim, o coração. E denunciar abrigos que servem aos seus donos. As crianças não são dadas para adoção, mas, ali, vivem como que cativas para gerar renda para os donos dos abrigos, Senador Flexa Ribeiro. E lhes é tirado o direito de ter pai e mãe, de ter família. Há homens e mulheres lá fora querendo enxugar xixi de alguma criança por aí; homens e mulheres querendo ter uma criança para dormir e fazer xixi na sua cama, para que tenham o trabalho e a alegria de trocar as fraldas à noite. Essa é uma felicidade. Aliás, a *Bíblia* diz que filho é dádiva de Deus; contudo, é tirado o direito.

Eles crescem nos abrigos por 10, 12 anos, e a adoção não vem. Aos 13, 14 anos, saltam o muro do abrigo, do orfanato, vão para as ruas e viram marginais.

Sr. Presidente, a essa audiência pública traremos especialistas e, mais que isso, pais e mães adotivos, homens que virão aqui contar suas experiências, contar como, de forma tão maravilhosa, deram à luz pela adoção. Aliás, somos filhos adotivos em Cristo Jesus. Somos feitos filhos novamente, segundo o Livro de João, por adoção em Cristo Jesus. Somos adotivos. Perdemos a condição de filhos com o pecado de Adão. Passamos tão-somente a criaturas de Deus, e depois Jesus veio. A *Bíblia* diz que, em Cristo Jesus, somos filhos novamente por adoção.

A adoção é uma coisa tremenda, uma coisa maravilhosa! Na minha fala, conclamo a Nação brasileira a fazer adoção. Tenho filha adotiva; sou pai adotivo. E foi a melhor coisa que fiz por mim. Em determinado momento da minha vida, achei que estava fazendo bem a uma criança. Estava completamente enganado. Quando essa criança passou para dentro da minha casa e entrou no meu sangue, a palavra adoção foi deletada da minha cabeça e da minha família. A palavra adoção só está na cabeça dos outros porque é filho, é sangue mesmo. Vejam o bem que fez à minha família!

Por isso, queremos discutir regras mínimas, Senador Flexa Ribeiro. Se alguém cheio de amor quer adotar, já cumpriu a condição primeira: o amor. Tem amor para dar? “Tenho”. Quer dar amor? “Quero”. Estão disponíveis? “Estamos”. Querem a criança? “Queremos”. A condição mínima, agora, menor ainda. Tem uma caminha lá? “Claro”. Tem comida na geladeira? “Pois não, vamos dividir”. Tem como levar para brincar no parque? “Com certeza”. Então, é seu filho.

Se V. Ex^a soubesse o catatau de respostas e, às vezes, humilhações que um casal tem de passar para adotar uma criança...

Li um relato numa revista nesta semana, Sr. Presidente, e quero convidar aquele cidadão para vir à audiência. Ele disse que havia uma criança doente, à morte. Ele foi ver a criança, que tinha sete dias; pegou a criança, querendo levá-la para a casa, mas o juiz lhe disse que não poderia levá-la. Ele perguntou por que não podia, já que era uma criança doente a quem queria apenas dar amor. E o juiz disse que a criança poderia ter Aids. Ele ficou assustado e precisou dar um murro na mesa em frente ao juiz. Então, disse: “Se essa criança tiver Aids tem de morrer num abrigo? Só estou querendo levar uma criança doente para a minha casa. Só estou querendo dar amor a uma criança, e que ela me chame de pai e eu a chame de

filho. Se ela tiver Aids, eu a quero assim mesmo. Qual o problema da Aids?” O juiz, então, baixou a bola e começou a conversar de outro jeito.

Que coisa estranha!

Agora, quando é adoção internacional, o processo é fácil demais e ligeiro. O estrangeiro vem, aluga uma casa ou fica até em hotel, e faz uma adaptação de trinta dias com a criança no hotel. Eu nunca vi isso na minha vida! Vamos ter de discutir isso aqui.

Sr. Presidente, tenho recebido propostas de emenda a um projeto do Senador Crivella, de que sou Relator na CCJ. São maravilhosas.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Concedo mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Obrigado. Concedi dez minutos de quebra, e V. Ex^a só quer me dar dois. Vai ficar na dívida de oito minutos comigo. Já encerro, Sr. Presidente.

Gostaria de receber do Brasil inteiro ajuda para que possa fazer um bom relatório. O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, não está na Casa neste momento e não estará durante esta semana. S. Ex^a está no meu Estado, na minha cidade, Cachoeiro do Itapemirim, com o filho operado. Está lá, como um pai zeloso, sentado no quarto ao lado de um filho de trinta anos, segurando a mão do filho, chorando com o filho. Lá ficará até que o filho receba alta em Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que ainda teremos outra audiência pública, para tratar da questão da hemofobia. Serão convidadas tão-somente lideranças religiosas do Brasil, até por que são os mais atacados nesse processo. De evangélicos, pode-se falar qualquer coisa e discriminá-los; pode-se falar qualquer coisa contra índios; pode-se falar qualquer coisa contra negros; pode-se falar qualquer coisa contra prostitutas; pode-se falar qualquer coisa contra espíritas ou contra quem se queira discriminar, mas contra homossexuais não se pode falar nada – nem que você é contra, nem que você não concorda.

Esse projeto dá poderes que não foram dados aos idosos, aos negros, nem aos índios deste País. Então, precisamos discutir isto: o poder draconiano desse projeto. Caso se tire o emprego, são três anos de cadeia por discriminação; caso não se dê o emprego, mais três anos de cadeia por discriminação. Precisamos discutir isso direito e nós o faremos nessa audiência pública também na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 801, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento do Pastor Edward Hemming Dood, que ocorreu na última sexta, em Vila Velha.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja encaminhado à família do falecido.

Justificação

Presidente da Igreja Maranata por 21 anos, era conhecido pela sua dedicação à Igreja, ao evangelho e aos necessitados – mesmo com a idade avançada, pois não se importava com suas limitações físicas e atendia aos convites para viajar para pregar em outras comunidades, levando sempre uma palavra de apoio, de consolo, de amor.

Teve sua vida pautada por ações de árduo trabalho na igreja, dando início a Igreja Maranata e firmando as diretrizes de funcionamento, não se afastando nunca dos fundamentos dos evangelhos. Sua dedicação ao evangelho e ao próximo é um exemplo de vida que devem merecer a homenagem especial deste Senado Federal, pois o nosso País precisa de exemplos e como Senador do Espírito Santo, peço ao Presidente do Senado Federal junto com os meus pares para que este Voto de Pesar seja inserido e registrado para sempre nos Anais da Casa.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. – Senador **Magno Malta**, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado pelo Senador Magno Malta de acordo com as regras da Secretaria.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 107, de 2007 (nº 455/2007, na origem), de 5 do corrente, do Presidente da República, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de maio de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 108, de 2007** (nº 466/2007 na origem), de 6 do corrente, pela qual o

Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, no valor equivalente a até dezessete milhões e sessenta e um mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas do Córrego Imbirussu.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – A Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2007**, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante aquele Colegiado.

O Sr. Adelmir Santana, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta, 4º Secretário.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Magno Malta, gostaria que V. Ex^a me inscrevesse como Líder para falar no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Está registrada a participação de V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Colombo e, em seguida, ao Senador Valdir Raupp, como Líder do PMDB.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a imprensa brasileira hoje repercute a decisão do Ibama de autorizar a licença inicial dos estudos para a instalação da Usina do Madeira. Gostaria, a propósito, de falar aqui sobre a questão do risco da falta de energia elétrica para o desenvolvimento de nosso País.

Acompanhando a imprensa internacional, a gente viu na Argentina dois fenômenos: um, a falta de energia elétrica e o outro, a neve depois de noventa anos. O equilíbrio ambiental é realmente uma preocupação e uma responsabilidade de todos nós, mas, na verdade, como em qualquer parte do mundo, no Brasil nós

queremos ter o ar condicionado, nós queremos ter a televisão ligada, nós queremos ter o acesso à Internet, nós queremos emprego e crescimento econômico, mas isso não se faz sem energia elétrica, não se consegue crescimento sem energia.

O Brasil tem uma situação privilegiada. A energia mais barata, a energia estratégica é a hidrelétrica, que tem um custo muito menor. O maior volume, a maior possibilidade hídrica é a da Rússia, mas a melhor é a do Brasil, que é segunda maior. Por isso, nós temos um potencial, uma oportunidade de ter energia mais barata sem tanto impacto ambiental.

Eu fui presidente da companhia de energia elétrica de Santa Catarina, a Celesc, de 1992 a 1994 e, desde então, eu me dedico a esse estudo, a esse assunto, e quero trazer aqui para o Senado uma preocupação, um alerta. As pessoas técnicas apontam com clareza para o forte risco de falta de energia elétrica para o futuro de nosso País, e esse futuro não está tão longe não: é em 2010, em 2011.

Eu fiz um profundo estudo e gostaria de lê-lo hoje aqui. Normalmente eu não leio, mas faço isso porque trago bastantes dados técnicos e não quero omitir nenhum deles.

Um dos assuntos mais recorrentes no noticiário econômico, já há algum tempo, tem sido o risco de um novo racionamento de energia elétrica, possivelmente a partir de 2010, mas podendo ser antecipado, o que é muito ruim, para 2009, ou mesmo, na pior das hipóteses, para 2008. Isso depende do nível de crescimento de nossa economia.

Tenho lido muitos artigos, relatórios de estudos, resultados de pesquisas e também conversado com muitos especialistas sobre essa questão. E essas incursões têm me deixado cada vez mais preocupado e convencido da possibilidade de que as previsões mais pessimistas venham realmente a se concretizar.

Tenho acompanhado também as manifestações pacificadoras do Governo Federal, sempre procurando minimizar a importância do alarde feito pelos especialistas e transmitir uma sensação de estabilidade e controle da situação. Mas essas manifestações tranquilizadoras do Governo não têm sido suficientes para superar a contundência dos argumentos e dos dados exibidos pelos especialistas.

Os dados que me têm chegado indicam que, diferentemente da crise ocorrida nos anos de 2001 e 2002, a que se anuncia agora para os próximos anos não deverá ser superada em curto prazo. Ao contrário, deve ser bastante prolongada, principalmente se vier a ocorrer um período hidrológico crítico, forçando o uso da energia armazenada nos reservatórios hidrelétricos, situação que poderá tornar a crise crônica diante da

impossibilidade de recuperação do armazenamento de água em escala suficiente para recuperar os níveis de segurança desses reservatórios.

E a hipótese de ocorrência de um período hidrológico crítico nos próximos anos é mais do que provável, dado que é comum passarmos por ciclos alternados de altas e baixas ocorrências de chuvas, cabendo aqui o registro de que estamos passando por um ciclo de abundância, que já se prolonga por mais de cinco anos.

A última grande crise – ocorrida entre maio de 2001 e fevereiro de 2002 – decorreu de uma combinação de problemas estruturais (baixos investimentos em novas usinas) e conjunturais (baixa ocorrência de chuvas). Assim, passado o período crítico de baixa pluviosidade e com a redução de demanda que resultou da mudança de hábitos de consumo induzida pelo racionamento, a situação voltou rapidamente à normalidade, chegando até mesmo a apresentar uma folga temporária na capacidade de geração. Essa folga, combinada com a conclusão de algumas usinas cujas concessões foram licitadas ainda no final da última década ou no início desta, é que tem propiciado o atendimento da demanda até o presente momento.

Já a próxima crise será produzida fundamentalmente pela insuficiência da capacidade do parque gerador, em razão das flagrantes dificuldades enfrentadas para viabilizar os investimentos necessários à sua expansão. Portanto, a crise deverá ocorrer mesmo que não haja um período hidrológico crítico. A escassez de chuvas com certeza agravará, podendo até mesmo antecipar a crise, mas a abundância de chuvas não será capaz de evitá-la.

A perspectiva de longa duração resulta, primeiramente, do fato de que a capacidade de adequação das instalações consumidoras – sejam elas industriais, comerciais, residenciais ou de serviços públicos – assim como dos hábitos de consumo da população, já foi largamente explorada no racionamento de 2001-2002, não havendo mais espaço para grandes ajustes nessa área.

Como agravante, sabe-se que entre 2007 e 2008 haverá o completo esgotamento da folga na capacidade de geração provocada pelo racionamento, sem que estejam sendo construídas novas usinas com capacidade suficiente para assegurar o atendimento do crescimento de demanda a partir daí.

Sabe-se também que a um crescimento econômico na faixa de 4 a 5% ao ano, como atualmente projetado, corresponde um aumento de 5 a 6% no consumo de energia elétrica.

Como temos hoje um parque gerador com capacidade instalada da grandeza de cem mil MW, precisa-

remos colocar em operação, a cada ano, novas usinas que somem entre 5000 e 6000 MW de capacidade de geração, situação que dificilmente ocorrerá, diante dos graves entraves burocráticos para a realização de novos investimentos.

No setor de energia elétrica, nós, brasileiros, temos um notável diferencial competitivo em relação a outros países. Possuímos uma grande reserva ainda não explorada de energia limpa e renovável, representada pelos potenciais hidrelétricos, de grande e pequeno porte. Agora temos também um bom potencial oriundo da biomassa, associado à expansão do setor sucroalcooleiro.

Poderíamos estar utilizando esses recursos energéticos limpos e renováveis para oferecer energia em abundância e a preços módicos para a nossa população e as nossas indústrias, de maneira a torná-las mais competitivas no mercado internacional gerando emprego e renda e propiciando a tão sonhada melhoria de qualidade de vida dos nossos cidadãos.

Entretanto, o que estamos vendo é a iminência de um novo racionamento de energia elétrica, que levará à redução forçada da atividade econômica, impondo sacrifícios injustificáveis à nossa gente. Os jornais hoje mostram, com a liberação inicial dos estudos para a implantação da Usina do Madeira, que quem ganhou foi a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva ou a Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff. Quem perdeu? Na verdade, não tenho dúvida de que quem está perdendo é o povo brasileiro.

Pode ser até que o racionamento prolongado, como previsto, não ocorra. E pode ser que ele não ocorra justamente pelo fato de ser previsível, e por isso os potenciais investidores se retraíam ou desloquem seus investimentos para outros países ou continentes, com inevitáveis prejuízos para o nosso desenvolvimento econômico e social. Ora, se não vai haver energia, o investidor não vai investir.

E o cenário revela-se ainda mais crítico quando percebemos que o estoque de projetos a implantar também está se esgotando. À época da crise de 2001-2002, o País contava com um estoque de 51 projetos hidrelétricos com concessão, que totalizavam 11.100 MW de capacidade instalada, com energia firme associada de 5.900 MW médios. Desse estoque, 23 usinas entraram efetivamente em operação até o ano de 2006, acrescentando 5.300 MW de capacidade, com energia firme de 2.800 MW médios. Entretanto, 13 projetos, com 1.900 MW de capacidade e energia firme de 1.050 MW médios ainda se encontram em implantação e 15 outros, com capacidade de 3.900 MW e energia firme de 2.050 MW médios, sequer tiveram as obras iniciadas.

A partir de 2003 até a presente data, apenas nove concessões de hidrelétricas foram outorgadas, porém as usinas ainda não se encontram em implantação. Todas elas somadas atingirão apenas 1.400 MW de capacidade, com 815 MW médios de energia firme. Isso será suficiente para atender a apenas 20% do crescimento da demanda nacional em um ano.

Dentre as usinas que entraram em operação, as principais são Barra Grande (690 MW, na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul), Campos Novos (880 MW, em Santa Catarina), Capim Branco 1 e 2 (450 MW, em Minas Gerais), Irapé (360 MW, em Minas Gerais), Itapebi (450 MW, na Bahia) e Peixe Angical (452 MW, em Tocantins).

Dos treze projetos em implantação, destaca-se o da Usina Foz do Chapecó (855 MW, na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul), que, após superar os entraves ambientais, encontra-se na fase inicial de construção, com o início de operação previsto para o segundo semestre de 2010.

Outros importantes projetos, como a Usina de Estreito, Santa Isabel (1.087 MW), e Pai Querê, em Lajes, minha cidade (292 MW), ainda não se encontram em implantação, por força de problemas ambientais gerados pela incompetência e pela insensibilidade do Ibama.

Projetos de grande porte, chamados de estruturantes, como os do rio Madeira, com seu processo iniciado ontem, e Belo Monte, também ainda tentam superar os problemas ambientais para terem suas concessões licitadas.

Diante dessa situação, a saída tem sido o apelo para usinas termoelétricas, inclusive a óleo *diesel* e combustível, de custo muito mais elevado e muito mais nocivas ao meio ambiente. Uma decisão importante, tomada nos últimos dias, após um longo período de discussão no Governo, foi a aprovação da retomada da construção da Usina Nuclear Angra 3 (1.350 MW, situada no Rio de Janeiro), renunciando a retomada de todo o Programa Nuclear Brasileiro, com a previsão de implantação de cerca de mais oito usinas, somando capacidade da ordem de 10 mil megawatts, nos próximos dez anos.

Mas a usina nuclear é muitíssimo mais cara do que a usina hidroelétrica. É forçoso lembrar que todo esse esforço não será suficiente para garantir o abastecimento seguro da demanda por energia elétrica no futuro. Apenas para termos uma idéia da magnitude do problema que enfrentamos, se conseguirmos viabilizar a implantação das grandes hidrelétricas em estudo no momento – rio Madeira e Belo Monte –, a construção das usinas demandará cerca de cinco anos, enquan-

to a energia acrescentada por elas ao sistema será suficiente para atender apenas três anos de crescimento da demanda, ou seja, precisaremos viabilizar muitos outros projetos antes mesmo que esses sejam concluídos.

E é nesse contexto que quero conclamar os senhores a fazermos uma pausa para meditação: será que nós, Parlamentares, podemos fazer alguma coisa para contribuir com a solução desse problema?

Pessoalmente, penso que não seremos dignos dos mandatos que recebemos dos nossos compatriotas, se ficarmos de braços cruzados frente à questão. Um governo bom é aquele que cuida da manutenção, da qualidade do serviço, mas sobretudo da prevenção, do planejamento. E aqui realmente não se junta ao agravamento da situação o risco futuro que se planeja.

Penso também que a nossa responsabilidade torna-se ainda maior diante do fato de que a grande maioria dos brasileiros não consegue enxergar com clareza as consequências dessa situação. A parcela mais humilde da população não consegue associar a segurança no abastecimento de energia elétrica ao seu emprego, ao prato de comida em sua mesa. Por isso, penso ser nosso dever representá-la nessa tarefa e assumir o debate como posição de liderança.

Mesmo tentando negar ou minimizar os riscos existentes, autoridades setoriais têm pleno conhecimento da situação. O Governo não tem controle sobre os agentes que têm obstruído os empreendimentos, como no caso das questões ambientais, ora porque as sinalizações dadas são incorretas ou insuficientes para atrair investimentos.

E é nesse sentido que quero propor um plano de ação pragmático, encabeçado pelo Senado Federal, mas procurando envolver também nossos colegas da Câmara e outros segmentos do Governo e da sociedade, para encontrarmos uma solução para o problema. Já tenho um levantamento das várias causas e alinhavadas algumas medidas que poderão levar a uma melhor performance do setor, de maneira a reduzir o risco da crise, no médio e no longo prazo.

Temos de aproveitar a vantagem estratégica do setor hidrelétrico; temos de combater a falta de visão integrada do Governo sobre questões setoriais, acabar com essas brigas entre um Ministério e outro.

Há algumas barreiras à expansão do setor:

- Falta de entendimento;
- Falta de um banco de projetos para serem implantados de uma forma rápida;

- Falta de um adequado aparelhamento técnico das Comissões de Energia e Infra-Estrutura do Congresso Nacional;
- Dificuldades absurdas impostas pelo Ibama em relação ao licenciamento ambiental;
- Fragilidade do arcabouço legal e regulatório;
- Eliminação de importantes fontes de recursos pelo desestímulo aos investimentos em autoprodução e produção independente;
- Atuação de empresas estatais – inclusive a Petrobrás – em competição com o setor privado nos leilões de energia.

Sr. Presidente, a situação é de fato grave. Se não houver uma tomada de decisão do Governo, passaremos por esse calvário no futuro, atrapalhando o crescimento, aumentando a pobreza no nosso País, interrompendo todo o ciclo que se constrói ao longo dos anos.

É de responsabilidade do Governo uma posição emergencial, competente e clara sobre isso, e de todos nós. É o Brasil que precisa. Quanto ao risco, se mantido esse posicionamento, tendo esses resultados pífios, com certeza estaremos prejudicando, criando uma situação muito grave para o futuro do nosso País. Esse é o alerta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta – Bloco/PR – ES) – Obrigado, Senador.

Registro que recebi a comenda Hélio Carlos Manhães, pela Câmara de Cachoeiro de Itapemirim, onde comecei minha vida pública, na pessoa do seu Presidente, Marcos Coelho. Gostaria de abraçar o Município e de agradecer o carinho.

Registro também o carinho do jornalista Jackson Rangel, da **Folha do Espírito Santo**, comigo e com o Senador Paulo Paim, que está em Cachoeiro do Itapemirim, em visita à Editora Leia. O Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, é um padrão moral respeitadíssimo no País inteiro, que orgulha a todos nós. E Cachoeiro está tendo o prazer de recebê-lo.

Quero agradecer à **Folha do Espírito Santo**, por nos ter recebido com tanto carinho, e à Rádio Cidade daquele Município.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, em permuta com o Senador Valdir Raupp. V. Ex^a dispõe de dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – V. Ex^a, com a generosidade de sempre, na Presidência.

Volto, Sr. Presidente, Senador Magno Malta, Sr^{as} e Srs. Senadores, a esta tribuna para compartilhar com V. Ex^{as} um assunto que muito me intrigou nos últimos

dias, Senador Raupp. Há uma estranha coincidência entre o caso Pagrisa – eu vou explicar às nobres Senadoras e aos nobres Senadores mais à frente –, a usina de álcool paraense, que teria sido flagrada, no início deste mês, usando trabalho escravo ou degradante, ou seja, análogo à escravidão, e o discurso do Presidente Lula, em Bruxelas, tentando defender o programa do biodiesel brasileiro. Tentando defender não, defendendo, porque todos nós, brasileiros, defendemos o programa, tanto do etanol quanto do biodiesel, que é um programa exitoso e que tem que ser levado como exemplo aos países desenvolvidos.

Esse discurso do Presidente Lula criou mais incertezas e dúvidas do que esclareceu sobre a produção de etanol na Amazônia brasileira. O Presidente da República disse que “a Amazônia é uma região que não se presta para o cultivo da cana.” Cometeu o Presidente Lula um equivoco. Para produzir cana-de-açúcar a Amazônia ao precisa desmatar um só palmo de floresta nativa, Senador Valdir Raupp.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vou repetir: não precisa desmatar um só palmo de floresta nativa!

Estudo encomendado pelo Governo do Pará, concluído em dezembro de 2006, à consagrada Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP, revelou que no leste do Estado do Pará há 16,4 milhões de hectares de áreas com potencial para cultivo da cana-de-açúcar.

Dessa gigantesca área de 16,4 milhões de hectares, cerca de 9 milhões de hectares (54,7%) são classificados como de alta aptidão para o cultivo da cana, considerando-se as condições climáticas e relevo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Presidente Magno Malta, essa área é superior a toda a área de cana-de-açúcar hoje plantada no Estado de São Paulo, que tem cerca de 2,7 milhões de hectares, e é o maior Estado produtor de cana-de-açúcar do País.

As áreas de alta aptidão climática e de relevo que apresentam déficit hídrico acentuado somam 4,98 milhões de hectares. Nessas áreas, a irrigação é necessária para garantir o desenvolvimento da cultura.

O estudo da Esalq revelou que 2,12 milhões de hectares localizados nas áreas alteradas do leste paraense e que têm potencial para o cultivo da cana-de-açúcar são classificados como de média aptidão. Só 1,53 milhão de hectares apresenta baixa aptidão com relação aos solos e ao relevo – mas, mesmo assim, dá para plantar cana-de-açúcar.

Por onde se vê, onde quer que se ponham os olhos nas regiões nordeste, sul e sudeste do Pará, há condições muito favoráveis à cana-de-açúcar.

E aí eu quero dizer aqui, Senadora Kátia Abreu, Senador Mário Couto, que a Governadora Ana Júlia

– no início do seu Governo, quando o Presidente Lula fazia a indicação da produção do etanol para que o Brasil pudesse estar sempre na vanguarda dos países na produção de álcool, foi ao Presidente dizer que o Pará tinha e tem capacidade para produzir etanol.

O Presidente Lula deveria conhecer o estudo que o Governo do PSDB paraense encomendou a Esalq, para provar que a economia paraense pode oferecer e gerar soluções sociais, sem que novas frentes de desmatamento sejam abertas na floresta. Mas só se chegou a essa conclusão com o estudo do macrozoneamento.

Aí, Senador Valdir Raupp, tenho insistido junto à Ministra Marina Silva para que todos os Estados brasileiros façam o seu zoneamento econômico-ecológico. A melhor forma e a forma correta de se proteger a questão ambiental, de se proteger a floresta brasileira, saber em que áreas podemos trabalhar, em que áreas podemos produzir, em que áreas, Senador Mário Couto, temos de manter a reserva florestal e não indiscriminadamente, como é feito hoje, criando-se áreas de preservação sem nenhum estudo, sem nenhuma discussão com os Governos dos Estados onde essas áreas são criadas.

Isso quer dizer, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não dá para sair falando sobre a Amazônia sem conhecê-la, sem ter informação, sem ter dados científicos à mão. Se o Presidente Lula conhecesse essas informações elaboradas pela escola de agricultura da USP não teria dito que a área de 0,4% do País onde se planta cana fica distante da Amazônia, onde não se deve plantar cana. E isso não é de hoje. Há outra informação equivocada que o Presidente Lula deu em Bruxelas de que “se fosse bom plantar cana na Amazônia, os portugueses colonizadores o teriam feito”.

Hoje, na chamada Amazônia Legal, Presidente Magno Malta, existem 15 usinas. O Pará tem duas. Lamentavelmente, uma criada há muitos anos, de propriedade do Incra, o projeto Pacal, que está abandonado. Foram levados colonos para a transamazônica para plantar cana e o fizeram. Plantaram a cana, chegaram a moer algumas safras, foram abandonados pelo governo e estão lá com a sua cultura sem ter para onde escoar ou para quem vender, abandonados de forma totalmente irresponsável.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concedo um aparte a V. Ex^a, à Senadora Kátia Abreu e ao Senador Mário Couto.

Como disse, existem duas no Pará; uma, fechada, e a segunda o governo quer fechar, Senador Pedro Simon, e é sobre isso que quero tratar neste

pronunciamento. O Acre tem uma. Mato Grosso tem nove, Maranhão tem duas, Tocantins tem duas; todas na faixa da Amazônia Legal. Juntas, essas usinas têm 255 mil hectares plantados com cana-de-açúcar. Ao contrário do que disse o Presidente Lula, a cana na Amazônia vem de longe: os colonizadores plantaram, sim, a cana-de-açúcar no Pará, notadamente, na região do baixo Tocantins, mas só agora é possível plantar em larga escala com tecnologia.

Mas ninguém deve-se assustar. Os Parlamentares europeus e o Partido Verde também já manifestaram, nos últimos dias, contra o cultivo da cana na Amazônia, e até o nosso amigo, Senador Mário Couto e o Senador José Nery, também disse que a Amazônia não se presta para o plantio de cana; e digo que S. Ex^a não deve-se preocupar com a questão do desmatamento; o Pará não vai – repito – desmatar a floresta para se tornar um grande produtor de álcool do País. Infelizmente, desmataram a floresta para outras atividades, e, agora, corremos atrás do prejuízo.

Convém analisar o caso da Pagrisa, Senador Valdir Raupp – vou-lhe conceder um aparte, mas é importante que V. Ex^a tome conhecimento do que está acontecendo no Estado do Pará da semana retrasada para agora -, dentro desse contexto político de negação da Amazônia como produtora de álcool. Ao cruzarmos os fatos, podemos desconfiar que pode, sim, Senadora Kátia, haver uma relação entre o caso Pagrisa, a acusação do trabalho escravo na Pagrisa, a declaração do Presidente Lula em Bruxelas, a manifestação dos Parlamentares espanhóis, italianos e alemães manifestando apreensão com a expansão das áreas de cana-de-açúcar, para dar conta do Programa de Biodiesel, que o Presidente Lula defende. E o importante, Senador Magno Malta, o Pará é hoje o maior produtor do Brasil de óleo de palma e tem uma área agricultável de óleo de palma que pode se transformar no maior produtor do mundo, passando a Malásia, que é a maior produtora. Temos lá, hoje, projetos implantados que têm a cadeia produtiva, que vai desde o plantio da palma até o biodiesel, passando pelo óleo bruto, pelo óleo comestível, pela margarina.

O Jornal Nacional da semana passada fez uma matéria que coloca o exemplo exitoso do plantio de palma na agricultura familiar. Vou fazer e vou pedir que seja transcrito, Senador Magno Malta, o meu discurso na íntegra, porque quero fazer referência ao caso da Pagrisa.

A Pagrisa é uma empresa que mói 760 mil toneladas de cana, produz 50 milhões de litros de álcool, tem 1800 empregos diretos e 7200 indiretos, para a qual chegou, na quinta-feira retrasada, uma força tarefa do Ministério do Trabalho para fazer uma inspeção que

a Delegacia Regional do Trabalho já tinha feito em fevereiro deste ano, nada encontrando, porque não tem nada que possa ser similar ou análogo ao trabalho escravo naquela empresa.

Uma empresa que tem 1800 funcionários com carteira assinada, todos eles com moradia, com água encanada, com energia elétrica e saneamento, tem a participação nos lucros beneficiando a todos os funcionários, atendimento gratuito, atendimento médico gratuito, plano de saúde subsidiado em 50% pela empresa, Senador César Borges, alimentação subsidiada dentro dos limites da lei, seguro de vida para todos os colaboradores. Aí eu pergunto: é possível, Senadora Kátia Abreu, que uma empresa que ofereça essas condições a seus trabalhadores possa ser considerada como colocando os trabalhadores no regime de trabalho degradante? Só se for para fechar a empresa como eu acho que é a intenção da força tarefa do Ministério do Trabalho.

Então, eu vou fazer chegar à Mesa, Sr. Presidente Magno Malta, um requerimento assinado por mim, pela senadora Kátia Abreu e pelo Senador Mário Couto, nos seguintes termos:

Requeiro nos termos do art. 75, do Regimento Interno do Senado Federal a criação de uma Comissão Temporária Externa do Senado Federal composta de pelo menos dois senadores das seguintes comissões: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Agricultura, Comissão de Direitos Sociais, Subcomissão de Direitos Humanos...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Flexa Ribeiro, vou-lhe conceder mais dois minutos, porque já lhe dei cinco. Dois minutos são suficientes para V. Ex^a encerrar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço-lhe mais cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Há muitos inscritos. Já lhe dei cinco minutos a mais; com mais dois, serão sete.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senadores do Estado do Pará com o objetivo de visitar as instalações da Empresa Pará Pastoril e Agrícola – PAGRISA – localizada no município de Ulianópolis, no Estado do Pará, para averiguar as condições da rescisão direta do contrato de trabalho de cerca de 1.180 empregados, resultante da fiscalização empreendida pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho.

A Sr^a Kátia Abreu (PFL – TO) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, Senadora Kátia Abreu.

A Sr^a Kátia Abreu (PFL – TO) – Senador Flexa Ribeiro, tenho a certeza absoluta de que essa Comissão Externa do Senado – que, provavelmente, não será a primeira nem a última – é função nossa. Quero louvar também a iniciativa desse requerimento, que tenho o prazer de assinar juntamente com V. Ex^a, porque precisamos cuidar não somente das condições física, salarial e emocional dos trabalhadores, mas também da manutenção de seus empregos. Quero apenas lembrar que a Norma Regulamentadora nº 31, do Ministério do Trabalho e Emprego, talvez seja uma das legislações mais rigorosas do mundo. A NR nº 31 tem uma soma de detalhes com relação ao cumprimento da legislação trabalhista que é algo inimaginável. Para se ter uma idéia, essa NR é recomendada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Dos 178 países que são membros da OIT, apenas nove aderiram à NR nº 31, sendo o Brasil um deles. Aliás, dos países agrícolas, apenas o Brasil e a Argentina adotaram essa determinação da OIT. Os outros quase 170 países não aderiram a essa legislação. Não quero entrar nesse mérito, porque sou a favor de tudo que pudermos fazer para o bem-estar do trabalhador, mas não podemos instalar no Brasil, Sr. Presidente, um tribunal de exceção, como está acontecendo durante a vistoria do Ministério do Trabalho e Emprego. O cidadão, sem direito à defesa, encontra um transitado em julgado administrativo e, imediatamente após a fiscalização e apenas uma audição, é incluído em uma lista suja. Com isso, ele não tem direito a financiamento; se produzir álcool, não pode vendê-lo a distribuidora alguma do Brasil. Ou seja, é condenado antes do transitado em julgado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Peço aos aparteantes que sejam rápidos, porque já concedi oito minutos a mais ao Senador Flexa Ribeiro. Há muitos oradores inscritos. A lista é muito grande.

Concedo-lhe mais um minuto, para V. Ex^a encerrar.

A Sr^a Kátia Abreu (PFL – TO) – Com certeza, Sr. Presidente. Para encerrar, quero falar da importância dessa Comissão Externa, pois devemos, sim, dar um fim nessa situação. Precisamos dar emprego e bem-estar ao trabalhador rural brasileiro. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Peço aos aparteantes que sejam rápidos, porque já concedi oito minutos a mais ao Senador Flexa Ribeiro. Há muitos oradores inscritos. A lista é muito grande.

Concedo-lhe mais um minuto, para V. Ex^a encerrar.

A Sr^a Kátia Abreu (PFL – TO) – Com certeza, Sr. Presidente. Para encerrar, quero falar da importância dessa Comissão Externa, pois devemos, sim, dar um fim nessa situação. Precisamos dar emprego e bem-estar ao trabalhador rural brasileiro. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concedo um aparte ao Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Sr. Presidente, serei breve. Peço que V. Ex^a me conceda somente um minuto, apenas para retocar o brilhante pronunciamento do Senador Flexa Ribeiro. Senador Flexa Ribeiro, primeiramente, quero parabenizá-lo por trazer à tribuna uma preocupação que é de todos os paraenses. Há muito tempo, as empresas que se instalam no Pará sofrem esse tipo de pressão, Senador. Isso é esquisito, é esquisito. Não sei por quê. V. Ex^a acaba de dar números: são 1,8 mil trabalhadores com empregos diretos. E os indiretos?

(Interrupção do som.)

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Vou ser breve, Sr. Presidente. E os indiretos, quantos somam, Senador? É preciso que se tenha consciência do que se está fazendo em termos de fiscalização neste País. Isso é uma agressão. Isso é uma agressão à geração de empregos, Senador. Que Pará perseguido! Que Pará perseguido! Como se instalou a perseguição no Estado do Pará, Senador! É preciso acabar com isso. O Pará está gerando empregos, Senador, e 70% desses 1,8 mil empregados são trabalhadores rurais pobres, que estão plantando cana para a produção de álcool. Deixem-nos trabalhar com dignidade! Não persigam o Estado do Pará! Quantas empresas se instalaram no Estado do Pará e saíram de lá por causa disso, Senador! É preciso acabar com essa perseguição contra nosso Estado. Parabéns pelo pronunciamento!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Encerro, Senador Magno Malta, dizendo que estive nas instalações da Pagrisa, no último sábado. Conversei lá com o chefe da força tarefa, Humberto Célio Pereira, e disse a ele que iria requerer uma comissão do Senado. Peço a leitura e aprovação do requerimento por V. Ex^a, para que possamos juntar os Senadores para irem até lá verificar as condições que a empresa oferece aos seus trabalhadores. Não tem nada a ver com trabalho degradante, não tem nada a ver com trabalho escravo, muito pelo contrário. As informações que aqui coloquei demonstram a preocupação que a empresa tem em se manter dentro – como bem disse a Senadora Kátia Abreu, a quem agradeço o aparte, como agradeço ao Senador ...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Flexa Ribeiro, peço que encerre. Já lhe concedi 11 minutos além do seu tempo regimental.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Compreendo as especificações da NR-31 do Ministério do Trabalho. Não vou poder conceder o aparte ao nobre Senador João Tenório, mas encerro aqui.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PAGRISA – PARÁ PASTORIL E AGRÍCOLA S/A

LOCALIZAÇÃO

Rodovia Br 010 Km 1565, estrada Cauaxi km 22.
Caixa Postal 25, ULIANÓPOLIS – PA
CEP 68632-000
Fábrica: (91) 3726-2800
Escritório: (91) 3522-2312 / 3522-1310

ÁREA

Área total:
Cultura de Cana-de-açúcar: 11.600 Ha.

PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR

Safra 2006: 720.000 toneladas

FÁBRICA DE AÇÚCAR

Início de operação: novembro de 2006
Capacidade de produção: 6.000 sacas/dia.
Produtos: Açúcar cristal branco especial; Açúcar cristal moído; Açúcar VVHP; Açúcar VHP.

TECNOLOGIA AGRÍCOLA

CANA DE AÇÚCAR

Campo de teste de variedades com aproximadamente 40 cultivares.
Sistema de Plantio em nível para uma maior conservação do solo.
Plantio direto em área de rotação com a lavoura de Soja e Crotalária.

Aplicação de composto orgânico em substituição à adubação química.

Implantação de Colheita Mecanizada, visando melhor qualidade de matéria-prima para produção de açúcar e diminuição da utilização do fogo na colheita. Atualmente a empresa tem 2 colheitadeiras e neste dia 9 de julho 2007 chegaram mais 2 máquinas, que permitem mecanizar cerca de 60% da colheita.

IRRIGAÇÃO

Canavial 100% irrigado no sistema autopropelido.
Fertirrigação de 1.750 hectares.
105 Hectares de pastagem irrigada sob pivot central.

60 Hectares de soja e arroz irrigados sob pivot central para produção de sementes.

CONTROLE DE QUALIDADE

Laboratório com equipamentos de última geração, habilitado para análises de qualidade em todo o processo industrial e ambiental.

INDÚSTRIA

Capacidade de moagem diária de cana: 3.600 toneladas.

Capacidade de produção diária:

280.000 litros de álcool anidro ou 320.000 litros de álcool hidratado.

6.000 sacos de açúcar/dia

Produção 2006

52.000.000 de litros de álcool.

sacos de açúcar

ENERGIA ELÉTRICA

Potencial Instalado: 16.500 KVA

A produção é totalmente comprometida com o meio ambiente.

A Usina gera energia limpa e renovável, a partir da queima do Bagaço da Cana.

SERRARIA

Serragem mensal de 600 m3.

Matéria-prima proveniente de manejos sustentáveis nas reservas florestais da própria empresa.

Comercialização no mercado interno e externo.

PRODUÇÃO DE GRÃOS

Área plantada 2.500 hectares

Produção:

200.000 sacas de milho

22.000 sacas de soja

7.200 sacas de arroz.

2.300 sacos de semente de Soja produzidas sob Pivot Central

Capacidade de Armazenamento 132.000 sacos

PECUÁRIA

Rebanho de 6.800 cabeças.

Programa de cruzamento para formação de raças compostas.

100% das matrizes cobertas através de inseminação artificial.

Projeto intensificação de pastagens através de manejo rotacionado e irrigação com pivot central.

OVINOS

Rebanho de 1.500 Matrizes.

Programa de cruzamento visando uma carne de maior qualidade.

Terminação de Cordeiros para abate totalmente confinados.

Projeto visando atingir 10.000 matrizes; Construção de um abatedouro e lançamento no mercado de uma grife de carne de alta qualidade.

Pastagens de Ovinos em áreas de Integração com agricultura.

MEIO AMBIENTE

Faixas de preservação permanente servindo como corredores de ecológicos, importantes para preservação faunística e prevenção de queimadas.

Preservação das matas ciliares.

Reserva legal totalmente preservada.

Coleta seletiva de lixo.

Produção de adubo orgânico.

Produção de 200.000 mudas por ano para reflorestamento.

RECURSOS HUMANOS

Geração de 1.800 empregos diretos e 7.200 empregos indiretos.

Moradias com água encanada, energia elétrica e fossa séptica.

Participação nos lucros, beneficiando todos os funcionários.

Atendimento Odontológico gratuito.

Atendimento Médico gratuito

Plano de saúde subsidiado em 50% pela empresa.

Alimentação subsidiada em 60%.

Seguro de Vida para todos colaboradores

AÇÕES SOCIAIS

Eventos festivos e comemorativos para nossos colaboradores e familiares.

Área de Lazer composta por Quadras Poliesportivas, Salão para eventos, Lanchonete, Parque de diversões para os filhos dos colaboradores.

AÇÕES SOCIAIS

Parceria Pagrisa com Assentamento "Rio Bonito" e "Cem Alqueires" para plantio de cana-de-açúcar em área parcial do assentamento, garantindo renda mensal, viabilizando permanência do assentado No lote Área atual plantada 550 hectares.

Parcerias Pagrisa com as Prefeituras de Ulianópolis e Paragominas para reforma do Posto de Saúde e reforma e ampliação da Escola do assentamento Rio Bonito.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Parceria com o SENAR na realização de cursos para qualificação profissional em diversas áreas.

Alfabetização de adultos com 458 alunos já alfabetizados.

Telecurso 2000 em parceria com SESI: Supletivo para Ensino Fundamental II e Médio com 209 alunos matriculados atualmente.

Estrutura completa de escola básica Ensino Fundamental em parceria Prefeitura de Ulianópolis.

Parceria com a Prefeitura de Ulianópolis para a implantação de em curso Profissionalizante na área de administração para os empregados da empresa.

Bolsa de Estudos para 30 Jovens do Município de Está em projeto a instalação de uma escola de Informática para empregados e dependentes.

ETANOL E AMAZÔNIA

Há uma estranha coincidência entre o Caso Pargisa, o discurso do presidente Lula em Bruxelas, as manifestações de ONGs ambientalistas e de parlamentares europeus, principalmente do Partido Verde da Alemanha, Espanha, Itália.

O discurso do presidente Lula em Bruxelas, tentando defender o Programa do Biodiesel, criou mais incerteza e dúvida do que esclareceu sobre a Amazônia.

O presidente, disse que a Amazônia é “região que não se presta para o cultivo da cana”. Falou uma tremenda bobagem.

Para produzir cana-de-açúcar, a Amazônia não precisa desmatar um só palmo de floresta nativa. Muito pelo contrário, a cana e palmo prestou um vai à Comunidade Européia.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Concedo a palavra, como Líder do PMDB, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já perdi a conta das vezes em que vim a esta tribuna para falar do aproveitamento hidrelétrico do rio Madeira.

Hoje, no entanto, Sr. Presidente, o que me traz aqui é uma boa notícia, que recebemos ontem, no final do dia: o Ibama, finalmente, concedeu licença para a construção das duas hidrelétricas do Madeira, a de Ji-rau e a de Santo Antônio. Ironicamente, Sr. Presidente, isso ocorreu quando o Ibama estava em greve.

É uma licença prévia, Sr. Presidente, que impõe algumas condições, mas que já permite que se inicie o processo de licitação. Trinta e três condicionantes devem ser satisfeitas para que seja concedida uma segunda licença, a licença de instalação, as quais já eram, na verdade, esperadas e conhecidas, e não alteram substantivamente os projetos, segundo os engenheiros.

As maiores exigências foram a retirada das ensecadeiras – que são uma espécie de muro utilizado durante a construção, com a finalidade de secar o canteiro de obras -, o controle dos sedimentos do rio, a construção de canais para peixes, a implantação de

um centro de reprodução e o monitoramento dos níveis de contaminação de mercúrio das águas do Rio Madeira. Tudo isso não é novidade e já vinha sendo discutido e incorporado nos projetos.

A expectativa agora fica por conta da celeridade do processo licitatório. Espero que, muito em breve, as regras do leilão sejam discutidas e fixadas para que, até outubro, possa já ser leiloada a primeira hidrelétrica.

Isso encerra um impasse que já durava vários meses. O licenciamento foi prometido para fevereiro, o que acabou não acontecendo. Se isso tivesse ocorrido, estaríamos agora realizando o primeiro leilão.

A crise do Ibama ajudou a complicar um pouco mais as coisas. Mas, felizmente, temos agora um desfecho feliz. Temos, aliás, de louvar a habilidade do Governo em conduzir a questão, possibilitando que se chegasse a essa solução, que contempla tanto a necessidade que todos reconhecem da geração de energia quanto às justas exigências do cuidado ambiental.

Aqui, o Senador por Santa Catarina, Raimundo Colombo, falou-nos da preocupação em ampliar cada vez mais a geração de energia elétrica em nosso País.

Espero que agora não encontremos mais obstáculos para ver realizadas essas obras tão necessárias para o País e para nossa Região Amazônica. Não temos tempo a perder, Sr. Presidente.

As necessidades do crescimento fazem aumentar cada vez mais a demanda por energia. As alternativas de produção de energia que temos são, em geral, piores do que as hidrelétricas. Portanto, a possibilidade de construir essas duas grandes usinas, com capacidade para gerarem quase 6,5 mil *megawatts*, é algo que devemos festejar intensamente.

Abre-se a perspectiva de que possamos manter o crescimento, cuja aceleração já se anuncia pelos os próximos anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se não houver mais atrasos no cronograma, as primeiras turbinas da Usina de Santo Antônio, a primeira a ser iniciada, deve entrar em operação em meados de 2012.

Ainda teremos que esperar mais alguns anos até que a capacidade máxima de produção de energia seja alcançada. Mais uma razão para começarmos logo, não temos tempo a perder.

O Instituto Acende Brasil realizou estudos que apontam um pequeno aumento no risco de racionamento de energia a partir de 2010. Não creio que haja um risco eminente de apagão. Mas o fato é que se formos bem-sucedidos, como espero em nosso propósito de acelerar o crescimento, nossa demanda de energia deve aumentar nos próximos anos.

Foi em março de 2003, Sr^{as} e Srs. Senadores, logo no início do meu mandato, que subi pela primeira vez nesta tribuna para falar das Usinas de Santo Antônio e de Jirau. Naquela ocasião, vim saudar a notícia de que a construção das hidrelétricas estava prevista para começar em 2005. As notícias, então, davam conta de que as usinas entrariam em operação até 2007. De lá para cá, tenho lutado bravamente para que as notícias sejam tão boas quanto as que ontem recebemos. que realmente comece logo a construção dessas usinas, quando já deveriam estar praticamente terminando, para que em 2012 a gente possa gerar a energia tão esperada para o Brasil.

Espero que as próximas notícias sejam ainda melhores, e que, antes de terminar este meu mandato, eu possa voltar a esta tribuna não mais para cobrar celeridade ou para lembrar o que é óbvio: a importância estratégica da construção dessas usinas, mas para anunciar o estado avançado de sua construção, sua eminente entrada em funcionamento e o crescimento do Brasil e de Rondônia.

Sr. Presidente, tenho a certeza de que, após o anúncio feito ontem a respeito da liberação da licença ambiental das usinas do rio Madeira, esse processo não demorará muito até o início das audiências públicas, o leilão para a venda da energia e a formação do consórcio das empresas que construirão as usinas de Santo Antônio e Jirau.

Que no início do ano que vem essas obras possam, de fato, ser iniciadas para acabar com a tensão da angústia da falta de energia que poderá acontecer no Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Magno Malta, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupado pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem. Depois a concederei ao Senador César Borges.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última terça-feira, na sessão em que diversos Senadores questionaram a legitimidade de V. Ex^a se conservar à testa da Presidência desta Casa, aliás, a primeira interpretação foi feita precisamente por mim, daquela tribuna, e eu pedia não o afastamento definitivo, mas o afastamento temporário até que cessassem as inves-

tigações – e o definitivo ficaria ou não para o término dessas investigações –, mas, após aquela terça-feira, e volto a dizer que as reivindicações do meu Partido eram e são duas: do ponto de vista das garantias democráticas, amplíssimo direito de defesa para V. Ex^a; do ponto de vista das investigações, amplíssima possibilidade de fazê-las. Nesse intuito, o PSDB indicou um dos seus melhores quadros, um dos seus quadros mais competentes, precisamente a Senadora Marisa Serrano, que está cumprindo com o seu papel, indicada que foi não só pelo Partido a que pertence, mas indicada pelo Bloco que, compondo com o PFL, resume a significativa marca de 30 Senadores nesta Casa de 81 Sr^{as} e Srs. Senadores.

Mas, muito bem, Sr. Presidente. A preocupação que tínhamos era precisamente com a possibilidade de V. Ex^a, como Presidente, porventura fazer valer o peso desse cargo para, de alguma forma, dificultar ou emperrar as investigações. E, hoje, na reunião da Bancada do PSDB, a Senadora Marisa Serrano nos deu conta de que há um recurso, da lavra de V. Ex^a, solicitando três ou quatro pontos, recurso este que por nós foi analisado como sendo legítimo. Qualquer Senador pode recorrer. E é precisamente aí que eu destaco a nuance: qualquer Senador, ou seja, um Senador qualquer, um Senador que não esteja investido da responsabilidade da Presidência do Senado. A nós se nos afigurou como uma primeira demonstração prática de que seria muito mais confortável para a Comissão, seria muito mais confortável para nós outros se porventura V. Ex^a tivesse feito esse recurso, legítimo, que é direito seu, sem estar ocupando a cadeira de Presidente do Senado da República.

Portanto, volto a dizer a V. Ex^a que o PSDB mantém a posição adotada na última terça-feira, e o PSDB tudo o que fará no sentido de levar a cabo, levar a bom termo as investigações profundas, que têm que elucidar este caso que diz respeito a V. Ex^a, como uma homenagem à democracia brasileira, à dignidade do Senado da República, à austeridade do Poder Legislativo e ao próprio funcionamento desta Casa, que vejo esse funcionamento tão cheio de percalços em relação a matérias a serem votadas e outros que tais.

Portanto, o PSDB reafirma a sua posição, entendendo que qualquer influência que possa vir no sentido de, a partir do cargo ocupado por V. Ex^a, emperrar as investigações será considerada por nós de enorme gravidade, e, portanto, aqui marco eu outra vez a posição do meu Partido, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, a Casa toda sabe o nível do respeito que tenho por V. Ex^a. Aliás, já repeti

isso aqui várias vezes. Nunca fiz segredo para ninguém, independentemente da sua posição política e independentemente da minha posição político-partidária. Eu estou absolutamente convencido do papel que eu devo exercer como Presidente do Senado Federal, absolutamente convencido. As duas petições que enderecei ao Conselho de Ética foram petições públicas, na defesa dos meus direitos, dos quais eu não abrirei mão. Se quiserem a minha cadeira, e se esse desejo for um desejo político ocasional, oportunista, circunstancial, vão ter que sujar as mãos, vão ter que dizer ao Brasil e ao mundo por que é que estão tirando o Presidente do Senado Federal da sua cadeira. Eu não me elegi por acaso Presidente do Senado Federal. Eu me elegi quase por unanimidade na primeira vez, e me elegi com 52 votos contra 28 na segunda oportunidade, na minha reeleição. E, em defesa do meu direito, eu vou até o fim. É na adversidade que a alma cresce.

Não deixarei de peticionar, não deixarei que violem a Constituição. E quero que este Plenário decida. Se eu tiver culpa, talvez nós não cheguemos nem ao Plenário, eu reconhecerei a culpa – eu tenho essa estatura –, eu reconhecerei a minha culpa. Mas, se eu não tiver culpa, se demonstrar o contrário, como tenho demonstrado, ninguém, ninguém, absolutamente ninguém vai me tirar daqui, a não ser a vontade soberana deste Plenário.

O PSDB pode dizer o que quiser, eu respeito, sempre respeitei; divergi, mas respeitei; o PFL pode dizer o que quiser, eu sempre divergi, mas respeitei, mas não vão me tirar fazendo cara feia. Não vão me tirar da Presidência do Senado fazendo cara feia. Não vão me tirar! A Senadora Marisa Serrano, por quem tenho um grande respeito também, se ela não souber o que é uma petição que objetiva assegurar direito, ela talvez tenha muita condição de representar um partido com a dimensão do PSDB num Conselho de Ética do Senado Federal.

Vou a qualquer lugar. Abri minhas contas, abri meu sigilo bancário, meu sigilo fiscal. Até hoje, não sei do que sou acusado, absolutamente. Fiz a prova contrária. Hoje, eu entrei no Ministério Público pedindo para ser investigado, porque até então não havia nenhuma investigação contra mim. Eu estou fazendo tudo como a democracia manda que eu faça. Agora, estou fazendo isso tudo sem absolutamente ter nada a temer. Nada, nada, nada. Eu estou aqui presidindo o Senado, como sempre presidi, convencido de que estou à altura da dignidade que os Senadores exigem do seu Presidente. Se o PSDB e se o PFL tiverem uma prova contra mim, não há problema nenhum, eu serei o primeiro a dar o primeiro passo; mas, se não

tiverem, eu queria repetir o que já disse aqui: eu não arredarei o pé, eu cumprirei o meu mandato até o último dia. Até o último dia!

E essa coisa de conversa das ruas, eu ando nas ruas todos os dias e tenho colhido de todo mundo manifestações de solidariedade. Ontem mesmo, fui a São Paulo visitar o Senador Antonio Carlos Magalhães. Tive a oportunidade de passar umas 4 ou 5 vezes, e colhi manifestações de solidariedade das pessoas.

Então, o que vamos ter? Vamos ter um processo legal, que está tramitando no Conselho de Ética do Senado. Eu vou defender, com todas as minhas forças, os meus direitos constitucionais, os direitos constitucionais da Casa, é o meu papel. Eu não vou permitir que o meu direito seja violado, que o meu direito constitucional seja violado. Abri o meu sigilo, as minhas contas, a Declaração de Imposto de Renda, mostrei as minhas contas, as minhas atividades, de onde vem cada centavo do meu dinheiro. Não há dinheiro público misturado nisso. Não há dinheiro público misturado nisso! Todo dinheiro foi pago por mim. Era uma pensão de R\$16 mil, no início; depois, caiu para R\$8 mil, foi demonstrado que era de R\$8 mil, e demonstrei que tirei da minha conta; fiz saques para fazer essas despesas.

Então, eu não tenho o que temer, nem aqui, nem no Conselho de Ética, nem na Comissão de Constituição e Justiça, não tenho o que temer; nem em conversa com cada Bancada, com cada companheiro, com cada partido.

Os senhores terão em mim o Presidente de sempre. Aquele que os senhores estavam cansados de elogiar pelo equilíbrio, pelo bom senso, pela maneira transparente como conduzia o Senado Federal. E que, aliás, dividiu poder com todos os partidos, principalmente com os partidos da oposição. Fizemos aqui uma relação civilizada, votamos quando havia consenso com relação às votações. Se não é mais possível fazer isso, paciência! Eu vou chamar a Ordem do Dia e quem não quiser votar que se ausente do plenário ou diga que está em obstrução, que vai fazer obstrução, que é um direito regimental. Agora, vou chamar a Ordem do Dia. Vou fazer a minha parte, vou cumprir o meu papel como Presidente do Senado Federal. E aquele que quiser ser catão aqui vai ter que ser catão mesmo, vai ter que sujar as mãos, vai ter que colocar uma forca lá fora, ou uma fogueira, e pegar o Presidente do Senado, inocente, sem nenhuma prova contra ele, e colocar para arder, para queimar.

Até chegar essa hora, continuarei aqui nesta cadeira, cumprindo meu papel, sem restrição, absolutamente, de partido de ninguém.

Desculpe dizer isso, mas todo mundo sabe da sinceridade que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pois não, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Serei igualmente sincero. Apenas alguns reparos. Não gosto da figura dos catões, e não me candidato a tanto...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – E não é isso que eu desejo de V. Ex^a, jamais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu me sinto uma pessoa limpa, e acho que ser limpa é pré-requisito. Tenho, aliás, uma certa aversão à figura dos catões. Tenho o modo de proceder que V. Ex^a conhece, e, por isso, pela segunda vez, mandei avisar a V. Ex^a que iria à tribuna, porque eu não saberia fazer de outro jeito, o jeito é esse.

A questão do PSDB não está em condenar V. Ex^a, à Torquemada. Por isso, desde o início, pedimos, seja para não absolvê-lo apressadamente, seja para não condená-lo, à Torquemada, ampliação das investigações e tempo. O PSDB quer o julgamento justo e limpo, o julgamento adequado, e teme – e por isto a manifestação da última terça-feira – que a confusão entre a cadeira e a situação possa eventualmente turvar os rumos das investigações. V. Ex^a tem todo o direito de proceder como achar que deve em relação à Ordem do Dia. E nós, no Partido, não estamos numa posição empedernida de não votar de jeito algum. Pensaremos sempre no País, na governabilidade.

Não vim a esta tribuna tampouco – não sei se foi a mim que V. Ex^a se referiu – para fazer cara feia. Talvez a minha cara seja feia, mas se eu tivesse uma outra melhor eu a usaria. Não tenho outra, infelizmente. E há quem diga que a minha não é tão feia assim. Veja que tem gosto para tudo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É a democracia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É a democracia. Eu sou uma pessoa com uma certa sorte. Talvez algumas pessoas não vejam bem e não achem que ela seja tão feia. Mas eu não vim para isso. Não se trata de nada parecido com ameaça. Nada. Apenas um questionamento que faço a V. Ex^a e que poderia fazer outras vezes, se for o caso, toda vez que surgir, já que V. Ex^a tem a decisão muito firme de permanecer e nós temos a decisão muito firme de garantir a V. Ex^a um amplíssimo direito de defesa e o mais amplo direito de investigarmos esse caso. Então, V. Ex^a haverá de ser, se não compreendido, quando nada aceito por nós, e nós haveremos de ser, se não compreendidos, pelo menos aceitos por V. Ex^a.

Hoje, eu lhe trouxe um fato concreto. V. Ex^a tem o direito de peticionar. Sem dúvida, recorrer até à última

instância e lutar com garra pelo seu mandato, pela sua verdade. Isso tudo é direito que lhe assiste. A questão que foi levantada em nossa Bancada e que motivou a posição unânime dos Senadores do PSDB é se essa petição deveria ter sido feita pelo Presidente do Senado. Talvez ela fosse mais adequadamente feita pelo Senador Renan Calheiros, avulso, sem o poder de que hoje está investido.

Eu quis apenas lhe trazer o que é o sentimento do PSDB. Se tiver mais algum percalço, eu o farei de novo, olhando nos seus olhos, de frente, por entender que V. Ex^a acha que está cumprindo um dever, e eu tenho convicção absoluta de que estou cumprindo um outro aqui. Dever agradável? Estamos em um ponto de tantas caças às bruxas que, se eu disser que não é agradável, vão dizer, daqui a pouco, que eu estou triste de estar fazendo o que estou fazendo aqui agora. Mas não é agradável. Não é agradável, não. Esta situação que nós estamos vivendo não é agradável. Apenas, eu tenho de colocar, em primeiro lugar, a preocupação com a instituição, a instituição Senado Federal. Essa é que não deve ser posta em risco por mim, por V. Ex^a, por ninguém.

Eu lhe fiz a observação...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenha certeza de que não será. O Senado não vai periclitir nas minhas mãos. Eu compreendo – sem interromper V. Ex^a – muito bem o papel de V. Ex^a, e até lamento que V. Ex^a não compreenda o meu. Mas, democracia se faz nessas coisas mesmo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se faz, Sr. Presidente. Eu estou aqui para dizer a V. Ex^a que talvez tenhamos outros momentos como este. E talvez não tenhamos, se acontecer de a investigação correr célere e sem percalços, sem interrupções, sem intromissões. Nós estamos acompanhando esta crise de maneira muito atenta. Às terças-feiras, nos reunimos e deliberamos coletivamente sobre o que fazer. Decidimos hoje que caberia a interpelação. E o que não caberia é eu pedir a alguém para fazer a interpelação por mim. Isso acontecerá quando e se eu deixar de ser Líder do PSDB. Enquanto eu for Líder do PSDB, eu assumirei, na íntegra, a responsabilidade toda por todos os atos do Partido, sobretudo esses atos que não são os tais mais agradáveis. Portanto, eu transmiti a V. Ex^a a nossa inquietação...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Infelizmente, Senador Arthur, o que V. Ex^a acaba de dizer talvez não diga respeito a mim. Na última vez em que V. Ex^a esteve no meu gabinete, para minha satisfação, acompanhado do Senador Sérgio Guerra e do Senador Tasso Jereissati, fiz questão...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E do Senador Marconi Perillo e da Senadora Marisa Serrano.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Do Senador Marconi Perillo e da Senadora Marisa Serrano também. Eu fiz questão de dizer a V. Ex^{as} que, se fosse necessário ir ao Conselho de Ética, eu iria no dia seguinte. Bastava combinar com os senhores, com mais ninguém; bastava combinar com os senhores e eu iria com muita satisfação. E vou a qualquer hora!

Até hoje, eu não sei do que sou acusado. Eu fiz a prova contrária de tudo – absolutamente de tudo! Eu não sei do que sou acusado. Não sei do que me acusam. Eu somente tenho me colocado à disposição para esclarecer qualquer dúvida que haja a meu respeito, mas com altivez, com coragem, com transparência, com responsabilidade. Eu não tenho nada a esconder na minha vida. Eu sou responsável por todos os meus atos.

Eu não procuro solidariedade numa hora desta. Não é hora de procurar solidariedade. É hora de ter o reconhecimento das pessoas que buscarão a verdade a qualquer preço.

É por isso que eu não entendo o porquê de eu não ter direito de entrar no Conselho de Ética com uma petição, que é pública...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a tem o direito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – ...objetivando ressaltar um direito de não permitir que haja uma transgressão constitucional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Senador tem o direito. O questionamento que eu fiz foi quanto ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador e o Presidente, não dá para separar a figura do Presidente do Senado Federal da do Senador da República, por mais que queiramos. Não dá para separar! Na hora em que atingem o Senador Arthur Virgílio, atingem diretamente a instituição. Não basta V. Ex^a ser Presidente ou Líder do PSDB...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Há uma diferença entre o Líder e o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não há, não há!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não tenho intenção de ficar horas a fio...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A instituição são aqueles que a compõem. Não há como separar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu não tenho intenção de ficar horas a fio polemizando com V. Ex^a. Eu vim aqui para fazer o meu comunicado...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Este talvez tenha sido um dos momentos mais desagradáveis para mim neste Senado Federal, polemizar com V. Ex^a, pelo respeito que lhe tenho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu já disse que não foi agradável para mim também. Mas, Sr. Presidente, V. Ex^a falou muito em altivez, transparência, sentimento de responsabilidade e coragem. Foram os mesmos motivos que me fizeram vir a esta tribuna: sentimento de responsabilidade, altivez, coragem, sentimento de cumprir o dever. V. Ex^a está cumprindo o seu dever do jeito que entende que deva fazê-lo, e eu estou cumprindo o meu dever do jeito que entendo ser a melhor forma de encarnar a delegação que recebo dos meus companheiros, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei, em breve, a palavra ao Senador César Borges. Com a palavra V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, aproveito esta oportunidade para deixar bem clara minha posição. Conquanto eu tenha, desde o início, manifestado que entendia – como entendo – que havia incompatibilidade entre, na sua condição de Presidente, permanecer na Presidência da Casa e ser investigado pelo Conselho de Ética, mas entendo, também, que V. Ex^a pode ou não concordar com essa opinião ou atendê-la. Nunca vim aqui lhe dizer para não constrangê-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É verdade.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não vejo em que haja coragem nem em dizer na ausência nem na presença. Seria covardia dizer aos cochichos, mas dizer publicamente, pela imprensa, que achava que o Presidente deveria se afastar temporariamente – não renunciar, nunca lhe pedi isso –, não vejo nenhum gesto de coragem nisso.

Portanto, Sr. Presidente, não quis constrangê-lo. Eu lhe fazer apelo aqui e V. Ex^a dizer que não. É um direito seu não querer se afastar da Presidência do Senado. De forma que é isso...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu sempre entendi muito bem a posição de V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – E não há nenhuma hostilidade pessoal a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já fiz questão de lhe telefonar várias vezes dizendo exatamente isto: que compreendo a sua posição, respeito a sua posição. Independentemente desse caso que me envolve, V. Ex^a é um dos exemplos que nós temos a seguir aqui no Senado Federal.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Muito obrigado.

Então, é isso, Sr. Presidente. Não se confunda o que foi, no meu entendimento, talvez até equivocado, ser elegante com V. Ex^a com covardia ou medo de dizer frente a frente que eu achava que V. Ex^a deveria se afastar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como nordestino, V. Ex^a, Sr. Presidente – e aqui vejo alguns Senadores do Nordeste do Brasil – tem condições de influenciar o Governo Federal para que pare de tentar iludir o Nordeste e faça efetivamente uma política conseqüente, responsável, não simplesmente virtual com relação ao Nordeste. Procura-se dar importância a essa região tão relevante do País por essa obra da transposição, que é tão debatida, tão complexa, tão rejeitada pelos nordestinos e que tem dividido a nossa região.

Entretanto, Sr. Presidente, o Governo Federal, depois de quatro anos, dormita sobre a questão da Sudene. Estamos comemorando exatamente quatro anos, no dia 28 de julho, quando o Presidente Lula anunciou, com pompa e circunstância, em Fortaleza, em uma cerimônia festiva, a recriação da Sudene.

Quatro anos, Senador Geraldo Mesquita, e nada de Sudene, muito menos de Sudam!

De lá para cá, não veio incentivo para o Nordeste, as obras estruturantes do Nordeste também não aconteceram, e a insistência do Governo é pela transposição.

O País inteiro vê o empenho do Presidente da República, depois que a iniciativa privada fez o seu papel, no desenvolvimento dos biocombustíveis, principalmente do etanol e também do *biodiesel*. O Nordeste tem amplas possibilidades de participar desse *boom* econômico que se dá no País em torno da cadeia produtiva da agricultura até a industrialização dos biocombustíveis.

O Presidente Lula, mais uma vez, anuncia que será o Nordeste o carro-chefe na produção do *biodiesel*, coloca-o na sua programação para a região, dá prioridades ao setor de biocombustíveis. Entretanto, a realidade é muito diferente do discurso. Temos efetivamente condições de produzir tanto etanol como *biodiesel*. Entretanto, é preciso que haja uma política conseqüente e real, e não meramente virtual. Senão, mais uma vez a região do Nordeste vai assistir a um *boom* econômico no País, com um setor que se desenvolve e que tem perspectiva de geração de emprego e renda, mas não vai aproveitar, porque o Governo insiste no discurso bonito, mas pouco real, com relação ao *biodiesel*.

Vejo aqui Senadores do Nordeste – ali estão o Senador Garibaldi, o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Tasso Jereissati. Nossa Região, lamentavelmente, vive de promessas do Executivo. Há promessas de projetos estruturantes, mas, na prática, assistimos a dificuldades. O Ceará luta pela sua siderurgia e tem dificuldades junto à Petrobras para o fornecimento de gás. Pernambuco faz todo o esforço para conseguir o Pólo de Suape; avança, mas muito lentamente, inclusive lutando pela sua refinaria de petróleo. A transnordestina é uma promessa. Agora, se o Presidente tem um projeto estruturante para o Ceará, ainda pouco atendido, para Pernambuco, para o próprio Nordeste setentrional – diz o Presidente que vai beneficiar com a transposição os Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte –, lamentavelmente, para a Bahia, absolutamente nada. Não há um projeto estruturante do Governo Federal para o Estado da Bahia, que é a sexta maior economia do País, a quarta maior população, o quarto Estado em extensão territorial. É um desprezo completo por esta importante unidade da federação.

Poderíamos imaginar que fosse alguma perseguição política, porque o Presidente Lula é do Partido dos Trabalhadores, e o Estado estava sendo governado pelo Partido da Frente Liberal, atual Democratas. Não! Mudou o Governo da Bahia. Hoje o Governo está sob o comando também do PT da Bahia, com o Governador Jaques Wagner. Mas não há um projeto estruturante do Governo Federal para a Bahia, uma rodovia federal, uma ferrovia, inclusive, como foi solicitado pelo próprio Governador Wagner, a Ferrovia Oeste–Leste, que ligaria a região do oeste para o litoral. Por que esse esquecimento com um Estado tão importante da Federação?

A Bahia tem potencial efetivo para os biocombustíveis, assim como o Nordeste brasileiro. Entretanto, se somarmos a produção de biocombustíveis do Norte e do Nordeste, não atingimos sequer 9% do que é pro-

duzido no País. Então, mais uma vez, vamos aprofundar o diferencial econômico entre o Nordeste do Brasil e o restante do País com relação a esse seguimento econômico que desponta com tanta expectativa para o País, que é a produção de etanol e de *biodiesel*.

Estamos aqui a cobrar uma política específica que possa reduzir os custos adicionais que são cobrados no Nordeste brasileiro. Temos regiões do São Francisco que estão produzindo cana-de-açúcar, álcool, etanol e açúcar. Entretanto, o custo da energia tira a competitividade das empresas que estão lá localizadas. A falta de infra-estrutura no oeste da Bahia, a falta de incentivos para se formar a cadeia produtiva do etanol, do biocombustível, é uma realidade. O Governo fica lançando programas e mais programas que não saem do papel, não se transformam em realidade, Sr. Presidente.

Semana passada, fizemos uma reunião, sob a presidência do Senador João Tenório, na Subcomissão dos Biocombustíveis, da Comissão de Agricultura, e lá assistimos às promessas, que se diferenciam bem da realidade. Para nossa satisfação, logo em seguida, Senador José Agripino – V. Ex^a que é nordestino de boa cepa do Rio Grande do Norte –, a **Folha de S. Paulo** publicou: *Nordeste vê à distância explosão do álcool*.

Diz a reportagem que, enquanto a cultura avança no centro-sul, a nossa Região produz menos do que nos anos 80. Berço da cana-de-açúcar no Brasil, o Nordeste assiste à distância à explosão de investimentos em novos projetos para produção de álcool. “O Nordeste não é convidado para a festa do álcool”, diz o Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Alagoas, Pedro Robério Nogueira, referindo-se à falta de perspectiva de crescimento do setor da Região.

A tendência é a diminuição da participação do Nordeste. Aqui se fala inclusive do Estado de Alagoas, Senador Renan Calheiros. Há uma declaração do Governador Teotônio Vilela, até há pouco nosso colega aqui no Senado. “A equalização de custos é demanda permanente. Quando houver um movimento reivindicando ajuda do Governo Federal, estarei presente”, diz o Governador Teotônio Vilela Filho. Mas o Governo Federal não entende dessa forma e não cria efetivamente condições para que se deslanche a produção do biocombustível na Região do Nordeste.

Então, foi o jornal **Folha de S. Paulo** que publicou essa matéria na sua edição do dia 8 de julho, no Caderno *Dinheiro*.

Entretanto, anuncia o Governo que vai apoiar as indústrias que estarão trabalhando com agricultura familiar, com o Pronaf, principalmente com relação à mamona. Não existe nada mais falacioso do que isso, Senador Edison Lobão.

Não há viabilidade técnica em relação à mamona. O Banco do Nordeste não financia. Não há economicidade, não há rota tecnológica para o uso da mamona, mas o Governo insiste no discurso e não em medidas efetivas. Isso faz com que os que se sentem iludidos, como os produtores do Estado da Bahia, possam dizer que o Governo Federal não tem efetivamente oferecido crédito ao produtor agrícola, nem rota tecnológica, nem apoio aos pequenos produtores, porque muitos deles estão inadimplentes com o Pronaf e não podem se beneficiar de novos créditos. Então, o programa do Ministério de Desenvolvimento Agrário está inoperante na maioria dos Estados do Nordeste.

Há ausência de um projeto mais consistente de integração da agricultura familiar com a cadeia de biodiesel, financiamento, contratos, preços mínimos de garantia, capacitação, reestruturação de cooperativas e associações. Pouquíssimos são os recursos disponibilizados para fazer frente ao desafio de construir a tão necessária cadeia agroindustrial que se pretende sustentável e que deve ser integrada para gerar efeitos benéficos.

É uma confusão o que implanta hoje o Governo, por meio de manchetes em jornais locais e nacionais, no sentido de que vai fazer a redenção do Nordeste com a produção de biodiesel. É lamentável que essa seja a atitude que insiste o Governo em adotar, em vez de criar os efetivos programas de apoio, uma política clara de incentivos, de atração de novos investimentos nesse setor no Nordeste.

Fico preocupado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, mais uma vez, fique o Nordeste marginalizado com relação à indústria do biodiesel e do álcool. Continuarei apontando que falta sensibilidade ao Governo Federal para combater essa desigualdade regional, que está na base da desigualdade social do País.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a e reafirmo aqui que vamos lutar para que o Governo diminua os seus discursos e possa firmar as suas ações para que se combata efetivamente as desigualdades sociais, que, como disse, estão na base da desigualdade regional do nosso País. O Nordeste, em particular a Bahia, não aguenta esse descaso, porque os programas são paliativos e virtuais e a população da região continua sofrendo a desigualdade social que permanece pela desigualdade regional que persiste no nosso País. Esse fosso, a continuar essa política do Governo atual, vai se aprofundar e não vamos ter condições, apesar dos esforços de todos os nordestinos e dos governos estaduais, de superar essa dificuldade, que é histórica. Não vejo o Governo do Partido dos Trabalhadores, do Presidente Lula, fazer uma ação afirmativa

para resolver essa grave situação que não é apenas do Nordeste, mas é uma crise brasileira, que só será resolvida quando tivermos o desenvolvimento da região nordestina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, com a palavra o Senador Almeida Lima, que nos deu a honra de presidir já grande parte da sessão. Em seguida, falará o Senador Magno Malta.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encontro-me inscrito regularmente. Fui o primeiro orador inscrito na sessão de hoje e fiz a cessão para os posteriores. Portanto, peço que V. Ex^a me conceda a palavra, neste instante, como orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Almeida Lima, com a palavra V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Almeida Lima chega à tribuna, V. Ex^a me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vou pedir ao Senador Almeida Lima para andar devagar.

Sr. Presidente, é para registrar que, no final de semana passado, recebemos, em Cachoeiro de Itapemirim, o Pastor Porto, Vice-Governador do Maranhão e um pastor evangélico com formação teológica. Ele passou pelo Espírito Santo, onde foi muito bem recebido por todos nós, e, inclusive, me acompanhou em uma solenidade em Mimoso do Sul, onde tive o prazer de receber o título de cidadão mimosense nas comemorações do aniversário daquele Município querido, na Câmara de Vereadores, pelas mãos do Vereador Serginho. Sr. Presidente, a Câmara de Mimoso do Sul tem a TV Câmara do Município, que retransmite, em acordo com o Senado, a TV Senado, num Município, numa iniciativa tão bonita de um povo que hoje é consciencioso, porque toma conhecimento, por meio da TV Senado, da vida do País, da vida parlamentar, da vida administrativa, dos problemas e daquilo que se está gerando de bom para resolver o problema do cidadão brasileiro.

De maneira, Sr. Presidente, que agradeço o título que lá recebi e mando meu abraço ao povo de Mimoso do Sul. Esta é minha fala.

Senador Almeida Lima, muito obrigado pela sua paciência.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pergunto a V. Ex^a se ainda há oportunidade para uma breve comunicação. Se houver, agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a generosidade do Senador Almeida Lima, V. Ex^a pode usar da palavra daí mesmo, por dois minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Preciso de cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Então depois de S. Ex^a, que já está na tribuna. Em seguida, começaremos a Ordem do Dia.

Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, inicialmente, devo fazer duas breves comunicações, porém importantes.

Vejam V. Ex^{as} e sobretudo o povo brasileiro como a imprensa do nosso País trata os fatos. Na semana passada, tive de me ausentar por problema de saúde. Estive no Serviço Médico do Senado Federal e, assim que cheguei, com uma cólica renal – era o meu problema –, a enfermeira, ao medir minha pressão, identificou que ela estava 17 por 11. Automaticamente, colocou-me numa ambulância e me conduziu para o Incor daqui de Brasília. Cheguei lá às sete horas da noite e permaneci até uma hora da madrugada. Fui atendido, gentilmente, pelo Dr. Leonardo Cogo Beck.

No dia seguinte, estive aqui e segui para Aracaju, exatamente para os exames complementares e para verificar meu problema.

Mas não é que setores da imprensa disseram que esse meu problema foi uma invenção, apenas para me ausentar da primeira reunião da Comissão de Inquérito do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar?

Falo isso para que o povo brasileiro perceba como a imprensa trata os fatos em nosso País.

É lamentável que um grande jornalista da Rede Globo – pessoa que, inclusive, admiro bastante – tenha estabelecido essa ilação, uma dúvida, em relação ao meu comportamento. Prefiro citar fatos, dar nomes para que, como se trata de uma imprensa investigativa, ela buscasse esses meios a fim de identificar exatamente o meu comportamento.

Em segundo lugar, quero dizer que, para mim, é extremamente alegre enaltecer o Estado de Sergipe, Estado que represento, Sr. Presidente. No último Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, Sergipe, disparadamente, alcançou o primeiro lugar em todo o Brasil.

Quero levar a minha homenagem aos estudantes de Direito do meu Estado, agora bacharéis, em especial à Universidade Federal de Sergipe e, mais especialmente, à Universidade Tiradentes, porque é a instituição que forma o maior número de profissionais do Direito no meu Estado. E vejam que o índice de aprovação foi de mais de 40%, sendo que o segundo colocado, salvo engano, chegou a 20% ou pouco mais do que isso.

Claro que, como pai coruja que sou, eu não poderia deixar de fazer o registro – já falei disso à Senadora Maria do Carmo – da minha alegria, pois minha filha Juliana Almeida fez esse exame de ordem e obteve nota 10.

Portanto, para mim, é uma grande alegria e uma satisfação, como sergipano, ter sido o nosso Estado aquele que melhor se apresentou no Exame de Ordem neste País.

Sr. Presidente, quero também prestar as minhas homenagens ao jornalista Diogo Mainardi, que foi processado por um Procurador da República sediado no meu Estado de Sergipe sob a alegação de que ele havia discriminado o povo nordestino e o povo sergipano, fato que, na ocasião, eu, particularmente, desclassifiquei e não vi como motivo ensejador para uma representação e um processo contra o jornalista Diogo Mainardi.

E, graças a Deus, o MM. Juiz Ricardo César Mandarino Barreto, Juiz Federal em Sergipe, disse, e foi publicado na revista *Veja*: “De minha parte, enquanto me agrada, continuarei assistindo ao Manhattan Connection e lendo as crônicas do Sr. Diogo Mainardi e, sempre que me for dado, assegurarei que ele possa dizer o que pensa.”

Portanto, a imprensa brasileira é cheia dessas contradições. Há poucos instantes fiz uma revelação crítica e agora estamos aqui fazendo um elogio ao nobre jornalista Diogo Mainardi.

Mas o que me traz à tribuna mesmo, Sr. Presidente, é exatamente um pronunciamento escrito que não pude fazer na semana passada, mas que faço agora, com a tolerância de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, querido povo brasileiro, se eu fosse fatalista, diria que a sociedade brasileira se encontra em fase terminal. É que a impressão que se tem é que estamos vivendo cenas dantescas, num cenário tenebroso em que prevalecem tão-somente as cores das trevas e cujo enredo é permeado, exclusivamente, pela maldade, pela prática do indigno, pelo desprezível e perverso, sem esperança de um sinal de luz no final do túnel.

Mas, como eu sou mesmo é um otimista, embora realista, eu acredito é na vitória do bem sobre o mal,

não como decorrência do determinismo, não! Mas como decorrência da luta dos que estamos dispostos até a sofrer incompreensões a ver triunfarem as nulidades. Como tal, eu pertenço a um segmento diferente desses que costumam se postar sempre a favor da corrente majoritária, como as víboras em bando, mesmo conscientes da indignidade que estão a cometer. É que esses são fracos, pusilânimes mesmo, porquanto lutar com os que defendem uma sociedade baseada em valores morais sólidos não ficou para os que vivem preocupados em granjear aplausos fáceis e a pousar sempre no cenário onde ficarão bem na foto.

Mas ainda bem que, por serem imediatistas, inconstantes e levianos, tais quais as mariposas que são atraídas pela luz dos holofotes e, a seguir, morrem, essas pessoas também têm vida política efêmera. A inteligência popular sabe identificar muito bem os algozes e é assim que, historicamente, tem feito, a exemplo da última eleição, derrotando todos eles.

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Combater a corrupção é um dever de todos nós. Eu tenho cumprido a minha tarefa, não apenas em não praticá-la, mas denunciando onde quer que ela se encontre. Nunca fui omissos, mesmo nos instantes em que sentia que a minha atitude seria incompreendida, pois eu não estaria do lado da corrente que aplaudia em troca de interesses inconfessáveis. Posicionei-me contra e paguei um preço muito elevado, mas não tergiversei nem me arrependi. Os “fracos” e os “reservas morais”, nessas horas, preferem ficar ao lado da correnteza a se somar à luta verdadeira, pois o interesse é o de ficar bem com a platéia.

Neste momento, além de coragem e determinação, é preciso ter autoridade moral suficiente para afirmar que não se constrói uma sociedade decente combatendo o crime com a prática de outro crime, sobretudo, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando este se tipifica como o de abuso de autoridade, nem instalando tribunais de exceção ou cortes marciais.

Numa sociedade que se pretende civilizada, não pode existir a figura do “bode expiatório”, por não ser justo nem digno. Não participarei de linchamento moral contra quem quer que seja, sem a prova da culpa e, apenas, para satisfação da imprensa ou da massa ignara que, aos berros, vozeia: “Crucifica-o!”, como a história registrou aquele que foi o mais surpreendente fato de toda a história da humanidade.

No atual contexto político, dúvida não há de que parcela da sociedade brasileira está impregnada de uma enfermidade contagiosa transmissível na razão da debilidade do caráter e da personalidade dos que

se deixam facilmente influenciar pela “cultura” ignorância de uns, ou pela “pureza” moral de outros, embora se saiba que esses não representam nada além de um sepulcro caído.

Almejo que esta deformação de caráter não seja incurável, já que não se pode fazer transplante de caráter, e que ela seja combatida com determinação e destemor, para que não se transforme em uma pandemia, cujos sinais característicos já surgem entre nós. Urge, pois, àqueles que não se encontram contaminados e que possuem anticorpos suficientes não fraquejarem e enfrentarem, com descortino, coragem, altivez e elegância, todas as ignomínias dos blasfemadores, a fim de que o mal regrida e não nos transforme numa sociedade deformada pela hipocrisia.

É comum constatar que o passar dos anos tem levado as pessoas à adoção de uma postura conformista. Mas eu confesso que não me sinto a caminho desse fenômeno antropológico, com os meus 53 anos de idade. Os anos para mim têm servido para acumular mais conhecimentos e experiências, o que tem tornado mais vigorosas as minhas atitudes e as minhas atividades político-sociais e consolidado as minhas convicções e a minha formação ético-moral.

Uma grande conquista desse estágio de vida é a capacidade que normalmente se adquire – não infalível, é verdade – de se conhecer os propósitos sinceros ou falsos das pessoas que o rodeiam, principalmente seu caráter oportunista, demagogo, leviano e hipócrita que sobressai de forma inequívoca e espetacular, até nos seus menores gestos.

Privilegio maior têm aqueles que conquistaram a capacidade de compreender o momento em que estão a viver, sobretudo quando se é co-partícipe de fatos aterrorizadores, como os que estão a conturbar a vida política nacional neste momento, uma vez que o ângulo dos que estão envolvidos na cena não lhes é tão favorável como o dos simples espectadores e, mais ainda, quando se percebem quais são as razões subjacentes que estão a provocar toda a desordem institucional.

O momento da política nacional é de conflito e confronto entre a dignidade e a hipocrisia. Um momento de luta e de coragem para a afirmação daquela em detrimento desta, mesmo se sabendo que o custo pessoal que se está a pagar é elevado e desumano.

O jogo praticado pela mídia nacional tem sido bruto, e todo ele está sendo jogado para conquistar, como aliada, toda essa massa ignara, formada pela grande opinião pública brasileira, que, neste momento, é usada até na sua boa-fé, pela ansiedade que tem de ver acabar a crescente onda de corrupção em que se meteram todas as instituições políticas e sociais do Estado brasileiro.

Como se vê, a avalanche é muito forte e o momento não é para fracos de espírito nem para os moralmente fragilizados. Combater a grande mídia que não está a defender os valores supremos da sociedade brasileira, mas interesses subalternos e inconfessáveis, é tarefa gigantesca e primordial. Os espetáculos oferecidos são grotescos, mas bem ao gosto dessa grande platéia alienada sedenta pelo sangue característico das touradas que transformam em vítimas os que consideram sem alma, desde que produzam o delírio das massas.

A omissão covarde, conivente, conveniente dos que têm conhecimento dessa realidade, mas que projetam, com o seu resultado, um ganho de espaço de poder, amargarão, juntamente com os que estão a agir conscientemente e na linha de frente como abutres das nossas instituições democráticas, a derrota.

Max Weber, sociólogo alemão que, no início do século passado, estabeleceu a distinção da ética de convicção da ética de responsabilidade, sendo aquela a que orienta o comportamento do político na sua esfera privada, e esta as suas decisões como governante, deixa claro também que a última, a ética de responsabilidade, não deve ser confundida com as práticas permissivas decorrentes da conveniência dos governantes inescrupulosos. E esta é a que começa a prevalecer entre nós.

Tenho consciência do mar de lama que representa a corrupção no Brasil. Sei que ela está impregnada em todos os segmentos sociais, sem exceção, e por isso mesmo deve ser combatida sem tréguas, e esse proceder para mim tem sido um sacerdócio. Daí eu questionar: onde está a dignidade do cidadão que cobra, peremptoriamente, a condenação de uma pessoa sem conhecer sequer a prova dos autos?

Não há dignidade em quem acusa sem prova, e o pedido que me fazem para condenar nessas circunstâncias é uma indignidade que não condiz com a minha formação moral e cristã. É por isso que o apelo que me fazem não me comove. Apesar dos gritos e das agressões, não me sinto bem numa sociedade deformada. E tenho certeza de que, a partir do instante em que as provas surgirem e apontarem para aquela que foi a primeira denúncia da revista **Veja**, votarei pela condenação; caso contrário, votarei pela absolvição.

Tenho plena consciência também de que o povo brasileiro está de “saco cheio” de todas as bandalheiras praticadas por políticos, delinquentes, que manipulam o dinheiro público em benefício próprio. Alegro-me a autoridade moral em poder afirmar que, nos meus 13 anos de vida pública, tanto no Executivo quanto no Legislativo, não contribuí, nem minimamente, com este descalabro presente na vida nacional. Tenho cons-

ciência também de que a impunidade fez aguçar e transbordar a impaciência de todos, tornando, tanto a corrupção quanto a impunidade, lados de uma mesma moeda.

Mas é exatamente esse estado emocional que tem conduzido a parcela menos esclarecida da sociedade brasileira a concluir, de forma imediata e peremptória, que tudo o que é arrastado pela rede e lançado pela mídia é peixe. Uma sociedade civilizada e culta tem consciência que a mídia nem sempre faz pescarias em águas claras e que, muitas vezes, ela pesca nas águas turvas dos interesses impublicáveis.

Como parcela de nossa sociedade está sedenta de vingança e quer ver o sangue derramado por tudo o que já lhe fizeram de mal, embora esse não seja um bom sentimento, inclusive por eliminar a capacidade de discernimento das pessoas, qualquer peixe que aparece na rede é para ser frito e engolido sem mastigação mesmo que tenha muitas espinhas e esse ato venha a lhe provocar um grande mal. É fato que o emocional sempre leva ao irracional, e é dentro da irracionalidade que não se produz nada que preste, que tenha serventia e isso não é bom quando se deseja a consolidação de uma sociedade baseada em princípios morais saudáveis.

A *latere*, os despossuídos de consciência política que não conseguem alcançar os objetivos das manipulações infernais próprias dos amantes do maquiavelismo. Dirijo-me a estes últimos, os maquiavélicos, para desprezá-los e tratá-los com a verdadeira escória da sociedade brasileira exatamente por terem consciência do mal que exatamente por terem consciência do mal que estão a cometer contra as instituições democráticas do País, embora se rotulem defensores destas.

De que valeu, então, a luta contra a ditadura militar que estabeleceu no Brasil o estado de exceção, a tirania, ao vermos, agora, “iluminados” se baterem contra os postulados democráticos que foram recuperados com aquela luta? De que valeu a luta contra os tribunais de exceção e contra normas ilegais, ilegítimas e arbitrárias a exemplo da Lei de Segurança Nacional, do Decreto 477 e do Ato Institucional nº 5, que estabeleceram limitações à atividade política e à competência da mais alta Corte de Justiça do País ao lhe negar o direito de conceder **habeas corpus** a preso político?

Hoje minha consciência me adverte que muitos que se posicionaram contra a ditadura militar o fizeram apenas e tão somente porque as circunstâncias não permitiram que eles estivessem do lado dela para se beneficiarem do poder. Manifestaram discordância não por convicção política ou ideoló-

gica. Não eram diferentes deles, pois o que gostariam mesmo, caso pudessem, era defender a sua própria ditadura, o seu próprio estado de exceção, diferentemente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se V. Ex^a puder encerrar, fiquei de conceder a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concluo em dois minutos.

O seu próprio estado de exceção, diferentemente daqueles outros que o fizeram em defesa dos postulados democráticos.

Os democratas faz-de-conta, convenientemente, esqueceram o significado e a importância do que vem a ser Estado de direito, e que o império é o da lei e não o da vontade dos homens. “Esqueceram” que o contrário é a tirania, e que ela representa a suspensão de todas as garantias e direitos individuais consagrados pela Carta Universal. Por conseguinte, as leis preestabelecidas é que devem reger as relações conflituosas, e elas não podem ser desprezadas ou desconsideradas. A vontade não deve ser das pessoas, o que significa tirania. O império deve ser o da lei que é impessoal, tem caráter e aplicação genéricas, é para todos – **erga omnes** – ou seja, não se destina a uma única pessoa.

Daí a defesa que faço dos maiores princípios constitucionais que representam as garantias individuais do cidadão diante do Estado, tais como o “direito ao contraditório”, à “ampla defesa”, ao “devido processo legal” e ao princípio de que “todos são inocentes até que se prove o contrário”. Postular contrariando esses princípios é cometer um crime contra as conquistas sociais e políticas da humanidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao meu querido povo brasileiro e, em especial, ao povo do meu Estado de Sergipe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nós é que agradecemos a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por cinco minutos. Em seguida, vamos começar a Ordem do Dia.

Peço aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, desde as 14h30 estou aqui esperando para ver se consigo falar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou dar a palavra a V. Ex^a também, porque já havia me comprometido.

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero fazer o registro do trabalho feito hoje na Comissão de Meio Ambiente, onde foi realizada importante audiência pública com os funcionários do Ibama, representados pela Assibama, estando presentes também a Ministra Marina Silva, o Secretário Executivo do Ibama, João Paulo Capobianco, e um dos baluartes do sistema ambiental brasileiro, Dr. Paulo Nogueira Neto, que praticamente é fundador do sistema, pois se dedica ao meio ambiente desde os anos 50.

O debate foi sobre a Medida Provisória nº 366 e o que fazer da criação do Instituto Chico Mendes. Percebi que havia muita emoção. Acho que isso afeta a razão, a capacidade de discernir o que é o verdadeiro problema que levou todos os servidores do Instituto do Meio Ambiente às ruas para fazer os protestos de que todos nós temos conhecimento, os quais considero justos. Porém, é preciso analisar o ponto que realmente é divergente e elucidar essa divergência para podermos avançar na votação dessa matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se V. Ex^a me permitisse, queria dizer a V. Ex^a que não cogitamos votar essa matéria antes do recesso, antes do dia 17, porque há divergências de fundo de mérito com relação a ela. Vamos dar um tempo para ver, em primeiro lugar, se é possível chegar a uma convergência. Se não for possível, conversaremos com os Líderes para decidir o que fazer. Não vamos colocar essa matéria em votação antes do dia 17.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Acho que V. Ex^a tem razão, até mesmo porque o prazo da MP vai até o início de setembro. Então, teremos certo tempo para fazer esse debate.

Sr. Presidente, tentei extrair alguns pontos desse diálogo para que pudéssemos analisar friamente a divergência. Já fiz defesas nesta Casa, desde a minha chegada aqui, em 2003, até hoje – em alguns momentos tive, debates acirrados no plenário desta Casa e nas comissões –, em função do respeito que tenho ao Instituto do Meio Ambiente e em virtude da discussão sobre ele ser ou não um entrave à infra-estrutura do País e aos empreendimentos do setor privado, naquilo que diz respeito ao ganho de nossa economia. Em muitos momentos, creio, o debate é feito de maneira muito arranhada, inclusive. Às vezes, há agressões de sentido pejorativo contra o trabalho dessa categoria. Contudo, neste momento, estou embaraçado, porque, apesar da defesa que faço do sistema ambiental brasileiro e especialmente dessa categoria de profissionais, que muito admiro, não consigo encontrar razão para

tanta animosidade. Primeiro porque, no meu entendimento, se trata de mexer em uma função administrativa do Governo. Se é uma função administrativa do Governo,...

Qualquer categoria, no meu entendimento, poderia ir à carga toda se fosse política de Governo, política pública. Podemos tratar de política pública de um serviço público, para depois tratarmos de uma instituição pública, ou não, que venha a prestar um serviço público. Faço uma comparação entre diversos trabalhos que são públicos, como a concessão da comunicação, como a concessão do transporte, principalmente urbano. São concessões públicas de serviço que são realizados por empresas privadas. A sociedade convive com isso muito bem.

Temos agora um exemplo recente: o desenvolvimento do ProUni, um programa de Governo. Trata-se de um programa, e esse programa precisa de um serviço, e esse serviço precisa de uma instituição para realizá-lo. Como as universidades públicas do Brasil – federais, estaduais ou municipais – não tinham condição de atender o número de alunos que foi absorvido pela rede de 2005 para cá, o Governo decidiu fazer uma troca: resolveu renunciar a uma receita tributária em troca de vagas nas universidades privadas para alunos de famílias pobres.

Agora estamos diante de uma política pública do Governo para o meio ambiente, política pública que precisa de um serviço público, e, portanto, está-se apresentando uma instituição, também pública, para executar esse serviço. No aprimoramento, os dados foram colocados.

No momento da criação do Ibama, que resultou da junção de diversas instituições para um único serviço para o meio ambiente brasileiro, havia 134 unidades de conservação, somando uma área de 15 milhões de hectares. Agora há 288 áreas de conservação, somando 70 milhões de hectares. Esse é o primeiro ponto.

O segundo é relacionado com o crescimento da economia do nosso País, que todos desejávamos, com largos investimentos na infra-estrutura, para que atinjamos essa meta de crescimento de 5% por um período muito prolongado – o Presidente Lula fala até o ano de 2022. Quando falamos de investimentos da ordem de R\$504 bilhões, do Plano de Aceleração do Crescimento, a infra-estrutura, na área de energia e de transporte, é o grande debate que fazemos.

Durante um ano e meio, quase dois anos, ouvimos dizer que essa categoria era responsável pelo atraso, porque as licenças não saíam. Houve muitos debates acirrados, inclusive no plenário desta Casa. Eu não podia concordar com isso, porque sabia que, naquele momento, o Instituto do Meio Ambiente estava

cumprindo as regras estabelecidas nas leis que esta Casa votou. Esta Casa, juntamente com a Câmara, aprovou a legislação que existe sobre o meio ambiente no Brasil. Portanto, não podemos, de uma hora para outra, jogar isso na lata do lixo e simplesmente esquecer o assunto. Se o órgão do Governo fizer isso, ele vai perder na Justiça, porque o Ministério Público e o Poder Judiciário vão atuar.

Pois bem, neste momento, não consigo entender por que o fato de criar outro órgão que terá um trabalho específico para atender a demanda das unidades de conservação provoca um constrangimento desses, uma mobilização desse tamanho, uma greve dessa natureza. Não se trata de uma política desvirtuada do Governo. Não se trata de um serviço desvirtuado do Governo. Trata-se de uma medida eminentemente administrativa. No momento em que o Governo não tiver competência para tratar de uma medida administrativa, haverá o caos.

Então, não consigo entender a razão da greve, não consigo entender o teor, não consigo entender o caráter desse movimento nem a emoção das pessoas nele envolvidas. Neste momento, confio absolutamente naquilo que o Ministério está fazendo. Um debate foi apresentado lá, e, por mais que se tenha dito que não, no fundo, parece-me que é. Digo isso porque fui presidente também de empresa estatal no Acre, e as duas empresas, em virtude de passados complicados, estavam moribundas, morrendo, falindo. Para elas poderem continuar prestando serviço, a idéia do Governo foi criar uma secretaria, que podia dar a resposta jurídica, mas absorvendo toda a estrutura física e de pessoal dessas duas empresas. Então, eu acabava presidindo três instituições ao mesmo tempo – duas empresas públicas e uma secretaria de Estado que respondia por elas –, para o serviço não parar. E qual não foi nossa dificuldade de convívio entre as empresas? Ora, cada uma tinha sua sede, e minha atitude foi a de levá-las para dentro de uma única sede, colocá-las sob uma mesma direção e tentar fazer um **feedback**, uma relação entre elas.

E o que foi dito lá? O Ministério do Meio Ambiente foi criado depois do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), e o Ibama é uma instituição subordinada ao Ministério do Meio Ambiente, assim como o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é muito mais antigo do que o Ministério do Desenvolvimento Agrário. E há, de certa forma, uma dificuldade de relação e até de respeito à hierarquia, que é uma coisa que acho que existe sim, também. Da mesma forma, ainda não está resolvida, Sr. Presidente, a criação do Ministério da Defesa, porque juntaram três Ministérios das Forças Armadas para submetê-los a um Ministério administrado por um civil. Sabemos que, aqui e acolá,

há dificuldades nesse relacionamento. Eu acredito que isso também está se transportando para dentro desse convívio entre o Ministério do Meio Ambiente e essa autarquia a ele subordinada, que é o Ibama.

Então, quero dizer, com toda a tranquilidade, que, neste momento, não consigo ver a razão dessa emoção, não consigo ver a razão – por mais que se explique, acho que não justifica – por que não se criar o Instituto Chico Mendes com endereço certo, com trabalho claro, pois não se vai abrir nenhum tipo de competitividade ou sobreposição de missão. Aquilo que é inerente à existência de um instituto do meio ambiente, o Ibama – que é a fiscalização, o licenciamento e essas coisas todas –, está garantido.

E vamos trabalhar para o reforço do serviço público. Nesse ponto, vale o argumento de que o Estado brasileiro, o Governo do Presidente Lula tem que trabalhar para reforçar o serviço mediante sua instituição, que é pública.

Quanto aos números sobre a questão de ONG, foi dito, com muita clareza, que as ONG têm deixado de receber dinheiro gradativamente, de 2003 para cá. Houve uma redução muito grande dos repasses que eram feitos em termos de recursos para ONG e para a própria instituição. Os recursos destinados para as compensações ambientais não são parcos – sabemos disso. Mas as unidades de conservação fazem parte de uma política do Governo do Presidente Lula e têm que avançar sempre, porque, Sr. Presidente, quando se olha para o Brasil e para as expectativas de investimento, seja na área da agricultura, da pecuária, seja no crescimento das cidades, no surgimento de novos municípios, nos empreendimentos todos que se fazem no setor do turismo, constata-se que é preciso criar muitas unidades de conservação, tendo em vista proteger para o futuro pelo menos nichos do bioma brasileiro, que não podem ser simplesmente transformados em terra varrida.

Portanto, Sr. Presidente, com toda a tranquilidade, digo que fiquei convencido de que, pelas razões apresentadas durante o nosso seminário, durante a nossa audiência pública, o Ministério do Meio Ambiente está ciente de sua responsabilidade. Estou preparado para um debate no plenário desta Casa, a fim de que, no momento em que tratarmos da Medida Provisória nº 366, que vai criar o Instituto Chico Mendes, direi que é um acerto do Ministério do Meio Ambiente, é um acerto da Ministra Marina Silva.

E rogo, tanto aos funcionários do Ibama quanto a esta Casa, pela aprovação definitiva dessa lei, para que possamos fazer um excelente trabalho de preservação ambiental no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho em mão uma proposta de emenda à Constituição que foi assinada por 43 Senadores e Senadoras. É uma proposta que envolve a mudança do sistema eleitoral no Brasil, que se volta para a criação do sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.

Sabemos que, na Câmara dos Deputados, a reforma política, infelizmente, não conseguiu avançar. Antes, ao contrário, várias sugestões não são nascidas nesta Casa, como na Câmara dos Deputados, foram derrubadas sem que a sociedade brasileira possa, neste instante, saborear a utilidade do Congresso Nacional para empreender mudanças políticas, reformas políticas consistentes que mudem esse estado de coisas, caótico, que invadiu o nosso País não só de agora, mas de há muito tempo, pois, em todas as eleições, escândalos acontecem, crises recrudescem e aparecem, e nenhuma solução definitiva é tomada no intuito de coibir os abusos, os excessos, a concorrência desleal que acontece nos pleitos eleitorais em nosso País.

Tenho certeza absoluta, Sr. Presidente, de que, diante das decisões, ou melhor, da falta de decisões do Congresso Nacional em relação à reforma política, só uma Constituinte exclusiva seria capaz de providenciar as mudanças necessárias nesse campo. De vez que, quando se tenta implantar o sistema de listas preordenadas ou flexíveis, quando se tenta implantar o voto distrital misto, quando se tenta empreender qualquer mudança no sistema eleitoral brasileiro tão defeituoso, o nosso Legislativo se julga incapaz para empreender essas mudanças.

Daí a necessidade imperiosa de que, no mais breve espaço de tempo, nós possamos propor uma Constituinte em que os Deputados eleitos vão apenas cuidar da reforma política, envolvendo vários pontos como o financiamento público de campanha, a extinção do voto proporcional, a fixação de eleições livres com a adoção do voto distrital, a fidelidade partidária e tantos outros assuntos. Quem sabe também poderia haver a mudança do próprio sistema político, de um presidencialismo equivocado que praticamos, com a eclosão das medidas provisórias como uma iniciativa presidencial que bloqueia todo o funcionamento do Congresso Nacional, para o parlamentarismo, que seria, a meu ver, o mais adequado para o nosso País, o que livraria o Brasil de crises repetidas que acontecem, perigando a nossa tranquilidade tradicional.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, dentro em pouco, darei entrada na proposta de emenda à Constituição que estabelece o sistema eleitoral misto nas eleições em nosso País. Assinaram 43 senadores. Se eu tivesse solicitado a assinatura a mais senadores, tenho certeza absoluta de que chegaríamos a quase 80 senadores assinando a emenda para o voto distrital misto. Quem sabe essa seria a mudança que poderíamos pautar nos próximos empreendimentos legislativos do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me permitisse mais alguns minutos, para falar sobre a questão do etanol. Já existem sinais explícitos de que o etanol reúne todas as condições para se tornar...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...o próximo grande negócio da economia brasileira, porque o agrocombustível apresenta vantagens ímpares que já se fizeram sentir em todo o mundo, para desenvolver uma matriz energética revolucionária, um modelo para o mundo na era do aquecimento global, na era em que é necessário reduzir a todo custo a emissão de gás carbônico.

Na Europa, onde o Presidente Lula esteve em encontro internacional defendendo o biocombustível, levantaram-se argumentos contrários, e quero comentá-los aqui de forma breve. Considero o tema como da maior importância. Acredito que o debate precisa ser colocado nos termos econômicos e sociais corretos e jamais da forma como alguns jornais dos países ricos, da Europa em especial, vêm procurando argumentar.

Um jornal europeu, o espanhol *El Mundo*, chegou a falar que a Europa não quer o “etanol sujo” do Brasil. Outro jornal, o italiano *La Repubblica*, mencionou que há trabalho forçado na produção da cana-de-açúcar brasileira, que o camponês da cana recebe a miserável paga de €1,00 por tonelada de cana enquanto que o britânico **Financial Time** fala que o plantio da cana para o etanol poderia forçar a soja para dentro da Amazônia.

As críticas foram por aí, mais ou menos como se a Europa fosse um exemplo em termos de desemprego, bom tratamento com relação aos imigrantes africanos e árabes, ou como se fosse um exemplo em termos de relação comercial justa e paritária com a América Latina ou mesmo em termos de poluição ambiental e emissão de gases que provocam o efeito estufa. Sabemos que não é bem assim.

Assim como também sabemos, Sr. Presidente, que o Presidente Lula, ao encabeçar uma mudança

na matriz energética brasileira, ao inaugurar a era do etanol como combustível com qualidades superiores às do petróleo – em termos ambientais e até sociais –...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me permitisse terminar este discurso, assim como outros tiveram o direito de terminar o seu discurso.

O Presidente tem a obrigação moral de defender as melhores condições para o trabalhador da cana e as melhores condições de cultivo e produção de etanol, garantindo, por outro lado, a proteção da Amazônia. Se assim não fizer, temos de trabalhar na direção de garantir os melhores parâmetros ambientais e sociais para a produção da cana e do etanol.

Mas nada disso pode nos levar à ilusão de que a argumentação de setores dos países ricos – e daquela parte da imprensa européia – seja uma argumentação limpa, isenta e inocente. Basta que recordemos os seguintes pontos, todos eles absolutamente factuais, para que se veja a situação com um pouco mais de clareza. Qual é o maior obstáculo para o crescimento das nossas exportações de etanol, além da carência de infra-estrutura de transporte? Qualquer economista sabe muito bem que o maior obstáculo vem dos países mais ricos, o maior impedimento são as tarifas e subsídios adotados nos mercados desenvolvidos, dos países ricos.

Se nós tomarmos apenas o caso dos Estados Unidos, basta lembrar que eles injetaram subsídios de US\$4,5 bilhões na produção de milho para o etanol. E somente nos últimos três anos os Estados Unidos deram US\$15 bilhões em subsídios para os seus agricultores e estão querendo aumentar os subsídios no mesmo momento em que pressionam para que o Brasil abra a sua indústria para os Estados Unidos. E não cedem na tarifa que impuseram o etanol (e nunca impuseram ao petróleo): eles impõem tarifas proibitivas que praticamente impedem a entrada do nosso etanol – muito mais barato e de melhor qualidade – no seu mercado. E não demonstram a menor boa vontade em discutir com o Brasil para dar acesso ao produto.

Já a Europa, por sua vez, precisa importar óleo vegetal e etanol muito mais que os norte-americanos, cria hoje outro tipo de barreira. A União Européia não exige qualquer tipo de certificação para importar o petróleo, um combustível fóssil que produz males ao meio ambiente, mas querem exigir certificação para o biocombustível, o que pode revelar a forte pressão dos *lobbies* de lá. Além disso, também impõe tarifas contra nosso etanol.

E, nos dois casos, dos Estados Unidos e da União Européia, os subsídios que eles concedem aos seus

produtores agrícolas são pesadíssimos, o que significa, na prática, que são generosos, que os mais ricos não abrem seus mercados para agricultura dos países do Sul, como o nosso, enquanto exigem que nossa indústria se abra para eles.

Sr. Presidente, estou vendo que, como outros, não terei o mesmo direito de terminar este discurso. (Pausa.)

Então eu posso terminar o discurso? Só falta uma lauda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A boa vontade da Mesa com V. Ex^a é de há muito reconhecida.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Reconheço! Agradeço a V. Ex^a.

O Governo, Sr. Presidente, está coberto de razão quando defendeu, na primeira conferência internacional de biocombustíveis, que o combustível vegetal deve ter lugar central numa estratégia planetária de preservação do meio ambiente e, também, ao lembrar que o etanol e o biodiesel permitirão – ao contrário do petróleo – que mais de cem países, em sua maioria pobres, passem a ser produtores, ao contrário dos poucos países (apenas 20) que produzem petróleo, hoje a principal *commodity* global.

Felizmente, já existem vozes lúcidas na própria Europa, como é o caso do Ministro do Comércio da Suécia, Sten Tolgfors, que se declarou convencido de que, para se criar o mercado global para biocombustíveis, os países devem dismantelar barreiras ao produto. E conclamou imediatamente a União Européia a dar exemplo, abolindo as tarifas na importação de produtos como o etanol. Ele destacou que o etanol produzido no Brasil custa a metade do etanol europeu e que, como é feito a partir da cana-de-açúcar, é mais eficiente na redução de emissões de gases.

Sr. Presidente, “vamos trabalhar com o Brasil no setor de biocombustível e em toda agenda geral de proteção do clima”, afirmou o Presidente da Comissão Européia, José Durão Barroso. “Há alguns riscos associados ao produto e, por isso, foi muito importante ouvir o Presidente Lula mostrar que está comprometido com biocombustíveis que sejam sustentáveis e bem aceitos do ponto de vista ambiental e social”.

Sr. Presidente, ao encerrar essas palavras, gostaria de encaminhar à Mesa a proposta de emenda constitucional. Antes, porém, quero dizer ao Senador Tião Viana que faço questão de sua assinatura, uma vez que se trata de um grande democrata, para que, juntos, possamos discutir a implantação no Brasil do sistema distrital misto, que é implantado em tantos países da Europa.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passarei à Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que V. Ex^a está lembrado de que, na semana passada, levantei uma questão com o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, invocando uma situação que continua explosiva, dos pescadores do Brasil.

Reuni-me em Natal, na sexta-feira pela manhã, com todos os presidentes de colônias de pescadores do meu Estado; estavam todos lá. Ouvi depoimentos candentes, Sr. Presidente, extremamente preocupantes, de esforço pessoal. Ouvi um deles dizer que havia construído a vida dele com uma rede de pescar e com um barco e que não ia abrir mão nem da rede de pescar nem do barco para continuar alimentando a sua família. Não foi o que ouvi de todos os presidentes de colônias, mas ouvi uma posição muito firme.

Anunciei, na semana passada, e disse cavalheirescamente ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, por quem tenho o maior apreço – reconheci de público que ele é um colaborador de boa qualidade no encaminhamento de soluções –, que eu não teria condições de encaminhar as votações se não fosse encontrada uma solução à altura da expectativa dos pescadores, até porque eles esperam algo daqueles que falaram – Senador Edison Lobão, pelo Maranhão; Senador Mão Santa, pelo Piauí; Senador Tasso Jereissati, pelo Ceará; eu, o Senador Garibaldi e a Senadora Rosalba, pelo Rio Grande do Norte; o Senador Gerson Camata e o Senador Casagrande, pelo Espírito Santo; e por aí vai.

Então, não temos condições de avançar, a menos que o Governo, que já nomeou – parece-me – interlocutor do assunto o Ministro Walfrido Mares Guia, encontre uma solução.

Hoje, tomei a iniciativa, às 10 horas, de falar com o Senador Romero Jucá, imaginando que S. Ex^a já estivesse aqui. Ele me disse que chegaria aqui na segunda-feira, e eu cheguei na segunda-feira para procurar S. Ex^a e encontrar caminhos de entendimento. Ele me disse que estava preso em Roraima, não tinha condições de chegar, e que talvez chegasse no fim do dia. Ele não chegou até agora, não tivemos nenhum entendimento, não há nenhuma definição à vista na questão dos pescadores.

Por essa razão, não tenho condições – nem eu, nem aqueles que aqui se manifestaram na semana

passada – de encaminhar votações, como é desejo de V. Ex^a.

Cavalheirescamente, estou comunicando a V. Ex^a que, em razão de uma posição que anunciei semana passada, para a qual esperei haver solução esta semana, não terei condições de encaminhar votações.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Talvez eu não tenha entendido bem. V. Ex^a está assumindo uma posição de obstrução por causa da não solução?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu não queria... Na medida em que V. Ex^a anunciar a Ordem do Dia e nomear o primeiro relator, eu declararei obstrução. Mas estou cavalheirescamente comunicando a V. Ex^a que, em razão do não cumprimento de um entendimento – não é culpa do Senador Romero Jucá –, não me sinto confortável, perante os compromissos que nós todos temos com os pescadores, de encaminhar a votação. Se for anunciado o Item nº 1, eu declararei obstrução.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de maneira breve, o PSDB, do mesmo modo, em momento próprio, vai se manifestar em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Senador Demóstenes Torres diz que estou em obstrução. Muito pelo contrário: estou aqui plenamente à disposição para que possamos fazer as votações. Tenho o entendimento de que seria muito importante que pudéssemos votar as medidas provisórias que estão trancando a pauta.

Inclusive, hoje, fizemos uma excelente audiência pública, em que tratamos exatamente de uma das medidas provisórias, que é a que separa o Ibama e cria o Instituto Chico Mendes. E há uma expectativa, até porque estamos com o Ibama paralisado há mais de um mês, e essa é uma das principais causas da greve do Ibama.

Tenho o entendimento de que deveríamos processar as votações. É claro que a ausência do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, traz um grau de dificuldade, até porque há solicitações do Senador José Agripino por informações a respeito das providências para atender aos pescadores artesanais. Mas, se não tivermos condições de fazer votações no dia de hoje, deveremos nos programar.

Inclusive, Sr. Presidente, eu até gostaria de solicitar que seja antecipada a Ordem do Dia de amanhã, para que possamos realizar as votações. Considero muito importante que nós o façamos, até porque a Comissão Mista de Orçamento está votando os destaques da LDO e teremos a oportunidade de apreciar essa matéria importante, inclusive para, com a deliberação da LDO, termos o recesso parlamentar.

Então, eu queria, no mínimo, fazer um apelo aos demais líderes para que possamos, em não havendo votação no dia de hoje, firmar o compromisso de trabalhar para que a Ordem do Dia seja antecipada amanhã para as 15 horas e para podermos fazer as votações, com o atendimento inclusive das explicações que o Senador José Agripino está aguardando por parte do Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, espero que o Senador Romero Jucá tenha boas notícias ao chegar e que possa ter um entendimento favorável com as autoridades do Governo com relação à demanda que está posta.

Nós nos condicionamos àquilo que eu disse no início da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos Valadares, Vice-Líder do Governo, o que pensa V. Ex^a a respeito da concretização ou não da Ordem do Dia?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos aqui para cumprir o nosso papel de parlamentares. Estamos dispostos a votar e a cumprir a agenda que for determinada pela Mesa do Senado Federal.

A composição do Senado Federal é feita pelos mais diferentes partidos políticos. Cada partido tem uma orientação a dar à sua Bancada. A orientação que o PSB tem sobre os projetos em tramitação nesta Casa é a de que devemos estar sempre presentes para manifestarmos conjuntamente a nossa opinião.

Em relação ao Governo, à instituição Governo, qualquer que seja a crise que se abata sobre esta Casa, a sociedade reclama de nós providências no sentido de aprovarmos projetos em seu benefício para que eles tramitem normalmente no Senado. Para isso estamos aqui, Sr. Presidente, dispostos a votar, dispostos a cumprir o nosso papel de parlamentares para o qual fomos eleitos por nossos Estados.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

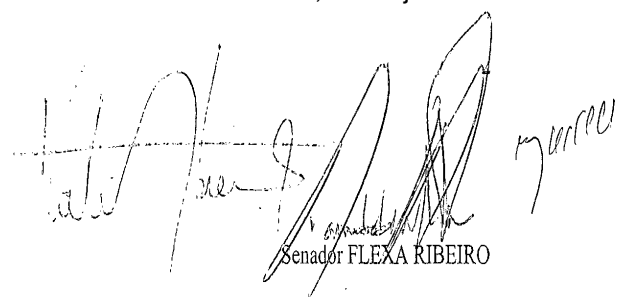
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 802, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 75, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma comissão temporária externa do Senado Federal, composta de pelo menos dois senadores das seguintes Comissões: CCJ; CDH; CRA; CAS, e CDHTE, e os senadores do Estado do Pará, com o objetivo de visitar as instalações da empresa Pará Pastoril e Agrícola S/A – PAGRISA, localizada no Município de Ulianópolis, Estado do Pará, para averiguar as condições da rescisão direta do contrato de trabalho de cerca de 1.180 empregados, resultante da fiscalização empreendida pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho.

A demissão em massa dos empregados vem ocasionando manifestações discordantes do procedimento empregado pela fiscalização, especialmente de entidades civis, líderes locais e da população do município, apreensivos com as consequências da demissão.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2007.



Senador FLEXA RIBEIRO

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea c, item 6, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 803, DE 2007

Nos termos do art. 199 do Regimento Interno, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado, em data a ser oportunamente marcada, destinada a comemorar os 80 anos do escritor, dramaturgo e poeta Ariano Suassuna.

Justificação

Pelo significado de sua obra e da importância dessa para a cultura brasileira é justificativa mais do que suficiente para homenagear Ariano Suassuna. O autor de *Auto da Compadecida* foi um dos criadores do *Movimento Armorial*, movimento que tem por escopo criar uma arte erudita a partir da nossa própria cultura

popular, orientando dessa forma todos os campos da arte, como a música, a dança, a literatura, as artes plásticas, o cinema e a arquitetura.

Ariano Suassuna é também autor de várias peças para o teatro, alguns transformados em livros. Nesses dois campos, as obras mais conhecidos são: *O desertor de Princesa* (1948); *Auto de João da Cruz* (1949); *O arco desabado* (1952); *Auto da Compadecida* (1955), que foi um grande sucesso na TV; *O santo e a porca* (1957); *O casamento suspeito* (1957); *A pena e a Lei* (1959); *Farsa da boa preguiça* (1960); *A caseira e a Catarina* (1962); *Romance d'a pedra do reino e o príncipe de Sangue do Vai-e-Volta*, romance de 1971, traduzida para o inglês, alemão, francês, espanhol, polonês e holandês, e agora transformada em minissérie da Rede Globo.

Essas obras revelam a importância e a oportunidade da homenagear a esse grande mestre da cultura brasileira, que também foi Secretário de Educação; é doutor e em História; professor da Universidade Federal de Pernambuco por 32 anos, onde ensinou Estética e Teoria do Teatro, Literatura Brasileira e História da Cultura Brasileira; e em agosto de 1989, foi eleito por aclamação para a Academia Brasileira de Letras. Por tudo isso, é mais que justa a homenagem a Ariano Suassuna que ora pleiteamos.

Sala das Sessões, em 10 de julho de 2007.

Silvi M. da R.

1. *João da Cruz*

2. *Auto de João da Cruz*

3. *Auto da Compadecida*

4. *O santo e a porca*

5. *O casamento suspeito*

6. *A pena e a Lei*

7. *Farsa da boa preguiça*

8. *A caseira e a Catarina*

9. *Romance d'a pedra do reino e o príncipe de Sangue do Vai-e-Volta*

10. *O deserto de Princesa*

11. *Auto da Compadecida*

12. *O santo e a porca*

13. *O casamento suspeito*

14. *A pena e a Lei*

15. *Farsa da boa preguiça*

16. *A caseira e a Catarina*

17. *Romance d'a pedra do reino e o príncipe de Sangue do Vai-e-Volta*

18. *O deserto de Princesa*

19. *Auto da Compadecida*

20. *O santo e a porca*

21. *O casamento suspeito*

22. *A pena e a Lei*

23. *Farsa da boa preguiça*

24. *A caseira e a Catarina*

25. *Romance d'a pedra do reino e o príncipe de Sangue do Vai-e-Volta*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 804, DE 2007

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto

de Lei do Senado nº 238, de 2005, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. – Senador **Expedito Júnior**.

REQUERIMENTO Nº 805, DE 2007

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2005, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. – Senador **Expedito Júnior**.

REQUERIMENTO Nº 806, DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2007 que, "Institui o Asilo Político Tecnológico e Editorial e dá outras providências", seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. – Senador **Wellington Salgado**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 807, DE 2007

Solicita seja apresentado voto de congratulações ao Procurador-Geral da União, Luís Henrique Martins Dos Anjos.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao Procurador-Geral da União Luís Henrique Martins Dos Anjos, tendo em vista a iniciativa da edição da Portaria PGU nº 1, de 8 de maio de 2007, que regula a consulta geral que visa a indicação de Advogados da União para os cargos de chefe das Procuradorias Regionais, Estaduais e Seccionais da União e dá outras providências.

Justificação

Os cargos de Procurador-Regional da União, de Procurador-Chefe da União nos Estados e de Procurador-Seccional da União são exclusivos de membros da carreira de Advogado da União, em consonância com o art. 131 da Constituição Federal e com o art. 49, § 1º, da Lei Orgânica da AGU (LC 73/93).

Até o momento anterior da edição da Portaria nº 1, de 8 de maio de 2007, a escolha dos chefes das Procuradorias Regionais, Estaduais e Seccionais da União era realizada sem parâmetros especificamente determinados de forma positiva, ficando submetida à possibilidade de flutuação de critérios, situação que indesejavelmente poderia desbordar para alevisias no momento da indicação das chefias.

A Portaria nº 1, de 8 de maio de 2007 estabelece critérios objetivos para a escolha de cargos de Procurador-Regional da União, de Procurador-Chefe da União nos Estados e de Procurador-Seccional da União, procedimento realizado por meio de consultas periódicas aos membros das procuradorias. Tais consultas contribuem para o aperfeiçoamento institucional e, conseqüentemente, para o interesse público, sendo que a alternância das chefias é medida salutar e em consonância com os Princípios da Administração Pública.

O exercício destas chefias exige uma combinação de critérios, dentre os quais se destaca a legitimidade entre os pares, a capacidade técnica e o um relacionamento institucional no meio jurídico e social, conforme ressaltado nos “considerandos” da própria norma editada.

É importante, neste momento, prestarmos voto de congratulações à autoridade que editou a medida, que representa avanço no fortalecimento burocrático e consolidação da impessoalidade na administração da Instituição.

Salas das Sessões, 10 de julho de 2007. – Senador **Renato Casagrande**.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 1, DE 8 DE MAIO DE 2007

Regula a Consulta Geral que visa a indicação de Advogados da União para os cargos de chefe das Procuradorias Regionais, Estaduais e Seccionais da União e dá outras providências.

O Procurador-Geral da União, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelos arts. 9º e 45 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e pelo art. 3º, I, VIII e XIV, do Ato Regimental nº 5, de 19 de junho de 2002, alterado pelo Ato Regimental nº 1, de 1º de abril de 2005,

Considerando que os cargos de Procurador-Regional da União, de Procurador-Chefe da União nos Estados e de Procurador-Seccional da União são exclusivos de membros da carreira de Advogado da União, em consonância com o art. 131 da Constituição Federal e com o art. 49, § 1º, da Lei Orgânica da AGU (LC 73/93);

Considerando que consultas periódicas aos membros das procuradorias contribuem para o aperfeiçoamento institucional e, conseqüentemente, para o interesse público;

Considerando que a alternância das chefias é medida salutar e em consonância com os Princípios da Administração Pública;

Considerando a competência prevista na cláusula geral do art. 33 da Lei nº 9.784/99;

Considerando a abrangência das atribuições dos respectivos cargos;

Considerando as experiências de outras consultas já realizadas; e

Considerando que o exercício destas chefias exige uma combinação de critérios, dentre os quais se destaca a legitimidade entre os pares, a capacidade técnica e o bom relacionamento institucional no meio jurídico e social, resolve:

Art. 1º Editar a presente Portaria para regular a Consulta Geral para indicação de nomes de Advogados da União, como sugestão coletiva a ser levada ao Advogado-Geral da União, para fins de escolha dentre os indicados, com o intuito de nomeação nos respectivos cargos de Procurador-Regional da União, de Procurador-Chefe da União no Estado e de Procurador-Seccional da União, mediante as seguintes regras:

I – Serão escolhidos mediante escrutínio direto, secreto e plurinominal, os Advogados da União mais votados dentre aqueles que se inscreverem para comporem as listas de indicação para os cargos de chefia dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União;

II – O Procurador-Geral da União indicará o Presidente da Comissão Processante Local de cada Procuradoria Regional, Estadual e Seccional da União, e cada um dos inscritos na Consulta poderá indicar 1 (um) membro para compor a respectiva Comissão;

III – O Procurador-Geral da União indicará os membros da Comissão Processante Central da Procuradoria-Geral da União;

IV – Os inscritos na Consulta para compor as listas poderão credenciar um fiscal perante cada uma das Comissões Processantes;

V – Poderão inscrever-se perante a Comissão Processante Local da respectiva Consulta todos os Advogados da União lotados ou em exercício a pelo menos 6 (seis) meses nas unidades de contencioso da Procuradoria-Geral da União;

VI – É vedada a inscrição de Advogado da União:

a) que esteja cumprindo pena administrativo-disciplinar ou criminal;

b) que faça ou venha a fazer parte de alguma das Comissões Processantes da respectiva Consulta;

c) que esteja há pelo menos 4 (quatro) anos no exercício contínuo da chefia para a qual pretende inscrição, salvo se não houver

outro interessado lotado em unidade abrangida pela respectiva Consulta;

d) para concorrer em mais de 1 (uma) Consulta simultaneamente; e

e) que tenha deixado a pedido a chefia de Procuradoria Regional, Estadual ou Seccional da União, antes do término do período para a nova Consulta da respectiva unidade chefiada.

VII – A Consulta somente será processada nas Procuradorias com 10 (dez) ou mais Advogados da União lotados ou em exercício nos termos do inciso XII e que tenha no mínimo 3 (três) inscritos, e 2 (dois) inscritos para as demais;

VIII – As cédulas conterão os nomes de todos os inscritos, devendo ser assinalados 3 (três) nomes para as listas das Procuradorias com 10 (dez) ou mais Advogados da União lotados ou em exercício nos termos do inciso XII, e 2 (dois) nomes para as demais, sob pena de nulidade do voto;

IX – Participarão como votantes na Consulta relativa ao cargo de Procurador-Regional da União todos os Advogados da União lotados nos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União da respectiva região, independentemente do gozo de férias, licenças ou demais afastamentos legais;

X – Participarão como votantes na Consulta relativa ao cargo de Procurador-Chefe da União no Estado todos os Advogados da União lotados nos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União do respectivo Estado, independentemente do gozo de férias, licenças ou demais afastamentos legais;

XI – Participarão como votantes na Consulta relativa ao cargo de Procurador-Seccional da União todos os Advogados da União lotados nos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União da respectiva área de abrangência, independentemente do gozo de férias, licenças ou demais afastamentos legais;

XII – Nos casos dos incisos IX, X e XI, os Advogados da União que estejam apenas em exercício há pelo menos 6 (seis) meses em um órgão de execução da Procuradoria-Geral da União, poderão optar em votar na Consulta da sua unidade de exercício ou na de lotação mediante prévia comunicação à Comissão Processante Central da Procuradoria-Geral da União;

XIII – Todas as cédulas serão assinadas no mínimo pela maioria absoluta dos membros da Comissão Processante Local e serão distribuídas aos votantes no dia da votação;

XIV – É permitida a votação por cédula através de procuração firmada pelo votante;

XV – Os votantes poderão, em vez da votação secreta por cédula, optar pela votação por meio eletrônico, utilizando-se do seu e-mail institucional da AGU, enviando o(s) nome(s) em quem deseja votar;

XVI – A apuração em cada órgão de execução da Procuradoria-Geral da União será feita no mínimo

pela maioria absoluta dos membros da Comissão Processante Local em sessão pública, após o encerramento da votação;

XVII – Cada Comissão Processante Local encaminhará os resultados da apuração dos votos em cédula para a Comissão Processante Central da Procuradoria-Geral da União para fins de consolidação dos resultados;

XVIII – A apuração da votação por meio eletrônico dar-se-á logo após o término do prazo de votação pela Comissão Processante Central da Procuradoria-Geral da União;

XIX – A consolidação das apurações ocorrerá em sessão pública com a presença mínima da maioria absoluta dos membros da Comissão Processante Central da Procuradoria-Geral da União;

XX – Os 3 (três) Advogados da União mais votados serão listados, com o respectivo número de votos recebidos, como indicados para chefiar os órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União com 10 (dez) ou mais Advogados da União lotados ou em exercício nos termos do inciso XII, sendo que nas demais serão listados os 2 (dois) mais votados;

XXI – Integrarão a lista de indicação todos os Advogados da União empatados na última colocação;

XXII – A Consulta Geral de que trata esta Portaria será realizada a cada período de 4 anos; e

XXIII – Poderá ser realizada, a qualquer momento, Consulta Específica para determinado cargo, a critério do Procurador-Geral da União.

Art. 2º O Procurador-Geral da União fará publicar, na rede da Advocacia-Geral da União, edital para abertura da Consulta prevista nesta Portaria.

Art. 3º Os casos omissos serão decididos pela Comissão Processante Central da Procuradoria-Geral da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Luís Henrique Martins dos Anjos.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 808, DE 2007

Requer Voto de Aplauso à Academia Brasileira de Letras, pelo transcurso, no dia 17 de julho de 2007, do seu 110º aniversário de criação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à Academia Brasi-

leira de Letras, pelo transcurso, no dia 17 de julho de 2007, do seu 110º aniversário de criação.

Requeiro ademais, que seu Voto seja levado ao conhecimento do Presidente da ABL, Acadêmico Marcos Vilaça.

Justificação

No dia 17 de julho próximo, a Academia Brasileira de Letras deverá comemorar, com Sessão Solene Especial, os seus 110 anos de existência. A ABL, hoje conduzida pelo Acadêmico Marcos Vilaça, é instituição cultural de forte presença no País. Além de outras iniciativas, a entidade, tem estatutariamente a missão de guardiã da “cultura da língua nacional”. É integrada por quarenta membros efetivos e perpétuos conhecidos como “imortais”, escolhidos entre os cidadãos brasileiros que tenham publicado obras de reconhecido mérito ou livros de valor literário, e vinte sócios correspondentes estrangeiros. É, pois, merecedora do Voto de Aplauso, que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado. O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 584, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2007 (nº 2.274/ 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Educativa e Cultural de Itabira – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Eliseu Resende**

Relator *ad hoc*: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 12, de 2007 (nº 2.274, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a *Fundação Educativa e Cultural de Itabira – MG* a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi

instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versam sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 12, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 12, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a *Fundação Educativa e Cultural de Itabira – MG* a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2007. – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator *ad hoc*.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 12, DE 2007 NA REUNIÃO DE 27/06/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

SÉRGIO ZAMBIASI

4. FRANCISCO DORNELLES

IDELI SALVATTI

5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GARIBALDI ALVES FILHO

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

JOSÉ AGRIPINO

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 12/12/2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO ILCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA					HERÁCLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL				
JOSÉ AGRIPINO					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALÉO PAES				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: -- ABS: -- AUTOR: -- PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/06/2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão:

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 585, DE 2007

Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2007 (nº 2.437/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tocantinópolis, Estado do Tocantins.

Relator: Senador **Leomar Quintanilha**

Relator **ad hoc**: Senador **Augusto Botelho**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 67, de 2007 (nº 2.437, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Fundação Cultural São Judas Tadeu* para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Tocantinópolis, Estado do Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 32, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e inovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de *radiodifusão educativa* são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à *radiodifusão educativa* as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de con-

cessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme proceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 67, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à *Fundação Cultural São Judas Tadeu* para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, *com fins exclusivamente educativos*, na cidade de Tocantinópolis, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2007. Senador **Augusto Botelho**, Relator *ad hoc*.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 67 DE 2007 NA REUNIÃO DE 27/06/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. ELÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

SÉRGIO ZAMBIASI

4. FRANCISCO DORNELLES

IDELI SALVATTI

5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GARIBALDI ALVES FILHO

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

RELATOR

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

JOSÉ AGRIPINO

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 67/2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
SERGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA					HERÁCLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL				
JOSÉ AGRIPINO					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALÉO PAES				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/06/2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos do concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para a serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do

art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 20 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

Art 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) Os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

PARECER Nº 586, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2007(nº 2.449/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Tapejara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapejara, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 70, de 2007 (nº 2.449, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Tapejara a exe-

cutar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapejara, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a Legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versarem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a Constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de feve-

eiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 70, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 70, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a *Associação Comunitária Cultural de Tapejara* a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapejara, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2007. – Senador **Wellington Salgado**, Presidente – Senador **Flávio Arns**, Relator.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 70, DE 2007 NA REUNIÃO DE 27/06/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

SÉRGIO ZAMBIASI

4. FRANCISCO DORNELLES

IDELI SALVATTI

5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GARIBALDI ALVES FILHO

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

JOSÉ AGRIPINO

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 30/10/07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPE	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA					HERACLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL				
JOSÉ AGRIPINO					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALEO PAES				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 44 SIM: 10 NÃO: 7 ABS: 7 AUTOR: 7 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 31/06/2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 49, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 587, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2007 (nº 2.299/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Ambiental e Esportiva de Santo Antonio da Alegria para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antonio da Alegria, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 87, de 2007 (nº 2.299, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a *Associação Comunitária Cultural, Ambiental e Esportiva de Santo Antonio da Alegria* a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antonio da Alegria, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 32, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, **nos** termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 87, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 87, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a *Associação Comunitária Cultural, Ambiental e Esportiva de Santo Antonio da Alegria* a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antonio da Alegria, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2007.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 87, DE 2007 NA REUNIÃO DE 27/06/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>(Senador Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS <i>[assinatura]</i>
RENATO CASAGRANDE (AD HOC)	3. JOÃO RIBEIRO
SÉRGIO ZAMBIASI	4. FRANCISCO DORNELLES
IDELI SALVATTI	5. FÁTIMA CLEIDE
PMDB	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GARIBALDI ALVES FILHO
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES <i>[assinatura]</i>	3. MARCO MACIEL
JOSÉ AGRIPINO	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA <i>[assinatura]</i>	7. PAPALÉO PAES
PDT	
VAGO	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 37 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEL TUMA					HERÁCLITO FORTES				
MÁRIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL				
JOSE AGRIPINO					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALÉO PAES				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 01 SIM: 00 NÃO: 00 ABS: 00 AUTOR: 00 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 06 / 2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

.....
DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.
.....

PARECER Nº 588, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2007 (nº 1.984/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância Dr. João Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Quitéria do Maranhão, Estado do Maranhão.

Relator: Senador **Gilvam Borges**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 92, de 2007 (nº 1.984, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a *Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância Dr. João Moreira* a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Quitéria do Maranhão, Estado do Maranhão. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se tam-

bém sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 92, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 92, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não

havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância Dr. João Moreira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Quitéria do Maranhão, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2007.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 92 DE 2007 NA REUNIÃO DE 27/06/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>(Senador Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLAVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
SÉRGIO ZAMBIASI	4. FRANCISCO DORNELLES
IDELI SALVATTI	5. FÁTIMA CLEIDE
PMDB	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GARIBALDI ALVES FILHO
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDÉ
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
JOSÉ AGRIPINO	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES
PDT	
VAGO	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIAS, A, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 92/2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES	X				MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA					HERÁCLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL				
JOSÉ AGRIPINO					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALEO PAES				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/06/2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar as atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os

procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 589, DE 2007

Da Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2007 (nº 2.333/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Jr Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas.

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 94, de 2007 (nº 2.333, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Jr. Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão

de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 94, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 94, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Jr Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2007.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 94 DE 2007 NA REUNIÃO DE 27/06/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRR e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

SÉRGIO ZAMBIASI

4. FRANCISCO DORNELLES

IDELI SALVATTI

5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GARIBALDI ALVES FILHO

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

JOSÉ AGRIPINO

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO
AD HOC

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS Nº 914 12007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
SERGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA					HERÁCLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL				
JOSÉ AGRIPINO					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALÉO PAES				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/10/2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 590, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2007 (nº 2.389/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Mundial S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Senador **Francisco Dornelles**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 95, de 2007 (nº 2.389, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Mundial S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 95, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob

exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 95, de 2007, não evidenciou

violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Mundial S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2007.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 95 DE 2007 NA REUNIÃO DE 27/06/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>Senador Wellington Salgado de Oliveira</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. ELÁVIO ARNS <i>(SEM VOTO)</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
SÉRGIO ZAMBIASI	4. FRANCISCO DORNELLES
IDELI SALVATTI	5. FÁTIMA CLEIDE
PMDB	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GARIBALDI ALVES FILHO
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
JOSÉ AGRIPINO	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES
PDT	
VAGO	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 03/05/2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA						EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO		X				FLÁVIO ARNS				
RENATO CASAGRANDE		X				JOÃO RIBEIRO				
SÉRGIO ZAMBIASI		X				FRANCISCO DORNELLES	X			
IDELI SALVATTI						FATIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP		X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA						GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES						MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA						LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA						HERÁCLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES		X				MARCO MACIEL				
JOSE AGRIPINO						ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO						FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO		X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA		X				PAPALÉO PAES				
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)						(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/06/2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional;

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 591, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2007 (nº 2.390/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ACVC – Associação Comunitária de Vespasiano Corrêa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vespasiano Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 96, de 2007 (nº 2.390, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a ACVC – Associação Comunitária de Vespasiano Corrêa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vespasiano Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 96, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 96, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela apro-

vação do ato que autoriza a ACVC – Associação Comunitária de Vespasiano Corrêa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vespasiano Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2007.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 96 DE 2007 NA REUNIÃO DE 27/06/07
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLAVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

SÉRGIO ZAMBIASI

4. FRANCISCO DORNELLES

IDELI SALVATTI

5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GARIBALDI ALVES FILHO

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

JOSÉ AGRIPINO

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS Nº 96/2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA					HERACLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL				
JOSÉ AGRIPINO					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALEO PAES				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 31 SIM: 30 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/06/2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....
CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

.....
Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

.....
DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
PARECER Nº 592, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2007 (nº 2.410/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Jesus, Maria e José para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viseu, Estado do Pará.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em Caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 97, de 2007 (nº 2.410, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Jesus, Maria e José para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viseu, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de

mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de feverei-

ro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 97, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 97, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Jesus, Maria e José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viseu, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Brasília, 27 de junho de 2007.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 97, DE 2007 NA REUNIÃO DE 27/06/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
SÉRGIO ZAMBIASI	4. FRANCISCO DORNELLES
IDELI SALVATTI	5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GARIBALDI ALVES FILHO
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
JOSÉ AGRIPINO	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 97/12007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCÁ				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMÉU TUMA					HERÁCLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL				
JOSÉ AGRIPINO					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALÉO PAES				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 97/06/2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 593, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2007 (nº 2.411/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Educacional de Comunicação e Radiodifusão de Canto do Buriti para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canto do Buriti, Estado do Piauí.

Relator: Senador **Mão Santa**

Relator “**Ad Hoc**”: Senador **Expedito Júnior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 98, de 2007 (nº 2.411, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Educacional de Comunicação e Radiodifusão de Canto do Buriti para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canto do Buriti, Estado do Piauí. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 98, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 98, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural, Educacional de Comunicação e Radiodifusão de Canto do Buriti a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canto do Buriti, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 junho de 2007.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 98 DE 2007 NA REUNIÃO DE 27/06/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR <i>Ad Hoc</i>
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
SÉRGIO ZAMBIASI	4. FRANCISCO DORNELLES
IDELI SALVATTI	5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GARIBALDI ALVES FILHO
GILVAM BORGE	3. MÃO SANTA RELATOR
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESEND
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
JOSÉ AGRIPINO	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 02/98 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA						EXPEDITO JUNIOR	☒			
AUGUSTO BOTELHO		☒				FLÁVIO ARNS	☒			
RENATO CASAGRANDE		☒				JOÃO RIBEIRO				
SÉRGIO ZAMBIASI		☒				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI						FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP		☒				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA						GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES						MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA						LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA						HERACLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES		☒				MARCO MACIEL				
JOSE AGRIPINO						ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO						FLEXA RIBEIRO	☒			
EDUARDO AZEREDO		☒				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA		☒				PAPALÉO PAES				
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)						(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 22 / 07 2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 594, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2007 (nº 2.474/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de São Jorge D'Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 103, de 2007 (nº 2.474, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de São Jorge D'Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que

integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob

exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 103, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 103, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de São Jorge D'Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2007. – **Wellington Salgado**, Presidente – **Flávio Arns**, Relator.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 103 DE 2007 NA REUNIÃO DE 27/06/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

SÉRGIO ZAMBIASI

4. FRANCISCO DORNELLES

IDELI SALVATTI

5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GARIBALDI ALVES FILHO

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESEND

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

JOSÉ AGRIPINO

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 103 10007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
SERGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA					HERÁCLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL				
JOSÉ AGRIPINO					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALÉO PÁES				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 44 SIM: 10 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: /

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/06/2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 595, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2007 (nº 2.475/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

Relator *ad hoc*: Senador **Renato Casagrande**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 104, de 2007 (nº 2.475, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Mogi

das Cruzes, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 104, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2007

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 104, DE 2007 NA REUNIÃO DE 27/06/07
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. ELÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

SÉRGIO ZAMBIASI

4. FRANCISCO DORNELLES

IDELI SALVATTI

5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GARIBALDI ALVES FILHO

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

JOSÉ AGRIPINO

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 104 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA					HERÁCLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL				
JOSÉ AGRIPINO					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALÉO PAES				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/06/2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117(*), de 27 de agosto de 1962.

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

PARECER Nº 596, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2007 (nº 2.400/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Esmeralda Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 105, de 2007 (nº 2.500, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Esmeralda Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do

art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade preten-

dente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 105, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 105, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Esmeralda Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2007.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 105 DE 2007 NA REUNIÃO DE 27/06/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLAVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

SÉRGIO ZAMBIASI

4. FRANCISCO DORNELLES

IDELI SALVATTI

5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GARIBALDI ALVES FILHO

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

JOSÉ AGRIPINO

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 205 12007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA					HERÁCLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL				
JOSE AGRIPINO					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALEO PAES				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/06/2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 597, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2007 (nº 1.923/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Crucilândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Crucilândia, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Wellington Salgado**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 111, de 2007 (nº 1.923, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Crucilândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Crucilândia, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministros das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 111, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 111, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo repa-

ros quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Crucilândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Crucilândia, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2007.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 111 DE 2007 NA REUNIÃO DE 27/06/07
OS SENHORES SENADORES:

Vice-PRESIDENTE:

Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente, não compareceu à reunião

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
SÉRGIO ZAMBIASI	4. FRANCISCO DORNELLES
IDELI SALVATTI	5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GARIBALDI ALVES FILHO
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
JOSÉ AGRIPINO	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS

11/18007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCÁ				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA					HERÁCLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL				
JOSE AGRIPINO					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CIGERO LUCENA	X				PAPALÉO PÁES				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 17/06/2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congres-
so Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação
de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

.....
Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar
e renovar concessão, permissão e autorização para o
serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens,
observado o princípio da complementaridade dos sis-
temas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no
prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento
da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão
dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos
do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente pro-
duzirá efeitos legais após deliberação do Congresso
Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permis-
são, antes de vencido o prazo, depende de decisão
judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será
de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze
para as de televisão.

.....
LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Co-
munitária e dá outras providências.**

.....
Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar
à entidade interessada autorização para exploração
do Serviço de Radiodifusão Comunitária, obser-

vados os procedimentos estabelecidos nesta lei e
normas reguladoras das condições de exploração
do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez
anos, permitida a renovação por igual período, se cum-
pridas as exigências desta lei e demais disposições
legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de
11-12-2002)

.....
DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de
Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a reda-
ção, a alteração e a consolidação das leis,
conforme determina o parágrafo único do
art. 59 da Constituição Federal, e estabe-
lece normas para a consolidação dos atos
normativos que menciona.**

.....
PARECER Nº 598, DE 2007

**Da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática, e
sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº
117, de 2007 (nº 1.682/2002, na Câmara dos
Deputados), que aprova o ato que outorga
concessão à Fundação Educativa e Cultural
São Judas Tadeu para executar serviço de
radiodifusão de sons e imagens na cidade
de Itaúna, Estado de Minas Gerais.**

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminati-
vo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 117, de
2007 (nº 1.682, de 2002, na Câmara dos Deputados),
que aprova o ato que outorga concessão à Fundação
Educativa e Cultural São Judas Tadeu para executar
serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins
exclusivamente educativos, na cidade de Itaúna, Estado
de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do
Congresso Nacional por meio de mensagem presiden-
cial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art.
223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de

1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 117, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2007.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 117, DE 2007 NA REUNIÃO DE 27/06/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

SÉRGIO ZAMBIASI

4. FRANCISCO DORNELLES

IDELI SALVATTI

5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GARIBALDI ALVES FILHO

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

JOSÉ AGRIPINO

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 22/11/2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
SERGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEÚ TUMA					HERÁCLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL				
JOSÉ AGRIPINO					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALÉO PAES				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/06/2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL 1988

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as universidades brasileiras;
- d) as fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As universidades e fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

PARECER Nº 599, DE 2007

Da Comissão De Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 123 de 2007 (nº 2.422/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Relatora: Senadora **Maria do Carmo Alves**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 123, de 2007 (nº 2.422, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do

art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem

instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 123, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 123, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2007.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 123, DE 2007 NA REUNIÃO DE 27/06/07
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

SÉRGIO ZAMBIASI

4. FRANCISCO DORNELLES

IDELI SALVATTI

5. FÁTIMA CLEIDE

PMDB

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GARIBALDI ALVES FILHO

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

CÍCERO LUCENA

JOSÉ AGRIPINO

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PDT

VAGO

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 123 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - PMDB					SUPLENTE - PMDB				
VALDIR RAUPP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	ROMERO JUCA	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)					SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)				
DEMÓSTENES TORRES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	ELISEU RESENDE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA					HERÁCLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL				
JOSÉ AGRIPINO					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALEO PAES				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
(VAGO)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	(VAGO)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: ~ ABS: ~ AUTOR: ~ PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 22/06/2007

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 62, de 2007**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 12, 67, 70, 87, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 103, 104, 105, 111, 117 e 123, de 2007**.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. nº 62/2007 – CCT

Brasília, 27 de junho de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nºs 12, 67, 70, 87, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 103, 104, 105, 111, 117, 123 de 2007.

Atenciosamente, – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2007

Insere o art. 2º-D na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e acrescenta o inciso VIII ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para que parte dos recursos do FAT seja destinada às operações do Fies.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-D:

“Art. 2º-D. A qualificação profissional a que se refere o art. 2º abrange cursos de educação superior, devendo ser dirigidos recursos do FAT às operações do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para que o trabalhador pague encargos educacionais no ensino superior privado.”

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 2º

VIII – recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

..... (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor sessenta dias a contar da data de sua publicação.

Justificação

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, objetiva combater o desemprego em duas frentes. A primeira, de natureza emergencial, apóia o desempregado mediante remuneração provisória e iniciativas de qualificação e recolocação. A segunda, de natureza preventiva, fomenta a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

As principais ações de emprego financiadas com recursos do FAT vinculam-se a duas linhas de programas: a do Seguro-Desemprego e a de Geração de Emprego e Renda.

O Programa do Seguro-Desemprego compreende: o benefício do seguro-desemprego, que assegura assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em decorrência de dispensa sem justa causa; a intermediação de mão-de-obra, que procura recolocar o trabalhador no mercado de trabalho, de modo ágil e sem ônus, para reduzir os custos e o tempo de espera de empregados e empregadores; e a qualificação e a requalificação profissional, que capacitam trabalhadores, de forma a promover sua inserção e reinserção profissional.

O projeto de lei que ora apresento considera como de qualificação profissional os cursos de educação superior, uma vez que eles permitem a capacitação do trabalhador em nível mais elevado, o que contribui para sua melhor inserção no mercado de trabalho.

A pertinência dessa proposta é reforçada, ademais, pelas dificuldades de acesso à educação superior no Brasil, haja vista o crescente aumento da demanda escolar e os obstáculos que se interpõem às aspirações de prosseguir os estudos dos jovens que concluem o ensino médio. Se, há vinte anos, o número de concluintes do ensino médio mal atingia 600 mil, formam-se, atualmente, nesse nível de ensino, cerca de 2 milhões de estudantes por ano. Além disso, tem crescido a percepção social do valor da educação superior para a realização pessoal e para assegurar melhores condições de colocação profissional.

O atendimento do cada vez mais expressivo contingente de alunos que tentam estudos de nível superior é feito, sobretudo, pela rede particular. Segundo o Cen-

so da Educação Superior de 2005, enquanto as matrículas de graduação nas instituições públicas atingiam 1,2 milhão, na rede privada chegavam a 3,3 milhões. Na verdade, muitos alunos são levados a abandonar os estudos, ou nem mesmo tentam o ingresso na educação superior, devido às dificuldades de arcar com os custos das anuidades cobradas pelas instituições particulares, as quais, há anos, tem operado, em seu conjunto, com capacidade ociosa.

Desse modo, a parcela de brasileiros entre 18 e 24 anos com acesso à educação superior situa-se, atualmente, na ordem de 12%, o que é consideravelmente baixo, em especial se comparado com a situação de países de nível semelhante de desenvolvimento. Parece longe, assim, a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação, em 2001, de atingir o índice de 30%, até 2011.

Entre as medidas instituídas pela União para favorecer o acesso ao ensino superior, deve-se destacar o sistema de financiamento educativo, criado há pouco mais de trinta anos e, desde 1999, denominado Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), regido pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Apesar de ter permitido que significativo contingente de estudantes concluisse seus cursos de graduação – atualmente, quase 400 mil estudantes são beneficiados pelo Fies –, esse sistema tem sido marcado pela insuficiência de atendimento e pelas altas taxas de inadimplência.

Por sua vez, são, também, bastante limitadas as possibilidades de ampliação da rede federal de universidades e do atendimento do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Desse modo, torna-se urgente a adoção de novas medidas, entre as quais deve constar o uso de recursos do FAT para o financiamento, no âmbito do Fies, de encargos educacionais na rede privada de ensino superior, no contexto do conceito de qualificação profissional do trabalhador.

Essa medida cumpre ressaltar, está sintonizada com a reformulação das normas do Fies, que tende a aumentar a demanda pelos financiamentos, tornando ainda mais insatisfatórias suas fontes, compostas, basicamente, por recursos do Tesouro, por parte dos prêmios das loterias e pelo ressarcimento dos próprios empréstimos.

Todas essas razões levam-me a solicitar a meus Pares o apoio para a transformação deste projeto em lei.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. – Senador **Wilson Matos**.

(*Às Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, DE 2007

Institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (ENAMEB).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Exame Nacional do Magistério da Educação Básica (ENAMEB), com o objetivo de avaliar o desempenho dos docentes de educação básica das instituições de ensino públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Art. 2º O Enameb será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Art. 3º O Enameb aferirá o desempenho dos docentes no exercício efetivo do magistério, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados às realidades brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

Art. 4º O Enameb será aplicado no final de cada período de cinco anos, de forma que sejam avaliados em anos sucessivos:

I – docentes da educação infantil;

II – docentes dos anos iniciais do ensino fundamental;

III – docentes dos anos finais do ensino fundamental;

IV – docentes do ensino médio; e

V – docentes da educação de jovens e adultos e da educação especial.

Art. 5º A aplicação do Enameb será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos professores e suas condições de trabalho, com o fim de melhor compreender seus resultados.

Parágrafo único. Na divulgação dos resultados da avaliação é vedada a identificação dos documentos examinados, devendo o resultado individual ser fornecido exclusivamente ao docente, por meio de documento específico.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Desde a década de 1990, o Ministério da Educação tem criado e aperfeiçoado formas de Informação e avaliação do ensino em todo o País. Atualmente, temos o Censo Escolar, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como instrumentos gerais de análise da educação básica brasileira.

Temos também os exames aplicados diretamente aos estudantes: a Prova Brasil, componente do Saeb, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a recém-instituída Provinha Brasil.

Lembramos que o processo de ensino-aprendizagem envolve dois pólos: o professor e o aluno. Estranhamente, no Brasil, ao avaliarmos a educação, esquecemos do docente.

Por isso, propomos a criação de exame que, denominado Exame Nacional do Magistério da Educação Básica (ENAMEB), avalie, a cada cinco anos, os professores dos diversos níveis da educação básica. O projeto, a ser regulamentado pelo Poder Executivo Federal, permitirá verificar as dificuldades enfrentadas pelos professores na sala de aula, assim como avaliar suas habilidades pedagógicas e seus conhecimentos gerais.

A partir dos dados obtidos, poderão ser traçadas metas objetivas para o aperfeiçoamento e a reciclagem dos docentes, corrigindo falhas existentes nos sistemas de ensino.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. – Senador **Wilson Matos**.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, DE 2007

Institui o Programa Permanente Biblioteca da Escola – PPBE, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Permanente Biblioteca da Escola – PPBE, com o objetivo de distribuir, anualmente, obras e demais materiais de apoio à prática educativa às instituições públicas de educação básica de todo o País.

Parágrafo único. Serão beneficiadas pelo programa as escolas mencionadas no **caput** deste artigo, cadastradas no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, relativo ao ano imediatamente anterior ao da distribuição dos livros.

Art. 2º Os acervos distribuídos no âmbito do PPBE às escolas serão compostos por obras de referência, obras literárias, obras de pesquisa e por outros materiais relativos ao currículo nas áreas de Ciências

Humanas e suas tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias e linguagens, Códigos e suas tecnologias, com vistas a:

I – democratizar o acesso às fontes de informação, ao fomento a leitura e à formação de alunos e professores leitores; e

II – propiciar apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional dos docentes.

Parágrafo único. O acervo citado no **caput** deste artigo deverá ser atualizado, no mínimo, anualmente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Todos sabemos da importância da leitura no processo de aprendizagem. Infelizmente, também somos conhecedores das dificuldades enfrentadas por professores e alunos que se vêem numa realidade de raras bibliotecas e, na grande maioria das vezes, de acervos ultrapassados.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, os brasileiros não lêem nem dois livros por ano, enquanto os franceses lêem sete, e os americanos e os ingleses, cinco. Além disso, mesmo com a ampliação de bibliotecas públicas pelo Programa Nacional do Livro e Leitura – PNLL, há ainda cerca de 600 municípios onde a população não é assistida.

Outras iniciativas, tais como o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, e o Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio – PNBEM, são válidas, no entanto, devem ser permanentes. Por isso, concluímos por apresentar esta proposição de forma que haja um Programa Permanente Biblioteca da Escola – PPBE, de caráter ininterrupto e livre das mudanças de prioridades que ocorrem a cada novo governo ou alteração de ministro da Educação.

Além da vantagem de ampliar as possibilidades de leitura para estudantes e professores, o programa permitirá o incremento e a atualização anual dos acervos das bibliotecas escolares. Cabe também frisar que o projeto prevê a distribuição de obras de referência, literárias, de pesquisa, assim como outros materiais relativos aos currículos das diversas etapas da educação básica.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007, – Senador **Wilson Matos**.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 405, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Buritis, no Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Buritis, no município de mesmo nome, no Estado de Rondônia, bem como os respectivos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Buritis oferecerá cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada de trabalhadores, com o objetivo de atender as necessidades regionais de desenvolvimento da agropecuária e do manejo florestal.

Art. 3º A instalação da escola a ser instituída em decorrência desta lei dependerá da prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Justificação

O Município de Buritis, esta localizado no Centro-Oeste do Estado de Rondônia e tem quase 45 mil habitantes.

O crescimento da população é expressivo, pois o fluxo migratório é crescente, situação que continua exigindo dos Poderes Públicos a constante ampliação de oferta de vagas nas escolas.

A criação da Escola Técnica Federal de Buritis permitirá o atendimento da demanda da região e do Estado por mão-de-obra especializada para desenvolvimento da agropecuária e do manejo florestal, duas das principais riquezas da economia rondoniense. Ademais, é urgente que se tornem medidas para garantir aos jovens formação profissional adequada, para que estes possam garantir o progresso contínuo de nosso País.

Em face do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação do Projeto de Lei que ora justificamos.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. – Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB e da Maioria.

(À Comissão de Educação, – Decisão Terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 406, DE 2007**

**Autoriza o Poder Executivo a criar a
Escola Técnica Federal de Rolim de Moura,
no Estado de Rondônia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Rolim de Moura, no município do mesmo nome, no Estado de Rondônia, bem como os respectivos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Rolim de Moura oferecerá cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada de trabalhadores, com o objetivo de atender as necessidades regionais de desenvolvimento da agropecuária e do manejo florestal.

Art. 3º A instalação da escola a ser instituída em decorrência desta lei dependerá da prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Justificação

Rolim de Moura é um importante pólo regional com aproximadamente 12 municípios em sua volta, sendo a cidade mais populosa e economicamente ativa do que chamam Zona da Mata Rondoniense, com uma população de cerca de 50 mil habitantes e área de 1.458km².

O aumento da população é expressivo, pois o fluxo migratório é crescente, devido à grande faixa de terras de boa qualidade, à diversidade de estabelecimentos comerciais, industriais e à facilidade de acesso, situação que continua exigindo dos poderes públicos a constante ampliação de oferta de vagas nas escolas.

A criação da Escola Técnica Federal de Rolim de Moura permitirá o atendimento da demanda da região e do Estado por mão-de-obra especializada para desenvolvimento da agropecuária e do manejo florestal, duas das principais riquezas da economia rondoniense. Ademais, é urgente que se tomem medidas para garantir aos jovens formação profissional adequada, para que estes possam garantir o progresso contínuo de Rondônia e de nosso País.

Em face do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação do projeto de lei que ora justificamos.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. – **Valdir Raupp**, Líder do PMDB e da Maioria.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 407, DE 2007**

**Autoriza o Poder Executivo a criar a
Escola Técnica Federal de São Miguel do
Guaporé, no Estado de Rondônia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de São Miguel do Guaporé, no município do mesmo nome, no Estado de Rondônia, bem como os respectivos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de São Miguel do Guaporé oferecerá cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada de trabalhadores, com o objetivo de atender as necessidades regionais de desenvolvimento da agropecuária e do manejo florestal.

Art. 3º A instalação da escola a ser instituída em decorrência desta lei dependerá da prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Justificação

São Miguel do Guaporé é um importante pólo regional, com uma população de cerca de 32 mil habitantes e área de 7.814km².

A criação da Escola Técnica Federal de São Miguel do Guaporé permitirá o atendimento da demanda da região e do Estado por mão-de-obra especializada para desenvolvimento da agropecuária e do manejo florestal, duas das principais riquezas da economia rondoniense. Ademais, é urgente que se tomem medidas para garantir aos jovens dos municípios mais distantes do Estado, acesso a uma formação profissional adequada para que estes possam garantir o progresso contínuo de nosso País.

Em face do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação do Projeto de Lei que ora justificamos.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. – **Valdir Raupp**, Líder do PMDB e da Maioria.

(À Comissão de Educação, – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 408, DE 2007**

**Autoriza o Poder Executivo a criar a
Escola Técnica Federal de Cacoal, no Es-
tado de Rondônia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Cacoal, no Município de mesmo nome, no Estado de Rondônia, bem como os respectivos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Cacoal oferecerá cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada de trabalhadores, com o objetivo de atender as necessidades regionais de desenvolvimento da agropecuária e do manejo florestal.

Art. 3º A instalação da escola a ser instituída em decorrência desta lei dependerá da prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Justificação

O Município de Cacoal, está localizado no centro-leste do Estado de Rondônia e tem quase 73 mil habitantes.

Sua prosperidade e expansão econômica se destaca frente aos outros municípios da região. O crescimento da população é expressivo, pois o fluxo migratório é crescente, situação que continua exigindo dos poderes públicos a constante ampliação de oferta de vagas nas escolas.

A criação da Escola Técnica Federal de Cacoal permitirá o atendimento da demanda da região e do Estado por mão-de-obra especializada para desenvolvimento da agropecuária, do comércio e da indústria, visando a agregação de valor ao que o município produz. Ademais, é urgente que se tomem medidas para garantir aos jovens formação profissional adequada, para que estes possam garantir o progresso contínuo de nosso País.

Em face do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação do projeto de lei que ora justificamos.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. – Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB e da Maioria.

(À Comissão de Educação, em Decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 409, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ariquemes, no Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Ariquemes, no município de mesmo nome, no Estado de Rondônia, bem como os respectivos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Ariquemes oferecerá cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada de trabalhadores, com o objetivo de atender às necessidades regionais de desenvolvimento da agropecuária e do manejo florestal.

Art. 3º A instalação da escola a ser instituída em decorrência desta lei dependerá da prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Justificação

Ariquemes é um importante pólo regional com aproximadamente nove municípios em sua volta. Município da região leste do estado, distante 198km da Capital, Porto Velho, Ariquemes tem quase 75 mil habitantes.

O aumento da população é expressivo, pois o fluxo migratório é crescente, devido à diversidade de estabelecimentos comerciais, industriais e à facilidade de acesso, situação que continua exigindo dos poderes públicos a constante ampliação de oferta de vagas nas escolas.

A criação da Escola Técnica Federal de Ariquemes permitirá o atendimento da demanda da região e do estado por mão-de-obra especializada para desenvolvimento da agropecuária e do manejo florestal, duas das principais riquezas da economia rondoniense. Ademais, é urgente que se tomem medidas para garantir aos jovens formação profissional adequada e que estes possam contribuir para o progresso contínuo de Rondônia e de nosso País.

Em face do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação do projeto de lei que ora justificamos.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. – Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB e da Maioria.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 410, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Vilhena, no Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Vilhena, no município de mesmo nome, no Estado de Rondônia, bem como os respectivos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Vilhena oferecerá cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada de trabalhadores, com o objetivo de atender as necessidades regionais de desenvolvimento da agropecuária e do manejo florestal.

Art. 3º A instalação da escola a ser instituída em decorrência desta lei dependerá da prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Justificação

Vilhena é conhecida como Portal da Amazônia por estar situada no local de entrada para a região amazônica ocidental. Sua população é estimada em mais de 65 mil habitantes.

A criação da Escola Técnica Federal de Vilhena permitirá o atendimento da demanda da região e do Estado por mão-de-obra especializada para desenvolvimento da agropecuária e do manejo florestal, duas das principais riquezas da economia rondoniense. Ademais, é urgente que se tomem medidas para garantir aos jovens dos municípios mais distantes do Estado, acesso a uma formação profissional adequada para que estes possam garantir o progresso contínuo de nosso País.

Em face do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação do projeto de lei que ora justificamos.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. _ Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB e da Maioria.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, DE 2007

Institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido do inciso seguinte:

“Art. 2º

XVII – adoção de normas de utilização de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas nas construções, públicas e privadas, em toda a área de influência do Município.(NR)”

Art. 2º Inclua-se na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, o seguinte artigo:

“Art. 13-A. Os edifícios de uso coletivo somente poderão ser construídos com recursos do Sistema Financeiro da Habitação se contiverem previsão de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas.”

Art. 3º As edificações coleta, armazenamento e utilização águas servidas no prazo de 360 dias a partir da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Na impossibilidade técnica de implantação de sistemas dessa natureza, devidamente comprovada perante os órgãos competentes, as edificações existentes deverão, no prazo estabelecido no **caput**, implementar medidas de compensação pelo uso de água, que contemplem, entre outras, metas de redução do consumo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

Justificação

Submetemos à apreciação de nossos Pares esta proposição legislativa, que tem por objeto estimular a implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas.

Embora o Brasil possua 12% da água doce disponível no planeta, a oferta não é uniforme no território nacional. A maior parcela dos recursos hídricos encontra-se na região Norte, distante dos centros urbanos que concentram a maioria da população brasileira e que estão, historicamente, localizados na faixa litorânea. Já não é incomum a falta de água nas grandes cidades, pela conjugação de fatores como o consumo intensivo e a baixa disponibilidade hídrica, devida, entre outras causas, à poluição dos mananciais.

As perspectivas futuras são ainda mais sombrias. Se nada for feito, o contínuo aumento da demanda, associado ao crescimento estimado da população, em especial a urbana, levará a situações cada vez mais freqüentes de estresse hídrico. Esse quadro certamente agravará as já sofridas condições de vida do povo brasileiro. Desse modo, como para todos os recursos ambientais escassos, é preciso estabelecer estratégias de redução, reuso e reciclagem para otimizar o dispêndio da água.

É nesse contexto que se insere a presente iniciativa. O aproveitamento, por exemplo, de águas pluviais para a conservação e limpeza de prédios e de águas servidas para o acionamento de descargas sanitárias reduz drasticamente o consumo de água tratada, tendo como conseqüências positivas, entre outras, auxiliar na conservação dos recursos hídricos, desafogar os sistemas de tratamento de água e reduzir o escoamento superficial nas redes de drenagem urbana, prevenindo enchentes.

Contamos com o apoio dos nossos Pares para a aprovação deste projeto de lei, que, em nosso entendimento, constitui importante iniciativa do Senado Federal, no sentido de promover ações de conservação da disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade adequadas para as presentes e futuras gerações.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. _ Senador **Marcelo Crivella**.

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001**Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;

d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;

e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

f) a deterioração das áreas urbanizadas;

g) a poluição e a degradação ambiental;

VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do município e do território sob sua área de influência;

VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do município e do território sob sua área de influência;

IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

XV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964**Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.**

Art. 13 A partir do 3º ano da aplicação da presente lei, o Banco Nacional da Habitação poderá alterar os critérios de distribuição das aplicações previstas nos artigos anteriores.

Art. 14. Os adquirentes de habitações financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação contratarão

seguro de vida de renda temporária, que integrará, obrigatoriamente, o contrato de financiamento, nas condições fixadas pelo Banco Nacional da Habitação. (Vide Medida Provisória nº 2.197-43, de 24-8-2001)

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Seridó Potiguar, por desmembramento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal do Seridó Potiguar (UFSE), com sede e foro no município de Caicó, por desmembramento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Parágrafo único. Os **campi** da UFRN localizados nas cidades de Caicó e Currais Novos passam a integrar a Ufse.

Art. 2º A Ufse terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º Para efeito da atribuição prevista no **caput** do art. 1º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado, ainda, a:

I – criar os cargos de direção e funções gratificadas necessários à instituição da Ufse;

II – dispor sobre a organização, competências, atribuições, denominação das unidades e cargos, suas especificações, funções, funcionamento e sobre o processo de implantação da Ufse;

III – lotar na Ufse, mediante criação, transferência de cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal da UFRN e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, aqueles que se fizerem necessários ao funcionamento da entidade.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A democratização do acesso à educação superior, por meio da expansão da rede pública, a ampliação do investimento em ciência e tecnologia e a inclusão social, são objetivos centrais do Governo Federal e foco do debate sobre a reforma universitária.

Nesse contexto, o desmembramento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com a consequente criação de nova universidade pública, localizada

numa das regiões mais representativas do semi-árido nordestino, atenderá não só a esses propósitos, como também à demanda de uma região com economia e cultura peculiares.

Por quase duzentos anos, a atividade pecuária e a produção de algodão de fibra longa, considerada uma das melhores do mundo, estiveram no cerne da economia da região do Seridó. Entretanto, os avanços tecnológicos no setor têxtil, marcados atualmente pelo uso intensivo de fibras sintéticas, acabaram por inviabilizar a economia algodoeira. Com isso, a região do Seridó seguiu o padrão nacional brasileiro de urbanização acelerada e abandono do campo por grandes parcelas da população. Na cidade, portanto, habita, hoje, a maior parte da população regional. Os dois principais pólos, Caicó e Currais Novos, concentram quase a metade do povo do Seridó.

Motivado por essa nova realidade, o Seridó tem-se esforçado por criar e experimentar novas alternativas econômicas, algumas até bem-sucedidas. Mas é certo que o desenvolvimento regional exige a implantação de um sistema universitário comprometido, mormente na área de pesquisa, com as necessidades da região, de modo a propiciar a formação de pessoal qualificado para o enfrentamento racional e sustentável dos problemas locais.

A base para a concretização da nova universidade, que se espera “nova” também, na forma de relacionamento e integração com a sociedade, pode ser encontrada no próprio Centro de Educação Superior do Seridó. Essa unidade da universidade Federal do Rio Grande do Norte, que tem prestado relevantes serviços à região, potencializará, uma vez evoluindo para a condição de instituição autônoma, a geração de novos conhecimentos científicos e tecnológicos voltados para a realidade local. Como consequências da atuação de uma instituição em tais moldes, espera-se o desenvolvimento e a qualificação do ensino, em todos os níveis, a dinamização da economia local e, sobretudo, a prosperidade e a melhoria de vida de uma parcela significativa da população potiguar.

É, portanto, baseada na premente necessidade de uma instituição universitária autônoma na região, que já conta com infra-estrutura consolidada para tanto, e amparada na política de interiorização e descentralização do Ministério da Educação, manifesta pela criação de diversas novas instituições em condições semelhantes à da região, que sugerimos a criação da Universidade Federal do Seridó Potiguar (UFSE) e contamos com o apoio dos nobres colegas desta Casa para sua aprovação.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. – Senadora **Rosalba Ciarlini**.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 413, DE 2007**Acrescenta parágrafo ao art. 944 da Lei nº 10.406, de 2002, para incluir a previsão das funções compensatória, preventiva e punitiva da indenização.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 944 da Lei nº 10.406, de 2002, passa a vigorar acrescido do parágrafo segundo, renumerando-se o atual parágrafo único para parágrafo primeiro, nos seguintes termos:

“Art. 944.

§ 1º Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização.

§ 2º A indenização atenderá as funções compensatória, preventiva e punitiva.”

..... (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Embora a jurisprudência e a doutrina pátrias reconheçam as diferentes dimensões funcionais da indenização, convém explicitá-las, mormente no que tange à possibilidade de aplicação da indenização na sua dimensão punitiva.

A jurisprudência pátria acolhe, como dito, a função punitiva da indenização, o que demonstra que não há, na iniciativa legislativa, nenhuma novidade que exacerbe a inteligência corrente do ordenamento jurídico. (Resp 183508/RJ; Resp 1998/0055614-1 - Sávio Teixeira - DJ 10.06.2002 p. 212; Resp 575023/RS 2003 - Eliana Calmon; Resp 389879/MG 2001 - Sávio Teixeira; TJDF Ap. Civ. 2002 01 025244-6 5ª, T. Cível Julgado em 17/05/2004; TJDF Ap. Civ. 2002 015000925-1 3ª, T. Cível Julgado em 06/05/2002.)

Merece transcrição acórdão de relatoria da Ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de 2005, Resp 696850/RO: “**o valor do dano moral tem sido enfrentado no STJ com o escopo de atender a sua dupla função: reparar o dano visando minimizar a dor da vítima e punir o ofensor, para que não volte a reincidir**” (grifo nosso).

No campo doutrinário, um exemplo que merece transcrição é a lição de Maria Helena Diniz:

“Não se pode negar a sua função [da reparação pecuniária do dano moral]. a) penal ou punitiva constituindo uma sanção imposta ao ofensor, visando a diminuição de seu patrimônio, pela indenização paga ao ofendido, visto que o bem jurídico da pessoa – integridade física, moral e intelectual – não poderá ser viola-

do impunemente, subtraindo-se o seu ofensor às consequências de seu ato por não serem reparáveis; e b) satisfatória ou compensatória pois, como o dano moral constitui um menoscabo a interesses jurídicos extrapatrimoniais, provocando sentimentos que não têm preço, a reparação pecuniária visa proporcionar ao prejudicado uma satisfação que atenua a ofensa causada.” (O problema da liquidação do dano moral e dos critérios para a fixação do **quantum** indenizatório in *Atualidades Jurídicas*, 2, Maria Helena Diniz (coordenadora), São Paulo: Saraiva, 2000, p. 284, sem grifos).

A clarificação legal da hipótese de função indenizatória punitiva é desejável na perspectiva da segurança jurídica, permitindo previsibilidade semântico-textual da norma.

O foco da finalidade punitiva da reparação do dano moral é a pessoa do ofensor, ou seja, é o mecanismo de resposta do sistema jurídico voltado à sanção do agente causador do ato ilícito, e não mais a preocupação com a pessoa da vítima, que por seu lado tem a indenização com finalidade compensatória.

A Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça publicou estudo sobre os Juizados Especiais Cíveis em âmbito nacional, no qual se verifica que 94% dos usuários dos Juizados são pessoas físicas. (disponível em [http://www.mj.gov.br/reforma/pdf/publicacoes/Diagnóstico%20dos%20Juizados%20Especiais.pdf] em 16/05/07)

A principal reclamação levada aos juizados é relativa à relação de consumo. Enquadram-se neste tipo de matéria 37,2% dos processos analisados. Em alguns estados essa proporção atinge níveis bastante superiores. Em três capitais, por exemplo, tais índices atingem mais de cinquenta por cento. No Rio de Janeiro há 79% de lides oriundas de relações de consumo, em São Paulo 50,8% e em Belo Horizonte 55,3%. As empresas concessionárias de serviços públicos e as instituições financeiras aparecem como as principais reclamadas em todas as pesquisas sobre os Juizados Especiais.

As empresas reclamadas são, em grande medida, as conhecidas litigantes habituais. São empresas que, sustenta a doutrina jurídica, se utilizam da possibilidade de descumprir a legislação e posteriormente fazer acordos em juízo para o pagamento de valores indenizatórios aos consumidores como estratégia de mercado (André Gustavo Corrêa de Andrade – Indenização punitiva. *Revista da ABPI*, n. 85, p. 55-69, nov/dez 2006. Diogo Leandro Machado de Meio – Ainda sobre a função punitiva da reparação por danos morais: e a destinação de parte da indenização para entidades de fins sociais – art. 883, parágrafo único do Código Civil. *Revista de direito privado*, n. 26, p. 105-145, abr/jun. 2006. Vitor Fernandes Gonçalves – A punição na

responsabilidade civil: a indenização do dano moral e da lesão a interesses difusos. Brasília: Brasília Jurídica, 2005).

As empresas atuam, assim, na perspectiva do cumprimento das determinações legais se esta medida lhes for economicamente conveniente. A lei é tratada por tais empresas como mais um componente de custo e de risco em suas estratégias de *marketing*. Assim, se for lucrativo, segundo a lógica do *custo x benefício*, descumprir a legislação de defesa do consumidor, ou a legislação trabalhista, por exemplo, essas empresas não titubearão em assim agir. Faz-se necessário, portanto, prover os julgadores de um instrumento conceitual positivado que permita, com segurança, determinar o *quantum* indenizatório que realmente dissuada aqueles que lesam, por meio de reiterados descumprimentos de determinação legal, habitualmente os indivíduos e a coletividade.

O fenômeno dos litigantes habituais é exemplarmente descrito na doutrina jurídica em obra clássica de Capelletti & Garth sobre o tema. Os autores indicam que na concepção revolucionária do acesso à justiça, a atenção do processualista se amplia para uma visão tridimensional do direito. Sob essa nova perspectiva, o direito não é encarado apenas do ponto de vista dos seus produtores e do seu produto (as normas gerais e especiais), mas é encarado principalmente, pelo ângulo dos consumidores do direito e da justiça, enfim, sob o ponto de vista dos serviços processuais. (Mauro Capelletti & Bryant Garth – Acesso à justiça. Porto Alegre: Safe Editora, 2002)

Há no ordenamento pátrio, normas cíveis de caráter punitivo, o que elide qualquer dúvida quando ao cabimento desta tipologia regulatória. São exemplos os artigos 608, 773, 939 a 941, 953, 954, 1336, parágrafos primeiro e segundo do Código Civil e artigos 42, parágrafo único e 84, parágrafo 4º do Código de Defesa do Consumidor.

Por estes motivos, apresento a presente proposta legislativa esperando contar com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007. – Senador
Renato Casagrande.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

PARTE ESPECIAL

LIVRO I

Do Direito das obrigações

TÍTULO VI

Das Várias Espécies de Contrato

CAPÍTULO VII Da Prestação de Serviço

Art. 608. Aquele que aliciar pessoas obrigadas em contrato escrito a prestar serviço a outrem pagará a este a importância que ao prestador de serviço, pelo ajuste desfeito, houvesse de caber durante dois anos.

CAPÍTULO XV Do Seguro

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 773. O segurador que, ao tempo do contrato, sabe estar passado o risco de que o segurado se pretende cobrir, e, não obstante, expede a apólice, pagará em dobro o prêmio estipulado.

TÍTULO IX Da Responsabilidade Civil

CAPÍTULO I Da Obrigação de Indenizar

Art. 939. O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.

Art. 940. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

Art. 941. As penas previstas nos arts. 939 e 940 não se aplicarão quando o autor desistir da ação antes de contestada a lide, salvo ao réu o direito de haver indenização por algum prejuízo que prove ter sofrido.

CAPÍTULO II Da Indenização

Art. 953. A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido.

Parágrafo único. Se o ofendido não puder provar prejuízo material, caberá ao juiz fixar, equitativamente,

o valor da indenização, na conformidade das circunstâncias do caso.

Art. 954. A indenização por ofensa à liberdade pessoal consistirá no pagamento das perdas e danos que sobrevierem ao ofendido, e se este não puder provar prejuízo, tem aplicação o disposto no parágrafo único do artigo antecedente.

Parágrafo único. Consideram-se ofensivos da liberdade pessoal:

I – o cárcere privado;

II – a prisão por queixa ou denúncia falsa e de má-fé;

III – a prisão ilegal.

LIVRO III

Do Direito das coisas

TÍTULO III

Da Propriedade

CAPÍTULO VII

Do Condomínio Edifício

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 1.336. São deveres do condômino:

I – contribuir para as despesas do condomínio na proporção das suas frações ideais, salvo disposição em contrário na convenção; (Redação dada pela Lei nº 10.931, de 2004)

II – não realizar obras que comprometam a segurança da edificação;

III – não alterar a forma e a cor da fachada, das partes e esquadrias externas;

IV – dar às suas partes a mesma destinação que tem a edificação, e não as utilizar de maneira prejudicial ao sossego, salubridade e segurança dos possuidores, ou aos bons costumes.

§ 1º O condômino que não pagar a sua contribuição ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito.

§ 2º O condômino, que não cumprir qualquer dos deveres estabelecidos nos incisos II a IV, pagará a multa prevista no ato constitutivo ou na convenção, não podendo ela ser superior a cinco vezes o valor de suas contribuições mensais, independentemente das perdas e danos que se apurarem; não havendo disposição expressa, caberá à assembléia geral, por dois

terços no mínimo dos condôminos restantes, deliberar sobre a cobrança da multa.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências.

TÍTULO I

Dos Direitos do Consumidor

SEÇÃO V

Da Cobrança de Dívidas

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

TÍTULO III

Da Defesa do Consumidor em Juízo

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 84. Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do § 3º ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

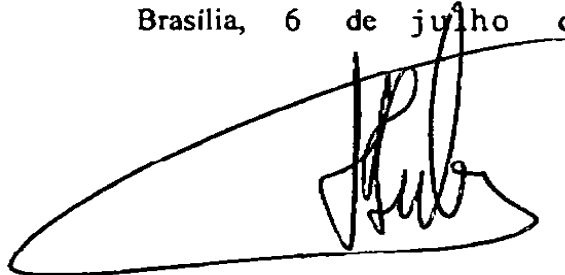
São lidas as seguintes:

MENSAGEM
Nº 109, DE 2007
(nº 467/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor ALFREDO LUIZ DE ALMEIDA CARDOSO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Brasília, 6 de julho de 2007.



CURRICULUM VITAE

Alfredo Luiz de Almeida Cardoso

C.R.M.: 5245440-0

Rua: Fernando de Magalhães, 49 Casa – Jardim Botânico – Rio de Janeiro

Cep 22460-210

Telefone residencial (21) 2239-7376

Telefone comercial (21) 2105-0345/0352

Celular (21) 9889 9664

DADOS PESSOAIS:

Nascimento - 15 de maio de 1963

Local de Nascimento – Petrópolis/RJ

Nacionalidade – Brasileira

Filiação – Segisfredo Cardoso e Minerva Almeida Cardoso

Estado Civil – Divorciado

Identidade – 0494 3529-0 Instituto Félix Pacheco – RJ

CPF – 735. 105. 647 –15

FORMAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA:

Primeiro Grau no Colégio Padre Correa – Correias, Petrópolis, RJ – 1969 a 1976.

Segundo Grau - O primeiro e segundo anos cursados no Centro de Ensino Integrado de Petrópolis, atual Pedro II, nos anos de 1977 e 1978. O terceiro ano no Colégio Werneck, em 1979, Petrópolis, RJ.

FORMAÇÃO MÉDICA:

Formado em 1985 pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense – Niterói RJ.

Médico Especialista em Clínica Médica por conclusão da Residência Médica no período de março/89 a fevereiro/91, no Hospital Naval Marcílio Dias – Rio de Janeiro (RJ).

Médico Especialista de Terapia Intensiva por aprovação em Prova Nacional aplicada pela AMIB em 1994.

Pós Graduação em Administração – MBA EXECUTIVO pela Coppead – UFRJ – 1999.

Especialista em Regulação de Mercados – George Washington University – 2005

Bases do Cooperativismo – Universidade da Cooperativa de Mondragon – Espanha -2005

ATIVIDADES PROFISSIONAIS:

1986 – 1987 – Médico do CTI do Hospital de Clínicas de Ipanema – Rio de Janeiro

1986 – 1987 - Médico Assistente do Serviço de Clínica Médica do Hospital Naval Marcílio Dias

1986 – 1987 – Médico Plantonista do CTI do Hospital Naval Marcílio Dias

1987 – 1988 – Encarregado da Divisão de Saúde do Navio de Transportes de Tropas Custódio de Melo – responsável pelo atendimento médico, ações preventivas, controle epidemiológico, planejamento e execução de operações navais (no que tange à área de saúde), planejamento de aquisições de materiais e medicamentos para toda Força de Apoio (cerca de 15 navios)

1989 – 1991 – Médico do Hospital Naval Marcílio Dias

1990 – 1991 – Chefe do CTI do Hospital de Clínicas de Niterói (RJ) – responsável pela gerência técnico administrativa de uma unidade de terapia intensiva de 14 leitos.

1991 – Médico Assistente do CTI do Hospital Naval Marcílio Dias

1991 – 1994 – Chefe de Clínicas do Hospital Mário Lioni (Duque de Caxias – RJ) – responsável pela montagem e gerência técnico administrativa dos serviços de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica e Terapia Intensiva

- 1992 – 1993** – Assistente da Divisão da Saúde do Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) – um dos responsáveis pela atenção à Saúde de cerca de 4.000 homens, além da gerência administrativa de toda divisão.
- 1994 – 1995** – Diretor do Hospital de Clínicas Mário Lioni – responsável pela gestão técnico administrativa de um Hospital de 80 (oitenta) leitos.
- 1995** – Diretor da Rede de Centros Médicos ESHO – responsável pela gestão técnico administrativa de nove ambulatórios que realizam em média 30.000 consultas e 10.000 procedimentos /mês.
- 1995 – 1996** – Superintendente da Empresa de Serviços Hospitalares (ESHO) do Grupo Amil - responsável pela gestão técnico administrativa de toda Empresa que engloba 03 Hospitais, 09 ambulatórios, 35 postos de Atendimento dentro de Empresas e 01 Unidade Neonatal; pela política de pessoal de cerca de 1600 funcionários. Instituiu programa de Gestão pela Qualidade, desenvolveu e expandiu Informatização técnico administrativa ambulatorial e hospitalar, alterou forma de manuseio estoques. Atuou na formação médica (criação de curso de pós-graduação em Terapia Intensiva credenciado pela AMIB) e Administrativa, entre outras.
- 1997 – 2000** – Diretor Geral do Hospital Barra D’Or – Responsável pela implantação e operacionalização e gestão técnico administrativa de um Hospital de 140 leitos de alta complexidade.
- 2000 – 2002** - Diretor Geral do Hospital Copa D’Or – responsável pela implantação operacionalização e gestão técnico administrativa de um Hospital de 150 leitos de alta complexidade .
- 2002 – 2003** – Diretor Técnico da Gestal – Responsável Técnico da Gestal, empresa de Gestão Hospitalar do IHS (Associação do Icatu Participações, do IFC e do Grupo português José de Mello para projetos na área de Saúde). Responsável pela estruturação técnica da empresa e pela criação de um projeto de investimento em uma Rede de Hospitais de baixo custo.
- 2003 - 2004** - Diretor da Phoenix. Empresa de consultoria na área de processos técnicos administrativos de Hospitais e Operadoras de Saúde.
- 2004 –2007** - Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras – ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

ATIVIDADES ACADÊMICAS:

Monitor de Farmacologia

Acadêmico – Plantonista do Centro de Terapia Intensiva do Hospital do Andaraí

Acadêmico – Plantonista da Unidade de Emergência do Hospital

Universitário Antônio Pedro

Acadêmico – Plantonista da Unidade de Emergência do Hospital Municipal Souza Aguiar

APROVAÇÕES EM CONCURSOS:

Residência Médica do INAMPS (Clínica Médica) – 1986.

Corpo de Saúde da Marinha do Brasil (Clínica Médica) – 1986.

Prefeitura Municipal do rio de Janeiro (Clínica Médica) – 1986.

ATIVIDADES CIÊNTICAS:

Co Autor do Livro “Ventilação Mecânica” - Editora REVINTER

Co Autor do Livro “Drogas em Terapia Intensiva” - Editora REVINTER

PARTICIPAÇÃO EM JORNADAS, CURSOS E CONGRESSOS.

XXIV Congresso de Pneumologia e Tisiologia – Recife - 1986

XXV Congresso de Pneumologia e Tisiologia – Salvador - 1991

XXVI Congresso de Pneumologia e Tisiologia – Natal – 1992

IV Congresso Pan Ibero Americano de Terapia Intensiva – Rio de Janeiro – 1991

II Congresso Centro Sul de Terapia Intensiva – São Paulo – 1990

III Congresso Centro Sul de Terapia Intensiva – São Paulo – 1992

I Congresso Sudeste de Terapia Intensiva – Rio de Janeiro – 1992

VII congresso Mundial de Terapia Intensiva – Madrid – 1992

IX congresso Mundial de Medicina de Emergência e Desastre – Estocolmo – 1992

V Congresso Pan Ibero Americano de Terapia Intensiva – Lisboa 1994

XXVII Feira de Material e Equipamentos Hospitalares – Hospital – Hanover 93/95

Corpo Docente do Centro de Instrução Especializado da Aeronáutica ministrando instrução no CURSO de ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR – 1998/2000

Hospital Business – Rio de Janeiro – 1998

I Fórum de Hospitais Privados – Brasil Top Hospital – Brasília 2001

Saúde das Américas – Angra dos Reis – 2001

Hospital Strategy & Governance in LatinAmérica – Miami – 2001

II Fórum Nacional de Hospitais P’rivados – São Paulo – 2001

Gestão do Negócio Saúde – Salvador – 2002

III Fórum Nacional de Hospitais Privados – São Paulo – 2002

IV Fórum Jurídico UNIDAS – Brasília - DF – 2005

Seminário – Estudos em Métodos Quantitativos Aplicados à Defesa da concorrência e a Regulação Econômica – SDE/IPEA/ANPEC – Brasília –DF - 2005

8º Simpósio de Planos de Saúde – ABRAMGE/SP – São Paulo – 2005

Missão Oficial do Governo Brasileiro. Visitas à OPA/OMS e Órgãos

Reguladores do Governo Americano – OPAS – Washington – 2005

I Simpósio Jurídico Fluminense sobre Saúde Suplementar – Unimed São Gonçalo – Niterói – 2005

Seminário a ANS e as Perspectivas das Operadoras Unimed – Brasília-DF - 2005

ADH'2005 – Congresso Nacional de Administração Hospitalar – São Camilo – São Paulo – 2005

Seminário “O Crescimento do Mercado de Saúde no Brasil – BRITCHAM – São Paulo – 2005.

Encontro com a Federação das UNIMEDs do Vale do Paraíba – Pindamonhagaba/SP – 2005

XXII Simpósio das Unimeds do Estado de São Paulo – SUESP – 2005

II Congresso Brasileiro de Planos de Saúde “Equilíbrio no Sistema de Saúde Suplementar – CMB + FESEHF – São Paulo – 2005.

Seminário: Os Planos de Saúde e os Consumidores – IDEC – São Paulo – 2005

Seminário: A ANS, o Poder Judiciário e o Ministério Público: Fundamentos e Desafios na Regulação da Saúde Suplementar – Brasília-DF – 2005

XV SUERJ – Simpósio das Unimed's do Estado do Rio de Janeiro – Clube Méd/RJ – 2005

Saúde Business – SINDHRIO – Comandatuba/Bahia – 2005

Workshop – “O Novo cenário da Saúde Suplementar no Brasil” – “A Evolução da Medicina Preventiva e Promoção à Saúde no Brasil” – IQPC – São Paulo-2005

Grupo G3 – Fórum de Debates “ Saúde – Um benefício na UTI?” – São Paulo – 2005

35ª Convenção Nacional Unimed Foz do Iguaçu – Foz do Iguaçu – 2005

I Congresso Saúde do Paraná – Saúde Suplementar (monitoramento.

Estrutura, papel dos Planos de Saúde, qualidade das Operadoras, relação Usuário/Operadora - Paraná – 2005

I Evento de Seguros e Resseguros – “ Regulação do Setor de Seguro Saúde no Brasil” – São Paulo – 2005

AHMG – “Linha de financiamento para o Setor Hospitalar Privado via BID e outros” – Minas Gerais-BH – 2005

Simpósio Internacional sobre Gestão em Saúde “O sistema de Saúde que temos e o que desejamos” – Rio de Janeiro – 2005

Câmara de Saúde suplementar – Brasília-DF – 2005

IBMEC/SP – Palestra no Curso MBA Saúde do HIAE – Ibemec-SP – São Paulo – 2005

Seminário “Produtos para a Saúde: Mercados e Regulação – Brasília /DF – 2005

IFC – International Health Conference – Private Health Care in Emerging Markets – The Financing – 2005

Workshop – “O Cenário Atual da Saúde Suplementar no Brasil: Regulação, Desafios e Perspectivas do Setor” – IQPC – São Paulo- 2006

Workshop – ABRAMGE/SP “Principais dificuldades das Operadoras junto à ANS – São Paulo – 2006

Workshop – Unimed Federação do Mato Grosso – Pantanal/Cuiabá/MT – 2006.

Fórum Mundial de Alta Performance – São Paulo – 2006.

IBC – “A Saúde Suplementar Atual – conflitos, cenários e tendências” – São Paulo – 2006.

Evento UNIDAS “Cartelização na Saúde Suplementar” – Brasília-DF – 2006.

Evento Unimed Belém “Cenário Atual – Saúde Suplementar – “A visão da ANS” – Belém – 2006.

Workshop – Ampliação do Mercado de Saúde Suplementar – Rio de Janeiro- 2006.

Workshop IBC “As razões da Exigência de tantas Normas” – São Paulo – 2006.

Evento Unimed Petrópolis – “O mercado de Planos de Saúde sob a ótica da ANS” – Petrópolis/RJ – 2006.

15º Seminário Nacional Jurídico, Contábil e Atuarial do Sistema Unimed “Principais desafios da DIOPE na Regulamentação dos Planos de Saúde” – Florianópolis-SC – 2006

HOSPITALAR “Reflexões sobre um novo Modelo” – São Paulo – 2006.

Evento SINO “Visão do Órgão Regulador” – São Paulo – 2006.

XXIII Simpósio Unimed – SUESP – Atibaia – São Paulo – 2006.

Gestão Empresarial – INSEAD – Fontainebleau – França – 2006

Integrated Health Care Experience – Kaiser Permanente – Oakland – Califórnia - 2006

IFC – International Health Conference – Private Health Care in Emerging Markets – Evolution or Revolution? – Washington DC - 2007

IDIOMA:

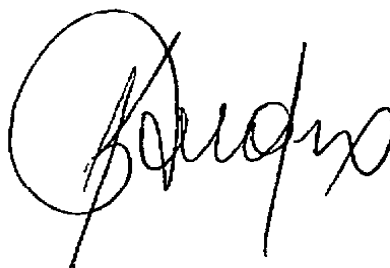
Inglês – Nível Intermediário

Cultura Inglesa (1976 – 1980)

English for you – (1994 – 95 - 96)

Berlitz (2002 – 03 – 04- 05)

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2007



Aviso nº 622 - C. Civil.

Brasília, 6 de julho de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALFREDO LUIZ DE ALMEIDA CARDOSO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Assuntos Sociais)

MENSAGEM Nº 110, DE 2007

(Nº 468/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea
f, da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº

9.961, de 28 de janeiro de 2000, submeto à apreciação
de Vossas Excelências o nome do Senhor Hesio de
Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de Diretor
da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Brasília, 6 de julho de 2007. **Luiz Inácio Lula
da Silva.**

☐ Dados Pessoais

Nome	Hesio de Albuquerque Cordeiro
Nome em citações bibliográficas	CORDEIRO, H. A.
Sexo	masculino
Filiação	Aylton Cordeiro e Yette de Almeida e Albuquerque Cordeiro
Nascimento	21/05/1942 - Juiz de Fora/MG - Brasil
Carteira de Identidade	52114867 cremerj - RJ - 08/08/1966
CPF	02488094749
Endereço residencial	Av.Viscode de Albuquerque, 1136 apt.403 Leblon - Rio de Janeiro 22450000, RJ - Brasil Telefone: 21 25122773 URL da home page: http://
Endereço profissional	Universidade Estácio de Sá, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Curso de Medicina Rua do Riachuelo, 27 Lapa - Rio de Janeiro 20230-010, RJ - Brasil Telefone: 21 32316135 URL da home page: http://www.estacio.br
Endereço eletrônico	e-mail para contato : hesio@estacio.br e-mail alternativo : hesio.rlk@terra.com.br

☒ Formação Acadêmica/Titulação

	1978
1974 - 1978	Orientador: Maria Andrea Loyola Leblond <i>Palavras-chave: medicamentos, industria farmaceutica, serviços de saúde</i> <i>Setores de atividade : Saúde humana</i>
	Mestrado em Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil
1974 - 1978	Título: Padrões de Consumo de Medicamentos, Orientador: Maria Andrea Loyola Leblond <i>Palavras-chave: medicamentos, uso de serviços de saúde</i> <i>Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva</i> <i>Setores de atividade : Saúde humana</i>
	Especialização - Residência médica. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil
1966 - 1967	Título: Clínica Médica Bolsista do(a): Universidade do Estado do Rio de Janeiro <i>Palavras-chave: medicina interna, clinica médica</i> <i>Áreas do conhecimento : Clínica Médica, Reumatologia</i> <i>Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas</i>
1960 - 1965	Graduação em Faculdade de Ciências Médicas Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil
1969 - 1970	Aperfeiçoamento em Community Medicine em Kentucky University, KU, Estados Unidos Título: sem monografia Orientador: não se aplica Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
1969 - 1970	Aperfeiçoamento em English As a Second Language Kentucky University, KU, Estados Unidos Título: sem monografia Orientador: não se aplica
1971 - 1971	Aperfeiçoamento em Filosofia da Ciência. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

☐ Atuação profissional

1. Conselho Nacional de Educação - CNE

**Vínculo
institucional**

1996 - 1999 Vínculo: Outro , Enquadramento funcional: Conselheiro , Carga horária: 0, Regime: Parcial
Outras informações:
Conselheiro do CNE nomeado pelo Presidente da Republica

Atividades

02/1996 - 12/1999 Conselhos, Comissões e Consultoria, Conselho Nacional de Educação

*Especificação:
presidente e conselheiro*

02/1996 - 12/1997 Direção e Administração, Conselho Nacional de Educação

*Cargos Ocupados:
conselheiro*

2. Fundação Cesgranrio - CESGRANRIO

Vínculo institucional

1996 - Atual Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: consultor , Carga horária: 10, Regime: Parcial
Outras informações:
Consultoria em avaliação de saúde, certificação profissional e projetos do sistema único de saúde.

Atividades

05/1996 - Atual Conselhos, Comissões e Consultoria, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro

*Especificação:
coordenador de saúde*

06/1996 - 10/2002 Serviço Técnico Especializado, Coordenação de Saúde, Rio de Janeiro

*Especificação:
Consortio Brasileiro de Acreditação em Serviços de Saúde*

06/1996 - 06/1998 Serviço Técnico Especializado, Coordenação de Saúde, Rio de Janeiro

*Especificação:
Saúde na Escola*

07/1996 - Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro

Linhas de Pesquisa:

*avaliação de saúde , organização do sistema único de saúde ,
certificação profissional*

06/1999 -
12/2003

Serviço Técnico Especializado, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro

Especificação:

Gestão do Sistema Nacional de Auditoria do SUS

3. Ministério da Previdência e Assistência Social Inamps - MPAS/INAMPS

Vínculo institucional

1985 - 1988

Vínculo: Servidor público ou celetista , Enquadramento funcional:
Presidente , Carga horária: 40, Regime: Integral

Atividades

05/1985 -
03/1988

Direção e Administração, Presidência, Direção Geral

Cargos Ocupados:

Presidente

4. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Vínculo institucional

1967 - 1971

Vínculo: Servidor público ou celetista , Enquadramento funcional:
médico , Carga horária: 40, Regime: Integral
Outras informações:
assistência médica no Hospital Universitário

1968 - 1971

Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: medico , Carga
horária: 24, Regime: Parcial

1971 - 1978

Vínculo: Servidor público ou celetista , Enquadramento funcional:
auxiliar de ensino , Carga horária: 40, Regime: Integral

1971 - 1978

Vínculo: Servidor público ou celetista , Enquadramento funcional:
auxiliar de ensino , Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
ensino e assistência no Hospital Universitário

1978 - 1982

Vínculo: Servidor público ou celetista , Enquadramento funcional:
professor assistente , Carga horária: 40, Regime: Integral
Outras informações:
ensino e pesquisa em saude coletiva

1982 - 1996

Vínculo: Servidor público ou celetista , Enquadramento funcional:
professor adjunto , Carga horária: 40, Regime: Integral

AS

2000 - 2002 Vínculo: Professor visitante , Enquadramento funcional: professor adjunto , Carga horária: 40, Regime: Integral

Atividades

01/1971 -
12/1978 Graduação, Faculdade de Ciências Médicas

Disciplinas Ministradas:
Fundamentos de Saúde da Comunidade , Ciências do Comportamento Humano

01/1974 -
01/1992 Graduação, Faculdade de Ciências Médicas

Disciplinas Ministradas:
Medicina Social , Fundamentos de Saude da Comunidade , Ciências do Comportamento Humano

01/1974 -
12/1995 Pós-graduação, Saúde Coletiva

Disciplinas Ministradas:
Políticas de Saúde , Análise comparada de sistemas de saúde

01/1974 -
12/1976 Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Biomédico, Departamento de Planejamento e Administração em Saúde

Linhas de Pesquisa:
Utilização de Serviços de Saúde , Consumo de Medicamentos

01/1976 -
12/1980 Outra atividade técnico-científica, Centro Biomédico, Departamento de Planejamento e Administração em Saúde

Especificação:
supervisão de biblioteca

01/1978 -
12/1984 Extensão Universitária, Centro Biomédico, Departamento de Planejamento e Administração em Saúde

Especificação:
internato rural

01/1979 -
12/1984 Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Biomédico, Departamento de Planejamento e Administração em Saúde

Linhas de Pesquisa:
Empresas Médicas , Industria Farmacêutica-produção e consumo de medicamentos

01/1982 -
12/1983 Direção e Administração, Centro Biomédico, Departamento de Planejamento e Administração em Saúde

Cargos Ocupados:
Coordenador de curso

05/1982 -
05/1996 Pós-graduação, Saúde Coletiva

*Disciplinas Ministradas:**Políticas de Saúde , Saúde e Sociedade*

01/1984 - Direção e Administração, Centro Biomédico, Departamento de
12/1984 Planejamento e Administração em Saúde

*Cargos Ocupados:**Diretor de unidade*

01/1990 - Treinamento, Centro Biomédico, Departamento de Planejamento e
12/1992 Administração em Saúde

*Especificação:**capacitação de dirigentes municipais de saúde*

01/1992 - Direção e Administração, Centro Biomédico, Departamento de
12/1995 Planejamento e Administração em Saúde

*Cargos Ocupados:**Reitor da universidade*

06/2000 - Pesquisa e Desenvolvimento
12/2001

*Linhas de Pesquisa:**Estado e Políticas de Saúde , Gestão de Recursos Humanos em Saúde , Avaliação de Serviços de Saúde*

5. Universidade Estácio de Sá - UNESA

**Vínculo
institucional**

2000 - 2006 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: diretor , Carga horária:
40, Regime: Integral

2002 - Atual Vínculo: coordenador , Enquadramento funcional: professor auxiliar ,
Carga horária: 40, Regime: Integral

2004 - Atual Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: coordenador do
Mestrado em Saúde da Família , Carga horária: 40, Regime: Integral
Outras informações:
professor da Disciplina Práticas de saúde da Família

Atividades

04/2001 - Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Centro de Ciências Biológicas e da
Saúde, Curso de Medicina

*Linhas de Pesquisa:**Saúde da Família , Educação Médica , Estado e Políticas de Saúde , Recursos Humanos em Saúde*

04/2002 - Direção e Administração, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde,
08/2006 Curso de Medicina

- Cargos Ocupados:*
Diretor de unidade
- 03/2005 - Atual Conselhos, Comissões e Consultoria, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Curso de Medicina
- Especificação:*
Membro de conselho
- 04/2005 - Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Mestrado Profissionalizante de Saúde da Família
- Linhas de Pesquisa:*
coordenação do curso e de pesquisa financiada pelo, CNPq ,
Organização, gestão e avaliação dos serviços básicos de saúde
- 04/2005 - Atual Projetos de pesquisa, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Mestrado Profissionalizante de Saúde da Família
- Participação em projetos:*
Avaliação da estratégia da saúde da família em dois municípios da área metropolitana do Rio de Janeiro
- 04/2005 - Atual Pós-graduação, Mestrado Profissionalizante em Saúde da Família
- Disciplinas Ministradas:*
Orientação de dissertação , Práticas em Saúde da Família

☐ Linhas de pesquisa

8. coordenação do curso e de pesquisa financiada pelo, CNPq
- Objetivos:
- Educação Médica
- Objetivos: Estudar e propor estratégia para a qualificação de com formação geral e capacitados a desenvolver a prática na forma atualizada e humanista
9. *Palavras-chave: Competências médicas, educação continuada, Educação das profissões da saúde, Educação Médica, educação permanente, ensino de pós-graduação sensu lato*
- Áreas do conhecimento : Educação Médica, Administração, Planejamento de Saúde, Saúde Pública*
- Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão*
- Estado e Políticas de Saúde

- Objetivos: Contribuir para a formulação de políticas de saúde consolidem o SUS como política de Estado e desenvolva sistemas locais de saúde com resolubilidade e qualidade
 10. *Palavras-chave: Atenção Básica, avaliação, avaliação de serviços de saúde, capacitação de profissionais de saúde, certificação profissional, complexo médico-industrial*
Áreas do conhecimento : Administração e Planejamento de Saúde, Saúde Pública, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão
 Organização, gestão e avaliação dos serviços básicos de saúde
- Objetivos: Estudar os processos de organização, gestão e avaliação de sistemas de saúde com ênfase no SUS e na atenção básica de saúde da família com o objetivo de aprimorar o desempenho e a qualidade das práticas de cuidados de saúde
 11. *Palavras-chave: acreditação, aprimoramento da qualidade, Atenção Básica, atenção primária de saúde, avaliação de serviços de saúde, necessidades de saúde*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Medicina
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão
 Recursos Humanos em Saúde
- Objetivos: formação e qualificação de pessoal de saúde
 12. *Palavras-chave: atenção primária de saúde, Competências, diretrizes curriculares, educação médica, formação do pessoal de saúde, Medicina Social*
Áreas do conhecimento : Administração e Planejamento de Saúde, Saúde Pública, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão
 Saúde da Família
- Objetivos: Desenvolvimento do mestrado profissional em saúde da família visando o aprimoramento da estratégia da saúde da família
 13. *Palavras-chave: saúde da família, aprimoramento da qualidade, Atenção Básica, capacitação de profissionais de saúde, Competências, Educação das profissões da saúde*
Áreas do conhecimento : Saúde Pública, Saúde da Família, Administração e Planejamento de Saúde
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
 avaliação de saúde
14. **Objetivos:**
 certificação profissional
15. **Objetivos:**
 organização do sistema único de saúde
16. **Objetivos:**

☐ Projetos

2005 - 2007

Avaliação da estratégia da saúde da família em dois municípios da área metropolitana do Rio de Janeiro

Descrição: Trata-se da avaliação do desempenho de unidades de saúde da família em duas áreas do Rio de Janeiro em Duque de Caxias para verificar o desempenho nas áreas de cuidados para a prevenção da violência familiar, prevenção da cegueira nas crianças menores de seis anos, comunicação e educação nas relações entre profissionais de saúde e usuários do PSF, saúde da mulher, prevenção da gravidez na adolescência, prevenção da osteoporose no climatério, sistema de referência e contrareferência, estratégias de controle de hanseníase a partir do controle de casos diagnosticados.

Situação: Em Andamento Natureza: Pesquisa

Alunos envolvidos: Mestrado profissionalizante (2);

Integrantes: Hesio de Albuquerque Cordeiro (Responsável); Claudia Leite Moraes; Haroldo José de Matos; Arlindo José Freire Portes; Adriana Cavalcanti de Aquiar; Carlos Gonçalves Serra; Paulo Henrique de Almeida Rodrigues; Luiz Guilherme Pessoa da Silva; Marilene Cabral do Nascimento; Ricardo José de Oliveira e Silva

Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, Universidade Estácio de Sá-UNESA

Número de produções C,T & A: 6/ Número de orientações: 3;

☐ Áreas de atuação

1. Gestão Em Saúde Coletiva
2. Medicina Preventiva
3. Clínica Médica
4. Saúde Pública
5. Saúde da Família

☐ Idiomas

Inglês	Compreende Bem , Fala Razoavelmente, Escreve Razoavelmente, Lê Bem
Espanhol	Compreende Bem , Fala Bem, Escreve Razoavelmente, Lê Bem
Francês	Compreende Razoavelmente , Fala Pouco, Escreve Pouco, Lê Bem
Português	Compreende Bem , Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem

☐ Prêmios e Títulos

1994	MEMBRO DE HONOR, Instituto Superior de Ciências y Te Nucleares de Cuba
1994	Membro de Honra da Cátedra de Meio Ambiente, Instituto Si de Ciencias y Tecnologias Nucleares da Republica de Cuba
1992	Acadêmico, Academia Brasileira de Ciências Economicas, P Sociais
1992	Título Benemérito do G.R.E.S. Unidos de Vila Kennwedy, G Unidos de Vila Kennedy
1991	Amigo da ASAPREV, Associação de Aposentados e Pensioi Previdência Social no Rio de Janeiro
1990	Homenagem da Fundação Oswaldo Cruz por ocasião da fund Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz
1990	Medalha Amilcar Barca Pellon, Governo do Estado do Ceará
1990	Professor Honoris Causa, Escola Nacional de saúde Pública/FIOCRUZ
1989	Cidadão Maricaense, Camara Municipal de Maricá
1987	Medalha do Mérito Marechal Floriano Peixoto, Governo do I Alagoas
1987	Membro de Honra, Centro de Estudos Dr.Oscar Rudge do HTO/INAMPS
1987	Menção Honrosa, Confederação das Misericórdias do Brasil/Federação das Misericórdias do estado de São Paulo
1987	Socio Benemérito, Sociedade de Beneficiência Hospita Umb
1986	Comendador da Ordem do Mérito Policial, Governo do Estac de Janeiro
1985	Honra ao Mérito da Universidade Federal de Santa Catarina, Universitário da UFSC
1972	Primeiro Lugar na Banca de Medicina Social, Associação de Estudantes de Medicina do Estado da Guanabara
1972	Primeiro Lugar na Banca de Pneumologia, Associação de Est de Medicina do Estado da Guanabara
1968	Medalha de Prata por melhor trabalho em Medicina, I Congr Saúde Escolar da Guanabara

☐ Produção em C, T & A

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. PEREIRA, A. T. S., CAMPELO, A. C. F. S., CUNHA, F. S., NORONHA, J. C., CORDEIRO, H. A., DAIN, S., PEREIRA, T. R.
A Sustentabilidade Economico-financeirano Proesf em municipios do Amapá, Maranhão,Pará e Tocantins. *Ciência & Saúde Coletiva.* , v.11, p.607 - 620, 2006.
Palavras-chave: Atenção Básica, cuidados básicos de saúde, Estado e políticas de saúde, saúde coletiva, saúde da família
Áreas do conhecimento : Saude da Familia,Saúde Pública,Administração e Planejamento de Saúde
Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Cuidado à saúde das pessoas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
2. CORDEIRO, H. A.
O Instituto de Medicina Social e a Luta pela Reforma Sanitária: contribuição à história do SUS. *PHYSIS Revista de Saúde Coletiva.* , v.14, p.343 - 362, 2005.
Palavras-chave: Reforma Sanitária, Equidade, Sistema Único de Saúde, Pesquisa em Saúde Coletiva, Estado e Mercado, Medicina Social
Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva,Medicina Preventiva,Saúde da Família
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Políticas, planejamento e gestão em saúde, Cuidado à saúde das populações humanas
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Trabalho apresentado nas comemorações dos 30 anos do Programa de Pósgraduação do IMS
3. CORDEIRO, H. A., ROMANO, V., FRANCO, E.
Certificação e recertificação do pessoal de saúde:uma etapa nas prioridades do SUS.. *Ensaio Avaliação de Políticas Públicas Em Educação.* , v.12, p.547 - 563, 2004.
Palavras-chave: certificação, profissionais de saúde, educação permanente, sistema único de saude
Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva,Medicina Preventiva,Saúde da Família
Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde, Cuidado à saúde das populações humanas, Educação superior
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, Home page: www.cesgranrio.org.br
Esta relacionado a Linha de pesquisa Organização, gestão e Avaliação de Serviços básicos de saúde
4. AGUIAR, A., CORDEIRO, H. A.
Integração horizontal e vertical no currículo médico no contexto das novas diretrizes curriculares-o curso de Medicina da Universidade Estacio de Sá. *Revista Brasileira de Educação Médica.* , v.28, p.50 - 60, 2004.
Palavras-chave: educação médica, inovações curriculares, integração de disciplinas, diretrizes curriculares, saistema único de saúde
Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva,Medicina Preventiva,Saúde da Família
Setores de atividade : Educação superior, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- CORDEIRO, H. A.
Seguridade Social: mudanças estruturais necessárias parana sustentabilidade do financiamento do SUS, da previdencia e da assistencia social.. *Olho Mágico.* , v.10,

p.15 - 16, 2003.

Palavras-chave: seguridade social, Sistema Único de Saúde, previdência social, assistência social, políticas públicas

Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família

5.

Setores de atividade : Serviços coletivos prestados pela administração pública na esfera da seguridade social, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Acreditação de Serviços de Saúde- controversias, perspectivas e tendências para o aprimoramento da qualidade. Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação. , v.8, p.113 - 123, 2001.

6. *Palavras-chave: acreditação, sistema de saúde, avaliação*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CAMPOS, F. E., FERREIRA, J. R., FUERWERKER, L., SENA, R. R., CAMPOS, J. J. B., CORDEIRO, H. A., CORDONI JR, L.

Caminhos para Aproximar a Formação de Profissionais de Saúde das Necessidades da Atenção Básica.. Revista Brasileira de Educação Médica. , v.25, p.53 - 59, 2001.

Palavras-chave: educação médica, Atenção Básica, Inovações Curriculares em Medicina, Profissionais de Saúde, Diretrizes Curriculares em formação de profissio

7.

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Educação, Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Descentralização, universalidade e equidade nas reformas de saúde. Ciência e Saúde Coletiva. , v.6, p.319 - 328, 2001.

8. *Palavras-chave: sistema unico de saúde, Equidade, descentralização*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

O PSF como Estratégia de Mudança do Modelo Assistencial do SUS. Cadernos de Saúde da Família. , v.1, p.10 - 15, 1996.

Palavras-chave: saude da família, Sistema Único de Saúde, modelo assistencial em saúde, políticas de saúde

9.

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Futuro da Universidade: Sucata Cultural?. Boletim da Uerj. , p.87 - 89, 1984.

10. *Palavras-chave: universidade, crise universitária, educação superior*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Educação

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

O Futuro da Universidade : Sucata cultural?. Boletim da Uerj. , v.183, p.87 - 89, 1984.

11. *Palavras-chave: universidade, cultura, avaliação universitária*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Educação superior

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

A Medicina de Grupo e o Complexo Médico-industrial. Revista Brasileira de Administração Pública. , v.17, p.22 - 27, 1983.

12. *Palavras-chave: empresas medicas, complexo médico-industrial, assalariamento medico, Estado e políticas de saúde*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

MAGALDI, C., CORDEIRO, H. A.

Estado Atual do Ensino e da Pesquisa em Saúde Coletiva no Brasil. Ensino da Saúde Pública Medicina Preventiva e Social no Brasil. , v.2, p.17 - 36, 1983.

13. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*

Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde, Cuidado à saúde das populações humanas, Educação superior

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

MAGALDI, C., CORDEIRO, H. A.

Estado Atual do Ensino e Pesquisa em Saúde Coletiva no Brasil. Revista da Abrasco. , v.2, p.17 - 36, 1983.

14. *Palavras-chave: ensino de medicina social, Pesquisa em Saúde Coletiva, educação médica*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Educação, Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Para que serve o medicamento além de curar?. Medicina Cultura e Ciência. , v.1, p.15 - 17, 1983.

15. *Palavras-chave: empresas medicas, medicamentos, medicalização, industria da saúde, industri farmaceutica*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Para que Serve o Remédio além de Curar?. Revista da Associação Médica Brasileira. , v.1, p.15 - 17, 1983.

Palavras-chave: consumo de medicamentos, necessidades de saúde, medicamentos,

medicalização

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina

16. *Preventiva*

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

As Transformações da Prática Médica: medicina de grupo no Rio de Janeiro.

Revista Brasileira de Educação Médica. , v.6, p.153 - 161, 1982.

Palavras-chave: assalariamento medico, empresas medicas, industria da saúde,

17. *medicina de grupo*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina

Preventiva

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Empresas Médicas. Saúde em Debate. , v.14, p.22 - 31, 1982.

Palavras-chave: assalariamento medico, complexo médico-industrial, empresas medicas, Estado e políticas de saúde

18. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Empresas Médicas. Saúde em Debate. , v.14, p.22 - 31, 1982.

Palavras-chave: empresas medicas, industria da saúde, Medicina Social

19. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

MAGALDI, C., CORDEIRO, H. A.

Medicina Preventiva e Social; Saúde Publica. Avaliação e Perspectivas. , v.6, p.2 - 23, 1982.

Palavras-chave: Pesquisa em Saúde Coletiva, medicina preventiva e social, saúde pública

20. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*

Setores de atividade : Captação, tratamento e distribuição de água, limpeza urbana, esgoto e atividades conexas

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

A Prática Médica: uma questão de marketing?. Rev Bras Tecnologia. , v.12, p.49 - 51, 1981.

Palavras-chave: pratica médica, empresas medicas, industria da saúde

21. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*

Setores de atividade : Fabricação de produtos farmacêuticos, Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

La Política de Medicamentos en Brasil. Cuardenos Medicosociales. , v.12, p.23 - 30, 1980.

- Palavras-chave: consumo de medicamentos, industria da saúde, medicamentos*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
22. *Setores de atividade : Fabricação de produtos farmacêuticos, Saúde humana*
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- CORDEIRO, H. A., ZAVALLA, H.
Análisis de la Práctica Médica Actual en América Latina. Revista Centro América de Ciencias de La Salud. , v.13, p.111 - 131, 1979.
23. *Palavras-chave: prática médica, sistema de saúde*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- CORDEIRO, H. A.
Sistemas de Saúde: o Estado e a Democratização da Saúde. Revista Brasileira de Administração Pública. , v.13, p.39 - 62, 1979.
24. *Palavras-chave: empresas médicas, previdência social, Estado e políticas de saúde*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- CORDEIRO, H. A.
O Assalariamento Médico e de outras Profissões da Saúde. Rev do Instituto de Medicina Social. , v.1, p.3 - 15, 1978.
25. *Palavras-chave: assalariamento médico, mercado de trabalho, empresas médicas, profissões da saúde*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- QUADRA, A. A. F., CORDEIRO, H. A.
O Feitiço da Reforma Curriculares no Ensino Médico. Revista Brasileira de Educação Médica. , v.2, p.15 - 22, 1978.
26. *Palavras-chave: educação médica, reformas curriculares, currículo de medicina*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Saúde humana, Educação
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- OIGMAN, W., CORDEIRO, H. A., BENCHIMOL, A., QUADRA, A. A. F.
Abandono de Tratamento na Hipertensão Arterial. Arquivos Brasileiros de Cardiologia. , v.30, p.247 - 253, 1977.
27. *Palavras-chave: hipertensão arterial, abandono de tratamento*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- CORDEIRO, H. A.
Padrões de Consumo de Medicamentos. Revista Brasileira de Administração Pública. , v.11, p.33 - 40, 1977.
- Palavras-chave: consumo de medicamentos, medicamentos, avaliação em saúde,*

- indústria da saúde*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina
28. *Preventiva*
Setores de atividade : Fabricação de produtos farmacêuticos, Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- CORDEIRO, H. A.
Produção e Distribuição de Doenças. Rev Med Ci Soc. , v.84, 1977.
Palavras-chave: educação médica, ensino de ciencias socias em saúde
29. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina*
Preventiva
Setores de atividade : Educação, Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- CORDEIRO, H. A.
Programa de Tratamento Integral de Pacientes Crônicos do Hospital de Clínicas da UERJ-etapa diagnóstica. Revista de Saúde Pública. , v.11, p.19 - 33, 1977.
Palavras-chave: doenças crônicas, hospitalização redundante, avaliação em saúde
30. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina*
Preventiva
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- QUADRA, A. A. F., CORDEIRO, H. A.
Sistema Nacional de Saúde. Rev Medica. , v.6, p.28 - 32, 1977.
Palavras-chave: sistema de saúde, políticas de saúde
31. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina*
Preventiva
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- CORDEIRO, H. A., CORDEIRO, H. A.
Investigação clínico-epidemiológica de bacteriúria assintomática em escolares de nível primário no Estado da Guanabara. O Hospital. , v.78, p.1275 - 1288, 1976.
Palavras-chave: bacteriúrias, epidemiologia, infecção urinária, prevenção
32. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina*
Preventiva
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- SZKLO, M., NUNES, N. P., CORDEIRO, H. A.
Relatório das Favelas Mata-Machado, Bras de Pine-Pesquisa Médico Sanitária. Memórias da Ims Uerj. , v.1, p.4 - 24, 1976.
Palavras-chave: condições de vida, prevalência de doenças, favelas, saúde pública, Medicina Social
33. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina*
Preventiva
Setores de atividade : Serviços coletivos prestados pela administração pública na esfera da seguridade social, Cuidado à saúde das populações humanas, Desenvolvimento Urbano
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Pesquisa financiada pela Companhia Progresso da Guanabara (COPEG) tendo como vice-presidente o Embaixador Marcílio Marques Moreira
- ALOISIO, A., QUADRA, A. A. F., CORDEIRO, H. A., LANDMANN, J.
Apontamentos para um programa de Educação Médica Continuada no Estado do

- Rio de Janeiro. Revista Médica do Estado do Rio de Janeiro. , v.42, p.2444 - 246, 1975.
Palavras-chave: educação permanente, profissão médica, educação continuada
34. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- GASPAR, E. D., CORDEIRO, H. A.
Avaliação Preliminar do Serviço de Saúde Escolar na IXRA , Rio de Janeiro. Revista de Saúde Pública. , v.9, p.441 - 454, 1975.
35. *Palavras-chave: saúde escolar, prevenção, programação de saúde escolar*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Educação, Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- BELACIANO, M., LAZZARO, N., QUADRA, A. A. F., CORDEIRO, H. A.
Aspectos da Leptospitose Humana no Grande Rio. Boletim de la Oficina Sanitaria Panamericana. , v.77, p.122 - 134, 1974.
Palavras-chave: leptospitose humana
36. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*
Setores de atividade : Saúde humana, Captação, tratamento e distribuição de água, limpeza urbana, esgoto e atividades conexas
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- CORDEIRO, H. A.
Evaluación de un Curso de Ciencias Sociales Aplicadas a la Salud. Educ Med y Salud. , v.8, p.56 - 75, 1974.
37. *Palavras-chave: ciencias sociais, educação médica, avaliação*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Educação, Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- LUZ, T. P., CORDEIRO, H. A.
A Avaliação do Risco Fetal Mínimo-construção de um modelo de avaliação. Jornal Brasileiro de Ginecologia. , v.75, p.323 - 342, 1973.
Palavras-chave: risco fetal mínimo
38. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- LUZ, T. P., CORDEIRO, H. A.
A Importancia da Avaliação do Risco fetal. RBM - Revista Brasileira de Medicina. , v.30, p.24 - 30, 1973.
Palavras-chave: risco fetal
39. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- CORDEIRO, H. A., LUZ, T. P., REIS, A.

- A Importância da Avaliação do Risco Fetal. *Rev Bras Med.* , v.30, p.23 - 30, 1973.
Palavras-chave: risco fetal, medicina baseada em evidências, epidemiologia, mortalidade neonatal
40. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*
Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Cuidado à saúde das pessoas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- BELACIANO, M., LAZZARO, N., QUADRA, A. A. F., CORDEIRO, H. A.
Doença Diarreica Aguda (DDA) em crianças de 1 mes a 1 ano de idade residentes em Parintins, Amazonas. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical.* , v.7, p.185 - 237, 1973.
41. *Palavras-chave: diarreias, doença diarreica aguda*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- CORDEIRO, H. A., BUSTAMANTE, H., LUZ, T. P., SZKLO, M.
Tricomoniase e diagnóstico citológico da neoplasia intraepitelial do colo de útero. *Jornal Brasileiro de Ginecologia.* , v.74, p.301 - 302, 1972.
42. *Palavras-chave: colo uterino, prevenção do cancer, tricomoniase*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- CORDEIRO, H. A., SZKLO, M., QUADRA, A. A.
Epidemiologia da Raiva Humana na Guanabara. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical.* , v.5, p.193 - 202, 1971.
43. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- CORDEIRO, H. A., PABST, P. A.
Níveis de Bacteriúria e Avaliação de leucocitúria e bacteriorrópia pelo Gram como índices de infecção em escolares normais de ambos os sexos. *Hospital.* , v.78, p.477 - 490, 1970.
44. *Palavras-chave: bacteriúrias, leucocitúria, infecção urinária*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- CORDEIRO, H. A., RAFFUL, M., CAMPOS, A. R.
A Estrutura Dinâmica do Tecido Conjuntivo. *O Plantão.* , v.1, p.2 - 20, 1968.
Palavras-chave: tecido conjuntivo, colagenoses, fisiopatologia do colágeno
45. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro : Editora Rio, 2005, v.1. p.95.

Palavras-chave: Estado e Sistema Unico de Saúde, policas de saúde, Reforma Sanitária, saistema único de saúde, SUS

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva

1. *Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde*
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Seguda edição revista para a nova edição coleção Resumindo da Universidade Estacio de Sá. Corresponde a linha de pesquisa Organização, Gestao e Avaliação de serviços básicos de saúde

CORDEIRO, H. A.

Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro : Ayuri Ed/ABRASCO, 1991, v.3000. p.184.

Palavras-chave: políticas de saúde, empresas médicas, Estado e Sistema Unico de Saúde

2. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Estudo sobre a reforma sanitária no Brasil no período 1983 a 1988, relativo á implantação das ações integradas de saude, os sistemas unificados e descentralizados de saúde e o sistema único de saúde.

CORDEIRO, H. A.

As Empresas Médicas- as transformações capitalistas da prática médica. Rio de Janeiro : Graal, 1984, v.3000. p.174.

Palavras-chave: políticas de saúde, empresas médicas, medicina de grupo, previdência social

3. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Estudo sobre o desenvolvimento das medicinas e grupo, planos e seguros de saúde em relação às polílicas estatais de saúde. Projeto financiado pela FINEP.

CORDEIRO, H. A., MERCER, H.

La pratica Médica en America Latina. Santo Domingo : Universidade Autonoma de Santo Domingo, 1981, v.2000.

Palavras-chave: políticas de saúde, recursos humanos em saúde, ensino medico

4. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : República Dominicana/Espanhol. Meio de divulgação: Impresso

Análise de tendencias de formação de recursos humanos em saúde na America Latina

Capítulos de livros publicados

CORDEIRO, H. A.

A Escola Médica e o Novo Modelo de Cuidados de Saúde do SUS: Saúde da Família
In: A Educação Profissional em Saúde e a Realidade Social. 1 ed. Recife : Instituto Materno Infantil de Pernambuco, 2001, p. 87-120.

Palavras-chave: Educação das profissões da saúde, recursos humanos em saúde,

saúde da família

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina

1. *Preventiva*

Setores de atividade : Saúde humana, Educação

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

O Conceito de Necessidades de Saúde e as Políticas Sanitárias In: .1 ed. Rio de Janeiro : Fundação Oswaldo Cruz, 1997, v.1, p. 41-61.

Palavras-chave: necessidades de saúde, políticas sanitárias, utilização de serviços

2. *de saúde*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina

Preventiva

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

A Saúde nas Escolas In: O Novo Livro dos CIEPs-Carta 15.1 ed. Brasília : Senado Federal, 1995, v.2, p. 97-103.

Palavras-chave: escola de horário integral, saúde escolar, ciep

3.

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Educação, Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

JATENE, A., CORDEIRO, H. A., CASTILHO, E.

A Crise na Saúde e as Novas Formas de Abordagem para se Alcançar a Saúde para Todos In: Saúde para Todos -um Desafio no Final do Século.1 ed. Brasília : Organização Panamericana de Saúde, 1994, v.1, p. 54-60.

4. *Palavras-chave: sistema de saúde, políticas de saúde, saúde para todos*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A., MAGALDI, C.

Estado Atual do Ensino e da Pesquisa em Saúde Coletiva no Brasil In: Ensino de Saúde Pública, Medicina Preventiva e Social no Brasil.1 ed. Rio de Janeiro : ABRASCO, 1983, v.2, p. 17-36.

5. *Palavras-chave: pesquisa em saúde coletiva, ensino em saúde coletiva, saúde coletiva*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Políticas de Saúde no Brasil In: Saúde e Trabalho no Brasil.1 ed. Petropolis : Vozes, 1982, v.1, p. 81-90.

6. *Palavras-chave: políticas de saúde, sistema de saúde*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

A Industria Farmacêutica e Estratégias de Medicalização In: Saúde e Medicina no Brasil-contribuição para um debate.2a. ed.Rio de Janeiro : Graal, 1980, p. 259-296.
Palavras-chave: consumo de medicamentos, industria farmacêutica, Estado e políticas de saúde

7. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*
Setores de atividade : Fabricação de produtos farmacêuticos, Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Industria Farmacêutica e Estratégias de Medicalização In: Saúde e Medicina no Brasil.2 ed.Rio de Janeiro : Graal, 1980, v.1, p. 259-296.

8. *Palavras-chave: medicamentos, industria da saúde, medicalização*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

A Política de Medicamentos In: Saúde e Medicina no Brasil.1 ed.Rio de Janeiro : Graal, 1979, p. 253-280.

9. *Palavras-chave: complexo médico-industrial, consumo de medicamentos, Estado e políticas de saúde, industria farmacêutica*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Comunicações e Resumos Publicados em Anais de Congressos ou Periódicos (completo)

MIRANDA, A. T., CORDEIRO, H. A.

How do women evaluate the care provided by other gynelogs? A research into women's reference towards quality and safety in gynelogy care In: XVIII FIGO WORLD CONGRESS OF GYNECOLOGY AND OBSTETRICS, KUALA LAMPUR.

1. **Proceedings of the XVIII FIGO Wolrd Congress. , 2006.**
Palavras-chave: avaliação de serviços de saúde, direiros do paciente, educação continuada, qualidade em saúde, aprimoramento da qualidade
Áreas do conhecimento : Medicina, Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva
Setores de atividade : Saúde humana, Cuidado à saúde das populações humanas, Cuidado à saúde das pessoas
Referências adicionais : Malásia/Inglês. Meio de divulgação: Impresso

MIRANDA, A. T., CORDEIRO, H. A., NORONHA, J. C., SANTOS, M. M.

Risk and Safety in Health Crea: a research into doctors attitudes towards quality, risk and litigation In: ISQua Conference, Londres.

2. **Proceedings of ISQua Conference. Londres: , 2006.**
Palavras-chave: acreditação, avaliação em saúde, aprimoramento da qualidade, qualidade em saúde
Áreas do conhecimento : Medicina, Saúde Coletiva, Saúde Pública
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Saúde humana
Referências adicionais : Inglaterra/Inglês. Meio de divulgação: Impresso
Congresso internacional sôbre qualidade em saúde

CORDEIRO, H. A.

A formação do pessoal em saúde da família In: 1a.Jornada Científica da ABOPREV, 2004, Rio de Janeiro.

1a.Jornada científica online da Aboprev. Rio de Janeiro: Aboprev, 2004. p.1 - 10

Palavras-chave: Atenção Básica, saúde da família, pessoal de saúde, odontologia
Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da

3. *Família*

Setores de atividade : Educação superior, Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, Home page: <http://supercongresso.com.br/aboprev>

primeiro congresso científico online que dedicou um painel nacional sobre saúde da família

MIRANDA, A. T., CORDEIRO, H. A., CARNEIRO, M., NORONHA, J. C., TRAJANO, A.

What barriers do patients identify to share decisions? The case of hormone replacement therapy (HRT) In: ISQUA 2004 Congress, 2004, Amsterdam.

Annals., 2004.

4. *Palavras-chave: aprimoramento da qualidade, acreditação, avaliação de serviços de saúde, sistema unico de saúde*

Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família

Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde, Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

AGUIARCORREA, A., RODRIGUES, P. H., SERGIO, J., ALBUQUERQUE, C., MORAES, C. L., RAMALHO, A. M., CLEMENTE, M., COSTA, M. T., CORDEIRO, H. A.

O ensino da saúde coletiva à luz das novas diretrizes curriculares para a graduação em Medicina In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE SAUDE COLETIVA, 2003, BRASILIA.

5. **Ciência & Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro: Abrasco/Aberc, 2003. v.8. p.129 - 129

Palavras-chave: Atenção Básica, capacitação de profissionais de saúde, ensino médico, diretrizes curriculares

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Educação superior

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Estudo relativo às diretrizes curriculares no ensino da Medicina

CORDEIRO, H. A.

Perspectiva da Necessidade de Recursos Humanos para a Saúde In: I Seminário de Ensino de Pós-graduação sensu Lato em Pediatria no Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, 2003, Rio de Janeiro.

, 2003.

6. *Palavras-chave: ensino de pós-graduação, Pediatria, criança e adolescente, recursos humanos em saúde*

Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família

Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde, Cuidado à saúde das populações humanas, Educação superior

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Desafios para a Sustentabilidade das reformas Educacionais na Formação de Profissionais de Saúde In: IV Congresso da Rede Unida, 2001, Londrina. , 2001.

7. *Palavras-chave: ducação da profissões da saúde, inovações curriculares, reformas educacionais, diretrizes curriculares no ensino das profissões d*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva,Gestão Em Saúde Coletiva,Medicina Preventiva
Setores de atividade : Educação, Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Descentralização e equidade em saúde In: IV Congresso da Associação Latinoamericana de Medicina Social (ALAMES), 2001, Rio de Janeiro. , 2001.

8. *Palavras-chave: descentralização, Equidade, Estado e políticas de saúde*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva,Gestão Em Saúde Coletiva,Medicina Preventiva
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Emerging Health Problems on the Context of Urbanization.City Experiences:Rio de Janeiro In: Global Health Challenge: Emerging Problems on the Context of Urbanization, 1996, Kobe.

9. **The Global Health Challenge-Proceeding of a WHO Symposium-2000.** Word Health Organization, 1996. p.113 - 123
Palavras-chave: Estado e Sistema Unico de Saúde, urbanização, problemas de saúde
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva,Gestão Em Saúde Coletiva,Medicina Preventiva
Setores de atividade : Desenvolvimento Urbano, Saúde humana
Referências adicionais : Japão/Inglês. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Estratégias para a Educação em Saúde In: Anais do III Seminário de Educação para a Saúde, 1980, Rio de Janeiro.

- Anais do III Seminario dr Educação para a saúde,SESC, 27-31 de outubro de 1980.** SESC, 1980. p.1 - 12
10. *Palavras-chave: educação para a saúde, educação de profissionais de saúde, medicalização*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva,Gestão Em Saúde Coletiva,Medicina Preventiva
Setores de atividade : Educação, Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

A Pratica Médica na America Latina In: 10a.Conferância da União Latinoamericana de Faculdades e Escolas de Medicina, 1977, Santo Domingo.

11. **Anais da 10a.Conferância da União Latinoamericana de Faculdades e Escolas de Medicina.** Universidade Autonoma de Santo Domingo, 1977.
Palavras-chave: ensino medico, pratica medica
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva,Gestão Em Saúde Coletiva,Medicina Preventiva
Setores de atividade : Educação, Saúde humana

Referências adicionais : República Dominicana/Espanhol. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Residência e Medicina Social In: X Congresso de Residentes, 1966, São Paulo. . , 1966.

12. *Palavras-chave: Residência Médica, Medicina Social*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Comunicações e Resumos Publicados em Anais de Congressos ou Periódicos (resumo)

CORDEIRO, H. A., ROMANO, V., VERAS, R. P.

IMPACTO E RESULTADOS DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA In: Congresso de Clínica Médica do ,Estado do Rio ,de Janeiro, 2006, RIO DE JANEIRO.

CONGRESSO DE CLÍNICA MÉDICA DO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO. , 2006.

1. *Palavras-chave: Atenção Básica, atenção primária de saúde, Envelhecimento, DOENÇAS CRÔNICAS*
Áreas do conhecimento : Saúde da Família, Geriatria
Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Cuidado à saúde das pessoas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

CORDEIRO, H. A.

Manejo Clínico em Saúde da Família In: Seminário Internacional de Atenção Primária-saúde da família, Fortaleza.

Manejo Clínico da Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

2. *Palavras-chave: Atenção Básica, saúde da família, Sistema Único de Saúde, atenção primária de saúde*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Políticas, planejamento e gestão em saúde, Formação permanente e outras atividades de ensino, inclusive educação à distância e educação especial
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, Home page: [http://www.saude.gov.br/dab]

SALDANHA, C. R. M., Dell'Orto Van Eiken, E.B.B., CORDEIRO, H. A.

O Monitoramento da Hipertensão Arterial Sistêmica no Programa de Saúde da Família In: 8o Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva/11o Congresso Mundial de Saúde Pública, 2006

3. **8o Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro: ABRASCO, 2006.
Palavras-chave: Atenção Básica, saúde da família, atenção primária de saúde
Áreas do conhecimento : Clínica Médica, Saúde da Família, Saúde Pública
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

AGUIAR, A. C., CORDEIRO, H. A.

A Unidade de Saúde da Família da Universidade estadual de São Paulo como Cenário para Integração entre os Cursos de Medicina e Medicina Veterinária: uma abordagem multidisciplinar de sucesso In: XLIII Congresso Brasileiro de Educação Médica, 2005, NATAL.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA. Rio de Janeiro: ABEM, 2005. v.29. p.333 - 333

Palavras-chave: saúde da família, Atenção Básica, atenção primária de saúde, capacitação de profissionais de saúde, cuidados de saúde, Diretrizes Curriculares em formação de profissio

4. *Áreas do conhecimento : Saúde Pública*

Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Linha de pesquisa- educação médica e organização, gestão e avaliação de serviços básicos de saúde

CORDEIRO, H. A., CAMPOS, F. E.

Atenção Primária e a formação de pessoal, de saúde In: Seminário internacional de Atenção Primária, 2005, Belo Horizonte.

Atenção Primária nos Grandes Centros Urbanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

5. *Palavras-chave: Atenção Básica, atenção primária de saúde, avaliação de serviços de saúde, descentralização, diretrizes curriculares no ensino das profissões d*
Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Saúde da Família, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Cuidado à saúde das pessoas, Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

AGUIAR, A. C., CORDEIRO, H. A.

O Trabalho como Tema de Integração Horizontal no Currículo de Medicina In: XLIII Congresso brasileiro de Educação Médica, 2005, NATAL.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA. RIO DE JANEIRO: ABEM, 2005. v.29. p.334 - 334

Palavras-chave: capacitação de profissionais de saúde, Competências médicas, diretrizes curriculares no ensino das profissões d, Educação Médica, saúde da família

6. *Áreas do conhecimento : Educação Médica, Saúde Pública, Saúde da Família*

Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Cuidado à saúde das pessoas, Educação superior

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Linhas de pesquisa-Educação Médica- Organização, Gestão e Avaliação de serviços básicos de saúde

CORDEIRO, H. A., AGUIAR, A.

A Comissão de Ensino de Saúde da Família como Estratégia de Integração Curricular In: 6º Congresso Brasileiro de Medicina de Família & Comunidade, 2004, Rio de Janeiro.

Rev.Dig.Educ.Permanente Saúde. Rio, : , 2004. v.1. p.48 - 48

7. *Palavras-chave: saúde da família, educação médica, diretrizes curriculares de medicina*

Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família

Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Cuidado à saúde das pessoas, Educação superior

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

A formação de pessoal para a Saúde da Família In: Odontório, 2004, RIO DE

JANEIRO.

Anais do Odontorio. Rio de Janeiro: , 2004.

Palavras-chave: saúde da família, odontologia social, cuidados básicos de saúde, pessoal de saúde

8. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*

Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Políticas, planejamento e gestão em saúde, Educação superior

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A., AGUIAR, A.

Educação Permanente para Docentes de Medicina- a saúde da família como eixo curricular da graduação In: 6º Congresso Brasileiro de Medicina de Família & Comunidade, 2004, Rio de Janeiro.

Rev Dig.Educ.Permanente Saúde. Rio de Janeiro: , 2004. v.1. p.256 - 257

9. *Palavras-chave: Atenção Básica, educação da profissões da saúde, saúde da família, currículo de medicina, Competências, sistema unico de saúde*

Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família

Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Educação superior, Cuidado à saúde das pessoas

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A., AGUIAR, A., RIBEIRO, J. F.

Tutoria para a Consolidação da Formação geral do Médico In: XLI Congresso Brasileiro de Educação Médica, 2004, Florianópolis.

10. **Anais do XLI Congresso Brasileiro de Educação Médica.** , 2004.

Palavras-chave: Educação Médica, educação de profissionais de saúde

Áreas do conhecimento : Medicina Preventiva, Sociologia da Educação

Setores de atividade : Educação, Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro

CORDEIRO, H. A., AGUIAR, A. C., RIBEIRO, J. F.

Tutoria para a Consolidação da Formação Geral do Médico In: XLI Congresso Brasileiro de Educação Médica, 2003, Florianópolis.

Anais do XLI Congresso da ABEM. Rio de Janeiro: , 2003.

11. *Palavras-chave: educação da profissões da saúde, curriculum de medicina, escola médica, profissão médica, Competências médicas, educação continuada*

Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família

Setores de atividade : Educação superior, Cuidado à saúde das populações humanas

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Tutoria para a Consolidação da Formação Geral do Médico In: XLI Congresso Brasileiro de Educação Médica, 2003, Florianópolis.

Anais do XLI Congresso Brasileiro de Educação Médica (em publicação). , 2003.

12. *Palavras-chave: Competências, educação médica, tutoria, internato, medicina, avaliação*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Tutoria para alunos de Medicina como parte do curso médico e das atividades do internato em Medicina

AGUIARCORREA, A., RAMOS, L., ROMANO, V., FONSECA, L.,
 GONÇALVES, S., CORDEIRO, H. A.

Family Health and Medical Education at UNESA, Brazil In: International
 Conference on Challenges of Primary Care-Oriented Health Systems: innovations by
 Health Institutions, Health Professions and Health Services, 2001, Londrina.

International Conference on Challenges of Primary Care-Oriented Health

13. Systems. , 2001.

*Palavras-chave: educação médica, diretrizes curriculares, saúde da família,
 cuidados básicos de saúde*

*Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina
 Preventiva*

Setores de atividade : Educação, Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

13 anos de Reforma da Saúde no Brasil-10 anos do Programa de Desenvolvimento
 da Gestão em Saúde In: 13 anos de Reforma da Saúde no Brasil, 2001, Porto
 Alegre.

anais. Porto Alegre: , 2001.

**14. Palavras-chave: cuidados básicos de saúde, Estado e Sistema Único de Saúde,
 movimento sanitário**

*Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da
 Família*

*Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas,
 planejamento e gestão em saúde, Cuidado à saúde das pessoas*

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Artigos em jornal de notícias

CORDEIRO, H. A.

As condições crônicas como desafio da saúde urbana do século XXI. O DIA. RIO
 DE JANEIRO, p.14 - 14, 2006.

1. Áreas do conhecimento : Saúde Pública

*Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das
 populações humanas*

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

OS NOVOS RUMOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. O DIA. RIO DE JANEIRO,
 p.14 - 14, 2006.

2. Palavras-chave: escola médica

Áreas do conhecimento : Medicina

Setores de atividade : Educação superior

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

SAÚDE DA FAMÍLIA. O DIA. RIO DE JANEIRO, p.14 - 14, 2006.

3. Palavras-chave: Saúde da Família

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva

Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Conflito entre governos compromete serviços. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p.14 - 14, 2005.

Palavras-chave: saúde, sistema unico de saúde, crise da saúde no Rio de Janeiro, saúde em area metropolitana

4. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*
Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Discussão na imprensa da situação de saúde do Município do Rio de Janeiro

CORDEIRO, H. A.

Formação Cidadã. *O DIA*. Rio de Janeiro, p.24 - 24, 2005.

Palavras-chave: ensino superior, enade, avaliação

5. *Áreas do conhecimento : Medicina Preventiva, Saúde da Família, Saúde Coletiva*
Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Avaliação dos cursos, de Medicina

CORDEIRO, H. A.

Quem perde com a confusão da saúde no Rio. *O Globo*. Rio de Janeiro, p.15 - 15, 2005.

Palavras-chave: crise da saúde, saúde no Rio de Janeiro, SUS

6. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*
Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Discussão na imprensa sobre a crise da saúde no Rio de Janeiro

CORDEIRO, H. A.

A Universidade pode resgatar a cidadania. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p.7 - 7, 1991.

Palavras-chave: de pesquisa em saúde, universidade, Estado e políticas de saúde

7. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*
Setores de atividade : Educação superior, Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

O apoio à pesquisa. *O Dia*. Rio de Janeiro, p.7 - 7, 1991.

Palavras-chave: pesquisa, ciência a tecnologia, saúde

8. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*
Setores de atividade : Desenvolvimento de produtos tecnológicos voltados para a saúde humana, Educação superior
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Saúde na Baixada. *Jornal do Brasil*. , p.11 - 11, 1991.

Palavras-chave: políticas de saúde, Sistema Único de Saúde, cuidados básicos de saúde

9. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*
Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde, Cuidado à saúde das populações humanas

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Dengue ameaça. O Dia. Rio de Janeiro, p.11 - 11, 1990.

Palavras-chave: dengue, saúde pública

10. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*

Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Nem Sonho nem Cnfusão. Proposta-Jornal da Reforma Sanitáris Rdis. Radis-Fundação OswaldoCruz, v.22, p.8 - 8, 1990.

Palavras-chave: Gestão em Saúde, polílicas de saúde, Reforma Sanitária, Sistema

11. *Único de Saúde*

Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família

Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Tecnologia do Desperdício. O Globo. Rio de Janeiro, p.10 - 10, 1990.

Palavras-chave: ciência e tecnologia, pesquisa

12. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*

Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Brsil com Z. O Dia. Rio de Janeiro, p.14 - 14, 1989.

Palavras-chave: medicamentos, industri farmacêutica, complexo médico- industrail

13. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*

Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde, Desenvolvimento de produtos tecnológicos voltados para a saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Mortes Anunciadas. O Dia. Rio de Janeiro, p.9 - 9, 1989.

Palavras-chave: políticas de saúde, cuidados básicos de saúde, homicídios, violência

14. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*

Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Serviços coletivos prestados pela administração pública na esfera da defesa, Cuidado à saúde das populações humanas

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

O algoz do SUDS. O Dia. Rio de Janeiro, p.9 - 9, 1988.

Palavras-chave: constituição, sisytema único de saúde

15. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*

Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Liberdade e Mérito. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p.2 - , 1983.

Palavras-chave: universidade, educação superior

16. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*
Setores de atividade : Educação
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Demais produções bibliográficas

CORDEIRO, H. A.

A Medicina Chinesa. Revisão Técnica. Rio de Janeiro: Interciência, 1982. (Outra produção bibliográfica)

Palavras-chave: medicina chinesa

1. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Desenvolvimento Físico e Mental do Trabalhador-position paper. Relatório técnico. Salvador: Fundação Emilio Odebrecht, 1982. (Outra produção bibliográfica)
Palavras-chave: saúde ocupacional, saúde do trabalhador, desenvolvimento mental, desenvolvimento físico

2. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*
Setores de atividade : Desenvolvimento de produtos tecnológicos voltados para a saúde humana, Cuidado à saúde das pessoas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A., PBASTOS, M. C.

A Consulta Médica- importância da relação médico-paciente. Tradução de livros. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. (Outra produção bibliográfica)

Palavras-chave: relação medicopaciente, prática médica

3. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Produção Técnica

Trabalhos Técnicos

CORDEIRO, H. A., AGUIAR, A.

O Curso de Medicina no contexto da ampliação da área de saúde da universidade estacio de Sá, 2004

Palavras-chave: educação médica, Sistema Único de Saúde, formação do pessoal de saúde

1. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*
Setores de atividade : Educação superior, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, Home page: www.estacio.br

CORDEIRO, H. A., CUNHACRUZ, J., CLARO, L. B. L., UGÁ, M. A. D.,
NADANOSVSKY, P., TRAVASSOS, C., NORONHA, C. P., ALVES, M. G. M.,
ROSA, M. L. G.

Criação do Sistema de Indicadores de Desempenho das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, 2003

2.

Palavras-chave: saúde Suplementar, seguridade social, uso de serviços de saúde

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva

Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A., CORTES, L., PEREIRA, T. R., COSTA NETO, F., COSTA, E. S., AZEVEDO, M. T. L., MOURA, A. V., CHIYOSHI, F. Y., PASTORELO, E. F., MILLAN, P.

Modelo de Gestão do Sistema Nacional de Auditoria para o SUS, 2003

3.

Palavras-chave: Auditoria do SUS, sistema unico de saúde, Gestão de saúde

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Serviços coletivos prestados pela administração pública na esfera da seguridade social

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A., APRIGLIANO, O., CABRAL, S. A., AGUIAR, A., ROMANO, V., SANTOS, E. F.

Programa de Saúde da Família na Universidade Estacio de Sá, 2002

4.

Palavras-chave: saude da familia, educação médica, cuidados básicos de saúde

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Certificação de Médicos para a Saúde da Família, 2001

5.

Palavras-chave: cuidados básicos de saúde, saúde da família, certificação de médicos, recursos humanos em saúde

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Educação, Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português.

CORDEIRO, H. A.

Estratégias para inovações curriculares em Medicina, 2000

6.

Palavras-chave: inovações curriculares, educação médica, cuidados básicos de saúde

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Educação, Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A., SANTOS, D. O.

Projeto de desenvolvimento de material educacional para a Saúde na Escola, 1998

Palavras-chave: saúde na escola, educação sanitária, capacitação de professores

7. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*

Setores de atividade : Educação pré-escolar e fundamental, Formação permanente e outras atividades de ensino, inclusive educação à distância e educação especial

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A.

Polos de Formação, capacitação e educação continuada para a saúde da família, 1997

8. *Palavras-chave: saúde da família, capacitação de profissionais de saúde, recursos humanos para a saúde, polos de saúde da família*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Educação, Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português.

CORDEIRO, H. A., NORONHA, J. C., FERRARI, A., TEMPORÃO, J. G., SANTOS, M. M.

Projeto de Acreditação de Hospitais e Serviços de Saúde, 1997

Palavras-chave: acreditação, avaliação de serviços de saúde, qualidade em saúde, aprimoramento da qualidade

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina

9. *Preventiva*

Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde, Cuidado à saúde das populações humanas, Formação permanente e outras atividades de ensino, inclusive educação à distância e educação especial

Referências adicionais : Brasil/Português.

Foi criado o Consorcio Brasileiro de Acreditação em parceria entre a Fundação Cesgranrio, a Universidade do estado do Rio de Janeiro, a Academia Nacional de Medicina e O Colegio Brasileiro de Cirurgiões (CBA).

Demais produções técnicas

CORDEIRO, H. A., AGUIAR, A., SERRA, C., MORAES, C. L., RODRIQUES, P. H., BEZERRA, R. J. C.

PROJETO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA, 2004. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional)

1. *Palavras-chave: saúde da família, saúde coletiva, educação superior*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva

Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Cuidado à saúde das pessoas, Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, Home page: www.estacio.br

CORDEIRO, H. A., AGUIAR, A.

2. **Competências e Habilidades para o Curso de Medicina, 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional)**

Palavras-chave: Competências, Habilidades, educação médica

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Educação superior, Formação permanente e outras atividades de ensino, inclusive educação à distância e educação especial

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

CORDEIRO, H. A., RODRIQUES, P. H., AGUIAR, A., SERGIO, J. V., MORAES, C. L., ALBUQUERQUE, C. P.

Programa de Residência em saúde Coletiva, 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional)

3. *Palavras-chave: residência em saúde coletiva, saúde coletiva, saúde pública*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde, Educação superior

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

CORDEIRO, H. A., ROMANO, V., AGUIAR, A., FERNANDES, J. C. L., SANTOS, E. F.

Programa de Saúde da Família, 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional)

Palavras-chave: Saúde da Família, capacitação de especialistas, educação médica, Sistema Único de Saúde

4. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*

Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Educação superior, Formação permanente e outras atividades de ensino, inclusive educação à distância e educação especial

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Programa de Saúde da Família da Universidade Estácio de Sá em cooperação com a Secretaria Municipal de Saúde da Cidade do Rio de Janeiro

Orientações e Supervisões

Orientações e Supervisões concluídas

(Orientações de teses e dissertações coincidentes com informações na base CAPES, a partir do ano de 1996)

Dissertações de mestrado : orientador principal

Renato Peixoto Veras. **Ideologia e Escola Médica**. 1983. Dissertação (Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Palavras-chave: escola médica, educação médica, ideologia médica

1. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva*

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português.

Vivaldo Lima Sobrinho. **A Política de Saúde Pública e o Movimento Sanitarista Brasileiro**. 1982. Dissertação (Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

2. *Palavras-chave: políticas de saúde, movimento sanitário, saúde pública*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Saúde humana

Referências adicionais : Brasil/Português.

Claudia Maria Travassos Veras. **A Prática Médica- a atuação da tecnologia apropriada.** 1982. Dissertação (Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

3. *Palavras-chave: tecnologia médica, prática médica, cuidados de saúde*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português.

Nelson Blank. **A Tecnologia Médica e o Raciocínio Clínico.** 1982. Dissertação (Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

4. *Palavras-chave: tecnologia médica, prática médica*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português.

Norma Gouveia Ramos. **O Estudante de Medicina e o Mercado de Trabalho.** 1982. Dissertação (Educação) - Universidade Federal de Pernambuco

5. *Palavras-chave: ensino médico, mercado de trabalho*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Educação, Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português.

☺ José Gomes Temporão. **Práticas de Consumo de Medicamentos.** 1982. Dissertação (Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz

6. *Palavras-chave: consumo de medicamentos, indústria farmacêutica*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Fabricação de produtos farmacêuticos, Saúde humana
Referências adicionais : Brasil/Português.

Teses de doutorado : orientador principal

☺ Valeria Ferreira Romano. **Certificação por competência para o médico de família: uma proposta em construção.** 2005. Tese (Doutorado em Medicina Social) - Instituto de Medicina Social
Palavras-chave: saúde da família, certificação de médicos, Competências médicas, Atenção Básica, Habilidades, cuidados de saúde

1. *Áreas do conhecimento : Saúde Pública, Saúde Coletiva, Educação Médica*
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português.
Estudo sobre as competências médica na saúde da família do município do Rio de Janeiro

☺ Dinah de oliveira Santos. **Saúde Escolar nos CIEPS.** 2004. Tese (Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Palavras-chave: saúde escolar, cuidados básicos de saúde, escola de horário

integral

Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família

2. *Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Educação média de formação geral, Políticas, planejamento e gestão em saúde*
Referências adicionais : Brasil/Português.

19) Ana Tereza Miranda. **Visões dos médicos e dos pacientes sobre o processo de decisão clínica- o caso da terapia de reposição hormonal no climatério.** 2003.

Tese (Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Palavras-chave: adreitação, direitos do paciente, ética médica, qualidade em

3. *saúde, terapia de reposição hormonal*

Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família

Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas

Referências adicionais : Brasil/Português.

Orientações e Supervisões em andamento

(Orientações de teses e dissertações coincidentes com informações na base CAPES, a partir do ano de 1996)

Dissertações de mestrado : orientador principal

Roberto Fuchs. **Controle Social e Participação Popular em Saude da Família em um município do Estado do Rio de Janeiro.** 2007. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Saúde da Família) - Universidade Estácio de Sá

Palavras-chave: Atenção Básica, saúde da família, atenção primária de saúde,

1. *políticas de saúde, cuidados básicos de saúde*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Saude da Família, Saúde Pública

Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Cuidado à saúde das pessoas, Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português.

Wagner Luis N. Pereira. **Educação continuada de enfermeiros em saúde da família.** 2007. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Saúde da Família) - Universidade Estácio de Sá

Palavras-chave: Atenção Básica, atenção primária de saúde, cuidados básicos de saúde, educação permanente, profissionais de saúde

2. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Saúde Pública, Saúde da Família*

Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde, Formação permanente e outras atividades de ensino, inclusive educação à distância e educação especial, Cuidado à saúde das populações humanas

Referências adicionais : Brasil/Português.

Célia Regina Machado Saldanha. **Análise do Fluxo do Paciente Hipertenso na rede de Serviços de Juiz de Fora na visão do Usuário.** 2005. Dissertação

(Mestrado Profissionalizante em Saúde da Família) - Universidade Estácio de Sá

3. *Palavras-chave: saúde da famiolia, Atenção Básica, atenção primária de saúde, hipertensão arterial, qualidade em saúde*

Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das

populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português.

Priscila Guedes Santana Ursine. **Estudo da Prevalência e Fatores Associados à Incapacidade Funcional de Idosos Restritos ao Domicílio no Contexto da Saúde da Família.** 2005. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Saúde da Família) - Universidade Estácio de Sá

4. *Palavras-chave: Atenção Básica, atenção primária de saúde, avaliação de serviços de saúde, fisioterapia*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português.

Heidel Marcel Spiler. **Pacientes com Esquizofrenia em uma Unidade de Saúde da Família em Carangola, MG.** 2005. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Saúde da Família) - Universidade Estácio de Sá

5. *Palavras-chave: saúde da família, aprimoramento da qualidade, Atenção Básica, atenção primária de saúde, SUS, saúde mental*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português.

Teses de doutorado : orientador principal

Valeria Romano. **Certificação de médicos em Saúde da Família.** 2003. Tese (Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Palavras-chave: saúde da família, Educação das profissões da saúde, planejamento de saúde

1. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português.

Demais Trabalhos

CORDEIRO, H. A.

Avaliação ad hoc para o Premio da II Mostra Nacional de Produção em saúde da Família, 2004.

Palavras-chave: atenção primária de saúde, sistema único de saúde, saúde da família

1. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Saúde Pública*
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, Home page: www.saude.gov.br

CORDEIRO, H. A., APRIGLIANO, O., AGUIAR, A., SOUZA, L. F., CABRAL, S. A.

Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da Universidade Estácio de Sá, 2002.

2. *Palavras-chave: educação médica, curriculum de medicina, inovações curriculares*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva
Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Educação superior

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, Homepage: www.estacio.br

Curso de Medicina da Universidade Estacio de Sá reconhecido pelo MEC/CNE em 2 de abril de 2003

Eventos

Participação em eventos

1. Apresentação de Poster / Painel no(a) **8o Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva/11o Congresso Mundial de Saúde Pública**, 2006. (Congresso)
O Monitoramento da Hipertensão Arterial Sistêmica pelo Programa de Saúde da Família.
2. Apresentação Oral no(a) **Sistema Único de Saúde Brasileiro-Organização e Desafios**, 2006. (Oficina)
Oficina Regional de Implementação de Diretrizes Curriculares nos Cursos de Fisioterapia.
3. Apresentação Oral no(a) **Manejo Clínico da Saúde da Família**, 2006. (Seminário)
Seminário Internacional de Atenção Primária - Saúde da Família.
4. Apresentação Oral no(a) **Congresso de Clínica Médica do Estado do Rio de Janeiro**, 2006. (Congresso)
Um Modelo Assistencial que se consolida: Impacto e resultados da Estratégia de Saúde da Família.
5. Apresentação de Poster / Painel no(a) **Promovendo Sistemas Universais Equitativos em um Mundo Globalizado**, 2006. (Congresso)
8o Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e 11o Congresso Mundial de Saúde Pública.
6. Apresentação Oral no(a) **Coordenador de Mesa redonda| Saúde no Envelhecimento**, 2005. (Simpósio)
I Simpósio de Medicina de Urgência e VIII Jornada de Clínica Médica.
Palavras-chave: Saúde do Idoso, Envelhecimento
Áreas do conhecimento : Geriatria
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
7. Moderador no(a) **Congresso de Saúde Preventiva**, 2005. (Congresso)
O Papel do programa de saúde da Família na Promoção da saúde.
Palavras-chave: saúde da família, formação do pessoal de saúde
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva
Setores de atividade : Educação superior, Formação permanente e outras atividades de ensino, inclusive educação à distância e educação especial, Cuidado à saúde das populações humanas
8. Moderador no(a) **I Simpósio Internacional de Clínica médica**, 2005. (Simpósio)
Pneumonia Bacteriana.
Palavras-chave: clínica médica, epidemiologia, pneumonia bacteriana
Áreas do conhecimento : Medicina, Clínica Médica
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas
- Apresentação Oral no(a) **Seminário internacional de Atenção Primária**, 2005. (Seminário)
Seminário Internacional Atenção Primária em Grandes Centros Urbanos.

- Palavras-chave: Atenção Básica, atenção primária de saúde, sistema único de Saúde, descentralização*
 9. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva*
Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas
- Apresentação Oral no(a) **XXXIX Congresso Nacional de Médicos Residentes**, 2005. (Congresso)
 XXXIX Congresso Nacional de Médicos Residentes.
10. *Palavras-chave: Residência Médica*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva
Setores de atividade : Educação superior, Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas
- Seminário sobre o Anteprojeto de lei e reforma da Educação Universitária**, 2005. (Seminário)
11. *Palavras-chave: Educação Médica*
Áreas do conhecimento : Educação Médica
Setores de atividade : Educação superior, Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas
- o Congresso Brasileiro de Medicina de Família e Comunidade**, 2004. (Congresso)
 Congresso Brasileiro de Medicina de Família e Comunidade.
Palavras-chave: Atenção Básica, Saúde da Família, capacitação de profissionais de saúde, Competências, sistema único de Saúde
 12. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português.
- I Congresso de gestão Pública Municipal**, 2004. (Congresso)
 Gestão do Sistema Único de Saúde.
Palavras-chave: Sistema Único de Saúde, saúde pública, saúde para todos, saúde no Rio de Janeiro, saúde da família
 13. *Áreas do conhecimento : Administração, Saúde Coletiva*
Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Participação em mesa redonda sobre a gestão municipal do SUS
- II Jornada de Psicologia e Saúde**, 2004. (Encontro)
LIMITES E POTENCIALIDADES DA INTEGRALIDADE EM SAÚDE COLETIVA.
Palavras-chave: Atenção Básica, cuidados de saúde, diretrizes curriculares no ensino das profissões de Saúde, Educação das profissões da saúde
 14. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Psicologia*
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Educação superior
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- I Congresso de Gestão Pública Municipal**, 2004. (Congresso)
 palestra sobre gestão de saúde.
Palavras-chave: Atenção Básica, cuidados de saúde, Gestão em Saúde, Sistema Único de Saúde

- Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*
15. *Setores de atividade : Políticas, planejamento e gestão em saúde*
Referências adicionais : Brasil/Português.
- 7a.Odontorio, 2004. (Encontro)**
 Política de Saúde Bucal: diretrizes nacionais.
Palavras-chave: Saúde Bucal, sistema único de saúde, Reforma Sanitária, qualidade em saúde
16. *Áreas do conhecimento : Odontologia, Saúde Coletiva*
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- Apresentação Oral no(a) Seminário Internacional sobre Acreditação Hospitalar, 2003. (Seminário)**
 Acreditação Hospitalar: Implementação em Instituições Públicas.
17. *Palavras-chave: acreditação, capacitação de profissionais de saúde*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Administração
Setores de atividade : Administração pública, defesa e seguridade social, Cuidado à saúde das pessoas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
- Perspectiva da Necessidade de Recursos Humanos para a Saúde da Criança e do Adolescente nos próximos anos, 2003. (Seminário)**
 I Seminário de Ensino de Pós-graduação sensu lato em Pediatria no Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira da UFRJ.
Palavras-chave: Pediatria, ensino de pósgraduação sensu lato, saúde da criança e do adolescente
18. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Educação superior
Referências adicionais : Brasil/Português.
- I Jornada de Psicologia nas Instituições de Saúde, 2003. (Encontro)**
 Instituições de Saúde.
Palavras-chave: Atenção Básica, cuidados de saúde, diretrizes curriculares no ensino das profissões d, educação superior
19. *Áreas do conhecimento : Psicologia, Saúde Coletiva, Medicina*
Setores de atividade : Educação superior, Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- V Congresso Nacional da Rede Unida, 2003. (Congresso)**
 Produção em Saúde da Família.
Palavras-chave: de pesquisa em saúde, atenção primária de saúde, educação superior, diretrizes curriculares no ensino das profissões d
20. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva*
Setores de atividade : Educação superior, Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
- XLI Congresso Brasileiro de Educação Médica, 2003. (Congresso)**
 Tutoria para a Consolidação da Formação Geral do Médico.
Palavras-chave: cuidados de saúde, Educação Médica, tutoria, Formação Geral do Médico, diretrizes curriculares, Competências

Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família

21. *Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Educação superior*
Referências adicionais : Brasil/Português.

I Seminário Internacional de ética e Políticas do Alcool, 2003. (Seminário)
 Uso e Abusos do Alcool.

- Palavras-chave: cuidados de saúde, problemas de saúde, saúde da família, saúde mental, sistema único de saúde*
22. *Áreas do conhecimento : Medicina, Saúde Coletiva*
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Novos Desafios do Ensino de Pediatria da Faculdade de Medicina, 2002.
 (Encontro)

- XII Encontro Anual de Pediatria da Faculdade de Medicina- UFMG: .
Palavras-chave: Educação Médica, Ensino de Pediatria, saúde da família, Urgências, Sistema Único de Saúde
23. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Educação superior
Referências adicionais : Brasil/Português.

13 Anos de Reforma da Saúde no Brasil, 2001. (Encontro)

- 13 Anos de Reforma da Saúde no Brasil- 10 anos do Programa de Desenvolvimento da Gestão em Saúde.
Palavras-chave: avaliação em saúde, Estado e políticas de saúde, Sistema Único de Saúde, modelo assistencial em saúde, Atenção Básica, Gestão em Saúde
24. *Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família*
Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde, Cuidado à saúde das pessoas
Referências adicionais : Brasil/Português.

Um Balanço dos Treze anos de Reformas, 2001. (Simpósio)

- 13 anos da Reforma Sanitária da Saúde no Brasil.
Palavras-chave: Estado e Sistema Único de Saúde, Reforma Sanitária
25. *Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva*
Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Avaliação da Reforma Sanitária no Brasil

Participação em banca de trabalhos de conclusão

Doutorado

CORDEIRO, H. A., AGUIAR, A. C., SAID, J. D., SOUZA, L. M. B. M., STOTZ, E. N., ANDERSON, M. I. P.

Participação em banca de Valéria Ferreira Romano. **Certificação por competência**

1. **para o médico de família: uma proposta em construção, 2006**

(Doutorado em Medicina Social) Instituto de Medicina Social

Palavras-chave: saúde da família, Atenção Básica, atenção primária de saúde, Competências médicas, certificação de médicos, saúde no Rio de Janeiro

Áreas do conhecimento : Saúde Pública, Saúde da Família, Administração e Planejamento de Saúde

Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português.

Pesquisa sobre competências médicas em saúde da família

CORDEIRO, H. A., SANTOS, N. R., MACHADO, M. H., MENDONÇA, M. H., ESCOREL, S.

Participação em banca de Celia Regina Rodrigues Gil. **Práticas Profissionais de Saúde da Família: expressões de um cotidiano em construção**, 2006 (CURSO DE SAÚDE PÚBLICA) ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA

2. *Palavras-chave: avaliação de serviços de saúde, Atenção Básica, pessoal de saúde, planejamento de saúde, políticas de saúde*

Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva, Saúde da Família, Saúde Pública

Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Cuidado à saúde das pessoas, Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português.

CORDEIRO, H. A., NORONHA, J. C., RODRIQUES, P. H. A., CAMPOS, A. M. S. M.

Participação em banca de ANA TEREZA CAVALCANTI. **ASPECTOS ETICOS DA REPOSIÇÃO HORMONAL**, 2003

(DOUTORADO EM MEDICINA SOCIAL) INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL

3. *Palavras-chave: climatério, Competências médicas, direitos do paciente, qualidade em saúde, relação medicopaciente*

Áreas do conhecimento : Ginecologia, Obstetrícia, Medicina Preventiva

Setores de atividade : Saúde humana, Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas

Referências adicionais : Brasil/Português.

Enfatiza a relação medico-paciente na prática da gineco-obstetrícia

Exame de qualificação de doutorado

CORDEIRO, H. A.

Participação em banca de Jairnilson Paim. **A Reforma Sanitária Brasileira**, 2006 (Saúde Pública) Universidade Federal da Bahia

1. *Palavras-chave: avaliação em saúde, avaliação de serviços de saúde, Estado e políticas de saúde, Sistema Único de Saúde, cuidados de saúde*

Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Saúde Pública, Saúde Coletiva

Setores de atividade : Cuidado à saúde das populações humanas, Cuidado à saúde das pessoas, Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português.

CORDEIRO, H. A., PIERANTONI, C. R., MACHADO, M. H., ESCOREL, S.

Participação em banca de Celia Regina Rodrigues Gil. **Práticas Profissionais em Saúde da Família: um olhar dos sujeitos que constroem a Atenção Básica do SUS**, 2004

(Saúde Pública) Fundação Oswaldo Cruz

2. *Palavras-chave: recursos humanos em saúde, Saúde da Família, Atenção Básica*
Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família

Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde

Referências adicionais : Brasil/Português.

Participação em banca de comissões julgadoras**Concurso público****Práticas Profissionais em Saúde da Família: um olhar a partir dos sujeitos que constroem a Atenção Básica do SUS, 2004**

Fundação Oswaldo Cruz

1. *Palavras-chave: saúde da família, pessoal de saúde, atenção primária de saúde*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português.

Concurso publico para professor adjunto de Medicina Preventiva, 2002

Universidade Federal de Juiz de Fora

1. *Palavras-chave: saúde da família, Atenção Básica, Estado e políticas de saúde, Estado e Sistema Unico de Saúde*
Áreas do conhecimento : Saúde Coletiva
Setores de atividade : Educação superior, Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas
Referências adicionais : Brasil/Português.

Outra**Participação na banca de seleção de Mestrado Profissional em Saúde da Família, 2005**

Universidade Estácio de Sá

1. *Palavras-chave: mestrado profissional, saúde da família, saúde coletiva, cuidados básicos de saúde, atenção primária de saúde*
Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português. Home page: www.estacio.br

Prêmio II Mostra de Produção em Saúde da Família, 2004

Ministério da Saúde

1. *Palavras-chave: saúde da família, avaliação de serviços de saúde, cuidados básicos de saúde, Estado e Sistema Unico de Saúde, de pesquisa em saúde*
Áreas do conhecimento : Gestão Em Saúde Coletiva, Medicina Preventiva, Saúde da Família
Setores de atividade : Cuidado à saúde das pessoas, Cuidado à saúde das populações humanas, Políticas, planejamento e gestão em saúde
Referências adicionais : Brasil/Português.
Mostra organizada pelo Ministério da Saúde/Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção a Saúde em 28 a 30 de abril de 2004

☐ **Totais de produção**

Produção bibliográfica

Artigos completos publicado em periódico

Livros publicados

Capítulos de livros publicados	9
Jornais de Notícias	16
Comunicações em anais de congressos e periódicos (proceedings e suplementos)	26
Demais produções bibliográficas	3
Produção técnica	
Trabalhos técnicos (assessoria)	4
Trabalhos técnicos (consultoria)	1
Trabalhos técnicos (elaboração de projeto)	2
Trabalhos técnicos (relatório técnico)	2
Desenvolvimento de material didático ou instrucional	4
Orientações	
Orientação concluída (dissertação de mestrado - orientador principal)	6
Orientação concluída (tese de doutorado - orientador principal)	3
Orientação em andamento (dissertação de mestrado - orientador principal)	5
Orientação em andamento (tese de doutorado - orientador principal)	1
Eventos	
Participações em eventos (congresso)	10
Participações em eventos (seminário)	6
Participações em eventos (simpósio)	3
Participações em eventos (oficina)	1
Participações em eventos (encontro)	5
Participação em banca de trabalhos de conclusão (doutorado)	3
Participação em banca de trabalhos de conclusão (exame de qualificação de doutorado)	2
Participação em banca de comissões julgadoras (concurso público)	2
Participação em banca de comissões julgadoras (outra)	2
Demais trabalhos relevantes	
Demais trabalhos relevantes	2

☐ Citações em bases bibliográficas

Web of Science Número total de citações: 40; Número de trabalhos: Data: 16/01/2007
Nome(s) do autor utilizado(s) na consulta para obter o total de citações:
sistema unico de saude; saude da familia; gestão de saude

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 12/06/2007 às 18:39:47.

Aviso nº 623 - C. Civil

Brasília, 6 de julho de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Atenciosamente, _ **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

MENSAGEM Nº 111, DE 2007

(Nº 472/07, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de

26 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Brasília, 10 de julho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana

<i>Endereço</i>	<i>R. Gregório Paes de Almeida, 773</i>	<i>Telefone</i>	<i>+ 11 30211917 (res)</i>
	<i>São Paulo, SP – 05450-001</i>		
<i>RG</i>	<i>6.578.061-9</i>	<i>CPF</i>	<i>036.221.618-50</i>
<i>Nascimento</i>	<i>23/06/59</i>	<i>Nacionalidade</i>	<i>Brasileira</i>
		<i>Naturalidade</i>	<i>São Paulo - SP</i>
<i>Filiação</i>	<i>Elvira dos Santos Carvalho Fernandes / José Pereira Fernandes</i>		

Formação Acadêmica

Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da USP

Experiência Profissional Recente**Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (desde jul/2006)****BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo (1994 até jun/2006)**

- Desde junho de 2000, Superintendente Executiva de Relações com Empresas e anteriormente, entre 1997 e 2000, Gerente de Projetos Especiais.

Responsável pela supervisão das companhias listadas quanto às suas obrigações de fornecimento de informações ao mercado, na função de entidade auto-reguladora da BOVESPA. A área também supervisiona e garante o cumprimento dos contratos de listagem das companhias registradas no Novo Mercado e nos Níveis 1 e 2 de Governança Corporativa.

Responsável pela implantação e pelo desenvolvimento dos segmentos especiais Novo Mercado e Níveis 1 e 2 de Governança Corporativa, além do mercado de acesso BOVESPA MAIS, então em fase de implantação.

Responsável pela atração e listagem de novas companhias na BOVESPA.

Outras Atividades Profissionais

- Vice-Presidente do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa até março/2006 e membro do conselho de administração desde 2001
- Membro do Conselho de Auto-Regulação do Mercado de Capitais da ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento desde 2001 até maio/2006
- Membro da *Roundtable* Latino-Americana de Governança Corporativa da OCDE – Banco Mundial desde 2000

Outras Experiências Profissionais

Vestesempre Confecções Ltda. (1990-1993)

- Sócia e Diretora Gerente

Rede BARATEIRO de Supermercados SA (1981-1989)

- Gerente Financeira

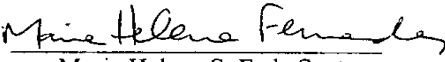
Banco do Brasil SA (1980-1981)

- Assistente Administrativa (concursada)

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE/USP (1977-1980)

- Estagiária

São Paulo, junho de 2007.


 Maria Helena S. F. de Santana

Aviso nº 633 – C. Civil

Em 10 de julho de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado
Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

MENSAGEM Nº 112, DE 2007

(nº 473/07, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o § 6º do art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Marcos Barbosa Pinto, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga da Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana.

Brasília, 10 de julho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Marcos Barbosa Pinto
Curriculum Vitae

Dados Pessoais**Brasileiro**

Filiação: Almiro Pinto Sobrinho
Nascimento: 23 de julho de 1977
RG: 788680 (SSP/MS)
Título Eleitoral: 2.290.893.201/16
Tel.: +21 8104 0990
Rua Gal. Venâncio Flores 444, apt. 501

Advogado

Anita Rosa Barbosa Pinto
Naturalidade: Amambai - MS
CPF: 267.285.528-55
OAB: 206.156
Email: marcos.pinto@mac.com
Rio de Janeiro – RJ

Formação Acadêmica

Doutorando pelo Departamento de Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com conclusão esperada para 2007.

Pesquisador visitante na Faculdade de Direito da Universidade de Columbia, de novembro de 2006 até junho de 2007.

Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Yale, graduado com honras acadêmicas em 2001.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com especialização em Direito Empresarial, graduado em 1999.

Experiência Profissional

Membro do Conselho de Administração da América Latina Logística S.A. – ALL, desde março de 2006 até o presente.

Chefe do Gabinete da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, de março a novembro de 2006, desenvolvendo as seguintes atividades:

- Superintendente da equipe de assessores econômicos e jurídicos do Presidente do BNDES, responsável pela análise prévia das operações submetidas à apreciação da Diretoria
- Participante, sem direito a voto, das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria do BNDES e da BNDES Participações S.A.
- Superintendente dos seguintes departamentos do BNDES: Consultoria de Desenvolvimento de Projetos de Infra-estrutura; Departamento Regional Sul; Departamento Regional de Brasília; e Departamento Regional do Nordeste
- Coordenador do Comitê Gerencial do BNDES, órgão responsável pela formulação e implementação das diretrizes gerenciais fixadas pela Diretoria
- Membro do Comitê de Crédito do BNDES
- Coordenador da força-tarefa que reformulou o sistema de garantias exigidas pelo BNDES para a concessão de empréstimos
- Coordenador da força tarefa que reformulou o processo de concessão de crédito do BNDES, reduzindo as exigências burocráticas e agilizando a tramitação dos pedidos

Assessor da Diretoria do BNDES, de dezembro de 2004 a março de 2006, desenvolvendo as seguintes atividades:

- Assessoria ao Vice-Presidente do BNDES em projetos de renda variável e infraestrutura
- Coordenador do Grupo de Parcerias Público Privadas – PPPs do BNDES e Membro da Comissão Técnica de PPPs do Governo Federal
- Coordenador do grupo que elaborou a proposta do BNDES para o Fundo Garantidor das PPPs

- Coordenador da operação de reestruturação e alienação do controle da Brasil Ferrovias S.A.
- Coordenador da equipe do BNDES responsável pela modelagem do projeto de PPP da BR-116
- Coordenador do grupo de trabalho que reformulou as regras que regem o *project finance* no BNDES
- Autor de anteprojeto de lei aprovado no Congresso Nacional que alterou a Lei de Concessões para facilitar o financiamento de projetos de infra-estrutura

Consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de setembro a dezembro de 2004, desenvolvendo as seguintes atividades:

- Elaboração e negociação da nova versão do projeto de Lei de PPPs que foi aprovado pelo Senado Federal
- Estruturação inicial do Fundo Garantidor das PPPs

Advogado do Escritório de Advocacia Empresarial Levy & Salomão Advogados, de agosto de 2002 a agosto de 2004, desenvolvendo as seguintes atividades:

- Consultoria jurídica em diversas operações de aquisição de empresas nacionais e estrangeiras, nos setores de telecomunicações, tecnologia da informação e concessões rodoviárias
- Consultoria jurídica em operações de emissão de títulos no mercado de capitais
- Elaboração de pareceres sobre direito empresarial

Advogado do Escritório de Advocacia Empresarial Morrison & Foerster LLP, maior escritório de advocacia da Costa Oeste dos Estados Unidos, de junho de 2001 a agosto 2002, desenvolvendo atividades nas seguintes áreas:

- Atuação em operações de aquisição e fusão entre empresas norte-americanas
- Atuação em operações de financiamento de projetos de infra-estrutura nos Estados Unidos e na América Latina
- Consultoria a organismos multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial e a Corporação Financeira Internacional

Estagiário e Advogado do Escritório de Advocacia Levy & Salomão Advogados, de março de 1997 a junho de 2000, desenvolvendo as seguintes atividades:

- Consultoria jurídica em operações de aquisição de empresas nacionais e estrangeiras
- Consultoria jurídica em operações de emissão de títulos no mercado de capitais
- Elaboração de pareceres sobre casos de direito empresarial e direito civil

Outras Atividades de Interesse Público

Participação na formulação do Projeto Universidade para Todos, que oferece bolsas de estudo para alunos pobres em instituições de ensino privadas, em 2004.

Elaboração, como consultor especial do Ministério do Planejamento, da primeira minuta do anteprojeto da Lei de PPPs, em 2004.

Publicações

Repartição de Riscos nas PPPs, Revista do BNDES. Abril de 2006.

Serviço Público e Concessões, Gazeta Mercantil. Dezembro de 2005.

MP do Bem Muda Lei de Concessões, Boletim Jurídico do Ministério da Justiça. Dezembro de 2005.

Novos Mecanismos para Financiar a Infra-estrutura, Valor Econômico. Novembro de 2005.

Função Econômica das PPPs, Revista Brasileira de Direito da Economia. Agosto de 2005.

A Segurança do Fundo Garantidor das PPPs, Valor Econômico. Abril de 2005.

Interpretation and Conversation, Legal Theory, Junho de 2003.

Liberalization of the Brazilian Telephone Services Market, Latin American Law and Business Report. Janeiro de 2002.

Liberdade de Imprensa e Responsabilidade Civil dos Meios de Comunicação, Revista de Direito Mercantil. Dezembro de 1999.

Principais Palestras

Financiamento à Infra-estrutura – Aspectos Jurídicos, Fórum das Agências Reguladoras. Brasília, abril de 2006.

The Financing of PPPs in Brazil, Seminário da Missão Empresarial Brasil – Reino Unido. Londres, março de 2006.

Project Finance no BNDES, Project Finance 2006. Rio de Janeiro, fevereiro de 2006.

PPPs, *Risk Allocation and Finance*, IMF Seminar on Public Investment and PPPs. Brasília, julho de 2005.

The Brazilian PPP Program, Primeira Jornada de Investimentos Diretos Espanhóis no Brasil. Madrid, junho de 2005.

O Programa Federal de PPPs, Seminário sobre Parceiras Público-Privadas. São Paulo, dezembro de 2004.

Guarantee Funds, World Economic Forum Financing for Development Workshop. São Paulo, outubro de 2004.

Mergers and Acquisitions in Latin America – Lessons From the Field, UCLA Business School – Latin American Seminar. Los Angeles, maio de 2002.

Foreign Investment in Brazil, Pan American Society Seminar. San Francisco, abril de 2002.

The Brazilian Electoral System, Yale Law School Graduate Seminar. New Haven, abril de 2001.

A Proteção do Acionista Minoritário, Associação Brasileira de Bancos Comerciais. São Paulo, julho de 2000.

Línguas

Fluente em inglês.

Proficiente em francês.

Aviso nº 634 – C. Civil

Em 10 de julho de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual
o Excelentíssimo Senhor Presidente da República

submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Marcos Barbosa Pinto, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários CVM, na vaga da Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

MENSAGEM Nº 113, DE 2007

(Nº 474/07, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 6º do art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de

26 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Durval José Soledade Santos, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga do Senhor Pedro Oliva Marcilio de Sousa.

Brasília, 10 de julho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

DURVAL JOSÉ SOLEDADE SANTOS

OAB/RJ: 25042

CPF: 263032307-25

durvaljo@bndes.gov.br

(21) 9978-6531

FORMAÇÃO SUPERIOR**Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, 1970 a 1974.****PÓS-GRADUAÇÃO**

- MBA EXECUTIVO, na COPPE/UFRJ.
- Economia do Desenvolvimento, na PUC/BNDES.
- Direito Empresarial, no Instituto de Direito de Empresa da Cândido Mendes.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**ATUAL :**

- Assessor da Área de Mercado de Capitais do BNDES
- Advogado do BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, desde abril de 1973.

ANTERIOR :**No BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL- BNDES**

- Diretor de Operações e Jurídico da BNDESPAR-BNDES PARTICIPAÇÕES S.A.
- Chefe de Gabinete da Presidência
- Superintendente da Área de Administração
- Superintendente de Mercado de Capitais
- Superintendente de Operações Especiais
- Superintendente Jurídico da BNDESPAR

Na COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS- CVM :

- Diretor
- Superintendente Geral

Em CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DE ENTIDADES DE MERCADO DE CAPITALIS.

- IBMEC- Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
- BOVESPA-Bolsa de Valores de São Paulo
- SOMA-Sociedade Operadora de Ativos
- ABRASCA-Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto
- MBB-Mercado Brasileiro de Balcão
- CODIMEC-Comitê de Desenvolvimento do Mercado de Capitais.

Em CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS PRIVADA :

- SIBRA-Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.(Presidente)
- Multitextil S.A.(Presidente)
- Aracruz Celulose S.A.(Vice-Presidente)
- Nova América S.A.(Vice-Presidente)
- TELEMAR-Tele Norte Leste Participações S.A.
- La Fonte Participações S.A.
- LIGHT S.A.
- Banco Do Nordeste Do Brasil S.A.-BNB
- CRP CADERI-S.A.

EM ORGÃOS EXECUTIVOS :

- Diretor Vice-Presidente do :
 - BANERJ- Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.
 - BANERJ Crédito Imobiliário S.A.
 - BANERJ Banco de Investimentos S.A.
 - BANERJ Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
- DIRETOR Superintendente da BANERJ Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.
- Vice-Presidente da DIVERJ- Distribuidora de Valores do Rio de Janeiro S.A.
- Diretor Superintendente da SIBRA- Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.
- Diretor Vice-Presidente da Companhia Taubaté Industrial

Em CONSELHOS CONSULTIVOS :

- FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos
- PACTI- Programa de Capacitação Tecnológica da Indústria
- BRASIL PRIVATE EQUITY do Banco Garantia
- ANBID- Membro da Comissão de Finanças

ACADÊMICA:

Professor :

- de Direito Empresarial da COPPEAD/UFRJ
- do MBA de Direito da FGV- Fundação Getúlio Vargas
- da Faculdade de Direito Cândido Mendes de :
 - Direito Comercial
 - Contratos Especiais
 - Títulos de Crédito

DADOS PESSOAIS:

Filiação:

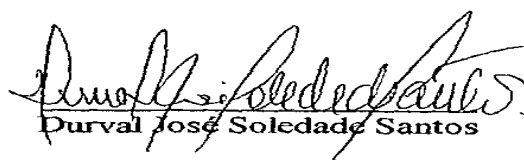
- Raphael Trindade Santos e Maria Mercedes Soledade Santos

Nascimento:

- 13/12/1948

Naturalidade:

- Rio de Janeiro - RJ



Durval José Soledade Santos

Aviso nº 635 - C. Civil

Em 10 de julho de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Durval José Soledade Santos, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga do Senhor Pedro Oliva Marcilio de Sousa.

Atenciosamente, _ **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As mensagens lidas vão às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – A Presidência recebeu manifestações sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007), das seguintes entidades:

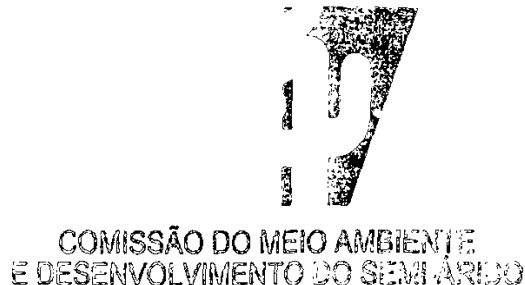
- Ofício nº 16/2007, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semi-Árido, da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará;
- Ofício nº 316/2007, da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí; e
- Moção de Apoio do Conselho de Meio Ambiente – Coema Amapá.

Os expedientes serão juntados ao processado do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007.

São os seguintes os expedientes recebidos:

Recebimento de manifestações sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)

São os seguintes os expedientes recebidos:



OFÍCIO N.º 16 /2007

Fortaleza, 11 de maio de 2007.

Excelentíssimo Senhor,

A COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, solidária aos servidores do IBAMA, solicita de Vossa Excelência, apoio no sentido de posicionar-se contrário à Medida Provisória Nº 366/07, de 26 de abril de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, pois a mesma gera a desestruturação do IBAMA, comprometendo a gestão ambiental.

Assim sendo, encaminhamos, em anexo, um abaixo assinado de deputados estaduais do Estado do Ceará, manifestando adesão em favor da unicidade da gestão ambiental e fortalecimento do IBAMA como Órgão Federal executor da Política Pública de Meio Ambiente.

Atenciosamente,

Deputado Cirilo Pimenta
PRESIDENTE DA COMISSÃO

Exmo. Sr.
Renan Calheiros
PRESIDENTE DO SENADO

À BANCADA PARLAMENTAR DO CEARÁ NO CONGRESSO NACIONAL E COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE DA CÂMARA E SENADO FEDERAL

ABAIXO - ASSINADO DOS DEPUTADOS DA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO E DEMAIS DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

Nós, abaixo-assinados, deputados estaduais do Ceará, vimos nos unir **em defesa do movimento dos servidores do IBAMA, contra a implementação da Medida Provisória (MP) nº 366**, de 26 de abril de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

A referida Medida Provisória e os Decretos de números 6.100/07, 6.101/07 e 6.099/07, **dividem arbitrariamente as atribuições do IBAMA**: de um lado, a gestão das Unidades de Conservação, com os Centros Especializados voltados à pesquisa, proteção e manejo da biodiversidade. De outro, o Licenciamento Ambiental, controle da qualidade ambiental, a autorização de uso dos recursos naturais e a fiscalização. Transfere, de maneira autoritária e imperativa, todos os já escassos recursos materiais e humanos de que dispõe o Instituto, além de aumentar os gastos financeiros para a manutenção de estruturas paralelas, **com ônus para o erário**. Esta abordagem fragmentada do meio ambiente contrapõe-se à forma sistêmica dos ciclos da natureza e a sua relação com o homem.

Enfatizamos a forma de condução de tais medidas arbitrárias, que fere os **princípios da gestão compartilhada**, uma tônica no processo democrático, hoje já incorporada na consciência popular. O governo estimula o debate popular e na contramão corta o diálogo, tirando a oportunidade da sociedade opinar sobre os rumos da gestão ambiental pública.

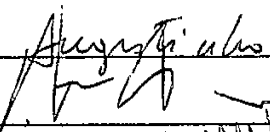
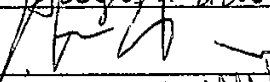
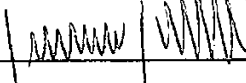
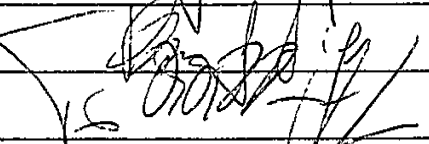
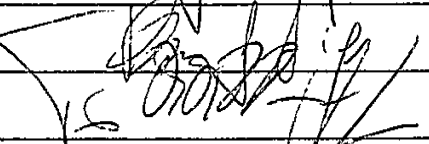
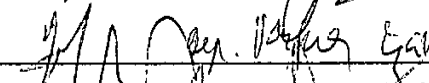
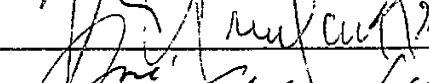
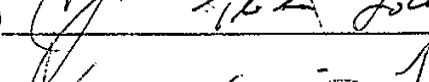
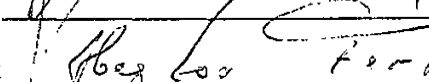
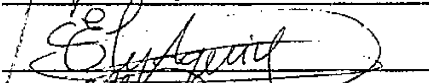
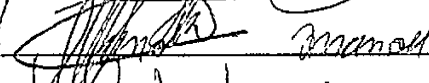
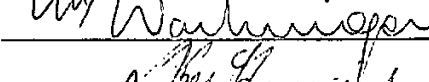
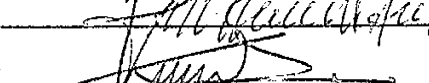
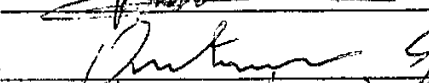
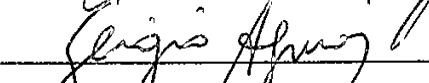
Reconhecemos a importância da existência do IBAMA, ao longo de seus 18 anos, **exercendo suas atribuições com isenção e responsabilidade técnica**, apesar de todas as limitações orçamentárias e de infraestrutura, fundamentais para a manutenção do patrimônio socioambiental brasileiro.

Diante do exposto, **conclamamos aos nobres deputados a se unirem em apoio à legítima causa ora defendida pelo conjunto dos servidores do IBAMA**, a fim de garantir a derrubada da MP 366/07, a integridade e o fortalecimento do IBAMA, tendo em vista o objetivo maior da nação que é o desenvolvimento com responsabilidade social e ambiental.

Fortaleza, 09 de maio de 2007.

**À BANCADA PARLAMENTAR DO CEARÁ NO
CONGRESSO NACIONAL E COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE DA CÂMARA
E SENADO FEDERAL**

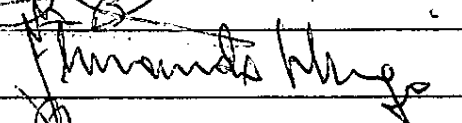
**ABAIXO - ASSINADO DOS DEPUTADOS DA COMISSÃO
DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO E DEMAIS
DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.**

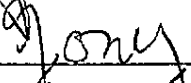
- 1  André Pimenta.
- 2  Augustinus Moura Dep. Estadual - PV
- 3  Dep. Estadual - PT (Dep. Estadual)
- 4  Dep. Estadual Lício PSDR
- 5
- 6  Dep. Estadual
- 7  Dep. Estadual Tomás Figueiredo (Tomás Fio)
- 8  Dep. Estadual (Vasques Landim)
- 9  Dep. Estadual (Luis Portes)
- 10  Dep. Estadual
- 11  Dep. Estadual (INDEITO)
- 12  Dep. Estadual
- 13  Dep. Estadual (ELY AGUIAR)
- 14  Dep. Estadual (MARCOS LACERDA) (PMDB)
- 15  Dep. Estadual (WALDIRIOPIRIS) (DE WASHINGTON) - P.P.
- 16  Dep. Estadual (PDT)
- 17  Dep. Estadual (P.M.D.B.) (Neto Nunes)
- 18  Dep. Estadual (OSAY) (Antonio Graciano)
- 19  Dep. Estadual

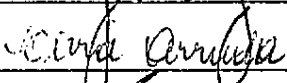
**À BANCADA PARLAMENTAR DO CEARÁ NO
CONGRESSO NACIONAL E COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE DA CÂMARA
E SENADO FEDERAL**

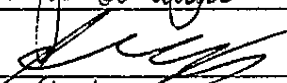
**ABAIXO - ASSINADO DOS DEPUTADOS DA COMISSÃO
DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO E DEMAIS
DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.**

20  OSVALDO BARRETO

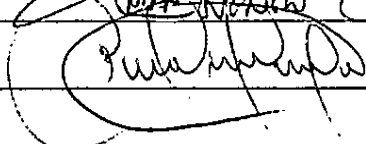
21  FERNANDO HENRIQUE

22  JONY

23  CÍRO AMADOR

24  PMDB - ANA PAULA CRUZ

25  P.S.D.B

26  (PEDREIRA)

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

AL-P-(SGM) Nº 316

Teresina(PI), 1º de junho de 2007

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, devidamente aprovada pelo Plenário deste Poder, Requerimento (cópia) de autoria dos Deputados Paulo Martins, Mauro Tapety, Cícero Magalhães e Antônio Uchôa em que propõem o encaminhamento de Moção de Apelo ao insigne Presidente no sentido de que a Medida Provisória nº 366 que “Dispõe sobre a

criação do instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, e dá outras providências”, seja submetida a um amplo debate com os representantes da sociedade e do governo, em fóruns e seminários em todas as capitais do País, com vistas a subsidiar a sua adequada apreciação e desejada aprovação.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Senhoria protestos de especial consideração e elevado apreço.

_ Dep. **Themístocles Filho**, Presidente.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.

PAULO MARTINS, MAURO TAPETY, CÍCERO MAGALHÃES E ANTÔNIO FÉLIX, com assento nesta Casa Legislativa, requerem, com fundamento no Regimento Interno desta Casa, depois de ouvido o Plenário, que seja encaminhada **MOÇÃO DE APELO**, aos Excelentíssimos Senhores Presidentes da Câmara dos Deputados e Senado Federal, bem como para os líderes dos Partidos com assento naquelas Casas Legislativas, a fim de que empreendam esforços no sentido de que a Medida Provisória nº 366 que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, e dá outras providências, antes de ser apreciado e aprovado seja submetido a um amplo debate com os representantes da sociedade e do governo, em fórum e seminários em todas as capitais do país.

JUSTIFICATIVA.

Tramita na Câmara Federal proposição dispondo sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade. Trata-se de Medida Provisória 366, de 26 de abril de 2007 apresentada pelo Presidente da República encontrando-se, atualmente, sob apreciação das Comissões Técnicas da Casa das Leis.

Assim, estando evidente a relevância e o interesse público de que a matéria se reveste, inquestionavelmente a aprovação da Medida Provisória 266 sem um amplo debate com a sociedade e especialmente com os técnicos do IBAMA e cientista trará grandes dificuldades para o processo de preservação, conservação do meio ambiente brasileiro.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, em 22 de maio de 2007.

PAULO MARTINS
Dep. Estadual

MAURO TAPETY
Dep. Estadual

CÍCERO MAGALHÃES
Dep. Estadual

ANTÔNIO UCHÔA
Dep. Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E MEIO AMBIENTE

LEI Nº 22.05/2007

APROVADO
Em 22.05.2007

MOÇÃO Nº _____ DE 22 DE MAIO DE 2007.

Tramita na Câmara Federal proposição dispondo sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade. Trata-se da **Medida Provisória 366, de 26 de abril de abril de 2007** apresentada pelo Presidente da República encontrando-se, atualmente, sob apreciação das Comissões Técnicas da Casa das Leis.

Inquestionavelmente a aprovação da Medida Provisória 366 sem um amplo debate com a sociedade e especialmente com os técnicos do IBAMA e cientistas trará grandes dificuldades para o processo de preservação, conservação do meio ambiente brasileiro.

Assim, estando evidentes a relevância e o interesse público de que a matéria se reveste,

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

Apela para os Excelentíssimos Senhores Presidentes da Câmara dos Deputados e Senado Federal, bem como para os líderes dos Partidos com assento naquelas casa Legislativas, a fim de que empreendam esforços no sentido de que a Medida Provisória 366 que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, e dá outras providências, antes de ser apreciada e aprovada seja submetida a um amplo debate com os representantes da sociedade e do governo, em fóruns e seminários em todas as capitais do país.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ, em 22 de maio de 2007.

Dep. Paulo Martins

Dep. Mauro Tapety

Dep. Cícero Magalhães

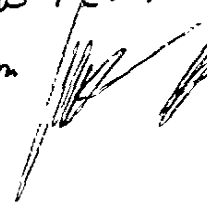
Dep. Antonio Félix

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Ofício Circ. nº 013/05-COEMA

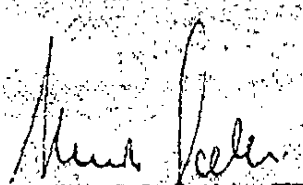
Macapá-AP, 18 de junho de 2007

Congresso Nacional
Exmo. Sr. *Renan Calheiro*
Presidente do Senado

*junte-se ao processo
sobre do PLV 19/07.*
Em 

O Conselho Estadual do Meio Ambiente/COEMA, órgão colegiado, proponente da Política Estadual do Meio Ambiente, vem encaminhar a Vossa Excelência, Moção de apoio deste conselho, pela rejeição da Medida Provisória nº 366/07.

Sendo o que temos para o momento, desde já agradecemos a
vossa atenção.


ALESSANDRO GALLAZZI
Vice-Presidente do COEMA

MOÇÃO DE APOIO DO CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – COEMA AMAPÁ

PELA REJEIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 366/07.

O CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – COEMA, no Estado do Amapá vem manifestar sua discordância em relação à Medida Provisória nº 366/07 que divide de forma sumária e insensata, o IBAMA, criando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Além do processo ter ocorrido de forma antidemocrática e unilateral, causando indignação e perplexidade a toda a sociedade brasileira, prejudicará, sobremaneira a continuidade de atividades importantes que vêm sendo realizadas, principalmente no que tange à fiscalização, licenciamento e gestão de unidades de conservação federais.

Macapá-AP, 30 maio de 2007.



Alessandro Gallazzi

Vice-Presidente do COEMA/AP

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Lamento comunicar à Casa que vamos começar a Ordem do Dia. Se for possível, continuaremos; se não for possível, é um direito constitucional dos partidos fazer a obstrução.

Passe-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 364, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 364, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quarenta e um mil e vinte e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 3-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 30-8-2007

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, para emitir parecer como Relator revisor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até para economia processual, quero comunicar a V. Ex^a e à Casa que o Democratas coloca-se em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a, Senador Inácio Arruda.

PARECER Nº 600, DE 2007 – PLEN

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parecer à Medida Provisória nº 364, de 18 de abril de 2007, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades no valor global de R\$1.717.041.026,00, para os fins que especifica.

Relatório. Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submete ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 0043/2007-CN (nº 248/2007, na origem), a Medida

Provisória nº 364, de 18 de abril de 2007, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$1.717.041.026,00, para os fins que especifica, conforme resume a seguir: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, R\$535.899.257,00; Fundo Nacional de Segurança Pública, R\$177.069.949,00; Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, R\$295 mil; Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), R\$250 mil; Ministério do Esporte, R\$68 mil; Ministério da Integração Nacional, R\$324 mil; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), R\$10.135.820,00; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), R\$3.520.000,00; Ministério das Cidades, R\$50.000.000,00; Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), R\$ 3.416.000,00; totalizando R\$1.717.041.026,00.

Voto do Relator. Em atenção às determinações constantes do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002-CN, a matéria vem a esta Casa para que, em função revisora, sobre ela delibere, devendo manifestar-se, em itens separados, quanto aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º da mesma Resolução, além da apreciação das emendas apresentadas.

No exame da constitucionalidade, não verificamos nenhuma inconstitucionalidade.

Há perfeita adequação financeira.

Verificamos também o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, De acordo com os pressupostos.

O mérito das despesas é inegável e inquestionável, na medida em que visam atender a programações teoricamente prioritárias para o exercício, haja vista que se encontram elencadas na lei orçamentária vigente.

Assim sendo, Sr. Presidente, em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 364, de 2007; por sua adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo, bem como pela inadmissibilidade das Emendas nºs 0001, 0049, 0051 e 0099, e rejeição da Emenda nº 0050.

É esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº 600, DE 2007

De Plenário à Medida Provisória nº 364, de 18 de abril de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$1.717.041.026,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador

I – Relatório

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submete ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 0043/2007–CN (nº 248/2007, na origem), a Medida Provisória nº 364, de 18 de abril de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$1.717.041.026,00, para os fins que especifica”, conforme resumo a seguir:

Unidade Orçamentária	Valor (R\$)
26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	535.899.257
30911 – Fundo Nacional de Segurança Pública	177.069.949
39207 – VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A	295.000.000
39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT	250.000.000
51101 – Ministério do Esporte	68.000.000
53101 – Ministério da Integração Nacional	324.000.000
53201 – Comp. Desenv. dos Vales do S. Francisco e do Parnaíba – Codevasf	10.135.820
53204 – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS	3.520.000
56101 – Ministério das Cidades	50.000.000
56202 – Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU	3.416.000
Total	1.717.041.026

Fonte: Anexos I à MP.

As dotações alocadas em cada Unidade Orçamentária (UO) têm em vista atender às programações constantes do anexo I, que estão assim discriminadas e justificadas, conforme se vê da exposição de motivos que acompanha a medida provisória:

1 – UO nº 26.298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

A esta unidade orçamentária estão sendo destinados R\$535.899.257,00 com a finalidade de atender “à expansão da ação governamental na área da educação básica, por intermédio de projetos que almejam

a melhoria da qualidade do processo de ensino nas escolas públicas”, dentre outras.

2 – UO nº 30.911 – Fundo Nacional de Segurança Pública

A esta unidade orçamentária estão previstos R\$177.069.949,00 para atender a despesas com “a finalização da implantação do Plano de Segurança Pública voltado à realização dos XV Jogos Pan e Parapan-americanos de 2007, envolvendo, concomitantemente, o desenvolvimento de ações preventivas e de inteligência, o preparo de agentes e a implantação da infra-estrutura para a realização de ações de segurança durante o evento”.

3 – UO nº 39.207 – VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A

A unidade orçamentária está sendo contemplada com R\$295.000.000,00 para atender à “continuidade da construção do trecho ferroviário entre Aguiarnópolis e Palmas, no Estado do Tocantins, pertencente à Ferrovia Norte-Sul, a cargo da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, cujo investimento terá impacto na economia nacional e regional, tais como geração de divisas, criação de empregos diretos e indiretos, aumento da competitividade por causa da redução de custos de transporte, aumento do potencial agrícola da área, melhoria na qualidade de vida dos habitantes da região centro-norte do Brasil etc.”

4 – UO nº 39.252 – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT

Ao DNIT estão sendo alocadas dotações no valor total de R\$250.000.000,00, que possibilitarão a “conservação de rodovias federais, indispensável à garantia de suas condições de trafegabilidade e segurança”, sob responsabilidade desse Departamento.

5 – UO nº 51.101 – Ministério do Esporte

O Ministério do Esporte está sendo contemplado com dotação no valor total de R\$68.000.000,00, para atender ao “pagamento de despesas correntes e de capital, com o gerenciamento de risco, coordenadores-técnicos, árbitros e médicos, alimentação da força de trabalho, serviços de rádio, conclusão de obras do Complexo Esportivo Deodoro, entre outras essenciais à realização dos XV Jogos Pan e Parapan-americanos”.

6 – UO nº 53.101 – Ministério da Integração Nacional

Para esse Ministério estão sendo destinadas dotações no valor de R\$324.000.000,00, para atender à “recuperação imediata de barragens e açudes

com risco de rompimento iminente; ao atendimento às populações vítimas de fortes estiagens ocorridas recentemente em Municípios do semi-árido da Região Nordeste; à construção de adutoras e barragens; à implantação de perímetros de irrigação; e à consecução de intervenções necessárias à integração do rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional, que compreendem ações de mobilização do Exército para instalação de canteiros, desapropriação de terras, aquisição de moto-bombas, desenvolvimento de projetos ambientais, envolvendo ações de saneamento básico, entre outras”.

7 – UO nº 53.201 – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CO-DEVASF

No âmbito desta unidade orçamentária, embora o Ministério sequer teve o cuidado de alinhar razões que justificassem o crédito, constata-se que o valor alocado de R\$10.135.820,00 tem por finalidade atender a ações com os Perímetros de Irrigação Salitre, com 31.305 ha, no Estado da Bahia, Pontal, com 7.862 ha, no Estado de Pernambuco, e Baixio de Irecê, com 59.375 ha, no Estado da Bahia.

8 – UO nº 53.204 – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS

As dotações alocadas a essa unidade orçamentária, totalizando R\$3.520.000,00, conforme se vê do Anexo I, têm por finalidade atender a despesas com a “Construção da Barragem Piaus, no Estado do Piauí”. A exemplo do ocorrido com o crédito para a Codevasf, também aqui a Exposição de Motivos nada informa acerca das razões que justificariam a abertura do crédito.

9 – UO nº 56.101 – Ministério das Cidades

A esta unidade orçamentária estão sendo alocadas dotações no valor de R\$50.000.000,00, que serão utilizados para possibilitar “o apoio a obras de infraestrutura em urbanização de assentamentos precários para populações de baixa renda, que apresentam vulnerabilidade em seus terrenos associada à carência de infra-estrutura urbana, padrões de ocupação inadequados, elevada densidade demográfica e fragilidade de edificações”, dentre outras.

10 – UO nº 56.202 – Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU

O crédito aberto em favor da CBTU, totalizando R\$3.416.000,00, embora não esteja claramente explicitado na exposição de motivos, tem por finalidade viabilizar “o pagamento do complemento do subsídio até o montante devidamente comprovado, nos termos

do convênio de descentralização do Metrô de Salvador, celebrado entre a União, o Estado da Bahia e o Município de Salvador, com a finalidade de cobrir despesas com salários e encargos sociais de funcionários e déficit operacional estimado até o mês de junho de 2007”.

A viabilização da abertura do crédito dar-se-á por meio da utilização das seguintes fontes de recursos;

1) superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006, no valor de R\$1.188.041.026,00; e

2) anulação parcial de dotação orçamentária alocada à Reserva de Contingência, no valor de R\$529.000.000,00.

À medida provisória foram apresentadas, no prazo regimental, 98 emendas de remanejamento e uma de modificação do texto, perfazendo um total de 99 emendas.

A Câmara dos Deputados aprovou a matéria nos termos apresentados pelo Executivo.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Em atenção às determinações constantes do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002–CN, a matéria vem a esta Casa para que, em função revisora, sobre ela delibere, devendo manifestar-se, em itens separados, quanto aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º, da mesma Resolução, além da apreciação das emendas apresentadas.

II.1. Exame dos Aspectos de Constitucionalidade

A teor do § 3º do art. 167 da Constituição Federal, “a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública observado o disposto no art. 62”.

Do exame a que se procedeu em todas as programações que o presente crédito alberga, apenas aquelas relacionadas com o Programa 1029 – Resposta aos Desastres, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$150.000.000,00, poderiam ser admitidas como passíveis de atendimento por meio de crédito dessa natureza. Mesmo nessa hipótese, há que se registrar, com estranheza, o fato de o atendimento das ações aliadas a esse Programa pelo Ministério da Integração Nacional vir sendo sistematicamente efetivado por meio de crédito extraordinário, via medida provisória. O fato denota que, nesse campo, a atuação do Ministério se processa na base

do imprevisto. Cada ocorrência dá ensejo à adoção de medida provisória autorizando a abertura de crédito extraordinário com vistas ao atendimento daquela situação. Corrobora a afirmativa o fato de, somente nos primeiros quatro meses do corrente exercício, terem sido adotadas duas medidas provisórias com vista à implementação de ações relacionadas com o precitado Programa. Por meio da Medida Provisória nº 344, de 5 de janeiro de 2007, o Ministério da Integração Nacional foi contemplado com crédito extraordinário, no valor de R\$100.000.000,00, alocados ao Programa de que se cuida; por meio da presente medida provisória, o Ministério é novamente contemplado com crédito extraordinário, no valor de R\$324.000.000,00, dos quais R\$150.000.000,00 se destinam ao mesmo Programa.

Como se trata de eventos recorrentes, não parece ser esta a melhor forma de alocação dos escassos recursos públicos, haja vista que o imprevisto é incompatível com a eficiência recomendável na aplicação desses recursos. Todavia, como as vítimas dos desastres não podem sofrer as conseqüências da imprevidência governamental, é lícito admitir-se, nessa hipótese, a abertura de crédito extraordinário.

Quanto às demais despesas, embora se possa alegar relevância e urgência, não foram apresentadas razões que justifiquem a imprevisibilidade. Reitere-se que o Poder Executivo não menciona em sua exposição de motivos o requisito constitucional da imprevisibilidade, muito menos tenta demonstrá-lo. Limita-se a argumentar “relevância e urgência”. Não se nega relevância às ações envolvidas, sendo a urgência da maioria passível de discussão, mas em qualquer caso os atributos apresentados pelas providências não fundamentam o rito excepcionalíssimo do crédito extraordinário.

As disposições constitucionais do § 3º do art. 167 são cristalinas e peremptórias:

“A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, (...)”.

O Programa 1246 – Rumo ao Pan 2007 –, sob responsabilidade do Ministério dos Esportes, é outro exemplo de execução improvisada, tendo em conta que, por meio da Medida Provisória nº 356, de 7-3-2007, fora provisionado com crédito extraordinário no valor de R\$100.000.000,00, valor esse a que se está agregando dotação de R\$68.000.000,00.

Ora, se as programações encontram-se previstas na lei, não há como argüir a imprevisibilidade das despesas a elas correspondentes. Portanto, executá-las por meio de crédito extraordinário constitui mal disfarçada

forma de querer afastar as restrições constitucionais e legais acima mencionadas, inclusive as que vedam a edição de medida provisória sobre matéria orçamentária, a teor das disposições previstas no art. 62, inciso I, alínea d, da Lei Maior.

Todavia, diante do interesse público que envolve a realização das despesas tratadas no presente crédito extraordinário, somos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de admissibilidade. No entanto, proponho que o Congresso Nacional, em casos futuros, faça gestão ao Poder Executivo no intuito de utilizar os instrumentos constitucionais e legais para a abertura de créditos dessa natureza.

II.2. Exame da Adequação Financeira e Orçamentária

Consoante o § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

Chama atenção o valor do crédito de R\$1,7 bilhões para despesas discricionárias da União. Até a presente data, o ajuste fiscal (contingenciamento) da lei orçamentária de 2007, relativo a essa classificação de despesas, foi de R\$16,4 bilhões. Se o Poder Executivo não considerou em seus cálculos os valores correspondentes ao presente crédito extraordinário, necessariamente deverá ampliar o ajuste realizado em pelo menos R\$1,7 bilhões.

Como fonte de recursos necessária à execução das despesas propostas, o presente crédito apresenta o cancelamento de dotações da Reserva de Contingência e o superávit financeiro do exercício financeiro de 2006. A utilização dessas fontes afeta o alcance da meta de superávit primário para 2007. Dessa forma, é de se presumir, que o Poder Executivo ajustará esses gastos às programações orçamentárias aprovadas, no intuito de produzir o resultado primário fixado no art. 2º da LDO/2007. Dentro dessa perspectiva, estabelece o § 14 do art. 63 dessa Lei:

“Art. 63.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.”

Embora esse dispositivo seja aplicável a “projetos de lei”, não envolvendo, pois, créditos abertos por medida provisória, em virtude de sua natureza excepcional, deve-se lembrar que o pagamento dessas despesas também afeta o alcance da meta fixada. Dessa forma, o ajuste da execução do orçamento em decorrência dessas despesas será inevitável.

Por fim, cabe ressaltar que o crédito está em consonância com o Plano Plurianual 2004-2007 (Lei nº 10.933/2004, com alterações subseqüentes), haja vista que suplementa dotações de programas e ações inclusos no Plano, e que as ações propostas não se encontram sobrestadas por decisão do Tribunal de Contas da União.

II.3. Verificação do cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN

O § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, prevê que “No dia da publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional acompanhado da respectiva Mensagem e de documento expondo a motivação do ato”.

Nesse sentido, admite-se que a exigência de “documento expondo a motivação do ato” encontra-se suprido por meio da Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem.

II.4. Exame do mérito

O mérito das despesas é inegável e inquestionável, na medida em que visam a atender a programações teoricamente prioritárias para o exercício, haja vista que se encontram elencadas na lei orçamentária vigente.

II.5. Da Análise das Emendas Apresentadas

À medida provisória foram apresentadas 99 emendas propondo o remanejamento de recursos no âmbito das diversas unidades orçamentárias.

Pelas disposições do art. 111 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, novas regras encontram-se em vigor para que se admita emenda a medida provisória que abra crédito extraordinário. Diz o dispositivo, **verbis**:

Art. 111. Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente.

Como as emendas nºs 1 a 21, 25 a 49, 51 a 99 não se ajustam a essa determinação, sugerimos sejam todas declaradas inadmitidas, com amparo no retrotranscrito dispositivo, combinado com as disposições do § 1º do art. 109, da mesma resolução.

Embora as emendas nºs 22 a 24 sugiram a inclusão de artigos no texto da medida provisória, a for-

ma como o faz não é condizente com os preceitos e normas que regem a elaboração orçamentária e seus créditos, na medida em que pretende alocar recursos destinados à implementação de ações no próprio texto da lei, quando o correto é fazê-lo nos anexos correspondentes às unidades orçamentárias responsáveis pela execução das ações. Por isso, devem ser declaradas inadmitidas, por contrariar as disposições legais e regimentais em vigor.

Finalmente, a emenda nº 50, que tem por finalidade suprimir o valor de R\$89.000.000,00 alocados à funcional e programática 186544.1036.12EP.0103 – Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste) – na região Nordeste –, programação essa a cargo do Ministério da Integração Nacional.

A despeito das razões alinhadas pelo distinto autor, não há como incorporar seu pleito na medida provisória, na medida em que, ao aprová-lo, estar-se-ia descaracterizando toda a programação idealizada pelo Ministério.

III – Conclusão

Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 364, de 2007; por sua adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo, bem como pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 49 e 51 a 99, e rejeição da emenda nº 50.

Sala das Sessões, de de 2007.

Senador
Relator 

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Inácio Arruda, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência, relevância, adequação financeira e adequação orçamentária da medida provisória e, no mérito, pela aprovação.

Em discussão a medida provisória e as emendas, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aguardo apenas a decisão para pedir verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Perfeito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, nobre Líder.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Penso que não precisaríamos nem ter essa verificação de *quorum*. É visível, Sr. Presidente, que, com o pedido de obstrução do Democratas e com o anúncio do pedido de verificação de *quorum* do PSDB, não vamos executar as votações necessárias no dia de hoje. Volto a fazer o apelo para que possamos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mas cabe-me, como Presidente, fazer a convocação e a verificação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu sei, Sr. Presidente.

Volto a fazer o apelo para que aguardemos a chegada do Senador Romero Jucá – S. Ex^a deve chegar até o início da noite – para que S. Ex^a possa prestar as informações devidas com relação às questões relacionadas à pesca artesanal, que o Senador José Agripino tem, reiteradas vezes, solicitado, e para que possamos antecipar a Ordem do Dia de amanhã, com um compromisso das Lideranças, a fim de que possamos efetivar votações no período da tarde de amanhã.

Esse é o apelo, Sr. Presidente, que eu faria. É claro que V. Ex^a tem de cumprir a rotina do atendimento das solicitações dos Líderes, mas eu gostaria muito de fazer esse apelo para que pudéssemos aguardar o Senador Romero Jucá, obter as informações, antecipar a Ordem do Dia de amanhã e construir, para o dia de amanhã, a votação das matérias. Inclusive, há várias das medidas provisórias e, com exceção do meu ponto de vista acerca da medida provisória que trata do Ibama e do Instituto Chico Mendes, todas as outras matérias são de créditos, portanto, não teríamos maiores polêmicas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Osmar Dias, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou Relator da Medida Provisória nº 368, de interesse dos Estados que perdem receita com a Lei Kandir. Ela, no meu entendimento, é importante.

Coloquei uma emenda nesta Medida Provisória que é de interesse do Estado do Paraná. Apesar de ser Oposição ao Governo do Estado, vejo que o Estado não pode continuar pagando a multa que está pagando e sendo penalizado com a correção da dívida mobiliária, que era por IGP-DI e se transformou em taxa Selic mais 1%.

Então, Sr. Presidente, penso que é importante votarmos para que tenhamos a solução de problemas como esse. Sabe quanto cresce a dívida do Paraná com essa transformação de IGP-DI para Selic? Cresce R\$1,5 bilhão. É a dívida do Paraná que cresce.

Claro que entendo a posição dos Líderes partidários, mas gostaria de dizer que aqui estou para votar. Eu gostaria mesmo que houvesse um entendimento para que amanhã talvez pudéssemos começar a sessão na parte da manhã, para termos o dia todo para votar, pois há muito o que ser votado. Assim, eu poderia dar satisfação à população do meu Estado, mostrando que estou aqui trabalhando e votando algo de muito interesse para o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação os pressupostos constitucionais.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Senador Arthur Virgílio.

Aprovados os pressupostos constitucionais...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Defiro o pedido de verificação de V. Ex^a, com o apoio do Senador José Agripino...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB está em obstrução. Solicito a verificação com o apoio do Senador José Agripino, do Senador Heráclito Fortes e do Senador Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faço um apelo aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa para que venham ao plenário, pois haverá verificação de *quorum*.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

Comunico aos companheiros do Democratas que o Partido encontra-se em obstrução pelas razões que aqui enunciei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou daqueles que consideram que temos que votar as matérias independentemente de qualquer outra questão.

Entendi a obstrução do Democratas e do PSDB tendo em conta um compromisso com o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, em face de uma disposição do Ministério do Meio Ambiente, mediante seu órgão executivo, digamos assim, que é o Ibama, que estabeleceu uma Portaria que impede a pesca com rede de arrasto, especialmente nas regiões litorâneas

do Ceará, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e mesmo parte do Piauí e no Norte, nos Estados do Pará e do Amapá, que também são atingidos por essa mesma medida.

Essa Portaria é uma reivindicação muito antiga do setor, que vinha solicitando não só que se aumente o defeso da pesca da lagosta para preservar esse bem espetacular da economia do Norte e Nordeste. Mas, ao lado dessa justa reivindicação, existe uma questão objetiva que são os pescadores. São centenas, milhares de pequenas unidades de pesca, pequenos barcos, todos montados com base na pesca com rede de arrasto. Como resolver esse problema?

Recentemente, na ida do Presidente da República ao Estado do Ceará, onde Sua Excelência foi anunciar um investimento de quase R\$1 bilhão em saneamento básico, tiramos o Presidente para alguns minutos de debate sobre o saneamento básico e discutimos essa questão da pesca. O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu conosco, ali, Senador José Agripino, esse compromisso que o Senador Romero Jucá já tinha assumido. Primeiro, vamos verificar a manutenção da Portaria. Veremos como manter essa Portaria, essa decisão do Ibama e, ao mesmo tempo, resolver o problema dos pescadores, porque eles fizeram investimentos, às vezes investimento da vida, e não podem, portanto, ficar com esse largo prejuízo, não tendo o trabalho e também não tendo compensação de todo o investimento que fizeram.

Talvez não fosse necessário fazermos obstrução em relação a isso, mas considero essa uma questão importante, porque são milhares de famílias que dependem dessa decisão, dependem dessa solução. O Presidente da República é sensível à questão e anunciou para todos nós, no Ceará, a intenção de resolver esse problema que resta com a decisão do Ibama. Ou se remove a decisão do Ibama ou se dá uma solução concreta ao problema dos pescadores que estão sendo atingidos por essa medida neste momento.

Sr. Presidente, sou daqueles que vão votar, porque acho que devemos votar, mas não podemos deixar de ter uma solução objetiva para esses milhares de pescadores. São famílias, o povo nordestino e o povo do Norte do País dependem dessa atividade pesqueira. A pesca da lagosta é uma atividade extrativista importantíssima da nossa região, que rende alguns milhões de dólares em divisas para os nossos Estados – é uma base forte da nossa economia – e atende a milhares de famílias.

Eu gostaria de agregar essa opinião a esse esforço conjunto, que não é apenas da Oposição, mas do Congresso Nacional, porque a Oposição participa ativamente com a Base do Governo para encontrar a

saída para esse problema grave que se criou com a Portaria do Ibama. Considero correta a Portaria, mas há um problema que temos de resolver, pois sem essa solução, Presidente Renan Calheiros, Senadoras e Senadores, acho que vamos deixar milhares de famílias no prejuízo, e isso não seria possível.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ouço o Senador José Agripino e, em seguida, o Senador Wellington Salgado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o assunto é tão importante que, como o Senador Inácio Arruda acaba de relatar, já chegou ao conhecimento de Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Se tivéssemos ficado calados, Senador Inácio Arruda, este assunto não teria passado da ante-sala do Ministério da Pesca. Como nós, no Congresso, estamos fazendo aquilo que nós devemos fazer, a interlocução daqueles que representamos... Senador Neuto de Conto, só no meu Estado são 40 mil pescadores, 40 mil, em pesca interior e pesca de litoral, com quem eu me reuni, na sexta-feira, pela manhã.

A Portaria a que o Senador Inácio Arruda se refere é correta em termos. Nenhum pescador questiona aquilo que a Portaria objetiva, que é a preservação da pesca artesanal da lagosta dentro de um calibre aceitável. Ninguém deseja a pesca predatória. Nenhum pescador, em todas as reuniões que fiz até hoje, nunca, nenhum deles me pediu para passar por cima dessa proibição. Nunca. Nenhum deles. Agora, o que eles querem? O assentado da reforma agrária tem um financiamento do Pronaf, na categoria “A”, com prazo razoável, longo, com um limite conveniente e com a taxa de juros baixa.

Por que o assentado da reforma agrária tem direito ao Pronaf A e não o tem o pescador? O pescador envelhece precocemente; tem problemas de córnea, pelo contato permanente com o sal e o sol; tem condições insalubres de trabalho, pela umidade; vive enfrentando o mar de madrugada com as intempéries do setor; vive de uma atividade que depende dos ventos, do fluxo de marés, da temperatura da água e de todo tipo de variável que interfere em se ter ou não o pescado; e ainda vai ter de enfrentar a intempérie da fiscalização do Ibama, que está metralhando o barco dele e negando a ele aquilo que pedimos? Pedimos um período de transição para que ele saia da caçoeira, que é a rede de pescar, que ele já concordou

em abandonar e que o Governo já aceitou indenizar, como indeniza as armas que recebe. Indeniza pelas armas, mas não indenizava pelas redes. Mas agora, por pressão nossa, o Governo já está concordando em indenizar pelas redes.

O Pescador não tem direito ao financiamento do Pronaf A, como o tem o assentado da reforma agrária? Por que não? Precisa ter. Ele não tem um prazo de transição da rede de pescar para o covo. Ele precisa ter; não pode deixar de ter.

Essas são as reivindicações básicas, Senador Sibá Machado. Se o Senador Romero Jucá disser, amanhã, que o Presidente da República conversou com o Ministro da Pesca e com o Ibama e que vai ser dada a transição de três meses, que vai haver o enquadramento no financiamento no Pronaf A e que a indenização das redes está garantida, estamos resolvidos, e os pescadores do Brasil, não somente do Rio Grande do Norte, mas de todo o Brasil, de ponta a ponta, aplaudirão a iniciativa do Presidente e a solução dada por iniciativa do Congresso brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Wellington Salgado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a, logo após o Senador Wellington Salgado, que havia pedido primeiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Depois vou pedir a palavra também, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só ia fazer a colocação de que estava havendo uma reunião no gabinete do Senador Aloizio Mercadante, mas S. Ex^a já está presente – certamente, ouviu o chamado da Presidência. Era o aviso que eu ia dar ao Presidente, pois não estava vendo V. Ex^a aqui, Senador Aloizio Mercadante, e havia sido convidado para uma reunião no gabinete de V. Ex^a. Então, eu ia somente avisar a Mesa, mas, diante da presença de V. Ex^a, não preciso mais fazer o comunicado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós tratamos de duas matérias relevantes hoje, que foram discutidas na Comissão de Assuntos Econômicos, para as quais ficamos de tentar buscar um entendimento. Primeiro, em relação às mudanças na Lei nº 8.666, a Lei de Licitações Públicas. Nós fizemos uma reunião com os Senadores que estão afins com essa matéria, com várias entidades, representantes de Municípios e entidades empre-

sariais, e temos ainda vários pontos complexos não devidamente equacionados. Portanto, necessitamos continuar negociando o texto dessa lei antes da votação na Comissão e em Plenário.

Apesar de termos acertado a urgência da votação, Sr. Presidente, não há condições políticas de votarmos a Lei de Licitações neste momento. Precisamos de mais um tempo para a negociação.

Em relação ao projeto que veio da Câmara, o Supersimples foi a preocupação de vários Governadores. Doze Governadores entraram em contato hoje comigo, pedindo que não o votássemos por causa da alínea g do art. 13, que é a antecipação do ICMS, que traria prejuízos que eles não têm sequer condições de estimar neste momento, prejuízos muito significativos aos Estados, e também em relação ao enquadramento dos setores que terão o benefício do Supersimples. A cláusula de ouro do Supersimples é que os setores que já estavam contemplados no Supersimples federal estariam preservados no Supersimples.

Então, qual foi o entendimento de todos os Senadores presentes? Estavam presentes o Senador Tasso Jereissati, o Senador Cícero Lucena, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Osmar Dias, o Senador Jayme Campos, o Senador Sérgio Zambiasi, o Senador João Tenório, ou seja, vários Senadores, e também Deputados afins à matéria na Câmara dos Deputados, como o Deputado Pimentel, o Deputado Luiz Carlos Hauly, o Deputado Merss, quatro Secretários de Fazenda, representando o Confaz, o Sebrae, entidades representantes de micro e pequenas empresas e, também, as entidades nacionais que representam os Municípios. Chegamos a um entendimento. Primeiro, aprovar o texto da lei como está, com o compromisso de o Governo vetar dois dispositivos: a antecipação do ICMS, alínea g do art. 13 da lei, e o setor de transportes.

Esses dois temas nós voltaríamos a discutir com calma a partir de agosto. Mas não há nenhuma segurança, por parte dos Governadores, dos Secretários de Fazenda, de aprovar a lei como está.

O Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, estava presente. Há o compromisso do Governo, então, a partir desse entendimento de todas as forças políticas do Senado, de todas as entidades representantes dos Municípios, do Confaz e da Receita Federal, de vetarmos estes dois dispositivos: antecipação do ICMS e os transportes. E esses temas serão posteriormente discutidos aqui no Senado, no âmbito da Comissão de Reforma Tributária, presidida pelo Senador Tasso Jereissati, com o Relator, que fez um excelente trabalho, na busca do

entendimento, Senador Adelmir Santana. Então, esse foi o entendimento. A matéria está pronta para ir a voto.

Estamos convocando uma reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, para votarmos essa matéria, amanhã, às 15 horas. E a matéria, Sr. Presidente, estará pronta para vir a plenário, a partir desse entendimento que foi construído, hoje, com o Confaz, com os Governadores, por meio de seus Secretários da Fazenda, com a Receita Federal, com as entidades empresariais, micro e pequenos empresários, com a Confederação Nacional, com o Sebrae, enfim, com os Senadores que participaram desse entendimento.

É esse o informe que gostaríamos de dar a este Plenário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de louvar a atitude do Senador Aloizio Mercadante, mas quero fazer um apelo. Com relação à Lei nº 8.666, sou autor do maior número de emendas. E tenho certeza de que as minhas emendas têm o mesmo objetivo que as de V. Ex^a, que é o de moralizar a concorrência.

De forma que eu gostaria de, se me couber, na próxima reunião, ter assento, porque é um assunto em que me sinto...

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a tem assento em qualquer mesa desta Casa, ainda mais em um tema com uma contribuição tão relevante que foi oferecida.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas preciso, pelo menos, saber, Senador, sobre isso agora.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Não, não, hoje essa reunião foi convocada, publicamente, na CAE, pela manhã. Na discussão da Comissão de Assuntos Econômicos, é o primeiro ponto da pauta. E, como não havia entendimento para a votação, convocamos e convidamos os Senadores todos publicamente para essa reunião, à tarde.

Como não foi conclusiva a negociação, vou passar a V. Ex^a o memorando da reunião, os pontos fundamentais e polêmicos que estão em discussão. São vários pontos, são 12 pontos relevantes, ainda em negociação.

Evidentemente, V. Ex^a poderá colocar outros assuntos que sejam relevantes, mas tenho certeza de que a participação do Senador Heráclito Fortes só vai contribuir e aperfeiçoar uma legislação que precisa agilizar os procedimentos da transparência, segurança à sociedade, controle social. Portanto, é uma lei bastante complexa que precisa da participação de todos, especialmente da experiência de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a e, como sei que meus caminhos são os seus, queremos a moralização da concorrência neste País – aliás, ao alcançarmos isso, estaremos livres de vários problemas –, sinceramente, gostaria de acompanhar o desenrolar da tramitação desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer o registro, depois de tantos debates que foram feitos nesta Casa, do licenciamento prévio da construção das hidrelétricas do rio Madeira, Jirau e Santo Antonio.

Acho muito importante frisar, Sr. Presidente, que, com essa liberação, fica apenas uma única hidrelétrica no Brasil ainda com pendências judiciais, porque o Ministério Público encontrou ainda uma série de incongruências no EIA/RIMA da hidrelétrica do rio Xingu, que ainda está nessa situação. É muito importante dizer isso, porque uma comissão de Senadores, membros da Comissão de Meio Ambiente, está indo até Rondônia, o que, neste momento, acho dispensável.

Acredito que, com essa atitude, o Ibama, o Ministério do Meio Ambiente podem dar um passo significativo para que a primeira hidrelétrica do PAC do Governo Lula vá de fato a cabo em tempo muito hábil, tendo em vista que há muitos debates sobre a questão do racionamento de energia a partir do ano de 2012 em diante.

Então, no debate que foi feito hoje a respeito do Instituto Chico Mendes, acabamos até nos esquecendo de fazer uma referência a esse belo trabalho.

Era esse o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apesar de não adotar uma atitude de obstrução, estou solidário com o Senador José Agripino no que toca a defesa da causa dos pescadores artesanais.

A meu ver e conversando com os pescadores, creio que a melhor solução seria o Governo ter prorrogado o prazo para que os pescadores pudessem se adaptar àquelas providências decorrentes da Portaria lançada pelo Ibama. Entretanto, o Governo se recusa, de uma forma obstinada, a prorrogar esse prazo, o que leva o próprio Governo a ficar, de certa maneira, encurralado, porque, agora, se o Governo quer encontrar uma solução, ele precisa encontrá-la

logo, com rapidez, com flexibilidade, que permita ao pescador ter condições mínimas de sobrevivência.

Portanto, sei que o Senador Romero Jucá já manteve entendimentos com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e com o Ibama, e está procurando encontrar uma solução.

Mas, por hora, Sr. Presidente, ele só fez acenar com a possibilidade da compra dos compressores e do financiamento do Banco do Nordeste, o que ainda não concretizou, não garantiu, e a situação com relação aos pescadores permanece a mesma.

Agora mesmo, nas galerias desta Casa, está presente o Presidente da Federação dos Pescadores do Rio Grande do Norte, Abraão Lincoln, que nome de pescador não tem, mas é efetivamente o representante dos pescadores no Rio Grande do Norte.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não há quorum. Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 365, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 365, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de cinco bilhões e duzentos milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 8-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 4-9-2007

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 19, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de

fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 7-9-2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 20, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 16-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 12-9-2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, DE 2007

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 21-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 17-9-2007

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 21-9-2007

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 18, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 21-9-2007

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 211, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.

9

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 412, DE 2003 – COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua]*.

11

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como

conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

12**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América (financiamento parcial do Premar).*

13**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

14**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

15**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

16**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação*

das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.*

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar

Mista de Inquérito da Exploração Sexual, *que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Arthur Virgílio.

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e De-

fesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 601, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.

Relator: Senador **Osmar Dias**

I – Relatório

No âmbito do PAC – Plano de Aceleração de Crescimento, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 40, de 2007, encaminhou projeto de lei ao Congresso Nacional que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023. Na Câmara dos Deputados, tal projeto recebeu a numeração PL nº 1, de 2007. Após sua aprovação na Câmara com poucas alterações, a matéria foi enviada ao Senado Federal, onde foi designada como Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007.

Inicialmente, o projeto estabelece que o salário mínimo, a partir de 1º de abril de 2007, será de R\$380,00 (trezentos e oitenta reais). Tal disposição também consta da Medida Provisória nº 362, de 2007.

No período de 2008 a 2011, os reajustes do salário mínimo serão antecipados em um mês por ano até que a majoração ocorra em 1º de janeiro, conforme a seguir:

- 1º de março de 2008;
- 1º de fevereiro de 2009;
- 1º de janeiro de 2010;
- 1º de janeiro de 2011.

O reajuste para preservação do poder aquisitivo do salário mínimo, a partir de 2008, corresponderá à variação acumulada do INPC. A título de aumento real, o salário mínimo será acrescido de percentual idêntico ao do crescimento real do PIB ocorrido dois anos atrás (ou seja, em 2008, além do INPC, o salário mínimo receberá aumento equivalente à variação do PIB em 2006).

O projeto prevê que, até 31 de março de 2011, o Poder Executivo da União encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei que disporá sobre a política de valorização do salário mínimo para o período compreendido entre 2012 e 2023, inclusive. Além disso, será constituído grupo interministerial, sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, composto por representantes do Governo Federal, das centrais sindicais de trabalhadores e da classe patronal, encarregado de definir e implementar sistemática de monitoramento e avaliação da política de valorização do salário mínimo.

Por fim, alteração introduzida na Câmara dispõe que a União não poderá realizar transferências voluntárias de recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios que, comprovadamente, descumprirem as disposições desta proposição.

Após leitura da matéria, os autos foram enviados a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

II – Análise

No que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade, não foram detectados vícios que prejudiquem o projeto.

Quanto ao mérito, é extremamente positivo que se estabeleçam regras para o reajuste do salário mínimo, pois, assim, cria-se uma política de incremento de seu valor que não dependa da conjuntura econômica e política do momento. Como consequência, resguardamos os trabalhadores, aposentados e pensionistas que recebem o piso nacional.

Também é salutar a antecipação da data-base do salário mínimo. Ao se fixar seu reajuste em janeiro, fica facilitada a discussão de seu valor no âmbito dos debates acerca do Orçamento federal.

Por fim, ressalte-se que as regras constantes da proposição valem somente até 2011. Para o exercício seguinte, novas regras, elaboradas pelo governo, juntamente com as entidades de classe dos trabalhadores e empregadores, serão encaminhadas para deliberação do Congresso Nacional. Isso é positivo na medida em que permitirá avaliar os efeitos desta proposição, para eventuais aperfeiçoamentos na legislação que a sucederá, cuja vigência está prevista para o período de 2012 a 2023.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007.

Sala de Comissão, 3 de julho de 2007.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/07/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Alvaro Alcântara

RELATOR(A): Osmar Dias

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPPLY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-JOÃO RIBEIRO (PR)

PMDB

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-JOAQUIM RORIZ
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS

PFL

ADELMIR SANTANA	1-JONAS PINHEIRO
EDISON LOBÃO	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-ROSALBA CIARLINI
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 601, de 2007**, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007** (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Mário Couto, Sérgio Guerra, Marconi Perillo, Cícero Lucena, João Tenório, Papaléo Paes e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fa-

zer o registro da matéria intitulada “CNA se queixa de violência no campo”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, de 27 de abril de 2007.

A matéria destaca que preocupada com as invasões promovidas pelos sem-terra e o aumento das pressões de quilombolas e indígenas por mais terras, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) decidiu iniciar um movimento para chamar a atenção da sociedade para essas questões. Segundo o Presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários e Indígenas da entidade, Leônicio Brito, os conflitos estão aumentando e fugindo ao controle.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SEXTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2007
O ESTADO DE S. PAULO

NACIONAL | A11

TERÇA-FEIRA

CNA se queixa de violência no campo

Para presidente de comissão da entidade, conflitos estão aumentando e fugindo ao controle das autoridades

Bolão Arruda

Preocupada com as invasões promovidas pelos sem-terra e o aumento das pressões de quilombolas e indígenas por mais terras, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) decidiu iniciar um movimento para chamar a atenção da sociedade para essas questões. Segundo o presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários e Indígenas da entidade, Leônicio Brito, os conflitos estão aumen-

tando e fugindo ao controle.

“A impunidade campeia, criando um clima de intranquilidade e violência que preocupa os investidores”, disse ele. “Cada vez que uma propriedade é invadida, uma cadeia produtiva inteira é afetada – do fornecedor de insumos ao comprador do produto final. Nos últimos quatro anos nós tivemos quase mil invasões.”

A primeira iniciativa da CNA foi a realização do Fórum Empresarial Agrícola, ontem, em

Brasília. Na ocasião, a Associação Brasileira de Florestas Plantadas (Abraf), que também ajudou a organizar o encontro, informou que, se forem demarcadas e tituladas todas as áreas reivindicadas pelas cerca de 3.500 comunidades quilombolas que se estima existir no País, será necessário desapropriar 21 milhões de hectares de terras – o que equivale a cinco vezes o território do Estado do Rio de Janeiro.

“Isso daria origem a inúmer-

os conflitos, afetando não só grandes empreendimentos, mas também pequenos agricultores”, disse o diretor-executivo da Abraf, César Reis.

De acordo com Edivaldo Permannhane, agricultor capixaba convidado para o fórum, as desapropriações que o Incra pretende realizar em São Mateus do Sul, no Espírito Santo, para atender os quilombolas, afetam sobretudo pequenos e miniproprietários. “Aquele é um município onde predominam

propriedades familiares, muito produtivas. Por causa desse decreto que o governo federal fez, permitindo às pessoas se auto-declararem quilombolas e reivindicarem terras que teriam sido ocupadas por seus antepassados, a maioria dessas propriedades será desapropriada. Que culpa tenho eu da escravidão?”

Segundo a CNA, desde a década de 60 os governos destinaram 68,6 milhões de hectares à reforma agrária. “Isso é maior

que a área conjunta de lavouras anuais, de grãos, que ocupa 47 milhões de hectares, e a de lavouras permanentes, com 15 milhões”, observou Leônicio Brito. “Mesmo assim as pressões por mais terra continuam, com ações violentas e badernas. Atualmente o custo por família assentada gira em torno de R\$ 70 mil. É um custo alto. Apesar disso, ninguém sabe ao certo quantos assentamentos sobrevivem com seus próprios recursos, quantos deram certo.”

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Agências ainda em risco”, publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 01 de maio de 2007.

A matéria destaca que o Governo Lula continua empenhado em controlar, mesmo que indiretamente, as agências reguladoras.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “De volta, Alckmin diz que será soldado contra governo Lula”, publicada no Jornal *Folha de S. Paulo*, em sua edição de 04 de junho de 2007.

A matéria destaca que em sua volta ao Brasil, depois de uma temporada nos E.U.A, o ex-Governador de São Paulo Geraldo Alckmin alega que é cedo para falar em eleição e prega firmeza da oposição na relação com o Presidente Lula e com o PT.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por último, eu gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Uma CPI chega à Infraero”, publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 3 de junho de 2007.

A matéria destaca que o depoimento do Procurador Federal Lucas Furtado, que representa o Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU), na CPI do Senado sobre o apagão aéreo, mostrou que a Infraero é uma “caixa preta” e que sangrias e politicagem na empresa, “em níveis estarrecedores”, somados ao contingenciamento de verbas podem ter contribuído para sucatear o setor.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Estado S. Paulo 01/05/07 **Agências ainda em risco**

O governo continua empenhado em controlar, mesmo indiretamente, as agências reguladoras. Pior para o País, porque os investidores são menos confiantes quando organismos desse tipo são mais sujeitos a interferências políticas. O relator do projeto de lei geral das agências, deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), melhorou consideravelmente o texto enviado pelo Executivo ao Congresso em 2004. Mas acabou cedendo às pressões da Casa Civil da Presidência da República em dois pontos importantes: conservou a figura do ouvidor e desistiu de manter no substitutivo a figura do orçamento próprio, uma segurança maior de independência financeira.

Segundo o relator, o orçamento próprio seria incompatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele só teria nota de esse pormenor durante as últimas negociações com o Executivo. É uma opinião contestável, pois as agências recebem taxas pela prestação de serviços. Essa taxa tem destinação específica e não se confunde com a receita geral administrada pelo Tesouro.

Essa confusão ocorreu nos últimos anos e a consequência foi noticiada com destaque pela imprensa: o Executivo congelou as verbas das agências e ameaçou, na prática, sufocá-las financeiramente.

Nenhum órgão regulador terá autonomia plena se a sua operação depender da boa vontade ou dos interesses políticos de quem decide a liberação de recursos do Tesouro. Convém, portanto, rever esse pon-

to e buscar uma fórmula para reduzir a vulnerabilidade financeira das agências.

A figura do ouvidor, proposta no projeto original e mantida pelo relator, só se explica pelo interesse do Executivo em manter os órgãos de regulação sob constante vigilância – uma forma de facilitar a pressão política e a interferência. Ele terá poderes para acessar todos os projetos e dados operacionais das agências. Deverá mandar relatórios, “semestralmente e quando julgar oportuno”, aos Ministérios setoriais, à Fazenda, à Casa Civil, à Câmara Federal, ao Senado e ao Tribunal

O projeto da lei das agências melhorou, mas ainda tem falhas importantes

de Contas da União (TCU). O TCU poderá pronunciar-se a respeito das licitações, mas não sobre o mérito das decisões de caráter regulatório.

O ouvidor terá mandato de quatro anos e será nomeado depois de audiência no Senado. Esta condição foi acrescentada ao texto por exigência dos empresários, empenhados em defender a autonomia operacional das agências. Eles estão certos ao defender qualquer condição que possa atenuar a interferência do Executivo. Na prática, a sabatina realizada no Senado poderá revelar-se um filtro pouco eficiente. Talvez se converta em mera formalidade para legitimar a nomeação desejada pelo presidente da República.

Noutros pontos, o substitutivo proposto pelo relator é mui-

to melhor que o projeto original. Ele excluiu a exigência de contrato de gestão entre as agências reguladoras e os Ministérios setoriais. Esses contratos incluíam metas de desempenho fixadas pelos Ministérios. Em vez disso, a diretoria de cada agência definirá um plano estratégico de trabalho para quatro anos, tomando como referência o plano plurianual do governo. Anualmente, a diretoria da agência mandará ao Ministério correspondente um ajuste de seu planejamento.

A Casa Civil também aceitou a proposta de mandatos de quatro anos para os diretores, com datas de substituição não coincidentes com a do presidente da República. Em caso de vacância, a própria diretoria deverá propor uma lista com seis possíveis substitutos, para escolha do presidente. Se a indicação demorar, o cargo será ocupado temporariamente pelo substituto. Com isso se evitará o problema ocorrido no ano passado, quando várias agências ficaram, durante meses, sem quórum para deliberação.

Todos os presidentes serão substituídos entre o 13º e o 18º mês de mandato do presidente da República. Mas a decisão dependerá dos votos da maioria dos diretores, o que, segundo o relator, diminuirá o risco de interferência do Executivo. Se for possível atenuar também esse risco, valerá a pena acrescentar uma correção ao texto. A experiência dos últimos quatro anos justifica todo cuidado.

SEGUNDA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2007

brasil A7

De volta, Alckmin diz que será soldado contra governo Lula

Tucano, derrotado pelo petista em 2006, retornou ontem de temporada nos EUA e foi recebido aos gritos de 'prefeito'

Ex-governador de São Paulo alega que é cedo para falar em eleição e prega firmeza da oposição na relação com o presidente Lula e com o PT

JOSÉ ALBERTO BOMBIG
DA REPORTAGEM LOCAL

Candidato derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva na eleição do ano passado, o tucano Geraldo Alckmin afirmou ontem, no seu retorno ao Brasil após temporada de cinco meses

nos EUA, que percorrerá o país para fortalecer a oposição ao presidente petista e para reorganizar as bases do PSDB.

"É fundamental para o Brasil ter uma boa oposição firme, que cobre, que fiscalize. Tenho conversado com o presidente do PSDB, o Tasso [Jereissati], e disse a ele que vou me incorporar como soldado a esse trabalho", disse, assim que desembarcou, por volta das 8h, no aeroporto de Guarulhos.

Ele foi recebido aos gritos de "meu prefeito" por cerca de 80 correligionários tucanos, que seguravam faixas com dizeres como "bem-vindo, a luta continua" e agitavam bandeiras da campanha eleitoral de 2006. O tucano estudou, de janeiro até o mês passado, políticas públicas na Universidade de Harvard, em Boston.

Apesar do entusiasmo do grupo, o ex-governador de São Paulo [2001-2006] manteve o discurso de que ainda é cedo para decidir se será ou não candidato a prefeito ano que vem. "Tudo tem seu tempo. Eleição é em ano par", afirmou.

Pelo menos oito deputados federais, oito estaduais, o presidente da Assembleia paulista, Vaz de Lima, os presidentes dos diretórios municipal e estadual e ex-secretários de sua gestão engrossavam as fileiras de "alckministas" no aeroporto.

Nenhum secretário do governador de São Paulo, José Serra, ou do prefeito da capital, Gilberto Kassab (DEM), que tem três tucanos no primeiro escalão, compareceu ao aeroporto.

Disputa interna

Antes de decidir se concorrerá na sucessão do aliado Kassab, Alckmin terá de enfrentar a disputa interna do PSDB, que até o final deste ano escolherá o substituto do senador Tasso Jereissati (CE) e até agora está

desarticulado na oposição a Lula. No segundo turno da eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, em fevereiro, o partido rachou e boa parte de seus parlamentares votou no petista Arlindo Chinaglia.

Aliados do ex-governador, querem que ele ocupe o principal cargo do partido. "Não preciso estar na presidência para fazer oposição", disse Alckmin.

Ele, no entanto, utilizará a série de viagens pelo país para consultar as bases antes de tomar uma decisão, já que Serra e Aécio Neves (governador de Minas Gerais), de olho em 2010, têm restrições ao projeto.

Em privado, os aliados de Alckmin reconhecem que o nome mais cotado hoje para assumir a liderança do partido é o do senador Sérgio Guerra (PE), mas avaliam que, caso o ex-governador se coloque como candidato, a vaga será dele.

Questionado sobre se Serra e Aécio não estão fazendo oposição a Lula, Alckmin minimizou: "A tarefa de governador é governador, [oposição] cabe ao partido", disse.

País parado

O ex-governador retomou o tom da fase final de sua campanha ao criticar o presidente ontem. "Fiquei praticamente meio ano fora do Brasil e vejo que as coisas não mudaram: mais um escândalo de corrupção e o Lula viajando", disse.

Alckmin teve 37 milhões de votos em 2006, contra 58 milhões de Lula. "O primeiro ano de um governo é o ano das reformas. Se o presidente não fizer nada neste ano, não vai fazer mais", afirmou.

Alckmin desembarcou sozinho. Os filhos Geraldinho e Thomaz o esperavam. Segundo o ex-governador, que é formado em Medicina, ele lecionará em universidades paulistas.

Estado S. Paulo 03/06/07

Uma CPI chega à Infraero

O depoimento do procurador federal Lucas Furtado, que representa o Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU), na CPI do Senado sobre o apagão aéreo, na quarta-feira, mostra por que a sua congênere da Câmara, amplamente dominada pela base governista, relutou em incluir na sua pauta as suspeitas de corrupção pesada na Infraero, a estatal responsável pela administração dos aeroportos brasileiros. O pretexto para a relutância foi a especiosa alegação – repetida pelo presidente Lula na sua entrevista coletiva de 15 de maio – de que eventuais erros ou irregularidades na gestão da rede aeroportuária nada têm a ver com a questão maior da segurança de voo no País, razão de ser da investigação legislativa. (Esta só saiu, é bom lembrar, porque os deputados da oposição recorreram ao Supremo Tribunal Federal contra o engavetamento de sua iniciativa e obtiveram ganho de causa.)

A segunda esperteza da cúpula da CPI da Câmara, no seu evidente afã de separar as malfeitorias na Infraero da crise do sistema de controle do tráfego aéreo doméstico, foi a de remeter para agosto, depois do recesso de meio de ano e pouco antes do período destinado ao preparo e votação do relatório final do inquérito, o exame das denúncias de desmandos na empresa que, segundo depoimento do procurador, arrecadou nos três primeiros meses do ano R\$ 915 milhões em taxas (dos quais diz ter ficado com R\$ 600 milhões). Mesmo quando parece agir com objeti-

vidade, a maioria lulista na Câmara mostra o seu jogo. Assim, enquanto aceitava aprovar, um mês após a instalação da CPI, a convocação do atual presidente da Infraero e dos seus quatro últimos antecessores, impediu que também fosse chamada a depor a diretora de Engenharia Eleuza Therezinha Lopes, na mira do Ministério Público por suspeitas de fraude em licitações no Aeroporto de Congonhas.

Já no Senado, onde a vantagem do Planalto é menor, a atitude da comissão é outra – e o primeiro resultado de vulto foi precisamente a oitiva do procu-

Sangrias e politicagem na Infraero têm níveis estarrecedores

rador Lucas Furtado. Com base nas auditorias do TCU, ele fez contundentes acusações à Infraero, “uma caixa-preta em todos os sentidos”. Ainda assim, os auditores teriam conseguido apurar que, desde 2000, a estatal deixou de repassar à Aeronáutica mais de meio bilhão de reais. A empresa se apressou a contestar a informação, mediante nota em que empilha valores absolutos e porcentagens, além de assinalar que o plenário do TCU ainda não se pronunciou a respeito. O fato crucial é que os repasses dos recursos arrecadados pela Infraero se destinam, em primeiro lugar, à manutenção e à modernização do sistema de controle de vãos – o que liga indissolivelmente uma coisa à outra. O problema maior do sistema, apontou Furtado,

não é o contingenciamento de verbas: “É a Infraero.”

O que já veio à luz sobre a politicagem e a sangria na estatal – com as suas licitações fraudulentas, redução de exigências para as empresas contratadas, pagamentos de monta por serviços fictícios e os superfaturamentos de praxe – manda tratar com a máxima seriedade o depoimento do procurador adido ao TCU. Algumas de suas passagens são estarrecedoras. Por exemplo, obras em Guarulhos que a Infraero calculou que custariam R\$ 1 bilhão, acabaram orçadas em R\$ 104 milhões, depois de auditadas pelo tribunal. O desperdício – por desídia ou algo pior – tangencia o absurdo. Segundo Furtado, a empresa tem prejuízo de R\$ 100 milhões apenas com o aluguel de carrinhos de bagagem nos aeroportos. O “cartel que domina todas as áreas de embarque” cobra da Infraero “valores exorbitantes, muito superiores aos que paga ao fornecedor”.

Cartéis controlam, portanto, também a concessão de espaços para comércio e publicidade nos aeroportos, como alertou o procurador. Isso dificilmente seria possível sem a conivência ou o proveitoso envolvimento da diretoria comercial da empresa, responsável por todas as concessões nos aeroportos, incluindo, além das citadas, a dos postos de abastecimento de combustível. Se os governistas da CPI da Câmara pouparam a área de Engenharia da Infraero, igualmente comprometida, espera-se pelo menos que a comissão do Senado vá fundo nas maracutaías desse outro setor, onde as oportunidades de ganhos ilícitos são notórias.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Tarde demais”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, de 9 de maio de 2007.

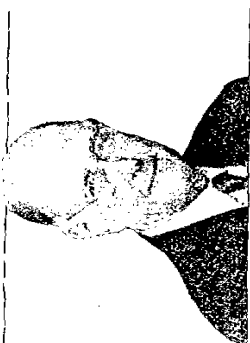
O artigo do jornalista e economista Celso Ming destaca que a Petrobrás e o Governo Lula estão colhendo agora os resultados de sua política frouxa e entreguista diante da escalada do avanço sobre o patrimônio público brasileiro na Bolívia.

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



CELSONO MING

celso.ming@grupestado.com.br

Tarde demais

A Petrobrás e o governo Lula estão colhendo agora os resultados de sua política frouxa e entreguista diante da escalada do avanço sobre o patrimônio público brasileiro na Bolívia.

Só agora o ministro de Minas e Energia e o Itamaraty se dispuseram a reagir com certa firmeza e, ainda assim, mais verbalmente do que com ações, ao que o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, está chamando, corretamente, de expropriação de fluxo de caixa da Petrobrás.

O último lance do governo do presidente Evo Morales foi transferir para a YPFB, a companhia estatal boliviana, as exportações de petróleo reconstruído e dega-solinas brancas produzidas nas refinarias da Petrobrás na Bolívia, pagando pelo produto cerca de metade do valor de mercado.

Como resposta, a Petrobrás anunciou o fim das atividades

pensou tratamento paternalista e excessivamente leniente aos ataques do governo Evo Morales ao patrimônio do Tesouro brasileiro em território boliviano. Agiu como se o governo esquerdista de La Paz tivesse direito especial de atrapelar interesses brasileiros como bem entenda.

FABIO MOTA/AE-1/12/2006



GABRIELLI - Expropriação de caixa

A resposta da Petrobrás não passa de espremeção diante da lógica encampadora. Apesar das insinuações de acordo feitas ontem pelas autoridades bolivianas, um abismo separa as partes. Nada exemplifica melhor as distâncias do que a observação feita segun-

da-feira pelo ex-ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia Carlos Miranda: a Petrobrás, disse ele quer ser indenizada pelo valor de mercado de suas refinarias; a Bolívia entende que não está mais numa economia de mercado e, por isso, prevalecerá o preço estipulado por decreto.

A retórica a que agora recorrem as autoridades brasileiras e o recurso aos tribunais não passam de satisfação do governo Lula e da Petrobrás ao público interno e a seus acionistas.

Mesmo que a sentença final dos tribunais dê ganho de causa à Petrobrás, parece pouco provável que o governo boliviano a aceite. Dirá que os tratados que a sustentam foram firmados em circunstâncias que não valeram mais nos dias de hoje. E que a Petrobrás reclame ao bispo de La Paz o que entenda seja do seu direito.

O interesse brasileiro merece melhor tratamento do que esse lero-lero diplomático. ●

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O embaraço do presidente”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 14 de junho de 2007.

A matéria destaca que o Presidente Lula tem reagido de modo confuso ao envolvimento do irmão, Vavá, com a máfia dos caça-níqueis. Segundo o jornal em um primeiro momento Lula falando como irmão disse “não acreditar mesmo, de verdade” nos malfeitos atribuídos a Vavá. Já em um segundo momento, falando como Presidente disse que “se a Polícia Federal tinha uma autorização judicial e o nome dele aparecia, paciência”. Já na Alemanha, onde esteve reunido com o G-8, comparou o irmão a um lambari apanhado em meio a um “cardume de pintados”.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “Falta de licença ambiental trava obras do PAC na área de energia”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 8 de maio de 2007.

A matéria mostra que no balanço de 100 dias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ontem no Palácio do Planalto, a área energética foi apresentada como principal preocupação do Governo, por conta dos atrasos em boa parte das iniciativas previstas no pacote. De acordo com a reportagem, das 7 obras divulgadas pelo Governo

como tendo recebido selo vermelho, sinal de andamento “preocupante”, pelos critérios adotados no balanço, 6 são da área energética. Segundo o jornal, a responsabilidade por esse gargalo foi atribuída à área ambiental. Dilma, visivelmente irritada, no entanto evitou criticar a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por último eu gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Presidente adia inauguração de usina que já funciona há meses”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 9 de maio de 2007.

A matéria destaca que assim como o Centro Operacional e Administrativo dos Correios, que o Presidente Lula entregou oficialmente em São José, Minas Gerais, a Usina Hidrelétrica Campos Novos que ele inauguraria ontem também já está em operação há mais de dois meses.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

1/2 O embaraço do presidente

Com sete dias de intervalo, o presidente Lula teve duas reações distintas ao envolvimento do seu irmão mais velho, Genival Inácio, o Vavá, com o batoteiro Nilton Cezar Servo, preso pela Polícia Federal (PF) sob a acusação de chefiar a máfia dos caça-níqueis baseada em Mato Grosso do Sul. Da primeira vez, na terça-feira da semana passada, em Nova Délhi, Lula enfrentou com elegância e propriedade a constrangedora situação em que foi posto ao se tornar público que a PF vasculhara, com autorização judicial, a casa de Vavá em São Bernardo do Campo. Pior, soube-se ainda que os federais haviam pedido a decretação da sua prisão preventiva, mas não foram atendidos – diferentemente do que ocorreu no caso de Dario Morelli Filho, o compadre do presidente apontado como sócio de Servo. (Ambos já foram soltos.)

Lula fez questão de separar parentesco e função pública. Falando como irmão, disse “não acreditar mesmo, de verdade” nos malfeitos atribuídos a Vavá. Falando como presidente, como deixou claro, disse que “se a Polícia Federal tinha uma autorização judicial e o nome dele aparecia, paciência”. Instado anteontem a se manifestar de novo sobre o caso – o que se recusara a fazer na Alemanha, depois da visita à Índia, dizendo que só trataria disso no Brasil –, ele foi menos claro. Revivendo o costume de recorrer a metáforas para lidar com situações embaraçosas, enveredou pela ictiologia ao comparar o irmão a um lambari apanhado em meio a

um “cardume de pintados”, que apenas teria ganho notoriedade por ser um “lambari especial”, dada a relação de parentesco entre eles. E emendou: “Vavá está mais para ingênuo do que para lobista.”

De fato, do que transpirou das investigações da Polícia Federal, Genival Inácio, embora seja uma espécie de “paizão”, no dizer de Lula, para alguns ou todos os 15 irmãos e meios-irmãos Da Silva, aparece como um peixe pequeno perto dos principais citados. Além disso, as gravações de suas conversas revelam uma figura patética, de dar dó, como ao pedir “2

Lula tem reagido de modo confuso ao envolvimento do seu irmão

paus” para o tubarão Servo. Mas o seu jeito simplório, mencionado inicialmente pelo próprio advogado para defendê-lo da acusação de lobista; desqualificando-o, é apenas um lado da moeda. Ou por ser demasiado ingênuo ou por não o ser tanto assim, ele se movimentava o suficiente “para ser usado”, como a PF ouviu o capo dizer num telefonema. “É uma pessoa que você tem de direcionar”, Servo instruiu o seu interlocutor, prognosticando de todo modo que, aos 67 anos, Vavá “tem futuro”.

Tosco, trapalhão ou promissor, pouco importa. A polícia, ele afirmou que fazia “intermediações para ajudar as pessoas” – no caso, um empreiteiro e um pecuarista grampeados –, mas sem receber nada por isso. Já o empresário Nil-

ton Servo afirma, nas gravações, que calcula ter pago R\$ 14 ou R\$ 15 mil a Vavá. O nervo da questão é que Lula sabia que o mano era uma dor de cabeça, que poderia se manifestar quando menos esperasse, e tratou de preveni-la. Pena que, na entrevista de anteontem, tenha apelado para a enrolação, o que se guardara de fazer em Nova Délhi. Não podendo negar que outro irmão, o Frei Chico, disse a Vavá, em telefonema gravado, que Lula queria falar com ele por causa de uma “bronca” – aparentemente, uma obscura tentativa de levar alguém a um Ministério –, o presidente tentou tirar o corpo, comentando que “eles são irmãos e têm de conversar”.

Para mal dos pecados, na mesma terça-feira se divulgou que, em 23 de maio, passados três dias da intimação repassada por Chico, ou por um certo “Roberto”, como se identificou, os gravadores da PF registraram chamado em que uma anônima voz feminina exortou Vavá a ir logo a Lula porque “a coisa está muito feia”. Em dado momento, Vavá confirma que o outro “tá querendo falar comigo”. Isso significa que antes de desencadeada a Operação Xequê-Mate, em 6 de dezembro passado, Lula tinha motivos para tirar o irmão lambari das águas turvas. Por saber (ou temer) que a PF estava na sua escuta? Ele deixou escapar que “só por ser meu irmão, o Vavá deveria ter tido mais responsabilidade”. No quê, exatamente? Decerto Lula não fez vista grossa às bisonhas traficações do irmão, muito menos foi conivente com elas. Entrou na história como Pilatos no Credo. Por que, então, não jogar limpo com o País?

Falta de licença ambiental trava obras do PAC na área de energia

Das 7 obras divulgadas com sinal vermelho, 6 são do setor; Dilma mostra irritação, mas evita criticar Marina

Leonardo Hossa
BRASILIA

No balanço de 100 dias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ontem no Palácio do Planalto, a área energética foi apresentada como principal preocupação do governo, por conta dos atrasos em boa parte das iniciativas previstas no pacote. Das 7 obras divulgadas pelo governo como tendo recebido selo vermelho - sinal de andamento "preocupante", pelos critérios adotados no balanço -, 6 são da área energética.

Indiretamente, a responsabilidade por esse gargalo foi atribuída à área ambiental. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que tem funcionado como coordenadora do PAC e fez a apresentação, evitou responsabilizar diretamente a ministra Marina Silva, mas informou que 12 obras relevantes estão com selo vermelho ou amarelo - sinal de atenção, para o governo - por conta de atraso gerado por falta de licença ambiental.

'Não existe escolha de Sofia, a solução é sempre técnica', disse Dilma

O balanço preparado sob a supervisão de Dilma aponta a questão ambiental como "desafio" para dar prosseguimento a pelo menos quatro das sete obras com cronograma com selo em vermelho.

Ao falar do assunto em entrevista, Dilma disse que as soluções para destruir as obras são "políticas". Depois, corrigiu-se, dizendo que o governo só busca soluções "técnicas", sempre julgando o meio ambiente. "Não existe escolha de Sofia, a solução é sempre técnica", ressaltou. Ela mostrou desconforto ao ser questionada sobre qual cor de selo daria ao Ministério do Meio Ambiente. Então, disse que não cabe a ela julgar outros ministérios.

tros.

"Nunca farei, não acho isso correto", afirmou. Na avaliação da ministra, essa tentativa de apresentar infra-estrutura e meio ambiente como em campos opostos não produz "boa compreensão para a população. Marina não foi convidada para o balanço do PAC, com a justificativa de que dirige um ministério que não toca obras.

NÚMEROS GERAIS

Pelos números e gráficos mostrados por Dilma, 52,5% das 1.646 ações do PAC, entre estudos, projetos e obras, estão com cronograma em situação verde - selo usado para andamento adequado. Entre os demais, 39,1% ganharam amarelo e 8,4%, vermelho. A ministra disse que a classificação dos cronogramas adotada é "conservadora" e "rigorosa", mas mostrou que 91,6% das obras estariam com andamento satisfatório - soma de ações com selos amarelo e verde.

O governo também avaliou como positiva a aprovação de medidas provisórias no Congresso para implementar o PAC e a análise na Câmara da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que acrescentou R\$ 6,7 bilhões ao programa no Orçamento Geral da União deste ano.

Mesmo diante desses índices considerados bons, Dilma não escondeu a irritação com os atrasos em obras emblemáticas do PAC. "Vou abrir antes que vocês peçam", disse aos jornalistas ao comentar as páginas do balanço sobre as obras das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia, que estão paralisadas por falta de licença ambiental. As duas obras vão gerar, segundo o governo, 6.694,4 MW - metade da energia de Itaipu. O custo total dos projetos é de R\$ 14,4 bilhões. "Se passar de mau, a entrega das obras ficará para 2013", disse, referindo-se ao desejo do governo de conseguir a liberação até o fim deste mês.

Dilma se irritou diante de questão sobre a ausência de

O ritmo do programa



Os selos de classificação

VERMELHO - PREOCUPANTE 8,4% DOS EMPREENDIMENTOS	Obras com elevado risco de paralisação ou significativo atraso no cronograma.
AMARELO - ATENÇÃO 39,1% DOS EMPREENDIMENTOS	Cronograma está em dia, mas há risco de interrupção da obra. Pode haver atraso.
VERDE - ADEQUADO 52,5% DOS EMPREENDIMENTOS	Ação tem cronograma em dia e riscos administrados.
1.646 é o total de obras do PAC	970 projetos do total são de infra-estrutura. 69% já estão em obras

O Orçamento de 2007

EM MILHÕES DE REAIS

1,9 é a parcela que foi empenhada desse Orçamento, ou 20%

9,6 é o total previsto no Orçamento deste ano para o PAC

16,3 é para quanto deve subir o Orçamento após aprovação de alteração na LDU

Números da economia nos 3 primeiros meses do PAC

EM MILHÕES DE REAIS

Taxa Selic nominal	Taxa de crescimento do PIB	Dívida líquida do setor público (rel. do PIB)
2007 2008 2009 2010	2007 2008 2009 2010	2007 2008 2009 2010
Projeção atual do PAC	Projeção atual do PAC	Projeção atual do PAC
Projeção inicial	Projeção inicial	Projeção inicial
12,1 10,7 10 9,5	4,5 5 5 5	43,9 41,4 39,8 36
12,2 11,4 10,5 10,1	4,5 5 5 5	40,3 43,8 42,9 39,7

Marina. Um jornalista lembrou que o ministro Paulo Bernardo (Planejamento) também não é gestor direto de obras e, no entanto, estava presente. "Essa é uma pergunta um pouco provocadora", disse Dilma. "Não colocamos o ministério inteiro aqui", completou. "Uma parte das divergências está na cabeça de vocês (jornalistas) e a outra é técnica, não pessoal."

Além de Dilma e Bernardo

participaram da apresentação, no Salão Oeste do Palácio do Planalto, os ministros Guido Mantega (Fazenda), Márcio Fortes (Cidades), Franklin Martins (Comunicação Social), Alfredo Nascimento (Transportes), Silas Rondon (Minas e Energia) e Geddel Vieira Lima (Integração).

O balanço preparado sob a supervisão de Dilma é bem claro ao apontar a questão ambiental como "desafio" para

Os números do PAC apresentados pela ministra Dilma Rousseff ontem, em Brasília

Decreto reduzirá o custo das obras de infra-estrutura

... O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou ontem que o presidente Lula assinará esta semana decreto que garantirá uma redução entre 9% e 10% nos custos de novos investimentos na área de infra-estrutura. O decreto vai regulamentar a medida prevista na Lei de Licitação, que elimina a cobrança de contribuição do PIS-Cofins sobre novos investimentos na área, como construção de hidrelétricas, estradas e obras de saneamento. "Esses investimentos vão ficar mais baratos", disse Mantega. A MP que institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infra-estrutura faz parte do conjunto do PAC e é a proposta de regulamentação já foi encaminhada à análise da Casa Civil.

A Fazenda estima que isso implicará renúncia fiscal de R\$ 1,6 bilhão em 2007 e R\$ 2,8 bilhões em 2008. Com isso, as estimativas de renúncia fiscal das medidas de desconexão tributária do PAC sobem R\$ 8,2 bilhões em 2007 e R\$ 14,2 bilhões em 2008.

Mantega e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, afirmaram que o PAC atende a todos os setores econômicos e não procede às análises de que o aplicou "foi deixado de lado", apesar das críticas de aplicadores. Os ministros praticamente descartaram um programa só para o setor. "O PAC é uma injeção na veia na agricultura, no comércio, na indústria. Não é para um setor específico", disseram. • RENATA VILHIMINO

um eloquio na entrevista. Para Marina, ressaltando que a colagem do Meio Ambiente foi importante no processo de construção de BR-163, ressaltou que a Lei de Licitação do PAC. Mas o balanço divulgado ontem também não poupou a ministra Marina ao comentar a situação de obras da rodovia. O documento destaca que é preciso a autorização para retirar recursos do Parque Nacional do Jamnaxim, no Pará. •

Presidente adia inauguração de usina que já funciona há meses

Elder Ogliari

ENVIADO ESPECIAL
CAMPOS NOVOS

Assim como o Centro Operacional e Administrativo dos Correios que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva entregou oficialmente em São José, a Usina Hidrelétrica Campos Novos que ele inauguraria ontem também já está em operação há mais de dois meses. Lula acabou suspendendo sua ida à solenida-

de por conta do mau tempo, mas isso não terá impacto na rotina de funcionamento da usina – ela já está com duas de suas três turbinas operando desde fevereiro e a terceira será ativada nos próximos dias.

A hidrelétrica tem uma potência instalada de 880 megawatts, equivalente a 25% da demanda de Santa Catarina. Construída no Rio Canoas, entre os municípios catarinenses de Campos Novos e Celso Ramos, a barragem é a terceira mais al-

ta no mundo no tipo enrocamento com face de concreto. Tem 202 metros de altura e 592 metros de comprimento. O consórcio Enercan, formado pela Votorantim, CPFL Energia e CEEE, investiu R\$1,5 bilhão no projeto.

A Hidrelétrica de Campos Novos não está na relação dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A construção começou em 2001 e chegou a empregar 2,5 mil pessoas nos momentos em que ritmo de trabalho foi maior. ●

DORA KRAMER

A colunista está em férias

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Infraero demite quatro, em guerra de bastidores para evitar CPI”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 10 de abril de 2007.

A matéria destaca que o atual Presidente da Infraero, Brigadeiro José Carlos Pereira e seu antecessor no órgão, o Deputado do PT de Pernambuco Carlos Wilson, duelam pelo poder na estatal, enquanto vêm a tona uma licitação suspeita de R\$50 milhões e um contrato irregular.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “Loteria ou Lavanderia?”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 7 de março de 2007.

A matéria destaca que na semana passada o Senador Alvaro Dias (PSDB – PR) apresentou uma

denúncia, segundo a qual existem evidências de que bandidos usaram sorteios da loteria federal para lavar mais de R\$30 milhões. De acordo com a matéria, um relatório do COAF, órgão de fiscaliza as operações financeiras do País, indica que 75 “apostadores” acertaram, nos últimos sete anos, em torno de 4.300 vezes na loteria e ganharam R\$32 milhões. Um grau de acerto totalmente despropositado pela lei das probabilidades.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por último, eu gostaria de fazer o registro do artigo intitulado “A pergunta que falta a Lula”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 29 de março de 2007.

O artigo do jornalista Clóvis Rossi faz uma comparação entre o Governo do Primeiro Ministro da Espanha, José Luis Zapatero, e do Presidente Lula. Na Espanha, uma eleitora se pergunta como Zapatero “é capaz de sentar-se com assassinos para dialogar”, numa clara referência ao fato de o governo espanhol

negociar com o grupo terrorista basco ETA. Para o articulista "caberia repetir a Lula a pergunta da espanhola a Zapatero, trocando poucas palavras: Não entendo como um presidente de governo é capaz de sentar-se com trambiqueiros para dialogar e, pior, governar". O jornalista se refere ao fato de o laudo da Polícia Federal comprovar que o dinheiro do "valerioduto", usado para a compra de votos de Parlamentares no Congresso, saiu dos cofres públicos, mais exatamente do Banco do Brasil, e que o crime envolveu toda a cúpula do PT.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governo ganha tempo para fazer acordo com PF
Bernardo adia reunião para amanhã; policiais pedem reajuste imediato de 30% o PAg. A7

MST invade fazenda de eucalipto da Suzano
Com a ocupação, movimento inaugura "abril vermelho" no interior de São Paulo o PAg. A10

Infraero demite quatro, em guerra de bastidores para evitar CPI

Atual e ex-presidente da estatal duelam, quando vêm à tona licitação suspeita de R\$ 50 milhões e contrato irregular

Christiane Samar
BRASILIA

A ameaça de abertura da CPI do Aeroporto de Brasília, alimentada por investigações do Tribunal de Contas da União (TCU) com foco na Infraero, fez quatro vilões ontem. De uma só tacada, por decisão do Conselho de Administração da Infraero, foram demitidos o diretor comercial da empresa, José Wellington Moura, e o superintendente de Planejamento e Gestão, Fernando Brandão, além dos advogados Napolitano Guimarães Neto e Marcia Gonçalves Chaves, duas assessoras jurídicas da estatal.

As demissões ocorreram no auge de uma guerra de bastidor entre o ex-presidente da Infraero, deputado Carlos Wilson (PT-PE) - que contratou Moura e Brandão -, e seu sucessor no comando da empresa, brigadeiro José Carlos Pereira, quem manteria dupla no quadro de funcionários. Em meio ao fogo cruzado, a pauta da próxima reunião do conselho incluiu uma licitação suspeita para compra de 79 ônibus no valor de quase R\$ 50 milhões, que o brigadeiro quer de explicar.

O motivo oficial da demissão é o motivo oficial da degola da Controladoria-Geral da União (CGU), envolve cifras bem mais

modestas - cerca de 0,02% do valor dos ônibus - e a comprovação de irregularidade em um contrato de Infraero com a Shell Brasil. O contrato em questão refere-se à concessão de uso de uma área de 10 mil metros quadrados.

Posto no complexo do Aeroporto de Brasília vendia gasolina adulterada

para exploração de um posto de combustível nas dependências do Aeroporto Juscelino Kubitschek, em Brasília, e foi objeto de

auditoria interna.

Segundo informações fornecidas por um funcionário da Infraero ao Estado, quem vinha operando a exploração do posto desde 2001 era a empresa Ujis-nes Canhedo, com um contrato de R\$ 9 mil mensais - R\$ 7 mil referentes à venda de combustíveis e R\$ 2 mil por conta do movimento na loja de conveniências.

O contrato foi rescindido em agosto de 2001 porque o operador teria descumprido obrigações contratuais. O funcionário da Infraero afirma que, "em bom português", o que houve foi a descoberta da venda de gasolina adulterada.

Ainda assim, e depois de ter obtido judicialmente a reintegração de posse da área, a Infraero entrou em acordo com a Shell e a empresa de Canhedo, em agosto de 2005. O acordo, retroagindo a vigência do contrato a setembro de 2003 e estendendo-a até setembro de 2013, foi estabelecido em termo aditivo ao contrato.

Diante desses dados, a própria auditoria interna entendeu que o contrato havia sido prorrogado irregularmente, com afronta à Lei de Licitações. A conclusão é de que o prazo de vigência foi prorrogado com o contrato extinto, sem estabelecer novas bases financeiras para atualizar os valores. A recomendação: anular a prorrogação.

Resultado de Administração: 6.0

LOTERIA OU LAVANDERIA?

Relatório mostra que 75 pessoas, em sete anos, ganharam 4 300 vezes na loteria. A suspeita: lavagem de dinheiro

Polícarpo Junior

Como se pode constatar diante das imensas filas que se formam de vez em quando diante das casas lotéricas, o brasileiro adora apostar. Na semana passada, uma denúncia apresentada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), segundo a qual existem evidências de que bandidos usaram os sorteios para lavar mais de 30 milhões de reais, jogou uma nuvem de suspeita sobre a lisura dos concursos. Circularam, inclusive pela internet, comentários de que os sorteios seriam fraudados, de modo a produzir resultados previamente acertados. Na verdade, não há suspeita de fraude nos resultados da Mega-Sena, Dupla Sena, Lotomania, Quina, Ráspadinha ou Loteria Esportiva. Os bandidos entram justamente depois que o sorteio foi realizado. Na denúncia do senador, apoiada num relatório do Coaf, órgão que fiscaliza as operações financeiras no país, 75 "apostadores" acertaram, nos últimos sete anos, em torno de 4 300 vezes na loteria e ganharam 32 milhões de reais — um grau de acerto totalmente despropositado pela lei das probabilidades.

A Polícia Federal, que está investigando o assunto, suspeita da existência de uma quadrilha que usa as loterias oficiais para lavar dinheiro sujo do crime (veja quadro). Para coibir essa prática, desde 1999 a Caixa Econômica Federal, que paga os prêmios lotéricos, é obriga-



João Alves, "premiado" 56 vezes, e Alvaro Dias, autor da denúncia

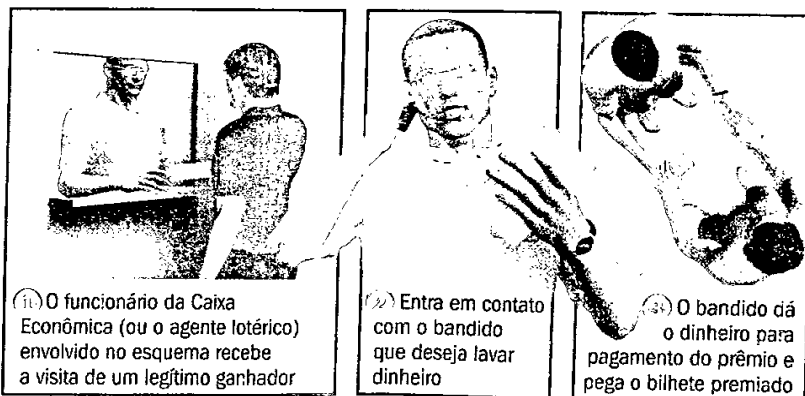
da a informar ao Coaf o nome dos felizardos que receberam três ou mais prêmios num único ano. Foi a partir dessas informações que se descobriu a sorte dos 75 cidadãos sob investigação. Em alguns casos, os sinais de fraude são evidentes. Um apostador "ganhou" em todos os concursos existentes — da Mega-Sena à Ráspadinha — numa única semana. Outro apareceu na Caixa para resgatar o prêmio de 54 bilhetes de quatro loterias diferentes, todas sorteadas

no mesmo dia. Há o caso de um apostador que ganhou na loteria durante oito semanas consecutivas, e algumas vezes com mais de um bilhete vencedor. As investigações já identificaram casos de sorte genuína, de gente que conseguiu ganhar três vezes na loteria num ano, mas também já encontraram "apostadores" suspeitos de estelionato, contrabando e tráfico de drogas.

A prática de lavar dinheiro sujo por meio de prêmios lotéricos não é nova.

O CAMINHO DA FRAUDE

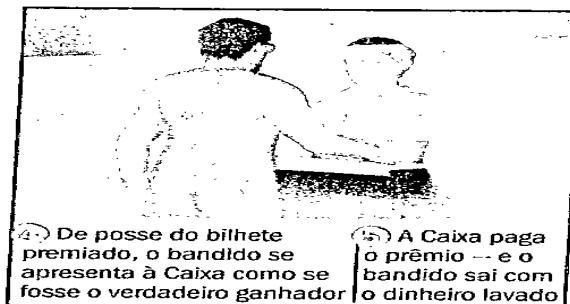
A Polícia Federal suspeita que a lavagem de dinheiro por meio de bilhetes premiados de loteria percorra o seguinte trajeto:



No início da década de 90, quando foi flagrado desviando dinheiro do Orçamento da União, o então deputado João Alves, já falecido, justificou seu patrimônio dizendo que ganhara 56 vezes na loteria. Ninguém levou a explicação a sério, mas o uso de bilhetes premiados permitia ao deputado lavar todo o dinheiro desviado e ainda declarar à Receita Federal a origem de seu enriquecimento — a sorte. “Uma organização criminosa atuava dentro da Caixa Econômica Federal”, diz o senador Alvaro Dias, que requisitou na semana passada a lista de agências onde foram pagos os prêmios suspeitos. Segundo o parlamentar, o problema está concentrado em São Paulo.

Três irmãos, residentes no bairro de Vila Nova Cachoeirinha, por exemplo, embolsaram 3,7 milhões de reais depois de acertar nada menos que 525 vezes na loteria em dois anos. A Caixa informa que não tem

indícios de envolvimento de seus funcionários nas fraudes e que desde 2002, quando as investigações começaram a ser feitas de forma sistemática, os casos suspeitos praticamente desapareceram. Assim se espera. Afinal, é uma prática ilegal conhecida, usada há anos, que pode ser facilmente detectada. A partir de 1999, quando a Caixa passou a informar ao Coaf o nome dos apostadores premiados, só mesmo a leniência com o crime justifica que ainda hoje um bandido possa lavar dinheiro com loterias.



A pergunta que falta a Lula

SÃO PAULO - Pergunta de uma cidadã espanhola ao presidente do governo, José Luis Rodríguez Zapatero, em programa de TV na noite de anteontem:

“Não entendo como um presidente de governo é capaz de sentar-se com assassinos para dialogar”.

É referência ao diálogo entre o governo Zapatero e o grupo terrorista basco ETA.

Quando é que, no Brasil, a cultura política de governantes e governados permitirá pergunta do gênero, em horário nobre, em um dos principais canais de TV, a grande fonte de informação do público?

Pergunta que cabe neste exato momento, ressaltadas as diferenças entre terror e corrupção.

Afinal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não só dialoga como acaricia frequentemente um grupo que seu procurador-geral acusou de formar “quadrilha”.

Acusação reforçada, se necessário fosse, agora que a Polícia Federal emite laudo em que fica comprovado que o dinheiro do “valerio-

duto” saiu dos cofres públicos, ou, mais exatamente, de um banco público (Banco do Brasil).

Todo mundo já sabia que só poderia ter sido essa a origem, posto que é inimaginável que Marcos Valério fosse um mecenas a bancar os trambiques de deputados do PT e da base aliada. Mas agora, ao elementar bom senso, soma-se uma perícia técnica.

Não adianta fingir que Marcos Valério é o único “quadrilheiro” nessa história. Toda a cúpula do PT de então (o presidente José Genoino, o secretário-geral Sílvio Pereira, o tesoureiro Delúbio Soares, para não mencionar José Dirceu, punido precisamente por essa história) participou do esquema.

Caberia, portanto, repetir a Lula a pergunta da espanhola a Zapatero, trocando poucas palavras:

“Não entendo como um presidente de governo é capaz de sentar-se com trambiqueiros para dialogar (e, pior, governar)”.

crossi@uol.com.br

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “União investe mal, diz banco Mundial”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 14 de abril do corrente.

A matéria destaca que um estudo do BIRD, Banco Mundial, aponta que a falta de recursos “está longe de ser o único ou talvez até mesmo o mais importante”

obstáculo ao aumento dos investimentos do Governo Federal. Segundo o estudo, existe uma “séria desconexão entre planejamento, elaboração de orçamento e realização de gastos”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada

"Ala majoritária do PT é super representada no ministério de Lula", publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 15 de abril do corrente.

A matéria destaca que a ala de José Dirceu, Ricardo Berzoini e Antonio Palocci Filho, há 12 anos no comando do PT e protagonista de seus maiores escândalos, voltou a ser desproporcionalmente privilegiada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na montagem do ministério. Segundo a reportagem, de 16 ministérios o Campo Majoritário detém 9.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO
SÁBADO, 14 DE ABRIL DE 2007 • B13

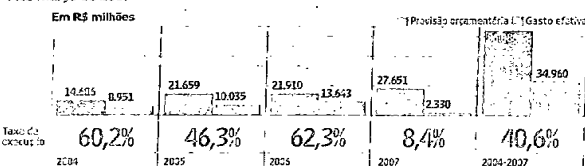
Redução na aposentadoria por idade pode acabar, diz ministro

União investe mal, diz Banco Mundial

Estudo centrado em transportes vê 'séria desconexão entre planejamento, elaboração de orçamentos e realização de gastos'

A EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO GOVERNO

Até março de 2007



Gerenciamento ruim e prevalência de critérios políticos sobre os técnicos na escolha de dirigentes são também citados pelo Bird

GUSTAVO PATU
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Estudo do Bird (Banco Mundial) aponta que a falta de recursos "está longe de ser o único ou talvez até mesmo o mais importante" obstáculo ao aumento dos investimentos do governo federal — proposta central do pacote oficial de estímulo ao crescimento econômico, o PAC.

co, o PAC.

Centrado no setor de transportes, que recebe a maior fatia dos recursos orçamentários, o trabalho do Bird conclui que há "uma séria desconexão entre o planejamento, a elaboração de orçamentos e a realização dos gastos" na União.

Listam-se ainda, entre os problemas encontrados, deficiências de gerenciamento, escassez de pessoal qualificado, ambiente legal hostil, controles decorrentes de suspeitas de corrupção e prevalência de critérios políticos sobre os técnicos na escolha de dirigentes.

Com base nesse diagnóstico,

o texto avalia que a simples alocação dos recursos disponíveis não será suficiente para apoiar a capacidade produtiva nacional no curto prazo. As deficiências encontradas, argumenta o estudo, "torçam a produção de infraestrutura altamente ineficiente".

O estudo faz referência direta ao PPI (Projeto Piloto de Investimentos), que tem ações prioritárias em infraestrutura livres de restrições orçamentárias. O programa é considerado um início de tentativa de enfrentar os problemas, mas o trabalho mostra como desde 2005 o governo não tem conseguido realizar os gastos previstos no projeto.

A principal medida do PPI (Programa de Aceleração do Crescimento) neste ano é elevar o PPI de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 11,3 bilhões. Até agora, porém, não foi aprovada sequer a lei necessária para a alteração do valor.

Mais uma sigla campeã o quadro pessimista descrito pelo Bird: o PPA (Plano Plurianual de Investimentos), que deveria guiar a elaboração e a execução do orçamento em períodos de quatro anos, mas o qual ficou ignorado nos governos FHC e Lula.

De acordo com o estudo, o PPA 2000-2003 previu investimentos orçamentários totais de R\$ 37,7 bilhões em transportes, mas os projetos do Orçamento elaborados pelo Executivo no período só previram, juntos, R\$ 21,9 bilhões para o setor, ou 58% do que se considerava necessário.

Embora não mencione números, porque o período ainda está em andamento, o trabalho afirma que a mesma discrepância ocorre no PPA 2004-2007, o primeiro elaborado no governo petista.

Levantamento feito pela Folha mostra que, se os Orçamentos não seguem o PPA, os federais também não seguem o Orçamento. Até março deste ano, apenas 40,6% dos investimentos previstos nos Orçamentos de 2004 a 2007 em todos os setores haviam sido efetivamente feitos (ver quadro nesta página).

No Ministério das Transportes, em particular, o Banco Mundial vê, além da carência de quadros qualificados, a prevalência de "indicadores políticos com pouco conhecimento técnico e experiência gerencial, substituições frequentes e interferência política em decisões operacionais".

Governo admite problemas, mas contesta estudo

DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Responsável pela elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento, o Ministério do Planejamento afirma que o Brasil vem aperfeiçoando os mecanismos de interação entre as duas leis.

"Não existe uma séria desconexão entre o planejamento e o Orçamento", diz o ministério, em mensagem enviada à Folha pela assessoria de imprensa.

Desde o PPA 2000-2003, argumenta o Planejamento, qualquer despesa pública só pode constar do Orçamento se estiver também no PPA.

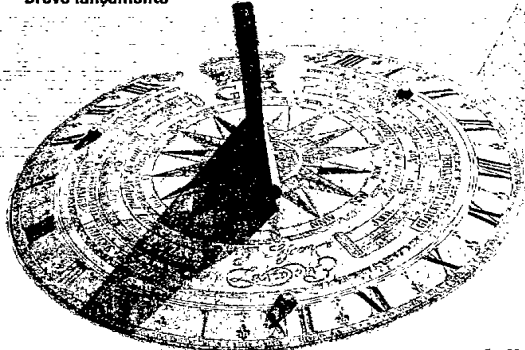
O que o estudo do Banco Mundial aponta, porém, é a discrepância existente entre os valores previstos em uma e outra.

"Os problemas, portanto, são de outra natureza, e realmente os investimentos são às vezes afetados por falta de licenças ambientais e também por falta de projetos", diz a mensagem do ministério.

Para o Planejamento, a carência de projetos está sendo enfrentada agora.

"Muitos anos de baixos investimentos públicos levaram a uma carência de projetos que está sendo superada com a inclusão de recursos no PPI justamente para o desenvolvimento de projetos na área de infraestrutura."

Breve lançamento



viaibirapuera
home stay

Mais tempo para viver o seu tempo.

Tempo é dinheiro. Literalmente.

Em breve, você vai conhecer o empreendimento que valoriza cada minuto do seu dia.

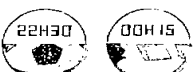
Informações: **5531-3300**

www.viaibirapuera.com.br

AB ARA

W.C. AI

CYRELA



Ala majoritária do PT é super-representada no ministério de Lula

Tendência de José Dirceu, Palocci e Berzoini tem 42% do Diretório Nacional do partido, mas 56,25% das pastas da sigla

Tendências da esquerda da legenda têm tamanho similar, mas comandam apenas dois ministérios com menor visibilidade

FÁBIO ZANINI
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A ala de José Dirceu, Ricardo Berzoini e Antonio Palocci Filho, há 12 anos no comando do PT e protagonista de seus maiores escândalos, voltou a ser desproporcionalmente privilegiada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na montagem do ministério.

Conhecida como Campo Majoritário, a tendência detém 42% do Diretório Nacional petista, mas foi contemplada com 56,25% das pastas destinadas ao partido (9 entre 16). Antes da reforma, o Campo tinha 47,1% dos ministérios.

A presença seria ainda maior se não tivesse havido uma dissidência capitaneada pelo ministro da Justiça, Tarso Genro. Insatisfeito com o domínio de Dirceu sobre o grupo, ele está criando um novo grupo para disputar o comando do partido.

Não é apenas numérica a força do Campo Majoritário. Pertencem à ala alguns dos ministros mais próximos de Lula, como Luiz Dulci (Secretaria Geral), Luiz Marinho (Previdência), Marta Suplicy (Turismo) e

Patrus Ananias (Desenvolvimento Social).

A esquerda do partido, apesar de ter 38,7% (praticamente o mesmo tamanho do Campo), novamente ficou subrepresentada, com dois ministérios marginais: Desenvolvimento Agrário e Pesca. Equivalem a 12,5% das pastas petistas.

Já o Movimento PT, tendência considerada centrista, não recebeu nenhum cargo no primeiro escalão, mesmo tendo 11,5% do diretório nacional.

“É interessante perceber que o Lula fez um esforço para contemplar as diversas alas do PMDB, mas não fez o mesmo com seu próprio partido”, reclama Romênio Pereira, coordenador do Movimento PT.

Embora expressiva, a presença do Campo Majoritário no primeiro escalão já não é esmagadora como no começo do governo Lula — reflexo da lenta “despetização” do ministério.

Em 2003, na primeira equipe de Lula, 14 dos 21 petistas eram da ala majoritária (66,67%). Todos os postos-chave da administração estavam com a tendência: Dirceu na Casa Civil, Palocci na Fazenda, Luiz Gushiken na Secretaria de Comunicação e Berzoini na Previdência, entre outros.

O Campo Majoritário é uma criação de Dirceu quando presidia o PT, no fim dos anos 90. Reunia a tendência Articulação

(à qual pertencia Lula) e outros grupos menores de linha “moderada”, em um guarda-chuva com o objetivo declarado de isolar os grupos “radicais”. Seu auge foi entre 2001 e 2005, quando tinha 55% do partido e podia ignorar os outros grupos.

Desde então, o Campo vem se enfraquecendo por conta de escândalos e rachas — a última dissidência foi promovida por Tarso, no ano passado.

O próprio termo Campo Majoritário vem perdendo força. Alguns membros agora adotam o nome CNB (Construindo um Novo Brasil), título do último documento que a ala divulgou.

Independente do nome, o Campo ainda é de longe a ala mais influente no partido. Sua força freqüentemente provoca ciúmeira e críticas entre facções rivais, que demandam mais espaço.

Em artigo no final do ano passado, líderes da tendência Articulação de Esquerda pediram “que o conjunto do Partido dos Trabalhadores esteja representado na composição do primeiro escalão do governo”.

Prestigiado mais uma vez por Lula, o Campo Majoritário dá de ombros para as queixas. “O sistema é presidencialista. Quem tem reclamações a fazer deve se dirigir ao presidente Lula”, diz Francisco Rocha, um dos coordenadores nacionais da tendência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “Eles voltaram”, publicado na revista **ISTOÉ**, de 23 de maio do corrente.

O editorial faz um alerta sobre a volta “lenta, gradual e segura”, dos mensaleiros José Genuíno (PT – SP) e Delúbio Soares (GO) ex-tesoureiro do PT e acusado de ser o caixa do esquema do mensalão.

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

23/MAIO/2007 – Nº 1960

ÍNDICE

GO TECNOLOGIA

Já estão no mercado os primeiros apartamentos inteligentes comandados por celular, desenvolvidos pelo empresário Leonardo Senna

25 POLÍTICA

Indiciado como o chefe do mensalão, Delúbio Soares volta como o *pop star* da política

35 CAPA

Polícia Federal prende ex-governador do Maranhão e outras 48 pessoas acusadas de fraudar licitações de obras públicas

42 SOCIEDADE

A elite econômica brasileira se encontra no casamento de Wanessa Camargo

44 EUA

Anotações de Ronald Reagan revelam os bastidores dos conflitos no Oriente Médio



52 SAÚDE

Nova tabela nutricional derruba mitos sobre dietas e libera porções mais generosas

62 AMBIENTE

Austrália vai selecionar atiradores para abater cangurus que invadem a região de Cambera

65 INTERNACIONAL

Fotografias da mulher de Menem em *topless* podem enterrar a futura candidatura do ex-presidente

74 LIVROS

Biografia de Goya traça um retrato admirável do pintor espanhol



SEÇÕES

7 ENTREVISTA

12 CARTAS

20 A SEMANA

26 BRASIL

CONFIDENCIAL

35 ARTIGOS

50 GENTE

65 SEU BOLSO

80 EM CARTAZ

92 BASTIDORES

68 CINEMA
Como *Shrek* terceiro e os novos filmes de animação ironizam os contos de fadas

71 CONSUMO
Conheça o Sony Reader, uma espécie de iPod para livros



Eles voltaram

De maneira lenta, gradual e segura, eles estão voltando. Não temem mais a exposição. Nem evitam falar do episódio que maculou seus nomes. Retornam à cena pública como “paladinos”. Verdadeiros resistentes contra uma suposta injustiça da qual teriam sido vítimas. José Genuíno, o ex-presidente do PT que teve o irmão arrolado no esquema do mensalão – e que, por isso, renunciou ao cargo, saiu dos holofotes e passou meses recluso –, fez uma reestrela barulhenta. Na semana passada, direto da tribuna do Congresso, gritou sua inocência. No ato seguinte, após longa estíagem de entrevistas, recebeu **ISTOÉ** e decidiu falar. Apontou, sem papas na língua, aquele a quem considera culpado por eventuais equívocos e negociações com o “valerioduto”. Tudo aconteceu na tesouraria do partido, diz Genuíno, e, por tabela, é do tesoureiro a responsabilidade. Na entrevista Genuíno cita, pela primeira vez, nominalmente “Delúbio” como aquele que “escolheu os bancos e os avalistas” nos empréstimos do PT. Ele entrega Delúbio, mas numa contradição de atos e palavras diz não fazer deduração. O ex-tesoureiro, por sua vez, converteu-se nos últimos tempos em figurinha fácil de encontros públicos e de festinhas badaladas. Dá autógrafos, posa para fotos, circula como um *pop star*. Delúbio, assim como Genuíno, quer tentar a vida como deputado. Aposta que será o mais votado no seu Estado natal, Goiás. E é bem capaz, a julgar pelo desempenho de mensaleiros nas eleições passadas. Delúbio, Genuíno e diversos outros nomes estelares desse mundinho do Esquema parecem ter adquirido a certeza de que o estrago maior já passou. Que tudo será esquecido. Que, após a absolvição dos seus pares em várias instâncias parlamentares – num amplo acordo de cavalheiros, raras vezes visto –, nada será cobrado. Afinal, acreditam, a memória do brasileiro é fraca mesmo.

CARLOS JOSÉ MARQUES,
DIRETOR EDITORIAL



ISTOÉ

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência convoca de sessão conjunta a realizar-se a manhã, quarta-feira, dia 11 do corrente, às dezenove horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2008 e dá outras providências, com parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 364, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 364, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quarenta e um mil e vinte e seis reais, para os fins que especifica.*

Parecer sob nº 600, de 2007, Relator-Revisor: Senador Inácio Arruda, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, e no mérito, favorável à Medida Provisória; e contrário às emendas apresentadas.

(Sobrestando a pauta a partir de: 3-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 30-9-2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 365, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 365, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de cinco bilhões*

e duzentos milhões de reais, para o fim que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 8-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 4-9-2007

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 19, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que *dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 7-9-2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 20, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica*, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 16-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 12-9-2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 21-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 17-9-2007

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 21-9-2007

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 18, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que *altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal* (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 21-9-2007

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 211, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.*

9

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no*

valor total de cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua].

11**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

12**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América (financiamento parcial do Premar).*

13**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador

Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

14**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

15**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exer-*

cício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.*

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, *que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho*

dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 20 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. Rosalba Ciarlini - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Shhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Jayme Campos - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Raimundo Colombo - PFL	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Raimundo Colombo - PFL	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Kátia Abreu - PFL	1. José Agripino - PFL
Eliseu Resende - PFL	2. Romeu Tuma - PFL
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.****(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB****Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315

E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. Joaquim Roriz
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Wilson Matos - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - PFL
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Francisco Dornelles - PP
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres - PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Romeu Tuma - PFL	2. Marco Maciel - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	3. Raimundo Colombo - PFL
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
(vago)	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. César Borges – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – PFL
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS**

(5 titulares e 5 suplentes)

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Wilson Matos – PSDB	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. (vago)
Heráclito Fortes – PFL	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Wilson Matos – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E
REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
César Borges – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Jonas Pinheiro – PFL	1. Raimundo Colombo – PFL – PFL
	2. Rosalba Ciarlini – PFL – PFL
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸
Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	AM	1413
Marisa Serrano ⁷	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.07.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ADELMIR SANTANA		ARTHUR VIRGÍLIO	
Apoio ao Senador Geraldo Mesquita Júnior pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	3	Reafirmação da posição do PSDB com relação ao afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado, até que se finalize o procedimento no Conselho de Ética.....	191
Apoio ao Senador Marco Maciel pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Marco Maciel....	9	Requerimento nº 808, de 2007, que requer voto de aplauso à Academia Brasileira de Letras, pelo transcurso, no dia 17 de julho de 2007, do seu 110º aniversário de criação.	209
Considerações sobre a figura do Suplente de Senador.....	24	AUGUSTO BOTELHO	
Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu.	171	Parecer nº 583, de 2007 (da Comissão de Educação) sobre o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, (que altera o art. 6º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, para dispor sobre as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)).....	86
Defesa da instalação de estrutura básica nos postos de saúde para atendimento de emergências e fornecimento de medicamentos.....	177	CÉSAR BORGES	
ALMEIDA LIMA		Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu.	174
Homenagem ao jornalista Diogo Mainardi, processado pelo Procurador da República por discriminação.	197	Preocupação com descaso do governo em relação à Bahia e ao Nordeste.	195
Defesa do combate à corrupção como mecanismo dos direitos democráticos.	197	CÍCERO LUCENA	
ALOIZIO MERCADANTE		Apoio ao Senador Marco Maciel pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Marco Maciel....	11
Considerações referentes a votação de matérias discutidas na comissão de assuntos econômicos, em relação às mudanças na Lei nº 8.666, a lei de licitações públicas.	352	Apoio ao discurso proferido pelo Senador Edison Lobão. Aparte ao Senador Edison Lobão.....	19
ANTONIO CARLOS VALADARES		Considerações sobre a distribuição de mediamento de uso continuado pelos Correios.....	21
Considerações sobre a produção de etanol no Brasil.....	203	Defesa da transposição das águas do rio São Francisco.....	21
Proposta de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva para tratar da reforma política. ...	203		
Discussão a favor da votação dos projetos em tramitação na Casa.....	206		

	Pág.		Pág.
Registro das matérias “Irmão e compadre de Lula serão denunciados hoje” e “Lula manda cortar ponto de servidores que estão em greve”, publicadas no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições de 18 e 15 de junho de 2007, respectivamente.....	42	Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama, e da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – Feema, referente a licenciamento de empreendimento nuclear conhecido como Usina Angra III. Senador Demóstenes Torres.....	32
Apoio ao discurso proferido pelo Senador José Agripino. Aparte ao Senador José Agripino.....	134	EDISON LOBÃO	
Leitura do Manifesto de Dom Aldo Pagotto, Arcebispo do Estado da Paraíba, feito na abertura do Comitê de apoio à Transposição das Águas do Rio São Francisco.....	138	Apoio ao Senador Marco Maciel pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Marco Maciel....	7
Registro da matéria intitulada “Consumo do governo avança em ritmo acelerado”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 14 de junho de 2007. Registro da matéria intitulada “País empaca no ranking mundial”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 14 de junho de 2007. Registro da matéria intitulada “Depoimento indica ligação com chefe do esquema”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 14 de junho de 2007.....	150	Alerta para a possibilidade concreta de apagão energético.....	18
Registro da matéria intitulada “O embaraço do Presidente”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 14 de junho de 2007. Registro da matéria intitulada “Falta de licença ambiental trava obras do PAC na área de energia”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 8 de maio de 2007. Registro da matéria intitulada “Presidente adia inauguração de usina que já funciona há meses”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 9 de maio de 2007.	367	EDUARDO AZEREDO	
CRISTOVAM BUARQUE		Parecer nº 598, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), e sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2007 (nº 1.682/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.....	260
Apoio ao Senador Mão Santa por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Mão Santa.....	94	EDUARDO SUPLICY	
Reflexão sobre a crise de confiança junto à população, em razão das constantes denúncias de corrupção em todo o país. A gravidade da corrupção nas prioridades sociais, como saúde e educação....	95	Apoio ao discurso proferido pelo Senador Cristovam Buarque. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.....	100
Apoio ao discurso proferido pelo Senador Papaléo Paes. Aparte ao Senador Papaléo Paes.....	104	Encaminhamento de requerimento de votos de aplausos, congratulações e êxito relacionados com a XV Edição dos Jogos Pan-Americanos, que, do dia 13 a 29 de 2007, se realizará na cidade do Rio de Janeiro.....	105
DEMÓSTENES TORRES		Anúncio de viagem de S.Exa. a Bangladesh, onde terá encontro com Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel da Paz por sua política de microfinanciamentos aos que desejam empreender pequenos negócios.....	105
Parecer nº 581, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre a Petição nº 2, de 2007, na qual o Juiz Federal Substituto no exercício da titularidade da Vara Federal de Angra dos Reis encaminha cópia de decisão liminar proferida na Ação Civil Pública nº 2006.51.11.000219-2, impetrada pelo Ministério Público Federal em face do Instituto Brasileiro do		Requerimento nº 798, de 2007, que requer a inserção em ata de voto de aplausos, congratulações e êxito para a XV edição dos jogos Pan-americanos que se realiza no Rio de Janeiro, de 13 a 29 de 2007.....	113
		Sugestão sobre a necessidade de transparência nos gastos dos parlamentares.....	127
		ELISEU RESENDE	
		Parecer nº 584, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº	

Pág.	Pág.
12, de 2007 (nº 2.274/ 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Educativa e Cultural de Itabira – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.....	210
EXPEDITO JÚNIOR	
Requerimento nº 804, de 2007 que requer que o Projeto de Lei do Senador nº 238, de 2005, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	207
Requerimento nº 805, de 2007 que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2005, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	207
FLÁVIO ARNS	
Parecer nº 586, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2007 (nº 2.449/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Tapejara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapejara, Estado do Paraná.....	217
Parecer nº 594, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2007 (nº 2.474/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de São Jorge D'Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná.....	245
FLEXA RIBEIRO	
Registro do artigo intitulado “O deboche dos privilegiados da USP”, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 30 de maio de 2007.	35
Registro do artigo intitulado “Universidade e transparência”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 30 de maio de 2007.	141
Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu.	174
Justificação pelo encaminhamento de requerimento de criação de Comissão Temporária Externa do Senado Federal para visitar as instalações da empresa PAGRISA, no Pará.....	185
Requerimento nº 802, de 2007, que requer a criação de uma comissão temporária externa do	
Senado Federal, composta de pelo menos dois senadores das seguintes Comissões: CCJ; CDH; CRA; CAS, e CDHTE, e os senadores do Estado do Pará, com o objetivo de visitar as instalações da empresa Pará Pastoril e Agrícola S/A – PAGRISA, localizada no Município de Ulianópolis, Estado do Pará, para averiguar as condições da rescisão direta do contrato de trabalho de cerca de 1.180 empregados, resultante da fiscalização empreendida pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho.....	206
Parecer nº 592, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2007 (nº 2.410/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Jesus, Maria e José para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viseu, Estado do Pará.....	238
Registro do editorial intitulado “eles voltaram”, publicado na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 23 de maio de 2007.....	376
FRANCISCO DORNELLES	
Parecer nº 582, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências.....	80
Parecer nº 590, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2007 (nº 2.389/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Mundial S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro.....	232
GARIBALDI ALVES FILHO	
Apoio ao discurso proferido pelo Senador José Agripino. Aparte ao Senador José Agripino. .	131
Cumprimentos ao Jornal do Senado por matéria sobre a crise dos portos brasileiros, tratada na Subcomissão Temporária de Regulamentação dos Marcos Regulatórios.....	135
Defesa da votação com soluções que atendam a expectativa das comunidades dos pescadores do Brasil.....	353

	Pág.		Pág.
GERALDO MESQUITA JÚNIOR		INÁCIO ARRUDA	
Leitura de e-mail, recebido por S.Exa., do Professor Mauro César Rocha da Silva, da Universidade Federal do Acre.....	1	Parecer nº 600, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 364, de 18 de abril de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$1.717.041.026,00, para os fins que especifica”	346
Críticas à Medida Provisória 366, de 2007, que determina a divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.	1	Discussão a favor da votação dos projetos em tramitação na Casa.....	350
Agradecimento ao convite formulado pelo Presidente da ASSIBAMA Nacional, Associação dos Servidores do Ibama, para audiência a realizar-se amanhã, na Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, sobre a questão da Medida Provisória 366, de 2007, que trata da fragmentação do Ibama.....	123	JEFFERSON PÉRES	
GERSON CAMATA		Opinião sobre a permanência do Senador Renan Calheiros na presidência do Senado.	194
Cumprimentos ao Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural pela contribuição para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo.	166	JOÃO PEDRO	
Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu.	170	Justificativa pela apresentação de requerimento de voto de aplauso ao INCRA pela passagem de seu trigésimo sétimo aniversário de fundação, em 9 de julho.....	167
GILVAM BORGES		Requerimento nº 799, de 2007, que requer seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pelo seu 37º aniversário de fundação, no dia 9 de julho de 2007.....	168
Apelo ao bom senso diante do quadro de turbulências que envolve o país, e reiteração da profissão de fé de S.Exa. na liberdade, na justiça e na democracia.	115	JOÃO TENÓRIO	
Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu.	172	Registro das matérias “O Brasil criou empregos na Índia” e “De bagre a bode”, publicadas na revista <i>Veja</i> , edição de 16 de maio de 2007.....	38
Parecer nº 588, de 2007, (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2007 (nº 1.984/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância Dr. João Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Quitéria do Maranhão, Estado do Maranhão.....	225	Registro da matéria intitulada “Ambiente é desculpa para a ‘incapacidade’”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 11 de maio de 2007. Registro da matéria intitulada “Fomos traídos e greve é única saída”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 12 de maio de 2007. Registro da matéria intitulada “Ibama promete ir à greve hoje”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 14 de maio de 2007.	146
HERÁCLITO FORTES		Registro das matérias intituladas “A pergunta que falta à Lula”, “Infraero demite quatro, em guerra de bastidores para evitar CPI” e, “Loteria ou Lavanderia?”, publicadas nos jornais <i>Folha de S.Paulo</i> , <i>O Estado de S.Paulo</i> e, revista <i>Veja</i> , edições de 29 de março, 10 de abril e 7 de março de 2007, respectivamente.	370
Apoio ao Senador Aloizio quanto as mudanças da lei 8.666 e emendas em pautas para a votação.	353	JOSÉ AGRIPINO	
IDELI SALVATTI		Críticas à suposta intenção do Governo Federal de entregar à uma parceria público-privada (PPP) a	
Discussão a favor da realização do processamento de votações das medidas provisórias em pauta.....	205		

	Pág.		V Pág.
construção do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, prevista no PAC.....	129	Indignação com o assassinato da jovem Lílían Samara, advogada e enfermeira, na madrugada de 06 de julho de 2007, em Teresina-PI. Apelo ao Presidente Lula para que tome providências urgentes contra a violência no País.....	28
Alerta para um eventual apagão elétrico em 2010.	129	Considerações sobre matéria do <i>Blog do Noblat</i> , intitulada “Misericórdia para a Santa Casa do Rio de Janeiro”. Manifestação em defesa das Santas Casas em todo o país.....	91
Apoio ao Senador Garibaldi Alves Filho por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.	137	Parecer nº 593, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2007 (nº 2.411/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Educacional de Comunicação e Radiodifusão de Canto do Buriti para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canto do Buriti, Estado do Piauí.....	242
Discussão em defesa da votação com solução que atenda a expectativa das comunidades dos pescadores do Brasil.	205	MARCELO CRIVELLA	
Considerações às reivindicações para a votação de matérias que favoreçam os direitos dos pescadores do Brasil.	351	Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2007, que institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas.	274
KÁTIA ABREU		MARCO MACIEL	
Justificativa pela apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Ernesto Werna de Salvo.	169	Apoio ao Senador Geraldo Mesquita Júnior pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Marco Maciel.....	3
Requerimento nº 800, de 2007, que requer a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Ernesto de Salvo.....	176	Apelo para que o Congresso Nacional aprove a reforma política até o final da 53ª legislatura.....	6
Apoio ao Senador Flexa Ribeiro por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. ...	187	MARCONI PERILLO	
LEOMAR QUINTANILHA		Registro das matérias “Um exame para os professores” e “Uma euforia financeira”, publicadas no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições de 22 e 12 de abril de 2007, respectivamente.....	43
Parecer nº 585, de 2007 (da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2007 (nº 2.437/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tocantinópolis, Estado do Tocantins.....	213	Registro do artigo intitulado “O ‘bagrão’ de Lula”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 23 de abril de 2007. Registro do artigo intitulado “De politização e manipulação”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 07 de abril de 2007.....	152
MAGNO MALTA		Registro do artigo intitulado “Tarde demais”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 9 de maio de 2007.....	366
Manifestação de pesar pelo falecimento do Pastor Edward Dood, que durante 21 anos, presidiu a Igreja Cristã Maranata no Brasil.	179	MARIA DO CARMO ALVES	
Requerimento nº 801, de 2007, que requer a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento do Pastor Edward Hemming Dood, que ocorreu na última sexta, em Vila Velha. Requer, ainda, que o Voto de Pesar seja encaminhado à família do falecido. ...	181	Parecer nº 599, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e In-	
Agradecimento ao título de cidadão mimosense que recebeu através da Câmara Municipal de Mimoso do Sul, no Espírito Santo.	197		
MÃO SANTA			
Apoio ao discurso proferido pelo Senador Adelmir Santana. Aparte ao Senador Adelmir Santana...	25		

	Pág.		Pág.
formática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 123 de 2007 (nº 2.422/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia....	264	Apoio ao discurso proferido pelo Senador Cristovam Buarque. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	98
MARIO COUTO		Justificativas à apresentação dos Projetos de Lei do Senado nº 337/2007 e 340/2007, para permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, de despesas com material escolar, e dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica.	101
Registro das matérias “Supremo ordena à Câmara que instale CPI do Apagão Aéreo já” e “O xeque-mate de Evo Morales”, publicadas no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições de 26 de abril e 9 de maio de 2007, respectivamente.....	47	Registro das matérias “Nações que mudam regras toda hora vivem crise”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 18 de abril de 2007; “Wagner e Dilma passearam em lancha emprestada por Zuleido”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 22 de maio de 2007 e “A volta do pop star Delúbio”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 23 de maio de 2007.....	143
Registro da matéria intitulada “MST invade área no Pontal e já anuncia ‘maio vermelho’”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 27 de abril de 2007.....	158	Registro das matérias intituladas “União investe mal, diz banco Mundial”, e, “Ala majoritária do PT é super - representada no ministério de Lula”, jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edições de 14 e 15 de abril de 2007, respectivamente.....	373
Apoio ao Senador Flexa Ribeiro por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. ...	188		
Registro da matéria intitulada “CNA se queixa de violência no campo”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 27 de abril de 2007....	362	RAIMUNDO COLOMBO	
NEUTO DE CONTO		Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu.	175
Apoio ao discurso proferido pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	125	Risco da falta de energia elétrica para o desenvolvimento do país.	182
OSMAR DIAS		RENATO CASAGRANDE	
Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu.	175	Requerimento nº 807, de 2007 que solicita seja apresentado voto de congratulações ao Procurador-Geral da União, Luís Henrique Martins dos Anjos.	207
Discussão a favor da votação dos projetos em tramitação na Casa.....	350	Projeto de Lei do Senado nº 413, de 2007, que acrescenta parágrafo ao art. 944 da Lei nº 10.406, de 2002, para incluir a previsão das funções compensatória, preventiva e punitiva da indenização. ...	277
Parecer nº 601, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007 na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.....	360	ROMEU TUMA	
PAPALÉO PAES		Apoio ao Senador Marco Maciel pelo seu pronunciamento. Aparte ao Senador Marco Maciel....	8
Registro das matérias “Com 34 assinaturas, oposição pede CPI do Apagão Aéreo no Senado” e “PMDB apresentará lista para estatais e segundo escalão” publicadas no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições de 19 e 18 de abril de 2007, respectivamente.....	37	Agradecimentos ao Procurador-Geral do Distrito Federal, Dr. Leonardo Azeredo Bandarra, e ao Juiz da primeira Vara da Justiça do Distrito Federal, Dr. Roberval Casemiro Belinati, pela colaboração com a Corregedoria do Senado.....	17

	Pág.	VII	Pág.
Apoio ao Senador Garibaldi Alves Filho por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.	135	e o Ibama”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 04 de maio de 2007.	155
Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu.	175	Registro da matéria intitulada “Agências ainda em risco”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de primeiro de maio de 2007. Registro da matéria intitulada “De volta, Alckmin diz que será soldado contra governo Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 4 de junho de 2007. Registro da matéria intitulada “Uma CPI chega à Infraero”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 3 de junho de 2007.	363
Parecer nº 587, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2007 (nº 2.299/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Ambiental e Esportiva de Santo Antonio da Alegria para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antonio da Alegria, Estado de São Paulo.	221	SÉRGIO ZAMBIASI	
Parecer nº 595, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2007 (nº 2.475/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.	249	Parecer nº 591, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2007 (nº 2.390/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ACVC – Associação Comunitária de Vespasiano Corrêa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vespasiano Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul.	235
ROSALBA CIARLINI		Parecer nº 596, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2007 (nº 2.400/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Esmeralda Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.	253
Apoio ao discurso proferido pelo Senador José Agripino. Aparte ao Senador José Agripino.	133	SIBÁ MACHADO	
Apoio ao Senador Garibaldi Alves Filho por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.	136	Registro da realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, com os funcionários do Ibama, representados pela ASSIBAMA, a fim de debater a Medida Provisória 366, de 2007, que cria o Instituto Chico Mendes.	201
Apoio ao discurso proferido pelo Senador Cícero Lucena. Aparte ao Senador Cícero Lucena. ...	140	Requerimento nº 803, de 2007 que requer a realização de Sessão Especial do Senado, em data a ser oportunamente marcada, destinada a comemorar os 80 anos do escritor, dramaturgo e poeta Ariano Suassuna.	206
Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Seridó Potiguar, por desmembramento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	276	Registro do licenciamento prévio da construção das hidrelétricas do rio Madeira, Jirau e Santo Antonio.	353
SÉRGIO GUERRA		VALDIR RAUPP	
Registro das matérias “Lula evita imprensa para não falar de Vavá” e “Por que Waldomiro não está com Zuleido?”, publicadas no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições de 7 de junho e 30 de maio de 2007, respectivamente.	46	Saudações à sanção da denominada Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.	128
Registro da matéria intitulada “Funcionários do Ibama protestam contra Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 09 de maio de 2007. Registro da matéria intitulada “Ex-deputado é o novo locutor oficial de eventos no Planalto”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 04 de junho de 2007. Registro da matéria intitulada “Lula			

	Pág.		Pág.
Apoio ao Senador José Agripino pelo discurso proferido. Aparte ao Senador José Agripino.....	132	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
Registro da liberação da licença ambiental para a construção de duas usinas hidrelétricas no rio Madeira.	135	Requerimento nº 806, de 2007 que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2007 que, “Institui o Asilo Político Tecnológico e Editorial e dá outras providências”, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência.....	207
Satisfação com a concessão de licença prévia, pelo Ibama, para a construção das duas usinas hidrelétricas do Rio Madeira.....	190	Parecer nº 589, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2007 (nº 2.333/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Jr Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas....	228
Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a escola Técnica Federal de Buritit, no Estado de Rondônia.	271	Parecer nº 597, de 2007 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2007 (nº 1.923/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Crucilândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Crucilândia, Estado de Minas Gerais.....	257
Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia.....	272	WILSON MATOS	
Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de São Miguel do Guaporé, no Estado de Rondônia.....	272	Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2007, que insere o art. 2º-D na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e acrescenta o inciso VIII ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para que parte dos recursos do FAT seja destinada às operações do Fies.....	268
Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2007 que Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Cacoal, no Estado de Rondônia.....	272	Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2007, que institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (ENAMEB).....	270
Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2007 que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ariquemes, no Estado de Rondônia....	273	Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2007, que institui o Programa Permanente Biblioteca da Escola – PPBE, e dá outras providências.	270
Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Vilhena, no Estado de Rondônia.	273		
VALTER PEREIRA			
Apoio ao Senador Eduardo Suplicy por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	106		
Questionamento sobre a violação da ordem jurídica no Município de Cassilândia, MS, patrocinada por juízes locais, e solicita a intervenção da Corte de Mato Grosso do Sul, para que ela entregue o poder ao titular da linha sucessória legal. ...	119		
Apoio ao discurso proferido pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	124		